COLEÇÃO
200 ANOS
DA INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL

HISTÓRIA GERAL DO BRASIL

Tomo I

Francisco Adolfo de Varnhagen
Visconde de Porto Seguro

História Geral do Brasil

antes da sua separação e independência de Portugal

Tomo I

8ª edição

Revisão e notas de Rodolfo Garcia

Edições do Senado Federal
Vol. 305-A

Brasília, 2023

SENADO FEDERAL

Edições do

Senado Federal

Vol. 305-A

Revisão: Cristiano Ferreira e SEGRAF
Editoração eletrônica: SEGRAF
Ilustração de capa: J.B. Von SPIX e C.F.P Von MARTIUS. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1938.
Projeto gráfico: Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal (SEFPRO)

Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº
CEP 70165-900 – DF
cedit@senado.leg.br
https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1

Varnhagen, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, 1816-1878.
História geral do Brasil : antes da sua separação e independência de Portugal / Francisco Adolfo de Varnhagen ; revisão e notas de Rodolfo Garcia. — 8. ed. — Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2023.
5 v. (3040 p.). — (Edições do Senado Federal ; v. 305-A-B-C-D-E) (Coleção 200 anos da Independência do Brasil)

978-65-5676-381-1 (obra completa). — 978-65-5676-382-8 (v.1) — 978-65-5676-383-5 (v.2) — 978-65-5676-384-2 (v.3) — 978-65-5676-385-9 (v.4) — 978-65-5676-386-6 (v.5).

1. Período Colonial (1500-1822). 2. Independência do Brasil (1822). 3. Brasil, história, fontes. I. Título. II. Série.

CDD 981.03

Bibliotecária Cláudia Coimbra Diniz CRB1-1179

Sumário

Advertência

Marcelo Balaban e Neuma Brilhante[1]

O que podemos aprender lendo a *História Geral do Brasil,* de Francisco Adolpho de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro? Publicada há mais de 170 anos, trata-se de obra ultrapassada em termos historiográficos, em muito distinta e distante da história produzida nos dias de hoje. Foram tantas as transformações teóricas, temáticas e metodológicos que é possível afirmar, sem exagero, que a disciplina História foi praticamente reinventada nesse longo decurso de tempo. Diante disso, a pergunta inicial pode ser refeita e radicalizada: ainda é possível aprender algo com uma obra produzida há tanto tempo? Ela ainda merece ser lida? A resposta é fácil e simples: um sim enfático. Nesta brevíssima advertência, iremos demonstrar o porquê.

Principiemos com os adjetivos: imparcial, verdadeiro, importantes, clareza, exatidão, laconismo. Nesses termos, pinçados de modo não aleatório do prólogo escrito por Varnhagen para a edição de 1877, emergem alguns dos sentidos atribuídos pelo autor ao seu livro. Ali, verbos e substantivos também servem de guia: comemorar, descrever, crítica, justiça, história, testemunhas, fontes, averiguar, fatos, pátria. Juntando tudo, alguma síntese é possível. A história, a

1 Marcelo Balaban e Neuma Brilhante pesquisam História do Brasil Imperial e são docentes associados do Departamento de História da Universidade de Brasília.

boa história, para Varnhagen e seus contemporâneos, deveria ser expressão imparcial da verdade, saber eleger assuntos importantes apresentados de forma precisa, sem floreios ou aventuras retóricas. Seria também uma forma de celebração da pátria definida por um ponto de vista crítico, assentado no princípio da justiça. Sendo a história uma forma de fazer justiça, ela deveria ser precisa, correta, produzida por meio de testemunhos, fontes confiáveis, por meio das quais os fatos poderiam ser averiguados. O livro de Varnhagen, portanto, é fonte rica para aprendermos alguma coisa sobre a disciplina História, tal qual ela emergia da historiografia do tempo.

Mas isso não é tudo. Varnhagen havia alcançado grande reputação como pesquisador de documentos sobre o Brasil em diferentes arquivos, nacionais e internacionais. Fora responsável pela publicação de alguns deles na Revista do IHGB. Seu rigor foi muito importante para a coleta de informações presentes em sua *História Geral*. Desse modo, considerando as limitações de acesso a fontes e a ausência de bibliografia típicos de sua época, a obra de Varnhagen nos traz vários dados da história brasileira. Nesse sentido, podemos dizer que, a despeito de sua obra ser datada, ainda conserva algum valor como obra historiográfica, o que significa afirmar que o livro pode ser lido em ao menos dois níveis. O primeiro, como texto historiográfico, ou seja, como uma narrativa do passado elaborada a partir de regras historiográficas e interesses de determinado momento. O segundo nível, como fonte histórica.

Como sublinharam muitos historiadores, o momento no qual a obra foi publicada pela primeira vez, a década de 1850, foi uma época empolgante. Nada mais, nada menos, os homens ligados ao mundo da política e as pessoas que povoavam a comunidade que passava

a ser denominada de Brasil tinham uma oportunidade poucas vezes experimentada com a consolidação do modelo de independência liderado por d. Pedro e seus aliados mais próximos.

Durante três décadas, após as tensões entre portugueses europeus e portugueses americanos terem atingido um ponto sem retorno durante os debates das cortes portugueses de 1821 e a decisão pela separação política, muito foi feito para construir o aparato institucional e laços identitários do tipo nacional. Ou seja, feita a independência, restava a nada trivial tarefa de inventar a nação. E eram muitas as possibilidades e os desafios. Adotariam um modelo mais centralizado ou descentralizado de Estado? Monarquia ou República? O Estado seria laico? O vastíssimo território seria mantido? A escravidão seria o fundamento do Estado e da nação em formação? Quem seria ou poderia ser cidadão? Quais seriam suas prerrogativas e seus direitos? Em meio a tantas possibilidades, um conjunto igualmente amplo e também estimulante de caminhos se colocava. E mais, pipocavam diferenças. Elas eram de variadas ordens: regionais, de classe, raciais, políticas e sociais. O consenso não era sequer uma possibilidade vaga, de sorte que as primeiras décadas da nação independente foram marcadas por disputas intensas, revoltas regionais e escravas, levantes de tropas e da população, que agitaram as principais cidades, um amplo conjunto de tensões que ameaçava a jovem nação a jamais atingir a almejada maioridade. Naquela altura dos acontecimentos, a manutenção da unidade nacional – tanto política como territorial – era um enigma, uma enorme improbabilidade.

Mas o improvável vingou. Revoltas e rebeliões foram controladas com o uso da força, um imperador menor de idade foi erguido ao trono enquanto amplo acordo conservador era costurado, dando

forma a um Estado bastante centralizado, hierarquizado e escravista no início da década de 1850. Nas palavras de um importante jornalista conservador do tempo, aquele decênio marcou o triunfo da transação, período em que "se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização" (Rocha, p. 161). Estava sendo assim pavimentado um sentido para a curta história da nação independente. Uma história marcada pela hegemonia saquarema, como eram chamados os conservadores do tempo. Mas esta decerto astuta interpretação da recente história política do país não dava conta de uma tarefa maior: inventar um passado para a nação em formação. Logo, de dotar o país de uma nacionalidade.

Em meio a toda essa efervescência política e social, resultado de um processo de independência nascido antes das disputas entre portugueses de lados opostos do Atlântico do que de um projeto ou sentimento de pertencimento a qualquer "comunidade imaginada", ficava evidente que o novo país carecia de uma história. As disputas e diferenças em curso eram, em alguma medida, expressão da falta dela. Portanto, o livro que ora o leitor tem em mãos, mais do que nos ensinar sobre a história e a historiografia tal qual era praticada no Brasil dos Oitocentos, mais do que revelar seus *parti pris* teóricos e metodológicos – o que já é algo bastante rico, a justificar sua leitura –, era um capítulo da intrincada narrativa da nação em processo de invenção. Conforme ressaltou o próprio autor no prefácio à primeira edição, "a integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo pela monarquia", passaria, com a publicação do seu livro, a "ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional". Ao mergulhar na aventura de contar o passado da nação que estava sendo criada, Varnhagen buscava ser ele também um dos artífices da nação em formação, pois ele assumia

ao mesmo tempo uma tarefa ingrata – pois muito trabalhosa e alvo de toda sorte de críticas – e que se autoatribuía um valor: o de ser o agente da síntese nacional.

Essa última afirmação, aliás, ajuda a explicar o que hoje é considerado o maior problema de sua escrita: o sentido dado à história brasileira. Em linhas bastante gerais, a narrativa criada ali buscou estabelecer marcos fundadores, elegeu personagens de matiz heroica que personificariam a nação e explicou a história do Brasil como o sucesso do processo civilizador nos trópicos. Como as demais histórias nacionais, por princípio, a *História Geral* forçou interpretações e impôs severos silêncios. Como já dito, a obra de Varnhagen estava fortemente comprometida com o projeto político da elite conservadora de então.

Nesse sentido, outras perguntas se impõem: qual seria o papel da História disciplina naquele processo? E mais, havia, ao menos no terreno historiográfico, algum consenso? Obras como a de Varnhagen – sim, havia outras: a *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil,* de José da Silva Lisboa (1827), a *História do Brasil,* de João Armitage (1836) e a *História do Brasil,* de Robert Southey[2] (1862) –, que serviam a propósitos diversos, a depender do momento em que foram escritas, do local onde foram publicadas, das intenções e veleidades dos autores. Por isso, e para dar algum estatuto teórico a esta advertência, essas obras falam muito do tempo em que foram escritas, às vezes mais do que propriamente sobre o passado que abordam.

---

2 Escrita e publicada primeiramente em inglês, veio a público pela primeira vez em 1810, ganhando edição em português somente em 1862.

Nesse sentido, no caso de Varnhagen, seu livro buscava dotar a jovem nação de um passado, e um passado longínquo. Se bem realizada a tarefa, a pátria era representada com existência mais real e estável, não se limitando aos intensos e incertos anos das décadas de 1820, 1830 e 1840. O passado, nesse sentido, serviria para sancionar os acontecimentos do presente, sendo mais um elemento a consolidar o processo político em curso. Ao mesmo tempo, produzir essa história de longa duração era decerto operação teleológica, ou seja, construída de trás para frente, após o fato consumado. Segundo esse tipo de versão, a nação existia antes de o país existir de fato. Na verdade, seria uma história ainda mais longeva, o que definiria quase que um destino. O Brasil como destino já existia, na pena do autor, desde antes da chegada dos portugueses, espécie de catalizadores de um processo fadado a acontecer. Por isso ele já atribuía à chegada dos portugueses o sentido de uma descoberta. O termo, que segue sendo até hoje utilizado, além de revelar a força desse tipo de explicação, define uma existência prévia, dado que nada pode ser descoberto sem antes existir.

Essa narrativa da história do Brasil serviria para demonstrar o sentido de seu progresso, constituindo-se em uma espécie de guia para instruir os cidadãos. Nesse delicado processo, importava definir três elementos fundamentais que orientariam toda a narrativa da *História Geral*. O primeiro era o território, algo dotado de características próprias, sendo um dos elementos definidores do país. Importava ainda observar o processo da chegada e da ocupação do território pelos povos ditos civilizados, as dificuldades enfrentadas e as etapas e fatos mais relevantes desse processo. Finalmente, e talvez mais importante, era preciso dotar a nação de um povo. Um povo com características particulares, mas, acima de tudo, definido

como civilizado. Quando Varnhagen escreveu, já havia se consolidado a tese das três raças na configuração do povo brasileiro. Essa perspectiva já podia ser encontrada nas páginas do primeiro número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1839. Pouco depois, a tese da miscigenação do povo como marca brasileira foi sistematizada na premiada proposta de Friedrich Philipp von Martius, intitulada "Como se deve escrever a história do Brasil", publicada em 1843, vencedora de prêmio proposto por aquele instituto. Importante lembrar que o IHGB era reconhecido como o *locus* da produção historiográfica brasileira e sua revista veiculava as interpretações oficiosas de nosso passado, além de avaliar as publicações independentes sobre a história brasileira por meio de sua sessão de indicações bibliográficas.

Voltemos, então, ao modo como Varnhagen apresentou a questão das três raças nas páginas da *História Geral*. Para ele, falar dos grupos humanos constituintes do povo brasileiro era falar dos "colonizadores Portugueses, dos bárbaros Africanos e dos selvagens Índios". Essa definição, decerto bastante incômoda para os padrões dos nossos dias, expressava "a razão, o coração e a consciência" (p. XXIV) de Varnhagen. Mais ainda, era por ele considerada justa, ou seja, era fruto de análise criteriosa, sendo, por conseguinte, precisa, além de fazer justiça às três raças. A narrativa apresentada por Varnhagen, como fizera von Martius uma década antes, era uma história racializada do país em formação, o que se constituiu em um dos elementos conformadores do racismo do tempo e que se perpetua na contemporaneidade.

Importante observar que a narrativa criada por Varnhagen apresentou a diferença entre as raças com nuances mais fortes e reforçou

o sentido de que diferente significava desigual, o que a distinguia da versão normalmente encontrada em textos chancelados pelo IHGB. A principal diferença dizia respeito ao tratamento dado por Varnhagen aos povos indígenas, apresentados como falsos, inconstantes, ingratos, desconfiados, destituídos de história e vivendo em estado de natureza, entre outras adjetivações negativas. Tal posição fez com que sua *História Geral* recebesse acolhimento frio no instituto e fosse abertamente criticada por importantes sócios, entre eles, Gonçalves de Magalhães, que publicaria nas páginas da Revista do IHGB, em 1859, importante estudo intitulado "Os indígenas do Brasil perante a História". Magalhães trazia a perspectiva dos românticos, que buscavam nos indígenas brasileiros a singularidade e ancestralidade da nova nação. A posição desse autor e do grupo ao qual pertencia, contudo, não deve ser compreendida como uma perspectiva inclusiva. Para eles, a diversidade era uma fase a ser superada e o fim da miscigenação seria a constituição de um povo de pele clara, com hábitos ocidentais e adaptada aos trópicos. Se a representação dos indígenas na *História Geral* trouxe desconforto significativo para seus pares, o mesmo não ocorreu em relação aos africanos, retratados como pessoas inferiores, bárbaras, ou seja, pessoas rudes, "sem polícia, nem civilidade, oposto ao civilizado, e urbano", em suma, "desumano, feroz, cruel, inculto" (MORAES, p. 263), interpretação mais recorrente entre intelectuais de então.

Com isso exposto, temos mais uma resposta à pergunta que abre essa advertência: ainda vale a pena ler Varnhagen? O que podemos aprender com sua *História Geral*? Lendo a obra de Varnhagen, aprendemos um pouco sobre como certas interpretações sobre o Brasil foram produzidas, como elas tinham sentido muito particular quando foram criadas e como elas apresentaram uma explicação dominante

sobre o ser Brasil. Por certo, alguns ecos delas ainda podem ser ouvidos nos dias de hoje, de modo que a leitura atenta desta já muito comentada e bastante ultrapassada obra pode constituir antídoto contra seus principais sentidos, para os muitos conceitos e preconceitos sintetizados nessa *História Geral* [e generalizante] *do Brasil*.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*, São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ROCHA, Justiniano José da. “Ação, reação e transação”, in: Raimundo Magalhães Jr. *Três Panfletários do Segundo Reinado*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, “Prefácio à primeira edição”, *História Geral do Brasil,* Rio de Janeiro, E H Laemmert, Segunda Edição, Tomo I, 1877.

Prefácio

Senador Randolfe Rodrigues

Os 200 anos de nossa Independência merecem um olhar reflexivo tão mais intenso quanto profundo, a ponto de nos prestar assistência em um século já saturado de tantas interrogações e perplexidades.

No contexto da promoção das comemorações do Bicentenário da Independência, a Comissão Especial Curadora, "o Senado e os 200 anos da Independência do Brasil", priorizou a publicação desta nova edição de *História Geral do Brasil*, escrita por Francisco Adolpho de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. Esta obra se inscreve como a principal e mais caudalosa obra desse pesquisador natural de Sorocaba e foi publicada originalmente em dois volumes, nos anos de 1854 e 1857, com reedição revista, aos cuidados do autor, em 1877.

A leitura desse tratado histórico reacende novas inspirações interpretativas sobre as estruturas que fundamentam a história brasileira transcorrida, vinculando-se a um processo de reaprendizagem incessante. Pelas páginas desse clássico nacional constatamos o processo de construção coletiva da memória nacional, sem a qual a consciência de um povo não amadurece e frutifica plenamente na sucessão de gerações.

A contribuição de Varnhagen para a historiografia brasileira é de um valor informativo inestimável, fato que é destacado mesmo

por seus críticos. Por mais defasada que se possa considerar sua metodologia ou estilo, há uma fabulosa fábrica de descrições encadeadas sobre o Brasil de cada época, em uma tentativa inédita de unificar e sistematizar relatos e registros, que superam a frieza da narrativa ou mesmo o viés de classe, a darmos eco à crítica de Nelson Werneck Sodré.

Vale, contudo, termos, nesses casos, a visão de José Honório Rodrigues, que, ponderadamente, destaca que "a obra histórica deve ser vista e examinada como obra histórica, pelo seu valor intrínseco, como contribuição ao desenvolvimento de sua disciplina. O critério literário e formal não é o definitivo".

Não por acaso, à ocasião da sua publicação, a história se instaurava como disciplina oficial do conhecimento no Ocidente, adquirindo *status* de ciência. Nesse quadro, ao contrário de outros trabalhos científicos, o trabalho de Varnhagen busca confirmar uma visão preconcebida pelo autor, justificando a colonização e a superioridade do europeu sobre outros povos. Elaborado sob inspiração de determinismos raciais, sociais e geográficos, seguiu à risca os princípios hegemônicos da escrita científica da época.

Não escapa que o livro caracteriza enfaticamente o apogeu do Império do Brasil. Seria dispensável dizer que foi dedicada a Dom Pedro II, que, de acordo com o autor, compreendia "o valor do estudo da história pátria para o esplendor da nação, a instrução dos súditos e o bom governo do País". Da monarquia, a obra recebeu todos os afagos elogiosos e o autor tornou-se barão por decreto em 1872 e depois, em 1874, visconde de Porto Seguro. Oliveira Lima o elevou à condição de "criador da história pátria", e José Honório

Rodrigues, na sua *História da História do Brasil*, distingue Varnhagen como "incontestavelmente o maior historiador brasileiro.

Esgotadas há muito tempo as primeiras edições, e com a escassez de exemplares em nossas bibliotecas, tudo encarregou o tempo e a história de demandarem nova edição, tarefa para a qual o Senado Federal prontamente se habilitou. Ao cuidar da nova edição, não dispensou a tarefa de providenciar ajustes corretivos pontuais, sem prejuízo da versão original, por tantos e justos títulos considerada indispensável a todo estudioso do passado brasileiro. Para os brasileiros mais interessados em desvelar nossos percalços e conquistas, A *História Geral do Brasil* de Varnhagen será sempre indispensável para conferir as teorias que marcaram a evolução da historiografia brasileira ao longo desses 200 anos de Independência.

Prefácio da 3ª edição, integral, e aditamentos

Rodolfo Garcia

Publica-se agora a 3ª edição integral da *História geral do Brasil,* da autoria do visconde de Porto Seguro (Francisco Adolfo de Varnhagen).

As duas primeiras, como é sabido, ocorreram em vida do glorioso autor; a terceira, de 1906, a cargo do professor Capistrano de Abreu, por motivo do incêndio que devorou a oficina impressora, não chegou a termo, com grave dano para as letras nacionais. Do sinistro salvou-se felizmente a parte então impressa, cerca de um terço da obra, que constitui volume de limitada tiragem, livro raro e estimado, padrão de esclarecida erudição histórica.

Esgotadas há muito tempo aquelas e quase inacessível esta, já se tornava preciso, depois de vinte anos, se cuidasse de nova edição desta História, por tantos e justos títulos considerada indispensável a todo estudioso do passado brasileiro. A Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada), que em sua folha de serviços excelentes às letras históricas conta, entre outros, as reedições da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, das *Memórias da Capitania de São Vicente,* de frei Gaspar de Madre de Deus, e da *Cultura e opulência do Brasil,* de Antonil, tomou a si a empresa, e ao abaixo assinado cometeu a tarefa de rever e anotar a obra, para a qual o professor Capistrano de Abreu não só fez cessão do opulento acervo de notas e comentários de sua edição de 1906 como também

lhe acrescentou muitas outras inéditas, por igual interessantes e preciosas. Pelo imenso favor, com os agradecimentos que de si entende, valham estas palavras como declaração de *jus auctoris,* que se impõe imprescindível.

A *História geral do Brasil* sai dividida em cinco tomos, a cada um dos quais acompanham índices alfabéticos e de matéria, para maior facilidade de consulta; algumas estampas e retratos, além dos que figuraram anteriormente, vão ilustrar esta edição; os acréscimos e supressões que o autor pretendera se fizessem ao texto são fielmente observados; correções de datas, nomes e outras correm à conta da atual revisão, que para elas não julgou mister provocar em nota especial a atenção dos leitores. Dessa liberdade usou ainda com relação à grafia de algumas palavras, como *Brasil* e seus derivados, *Espanha*, etc., observando nesse particular, quanto possível, as resoluções da conferência convocada pelo Instituto Histórico, em 1926, de referência aos demais nomes geográficos.

As fontes bibliográficas vão indicadas nas notas; merece, entretanto, especial menção a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* repositório máximo de fatos e documentos do passado nacional, do mesmo modo que cumpre assinalar a *História da colonização portuguesa do Brasil,* de publicação recente, em cujas páginas de profunda análise e vasta informação o anotador hauriu elementos valiosos para o seu trabalho.

As notas menores vão ao pé da página; as que exigem maior explanação ou transcrição de documentos passam ao fim da correspondente seção. Umas e outras, quando seguidas da sigla A, se devem entender que pertencem ao autor; de C, ao professor Capistrano de Abreu; e de G, ao abaixo assinado.

Rio, 1927

Aditamento a esta edição integral

O texto desta edição foi digitado novamente, na busca de corrigir eventuais falhas de revisão cometidas até a 5ª edição (já que a edição seguinte, ressalvadas as ilustrações, foi reprodução da 5ª). A linguagem foi atualizada, exceto quando o autor ou os anotadores optaram por citar textos originais, em português antigo ou arcaico. Sempre que se julgou necessário, foram introduzidas notas adicionais, aliás, pouquíssimas, que vão indicadas entre parênteses como Nota do Editor (N. do E.).

Brasília, 2019
Conselho Editorial do Senado Federal

Seção I (VII da 1ª edição)

Descrição geral do Brasil.

Nome do Brasil. Extensão. Paragem central. Formações geognósticas. Diamantes. Ferro. Ouro. Ausência de terremotos. Climas. Meteorologia. Quadras do ano. Firmamento. Vegetação. Matas virgens. Capoeiras. Caatingas. Madeiras. Outras produções. Frutos. Campos virgens. Falta de neve. Animais. Pássaros. Peixes. Contrastes de plantas e de animais.

Terra do Brasil ou somente Brasil foi o nome dado pelos portugueses à parte mais oriental do novo continente, em virtude de haverem aí encontrado, em abundância, certo lenho, que subministrou ao comércio uma tinta vermelha análoga à que até então, com esse nome, a Europa importava da Ásia (I). O novo pau-brasil, que neste novo país era conhecido com o nome de *ibirapitanga* ou pau-vermelho, acha-se classificado pelos botânicos no gênero de *Caesalpinia*. Mais tarde a denominação de BRASIL veio a fazer-se extensiva ao conjunto de todas as colônias portuguesas neste continente, as quais, emancipando-se, vieram a constituir o atual império brasílico, hoje em dia um dos Estados de maior extensão do globo, de cuja superfície terrestre abrange proximamente a décima quinta parte. Dilata-se desde as cabeceiras mais setentrionais do caudaloso Amazonas até quase as margens do Prata, alargando-se muito mais

para as bandas do norte, à feição do continente meridional a que pertence e do qual constitui quase a metade.

Por toda a extensão que abraçam esses dois grandes rios se erguem serranias, que produzem variegados vales, por cujos leitos correm outros tantos rios caudais. Metade proximamente do território mais a noroeste é retalhado em todos os sentidos pelas águas do mencionado Amazonas e seus possantes braços. Essas águas vão com tanta fúria arrojar-se ao mar, quase debaixo da equinocial, que, durante certa distância da costa, deixam as ondas dele de ser salgadas.

À superfície desse rio-mar, flutuam imensas ilhas, cobertas de arvoredo. A estas roubam às vezes as correntes a terra e as árvores. Para engrandecerem outras ilhas, ou para mais abaixo as restituírem à mesma terra firme, donde as haviam desprendido.

Os grandes tributários da margem direita do Amazonas procedem de serras e chapadões, que se erguem numa paragem proximamente central a todo o território, da qual vão ao Atlântico, pelo Prata, outras vertentes depois de contornarem e banharem, com suas águas, os distritos do sul. Dessa mesma paragem central, de ameno clima em todos os meses do ano, baixam para o lado oriental outras vertentes; sendo assim a que melhor se presta a ligar entre si todo o sistema de comunicações fluviais do império, e a que a própria natureza está indicando como a mais adequada para constituir o grande e poderoso núcleo da futura união, segurança e independência do Estado, oferecendo para o estabelecimento de uma grande capital quer o chapadão do Urucuia, quer o de Santa Maria.

Geognosticamente, a base de toda a mencionada extensão territorial é formada de gnaisse, e suas competentes transições para

as rochas congêneres; aparecendo o mesmo gnaisse nas mais altas serras; seguindo-se, em outras formações tanto de arenitos de vários caracteres, incluindo os conhecidos com os nomes, de origem brasílica, de *itacolumites* e *itabirites* (II), como calcárias, umas metamórficas, outras secundárias; vindo depois os arenitos terciários, em que se devem compreender os das antigas matrizes dos diamantes, os quais não se têm manifestado senão de lavagem nos rios, ou em conglomerados de recente formação. Para as bandas do norte, perto da costa, predominam os arenitos de cor; donde procede ao terem, por aí, os rios menos cachoeiras, por haver podido ser mais eficaz a ação desgastadora das águas; ao passo que, pela razão inversa, na costa oriental se encontram em maior número os portos e abrigadas.

Predominam em muitos lugares as formações micáceas e esquistosas, e não faltam mármores calcários, especialmente pretos. Abundam as minas de ferro, algumas de grande possança e riqueza; donde principalmente provém o serem as terras avermelhadas, por se acharem saturadas de óxidos ferruginosos, a lugares mesclados até com óxidos de ouro, metal que também se encontra em muitos distritos, tanto nativo, em veeiros com o quartzo, e em folhetas ou em pó nos rios, como de muitas outras formas conhecidas pelos nomes indígenas de *tapanhuacanga*, *jacutinga*, *guapiaras* (III), etc.

Por toda a extensão do Brasil continental não se encontra um só vulcão nem têm aparecido formações vulcânicas[1], donde procede ao ver-se quase todo este grande império isento do flagelo de

---

1 Formações muito antigas foram descobertas e estudadas por Orville A. Derby. Sobre assuntos desta seção consultem-se: J. E. Wappoeus, *A geografia física do Brasil*, Rio, 1884; E. Réclus e o *Dicionário* publicado pelo Instituto Histórico. – (C.).

terremotos, que tanto afligem aos povos de várias nações limítrofes. Em todo o Brasil, até hoje, não há memória de se haverem sentido tremores, senão apenas nas suas extremas austro-ocidentais (Mato Grosso), além de alguns leves abalos nas costas de Nordeste (Pernambuco); provenientes sem dúvida, aqueles, da proximidade em que acham as cordilheiras, e estes da de algumas erupções no mar, nas imediações da ilha de Fernando de Noronha, na qual inquestionavelmente predominam as formações basálticas.

Numa extensão tão vasta e com tão diferentes elevações sobre o mar, como tem o Brasil, claro está que vários devem ser os climas e vária a ordem das estações, se estas, com os seus nomes inventados para as zonas temperadas, os podem ter correspondentes na zona tórrida; embora haja, até debaixo da equinocial, não só climas temperados como até frigidíssimos e de neves perpétuas, bem que não dentro dos limites do território brasílico.

Pode em geral dizer-se que desde as beiras do Amazonas, seguindo pela costa até o sul, nas margens dos rios de todo o litoral, o clima é quente e úmido, e apropriado às plantas que demandam maior grau de calor com umidade. Matos espessíssimos, nos lugares onde ainda não entrou o machado industrioso, sombreiam essa extensão, refrescada não só, diariamente, pela viração mareira e pelo terral como também pelas chuvas amiudadas, promovidas pelos vapores destilados das mesmas árvores, ou pelas névoas e nuvens levantadas pelos raios do sol. Experiências feitas por muitos anos, em mais de um ponto na nossa costa, dão resultado que, dos dias do ano, são serenos proximamente uma terça parte, a outra nublados, e a terceira chuvosos; sendo destes (que ocorrem no tempo de maior calor) mais da metade de trovoadas. A temperatura média,

mui análoga por quase toda a costa, regula, para as bandas do Rio de Janeiro, por dezessete graus e meio do termômetro de Réaumur (cent.). A maior umidade do verão faz que a ardência do sol nunca se chegue tanto a sentir. Parece providencial nesta terra que os dias calorosos sejam justamente os de maior umidade.

Como país do hemisfério austral, as quadras do ano andam desencontradas com as da Europa, e verdadeiramente não há mais que duas estações: a seca e a chuvosa. A estação seca, chamada *inverno*, é a mais fresca; começa no sul em maio e dura até novembro ou dezembro. Para o norte começa mais tarde: no Maranhão, no Pará e na ilha de Fernando, principia em julho ou agosto[2]. Os meses mais frescos são os médios da estação seca, e os mais quentes os médios da estação chuvosa, chamada *verão*. Durante a estação seca reinam os ventos leste e nordeste; e com eles, junto à costa, correm as águas para o sul; voltando a tomar a direção oposta, apenas cessem os mesmos ventos.

Nos páramos dos sertões e nas campinas do sul é o clima temperadíssimo; e com menos rigores de frio e calor que o dos países cuja bondade de ares é proverbial.

O firmamento ostenta-se no Brasil em toda a sua esplêndida magnificência. O hemisfério austral é, segundo sabemos, mais brilhante que o do norte, ao menos nas altas latitudes, donde se não

---

2 Para o norte geralmente chama-se inverno a estação das águas, ao contrário do sul, onde esta estação, por ser a mais quente, se chama verão. – (C.). – No Nordeste a época das chuvas começa em fevereiro ou março e distende-se até setembro. – Conf. Sílvio Fróis Abreu, "Nordeste do Brasil", in *Boletim geográfico*, mensário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ano I, n. 4, julho de 1943, pág. 16. – (G.).

pode ver a bela constelação do Cruzeiro, de todas as do firmamento a que mais atrai a atenção, ainda dos menos propensos a admirar a criação, nessas miríades de mundos, que confundem o miserável habitante deste nosso pequeno planeta.

A vegetação é sucessiva: poucas árvores perdem as folhas; algumas delas carregam de flores, quando ainda os seus ramos vergam com o peso dos frutos da safra anterior; e destes últimos vão uns inchando, quando já outros estão de vez ou de todo maduros. Nos terrenos de formação de gnaisse, em vigorosa decomposição pela ação fortíssima da atmosfera e das chuvas torrenciais, há mais umidade, e a vegetação é mais luxuriosa, sendo aí mais admiráveis as matas virgens. No litoral têm as plantas bastante analogia com as da costa da África fronteira: nos alagados do mar pululam as rizofóreas, que chamamos mangues, as quais se multiplicam pelos próprios ramos, que dos galhos se debruçam a buscar a terra. São árvores como que destinadas pelo Criador para marcar os leitos aos rios dos climas entretrópicos, quando as suas águas se vão mesclando com as salgadas do mar. Seguem muitas euforbiáceas, malváceas e leguminosas. Abundam, porém, mais que tudo, e que em país nenhum, as famílias das palmeiras e das orquídeas, plantas aéreas de grandes e notáveis flores. Mas o que torna mais original a vegetação destes países é a abundância dos cipós, que caem verticais dos ramos das árvores ou as unem umas às outras, como se fossem a enxárcia de seus troncos contra os tufões, ou finalmente se enroscam por elas; e às vezes com tal força que as afogam, ou com tal avidez que lhes chupam o melhor do seu suco e as assassinam; substituindo assim o antigo tronco, que apodrece e se consome com o tempo, outro novo em espiral. Tal é a necessidade das plantas de subirem para buscar a luz do sol, e à face dele apresentarem as flores ansiosas de ver

amadurecidos os órgãos da reprodução, que todas se fazem egoístas e até assassinas e verdugos de suas vizinhas mais débeis, ou menos astutas. Para vencerem, neste campo de batalha contínuo em prol da própria existência, chegam a mudar de natureza, convertendo-se até árvores em cipós; e vindo inclusivamente algumas palmeiras a degenerar em trepadeira. São também notáveis as matas virgens tropicais da América pelos botaréus ou contrafortes, que adornam muito dos troncos de árvores perto do chão.

Apesar de tanta vida e variedade das matas virgens, elas apresentam um aspecto sombrio, ante o qual o homem se contrista, sentindo que o coração se lhe aperta, como no meio dos mares, ante a imensidade do oceano. Tais matas, onde apenas penetra o sol, parecem oferecer mais natural guarida aos tigres e aos animais trepadores do que ao homem; o qual só chega a habitá-las satisfatoriamente depois de abrir nelas extensas clareiras, onde possa cultivar os frutos alimentícios ou preparar prados e pastos, que deem sustento aos animais companheiros inseparáveis da atual civilização. Ainda assim, o braço do homem, com auxílio do machado, mal pode vencer os obstáculos que de contínuo encontra na energia selvagem da vegetação.

É tanta a força vegetativa nos distritos quentes que, ao derrubar-se e queimar-se qualquer mato virgem[3], se o deixais em abandono, dentro em poucos anos aí vereis já uma nova mata intransitável; e não produzida, como era de crer, pelos rebentões das antigas raízes,

---

3 "Caité" chamavam os índios ao mato virgem; e infelizmente não tomamos deles esta expressão; melhor andaram os castelhanos que dos seus índios adotaram *arcabuco* – (A.).

mas, sim, resultante de espécies novas, cujos germes ou sementes não se encontram nas extremas da anterior derrubada, e se ignora donde vieram. A este novo mato se chama *capoeira*[4]. Derivando esta designação de ser análoga essa vegetação à dos *capões*, nome que se dá aos oásis ou boscagens no meio dos campos nativos, ou virgens. A estranha acepção do vocábulo *capão* derivou da adulteração de *ca-puam*, que na língua tupi valia tanto como dizer ilha de mato ou mato ilhado; da mesma sorte que se dizem *nhu-puam* os campos abertos em meio dos bosques cerrados. A roça das capoeiras dá mato *carrasquento*; depois do que vêm *catingas*, isto é, matos brancacentos, que são, apesar do nome, mais bastos que os das charnecas comuns do sul da Europa, de urzes, tojos e carquejas, ou de xaras, estevas e piornos. A vegetação das árvores e arbustos só para de ser espontânea quando a terra se transita muito, ou se cultiva com grama ou capim, até que as antigas raízes tenham tempo de secarem e apodrecerem.

Neste clima se produziu e produzem todas essas plantas exóticas à Europa que, por sua utilidade, se fizeram conhecidas no comércio, começando pelo pau-brasil, e as madeiras de construção e marcenaria, como o *jacarandá*, o vinhático e o *piquiá* de madeira amarela, os cedros e *maçarandubas* vermelhas, e outras não menos estimadas. São igualmente indígenas as plantas do algodão, da canafístula, da salsaparrilha, da baunilha, do *urucu*, das castanhas e cravo chamados do Maranhão das *sapucaias*, da goma-elástica, do cacau, do tabaco, e bem assim as do cará, da *mandioca* e do *aipi*. Aí se dão alguns frutos regalados, tais como o *ananás*, rei deles, o

4 Talvez fora preferível, por evitar equívoco, escrever *capoêra* e *cápan*. – (A.).

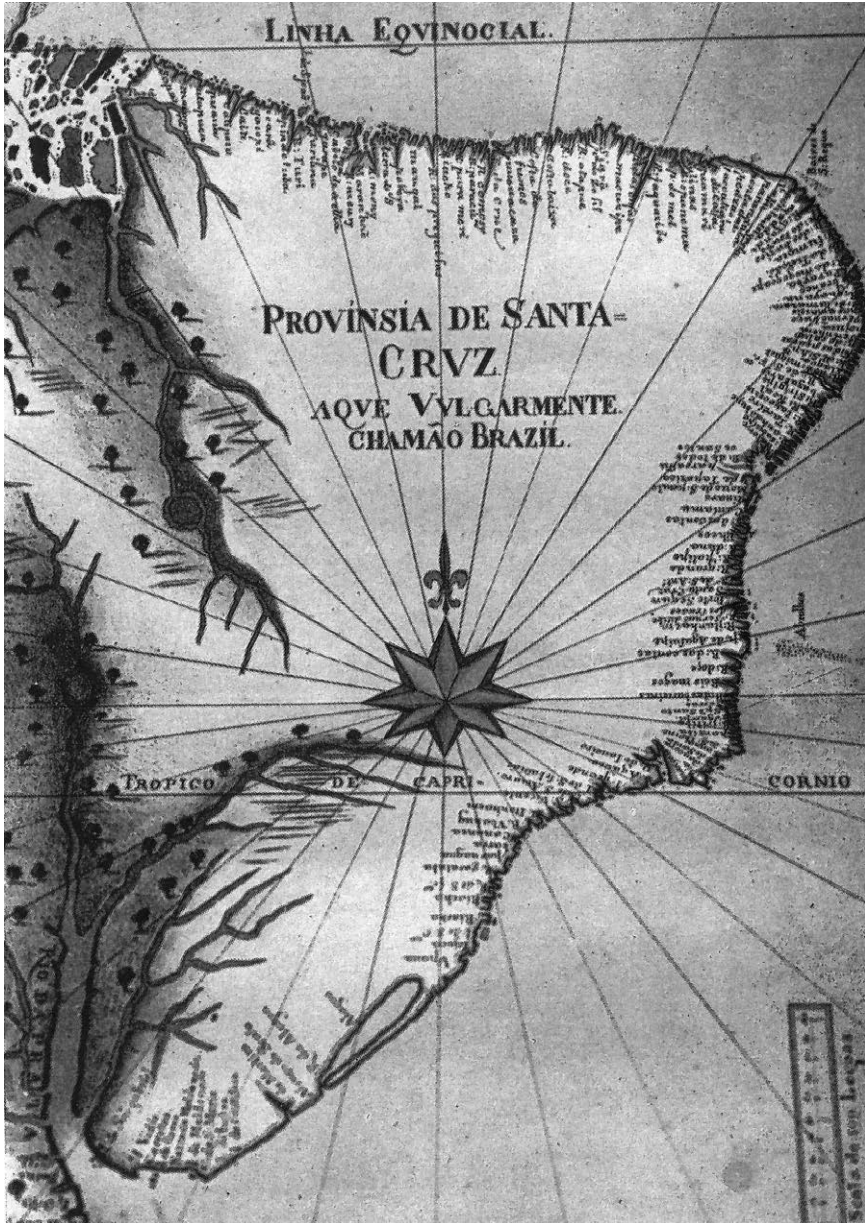
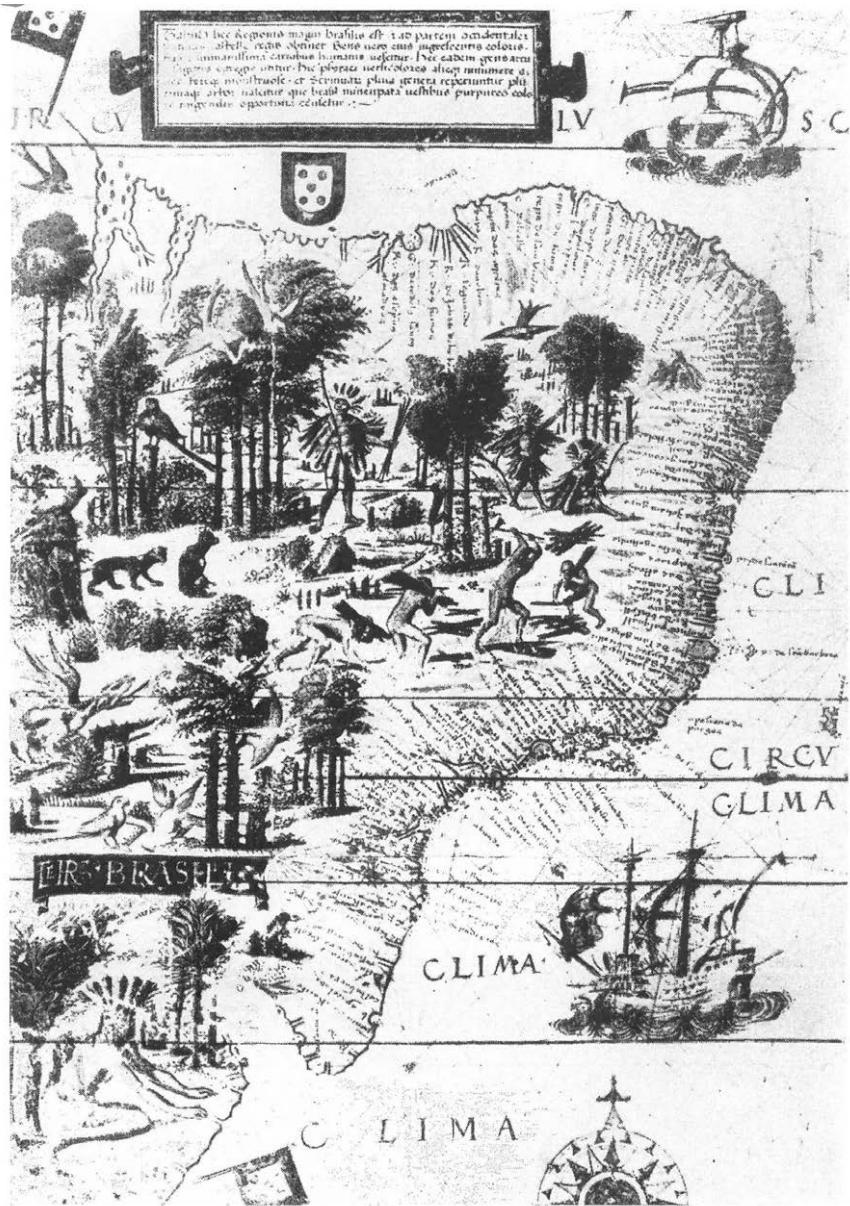
caju, fruta duas vezes, o dulcíssimo *sapoti*, com razão denominado pera dos trópicos os belos *maracujás*, as coradas *mangabas* e as recendentes *anonas* de várias espécies, conhecidas com os nomes de *araticuns*, *atas*, *frutas-do-conde*; e infinidade de outros pomos que a horticultura fará melhores, e de muitos que a química aplicada ainda tem de aproveitar e de vulgarizar. Nestes climas é que melhor prosperou, depois, a cultura introduzida da cana, do gengibre, do anil, da canela e do cravo; e, quando mais temperados e úmidos, a do café da Arábia, e modernamente a do chá da China: é neles que as mangas trazidas da Índia são mais saborosas que as do Oriente; e que a laranja importada da Europa se tornou tão superior a toda que se conhece; como sem dúvida sucederá como os tão celebrados *mangustães* de Java e *duriões* de Amboíno e Malaca[5] que, esperamos, não tardarão a ser importados da Ásia, e devidamente cultivados. Para as bandas do sul, e para o interior, nos tabuleiros elevados, já quase se não produzem essas plantas tropicais; abundam, porém, as mirtáceas de muitos gêneros, que dão gostosas frutas: as agridulces *pitangas*, os deliciosos *cambucás*, as refrigerantes *ubaias*, os aromáticos *araçás* e *guabirobas*, as saborosas *jabuticabas* que, quando maduras, negrejam nos ramos e até nos troncos das árvores, que delas se veem carregadas. Mirtáceas são também as *guaíbas* e as *grumixamas*, que se dão assim nos climas calorosos como nos mais temperados.

5 Melhor *mangostão*. É o fruto da *Garcinia mangostana,* L., uma das frutas mais estimadas, senão a mais estimada dos europeus, devido ao seu sabor agridoce. *Durião* é o fruto do *Durio zibethimus*, L. – Rodolfo Dalgado, *Glossário luso-asiático*, **I**, pág. 373, e **II**, pág. 30, 1919-1921. – (G.).

Também nesses climas temperados se produzem pinheiros *araucários* ou *curis*, e se topam *campos virgens*, do mesmo modo que há *matos virgens*. Por eles se encontra muita ipecacuanha, e se cultiva a vinha, o trigo e as frutas todas dos países da Europa central.

Nos lugares mais altos, apenas crescem os *sapés* e outras gramíneas, e alguns líquens; na vegetação dos quais termina a escala termométrica dos diferentes climas do nosso território. Apesar de tantas serras, cujos píncaros parecem desafiar as nuvens, nenhuma há que se vista de neves perpétuas e que se nos figure de longe a estampar a sua alvura contra o fundo azul do firmamento, como se vê em cima dos Andes, nesse mesmo continente meridional.

Se as plantas do Brasil têm alguma paridade com as do continente da África fronteiro, não sucede assim com os animais; todos eles são especiais americanos, sem relação, em geral, com os da zona tórrida nos outros continentes, exceto na circunstância de serem, como ali, mais perfeitos do que os das zonas temperadas e frias, e em maior número os trepadores (IV).

Os quadrúpedes longe estão de poderem ser comparados em tamanho aos elefantes, hipopótamos e rinocerontes do continente fronteiro além do Atlântico. Em vez destes três paquidermes, este nosso continente do sul possuía, como animal mais corpulento, um paquiderme também, proboscídio como o elefante, mas menor que a zebra: era o *tapir*, a que vulgarmente, em virtude da dureza do seu couro, chamam *anta*; nome como os europeus denominavam o búfalo, de que obtinham produto análogo ao que veio a prestar o mesmo tapir. No continente setentrional distinguia-se, entretanto, o *bisonte*, ou touro peludo e barbado.

Mapa da Província de Santa Cruz, depois Brasil.

Mapa do Brasil, reproduzido do atlas dos Reinel – Veem-se aborígenes cortando e transportando o pau-brasil.

Entre os animais pequenos notam-se como gêneros sem correspondentes no chamado "Mundo Velho", e que só os têm na Austrália, o tamanduá, os tatus, as preguiças e os gambás e jaguaticacas. O primeiro é o célebre papa-formigas, do qual se conta que, atacado pelo tigre, o mata com um abraço, em que lhe crava as unhas no costado; os segundos são os conchudos *dasypus*. Às preguiças chama a ciência *tartígradas*; e aos gambás *didelphos*, conhecidos pelo entressolho do ventre. Os últimos são os repugnantes *conepatus suffocans*, que têm a propriedade de expelirem de si, quando perseguidos, certo fedor tão repugnante que afugenta os homens e os animais. Em alguns distritos amazônicos abundam as tartarugas de várias espécies, de cujos ovos machucados se recolhe grande abundância da chamada *manteiga* de tartaruga.

O viveiro ou aviário brasílico apresenta originalidade e passa pelo mais rico da Terra em superfície igual. Crê-se que, de umas seis mil espécies de aves que povoam o nosso planeta, este continente do sul fornece a terça parte; das quais não cedem muitas em beleza de plumagem às mais vistosas da África e do Oriente. Tais são as grandes *araras* e *canindés*, os rostrados *tucanos* e *tucanuçus* de papo amarelo, cuja plumagem serve como de arminhos no manto imperial, os vermelhos *guarás*, as róseas colhereiras, os loquazes papagaios, os verdes periquitos e, mais que todos, os *guainumbis* ou chupa-flores, de plumas acatassoladas, e que, pela sua pequenez e voo rápido, parecem às vezes zunidores besouros. As brancas arapongas fazem repercutir, nos bosques, vibrantes sons que imitam os da percussão dos martelos de pena nas bigornas dos *ferradores*, cujo nome tomam; ao passo que os *bem-te-vis* e os *tangarás* justificam no canto os nomes que, onomatopaicamente, receberam. O mesmo sucede com a *acauã*, perseguidora das cobras.

Por sua melodia distinguem-se, nas províncias do norte, os *curiós*, tão estimados como os rouxinóis; seguindo-se-lhes os caboclinhos, os bicudos, as *patativas*, os *grunhatás* de coqueiro, os *viviós*, e finalmente os canários, semelhantes aos pintassilgos da Europa. Os *sabiás* de várias espécies, comuns a todo o Brasil, fazem ouvir longe sons harmoniosos, e os *iapus* ou *xexéus*, *concliches* e *quenquéns* imitam, com mais ou menos êxito, os cantos de algumas outras aves.

As garças e mais ribeirinhas coalham, em muitos lugares, as margens menos povoadas dos rios piscosos, como não há notícia em nenhumas outras paragens da Terra.

Pelo tamanho, fazem-se notáveis os agigantados *tuiuiús*, os arteiros *jaburus*, chamados pelos naturalistas *tântalos,* e as corredoras emas, que são as avestruzes deste continente. Distinguem-se estas pelo instinto com que, nos incêndios dos campos, procuram resguardar os ninhos, borrifando com o próprio corpo molhado toda a erva em derredor; e os jaburus pela sua tendência comunista, na distribuição por igual que fazem do peixe que tomam, nas montarias que juntos empreendem.

Como peixes de regalo se recomendam o saboroso *beijupirá* e a garoupa e, no grande rio, os enormes *pirarucus*; isto além de muitos mais peixes d'água doce e salgada, análogos aos de outros continentes.

Para ser mais original, oferece o país vários contrastes originais. A par de plantas de muita virtude medicinal, à frente das quais citaremos a *copaíba*, a *ipecacuanha*, o *mate* e o *guaraná*, produz também venenos atrocíssimos. Ao perseguirdes a inofensiva anta, a anfíbia *paca*, a meiga *cutia*, o corredor veado-campeiro ou do mato, estais em risco de encontrar um faminto *jaguar*, ou uma medonha *canguçu*,

que poderíamos talvez chamar a hiena do Brasil. Ao apontardes à ágil *sariema* que avulta no campo, ou ao gordo macuco que rastolha no mato, ou ao astuto *jacu*, escondido na ramagem da *ipeúva*, podereis ver-vos surpreendido pela picada peçonhenta do insidioso réptil que, num instante, decidirá do fio da vida havíeis recebido do Criador; e achando-vos à beira de um rio, não estais livres de que vos esteja tocaiando algum traidor *jacaré* ou medonho *sucuriú*...

Mas ânimo! Que tudo doma a indústria humana! Cumpre à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau. Tempos houve em que nalgumas das terras hoje cultivadas ou povoadas de cidades na Europa o feroz urso se fazia temer... E o lobo carniceiro surpreende e devora ainda a ovelha descuidada pelo rafeiro do pastor; e a peçonhenta víbora, e os lacraus e as tarântulas, e as nojentas osgas e salamandras ainda se não extirparam dos mais belos jardins das penínsulas banhadas pelas águas do Mediterrâneo...

Para em tudo o país ser de contrastes no estado selvagem, achava-se ele, com toda a riqueza do seu solo, e magnificência de suas cenas naturais, e a bondade dos seus portos, tão prestantes ao comércio, possuído pelas gentes que passamos a conhecer.

NOTAS DA SEÇÃO I

I
(Pág. 27)

O nome *brasili* significa ao mesmo tempo um produto do Oriente e uma ilha do Ocidente. Como produto aparece escrito, segundo Wilhelm Heyd, *lignum brasile* (*braxile*, *bresillum*, *brisilium*), donde derivavam em italiano *bersi (berzi, barzi)* ou *verzi*, que finalmente se tornou *verzino*. Esta forma é, portanto, a mais moderna de todas.

Como ilha ocidental da Europa, ainda é mais caprichosa a maneira de escrevê-la. No estudo das cartas medievais, encontrou Konrad Kretschmer as seguintes formas: *Brazi, Bracir, Brasil, Brasiel, Brazil, Brazile, Braziele, Braziel, Bracil, Braçill, Bersill, Braxil, Braxiili, Braziel, Braxyiili, Brisilge*. Não foi provavelmente conhecido na Europa antes das Cruzadas: já o era, pelo menos, em 1140. Vinha em toros de que, retirados a casca e o alburno, restava o âmago vermelho, contendo uma matéria corante, empregada na tintura de panos e miniaturas de manuscritos, máxime quando se queria salientar os tons róseos; na pintura era menos empregado. A madeira servia também para obras de marcenaria.

Havia o brasil doméstico, mais apreciado, e o selvático. Os negociantes distinguiam três qualidades do produto: o *colombiano*, exportado de Ceilão, na costa de Malabar; o *ameri*, vindo de Lamori, Lamuri, ou Lambri, na parte de Sumatra voltada para a Índia anterior; o *seni*, procedente da Indonésia, ou Índia citerior. Naturalmente as duas primeiras designações nada têm com Colombo ou Vespúcio (Heyd – *Geschichte des levantehandels im Mittelalter*, **2**, págs. 576-580). Designando uma ilha, figura este nome desde 1351 no atlas dos Médicis, e continua pelos séculos seguintes, até que, em 1776, Jeffery pôs em dúvida a sua existência. Mesmo agora não desapareceu totalmente, pois as cartas do almirantado inglês marcam *Brazil Rock*. 6°W. da ponta meridional da Irlanda.

Das cartas medievais algumas dão o nome a uma só ilha, ora em forma de um círculo perfeitamente regular de um a dois centímetros, ora em forma de meia-lua; outras dão o nome a duas ilhas semicirculares, separadas por um estreito. Na carta de Pizigano de 1367 há três ilhas *Bracir*, a mais meridional marcada no grupo dos Açores, na latitude do cabo de São Vicente, a segunda a N.W. do cabo de Finisterra, na latitude da Bretanha; a terceira a W. e não muito longe da costa da Irlanda. Em geral a ilha do Brasil pode identificar-se com a Terceira, onde existe ainda um monte de *Brasil* junto à cidade de Angra.

De Bristol partiram a 15 de julho de 1480 dois navios capitaneados por Jay Júnior à procura da ilha do Brasil, que voltaram passados meses sem nada ter encontrado. A 25 de julho de 1497 escrevia P. de Ayala, protonotário e legado ao rei Fernando de Espanha junto à corte de Henrique VII da Inglaterra, que de sete anos àquela parte zarpavam anualmente de Bristol armadas de duas, três e quatro caravelas à procura da ilha do Brasil (Kretschmer, *Die Entdeckung Amerikas*, 214-221).

Como se deu tal nome à ilha é ponto por liquidar. Entendem uns que *Brasil* indica fenômenos vulcânicos notados no arquipélago açoriano. Entendem outros que ali se teria encontrado, se não o verdadeiro *brasil*, pelo menos um sucedâneo, que bem pode ser a urzela.

A 19 de outubro de 1470 el-rei d. Afonso V proibiu às pessoas que tinham privilégio de comerciar com Guiné negociarem com as tintas do *brasil*, que reservava para si. Igual proibição não se fez para as ilhas; e se ponderarmos que, nas diferentes formas gráficas apuradas por Kretschmer e indicadas nesta nota, não se veem formas congêneres de *verzi* ou *verzino*, pode-se, sem grande esforço, concluir que o *Brasil*, ilha ocidental, nada tem com o produto oriental. Com o vulcanismo

dos Açores não se prova nexo; e é pouco provável que os primeiros viajantes não imaginassem para um monte em ignição outro nome que o de simples brasa. Mais natural é que o nome proceda de origem céltica: há até quem o decomponha: *brazz*, grande, *i*. Em todo caso, Brasil como ilha aparece sempre no Atlântico, e sempre a W de terras primitivamente habitadas por celtas. – (C.).

II
(Pág. 29)

Itacolomite e *itabirite*, melhor *itacolumito* e *itabirito*, são termos usados por especialistas da geologia brasileira para designar: o primeiro – um quartzito esquistoso, de cor clara, constituído por pequenos e finos grãos de quartzo e folhelhos de ferro micáceo, talco e clorito, e contendo acessoriamente ferro magnético e ouro nativo; o segundo – uma rocha esquistogranulada, a que se associa em proporção mais ou menos elevada o hematito laminar, e contendo também acessoriamente ouro puro, talco, clorito e actinoto.

Henri Gorceix considerou o itacolumito como a matriz do diamante. O nome tupi *Itaculumi*, da montanha em Minas Gerais, assim se decompõe: *ita* pedra + *curumi* menino: menino de pedra, filho da pedra, ou a pedra e seu filho; alusão ao fato de ser o pico formado de um grande bloco rochoso, tendo junto outro menor, como se fossem mãe e filho (T. Sampaio – *O tupi na geografia nacional,* 2ª edição, pág. 229) + suf. de origem grega *ito*, que indica procedência ou derivação de ou imediata relação com o objeto designado pelo tema a que se liga; em mineralogia indica particularmente espécies minerais e, por extensão, rochas em que uma delas predomina.

O nome *itabirito* foi primitivamente proposto por Eschwege, no *Geognostisches Gemälde Von Brasilien* (Weimar, 1822). É também tupi o seu étimo, de *Itabira*, do pico de Minas Gerais, composto de *ita* pedra + *bir* levantar-se: pedra que se levanta, serro empinado (T. Sampaio – ibidem) + suf. *ito*, como em *itacolumito.* – Conf. Rodolfo Garcia – *Dicionário de brasileirismos*, págs. 159-160. – (G.).

III
(Pág. 29)

Tapanhuacanga, *jacutinga* e *guapiara* são vocábulos tupis. *Tapanhuacanga* (de *tapui-una* o negro, e *acanga* cabeça) designa uma formação constituída por uma crosta negra de hidrato de ferro, cheia de concreções ocas do mesmo hidrato e com as paredes interiores cobertas de cristalizações da mesma substância.

Jacutinga é uma rocha friável argilosa, que serve de jazida ao ouro; deve o nome à semelhança de coloração com a ave (*Cumana jacutinga,* Spix).

Guapiaras, *gopiaras* ou *grupiaras* (de *gua-upiara*, cascalho da baixada) são, conforme definiu Calógeras (*Minas do Brasil*, 1, 113), os depósitos das encostas, restos da ação erosiva das águas e da precipitação dos materiais transportados em períodos mais remotos. – Conf. T. Sampaio – *O tupi na geografia nacional*, 2ª edição, pág. 218. – (G.).

IV
(Pág. 36)

Vejam-se os três volumes de Emílio Augusto Goeldi, sobre os *Mamíferos e aves do Brasil,* Rio de Janeiro, 1893-1899. – (C.).

Fazem parte esses volumes da coleção *Monografias brasileiras*, destinada a comemorar o quarto centenário do descobrimento do Brasil, e da qual saíram a lume:

I – Emílio Augusto Goeldi, *Os mamíferos do Brasil.* Rio de Janeiro. Livraria Clássica de Alves & Cia. Rua Gonçalves Dias, 46; São Paulo, Rua da Quitanda, 9, 1894-1899, in-8º de 664 págs. + 82 de índice.

II – Emílio Augusto Goeldi, *Os mamíferos do Brasil.* Rio de Janeiro. Livraria Clássica de Alves & Cia., Rua Gonçalves Dias, 46, 1893, in-8º de 181 págs.

III – José Veríssimo, *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves & Cia., Rua Gonçalves Dias, 46; São Paulo, Rua da Quitanda, 9, 1895, in-8º de 190 págs. + 17 de índice.

As monografias de Goeldi foram traduzidas pelo professor J. Capistrano de Abreu, que dirigiu a coleção, do manuscrito original em língua alemã. Constavam do programa, chegaram a ser anunciados, mas não foram publicados, os seguintes volumes:

I – Goeldi – *Peixes;* II – Goeldi – *Répteis*; III – H. Von Ihering – *Moluscos;* IV – Rui Barbosa – *História do governo provisório*; V – Barbosa Rodrigues – *Flora amazônica;* VI – Antônio Bezerra – *O Estado do Ceará;* VII – José Veríssimo – *O Estado do Pará*; VIII – Macedo Soares – *Legislação federal e estadual*; IX – Travassos – *Caça e pesca no sul do Brasil*; X – Sílvio Romero – *Folclore brasileiro*; XI – Álvaro de Oliveira – *Água, esgotos, bondes, iluminação do Rio de Janeiro,* 1 vol., 1º da *Monografia da Capital Federal;* XII – Ramiz Galvão – *A instrução pública na cidade do Rio de Janeiro*, 1 vol., 2º da *Monografia da Capital Federal;* XIII – Getúlio das Neves – *A indústria da cidade do Rio de Janeiro*, 1 vol., 3º da *Monografia das línguas indígenas do Brasil;* XIV – J. Capistrano de Abreu – *A língua dos bacairis*, 1 vol., 1º da *Monografia das línguas indígenas do Brasil;* XV – Neves Leão – *Principais tribos africanas importadas pelo tráfico*, 1 vol.; XVI – Assis Brasil – *A revolução rio-grandense* (1835-1844). – (G.).

Seção II (VIII da 1ª edição)

Dos índios do Brasil em geral.

Cálculo da população indígena. Ideias de patriotismo. Unidade de raça. Língua geral. Tupinambá. Nacionalidades. Alcunhas dos bandos. Que significam. Caboclo. Bugre. Emboaba. Alcunhas de ódio, de respeito, etc. Mais alcunhas no Brasil e noutros países. Apodos. Nome genérico de bárbaro ou tapuia. Nação tapuia. Bárbaros. Significação do vocábulo tupi. Guaranis. Caribes, caraíbes. Berço dos invasores. Marinha de guerra. Germes de discórdia. Vícios. Envenenamentos. Anarquia. Infância da humanidade. Meninice dos heróis.

Por toda a extensão que deixamos descrita não havia povoações fixas e que descobrissem em seus habitantes visos de habitação permanente. As aldeias se construíam de modo que apenas duravam uns quatro anos. No fim deles, os esteios estavam podres, a palma dos tetos já não os cobria, a caça dos contornos estava espantada; e, se a tribo ou cabilda era agricultora, as terras em grande distância pelo arredor estavam todas roteadas e cansadas, pelo que era obrigada a mudar de residência. Os lugares das aldeias abandonadas se ficavam denominando *taperas*[1]. Tais aldeias não eram em grande número; e muitas cabildas nem sequer em povoações provisórias

1 Contração de *Itaba-oéra,* aldeia que foi. – (A.).

se juntavam; pelo que o país vinha a estar mui pouco povoado. Se nos lembrarmos de que, em certas paragens, os primeiros colonos exploradores atravessavam extensões de caminho de quarenta e cinquenta léguas, sem encontrar gente, e se estudarmos o que ainda hoje se passa nesses lugares onde o gentio, perseguido de várias partes, se acardumou; e ponderarmos quando têm crescido, à vista d'olhos, tantas povoações e cidades, à medida que há três séculos progride a cultura da terra, como os milhões de braços vindos da África, cremos que não andam errados os que, como nós, ajuízam que toda a extensão do Brasil está hoje oito ou dez tanto mais povoada do que no tempo em que se começou a colonização; e que por conseguinte nem chegariam a um milhão os índios que percorriam nessa época este vasto território, hostilizando-se uns aos outros – às vezes cada duas léguas, se a terra atraía por pingue mais alguma gente; como sucedia nos arredores da Bahia[2] e do Maranhão e, em geral, em todas a paragens da costa, onde abundavam os mangues, que no seu lodo ou tujuco ofereciam como inesgotáveis *minas* de caranguejos, que lhes proporcionavam seguro e fácil alimento.

Conhecido é o axioma de estatística que, em qualquer país, a povoação só toma o devido desenvolvimento quando os habitantes abandonam a vida errante ou nômade, para se entregarem à cultura ou aproveitamento da terra com habitações fixas. Assim,

---

2 Naqueles primeiros vinte anos depois que os nossos [jesuítas] entraram no Brasil, escreve Fernão Guerreiro, havia junto do mar tão grande multidão de gente que, dizia Tomé de Sousa, que foi governador naquelas partes, a el-rei d. João III, ainda que os cortassem em açougue, nunca faltariam, e assim nos primeiros quarenta anos eram infinitos os que se convertiam e as igrejas eram muitas (Cândido Mendes de Almeida – *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*, **2**, 504, Rio, 1874). – (C.).

orçando como dissemos, apenas caberiam dois indivíduos por légua quadrada no Brasil; e noutras paragens deste continente, menos favorecidas pelo Criador, o seu número seria muitíssimo menor. As guerras de extermínio, que mantinham entre si, eram causa de que as tribos e cabildas se debilitassem cada vez mais em número, em vez de crescerem. Além de que, essas mesmas pequenas cabildas que existiam mantinham-se por laços sociais tão frouxos, que tendiam a fracionar-se cada vez mais e guerrear-se, ficando inimigos acérrimos os que antes combatiam juntos. E começada uma vez, a rixa era transmitida de filhos a netos; pois que nessas almas, em que tanto predominavam os instintos de vingança, nenhuns sentimentos de abnegação se podiam abrigar em favor do interesse comum e da posteridade. Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, que nem sequer eles como nômades tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria. Nem poderiam possuir instintos de amor de pátria que, como nômades, a não tinham, e que limitavam a tão curtos horizontes a ideia da sociabilidade, que geralmente a não estendiam além dos da sua tribo ou *maloca*, a qual não dominava mais território que o dos contornos do distrito que provisoriamente ocupavam. Essas gentes vagabundas que, guerreando sempre, povoavam o terreno que hoje é do Brasil eram pela maior parte verdadeiras emanações de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem comum e falavam dialetos[3] da mesma língua, que os primeiros colonos do

3 Com esta opinião vai de acordo quanto dizem a tal respeito Gândavo, Gabriel Soares, o padre João Daniel e d'Orbigny. – Veja *Rev. do Inst. Hist.*, **3**, 175. – (A.).

Brasil chamavam *geral* e era a mais espalhada das principais de todo este continente.

Essa unidade de raça e de língua, desde Pernambuco até o porto dos Patos, e pelo outro lado quase até as cabeceiras do Amazonas, e desde São Vicente até os mais apartados sertões, onde nascem vários afluentes do Prata, facilitou o progresso das conquistas feitas pelos colonos do Brasil; onde a língua se lhes apresentou outra, não conseguiram tão facilmente penetrar.

Salvando, pois, como exceção, o fato de algumas tribos de nacionalidade diferente e que, no grande terreno que nos ocupa, formavam, permita-se a expressão, como pequenos oásis ilhados e sobre si em que haviam estabelecido caravanas refugiadas ou transmigradas[4], eram dialetos da mesma língua, como dissemos, os que se falavam em geral, por toda a extensão do Brasil[5], e a identidade dos nomes geográficos e, com raras exceções, dos das plantas e animais, são suficientes para nos darem disso a mais convincente prova.

E não só falavam dialetos idênticos como, em geral, se denominavam a si quase sempre do mesmo modo: *tupinambá*. Se no Maranhão como no Pará, na Bahia como no Rio[6], houvésseis

---

4 Nesse número se devem contar os aimorés ou botocudos, os cariris, e outros. – (A.).

5 No Maranhão tal é o tratamento que se davam, segundo Abbeville; no Amazonas havia índios deste nome, não só no Pará e Tocantins, segundo Berredo, senão na grande ilha abaixo da foz do Madeira, segundo Acuña (nº 22 e 69, f. 9 v. e 35). Na Bahia assevera-o Gabriel Soares; e no Rio de Janeiro, Staden, Laet e Thevet. – (A.).

6 "*Andam derramados por esta tierra... señorean gran parte de la India y confinam com lós quye habitan en la sierra*" (dos Andes). – Ramírez, carta de 10

perguntado a um índio de que nação era, responder-vos-ia logo: *tupinambá*. Parecia, pois, que tupinambá se chamava o primitivo tronco nacional, donde se tinham separado todos aqueles ramos, garfos e esgalhos que, apesar de se produzirem em terras distantes das em que se haviam plantado, não mudavam de nome. Acerca, porém, da origem do vocábulo tupinambá tem-se até aqui dito pouco. Esta palavra é verdadeiramente composta de duas: *tupi* e *abá*. Da significação da primeira não tardaremos a ocuparmo-nos. A última deixava de se acrescentar desde que cessava a liga ou amizade, e que nação se fracionava. Se se declaravam logo inimigos, a alcunha menos injuriosa com que se podiam ficar mutuamente designando era a de *tupi-n-aem*, isto é, tupis maus ou perversos. Se não ficavam em desinteligência, faziam-se muita cortesia em se apelidarem reciprocamente *tupi-n-ikis*, isto é, tupis vizinhos, contíguos ou limítrofes. *Abá* significava o mesmo que varão; e este título não concediam, tal era a sua vaidade, senão a si mesmos[7]. E até às vezes chegavam a chamar-se *abá-été*, isto é, pessoa verdadeiramente ilustre. E é

---

de julho de 1528, *Revista do Instituto Histórico*, **15**, 27. – (A.). – A carta de Luís Ramírez, cujo original se conserva na Biblioteca do Escorial, foi pela primeira vez publicada pelo autor desta *História* no lugar supracitado. A seguir foi reproduzida por Manuel Ricardo Trelles, *Diego García*, *primero descubridor del Río de la Plata*, 45-84, Buenos Aires, 1878; por Eduardo Madero, *Historia del Puerto de Buenos Aires*, **1**, 330-354, Buenos Aires, 1892, conforme cópia extraída por d. Marcos Jiménez de la Espada; por José Toríbio Medina, *El Veneciano Sebastián Caboto Al servicio de España*, **1**, 442-457, Santiago de Chile, 1908; e, em extrato, na *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. II, 383-385. Em francês foi publicada nas *Nouvelles Annales des Voyages*, **3**, 33-73, Paris, 1843, "*traduite du manuscrit inédit de la bibliotèque de M. Ternaux-Compans*". – (C.).

7 Os guaranis chamavam sua língua *abá-nheenga*, língua de gente nobre. No *Diário* de Pero Lopes de Sousa (1531), menciona-se a língua guarani. – (C.).

muito possível que o apelido de *Pessoa* que tomaram mais tarde para si alguns descendentes dos índios não tivesse mais origem que o ser uma tradução do vocábulo *abá*. Raramente encontramos designados por *tupinambaranas,* ou tupinambás bravos, aqueles que se apartavam temporariamente, enfurecidos por alguma rixa. Os separados sobrenomeavam às vezes *tamoi* (donde veio tamoios) ou avós (*Dic. bras.,*17) àqueles de quem faziam brasão de proceder; e para melhor sustentarem tal brasão se apelidavam a si *temiminós* ou netos (*Dic. bras.,* 54). Outras vezes se davam simultaneamente o nome de *guaiá* ou *guaiá-ná*[8], que pode significar "irmãos", donde veio *guaiases* e *guaianases*. *Amoipiras* pode significar (*Tes. guar.,* f. 32 v. e 297 v.) "parentes afastados"; ou também os da outra banda (de algum rio, como v. gr. São Francisco), e *anacés* (*Tes. guar.,* f. 34 e 113 v.) "quase parentes".

Tantas vezes aparecem, nos documentos antigos, as mesmas gentes apelidadas por nomes tão diferentes, que mais de um escritor tem sido induzido em anomalias e despropósitos, por não se ter prevenido com o ir, como ora fazermos, primeiro elucidar esta questão, dos nomes de nacionalidades, à própria língua, única fonte pura.

Quanto à etimologia ou verdadeiro significado da palavra *tupi*, tampouco julgamos nós que ela se ligasse a país algum, e menos ainda, como se tem dito, que proviesse de um grande chefe desse nome, que regia a nação, quando ela ainda estava compacta. A índole destes índios e a de sua língua pedem antes que reputemos esse nome algum coletivo, que os adjetivos *mbá*, *iki, aém* e outros tais não fizessem senão modificar; e julgamos mais natural,

---

8 Dos guaianases vizinhos ao Orenoco veio Guiana. – (A.).

seguindo o sistema que acima expusemos, antes de nos lançarmos em um fatigoso pélago de conjeturas, interrogar o que queria dizer tupi. Graças aos mais profundos estudos sobre esta língua, cremos haver hoje atinado com a verdadeira significação desta palavra. *Y'pi'* quer dizer "princípio de geração"; e como a letra *t* anteposta a um substantivo, segundo a frase do padre Figueira, o faz reflexivo de si próprio (*Gram.* do padre Luís Figueira), *T'y'pi'* vem a significar "os da primitiva geração"[9]. Assim, pois, os que se denominavam *t'y'pi's* ou *tupis* blasonavam de ser puritanos procedentes da raça invasora. Pela mesma forma que de *iby'*, terra, diziam *t'iby*, a sua terra, jazigo ou sepultura.

Alguns *tupis* se denominavam *guaranis* ou guerreiros; e outros *caribs* ou *cary's*[10], nome este com que invadiam as Antilhas, e se encontravam no *cary'yós*.

---

9 Essa explicação (*t'y'pi'* – os da primeira geração) não é aceita por Batista Caetano nem por Carlos von den Steinen. Diz o primeiro nas notas ao *Princípio e origem dos índios no Brasil*, s.v.: "Nos nomes de tribo tendo por tema a dicção tupi, veremos que não deixa de proceder a explicação *tub-yb*, chefe dos pais, ou, tomando *Yb* como adjetivo, os pais, principais. Com um pouco de atenção na leitura das cousas antigas, vê-se que havia nas tribos indígenas diferença equivalente ao que havia entre os romanos, entre *patres* e *plebs* ou *populos*, e isto confirmado pelo estudo da língua. Além de *abá* (pessoa em geral) homem no *abañeenga*, há *mbyá*, a gente (geral), e *teyi*, turba, plebe."

Quanto a tupinambá, diz o mesmo autor que "pode ser *tub-yba-i-mbya*, e a preposição *i* que rege *tubya*, também pode ser *ri*, que por eufonia pode tornar-se *ni*, e deste modo *tub-yba-ni-mbya* quer dizer 'a gente atinente ou aderente ao chefe dos pais, ou aos pais principais'". Diz Carlos von den Steinen: "Em guarani *tub* é pai, ovas, ovos; *tupiá*, ovos, e o próprio *tup-i* é apenas paizinho, ou ovos ou filhos, como se quiser, *i* designando diminutivo: o pai é ovo, e o filho é o paizinho". *Unter den Naturvoelkern Zentral-Brasiliens*, Berlim, 1894, pág. 337. – (C.).

10 A identidade dos tupis e caraíbas não pode mais defender-se, depois dos trabalhos de Carlos von den Steinen, Adam, etc. – (C.).

Os senhores da capitania de São Vicente chamavam-se a si, uns, *guaianás*; outros, que não queriam esquecer a sua procedência dos *tamoios* (avós), chamavam-se *temiminós* (netos), e outros finalmente se chamariam *tupinambás*. Alguns dos vizinhos os tratavam, como se vê de Staden, por *tupiniquins*, ou, quando contra eles assanhados e em guerra, por *maracaiás* ou gatos-bravos. Se a isto ajuntarmos que os colonos chamavam umas vezes aos da terra *caboclos*, e outras *bugres*, confirmaremos quanto são de pouca confiança tais denominações, recolhidas ligeiramente por escritores pouco observadores ou acaso ignorantes. Bugre não quer dizer mais que carregador ou portador de carga, de *bohu-rêa*; pelo que ficaram assim se chamando os índios escravos. *Caboco* ou *caboclo* cremos hoje provir de *caá-boqua*, que significa vergôntea ou ramo. Assim também hoje pensamos que a origem da palavra *emboabas*[11], com que os índios apelidavam aos colonos, se deve buscar no vocábulo *amboabâ*, contração de *mbae-aba*, que significa "feito homem", isto é, "como homem"[12].

Assim eram alcunhas de ódio os nomes de *maracaiás* ou gatos-bravos; de *nhengaíbas* ou más-línguas. Eram de respeito e consideração as de *tamoios* ou avós, e de *mbeguás* ou pacíficos.

Como alcunhas de distinção, provindas dos usos dos que as recebiam, podemos considerar as de *ubira-jaras* ou caceteiros, ou

---

11 Sobre *emboabas* veja-se *Revista brasileira*, **1**, 587-594, Rio, 1879, artigo de A. J. de Macedo Soares. A forma mais antiga é *Moab,* que se encontra em Jean de Léry, aplicada à colônia do Espírito Santo. Sobre o étimo, veja-se à mesma *Revista*, **2,** 348-366, e **3,** 22-35, artigos de Batista Caetano de Almeida Nogueira, em resposta a Macedo Soares. – (C.).

12 Montoya, *Arte*, pág. 12. Pela mesma razão que Anchieta dá *mbae pira* coisa peixe, isto é, o que parece peixe. – (A.).

que manejavam paus[13]; de *taba-jaras* ou aldeados, de *guatós* ou navegadores; de *guata-cás* ou corredores; de *ca-iapós* ou salteadores dos matos; de *juru-unas* ou bocas negras, por levarem os lábios pintados de preto; de *tremembés* (Abbeville, f. 189) ou vagabundos, nome este só dado pelos que habitavam aldeias ou eram *tabajaras*. *Camacãs* pode proceder de *cuam-akam*, e significar neste caso cabeças enrodilhadas, como *cambebas* vem sem questão de *akan-pebas*, cabeças chatas, e significa quase mesmo (*Uma,* cabeça) que o vocábulo *umáua* (omágua), com que na língua quíchua eram apelidados. De todos os antigos habitantes dos territórios que hoje constituem o Brasil, eram estes ocupantes das beiras do alto Amazonas, de raça inteiramente estranha aos outros, dos mais civilizados, apesar do uso de se achatarem, em crianças, as cabeças, ficando "parecidas a mitras de bispos". Eram idólatras: vestiam uma espécie de poncho, usavam por armas de palhetas ou estólicas[14] e esgaravatanas, e ensinaram no Amazonas a extração e fabrico da goma-elástica. *Purus* ou *pwris*, como vemos apelidar uma cambada do alto Amazonas, e também uns hoje no litoral sul da Bahia, e outros que (em 1645) havia em Taubaté, não quer dizer senão antropófagos (*Tes. guar.,* f. 319 v.), da mesma forma que *kairirîs* queria significar "os tristonhos". O nome de *curumará* nos denuncia que a praga da sarna assolava os desgraçados que o levavam. Chamavam-lhes os seus vizinhos, como nós lhes chamaríamos, mui singelamente, sarnentos. Outras denominações há que nem citaremos, porque sofreria a modéstia mais do que ganharia a curiosidade.

---

13 *Ubirajara* parece o nome tupi dos caiapós, que pertencem a grupo linguístico diferente. – (C.).

14 Propulsores de dardos. – (N. do E.)

E notaremos de passagem que tais alcunhas não só tinham lugar entre os desta raça como também entre outras da América. Assim o nome de *aimarás*, ou sacos, provinha das camisolas[15], que vestiam esses índios; o de *moxos* (moksos)[16], ou molengas, era dado pelos mesmos aimarás aos vizinhos, que eles desprezavam. *Otauás*, na língua norte-americana mais espalhada, que os europeus chamariam *algonquina*, não quer dizer mais que traficantes; e *mascutinos* só significa habitadores das várzeas. Pampas, em quíchua, significa campo aberto e raso; e, segundo se crê, *puelche* não queria dizer mais que orientais, assim como *huilliches* ocidentais, e *peguenches* os dos pinhais, etc.

Cumpre, pois, não ligar muita importância a toda essa interminável nomenclatura bárbara, que alguns autores apresentam, sem o menor critério e sem advertirem que às vezes contam a mesma tribo por duas ou mais, se cada um dos vizinhos de diferente lado a designava por diferente nome ou alcunha, geralmente por injúria ou vitupério; poucas vezes por honra ou apreço[17]. Assim cremos preferível, para melhor nos entendermos hoje em dia, nomearmos

---

15 "*Visten unas camisetas ó patacusmas, como se dixésemos um costal vestido, teniendo por donde saquen la cabeza y brazos*", etc. – Vargas Machuca, fls. 132. – (A.). – *Milicia y descripción de las Indias*, escrita por el Capitán D. Bernardo de Vargas Machuca, caballero castellano, natural de la Villa de Simancas, vol. II, pág. 79, Madri, 1892. – (G.).

16 *Vocabulário aimará*, por Bertônio, Juli 1612, parte 2ª, pág. 224. – (A.). – Juli era uma missão junto ao lago Titicaca. – (C.).

17 O antigo escritor do Brasil, Gândavo, bem que acreditasse que certos nomes designavam verdadeiramente nações diferentes, era de opinião que, ainda que todos os gentios da costa se achavam divididos, "todavia na semelhança, condição, costumes e ritos gentílicos todos são uns". A mesma opinião sustenta Gabriel Soares (1, c.13, 39, etc.), dos escritores antigos o que mais se dedicou à etnografia brasílica. – (A.).

essas parcialidades pelos países que habitavam, quando a elas tenhamos que nos referir. O uso consagrou, entretanto, com celebridade na nossa história, a admissão do nome de *petiguares* para os que senhoreavam na costa desde o Rio Grande do Norte até a Paraíba; do de *caités* para os imediatos até o rio de São Francisco; do de *tupinambás* e *tupiniquins* para os que seguiam ao sul, invadidos ao depois pelos cruentos *aimorés*. Vinham logo os *guaitacás* habitando Campos, os *tamoios* nas imediações do Rio de Janeiro até Angra dos Reis; os *guaianases* ou *temiminós* até a Cananeia, e os *cary'yós* ou *carijós* mais para o sul. Igualmente se fizeram célebres, mais tarde, entre outros caiapós em Goiás, os muras, maués e mundrucus no Amazonas e os guaicurus ou índios cavaleiros no alto Paraguai. Entre todos, a língua era quase a mesma, notando-se apenas que os que ficavam ao sul da atual província do Rio de Janeiro, na de São Vicente, não pronunciavam as articulações consoantes finais, dizendo por exemplo *acê* e *ajû* por "eu saio" e *ajûr* "eu venho".

Além das alcunhas, um nome geral havia, com que cada grêmio designava todos os outros que lhe eram absolutamente estranhos – nome que se pode comparar ao de que na antiguidade usaram os gregos e depois os romanos, e talvez antes deles os outros povos donde lhes veio a eles a civilização, e ao de que ainda hoje usam os chins para designar todas as nações estrangeiras – o de *bárbaro*, ou na língua geral *tapui*. Daqui a ideia dos primeiros colonos, transmitida pelos escritores, e ainda ultimamente por alguns acreditada, da existência de uma grande nação *tapuia*; quando tapuias brancos chamavam os índios aos europeus que não eram seus aliados[18].

---

18 No *Dic. bras*. se encontra (pág. 42), por significado de francês (em geral inimigos daqueles com quem viviam os nossos), "tapuy tinga", isto é, bárbaro

O sul da Flórida era dominado por caribes e muitos deles haviam também antes transmigrado dali para o sul[19], ao passo que, desde o Amazonas até São Vicente, todas as informações, recolhidas em diferentes pontos, os fazem transmigrando e invadindo de norte a sul. Os da Bahia asseveravam haverem aí chegado, vindos do sertão e dalém do rio de São Francisco (G. Soares, part. II, cap. 147). Os de Cabo Frio pretendiam (Thevet, *Cosmog*., f. 915) proceder dos *caribs* da parte setentrional do Brasil. Os de São Vicente tratavam por antepassados aos do Rio de Janeiro e imediações; o que prova como daí provinham. Por quase toda a costa do Brasil, enfim, se encontravam tradições de que os *tupis*, habitantes de qualquer distrito, se haviam deste apoderado, vindo eles conquistadores das bandas do norte, depois de arrojar para o sul outros tupis que o assenhoreavam. A transmigração invasora se efetuava como em ondas, vindo sucessivamente uma nova ocupar o lugar da impelida para diante, sem deixar após si mais vestígio do que deixam no ar as ondas sonoras.

Os invasores traziam consigo bastantes germes de discórdia, que vieram a dar mui sazonados frutos venenosos nas novas terras. Apenas uns venciam, vinham outros arrancar-lhes das mãos a palma da vitória, e as hostilidades e vícios não tinham fim. Entre os últimos

---

branco. Na *Gram. bras*. encontramos (pág. 47) *tapyuya* significando "bárbaro". – (A.). – Os índios do Maranhão assim chamaram aos ingleses, inimigos dos franceses. Conf. Abbeville, *Hist. de la Mission*, f. 298v. – (G.).

19 D'Orbigny, *L' Homme Américain* II, 268 e seg., Enciso em 1519, tratando das Antilhas, diz que os canibais da terra firme iam por mar em canoas "*fazer la guerra é otras partes y unos á otros*". Gumilla acrescenta no *Orinoco Ilustrado* (cap. 6): "*La nación sobresaliente y dominante en Oriente es la nación Cariba, que se estiende por la costa oriental hasta la Cayana, y aun hoy vive mucha gente de ellos en la Trinidad de Barlovento y en las três islas de Colorados que están junto á la Martinica, etc.*". – (A.).

era sobretudo lamentável a paixão com que se davam ao pecaminoso atentado que o Senhor condenou em Sodoma, vício que, além de ser aviltador para o homem, tanto contribuía a que a população, em vez de aumentar-se, diminuísse cada vez mais. Havia, em algumas cabildas, concubinos públicos protegidos pela comunidade. O célebre professor George Buchanan apostrofou virulentamente contra esses vícios dos nossos selvagens na famosa sátira, em quarenta e quatro versos latinos, *In colonias brasilienses*, que anda nas suas obras. Também não contribuíam menos a diminuir a população os crimes de envenenamento frequentes, às vezes de si próprios, pelo uso de comer terra e barro.

Divididos, pois, os tupis em cabildas insignificantes que umas às outras se evitavam, quando não se guerreavam, apenas podiam acudir aos interesses ditados pelo instinto da conservação vital; e, numa tão grande extensão de território, não aparecia um só chefe que estabelecesse um centro poderoso, como havia no Peru, cuja aristocracia, livre de cuidar só em resguardar-se das intempéries e em adquirir diariamente o necessário alimento, pudesse pensar no bem dos seus semelhantes, apaziguando as suas contendas, e civilizando-os com o exemplo, e servindo-lhes de estímulo, para se distinguirem e procurarem elevar-se. Assim tais rixas perpetuariam neste abençoado solo a anarquia selvagem, ou viriam a deixá-lo sem população, se a providência divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e degradante estado!

Para fazermos, porém, a melhor ideia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma ideia de seu estado,

não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. De tais povos na infância não há história: há só etnografia. A infância física é sempre acompanhada de pequenez e de misérias. E sirva esta prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infância de sua nação, pense de ensoberbecer-se, ao ler as poucas lisonjeiras páginas que vão seguir-se.

Seção III (IX da 1ª edição)

Línguas, usos, armas e indústria dos tupis.

Língua. Aparência. Estatura. Cor baça. Pinturas no corpo. Botoques. Furos na cara. Cabelo. Ornatos: aiucará, tapacurá, etc. Tangapema. Maracá. Arcos e flechas, etc. Venenos de ervar. Escudos. Machados. Trabalho de cada sexo. Guerras. Tempo. Preparativos. Surpresas. Prevenções. Taba ou aldeia. Ocas. Ocara. Caiçara. Tapera. Caça e pesca. Pindá. Tingui. Timbó. Puçás; Jequis. Piracuí. Ostreiras. Sernambitibas. Tartarugas. Mondéus. Mimbaba. Sementeiras. Milho. Mandioca. Vinhos. Utensílios. Patiguás. Samburás. Pacarazes. Redes, etc. Canoas, remo e leme. Sorte da mulher. Guatós e outros.

O estudo da língua tupi[1], que é a mesma que, com o impróprio nome de guarani, ainda hoje se fala no Paraguai e Corrientes, é do maior interesse para, por meio do conhecimento das etimologias, explicar muitos fatos. A língua era aglutinativa, porém com flexões verbais. Em um trabalho especial aventuramos a ideia de que esta língua deve ser considerada no número das denominadas de Turan,

1 Os tupis do Amazonas chamavam a própria língua *neegatu*, isto é, língua boa, segundo Couto de Magalhães. Ver nota 5, seção II. – (C.).

a par das fino-úgricas, do turco, do húngaro, do basco e até do próprio egípcio antigo[2].

As articulações não eram em grande número. Faltavam as seguintes: fê, lê, rê[3], vê e zê fortes; de tal modo que os índios tupis, ao aprenderem música, em lugar de ré, fá e lá, pronunciavam rê (brando), pá e rá (também brando). As labiais *b* e *p* soavam nasalmente: de modo que os mesmos índios diziam *mboricá*, em vez de *burrica*, e *mpero*, em vez de *Pedro*; de sorte que as mesmas duas labiais podiam ser escritas com til em cima.

Se, porém, o número de consoantes não era grande, era-o o dos sons vogais, podendo-se reduzir nada menos que a quarenta e dois; os quais são por Montoya designados pelas seis vogais (contando neste número o y), cada um com sete sons diferentes, que se distinguem por meio de acentos[4].

Porém, rigorosamente falando, as letras do nosso alfabeto eram insuficientes para representar todas as articulações guaranis. "Por muitas vezes me aconteceu", diz Vieira, "estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro, e ainda do intérprete, sem poder distinguir as

---

2 *L'origine Touranienne des Americains Tupis Caribes et des anciens Egyptiens, montrée principalement par la philologie comparée; et notice d'une émigration en Amérique effectué à travers l'Atlantique siècles avant notre ère*. Vienne d'Austrich, 1876, in-8º, de XVIII + 154 págs. – (G.).

3 Para reproduzir o som brando do *r* inicial, os colonos recorreram às vezes à prótese, fazendo, por exemplo, *Rari, Arari* (pe), de *Razoagui pe*, *Araçuahi – Pe* nos dois vocábulos é uma preposição, ou antes posposição. – (C.).

4 No cap. VII do nosso trabalho, escrito em francês, sobre a procedência dos tupis, damos uma notícia bastante especificada acerca das particularidades gramaticais desta língua. – (A.).

sílabas, nem perceber as vogais ou consoantes de que se formavam, equivocando-se a mesma letra, com duas ou três semelhantes, ou compondo-se (o que é mais certo) com mistura de todas elas; umas tão delgadas e sutis; outras tão duras e escabrosas; outras tão anteriores e escuras, e mais afogadas na garganta, que pronunciadas na língua[5], outras tão curtas e súbitas; outras tão estendidas e multiplicadas, que não percebem os ouvidos mais que a confusão."

Talvez com o sistema da escritura árabe, ou ainda com o da devanágari, conseguisse representar melhor os sons tomados da própria boca dos índios quem esteja no caso de os consultar[6].

A numeração fundamental não passava de cinco, segundo Léry, e Anchieta nem concede o número cinco[7]. Hervás acrescenta que nunca se viu guarani poder levar a conta acima de trinta,

---

5 Jam língua sibilando, Jam narribus rhonchissando, Jam dentibus stridendo, Jam guthure strepitando, etc. Dobrizhoffer, **II**, 163. – (A.).

6 A fonética da língua tupi foi modernamente estudada por Batista Caetano de Almeida Nogueira, nos *Ensaios de ciência*, Rio, 1876, e *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio, 1879; a do quiriri pelo mesmo, na introdução à *Arte do padre Mamiani*, Rio, 1877; a do bacaeri por Carlos von den Steinen na *Bakairi Sprache*, Leipzig, 1892; a dos carajás e outros tapuias por Paulo Ehrenreich, etc. – (C.). – A acrescentar, com relação às línguas das tribos amazônicas, Capistrano de Abreu, no *Rã-txa hu-ni-ku-i* (Gramática, texto e vocabulários caxinauás), Rio, 1914; Koch-Grünberg, Créqui-Montfort, Paul Rivet, Tastevin, etc. Dos bororos de Mato Grosso tratou recentemente o missionário salesiano d. Antônio Colbacchini – *I Bororos Orientali (Orarimugudoge) del Mato Grosso*, Torino, 1925, com desenvolvida notícia etnográfica, gramática, textos e cantos religiosos. – (G.).

7 Esse sistema de numeração "quinqual" é um dos que melhor separa a civilização mexicana, que conhecia a decimal, do resto dos americanos. No Yucatán contavam de cinco em cinco (Herrera, **4**, 10,4). No Orenoco, segundo Gumilla (cap. 48), igualmente. – (A.).

contentando-se, para seus intentos daí por diante, de designar as quantidades pelo coletivo de *tuba*, que significa muito[8].

Da composição das palavras daremos alguns exemplos: *tayá-çu* quer dizer comedor, o *roedor* de taiás; *iby-cuy* (areal), terra em pó; *Ca-pî*, relva tenra, donde veio capim, e *ca-pi-uára*, comedor de capim.

Afora a língua, e certo progresso material na indústria, nenhum caráter essencial, nem corpóreo, distinguia os tupis das raças limítrofes. Eram todos de estatura ordinária, reforçados e bem-feitos; de aspecto tristonho, olhos pequenos, com frequência negros, encovados e erguidos, por via de regra, no ângulo exterior, como na raça mongólica; sobrolhos estreitos e mui arqueados; orelhas grandes, cabelo liso, seguro e sempre negro, bem como as barbas, que arrancavam por costume, e bem assim os cabelos do corpo, pestanas e sobrancelhas, ficando limpinhos; dentes alvos e persistentes, e pés pequenos. Havia, sobretudo entre as mulheres, tipos de feições miúdas, que os europeus elogiavam como formosuras[9]. Porém todos esses atributos do corpo se achavam, em geral, horrivelmente desfigurados de intento entre os homens.

---

8 Alguns índios sabem contar muito mais, como por exemplo os *carajás,* já demonstrou Paulo Ehrenreich. – (C.).

9 Vaz de Caminha dizia em 1500 ao rei que viram em Porto Seguro três ou quatro moças bem moças "e bem gentis"; e trinta anos depois, Pero Lopes, chegando à Bahia, achava as mulheres formosas, como as belas da rua comerciante em Lisboa; e João Daniel (*Rev. do Inst. Hist.,* **3**, 381), é da mesma opinião. – (A.).

De cor eram mais ou menos baços, o que talvez procedia também do clima que habitavam[10]. Um escritor do séc. XVI, bastante observador, adverte que na América os habitantes de terras quentes eram mais claros que os das temperadas e frias; bem que, entre aqueles, fossem mais escuros os das planícies e páramos que os das terras montuosas. Eram em geral fleumáticos e de paciência oriental para fazerem o que se propunham. Ensinados, deram bons músicos, e sabedores aturados no estudo.

Quase todos pintavam o corpo em formas a capricho, com tinta negra tirada do jenipapo, e a lugares, como na face e nos pés, com um fino vermelho que extraíam do urucu. Alguns sarjavam o corpo com riscos abertos com o dente de cutia, instrumento que lhes servia de lanceta, quando se sangravam. Nessas sarjaduras, enquanto frescas, metiam alguma cor que as tornasse duráveis; e com elas prezavam-se de valentões, fazendo geralmente novos riscos, depois de algum grande feito, que por esse meio perpetuavam no corpo. Outros bandos furavam os beiços, principalmente o inferior, pondo no buraco um grande *botoque*, pelo que foram pelos europeus chamados *botocudos*. Quando não estava posto o botoque, que eles denominavam *metara*, tinham a facilidade de assobiar com ajuda do lábio inferior furado, pelo qual conseguiam encanar o ar do sopro. Também furavam as ventas e as orelhas, o que era uso mui geral em toda a América; e nelas encaixavam semelhantes botoques, ou arrecadas de osso. Outros índios costumavam esburacar as faces, metendo nestas, de dentro para fora, dentes de animais. Não estando

---

10 Vargas Machuca, fol. 131. – (A.). – *Milica y Descripción de las Indias*, vol. **I**, pág. 77. – (G.).

os botoques em seus lugares, saía-lhes pelos buracos a saliva quando falavam; e, para se fazerem engraçados, deitavam alguma vez por aí a língua de fora. Tais botoques eram não só de osso, como de pedra lisa, ou de barro cozido, ou de âmbar, ou também de resina de jataí. O primeiro explorador de toda a costa do Brasil, Amerigo Vespucci, conta-nos que vira indivíduos com sete buracos na cara: seriam dois nas orelhas, dois nas faces, outros dois nas ventas ou lábio superior e um no lábio inferior.

Uns deixavam crescer a guedelha; outros usavam de cercilho, pelo que, em Minas, lhes chamaram os nossos *coroados*; mas o uso geral era tosquiar e aparar o cabelo, mui regularmente, por uma linha que passava pelo cimo das orelhas. Conheciam o uso de lustrá-lo, untando-o com azeites.

Os principais ornatos eram fios de contas brancas, feitas de búzios ou de dentes dos inimigos, ou de animais ferozes, mortos pelos que os traziam; de modo que eram uma espécie de condecoração, que ninguém se atreveria a usar sem a ganhar (J. Daniel, *Rev. do Inst. Hist.,* **3**, 347). Somente se excetuavam as mulheres dos que as tinham, máxime se haviam acompanhado os maridos. A tais colares chamavam *aiucará*. Por cada vítima juntavam ao colar um dente dela, se o podiam obter. Os ornatos vistosos consistiam em penas, principalmente vermelhas e amarelas, grudadas com a *icica* ou almécega, das quais também às vezes usavam para ornar os braços e as pernas. As plumas na cabeça eram postas para cima, tendo antes o cuidado de levantar o cabelo, dando-lhe na raiz com a mencionada almécega, para o conservarem assim arrepiado. Como os antigos europeus e asiáticos, untavam a pele por se fazerem mais belos.

As mulheres também se pintavam e usavam de contas nos pescoços e nos braços; e as donzelas apertavam as pernas, abaixo dos joelhos, com umas ligas vermelhas de algodão, que chamavam *tapacurá*.

Pode-se dizer que andavam eles e elas quase nus. Alguns, de climas mais frios, se cobriam, porém, com peles de animais; e outros, para se fazerem temíveis, usavam, por carapuça e máscara, de focinhos de onças e outros animais "com dentes e com tudo", como diz Pero Lopes, e como ainda vemos em tribos do alto Amazonas.

Em ocasiões solenes os chefes usavam de cocares[11] de penas, que lhes cobriam o crânio até as orelhas, e aos quais chamavam *acan-gatare*; nos pés umas axorcas de certos frutos que juntos tiniam, como cascavéis: e da cintura, pela banda posterior, pendia uma tanga de plumas de ema. Alguns se cobriam também de uma espécie de mantos ou trofas[12] de penas, que denominavam *açoiaba*.

A tudo isso há que se ajuntar nos homens as armas, que estimavam sobre todas as coisas, como instrumentos que saciavam os dois primeiros estímulos mais fortes para todo bárbaro: a fome e a vingança. Consistiam as armas em uma pesada clava ou maça, de quatro faces, com ornatos, e mais delgada e arredondada no cabo; algumas cabildas chamavam-lhe *tamarana*, e quando eram em forma de remos ou pás com gumes, as denominavam *tagapemas*[13], e

---

11 Estes cocares, além de ornato, serviam de abrigá-los do sol, sobretudo quando remavam. – (A.).

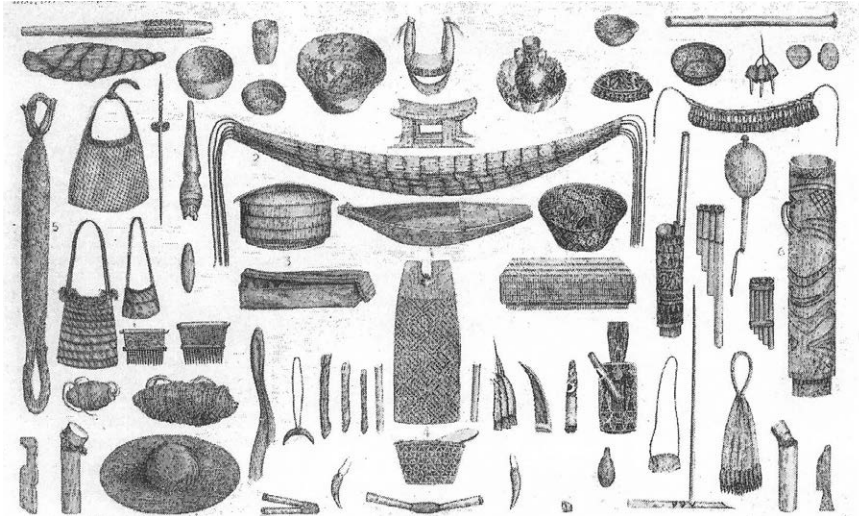
12 *Trofa* – capa de junco, palhota, coroca. – (E.).

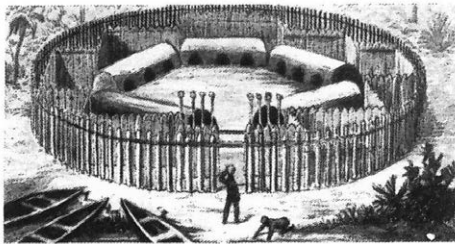
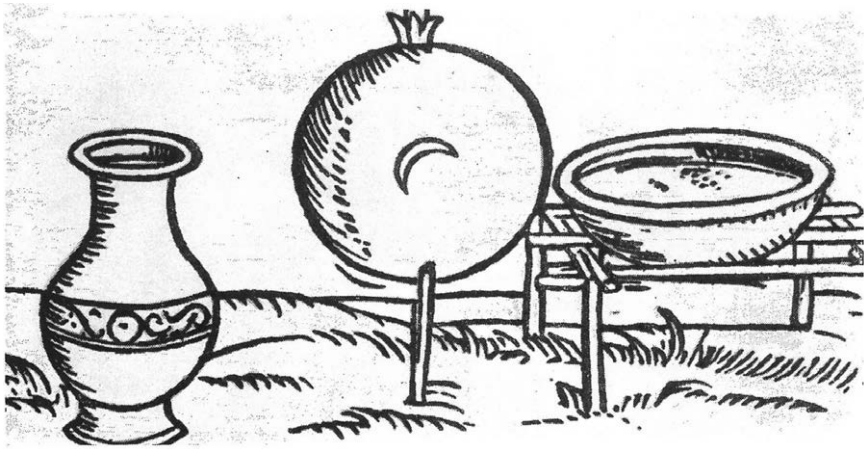
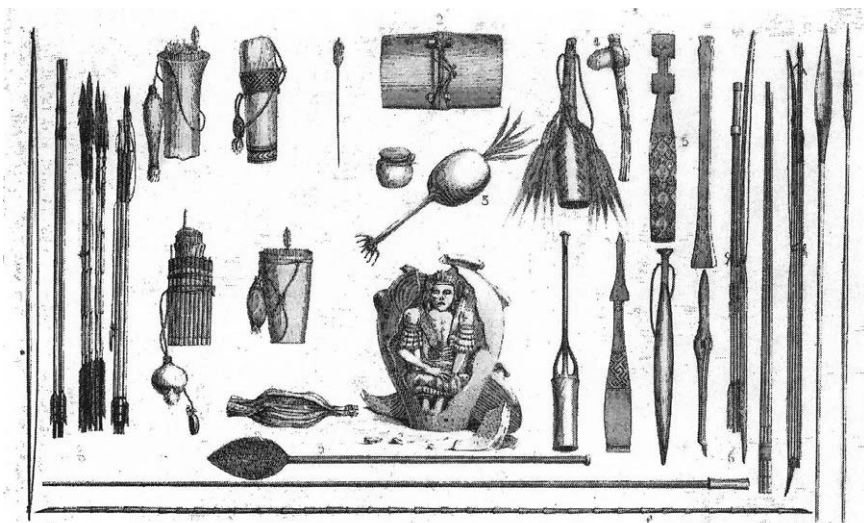
13 *Tangapena*, disse Vieira, palavra que se lê nos dicionários. *Fangapena* por algum engano de corte no T. Hans Staden diz *iwarapeme*. Vasconcelos escreve

no Amazonas, *cuidarus*. Seguia-se um grande arco, que chamavam *uirapara*, tal que, assente no chão e firmado no pé esquerdo, com a ponta entre o dedo grande e o imediato (de ordinário por isso mui separados um do outro) ficasse o meio dele correspondente ao peito, com as competentes flechas grandes e pequenas, ao lado direito. Demais: na mão esquerda ia o *maracá*, correspondente ao *sistrum* dos antigos, formado de uma *cuia* ou cabaça cheia de pedrinhas, enfiada em um cabo de pau e coroada de penas de *guarás*: quando a moviam ou chocalhavam fazia um ruído, como o da matraca das nossas igrejas, que no próprio som e nome se parece àquele instrumento.

Os arcos eram feitos de uma espécie de pau duro, elástico e forte, que ainda hoje, em virtude de tal uso, se chama *pau-d'arco*. Eram geralmente forrados de *cipó-embé* e facetados do lado interior, por onde lhes punham um cordel tecido de tucum ou pita, e seguro nas pontas em uns chanfros. As flechas, sempre admiravelmente acabadas, eram umas de *ubá* ou cana brava, outras de tabocas, e outras de *úpi*, ou caniços. Estas, de ordinário, só destinadas a matar os pássaros, eram as de maior alcance: tinham nas pontas ossos aguçados ou dentes de animais e, junto do extremo oposto, duas penas contrapostas, o que concorria a serem mais certeiras, fendendo os ares com um movimento giratório como o dos projéteis dos canhões raiados em nossos dias. As de *ubá* e as de *taquara*, destinadas contra os grandes peixes e animais, tinham as pontas de taquara, geralmente dentadas ou arpoadas dos dois lados, e com suas pinturas. Entre estas pontas e o corpo da flecha, entremeavam

---

Tangapema. *Atangapema* se lê no *Dic. brasil.*, pág. 37-n. – (A.).

Utensílios.

Uma partida de pesca (do livro de Hans Staden: Viagem ao Brasil, 1557).

Em cima: maraca, pote e panela de barro.
No meio: taba ou aldeia índia.
Embaixo: armas e urna funerária.

de ordinário um troço de haste, de pau-ferro ou de pau-d'arco, para aumentar o peso da mesma flecha desse lado, a fim de fazer maior efeito, quando disparada por elevação. Este troço era também com dentes. As flechas de guerra eram, também de *ubá*, geralmente da altura de uma pessoa, sendo os últimos dois palmos, do extremo, de pau-ferro, com a ponta ervada[14]. Para se resguardarem contra o veneno, metiam as pontas em aljavas, cada uma das quais de ordinário continha sete flechas. Igual número continham os molhos de azagaias de arremesso de pau-ferro, chamadas *curabis*, também ervadas, mui finas, e igualmente da altura de um homem. Também usavam lanças de pau-ferro, ervadas, mui compridas, que igualmente podiam arremessar, e as quais denominavam *murucus*.

As flechas grandes furavam uma tábua a duzentos e trezentos passos. Algumas[15] cabildas se serviam de varapaus de duas pontas e de três palmos de comprido, que arremessavam como virotes. No alto Amazonas faziam uso de *esgaravatana*, tubo oco, de mais de uma braça de largo, com bocal e mira, e forrado todo de *cipó-embé*: com o qual, por meio de sopro, disparavam finas setas ou puas ervadas, com as cabeças envoltas em algodão ou sumaúma; outros usavam de umas *palhetas*[16], com o que arremessavam dardos.

Serviam-se geralmente os índios de escudos ou paveses; que eram pequenos, e ou circulares ou oblongos, e feitos de couro de

---

14 O arco e a flecha variavam muito de forma e matéria, conforme as tribos. Veja-se *Bogen und Pfeil in Central-Brasilien* (Leipzig, s/d), de Hermann Meyer, que foi traduzida em inglês pela Smithsonian Institution, de Washington. – (C.).

15 Segundo as informações de Soares, os seus *ubirajaras* além do rio São Francisco (p. II, cap. 182) eram os próprios habitantes do Amazonas. – (A.).

16 Esta palheta de jogar chamavam-se, na língua dos *quiriris, bybyté*, segundo Mamiani, *Arte*, 2ª edição, 22. – (C.).

tapir ou anta, ou da pele do peixe-boi (Acuña, nº 25, f. 14[17]), ou entretecidos de taquaras (Acuña, nº 37, f. 17), à falta de melhores.

Para cortar lenha empregavam uns machados de pedra polida, de ordinário verdes, aguçados, e mui análogos aos de que usavam os europeus quando bárbaros, isto é, antes de lhes chegar o frequente uso do bronze e depois do ferro. No Amazonas, onde era para tudo de tanto recurso a tartaruga, faziam desta os machados e mais utensílios (Acuña, nº 39, f. 18). Também para os instrumentos de gume empregavam o pau-ferro e o pau-d'arco.

O trabalho se repartia segundo os sexos, como passamos a expor. Os homens aprestavam as armas, iam à guerra, assentavam e construíam as *tabas* ou povoações, e tratavam da caça, e da pesca, e de fazer a roça.

As mulheres se ocupavam das sementeiras e plantações, fabricavam a farinha e preparavam as bebidas; carregavam nas transmigrações os fardos e as crianças, faziam os utensílios caseiros, e cuidavam das aves[18] e animais criados em casa para regalo, os quais nunca matavam para comer, dando-lhe o nome de seus *mimbabas* (Anchieta, *Arte*, cap. V).

A este estreito círculo, que vamos melhor examinar, se limitava a vida social dos bárbaros.

À guerra ofensiva precediam sempre calorosas exortações dos chefes e dos maiores oradores; e só era definitivamente decidida

---

17 Na 1ª e 2ª edições desta *História* constava "f. 11". – (N. do E.).

18 Eram elas que ensinavam os papagaios a falar, e lhes contrafaziam as cores, arrancando-lhes as penas e deitando-lhes sangue de rãs, etc. (Soares, **II**, cap. 159). – (A.).

por um conselho, em que tomava parte toda a comunidade. Neste conselho guardavam a melhor ordem; falava cada um por sua vez, e quase sempre concluíam por saírem todos concordes na opinião manifestada por algum mais influente, isto é, melhor falador.

O fim da guerra era mais fazer prisioneiros, para escravizá-los, ou para tomar vingança, que invadir um país para prear as povoações: o que sem embargo também sucedia. Se não podiam fazer outro mal, deitavam fogo à taba inimiga e se retiravam (J. Daniel, *Rev. do Inst. Hist.,* **3**, 474). Às vezes somente o desejo que tinha uma cabilda de possuir alguma ou algumas mulheres de seus contrários[19], ou de reivindicá-las, dava motivo a uma campanha; do que nos não devemos admirar, quando outros selvagens, no dizer de Horácio, brigavam só pela posse de uns covis ou de algumas bolotas[20].

Empreendia-se a guerra, principalmente na época próxima à da madureza do milho, dos aipins ou dos cajus: porque isso permitia celebrar melhor o sacrifício dos prisioneiros com os vinhos que dessas substâncias se tiravam.

Todos concorriam em comum para o apercebimento da campanha, que consistia em alguma farinha. À guerra levavam escravos, que nunca podiam pertencer à nação que iam guerrear; pois em tal caso por eles houvera começado uma vingança. O sistema de ataque era, em geral, da mesma forma que na América do Norte, o das *tocaias* ou ciladas, e caíam sobre o inimigo com grandes urros

---

19 Este fato, muito comum entre os povos naturais, designa-se hoje pelo nome de exogamia e ainda não foi cabalmente explicado. Provavelmente, a exogamia, o choco (*couvade*), o totemismo e a antropofagia pertencem ao mesmo círculo de ideias primitivas. – (C.).

20 *Glandem atque cubilia propter pugnabant*. – (A.).

e apupadas, quando o achavam mais descuidado (Soares, 2, 169 – J. Daniel, pág. 474 – coronel Serra, *Rev. do Inst. Hist.,***13**, 368). E só no caso de encontrarem resistência, e de não poderem evitar, se empenhavam no combate, que era já a braço e a dente, mais que com armas contundentes. Pela mesma razão de deverem evitar essas surpresas que se propunham fazer, às vezes e a distâncias enormes, à maneira dos árabes em suas algaras ou correrias, as marchas eram empreendidas com todas as prevenções (Soares, 2, 1967). O arco e a flecha quase que apenas eram empregados contra os que tratavam de escapar-se, ou que passavam longe.

A maior glória para o guerreiro era assenhorear-se de um dos inimigos, trazê-lo consigo prisioneiro, e ufanar-se com as honras do seu sacrifício, ao qual assistiam todos. Os mais destros na arte da guerra procuravam, porém, estar prevenidos, e de atalaia nos cimos das árvores para avisarem do que sentiam, pelo olfato. Tocavam o rebate com um grande tambor (Baena, *Cor paraense*, pág. 10) dependurado entre dois esteios, e logo acudiam todos. Quando o atacante encontrava estas prevenções, retirava-se ordinariamente. Assim o combate durava pouco tempo, se um dos dois partidos, sem perda dos seus, consegue aprisionar alguns inimigos; pois o vencedor se dava pressa de fugir com o cativo para sacrificá-lo. Depois de uma vitória, as mulheres apregoavam as novas proezas de seus esposos, e proclamavam os nomes de guerra que acabavam de tomar dos contrários que haviam morto; cerimônia "notável e de muita graça", pelo fervor com que davam à execução este *rito*[21].

---

21 Diogo de Campos, *Jornada do Maranhão*, pág. 218, edição de Cândido Mendes de Almeida, nas *Memórias do extinto Estado do Maranhão*, **2**, Rio, 1875. – (C.).

A abundância da terra, em caça ou pesca, contribuía, mais que nenhum outro motivo, para que uma cabilda se decidisse a assentar povoação e a levantar sua *taba* – ordinariamente de grandes casarões ou abarracamentos (ocas) de paus e algum barro, cobertos em forma convexa de folha de pindoba. Eram estes de uns cento e cinquenta pés de comprido, quatorze de largura e doze de altura. Junto ao teto tinha cada oca, ou grande casarão, *juraus* ou alpendradas, onde se guardavam os utensílios e recolhiam os comestíveis. Às vezes toda a povoação construía para si um só rancho em que cabiam duzentas pessoas (J. Daniel, *Rev. do Inst. Hist.,* **3**, 348). Dentro não havia repartições feitas de tabiques, nem de esteiras, nem de nada, e somente esteios para as redes. No meio da *oca* ou casarão, sem chaminés, acendiam a fogueira para cozinhar e para os alumiar de noite, aquecê-los e livrá-los dos morcegos. Eram as *ocas* dispostas deixando no centro de uma área (*ocara)* para a qual de cada rancho havia três vãos ou portais baixos, ordinariamente sem porta ou postigo. A *taba*, quando próxima de inimigos, era cercada de tranqueira de palancas, de forma quase pentagonal. Às vezes, esta cerca, que chamavam de *cahiçara*[22], feita sem fosso (J. Daniel, *Rev. do Inst. Hist.*, **3**, 349), era de jiçara, ou de taboca. À entrada dela espetavam, em paus a pique, as caveiras dos inimigos; e a esplanada em redor tinha algumas vezes fojos estripados. Às tabas ou aldeias abandonadas, segundo antes dissemos, se dava o nome de *tapera*: de *taba-oera*, aldeia que foi, o que se aplica hoje a um simples sítio ou roça que não tem dono.

22 Seguimos a ortografia de Berredo, págs. 432 e 433. Jerônimo Machado e Soares escreveram *caiçá*.– (A.).

Para a caça do chão, tanto do mato como do campo, bem como para a do ar, empregavam o arco e flecha. As caças mais estimadas eram as dos porcos-do-mato e das pacas. Não conheciam os tupis a lhama nem a alpaca – o camelo e a cabra deste continente. Menos podiam conhecer o guanaco, e menos ainda as mimosas vicunhas, que só medram nos climas montuosos e frios. Tampouco usavam do leite de nenhum animal, como alimento ou como bebida. Para a pesca grossa empregavam às vezes a flecha, mergulhando detrás dela logo que a tinham despedido, ou acompanhando-a de um fio com uma paleta no fim, que boiava detrás do peixe fisgado. Usavam também de certa espécie de anzóis, que denominavam *pindá*, donde veio o chamarem *pindamonhangaba* às pescarias feitas com anzóis. Alguns iam até a nado arremeter os tubarões, com um pau agudo que lhes encaixavam pela goela; com o que os afogavam, e os traziam à terra, e tiravam deles os dentes para as flechas. Porém, o modo como recolhiam os peixes era usando nos rios das entroviscadas; isto é, embebedando-os com a planta *tingui*, ou com achas de *timbó* machucadas, e lançadas na água. Também tinham uma espécie de redes pequenas chamadas *puçás*, feitas de fio de tucum, com as quais pescavam as tainhas (*paratis*), e outros peixes que com a enchente da maré entravam pelos estreitos (Soares, 2, cap. 134). Outros apanhavam em *jequis*, que eram uns covos afunilados, às vezes com duas sangas, que metiam nos caneiros.

Algumas cambas colhiam também nos rios que, depois de transbordarem, voltavam subordinados a seus leitos, sem que os peixes pudessem eximir-se de naufragar na *piracema*.

Para conservar o pescado não usavam de sal: moqueavam-no, como faziam com a carne; e limpo das espinhas, o reduziam a pó, e

preparavam uma certa massa e farinha que denominavam *piracuí*, e que se conserva por muito tempo.

Igualmente aproveitavam de vários meses do ano em que o marisco (especialmente o *sernambi*) estava mais gordo, para fazerem dele larga provisão, separando-o da casca, que iam amontoando. O uso de preparar tais provisões era um dos que com mais se distinguiam os caribes no norte, que, para esse fim, efetuavam até expedições à ilha Anegada, uma das menores Antilhas[23], ainda hoje mui abundante de tais mariscos. Se durante essa pescaria morria algum companheiro, lhe davam sepultura no próprio monte das cascas de ostras. Assim, pelo menos se podem explicar essas *casqueiras* ou *ostreitas*[24] descobertas no litoral com ossadas humanas, e já cobertas até de árvores seculares. Tais casqueiras, chamadas ainda nas províncias do norte *sernambitibas* ou *sernambi-teuas*[25], constituem hoje, para quem as possui, uma verdadeira riqueza, pela facilidade com que delas se extrai a cal. Semelhantes *ostreiras* se encontram

---

23 *Trans. of the Americ. Ethnol. Soc.*, 1853, pág. 200. – (A.).

24 Varnhagen, *Rev. do Inst. Hist.,* **2**, pág. 522. – Carta sobre este assunto em esclarecimento do que se dissera no vol. III, p. 2ª, das *Transactions* da Sociedade Filosófica de Filadélfia, 1828. Veja também Varn., *Rev. do Inst. Hist.,* **12**, 372 e 374, e fr. Gaspar, pág. 20. – (A.).

25 No sul são conhecidas pelo nome de sambaquis, e além de outros estudaram-nas Capanema, nos *Ensaios de ciência,* Wiener, nos *Arquivos do Museu Nacional,* Loefgren, no *Boletim da Comissão Geológica de São Paulo*. Os sambaquis do Amazonas foram estudados por Carlos Hartt, nos *Arquivos do Museu*, **4**, Rio, 1885. – (C.).

O professor Everardo Backheuser, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, estudou sambaquis do Distrito Federal e em notável conferência realizada a 10 de outubro de 1918, naquele instituto, dera conta dos resultados de suas investigações. – (G.).

ainda nos territórios escandinavos, no norte da Europa e em ilhas do mar Egeu.

Os habitantes das margens do Amazonas usavam para apanhar as tartarugas da mesma indústria ainda agora empregada. Esperavam-nas quando vinham a desovar, e com espeque as reviravam para o ar, e daí as levavam a nado, nas canoas, presas por um buraco feito na couraça, metiam-nas em curras ou alvercas fechadas e as nutriam até matá-las. Também as apanhavam, acertando-lhes no pescoço com as flechas expelidas por elevação[26].

Para agarrar os animais, sobretudo os tigres, usavam de armadilhas ou *mondéus*, onde, ao irem eles a entrar, lhes desandava em cima um grande tronco de árvore. Também faziam fojos, e usavam para os pássaros de esparrelas de várias espécies. Os do sul empregavam para os veados certas armadilhas, além da bola, que atualmente se usa mais aperfeiçoada.

Próprio dos homens era ainda buscar mel selvagem, trazer lenha, e até o ir lavar em redes nos rios.

Passando aos trabalhos que estavam a cargo das mulheres, diremos que elas viviam menos ociosas que os homens, entre as cabildas agrícolas. Roçada pelos últimos a terra, àquelas pertenciam a plantação de aipim e da mandioca, a sementeira do milho e do

---

26 No Maranhão, os patos-bravos, galinholas e marrecos, diz Simão Estácio na *Relação sumária*, Lisboa, 1624, cap. 26, "se caçam lindamente, lançando cabaços nas alagoas (até que avezem a eles) e depois se mete um índio pela água com um cabaço na cabeça e buraco nos olhos, e chegando a eles mansamente os vai mergulhando pelas pernas e debaixo da água lhes torce o pescoço". Consulte-se a monografia de José Veríssimo – *A pesca na Amazônia*, Rio, 1895. – (C.).

mandubi; e para que elas não o estranhassem, lhes explicavam tal uso pela razão de que era o sexo fecundo ou prolífico o que devia entender-se melhor com a madre terra. Da mandioca fabricavam a farinha, pelo processo grosseiro que depois adotaram os colonos, e que ainda hoje se pratica nas roças, ralando-a sobre uma prancha ou superfície com pedrinhas agudas embutidas; e espremendo-a com o *tepetim*, que era um saco de junco oblongo, mui elástico, e que, por meio de um peso no extremo, apertando o mesmo saco se fazia enxugar a polpa da mandioca ralada, e que depois se cozia em tachos ao fogo. A farinha que devia servir para jornadas, a qual chamavam *de guerra*, era cozida de forma que ficava compacta, em pequenos pães embrulhados em folhas, de tal modo que não lhe fazia dano a água da chuva, ou de um rio em que caísse. Juntavam-lhe um pouco de *carimã*, e a coziam mais que as outras (Yves d'Évreux, pág. 22). Também cultivavam a mandioca-doce, ou aipim, que comiam simplesmente assado. Do aipim, do milho, e também dos cajus e ananases e outros produtos naturais de sucos sacarinos, convenientemente espremidos e fermentados em talhas, tiravam bebidas espirituosas, que levavam os nomes dos frutos de que haviam se confeccionado, como *aipy-y', auati-y', caju-y, naná-y, janipá-y, jetic-y', pacoba-y'*, etc., segundo eram feitos de *aipim, milho, cajus, ananases, jenipapos*[27], *batatas-doces, bananas-da-terra*, etc. Mas o nome que davam, em geral, ao vinho era o de *ca-yú-y*, ou licor do caju (adulterado pelos nossos em *cauim*) por isso que este fruto era o que o fornecia em maior abundância.

---

27 "*Inni-papoeeywa*, de Staden, o que não corresponde ao mamão (*Carica papaya*), como julgou Burton (trad. ingl., de Staden, p. 165, nota)". – (A.). – Esta nota constou apenas da 2ª edição desta *História*. – (N. do E.).

Dos utensílios domésticos cuidavam também as mulheres.

Reduziam-se estes a um *patigua*[28], *panacu*, ou canastra que lhes servia de arca, algumas talhas ou *iguaçabas* para os vinhos e para a água, testos para cozer a mandioca, panelas de barro (*cumá)*, uma *cuiambuca* (cumbuca ou cambuca) de guardar farinha e algumas *cuias* singelas. Estas serviam de copos para beber, e às vezes de pratos. As redes (*kyçaba*), as cordas (*muçuraba*) e passamanes, feitas umas de algodão e outras de várias embiras, também eram da sua competência. Alguns índios não conheciam as redes e tinham apenas em seu lugar esteiras, das quais, aliás, também faziam uso os tupis, com a denominação de *pembi*, precedida do nome da planta de que eram feitas, com mais frequência de peris ou tabua.

As mulheres mais velhas eram destinadas a oleiras. Misturavam ao barro cinza de certas cortiças, e depois faziam-no em torcidas, e assim o iam unindo e achatando; logo coziam-no em uma cova a fogo brando por cima, e afinal o pintavam e envernizavam por dentro com resinas, que por algum tempo equivaliam ao vidrado[29]. As velhas preparavam também os vinhos, as farinhas e os venenos, operação em que morriam algumas. No fabrico dos vinhos faziam-se ajudar das mais moças, que trituravam os frutos com os próprios dentes, concorrendo a saliva para facilitar a fermentação. Os *samburás* ou

---

28 Ou *petiguá*, Vasconcelos, *Vida do Pe. João de Almeida*, pág. 16. *Patuá* diz o *Dic. Brasil.,* no voc. *Arca*. – (A.). – Hoje, no Paraná, *petiguá* é um cesto feito de taquara, em que os bugres carregam os filhos. – (G.).

29 O estudo da cerâmica brasílica, iniciado por Hartt, foi continuado por Steinen, Ladislau Neto, Ehrenreich, Derby, Herbert Smith, Goeldi e outros. Os índios que mais fizeram nessa especialidade são, como demonstrou Steinen, os maipures ou nu-aruaques, a que pertencem os nheengaíbas de Marajó. – (C.).

balaios[30] de timbós e *pacarazes*[31] (*Rev. do Inst. Hist.*, **9**, 333) de taquaras e cipós eram obra dos homens, que os faziam com a perfeição que ainda hoje nos dos já cristãos admiram os estrangeiros, quando se exportam do Brasil.

Para onde quer que o casal se transferia conduzia consigo todo o enxoval. O homem egoísta, a pretexto de que devia ir ligeiro para combater, só levava o arco e as flechas; tudo mais a mulher. "A rede ao ombro, o patiguá às costas, o cabaço e cuia dependurados a um lado, o cão atado a uma corda pela mão e o filho pequeno... numa tipoia às costas"[32]. A carga colonha sustentava-se por diante sobre a testa por meio da *pissama*[33], da maneira que usavam também os mexicanos e da que ainda hoje usam muitos índios mansos na roça.

Outro instrumento e até arma indispensável à maior parte das cabildas era a canoa (*igara*). De ordinário era esta feita de um tronco, carcomendo-o ou cavando-o por dentro, com ajuda do fogo. Havia-as enormes, remadas até por cinquenta e sessenta homens, exatamente como as antigas *pentecontores*[34], no Velho Continente.

---

30 "Balaio é a voz africana". – (A.). – Esta nota constou apenas na 2ª edição desta *História.* (N. do E.).

31 "Era o nome dos conhecidos cestinhos caboclos de várias cores." – (*Rev. do Inst. Hist.*, **9**, 333). – (A.) – Esta nota constou apenas na 1ª e 2ª edições desta *História*; nas edições seguintes somente a referência foi mantida. – (N. do E.).

32 Vasconcelos, *Vida do padre João de Almeida*, 16. – (A.).

33 *Tupaçama* ou *xama*; *Dic. bras.*, voc., atilho e corda. – (A.). – Esta nota constou apenas da 2ª edição desta *História*. – (N. do E.).

34 *Pentecontor*, do grego antigo πεντηκόντορος; navio de guerra conduzido por cinquenta remadores (daí seu nome), além de um timoneiro e mais alguns marinheiros. Tinha cerca de trinta e cinco metros de comprimento e cinco

Outras vezes era só uma cortiça de árvore, com pontaletes no meio, e apertadas com cipós, para ficar convexa, e lhes chamavam *ubás*. Tal foi o modelo que ao depois tiveram os colonos, para fazer as *pelotas* de couros de boi, ainda usadas na passagem dos rios, especialmente entre os caetés de Pernambuco, faziam canos de *periperis*[35], como os antigos egípcios de *papyrus*, planta igualmente ciperácea como a *periperi* (*Malach eta, riparia*, de Nees). Ao remo denominavam *apecuitá*, e à pá do leme, *iacumã*.

As canoas, a rapidez de seus movimentos e o modo regular de remar não puderam deixar de admirar os europeus, com toda a sua civilização. Também por sua parte o que os índios mais admiravam dos mesmos europeus foram as naus, que em sua língua singela chamavam canoa grande (*igara açu*).

A sorte da mulher era julgada tão inferior (I) à do homem que muitas mães afogavam as filhas ao nascer. Como também sucedia

---

metros de largura. Surgiu em torno do séc. XII a. C., tornando-se obsoleto com o desenvolvimento do trirreme, a partir do séc. VI a.C. – (N. do E.).

35 É duvidoso se pode chamar-se canoas às embarcações dos caetés, como Gabriel Soares de Sousa as descreve, nos seguintes termos: "As embarcações, de que este gentio usava, eram de uma palha comprida como a das esteiras de tabua que fazem em Santarém, a que eles chamam periperi, a qual fazem em molhos muito apertados com umas varas como vimes, a que eles chamam de timbós, que são muito brandas e rijas, e, com estes molhos atados em umas varas grossas, faziam uma feição de embarcações, em que cabiam dez a doze índios, que se remavam muito bem, e nelas guerreavam com os tupinambás neste rio São Francisco, e se faziam uns a outros muito dano. E aconteceu por muitas vezes fazerem os caetés dessa palha tamanhas embarcações que vinham nelas, ao longo da costa, fazer seus saltos aos tupinambás, junto da Bahia, que são cinquenta léguas." (*Rev. do Inst. Hist.,* **14**, 38-39. Rio, 1851.)

No Maranhão faziam-se, e ainda se fazem, balsas de talo de buriti por maneira semelhante. Delas tomou nome o considerável afluente que o Parnaíba recebe pelo lado esquerdo. – (C.).

entre os povos gentios da Europa antes do cristianismo, as mulheres quase não eram mais que escravas. E com mais razão assim deviam ser consideradas pelos tupis, quando, na América, as suas primeiras mulheres haviam sido tomadas à força, como verdadeiras escravas.

Tudo quanto dissemos se aplica especialmente à raça tupi, em geral; pois sabido é que havia e há ainda índios que passam toda a vida em canoas, no alto Paraguai, e que por isso são chamados *guatós*. No Amazonas havia também cardumes de outros que viviam n'água, em casas construídas sobre esteios; já porque dos rios se sustentavam, já por se livrarem assim dos mosquitos e cobras, e mais inimigos[36].

NOTA DA SEÇÃO III

I
(Pág. 80)

A mulher, diz Carlos von den Steinen, dos bacaeris, e o mesmo se pode dizer das outras tribos, não ocupava nenhuma posição indigna. O homem dava-lhe maior peso a carregar do que ele próprio carregava, conservava-a afastada da casa da dança, onde os homens deliberavam, fumavam, faziam festas, e onde os estrangeiros eram hospedados, era seu senhor e dono – e fazia o que ele queria. Quando Martius afirma que a mulher, "apesar da subordinação escrava em consequência de sua azáfama alegre", não ocupava posição inferior, disse coisa que se aplica perfeitamente aos

36 John Beal Steere – *Narrative of a visit indian tribes of the Purus River* (Washington, 1903) – apresenta os paumaris do Purus como índios essencialmente aquáticos. Durante a vazante vogam em suas pequenas canoas de uma barranca para outra; na enchente, quando as barrancas estão cobertas d'água, retiram-se para os lagos marginais, onde vivem sobre balsas. Alimentam-se quase exclusivamente de peixes e tartatugas. – (G.).

nossos índios, nos quais a subordinação escrava, entretanto, estava fortemente atenuada. A mulher precisava de proteção, primeiro porque era fraca, e "chorava" a qualquer perigo, depois porque devia ser resguardada dos apetites alheios. Na volta da roça para casa, ia adiante do homem, porque pesadamente carregada ia correndo e tudo estava seguro; na mata ia atrás dele para que, se houvesse qualquer perigo, fosse ele o primeiro a afrontá-lo. Dos hóspedes estrangeiros era guardada; e, quando estes eram de natureza duvidosa como nós, mulheres e meninos corriam para o mato (*Unter den Naturvoelkern Zentral-Brasiliens*, pág. 332). – (C.). – "*Las mujeres tienen en sus partos grandes ceremonias. Unas paren solas en los montes y en nueve dias no las guisan de comer más de maiz tostado ó cocido, y en otras províncias hacen grandes ayunos y no comen sal en su ayuno (como nosotros la carne) y hay naciones que se paren hembra, siendo primeriza, la matan*." (Vargas Machuca, *Milicia y Descripción de las Indias*, pág. 9.) – (G.).

Seção IV (X da 1ª edição)

Ideias religiosas e organização social dos tupis: sua procedência.

Significação dos sacrifícios antropofágicos. Sepulturas. Camucins. Jazigo ou *t'ïby'*. Tupã. Raios. Superstições. Agouros. Pajés. Abusos destes. Seus tristes resultados. Descrição do sacrifício. Partilha do cadáver. Destino dos ossos e dentes. Geração. Nascimento. Velhas. Morubixaba. Comunismo. Roubo. Hospitalidade. Poligamia. Heroínas. Amazonas. Noivados. Recém-nascidos. Doenças. Curativos. Sofrimento. Chorar. Nomes. Sentidos apurados. Caráter. Vida habitual. Banhos. Fogo. Sal. Pazes. Tabaco. Paricá. Guaraná. Coca, etc. Infância da sociedade. Exemplo. O homem sem leis nem religião. Em todos os países o mesmo. Carib: São Tomé e suas pegadas. Sumé. Pajés. Monumentos primitivos. Procedência plausível dos caribs, tupis ou guaranis.

Entremos, porém, um pouco mais profundamente nessa sociedade selvagem, e vejamos até onde alcançavam as ideias religiosas e jurisprudência dos tupis; e quais eram os seus usos bons e maus.

Podemos dizer que a única crença forte e radicada que tinham era a da obrigação de se vingarem dos estranhos que ofendiam a qualquer de sua alcateia. Este espírito de vingança levado ao excesso constituía a sua verdadeira fé. Era o ódio excessivo contra os inimigos

o principal estímulo que os conduzia até a antropofagia, fato que, segundo alguns historiadores, se dava igualmente no Velho Continente, entre os citas, dos quais pareciam proceder.

A antropofagia não era, pois, motivada pela gula, senão algumas vezes por aberração; era-o pelo prazer que sentiam na desafronta, cujos efeitos faziam extensivos a todas as gerações[1]. O instinto de se vingarem era tão excessivo que se julgavam obrigados a trincar todo animal que antes os molestara, ainda que fosse *sevandija*. E se não o podiam conseguir às claras, o obteriam por meio de traição e dos venenos.

Aos cativos de guerra sacrificavam solenemente no meio de um terreiro, e todos deviam provar sua carne, para desta forma vingarem os amigos e os antepassados, mortos ou ofendidos pelos do prisioneiro. Nesta expiação tomavam parte homens e mulheres, velhos ou crianças; e até para os ausentes se guardava, moqueado, algum pedaço. E tanto era o pensamento de desafronta e expiação o que nestes sacrifícios dominava, que de um inimigo desenterravam o corpo ao cabo de muitos anos, para no cadáver, quebrando-lhe a caveira, dele se vingarem, adquirindo com isso novo troféu.

O sacrificador de um cativo juntava também por esse feito a si mais um título de glória, como o contendor em duelo pudera contar mais um vencido. Quando havia muitos prisioneiros, começava a chacina pelos mais gordos. Os malferidos matavam logo. Deviam

---

1 É interessante o que Pigafetta, companheiro de Magalhães, ouviu de João Lopes Carvalho, o capitão da nau *Bretoa*, mencionado adiante, acerca dos sentimentos de vingança e da ferocidade dos índios. – Conf. *Premier voyage autour du monde par Le Chev. Pigafetta*, 17-18, Paris, l'an IX. – (C.).

morrer sem soltar um ai, à maneira de muitos dos nossos mártires ansiosos de experimentarem as delícias da vida eterna.

A vingança, ainda além dos umbrais da eternidade, se por um lado não prova bons dotes de coração, descobre que estes povos, ou antes, seus antepassados, tinham ideias superiores às do instinto brutal dos gozos puramente positivos do presente. Estas ideias se justificavam melhor pelo respeito escrupuloso que todos guardavam às sepulturas dos seus, nem que do Velho Mundo tivessem recebido, conforme parece confirmar-se por tantas outras induções que em outro escrito apresentamos, as crenças das penas que sofriam no Averno as almas dos desgraçados que não haviam tido quem na Terra lhes sepultasse os corpos. O mesmo uso dos banquetes antropofágicos talvez tivesse, em quem os inventou, origem na crença de que a vingança do inimigo passaria além desta vida, impedindo-se por essa forma que o cadáver tivesse jamais enterro.

Dispunham alguns as sepulturas dentro dos ranchos em que viviam. A obrigação de abrir a cova correspondia ao parente mais chegado. Ao defunto ou defunta servia de féretro a própria rede; e sendo principal ia trajado de penas, e com todas as armas, e de comer, beber e fumar, o que se lhe renovava quase diariamente durante algum tempo, e tinham-lhe fogo aceso por vários dias. A rede ficava suspensa na cova que se cobria de paus e ramagem e depois de terra. Outras vezes, em lugar de rede, de que não faziam uso algumas cabildas, que dormiam sobre folhas no chão (os dos Ilhéus e Espírito Santo), metiam o defunto de cócoras, em posição análoga à dos fetos no ventre, com todos os seus trajes, dentro duma talha de barro. Ainda se encontram no Brasil muitas destas talhas com qualquer desaterro, ao abrirem-se estradas. Os nomes

de *cambuchis* ou *camucins* dados a todas as talhas e potes pintados, a que também chamavam *igaçabas*, aplicam-se hoje mais especialmente a estas urnas funerárias; mas o termo geral tupi para o jazigo do cadáver era *t'iby*, e o dos cemitérios, onde os havia, *t'iby-coera*.

Na província de Minas tem-se ultimamente descoberto sepulcros também de barro, não em forma de talhas, mas sim como caixões, de cor castanha e com pinturas de arabescos e pontinhos, feitos de barro de cores, tudo envernizado com resina. De ordinário só têm cinco palmos de comprido, três de largo, e três quartos de palmo de alto.

Apesar da frequência das trovoadas nestes climas carregados de eletricidade, os tupis não se tinham familiarizado com os seus terríveis fenômenos: e receavam-se do trovão, que consideravam como uma manifestação de ira de *Ibag* ou do firmamento. Não passava a sua metafísica[2] mais além deste inato terror; nem concebiam a ideia de um ente superior, imaterial e infinito reger este infinito orbe; por mais que no-lo queiram fazer crer alguns escritores, animados de piedade ou excessiva boa-fé, interpretando mal os ditos dos bárbaros que, às vezes, pouco antes os haviam ouvido dos nossos próprios missionários. Propendemos antes a crer que acreditavam, como outros povos na infância, na existência de um espírito maligno, a que chamavam *Tupã*[3], e de cujo influxo julgavam

2 "*C'est icy qu'il fault que ie me mocque de celuy, qui a esté si temeraire, que de se vãter d'avoir fait un livre de la religion que tiennent ces sauvages*" – diz Thevet, *Cosmographie*, fls. 910. – (A.).

3 *Tupã*, que os *tupis* diziam *Tupana* e os *guaranis Tupang*, comparando com *Anhang*, diabo, pode ser explicado, segundo Batista Caetano, por *tub-ang*, alma do ser, espírito do que é, e até alma do pai ou dos pais, em contraposição

os raios uma verdadeira manifestação. Era como um Tifeu, de quem, em certas contrariedades, pensavam tomar vingança disparando flechas contra o firmamento.

Além disto, acreditavam, por tradição, na existência de um certo barbado semideus *Sumé*[4], que lhes ensinara o uso da mandioca, etc.[5], e que havia tido mal pago, e desaparecera. Seria o mesmo *Cemi* dos de Cuba e *Tzemes* do Haiti, onde os veneravam em forma de ídolos. A identidade desta crença se manifesta na existência, entre os caraíbes, dos *pajés*, sob o nome de *piachés* e *beiés; no* sul dos Estados Unidos *pawas*.

Se, porém, os tupis adoravam a nenhum deus, não deixavam de temer supersticiosamente a influência de mais outros entes malignos,

---

a *ai-ang* = *ay-ang* = *añ-ang*, alma da ruína, espírito do mal. Isto concorda com o pensar dos índios, que não faziam adoração a Tupã, visto que ele era bom, era o doador dos frutos e de todos os bens, era o pai da luz e do calor, e não precisava de cultos, ao passo que faziam oferendas a *añã*, para que ele não lhes fizesse mal (*Anais da Biblioteca Nacional*, **7**, 544, Rio, 1879).

Entre os bacaeris encontra-se *Nakoeri*, princípio luminoso e bom, e *Yamüra*, princípio tenebroso e múltiplo que precisa propiciar-se com oferendas. Seus *piaís*, ou curadores, eram yamüras. – (C.).

Sobre os *piaís*, vide ainda a nota 8. – (N. do E.).

4 *Tumé* ou *Sumé* é, segundo Batista Caetano, o absoluto *tubé* de *ubé*, e pode interpretar-se "o pai estrangeiro". Os bacaeris conheciam *Tomeí*, que diziam de cor preta. – (C.).

A *Nova gazeta da terra do Brasil* refere-se à recordação que os índios tinham de são Tomé, cujas pegadas no interior do país quiseram mostrar aos portugueses. Indicavam também que tinham cruzes pela terra adentro e, quando falavam de são Tomé, chamavam-lhe o Deus pequeno, mas que havia outro Deus maior. – (G.).

5 Dessa crença nos aproveitamos na lenda, em estilo bíblico, intitulada *Sumé*, impressa em Madri, 1855, in-8º, e reimpressa no *Panorama*, nesse mesmo ano. – (A.).

a que davam os nomes de *anhangá*[6], *jeropari*, *curupira*, *caipora* e outros. De noite não se aventuravam a andar sós, às escuras. Ouviam como agouro o piar da coruja, e tinham-lhe, como os antigos, certo receio e até respeito, e nunca a matavam. Também se considerava de mau agouro que o marido ou companheiro da mulher pejada matasse alimária prenhe. Assim bem se guardava de caçar ou que se julgava causa da gravidez de uma mulher; e morreria de fome antes do que se resolveria a violar os mistérios da geração: pelo mesmo motivo respeitava então os ovos dos pássaros (Soares, 2, 161). De mau agouro era igualmente o fato de embicar o bárbaro de certo modo, e, em determinadas ocasiões, numa anta ou num ouriço *quanduaçu*. A mulher pejada não podia fabricar os óleos e azeites; também lhe era proibido ajudar a acepilhar as canoas; proibições contra que naturalmente nunca se lembrariam de reclamar.

Como não tinham tradições suas, admitiam com a maior credulidade tudo quanto se lhes embutia. Dessa pia fé se aproveitavam certos *pajés* ou adivinhos, que muito nos fazem recordar os jogues da Índia, e os quais de tempos a tempos iam visitar as povoações, e quando lhes convinha intimidavam aos desgraçados bárbaros com agouros tais que, de pasmo, vinham a morrer. Viviam os pajés em brenhas ou em tujupares longe do povoado, e cada qual tinha autoridade num grande distrito. Quando se propunham à visitação eram dias de festa na taba. Alimpavam-lhes as picadas e preparavam-lhes pomposos recebimentos, com muitos presentes, que denominavam *potaba*[7]. Embusteavam os pajés de ter tratos com os mencionados

---

6 J. Daniel, *Rev. do Inst. Hist.*, **2**, 480; Gumilla, *Orin. Ilustr.*, cap. 10; Laet, nas notas a Grócio, sobre a origem dos americanos, Amsterdã, 1643, pág. 194. – (A.).

7 Ou antes *poitaba*, comida; do verbo *aiopobi*, eu dou de comer. – (A.). – O étimo de *potaba* melhor se explica por *pó* mão + *ta* colher + *bai* ou *ba*, suf.

numes diabólicos; e, como revelação destes oráculos, diziam à pobre gente o que bem lhes parecia. Também se inculcavam com domínio sobre os jacarés, cobras e outros bichos agressores do homem[8].

Das festas religiosas e sacrifícios eram inseparáveis as danças chamadas *poracés*[9], as quais deviam ser acompanhadas de bebidas fermentadas, de fumar-se muito tabaco ou seus equivalentes, e dos sons de muitos instrumentos. Estas festas acabavam sempre em indisposições de estômago e de juízo, e então havia ferimentos e mortes. Viam-se até mães, que criavam, esquecerem, contra os instintos naturais, seus filhos, que, ao cabo de dois ou três dias, sem serem atendidos, eram encontrados mortos de sede e de fome. Havia ainda outras danças, a que davam os nomes de *guaos* e *urucapis*: mas o nome para as danças, acompanhando o canto em que celebravam as proezas de seus antepassados, era *ieroqui*; o que correspondia aos *areítos* dos caribes.

---

do particípio ativo: o que mão colhe, o punhado, o quinhão, a quota, a porção, ou dádiva, presente, legado, acepções que o voc. ainda tem em alguns estados do Norte. – (G.).

8 Parece que entre os tupis se devem distinguir os pajés dos caraíbas: àqueles os cronistas chamam feiticeiros, a estes santidades. Os caraíbas faziam verdadeiras missões, sendo aplainados os caminhos, para recebê-los.

Entre os bacaeris os pajés, chamados piaí, são imortais, entram nos corpos de animais, podem criar animais, são um princípio tenebroso, absolutamente iguais aos yamüras, e como tais devem ser propiciados para não fazer mal. – (C.).

9 *Aprassé*, diz Staden. *Purassé*, escrevem outros. No *Diário* de Ribeiro de Sampaio (*Mem. Ultra.*, **4**, Ap., pág. 28) imprimiu-se, por algum erro, *parasse*; erro que passou à palavra imediata, lendo-se *causa* em vez de *dança*. – (A.). – Em vereação de 3 de novembro de 1686 o senado da Câmara do Maranhão deliberou que ninguém consentisse em seus quintais *poracês* do gentio da terra, e bailes de tapanhunos, salvo em tempo de festa, e de dia (J. Francisco Lisboa, *Obras*, pág. 451, São Luís do Maranhão, 1865). – (G.).

Antes de infligirem a morte à vítima, atavam-na pela cintura com a corda *muçurana*, cujas pontas se liavam ou sustinham a certa distância; depois dançavam todos e todas em redor, de axorcas de cascavéis nos pés, fazendo acompanhamento com os religiosos maracás. Nesta dança só não tinham parte as crianças e os velhos, que ficavam sentados para batucarem o tambor, que era oblongo, como o dos antigos egípcios, e se ouvia a grande distância. Ao som deste iam todos a fio andando à roda, dando patadas e entoando o seu monótono *eh! eh!* Além do tambor e do maracá, tinham por instrumento o *mimbi* ou flauta simples, feito de algum fêmur ou tíbia, e o *tore* ou flauta dobre ou triple, feita de taquara, e o búzio *uatapu*, instrumento de que também havia feito o uso a antiga Europa, sendo até na fábula o símbolo dos Tritões. No tocar guardavam o compasso, andando juntos, e com uma das mãos sobre o ombro do companheiro.

O dia para o sacrifício se fixava para logo que os vinhos eram feitos, e que o prisioneiro posto a bom tratamento parecia bastante gordo e são. A fim de que nada lhe faltasse, durante o tempo em que estava esperando a morte, e antes pelo contrário com intento de distraí-lo, até lhe davam por concubina a moça que ele acertava de escolher, a qual, quando morria a vítima, tinha que derramar por cerimônia algumas lágrimas, mas, por honra, devia logo depois tragar dele o primeiro bocado, geralmente pudendo.

Chegada a hora do sacrifício, o matador, vestido de gala, isto é, tão horroroso como podia fazer-se com suas pinturas, se aproximava da vítima, já tosquiada, e brandindo a *tangapema*, também mui ornada de penas e tauxiada de cascas de ovos de cores, embutidas no *elemi* ou goma *icica*, descarregava o golpe, com que lhe escachava a cabeça, em meio das algazarras, uivos e aplausos de toda

a comitiva. O sacrificador tinha o direito de lavrar no corpo, com riscos indeléveis, a memória deste feito. Este era evidentemente outro uso do paganismo do antigo continente. Moisés o proibiu de parte do Senhor, no *Levítico* (cap. 19, v. 28), com estas palavras: "Não fareis por algum morto incisões em vossa carne, nem figuras nem signos indeléveis."

O dedo polegar era imediatamente cortado ao cadáver, como disparador das flechas e causador das mortes. O tronco do corpo se atassalhava, separando-se os braços e pernas; sendo tudo feito pelas velhas, que moqueavam os pedaços...

Não diremos os mais horrores que praticavam, que não nos propomos a arrepiar as carnes dos leitores, como os bárbaros as de suas vítimas. Os ossos se guardavam para muitos usos; e as caveiras ou espetavam depois à entrada das aldeias, ou faziam delas *cuiambucas*. Os dentes recolhiam-se, enfiados em colares, como relíquias, em troféus da grande proeza de trucidar um indivíduo desarmado, e muita vez inocente, sendo só declarado inimigo em virtude da geração... Irresistivelmente se nos detém a pena nem que corrida de escrever estas misérias da humanidade bestial, que sem nenhum pejo as praticava... Vamos a concluir.

Todos os que assistiam à festa ou que obtinham um bocado do cadáver se honravam com mais um triunfo; porém as glórias deste pertenciam principalmente ao matador ou carrasco, que daí colhia novo título, em oposição aos nossos usos em qual tal ofício é infamante. As mulheres aprisionadas ficavam escravas, e, se houve alguma exceção, seria quando se provasse que elas tinham combatido, pois que então, pela regra geral, deviam morrer. Também sacrificavam algumas mulheres, quando queriam declarar a guerra;

pois neste caso começavam por quebrar as cabeças às primeiras vítimas que aprisionavam[10].

A jurisprudência indiana, se assim lhe podemos chamar, reduzia-se a mui poucos princípios. A geração se regulava pela do pai, em oposição com o que se nota em alguns povos bárbaros da África. A mãe só era considerada, à maneira dos antigos egípcios, como guarda ou depositária do feto, até o dar à luz, e nenhuns deveres contraía com ela o filho que amamentava. O pai denominava ao filho *traíra* ou "o procedente do meu sangue"; e a mãe chamava-lhe *membira*, "o seu parido", o procedente de seu seio (I). Assim as escravas que os tupis tomavam por mulheres não eram somenos das demais, e aos filhos delas só passava a condição do pai. Filho de escravo ficaria escravo: e se o pai havia sido inimigo, ainda que a mãe fosse filha de um principal, havia de ser sacrificado. Assim, exceto os cativos em guerra e seus filhos, e os estranhos que escravizaram por causas acidentais e também os seus filhos, todos nasciam livres, ou gozavam de liberdade individual – com a sujeição aos mais fortes. À falta de clareza, porém, a tal respeito, devemos atribuir esse fracionamento, essa desmembração em esgalhos tão pequenos com os que encontraram os europeus. Às vezes não havia para a subdivisão ou independência mais causas do que os ciúmes dados por uma mulher[11].

---

10 Diz Diogo de Campos que, conforme o rito e costumes de suas guerras, os índios quebravam as cabeças para se romper todo sinal de paz entre uns e outros – C. Mendes de Almeida, *Memórias do Maranhão*, **2**, 198. – (C.).

11 "Guerra... que regularmente... dos ciúmes que em cabo um dos outros têm, por respeito dos quais dão mui fácil crédito a qualquer suspeita e leve indício." – Jerônimo Machado, "Sumário das armadas que se fizeram e das

A repudiada passava ao poder de outro, quando outro encontrava quem ainda a quisesse; quando não, desde logo a declaravam velha para os deveres que, como tal, lhe caberiam na comunidade. Por morte do marido pertencia a mulher, de direito, como entre os judeus, ao irmão do que falecera, se ele a preferia.

Os laços da família, primeiro elemento de nossa organização social, eram mui frouxos. Os filhos não respeitavam as mães, e só temiam, enquanto os temiam, os pais e os tios. No amor não havia que buscar sentimentos morais. As delícias da verdadeira felicidade doméstica quase não podem ser apreciadas e saboreadas pelo homem no estado selvagem. Rodeado de feras, ou de homens-feras, mal podem nele desenvolver-se a parte afetuosa da nossa natureza, a amizade, a gratidão, a dedicação.

Aos principais ou chefes de cada alcateia ou cabilda denominavam *morubi-châbs*. A força e a audácia o elegiam, ou antes o faziam tolerar, enquanto algum rival não vinha a disputar-lhe a obediência de parte dos seus. Regularmente primavam os mais bem aparentados; e algum tanto influía também que fosse parente do anterior, o qual de ordinário, já em vida, como que apontava por sucessor o indivíduo em quem depositava mais confiança, destinando-lhe empresas arriscadas e de prova. Na guerra comandava o chefe com poder supremo; porém, para ela se decidir, ou para se decidirem casos mais difíceis, como uma transmigração, ou as dúvidas sobre a morte de algum prisioneiro, era convocada toda a cabilda, que se reunia no terreiro da *taba*, fazendo roda em duas ou três ordens,

---

guerras que se deram na conquista do rio Paraíba", na *Rev. do Inst. Hist.*, **36**, parte 1ª, Rio, 1873. – (A. & C.).

segundo o número dos que assistiam. A estas reuniões ou conselho se denominavam *nhemongaba*, palavra que equivale a parlamento.

Havia entre os da mesma tribo uma verdadeira fraternidade comunista. Nenhum comia ou bebia sem que o fizessem os outros participantes. Assim mal podiam negociar; se bem que alguns indícios de comércio antigo encontremos no Amazonas[12], parece antes devido à influência do trato com os quíchuas vizinhos, e porventura o uso se generalizou mais com as necessidades que trouxe o trato da Europa. Os maués do rio Negro faziam negócio em canoas e armas, e preparavam guaraná; e os mundrucus em ornatos de penas; e uns e outros vendiam aos brancos farinhas e salsaparrilha. A ideia de roubo era quase desconhecida, e muitas vezes tirar o que o outro sem usar possuía nem se considerava delito. Os parentes tinham direitos de retaliação. Na hospitalidade e generosidade não havia limites, até para os mesmos inimigos, a quem, só depois de ser concedida, se tomavam as contas de se o eram efetivamente ou não.

Em cada *oca* ou rancho viviam vários casais, com os competentes fogos e redes, em diferentes turmas: os *morubi-chabas* comiam quase sempre à parte e recostados; e se mantinham de tudo quanto os seus traziam da caça ou da pesca (Soares, 2, 160); os mais comiam de gamela em comum, pondo-se de cócoras no chão.

Cada homem, segundo sua valia, tinha uma ou mais mulheres; quando eram várias, a primeira, ainda que já desdenhada e velha, era sempre considerada superior às outras. Em geral, todas aturavam os maridos como escravas: acompanhavam-nos, nas suas longínquas

---

12 Diogo Nunes, *Rev. do Inst. Hist.*, **2**, 366, diz sem embargo que até tinham os caminhos muito abertos pela gente que transitava, o que é confirmado pela narração de Orellana, que nos transmite Herrera. – (A.).

jornadas, e às vezes até nas expedições de guerra. Estes hábitos marciais e a dura condição em que, sem ter a elas respeito, as guardavam os maridos não as levavam a separações; e sérias investigações, feitas com o maior critério, nos obrigam hoje a dar pouco crédito à notícia de uma nação de novas amazonas, no rio que daí tomou esse nome, apesar do que a tal respeito informam vários escritores, começando por Gabriel Soares em 1587. Orellana, que foi o primeiro autor desse mito, desceu o rio, quase desde as cabeceiras do Napo, com semelhante prevenção, mas nunca as viu, nem tampouco os seus companheiros; conforme conseguimos escrupulosamente averiguar e provar. A ideia das amazonas existia, porém, nas Antilhas; e Colombo foi informado de que a ilha de Matinino (Martinica) era habitada só de mulheres.

As moças, no entrarem na puberdade, eram, em algumas cabildas, suspendidas na cumeeira da casa em um cesto e aí mantinham a dieta de *mingau* por dias; e depois as sangravam com uma sarjadura de alto a baixo. Os pretendentes dela, quando as não tomavam por armas, como às vezes tinham por mais fácil, submetiam-se à dependência do pai, que se aproveitava da circunstância para os fazer trabalhar por anos antes de lhas concederem, e para sujeitá-los à sua influência, contando-os na sua *tribo*. Assim o noivo passava a pertencer à família do sogro, a quem até devia acompanhar à guerra. O dia das núpcias era festejado com bailes e bacanais.

A mulher, quando paria, ia lavar-se ao rio com o filho, e o marido ficava deitado na rede por alguns dias sucessivos, sem comer, talvez para que o não perturbasse fisicamente o sentimento inato de paternidade[13].

---

13 Veja-se a informação de Anchieta sobre o casamento dos índios, na *Rev. do Inst. Hist.*, **8**, págs. 254-262, Rio, 1846. O choco dos índios foi estudado

Ao recém-nascido furavam-lhe o beiço inferior, esborrachavam--lhe o nariz (Abbeville, f. 262) e o punham na rede com as armas que deveria manejar, e aí de contínuo lhe estiravam os braços e as pernas, para o fazer forte e ágil. A mãe criava o filho até nova gravidez. Assim *columim* havia que mamava seis e oito anos.

O castigo, como corretivo caridoso, aplicado sem espírito de vingança, e que tantas vezes dá mais penas a quem o inflige que ao que o recebe, era inteiramente desconhecido.

Nas doenças curavam-se em geral antiflogisticamente: usavam com muito rigor da dieta de *mingau*, e até da completa abstinência; e sangravam-se com o dente da cutia, ou com uma lâmina de cristal de roca. O sangrar também competia às velhas. Para cicatrizar as feridas aqueciam-nas ao fogo, provocando certa inflamação e insensibilidade local, a fim de saírem os humores; e depois faziam fechar e cicatrizar com óleo de copaíba. Com sudorífico empregavam o pôr-se ao fumo, colocando fogo debaixo das redes em que dormiam. Se o enfermo se achava em perigo, o abandonavam à sorte.

Blasonavam de mui sofredores na doença ou todo outro trabalho, e até no transe da morte. Deviam todos ser dotados de uma impassibilidade espartana. O chorar, o soltar um ai, um gemido, passava pela ação de maior covardia que podiam cometer. Eram geralmente taciturnos. Em silêncio comiam, bebendo geralmente água, quando acabavam. Os vinhos somente se bebiam nas suas festas bacanais. Nas canoas remavam dias e dias, dormindo apenas

---

cuidadosamente no livro de Carlos von den Steinen, *Unter den Naturvoelkern Zentral-Brasiliens*, Berlim, 1894, 334-339. – (C.).

duas ou três horas cada noite. Quando morria algum, carpiam-no as mulheres, que em sinal de luto dispunham o cabelo de outra forma por algum tempo. O homem não devia chorar nunca: este recurso natural para alívio da dor era considerado como prova de fraqueza e covardia. O verdadeiro bravo devia, para eles, ser completamente insensível.

Além do nome de nascença, que era de algum animal, planta, etc., como entre nós a maior parte dos apelidos, cada indivíduo tomava um de guerra, logo a ela ia; e a tantas ações heroicas assistia quantos títulos novos para si tomava; dos quais lavrava no corpo, com riscos indeléveis, a memória em hieróglifos bárbaros, que os outros entendiam. Destes nomes participavam também as suas mulheres, que de ordinário haviam igualmente contribuído, ao menos, para o *moquém* dos prisioneiros. O epíteto de grande (*açu*) andava quase sempre unido a qualquer novo título, a que se julgavam com direito por seus serviços.

Tinham em geral os bárbaros mui apurados os sentidos, e mui agudos os instintos. Viam a grande distância, sentiam o cheiro de fumo, ou da gente, a ponto de distinguirem a raça pelo olfato; descobriam a pista da onça, sentiam pelo cheiro a proximidade do jacaré, e pelo ouvido o tinir da cobra cascavel, quando mal poderia sonhar o europeu que tinha junto a si qualquer destes inimigos. Seguindo uma picada, não lhes faltava o tino, para regressar por ela; e quando muito, se auxiliavam do meio inteiramente primitivo de quebrar ramos de árvores, de distância em distância, ao que chamavam, segundo Montoya (*Tesoro*, f. 3 v.), *ibapaá*. Vários índios que foram levados da Bahia ao Rio de Janeiro fugiram para o mato, e pouco a pouco por terra, apesar das hordas estranhas durante léguas de permeio,

souberam chegar de novo à Bahia. Assim davam eles sempre bem conta da comissão de mensageiros ou *pareás*[14].

Se eram, porém, tão favorecidos nos dotes do corpo e nos sentidos, outro tanto não sucedia com os do espírito. Eram falsos e infiéis; inconstantes e ingratos, e bastante desconfiados. Além de que: desconheciam a virtude da compaixão. O terror que, com o nome de caribs, haviam inspirado aos inocentes lucayos, em suas frequentes invasões ao arquipélago das Antilhas, é um dos fatos importantes de que foi testemunha o próprio Colombo em sua primeira viagem. Nem tinham ideias de sã moral; isto é, da que nasce dos sentimentos do pudor e da sensibilidade, da moral que respeita o decoro e a boa-fé; e eram dotados de uma quase estúpida brutalidade, e difíceis de abalar-se de seu gênio fleumático.

Monótona e tristemente passavam a vida habitual, quando não a interrompiam os sobressaltos da guerra, as festas dos sacrifícios, ou as visitas dos pajés. Assim a expressão das fisionomias dos bárbaros aos trinta anos era ou melancólica ou feroz.

Ao levantarem-se, iam ao banho, a que estavam tão habituados que em jornadas, ao verem água, metiam-se logo por ela, com o que, quando era má, se poupavam a bebê-la, refrescando-se com a que lhe devia penetrar pelos poros. Muitas vezes nas expedições pelo sertão tiveram os nossos ocasiões de lastimar este uso, por acharem turvada pelos índios da vanguarda a única poça ou alverca que para matar a sede acaso encontravam.

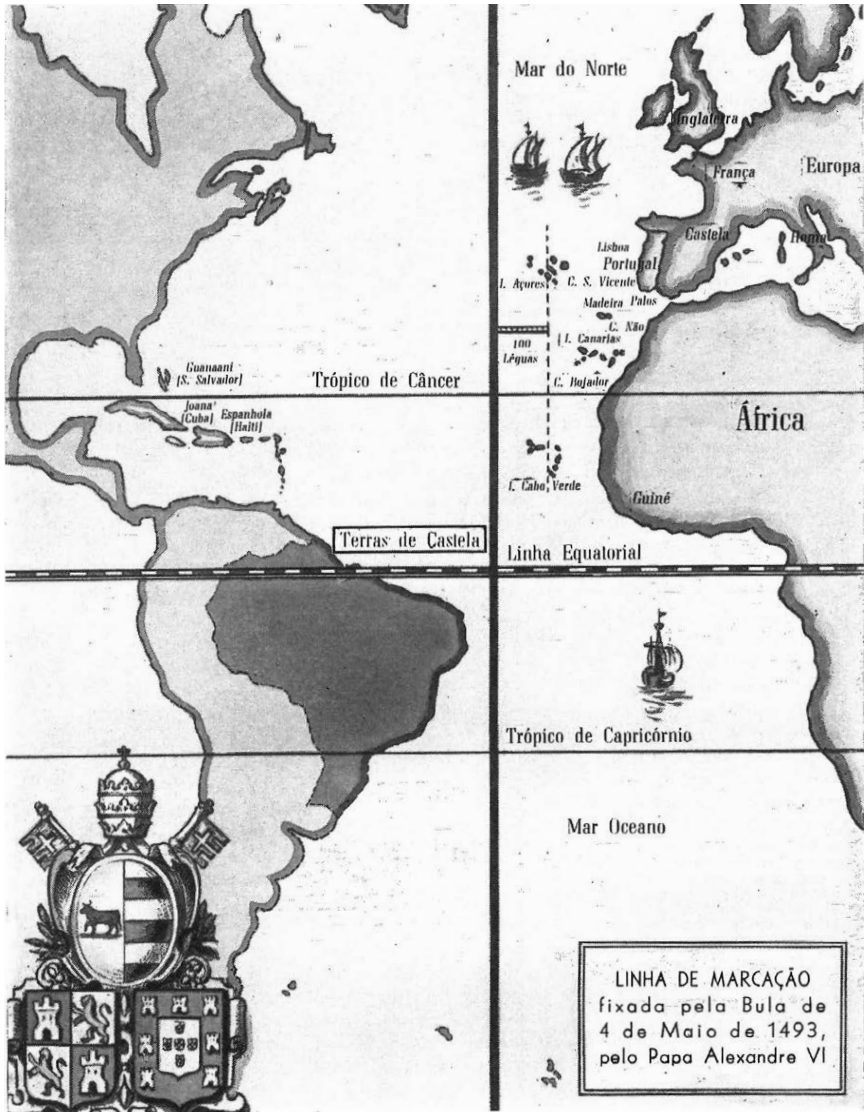
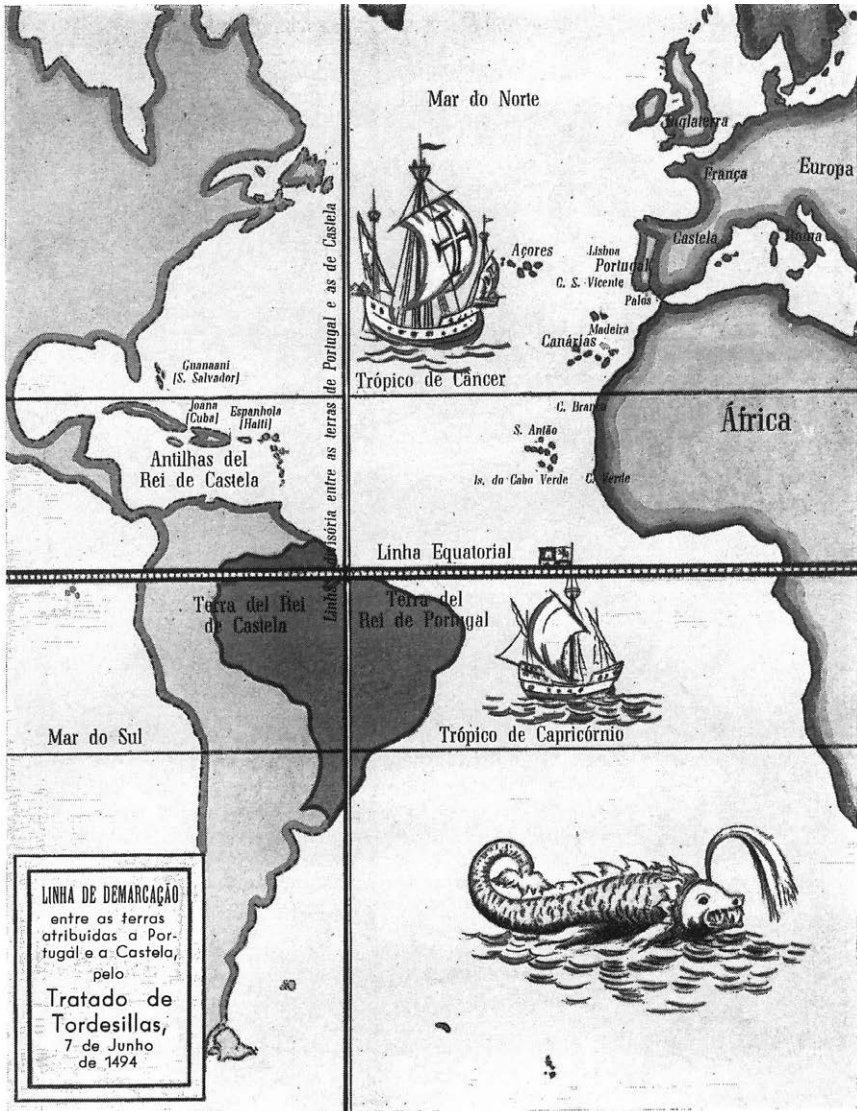
---

14 Diz o padre Vieira que os índios, cerca de 1660, costumavam levar as cartas de que eram portadores "metidas em uns cabaços tapados com cera para que nos rios que passavam a nado não se molhassem". – *Missão da serra de Ibiapaba*, em C. Mendes de Almeida, *Memórias para história do extinto Estado do Maranhão*, **2**, 467. – (C.).

Os homens iam à caça; as mulheres cuidavam da comida, e do mais que lhes respeitava. Quando alguma vez se apagava o fogo, o que procuravam que não sucedesse, feriam-no pela fricção aturada de dois paus, pondo um firme no chão, e em uma pequena cavidade nele praticada introduziam uma espécie de vareta, roliça, de pau muito duro, que faziam rolar mui forte e velozmente, entre as palmas das mãos, até produzir-se o lume. O banho repetia-se à tarde, antes de se recolherem; alguns tomavam um terceiro durante o dia, quando voltavam sujos de lama, ou fatigados da jornada. A caça era comida sempre moqueada. Alguns dos que viviam pela costa conheciam o uso do sal, e fabricavam um bastante escuro, apurando ao fogo a água salgada. Nos afluentes do Amazonas, povos havia e há ainda que, das cinzas de certas plantas, conseguiam até fazer apurar e cristalizar uma espécie de salino, que empregavam como sal. Mas o tempero estimulante mais geral era certa massa, feita com pimenta, a que chamavam *jukiraý*, da qual tinham sempre as cuias cheias, e com uma pinga d'água estava feito o molho. Usavam também do *tucupï*[15], que era a água da mandioca (*maniba*), a qual, sendo cozida, deixava de ser venenosa. A amizade a manifestavam por meio da oferta do tabaco, de fumo, ou do uso de correrem a mão pela cabeça daquele a quem saudavam. Eram estas práticas entre eles o que o ósculo entre os antigos, ou entre nós o aperto de mão. No combate, quando se davam por vencidos, atiravam fora as armas, e punham as mãos sobre a cabeça[16].

---

15 Em alguns lugares a água da mandioca chamava-se *manipuera*. – (C.).

16 Diogo de Campos conta que no combate contra La Ravardière os índios, vendo-se perdidos, começaram ao seu modo de bater as palmas. C. Mendes de Almeida, *Memórias do Maranhão*, **2**, 205. – Mãos que palmeiam são o melhor sinal de que não têm armas. – (C.).

Linha de marcação.

Linha de demarcação, pelo Tratado de Tordesilhas.

Além dos excessos do vinho nas bacanais, usavam do tabaco de fumo, o que faziam principalmente quando peroravam no terreiro, ou quando queriam beber mais. O charuto (*p'tybaba*) era um grande canudo de palma cheio de folhas de tabaco. Outros, em um dos afluentes do Amazonas, em lugar de tabaco sorviam o *paricá* ou tomavam o *guaraná*. No alto Amazonas já faziam uso da *coca*, com o nome de *ipadu*. Mui provavelmente fora introduzida no alto Peru, bem como o fora, pelos omáguas ou cambebas, a indústria do fabrico da goma-elástica.

Tais eram os vindiços alienígenas que à matroca percorriam, há mais de três séculos, todo o atual território do Brasil, e que em parte percorrem ainda alguns distritos dele, cobertos de matos virgens, onde por ora não pôde penetrar a luz da civilização e do evangelho. Não constituíam uma nação, nem mesmo pequenas nações, na acepção em que mais geralmente, em direito universal, se toma hoje esta palavra. Formavam antes muitas cabildas, pela maior parte procedentes dos últimos invasores do território.

A pintura que fizemos dessas gentes, que mais ou menos errantes desfrutavam, sem os benefícios da paz nem da cultura do espírito, do fértil e formoso solo do Brasil – antes que outras mais civilizadas as viessem substituir, conquistando-as e cruzando-se com elas, e com outras trazidas dalém dos mares pela cobiça –, essa pintura, dizemos, bem pouco lisonjeira é na verdade. À vista do esboço que traçamos, sem nada carregar as cores, não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem o auxílio mútuo da sociedade, e sem a terra se cultivar suficientemente, há sempre, numa ou noutra época, privações e fome; e estas últimas aos mais

civilizados converte em canibais, como nos provam as histórias de tantos sítios e naufrágios. Desgraçadamente o estudo profundo da barbárie humana, em todos os países, prova que, sem os vínculos das leis e da religião, o triste mortal propende tanto à ferocidade que quase sempre se metamorfoseia em fera... As leis a que o homem quis voluntariamente sujeitar-se, depois de mui tristes sofrimentos do mesquinho gênero humano antes de as possuir, não têm outro fim senão fazê-lo mais livre e mais feliz do que seria sem elas. O próprio Filósofo de Genebra, apesar de suas paradoxais simpatias pelo estado selvagem, não duvidou reconhecer as vantagens de substituirmos a justiça e o direito e a razão ao instinto, ao apetite e ao capricho; de vermos desenvolvidas as faculdades, ampliadas as ideias, e "um animal estúpido e limitado convertido em um ser inteligente, em um homem"! Assim é que com razão disse Buffon: "Se vivemos tranquilos e somos fortes... se dominamos o universo, é porque soubemos dominar-nos a nós mesmos..., sujeitando-nos às leis... O homem não é homem [prossegue eloquentemente este grande gênio] senão porque soube unir-se com o homem, sob a autoridade de um governo."

O selvagem, cercado sempre de perigos, não sabe o que seja tranquilidade d'alma: de tudo tem que prevenir-se e recear-se; fica desconfiado de caráter, e inábil de pensar sequer em concorrer para melhorar a situação da humanidade.

Necessitávamos ajuizar o mais justamente possível os usos e costumes dos antigos habitantes, para estarmos no caso de melhor apreciar ao diante os fatos. Nem nos humilhe essa triste condição dos habitantes desta terra, noutras eras: com pouca diferença seria a mesma das terras da Europa, hoje tão florescentes, quando os

fenícios, os gregos e, mais que todos, os romanos lhe incutiram a sua civilização, que com a língua levaram à Lusitânia, e que mais tarde, auxiliada na indústria pela ilustração arábica e, nos costumes, pelas branduras do cristianismo, foi trazida a este abençoado país, quando a imprensa publicava os monumentos da civilização grega e romana, quando a Europa se debatia por interpretar muitos costumes absurdos, e quase incríveis, descritos por Heródoto, Estrabão, Tácito e César. O estudo e a colonização da América, nessa época, deram aos comentadores luz, aos leitores fé. O homem aprende humilhando-se a entender melhor o que dos bárbaros germanos nos contam os romanos, o que das saturnais da primitiva Itália nos revelam os gregos. Os tempos heroicos da Europa e da Ásia passaram-se naturalmente em meio de cenas análogas às que acabamos de descrever, tão degradantes, que um chefe da Igreja, Paulo III, julgou necessária uma bula para obrigar os cristãos a crer que os aborígenes americanos eram, como os demais homens, descendentes do pai Adão (II).

Monumentos de raças anteriores, análogos aos do México, Centro-América e Peru, não têm por ora aparecido no Brasil, se bem que não faltem alguns toscos lavores, praticados na pedra, a respeito dos quais nenhuns estudos sérios se têm feito[17]. Nada mais natural do que acreditar que, por várias partes, o chamado novo continente não deixou de ter tido comunicação com o antigo; já depois de primitivamente povoado por gentes da mesma raça mongólica do oriente

---

17 Algumas das inscrições encontradas em pedras foram reproduzidas por Alencar Araripe na *Rev. do Inst. Hist.*, **50**, parte 1ª, págs. 213-295, Rio, 1887, num artigo sob o título: *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil.* – (C.). – O assunto foi superiormente versado por Koch-Grünberg – *Südamerikanische felszeichnungen*, Berlim, 1907, e Alfredo de Carvalho – *Pré-história sul-americana*, Recife, 1910. – (G.).

da Ásia, quer antes de se haverem separado os dois continentes pelo estreito de Behring, quer passando os povos este exíguo estreito no tempo dos gelos, no que ainda hoje encontram dificuldade.

Todas as induções, porém, que oferecemos em um trabalho especial[18] nos levam a acreditar que os tupis procediam, como os guanches das Canárias, de povos navegadores do Mediterrâneo, que aqui haviam aportado. Com as Canárias deve até haver sido frequente a navegação desde o norte da África, visto que está hoje provado que a língua dos guanches tinha muito de berbere e egípcio antigo. E, entretanto, essa navegação, provavelmente em virtude de frequentes invasões e *barbarizações* dos povos de uma ou outra parte ou de ambas, se havia quase perdido; e as ditas ilhas tiveram de ser de novo descobertas; fato que se repetiu depois com a Groenlândia, cuja navegação, que existira com o norte da Europa, chegara a interromper-se.

Os principais característicos que nos podem indicar a época das relações dessas ilhas com os navegadores do Mediterrâneo são: 1º a falta completa do ferro, e o uso de machados e mais instrumentos de pedra polida, análogos aos que ainda na Europa se encontram nas escavações; 2º o desconhecimento de moedas cunhadas, para o trato recíproco; 3º o pintarem-se e riscarem-se os habitantes o corpo de vermelho e outras cores; 4º o conhecimento da cerâmica.

Todos esses característicos eram idênticos na América; e não só esses, que consideramos em separado por atenção à cronologia,

---

18 *L'Origine touranienne des Américains tupis-caribes et des anciens egyptiens indiquée par La philologie comparée*, etc., Vienne, 1876. – (A.) – Nota 2 da seção III. – (G.).

como os seguintes: 1º os cantares monótonos e tristes, e as danças em círculo, em uma fila; 2º as festas *guatativas* ou bacanais; 3º as ideias de fatalismo e desprezo da morte, a resignação e impassibilidade aparente no sofrimento, e o valor para se mutilarem a si próprios; 4º as indústrias nas esteiras, redes, cestos e anzóis de espinhas e ossos; 5º o uso de fisgar o peixe com dardos, e das *ostreiras* ou montões de ostras e cascas dos mariscos, que deixavam nas praias, nas épocas do ano em que os apanhavam; 6º o da farinha feita de raiz do feto canário (*Pteris aquilina*), cuja ideia não deixa de ter analogia com a da iuca ou mandioca; 7º o de dar gritos e urros, como os antigos, nos ataques, sempre intentados por surpresa e em ciladas; 8º o das múmias postadas de cócoras.

Provada a existência de antigas relações quase históricas entre os povos do Mediterrâneo e as Canárias, ilhas de que até Ptolomeu e Plínio fazem menção, nomeando várias delas, nada mais natural do que conceber, naqueles tempos de atraso da navegação, frequentes engarrafamentos de alguns barcos, que fossem parar uns nas costas do México, outros nas do Yucatán e Centro-América, e finalmente outros nas do Brasil e Antilhas. Desses últimos, bons navegadores, conhecendo já o uso do arco e da flecha, o fabrico das bebidas fermentadas e dos venenos, a arte cerâmica, certa agricultura, os instrumentos de pedra polida, o uso de fogo para vários misteres, provieram os nossos *tupis*, "os da primordial geração", segundo a significação desta palavra, conforme provamos.

O fato de se chamarem também de *caribs* ou *carys*, de se denominarem *caryyós* (*carioes*, escreve o cronista Herrera) os que se achavam na vanguarda da emigração, no sul do Brasil, e de designarem, como honra, com esse nome, aos europeus que depois

aqui aportavam como amigos (donde proveio *carioca*), nos deu as suspeitas de que os primitivos imigrantes teriam este nome. E hoje temos quase a convicção de que houve efetivamente para o Brasil uma grande emigração dos próprios cários da Ásia menor, efetuada talvez depois da queda de Troia. Havendo eles estado, nesta guerra tremenda de dez anos entre a Europa e a Ásia, contra os gregos, e havendo ficado vitoriosos os gregos e senhores dos mares, é mais que possível que os mesmos cários nem nas suas colônias ao oeste de África se julgassem ao abrigo das crueldades que nesses tempos se praticavam com os prisioneiros de guerra, e que não se reduziam só à escravidão, mas ao sacrifício de muitos e à amputação das mãos e do próprio falo. Sendo assim porventura, prefeririam confiar-se a esse elemento que lhes era tão familiar, e se lançaram no oceano à aventura... A forma das canoas de guerra dos tupis, semelhantes às antigas pentecontores, o uso das outras canoas de *periperis*, análogas, como dissemos, às de papiros dos egípcios, as pequenas canoinhas *ubás*, nome que também se encontrava no egípcio, sob a forma de *báa* e *uaa*, o uso do maracá, antigo *sistrum*, as superstições por uma ave noturna, o serem curandeiros os sacerdotes, o uso da circuncisão, que hoje temos averiguado que havia chegado até aos próprios guaranis do Paraguai, e finalmente certa semelhança entre o tupi e o egípcio antigo, não só nas formas gramaticais como especialmente em um grande número de palavras (às vezes até idênticas), e significando objetos de uma natureza primitiva e não suscetíveis de sofrer a concorrência de sinônimos, tais como os com que designavam o sol, o fogo, a terra, o campo, a argila, o ouro (nas Antilhas), a água, o caminho, o cão, a formiga, a árvore, a folha, o espinho, a flecha e outros, fazem-nos crer que eram de raça aparentada com os egípcios os ascendentes dos nossos tupis.

Muitos verbos têm também significação idêntica. Semelhantes eram os nomes para designar pai e chefe (em tupi, *chab*); a palavra *taî* nas duas línguas designava "filho", só a acepção de "gerado"; e finalmente encontramos até que um advérbio de três sílabas (em tupi *tequenó*, em egípcio *tekennu*) tinha a mesma significação de "eis aqui". Por estas analogias e porventura outros que novos estudos farão aparecer em maior número, inclinamo-nos a concluir que, em todo caso, os tupis descenderiam de um povo do antigo continente aparentado com os antigos egípcios. Que os cários não eram gregos, sabemo-lo por um verso da *Ilíada*, dando à língua o epíteto de bárbara, o que é confirmado pelo testemunho de Estrabão quando assegura que os mesmos cários haviam introduzido na própria língua muitos vocábulos gregos; sendo admirável que também alguns se diria terem passado ao tupi; onde parecem proceder do grego as palavras *catu*, bom; *cunhã*, mulher; *oca*, habitação. De origem grega parecem também os *areítos*, ou cantos heroicos dos caribs, e *cudinos*[19] de ofício análogo aos καλός dos cretenses, a cujo serviço haviam estado algum dia os cários.

É mui possível que o foco, neste continente, desta grande nação, que chamaremos indistintamente *tupi* ou *carib*, fosse nos densos matos das margens do Amazonas; e que nas águas deste poderoso rio e dos seus braços até as do Orenoco (que todas se comunicam) se conservasse como navegadora. A população em maior número, que

19 "Entre os guaicurus há homens que afetam todos os modos das mulheres, vestem-se como elas, ocupam-se em fiar, tecer, fazer panelas, etc. A estes chamam *cudinos*, nome que dão a todo animal castrado." Francisco Rodrigues do Prado, "História dos índios cavaleiros ou da nação guaicuru", *Revista do Instituto Histórico*, **1**, pág. 27. – (N. do E.).

ainda os primeiros viajantes dão, sobretudo ao território tão cortado de canais junto do Amazonas, desde o Japurá até o rio Negro, deixa algumas apreensões para crer-se que daí partiram para quase todo o continente meridional os conquistadores, trazendo consigo não só a dita navegação como a indústria da mandioca, a da cultura do milho, e a das sementeiras de feijão e abóboras jerimus; isto é, uma primitiva agricultura, além de vários instrumentos de pedra polida e de barro cozido, herdados de seus antepassados que haviam chegado a este continente.

Para se manterem navegadores, tiveram em seu favor as mesmas cheias do grande rio, que lhes conduzia boiando, desde as cordilheiras do Peru (G. Soares, 2, 183 – Acuña, nº 28) e lhes depunha nas praias (que lhes serviam de estaleiro) grandes cedros; de modo que nem tinham que cortá-los, nem que transportá-los. A conquista, que efetuaram de toda a costa do Brasil, a deveram seguramente, como levamos dito, à superioridade da sua marinha, ou canoas de guerra[20] de que não faziam uso os bárbaros que anteriormente aqui residiam; embora haja quem sustente que a navegação precedeu ao trato por terra, que os rios foram as primeiras vias de comunicação dos povos não civilizados, e que a canoa existiu antes da rede ou serpentina, e o navio antes do carro. A proposição pode ser verdadeira para os povos ribeirinhos de águas navegáveis, mas porventura arriscar-se-iam logo à navegação, ao ver águas, os bárbaros oriundos

---

20 "*Todos los que vien á las orillas de este gran rio [Amazonas] están poblados en grandes poblaciones y como venecianos y mejicanos: todo su trato es por água*", etc. Acuña, nº 38. – "*Andam derramados [los guaranis] por esta tierra [La Plata], y por otras muchas, como casaríos á causa de ser enemigos de todas estotras naciones*", etc. – Ramírez, carta em 1528, na *Rev. do Inst. Hist.*, **15**, 27. – (A.). – Veja nota 6 da seção I. (G.).

de páramos secos? Os aimorés, de que ao adiante trataremos, nos decidirão pela negativa.

Em todo caso, para nós, não cabe a mínima dúvida que os caribs ou tupis haviam, com inauditas crueldades, invadido uma grande parte do lado oriental deste continente, cujos anteriores habitantes, bem que em maior atraso, eram, em geral, mansos e timoratos. A seu turno devia chegar-lhes o dia da expiação. Veio a trazê-lo o descobrimento e colonização, efetuados pela Europa cristã.

NOTAS DA SEÇÃO IV

I
(Pág. 92)

Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, pág. 53, 3ª edição, louvando a língua dos indígenas, foi quem primeiro observou a copiosidade de seus termos para distinguir os diversos graus de parentesco: "É linguagem mui compendiosa, e de alguns vocábulos mais abundante que o nosso português, porque nós a todos os irmãos chamamos irmãos, e a todos os tios, tios, mas eles ao irmão mais velho chamam de uma maneira, aos mais de outra; o tio irmão do pai tem um nome, e o tio irmão da mãe outro, e alguns vocábulos têm de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão aos machos."

A observação peca por demais restrita. Para exprimir toda a verdade do fato deveria referir-se não só ao português, mas à generalidade dos idiomas cultos; teria de distender-se não só à linguagem dos índios de que tratou, mas à maior parte das línguas conhecidas da América.

Raoul de La Grasserie, em uma nota publicada no *Journal de La Société des Américanistes de Paris*, tomo II, nº 2, págs. 322-338, Paris, 1905, chamou a atenção para esse caso curioso, tratando das línguas da família Salish, em cinco dialetos distintos, de tribos que se estendem da ilha do Vancouver pelas costas do Oregon e Colúmbia.

Existe realmente, no particular apontado, maior pobreza vocabular nas chamadas línguas de flexão do que nas línguas americanas, cuja evolução morfológica

estacionou na fase da aglutinação. Naquelas a simples desinência basta, na maioria dos casos, para mostrar as diversas gradações de parentesco ou afinidade; nestas há que recorrer-se a radicais diferentes quando se tem de determinar a situação do indivíduo sobre as coordenadas familiares. A indicação de sexo, a diferença de idade, o grau de consanguinidade ou de aliança, a circunstância de serem vivos ou mortos os parentes, todas essas modalidades se expressam por tempos próprios, e não por variações flexionais, ou por perífrases, como acontece em relação aos idiomas europeus e outros.

Não será hipótese descabível atribuir tal particularidade à influência dos padres, que, levados pela necessidade de catequese, os casos do confessionário, os impedimentos do matrimônio, principalmente, tiveram de esmiuçar o assunto, e chegaram mesmo a formar catálogos daqueles nomes, que juntaram aos catecismos de doutrina cristã.

Anchieta, na "Informação dos casamentos dos índios no Brasil", in *Rev. do Inst. Hist.*, **8**, págs. 254-262, confirma aquela hipótese, quando escreve: "O nome *temirecô etê, sc. uxor vera,* creio que o tomaram dos padres, que lhes queriam dar a entender a perpetuidade do matrimônio, e qual é a mulher legítima, por que deste vocábulo *etê,* que quer dizer legítimo, usam eles nas cousas naturais de sua terra..." Nessa memória de Anchieta as relações de sexo, de consanguinidade e outras formas de aliança ou parentesco aparecem perfeitamente elucidadas.

Dos catecismos de doutrina cristã, que versaram a matéria, podem ser citados, em referência ao tupi, o *Catecismo brasílico,* do padre Antônio de Araújo, emendado em segunda impressão pelo padre Bartolomeu de Leão, págs. 267-276, Lisboa, 1686; em relação ao quiriri, o do padre Luís Vincêncio Mamiani, *Catecismo da doutrina cristã na língua brasílica da nação quiriri,* págs. 209-213, Lisboa, 1698, e edição fac-similar da Biblioteca Nacional, 1942. Conf. "Nomes de parentesco em língua tupi", in *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. LXIV, 1942; Carlos Drummond, "Designativos de parentesco no tupi-guarani", in *Sociologia,* vol. V, nº 4, São Paulo, 1943; Charles Wagley e Eduardo Galvão, "O parentesco tupi-guarani", in *Boletim do Museu Nacional* (nova série, *Antropologia*, nº 6 – 31 de janeiro de 1946). – (G.).

II

(Pág. 104)

É a bula *Veritas ipsa,* que Simão de Vasconcelos assim traduz nas *Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das coisas do Brasil,* livro 2, 7º, reproduzida na *Crônica da Companhia.*

"Paulo, papa terceiro, a todos os fiéis cristãos que as presentes letras virem, saúde e bênção apostólica.

"A mesma verdade, que nem pode enganar nem ser enganada, quando mandava os pregadores de sua fé a exercitar este ofício, sabemos que disse: Ide e ensinai a todas as gentes. A todas disse indiferentemente, por que todas são capazes de receber a doutrina de nossa fé. Vendo isto e invejando-o o comum inimigo da geração humana, que nunca se opõe às boas obras para que pereçam, inventou um modo nunca dantes ouvido para estorvar que a palavra de Deus não se pregasse às gentes nem elas se salvassem. Para isso moveu alguns ministros seus, que desejosos de satisfazer as suas cobiças presumem afirmar a cada passo que os índios das partes ocidentais e os do Meio-Dia e as mais gentes que nestes nossos tempos têm chegado à nossa notícia, hão de ser tratados e reduzidos a nosso serviço como animais brutos, a título de que são inábeis para a fé católica; e socapa de que são incapazes de recebê-la os põem em dura servidão e os afligem e oprimem tanto que ainda a servidão, em que têm suas bestas, apenas é tão grande como aquela com que afligem esta gente. Nós outros, pois, que ainda que indignos temos as vezes de Deus na Terra e procuramos com todas as forças achar suas ovelhas que andam perdidas fora do seu rebanho, para reduzi-las a ele, pois este é o nosso ofício, conhecendo que aqueles mesmos índios como verdadeiros homens, não somente são capazes da fé de Cristo, senão acodem a ela, correndo com grandíssima prontidão, segundo consta: e querendo prover nestas coisas de remédio conveniente, com autoridade apostólica, pelo teor da presente determinamos e declaramos que os ditos índios e todas as mais gentes que daqui em diante vierem à notícia dos cristãos, ainda que estejam fora da fé de Cristo, não estão privados nem devem sê-lo de sua liberdade, nem do domínio dos seus bens e não devem ser reduzidos à servidão, declarando que os ditos índios e as demais gentes hão de ser atraídas e convidadas à dita fé de Cristo com a pregação da palavra divina e com o exemplo de boa vida. E tudo o que em contrário desta determinação se fizer, seja em si de nenhum valor, nem firmeza; não obstante quaisquer coisas em contrário, nem as sobreditas, nem outras em qualquer maneira. – Dada em Roma, ano 1537 aos 9 de junho (*quarto nonas Junii*) no ano terceiro de nosso pontificado." – (C.).

Seção V (I e parte II da 1ª edição)

Descobrimento da América e do Brasil.

Raimundo Lull. D. João I. Ceuta. O infante d. Henrique. Os reis católicos. Os maiorquinos. Circum-navegação da África. Circum-navegação da Europa. Descobrimentos a oeste. Fernão Teles e Ulmo. Plano de Toscanelli é realizado pela perseverança de Colombo. Seus estudos. Obra d'Ailly. Descobrimento da América. Índias Ocidentais. Opinião de Estrabão. Bula pontifícia. Justas queixas de Portugal. Convenção de Tordesilhas. Pouca precisão na redação. Consequência. Meridiano. Direitos de Portugal a colonizar o Brasil. Cabral. Vista de terra. Monte Pascoal. Pero Vaz de Caminha. Porto Seguro. Seus habitantes. Nome de Ilha da Vera Cruz. Vasco da Gama. Mestre João. Pouca importância dada ao Brasil. Descobrimento da costa do norte. Delta do Açu. Maranhão e Amazonas. Hojeda e Vespucci. Cabos de Consolación e de Rostro Hermoso e Pinzón. Lepe. Opiniões de Mártir e de Enciso.

O interesse do comércio, mais que a curiosidade natural ao homem e que a sede das conquistas, tem sido em geral a causa da facilidade do trato e comunicação dos indivíduos da espécie humana entre si. Foi ao da especiaria do Oriente que originariamente se deveu o grande acontecimento que denominamos *descobrimento do Novo Continente*.

Quando a Grécia, herdeira da antiga civilização fenícia, babilônica e egípcia, era o foco da ilustração da parte ocidental e central do chamado Antigo Continente, e levava o seu comércio e semeava as suas colônias desde as costas do Bósforo até os portos do Atlântico, ansiava ela por ver-se diretamente em contato com a Ásia meridional e oriental, até que, com o poder das armas, lhe satisfez, em parte, essa ansiedade, o grande Alexandre.

Ambas as civilizações, grega e asiática, começaram depois a auxiliar-se e a assimilar-se pelas propagandas religiosas do islamismo e das cruzadas. Peregrinos das duas religiões narravam o que observavam, e um dos que publicou observações mais profundas, e que deviam algum dia ter maior influência na história da humanidade, foi o beato maiorquino Raimundo Lull[1].

Lull ou Lúlio, como vulgarmente o apelidam, talvez o sábio mais enciclopédico da Idade Média (Navarrete, *Hist. de la Náutica*, 47 e seg.), depois de haver corrido grande parte do mundo, segundo ele ingenuamente diz, escreveu em princípios do séc. XIV (1305) um livro intitulado *De fine*, no qual lembrou a conveniência de acabarem os cristãos com o improfícuo sistema das cruzadas marítimas, com que nunca ficariam por uma vez senhores da Terra Santa; e propôs para agredir os muçulmanos um plano mais razoável.

---

1 Raimón ou Ramón Lull, como realmente se chamava, ou Raimundo Lúlio, como é geralmente conhecido, nasceu em Palma de Mallorca a 25 de janeiro de 1235. Aprendeu a língua arábica, fundou uma escola de freires menores, que deviam empregar-se em estudá-la, teve diversas visões, viajou por terras da Europa, África e Ásia e entregou-se à alquimia e à conversão dos infiéis. Com o seu nome existem 486 obras, muitas das quais apócrifas ou inéditas. O *Doctor Illuminatus,* como o denominavam, morreu apedrejado em Bugia (África) em 29 de junho de 1315. Há uma edição das *Lulio opera omnia,* Mogúncia, 1721, em 10 vols. in-fol. – (C.).

Consistia em ir rechaçando passo a passo os infiéis das terras por onde se avizinhavam da cristandade, obrigando-os assim a abandonarem todas as conquistas feitas aquém da Arábia e a retrocederem pelo mesmo caminho por que tinham avançado vitoriosos. Insistia que se começasse a nova cruzada terrestre pela conquista de Granada, sendo depois a guerra transferida a Ceuta, e daí por toda a África setentrional até o Egito, país que se devia tratar desde logo de empobrecer por meio de um aturado bloqueio, que desviasse para outra parte o comércio da especiaria do Oriente; o qual os catalães e genoveses, que frequentavam Alexandria, se veriam obrigados a fazer de outro modo, indo inclusivamente em pessoa, dizia ele, a "Bagdá e à própria Índia". As obras de Lull adquiriram nome e fama, e até certa popularidade, no sul da Europa, muitos anos depois; e o dito projeto nelas contido só foi estudado e seguido daí a um século, de maneira que pareceu então nascer de novo.

D. João I de Portugal, desejoso de estender mais o seu pequeno reino, por meio de conquistas sobre os infiéis, passou a desalojá-los de Ceuta; e os seus herdeiros prosseguiram depois nesse grande pensamento, apoderando-se de outras terras dos Algarves da África.

O infante d. Henrique, filho daquele rei, propôs-se a diminuir a riqueza e por consequência a importância do Egito, bloqueando-lhe o seu rendoso comércio da especiaria, não do lado do Mediterrâneo, mas, com muito maior ousadia, pelos mares do Oriente, que tratou de buscar, empreendendo chegar à Índia por meio da circum-navegação da África.

Mais tarde os reis católicos, por instinto de conservação, tiveram também que realizar a ideia da expulsão total dos infiéis, não só do território hispano como de toda a África setentrional, até os

Santos Lugares[2], ideia que um homem, pela luz do seu gênio, havia concebido quase dois séculos antes. Tanto é certo, ainda que ao mesmo tempo lastimoso, pela pequenez nossa, que, na história do progresso do espírito humano, as ideias mais fecundas necessitam de muito tempo para germinar e frutificar.

No fim, porém, do séc. XV, o pensamento de Lull estava tão aceito, e a política de perseguir os muçulmanos a ferro e fogo se havia por tal forma encarnado nos dois reinos da Espanha, que, se os descobrimentos e conquistas no Oriente e no Ocidente se não metem de permeio, pode ser que ambos esses reinos (acaso reunidos por alguma combinação como a que naqueles tempos se malogrou) tivessem invadido toda a costa africana do Mediterrâneo e conquistado pelo menos tudo até o Egito e a Arábia Feliz; se é que tais guerras não produzissem algum novo Alexandre ibero, que vitorioso penetrasse por terra, como o macedônico, até o Ganges; ou até os confins da Ásia, cujas riquezas a Europa agora conhecia melhor.

Nem nos admire que fosse originariamente devido aos escritos de Lull o pensamento da conquista dos Algarves da África, e do desvio do Egito do comércio da especiaria; quando sabemos que as obras desse distinto escritor são ainda hoje lidas em Mallorca, ilha que desde o séc. XIII se tornara "o foco dos conhecimentos científicos na difícil arte do navegador", a ponto que os seus nautas, juntos talvez aos catalães, haviam já montado os promontórios Nam e Bojador, antes que os empreendessem os de Sagres (Humboldt,

2 Podem consultar-se as negociações que a tal respeito tiveram lugar entre Portugal e Castela, dirigidas pelo astuto cardeal Cisneros. Torre do Tombo, *Corpo cron*., 1, 5, 90 e 91, e Santarém, *Quad. Elem*., vol. **15**, págs. 7 a 9. – (A.).

Ex. crit., I, 283, 284 e 288), cujo preceptor primeiro foi a nosso ver outro maiorquino, mestre Jácome, "homem muito douto na arte de navegar, que fazia cartas e instrumentos"[3]; e que não deixaria de transmitir ao próprio infante d. Henrique as ideias de Lull, com as quais estaria familiarizado, como todos os seus patrícios. Assim o tráfico da especiaria veio a estimular os portugueses a empreender a circum-navegação da África, como o do âmbar havia, milhares de anos antes, estimulado os fenícios à circum-navegação da Europa, desde os confins do Mediterrâneo até o Báltico.

Empresa, porém, tão ousada não podia ser obra de uma só geração. O infante d. Henrique morreu antes de ver realizados os seus planos; mas com ele não morreu o ardor de os levar avante. Descobertas e colonizadas por Portugal as ilhas dos Açores, obteve Fernão Teles, senhor das mais ocidentais delas, em 28 de janeiro de 1474[4], uma doação do rei d. Afonso V, neto do mencionado d. João I, concedendo-lhe quaisquer ilhas despovoadas que encontrasse no

---

3 D. Michel Bonet publicou recentemente documentos sobre um judeu catalão chamado Jaffuda Cresques, que depois de batizado tomou o nome de Jácome ou Jacob Ribes. Teve uma hospedaria no bairro de Mallorca e distinguiu-se como cartógrafo em Barcelona. É possível, mas não certo, que seja este o mesmo mestre Jácome, de que fala João de Barros, *Décadas*, **I**, liv. I, cap. 16, V. Ruge nº 349 do *Litteraturbericht* do *Pet. Mitt.,* para 1899. Duarte Pacheco Pereira, no seu *Esmeraldo*, composto por 1506, assim escreve: "isso mesmo mandou [d. Henrique] à ilha de Mallorca por um mestre Jácome, mestre de cartas de marear, na qual ilha primeiramente se fizeram as ditas cartas, e com muitas dádivas e mercês houve nestes Reinos, o qual as ensinou a fazer aqueles de que os que em nosso tempo vivem aprenderam". – *Esmeraldo de Situ Orbis*, 58, Lisboa, 1892. – (C.).

4 Todos os documentos que aqui citamos se acham reproduzidos integralmente em nosso trabalho – "La verdadera Guanahani de Colón", *An. de la Univ. de Chile,* 24, 1864. – (A.). – Essa monografia foi depois vertida para o alemão e publicada sob o título *Das wahre Guanahani des Columbus*, Wien, 1869. – (G.).

Atlântico[5]. E pedindo o mesmo Fernão Teles igualmente a doação da *ilha das Sete Cidades*, ordenou o mesmo rei ao cônego da sé de Lisboa, Fernão Martins (seu grande valido, e que veio até a acompanhá-lo na viagem à França), que consultasse a tal respeito a opinião do célebre matemático e cosmógrafo florentino Paolo Toscanelli. Respondeu este, em 25 de junho desse mesmo ano de 1474 (I), que já por vezes havia sustentado a doutrina de que, seguindo-se pelo Atlântico em direitura ao poente, se chegaria à Índia, por um caminho mais direto e mais curto: que esta asserção se podia fazer bem sensível, tendo uma poma ou pequeno globo à vista; mas que, em todo caso, lhe remetia um mapa ou carta, como as de marear, por ele desenhada, na qual havia marcado todo o *poente* (incluindo a Irlanda), designando nela o país da especiaria, e acrescenta: "Nem vos admire que chame *poente* ao país da especiaria, que comumente se diz nascer no levante; porque os que navegarem sem cessar para o poente acharão por essa banda os referidos lugares." Conclui informando que, desde a *ilha das Sete Cidades* ou *Antilha* a Cipango, havia só a distância de dez espaços – no que por certo se iludia.

O recebimento destas informações daria provavelmente lugar a que Fernão Teles, então governador e mordomo da princesa filha d'el-rei, obtivesse, em 10 de novembro do ano seguinte[6], uma nova concessão, ampliando a anterior a quaisquer ilhas povoadas, incluindo a das Sete Cidades, por cuidar o mesmo Fernão Teles que "de serem achadas podiam vir grandes proveitos aos seus reinos".

---

5 Reimpressa em *Alguns documentos da Torre do Tombo,* 38, Lisboa, 1892. A relação entre o pedido de Fernão Teles e a correspondência de Fernão Martins, conquanto provável, não passa de inferência do autor. – (C.).

6 Reimpresso em *Alguns documentos*, 41. – (C.).

Não havendo resultado fruto algum destas concessões, ao cabo de perto de nove anos, apresentou-se ao rei d. João II, sucessor do dito Afonso V, um Fernão Domingues do Arco, da ilha de Madeira, pedindo a doação de uma ilha que julgava haver divisado ao oeste, a qual lhe foi concedida em 30 de junho de 1484[7].

Não se haviam ainda passado dois anos, quando acudiu ao mesmo rei, em Santarém, o povoador e capitão da ilha Terceira, Fernão d'Ulmo, pedindo e obtendo (em 3 de março de 1486) a doação de uma grande ilha ou *terra firme,* que se propunha descobrir por sua conta[8]. A fim de contar com mais recursos para a empresa, este novo concessionário se associou com João Afonso do Estreito, morador do Funchal; e ambos chegaram a empreender viagem, sem resultado algum, por falta de perseverança. Esses resultados havia Deus reservado conceder ao insigne genovês Cristóvão Colombo, o qual, no modo como resistiu, com a coragem da convicção, aos obstáculos que se lhe levantaram e aos muitos desdéns com que foram escutados os seus projetos, nos deixou a prova do seu gênio.

Esses projetos levou ele à presença do mesmo rei d. João II, o qual se dignou responder-lhe, convidando-o, com um salvo-conduto, do próprio punho, para vir à sua presença, em data de 20 de março de 1488. Havia Colombo feito anteriormente várias viagens, algumas delas em navios portugueses, e não contente com o instruir-se praticamente na arte da navegação, lia, acerca dos ramos concernentes a ela, as obras antigas e modernas propagadas pela

7 Ibidem, 56. – (C.).

8 Ibidem, 58-63. Fernão d'Ulmo é certamente o mesmo Fernão Dolino que incorretamente mencionam alguns autores estrangeiros. – (C.).

imprensa, e as comentava à margem, com observações de sua letra, depois de as estudar e de sobre elas meditar. Na biblioteca chamada *Colombiana*, da catedral de Sevilha, se guarda ainda hoje um desses impressos monumentais; e a sua presença quase nos faz remontar o espírito a admirar o grande genovês concebendo a ideia do seu feito. É o livro um exemplar da obra *Imago Mundi* de um antigo bispo de Cambray, o cardeal Petrus Alliacus (Pierre d'Ailly)[9], compilada de vários autores antigos e daquela idade. Códice venerável, que por assim dizer foi o catecismo onde o nauta ousado adquiriu talvez a maior parte dos seus conhecimentos cosmológicos, os quais acaso não houvera chegado a possuir sem a propagação, pela imprensa, da dita *Imago Mundi*, em princípios da última quadra do décimo quinto século. Além disso, tinha também conhecimento da mencionada carta, escrita ao cônego Martins pelo dito Toscanelli; pois que este cosmógrafo lhe mandara dela cópia.

Não pertence a esta História relatar o modo como, sendo as propostas e projetos do mesmo Colombo rejeitados em Portugal, foram depois aceitos por Castela, a cujo serviço navegando com três pequenas caravelas, com a proa no ocidente, veio a encontrar

---

9 Nasceu em Champiègne em 1350, foi bispo de Cambray em 1393 e recebeu o chapéu cardinalício em 6 de junho de 1411; faleceu em Avignon entre 1420 e 1425. Seus contemporâneos lhe chamaram Águia dos Doutores da França e Martelo dos Heréticos. Da influência que suas obras cosmográficas exerceram sobre o descobrimento do Novo Mundo tratam as recentes monografias de Louis Salembier – *Pierre d 'Ailly et la découverte de l'Amérique*, Paris, 1912 –, e Fortunato de Almeida – *La découverte de l'Amérique: Pierre d'Ailly et Christophe Colombe*, Coimbra, 1913. Da *Imago Mundi*, precioso incunábulo, do qual o Instituto Histórico possui um exemplar que pertenceu a d. Pedro II, há reprodução fac-similar moderna. – (G.).

Guanahani[10] e outras ilhas, das chamadas hoje Antilhas, que tomou pela extrema oriental da Ásia, na qual ainda se imaginava quando, mais tarde, abordou ao continente. E na errada persuasão de haver abicado às costas da Ásia, havendo chegado a elas desde a Espanha, sempre por mar, pelo rumo do ocidente, morreu o grande homem que verdadeiramente se pode dizer que consumou a obra começada por Alexandre de pôr em comunicação recíproca o gênero humano.

Deste modo tiveram notícia os geógrafos europeus de um continente antes a eles desconhecido; e os zelosos propagadores da fé cristã encontraram novas ovelhas para agregar ao rebanho comum.

Apressemo-nos, porém, a lembrar que esse mesmo continente pelo lado mais setentrional fora visitado por europeus[11] da Irlanda e da Islândia, desde obra de quatro séculos; passando-se, porém, isso como um fato extraviado, sem importância alguma, desconhecido

---

10 Em nossa opinião a *Mayaguana* e não a *Watling*, nem a *Catt*, nem os turcos, etc. No diário do próprio Colombo, que nos foi transmitido por uma cópia tirada por Las Casas, temos disso as provas. Os mapas posteriores, incluindo o de Juan de La Cosa, são de nenhuma autoridade ao lado do *Diário*, do qual se deduzem razões, pouco menos que matemáticas, de como a primeira ilha visitada foi a *Maiaguana*. Veja-se, acompanhando a nova edição do dito *Diário*, a nossa memória intitulada *La verdadera Guanahaní de Colón*, já citada. – (A.).

11 Que os irlandeses fizeram viagens para o N. e N.O. não admite dúvida; duvidoso é que tenham chegado até a América. Zimmer (*Sitzungsberichte der K. Preuss*. Akademie der Wissenschaften, 1891) rejeita a lenda de Madoc e apenas admite como provado que foram até Faroer e Islândia, donde se retiraram com a chegada dos normandos pagãos. Já vimos que deve haver alguma relação entre estas viagens e o nome Brasil aplicado a ilhas ocidentais. Também, segundo os trabalhos de Storm, os normandos não passaram na América além de Nova Scotia e, depois de uma tentativa frustrada de colonização, não recomeçaram. Ruge, *Geographisches Jahrbuch,* 18, 5-6, Gotha, 1895. – (C.).

do resto da Europa (que era quase toda ela), e sem nenhuma consequência para a humanidade em geral, como teve o grande feito do audaz ligúrio – a navegação de Colombo. Em virtude da grande autoridade deste homem extraordinário, que muitos julgaram como inspirado, começou-se a chamar Índia a toda a região que se explorava da outra banda do Atlântico, e por conseguinte índios aos seus habitantes indígenas. Quando, poucos anos depois, os portugueses chegaram por mar à *verdadeira Índia*, e pelo exame dos últimos confins dela conheceram que era a mesma a que os viajantes tinham chegado por terra, antes de existir aberta a circum-navegação da África, foi que todos reconheceram com maior evidência o engano de Colombo; e Castela, para não se dar por enganada, começou a chamar às suas conquistas – *Índias Ocidentais*.

Então se devia admirar a previsão ou o saber de Estrabão, quando nos deixou escrito que no meio do Atlântico, distante da desembocadura do Mediterrâneo, bem poderiam jazer "um ou mais continentes, povoados de diferentes raças humanas".

Em verdade, quando tais linhas se achavam em Estrabão, não admira que os cosmógrafos mais entendidos não pudessem dar crédito às teorias de Colombo de estar a China, pelo lado do Atlântico, mais perto da Espanha do que pelo lado do Oriente. Admiremos no grande genovês a sua fé e perseverança; mas não condenemos, quando os não podemos chamar a defenderem-se, os cosmógrafos que, com as razões que lhes dava a sua ciência[12], não acreditaram

12 Nas obras de Aristóteles e de Sêneca se encontra o pensamento de que o Atlântico se estendia desde que nele desemboca o Mediterrâneo até a Índia. – (A.).

nas do mesmo Colombo, as quais, segundo hoje sabemos, não eram de bastante peso; embora o êxito da empresa desse a Castela não a mesma terra para cuja descoberta empenhara a católica rainha Isabel as suas próprias joias; mas uma verdadeira mina, que fez os sôfregos de colher ouro dela esquecerem-se do intento primitivo de quem a mostrou. Fragilidade humana que, porque nisso ganhamos todos, chamamos ciência o que não passou de ser um erro feliz!

Lisboa foi a primeira cidade da Europa onde pisou o herói do Atlântico, apenas o seu feliz achado lhe acabava de granjear a glória imortal. Logo os reis católicos trataram de recorrer à Cúria Romana, então árbitra suprema dos negócios entre os príncipes cristãos, pedindo-lhe que confirmasse o direito de posse das terras que, a expensas de Castela, acabavam de ser patenteadas à cristandade. Alexandre VI não hesitou um momento em conceder quanto lhe era pedido. As concessões estenderam-se a todas as terras e ilhas descobertas e por descobrir, que ficassem a oeste da linha meridiana, imaginada a cem léguas das ilhas dos Açores e das de Cabo Verde. Citemos só o fato, e abstenhamo-nos de censuras à falta de clareza da linguagem da bula ou bulas concessórias, que não vêm a este lugar nem nos consente o respeito com que nos cumpre acatar esses documentos. Baste-nos saber que o rei de Portugal não podia deixar de ressentir-se das concessões à Espanha, que iam agredir de frente e quase anular as idênticas a elas, que haviam feito ao seu reino (como remuneração dos serviços prestados ao cristianismo por alguns príncipes da dinastia de Avis) vários pontífices, máxime Nicolau V e Calisto III[13]. Este último declarara inerentes ao mestrado

13 A bula de Nicolau V é de 8 de janeiro de 1454 e a de Calisto III de 13 de março de 1456. – (A.). – *Alguns documentos da Torre do Tombo*, 14-22. – (C.).

da ordem de Cristo em Portugal a administração e padroado das terras adquiridas e por adquirir, desde o cabo Bojador até a Índia[14], e Xisto IV[15] confirmara ao rei d. João II as bulas de seus predecessores.

Julgando assim o rei português postergadas as suas doações, e revalidadas em beneficio de outrem, depois de tentar debalde fazer valer os seus direitos junto da Cúria Romana e dos reis católicos (aos quais enviou expressamente dois agentes, que foram Pero Dias e o célebre cronista Rui de Pina), assentou que o único modo que lhe restava de decidir a questão era o de provar a sorte da guerra nos próprios mares das regiões descobertas. Aprestava-se para isso uma armada, cujo mando chegou a ser confiado ao valoroso Francisco d'Almeida (Barros, *Ásia*, I, IV, 11), que poucos anos depois tão temido se fez na Ásia, quando os reis católicos, informados do que se estava passando à foz do Tejo (Navarrete, 2, *Docs.* 14, 46, 50 e 54) e desejosos de não criarem deste lado dificuldades, quando tantos cuidados lhes davam então os negócios na Itália, mandaram a d. João II dois embaixadores, encarregados de encaminhar tudo por meios pacíficos, embora viesse Castela a ceder uma parte do que lhe outorgara o papa. Foram encarregados destas propostas de conciliação García de Carvajar e Pedro d'Ayala, que desde logo alcançaram, com suas promessas, sobrestar todos os preparativos de guerra, comprometendo-se a novos ajustes. Houve talvez ideia

---

14 "*Ultra illam meridionalem plagam, usque ad indos adquisitis et acquerendis*", etc. Manif. Leg. de d. Luis Cerdeño, §§ 15 e 16. – (A.). – Esta obra de 94 folhas de fólio, ainda que sem lugar nem ano de impressão, diz o autor em nota da 1ª edição, deve provavelmente ser de Madri e de 1681. Pelo título completo, que se pode ler no *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (nº 10.388), vê-se que é de 1682. – (C.).

15 *Alguns documentos da Torre do Tombo*, 47-55; *Prov. da Hist. Gen.*, **1**, nº 29. – (C.).

de se reformar a bula, ou de fazê-la *emendar*, segundo a expressão dos reis católicos a Colombo[16]; porém vieram por fim as duas nações a entender-se, nomeando plenipotenciários para uma convenção reguladora dos limites dos futuros domínios de uma e outra. Esta convenção foi efetivamente assinada em Tordesilhas em 7 de junho de 1494[17], e a Cúria Romana alcançou por este meio sair do apuro em que se via, sendo interpelada de haver feito uma doação de terras já por ela mesma doadas. O meridiano demarcador foi transportado muito para o ocidente. Assentou-se que passaria a trezentas e setenta léguas ao poente do arquipélago de Cabo Verde, e não, como havia sido dito na bula do ano anterior, a cem deste arquipélago e do dos Açores, o qual fica, respectivamente ao primeiro, em longitude mais ocidental. Infelizmente, ainda com designar, para fixar a linha de demarcação, todo o arquipélago de Cabo Verde, em vez de um ponto dele, não ficava rigorosamente determinada a mesma linha, e na convenção de Tordesilhas se deixavam germes de discórdia que depois haviam de desenvolver-se, e promover questões de limites,

---

16 A primitiva concessão foi de fato ampliada, não emendada, por bula de 25 de setembro, doando à Espanha todas e quaisquer ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas e por descobrir, e as que, navegando ou caminhando para o Ocidente ou Meio-Dia, são ou forem aparecendo, ou estejam nas partes ocidentais ou meridionais da Índia. – (C.).

17 Ratificada em Arévalo, aos 2 de julho, em Setúbal aos 5 de setembro desse ano. – (A.). – Somente confirmada em 24 de janeiro de 1506, por bula de Júlio II. – Conf. Henry Harrisse, *The Diplomatic History of America*, pág. 175, Londres, 1897. – Em 22 de janeiro de 1518, Alonzo Zuago escrevia de São Domingos ao imperador: "*Enviaron ciertos pilotos para hacer una demarcación é asentar estas linces é ponto donde habían de estar, como esta sea division de longitudes en que los pilotos ninguna cosa saben ni alcanzan, no podieron ni supieron hacer cosa cierta, é asi se volvieron sin hacer ninguna cosa*". – *Colección de documentos inéditos de Indias*, **I**. pág. 296, Madri, 1864. – (G.).

das quais nasceram outras, que ainda se não terminaram de todo. Isto apesar de haver-se estipulado que a demarcação efetiva tivesse lugar dentro de dez meses, e de haverem sido depois indicados outros arbítrios[18]; e também apesar das promessas feitas pelas duas partes contratantes para que esta negociação de verdadeira concórdia se não quebrantasse no futuro.

Sem prevenções de qualidade alguma, entendemos que, assim como a distância de um continente a outro situado ao poente se deve razoavelmente começar a contar desde a paragem mais ocidental do primeiro, assim também, ao afastarmo-nos de um arquipélago, as léguas devem começar a contar-se do último ponto do mesmo arquipélago, isto é, do mais próximo ao rumo que vamos seguindo. Nesta conformidade a linha imaginária deveria passar trezentas e setenta léguas para o poente da ponta mais ocidental da ilha de Santo Antão, que é também a mais ocidental do arquipélago[19]; vindo assim o meridiano de demarcação a cair um pouco a loeste do Pará e da Laguna, na hipótese, pouco favorável para o Brasil, de serem essas léguas das de dezesseis e dois terços (II) ao grau, e não de quinze, como as contavam Colombo, Vespucci e outros navegantes daquela época.

As terras, pois, que se encontrassem desse meridiano para leste deveriam logo ser adjudicadas a Portugal; e neste caso, em virtude das anteriores bulas, tinham de ser administradas pela insigne ordem

---

18 Navarrete, *Historia de la Náutica*, págs. 12 a 123. – *Colección de los viajes y descubrimientos*, II, pág. 103. Torre do Tombo, g. 10, 5, 4. – Bibl. R. de Madri, **1**. VI, da Col. d'Ayala. – (A.).

19 De igual opinião foram o geógrafo Enciso em 1519 e o filho de Colombo (d. Fernando), nas juntas de Badajoz em 1524. (Navarrete, **4**, pág. 363.) – (A.).

de Cristo, da qual era grão-mestre não já o infante d. Henrique, falecido trinta e três anos antes (em 1460), mas sim o duque de Beja, d. Manuel, seu primo, que depois herdou (em 1495) a coroa portuguesa, reunindo em si a administração e padroado da dita ordem, e que, em tudo venturoso, recebera em Tordesilhas um legado, que se pode dizer se continha em um testamento, cujos selos só em devido tempo se deveriam romper. Claro está que, desde que se entabulavam tais negociações em Tordesilhas, é porque se julgava mais que possível a existência de novas terras aquém da linha de demarcação, do lado do sul; e, portanto, não pode ser conceituada de menos fundamentada a opinião de que, três anos depois (em 1497), Vasco da Gama, percorrendo o Atlântico ao longo da África, suspeitaria a existência[20] de terras a oeste.

Assim este legado, que abrangia grande parte do território do atual império do Brasil, ainda desconhecido aos europeus, veio a pertencer a Portugal, não em virtude do chamado direito de conquista, ou do de descobrimento, equivalente ao de primeiro ocupante, mas sim em virtude de um trato solene, feito com a nação que descobrira as Índias Ocidentais e sancionado pelo sumo pontífice, que então, perante as potências cristãs da Europa, ainda não dissidentes por cismas ou heresias, e formando todas como uma espécie de confederação, de que era chefe o mesmo pontífice, tinha para as mesmas a força e prestígio de um direito, a que elas próprias se haviam sujeitado. Os que criticavam a ingerência da Santa Sé neste negócio esquecem-se de que não vivem no século em que ela teve lugar.

---

20 "...à direita.
Não há certeza d'outra, mas suspeita".
Camões, *Os Lusíadas*, canto V, estr. 4ª. – (A.).

Como e quando se inteirou Portugal da existência do legado, a que, com poucos anos de antecipação, dera herdeiro o tratado testamentário de Tordesilhas, como o descuidou a princípio, e o beneficiou e aproveitou depois; e finalmente como, através de muitas vicissitudes (incluindo acometimentos e guerras por parte de gentes das quatro nações, que, além de Portugal, mais se ocuparam de colônias do século XVI para cá, isto é, da Espanha, França, Inglaterra e Holanda), veio a surgir, na extensão de território que o mesmo legado abarcava, um novo império a figurar no orbe entre as nações civilizadas, regido por uma das primeiras dinastias de nossos tempos... tal é o assunto da presente História.

Da existência de uma grande terra, na extensão que lhe coubera em partilha em Tordesilhas, só teve Portugal conhecimento seis anos depois do tratado, em 1500. Prosseguindo no empenho de encontrar a Índia, dobrando a extrema meridional da África, viu resolvido esse problema, com a chegada de Vasco da Gama a Calicute, em 1498; com a qual se comprovou a possibilidade de cortar ao Egito, pelos mares da Índia, o comércio da especiaria, dando-lhe outro rumo. A fim de assegurar esse comércio em favor de Portugal, por meio do estabelecimento de algumas feitorias, partiu da foz do Tejo, aos 9 de março de 1500, uma esquadra de treze embarcações, armadas algumas por negociantes particulares (III), mas todas sujeitas à capitania-mor de Pedro Álvares Cabral, indivíduo de família ilustre, porém não afamado por feitos alguns anteriores. Nas instruções escritas que recebeu, e das quais chegaram providencialmente a nossas mãos alguns fragmentos da maior importância, foi-lhe recomendado[21]

21 Veja-se o fac-símile da primeira folha do rascunho ou borrão dessas instruções, por nós encontrada e mandada gravar; oferecendo depois o original à Torre do Tombo, onde hoje se conserva. – (A.).

que, na altura da Guiné, se afastasse quanto pudesse da África, para evitar suas morosas e doentias calmas. Obediente a essas instruções, que haviam sido redigidas pelas insinuações do Gama, Cabral se foi amarando da África e, naturalmente ajudado a levar pelas correntes oceânicas ou *pelágicas*, quando se achava com mais de quarenta dias de viagem, aos 22 de abril, avistou a oeste terra desconhecida. O que desta se apresentou primeiro distintamente aos olhos curiosos da gente dessa armada, agora constante só de doze embarcações, por se haver desgarrado dias antes uma delas, foi um alto monte, que, em atenção à festa da Páscoa que acabava de solenizar a bordo, foi chamado *Pascoal;* nome que ainda conserva esse monte, mui conhecido dos mareantes, que o consideram entre as melhores balizas para a conhecença dessa parte do litoral.

A esquadra aproximou-se da costa no dia imediato. O capitão-mor mandou um batel a terra, o qual, remando para uma praia em que havia gente, tentou comunicar-se com ela. Mas baldados foram os esforços dos intérpretes de línguas africanas e asiáticas, que iam no batel, para se fazerem entender. Assim, o primeiro trato com aquela gente se reduziu a algumas dádivas ou escambos feitos de parte a parte, e mediante as costumadas prevenções. Isto tinha

---

Os Fragmentos de instruções a Pedro Álvares Cabral, quando foi por capitão-mor de uma armada à Índia, estão publicados em *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo,* etc., págs. 97-107, Lisboa, 1892.

Em face do fac-símile de Varnhagen, foram feitas a reprodução e versão paleográfica, publicadas na *História da colonização portuguesa do Brasil,* vol. **I**, págs. XVI-XVIII, Porto, 1921, sendo a cópia não só quanto possível *ipsis literis,* com abreviaturas desdobradas, como até subordinada à disposição de páginas e linhas do original. Do contexto deste documento deduziu o dr. Antônio Baião "que estas supostas instruções não são mais que notas tomadas pelo secretário de Estado Alcáçova Carneiro, ouvindo o parecer de Vasco da Gama como perito na viagem". – (G.).

Fragmento das Instruções a Pedro Álvares Cabral (fac-símile).

Esta he a maneira que parceo a vasco da
gama que deue teer pedrealvarez
em sua yda prazemdo a nosso senhor

Item primeiramente ante que daquy parta
fazer muy bõoa hordenança pera se
nam perderem huuns nauyos dos outros
nesta maneira

A saber cada uez que ouuerem de vyrar fara
o capitam moor dous foguos e
todos lhe Responderam com outros dous
cada huum. E depois de lhe asy Res
pomderem todos viraram E asy lhe
tera dado de synal que a huum
fogo sera por seguir E tres por tirar
moneta E quatro por amaynar
E nẽhuum nam virara nem amaynara
nem tirara moneta sem que primeiro
o capitam moor faca os ditos fogos
E todos tenham Respomdydo E depois
que asy forem amaynados nam guyn
dara nẽhuum senam depois que ho
capitam mor fizer tres fogos e todos
Responderem e mynguando allguum nom
guyndaram soomente andaram amay
nados ate que venha o dya porque nom
poderam tanto Rollar as naaos
que no dya se nam vejam E por
saparelhar fara qualquer que for desaparelhado
muytos fogos por tal que os outros nauyos vaão
a elle.

saluo se allguua das
naaos nam sofrer
tambem a vella
como a do capitam
e a força do tenpo
lhe rrequerer que ha
tire

se estes nauios partymdo
desta costa se perderem
com tenpo huus dos outros
com tenpo que huus corram
a huu porto e outros
a outro A maneira pera
se ajuntarem
E nam lhe fazendo do
norte os ditos synaes
allgũn dos nauios
nem no vemdo pella

se os nauyos partindo
desta cidade ante da
trauasarem aas
canaryas os tomar
tenpo com que ajam
de tornar faram
todo o posyuel
por todos tornar
a esta cidade E se
allguum a nom poder
aver trabalhara
quamto poder de tomar
Setuuel E dhonde
quer que se achar
fara logo aqui sa
omde he pera lhe
ser mandado o que
faça

vos fares com todos os outros o vosso caminho direito a agoada de sam bras E aly em quanto tomardes
agoa vos podera ho
dito nauyo encalçar
E nam vos encalcando
partires como fordes
prestes e leixar lhe es
hy taaes synaes
pera que sayba quamdo
aly chegar que soes
pasado e vos siga

Item depois que em bõoa ora daqui partirem
faram seu caminho direito a ylha
de samtiago e se ao tenpo que hy chegarem
teuerem agoa em abastanca pera quatro
meses nam deuem pousar na dita
ylha nem fazer nẽhuuma demora
soomente em quamto lhe o tenpo seruyr

se tornaram ante a Ilha
de sam nicolao no caso
desta necesidade pela
doença da Ilha de sam
tiago

Versão paleográfica do fac-símile da página anterior.

lugar no dia 23 de abril, cujo aniversário (em virtude da correção gregoriana em 1582) se deve celebrar dez dias depois, isto é, a 3 de maio, conforme entre nós efetivamente se admite.

Entendendo Cabral que lhe cumpria haver mais exata informação da terra que tinha à vista, da qual se poderia aproveitar para fazer nova aguada, e porventura refrescar os navios com algumas provisões, decidiu explorá-la na manhã seguinte; começando desde logo por buscar uma enseada, em que a frota pudesse surgir com segurança. Encontrou-se esta, dez léguas mais ao norte; e de tão bom abrigo que lhe foi então dado o nome, que ainda se conserva, *Porto Seguro* (IV). Se a aragem, em vez de soprar do sul, levando a armada para o norte, vem deste lado e a leva para o sul, grande risco houvera ela corrido, entre os baixios e recifes dos Abrolhos, que começam, justamente, com os de Itacolumi, logo ao sul do monte Pascoal.

Não seguiremos agora passo a passo as ações do capitão-mor e dos mais da armada, nem as dos nesta ocasião hospitaleiros habitadores desta terra, nos oito dias que se demoraram os navegantes, até seguir sua rota para o Oriente. Dispensa-nos dessa tarefa o minucioso cronista desse descobrimento, o ingênuo Pero Vaz de Caminha, cuja narrativa epistolar (V), dirigida ao próprio rei, destas plagas virgens tanto nos encanta. Não podemos, porém, deixar de transcrever aqui a sua narração do modo como o capitão-mor tratou dois indivíduos da terra trazidos a bordo, como os mandou sentar no chão em uma alcatifa, à maneira dos orientais, e como finalmente os agasalhou, até que no dia seguinte os devolveu à terra, ricos de insignificantes presentes. Eis as expressões de Caminha:

O capitão, quando eles vieram, estava assentado em uma cadeira, com uma alcatifa aos pés por estrado, e bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço; e Sancho de Toar, e Simão de Miranda, e Nicolau Coelho, e Aires Correia, e nós outros, que aqui na nau com ele imos, assentados no chão por essa alcatifa. Acenderam tochas; e entraram; e não fizeram nenhuma menção de cortesia, nem de falar ao capitão, nem a ninguém. Pero um deles pôs olho no colar do capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizia que havia em terra ouro. E também viu um castiçal de prata, e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que havia também prata. Mostraram-lhe um papagaio pardo, que aqui o capitão traz, tomaram-no logo na mão, e acenaram para a terra, como que os havia aí. Mostraram-lhes uma galinha; quase haviam medo dela e não lhe quiseram pôr a mão; e depois a tomaram como espantados. Deram-lhes ali de comer pão e pescado cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados; não queriam comer daquilo quase nada, e alguma cousa, se a provavam, lançavam-na logo fora. Trouxeram-lhes vinho por uma taça; puseram-lhe assim à boca tam-a-lavez, e não gostaram dele nada, nem o quiseram mais. Trouxeram-lhes água por uma albarrada; tomaram dela senhos bocados, e não beberam; somente lavaram as bocas e lançaram fora. Viu um deles umas contas de rosário brancas; acenou que lhas dessem, e folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. E depois tirou-as e embrulhou-as no braço; e acenava para a terra, e então para as contas e para o colar do capitão, como que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nós assim pelo desejarmos, mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isso não queríamos nós entender; porque lho não havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhas deu. E então estiraram-se assim de costas na alcatifa a dormir... O capitão lhes mandou pôr às suas

> cabeças senhos coxins..., e lançaram-lhes um manto em cima. E eles consentiram e jouveram e dormiram.

Copiemos ainda do mesmo Caminha a seguinte pintura que faz dos habitantes:

> A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos, e bons narizes, bem feitos; andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma coisa cobrir, nem mostrar suas vergonhas, e estão acerca disso com tanta inocência como têm em mostrar o rosto; traziam ambos o beiço de baixo furado, e metido por ele senhos ossos d'osso brancos de compridão de uma mão travessa, e de grossura de um fuso d'algodão, e agudo na ponta, como furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço, e o que lhes fica entre o beiço e os dentes é feito como roque d'enxadrez; e em tal maneira o trazem ali encaixado que lhes não dá paixão, nem lhes torva a fala, nem comer, nem beber. Os cabelos seus são corredios, e andavam tosquiados de tosquia alta, mais que de sobrepente, de boa grandura, e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo de sulapa, de fonte a fonte, para detrás, uma maneira de cabeleira de penas d'ave amarelas, que seria de compridão de um conto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas; a qual andava pegada nos cabelos pena e pena com uma confeição branda como cera, e não no era...
>
> Andavam ali muitos deles ou quase a maior parte, que todos traziam aqueles bicos de osso nos beiços, e alguns que andavam sem eles traziam os beiços furados... E alguns deles traziam três daqueles bicos a saber, um na metade e os dois nos cabos. E andavam aí outros quartejados de cores; a saber, deles ametade da sua própria cor, e ametade de tintura negra, maneira azulada,

> e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos mui pretos, compridos pelas espáduas...

No dia 26 do mencionado abril, que era domingo da Pascoela, foram todos os da armada assistir à missa que foi celebrada em um ilhéu ou restinga, que se acha à entrada do dito *Porto Seguro*. Presenciaram a solenidade, cheios de espanto (que alguns dos nossos tomaram por devoção), muitos filhos da terra que ali vieram. Também cumpre fazer menção de que, no 1º de maio seguinte e no meio da solenidade de outra missa, se efetuou a cerimônia de tomada de posse da nova região para a Coroa de Portugal, levantando-se num morro vizinho uma grande cruz de madeira, com a divisa do venturoso rei d. Manuel.

Do alto desse morro se descobria o mar fenecendo no horizonte; e os que, com o pensamento na pátria, sobre a superfície das águas estendiam saudosos os olhos, mal podiam imaginar a importância e grandeza da terra, compreendida dentro da demarcação ajustada em Tordesilhas, cuja existência iriam revelar ao mundo civilizado. E menos por certo imaginariam que nessa terra, dentro de algumas gerações, se havia de organizar uma nação mais rica e mais considerável do que a mãe-pátria. Pelas informações que pareciam dar os naturais, se julgou ser a terra uma ilha. Nessa hipótese, Cabral a denominou *Ilha da Vera Cruz,* comemorando por este nome a festa que ia celebrar a Igreja[22]. O tempo veio a descobrir quão pouco há que fiar em informes dados por acenos, em que as mãos fazem o ofício da língua,

---

22 Mais provavelmente a cruz da ordem de Cristo que trazia na bandeira entregue por el-rei d. Manuel. O nome foi dado a 26 de abril. – (C.).

e os olhos o dos ouvidos. Mais próximos da verdade estiveram os pilotos, arrumando em dezessete graus de latitude austral o porto, que jaz efetivamente em dezesseis graus e meio escassos.

Assim o descobrimento casual desta região, que era verdadeiramente uma porção remota do próprio continente que mais ao norte estava sendo visitado por Colombo e os mais capitães que na sua esteira sucessivamente navegaram de Castela, este descobrimento, dizemos, devido a causas que nada tinham que ver com as explorações do célebre genovês, houvera agora feito conhecer esta quarta parte da Terra às três, que antes umas às outras se conheciam, se o discípulo de Toscanelli tivesse, por quaisquer tristes contrariedades, sido embargado, durante mais sete ou oito anos, na execução da sua empresa.

Desta forma a Vasco da Gama, que dirigiu o rumo dos pilotos de Cabral, é que se deve verdadeiramente o feliz achamento desta terra – achamento que, se não se efetuara por esta primeira expedição que o seguiu, não poderia deixar de ter lugar num dos anos imediatos, desde que a navegação da Índia se tornou frequente. Aberta uma vez aos navios europeus tal navegação, o cabo de Santo Agostinho, promontório mui ocidental desta região, não poderia subtrair-se por muitos anos aos cruzadores da parte meridional do Atlântico; e o descobrimento desta terra maravilhosa houvera seguramente de realizar-se por qualquer outro capitão, durante o reinado do venturoso d. Manuel, que viveu depois de ele ter lugar mais de vinte anos. A época do descobrimento, a origem dele e o reinado em que teve lugar vieram a ser perpetuados até no próprio escudo do país descoberto, que ainda se gloria de ter por brasão a esfera armilar e a cruz floreteada da ordem de Cristo, que eram a divisa daquele soberano.

Cabral, que, de acordo com os outros capitães, despachou para Portugal uma caravela[23] com a feliz notícia, comprovada por não poucas produções do país, distinguindo-se entre elas algumas araras vivas, e também vários vestuários, armas e utensílios dos hóspedes, que tão bem tratara; e ordenou que em terra ficassem dois criminosos condenados a degredo, a fim de irem aprendendo a nova língua de que não havia intérpretes; e no segundo dia de maio fez-se vela para o Oriente, com os onze navios que lhe restavam; alguns dos quais triste fim vieram a ter dentro de pouco, antes de dobrarem o cabo da Boa Esperança.

Os dois degredados ficaram na praia chorando a sua infeliz sorte e acompanhando com os olhos as quilhas pátrias até que elas se haviam de todo sumido no horizonte[24]. Acaso as saudades dos

---

23 Dizem vários escritores que o comandante desta caravela se chamava Gaspar de Lemos. A um indivíduo desse nome era tempos depois (12 de agosto de 1531) mandado abonar uma tença de 400$ réis (Torre do Tombo, *Corpo cronológico*, Parte II, maço 170, doc. 45). – (A.).

Veja-se a tal respeito a memória de Cândido Mendes de Almeida, na *Revista do Instituto Histórico*, **39**, parte 2ª, 5-24, que, baseado em Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, 1, 152, conclui que André Gonçalves foi o comandante. – (C.).

A conclusão de Cândido Mendes ficou invalidada por ulteriores pesquisas, conforme reconhece Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* à *História do Brasil* de fr. Vicente do Salvador, pág. 7, com os testemunhos de Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, pág. 36, Lisboa, 1898, e de Franz Hümmerich, *Vasco da Gama und die Entdeckung des Seewegs nach Ostindien,* pág. 194, München, 1898. – (G.).

24 "...A como primícias desta esperança, dalguns degredados que iam n'armada, deixou Pedro Álvares ali dois, um dos quais veio depois a este reino, e servia de língua naquelas partes". – Barros, *Décadas*, **I**, liv. V, cap. II. Ao fato da ficada referem-se a carta de Caminha e a relação do piloto português da armada de Cabral. Ficaram a chorar, dizem todos, "e os homens daquela terra os confortavam e mostravam ter piedade deles", acrescenta o piloto anônimo. Afonso Ribeiro é o nome de um dos degredados. Da armada, na

que até ali eram seus carcereiros, cresciam com o receio daqueles desconhecidos a cuja mercê ficaram. A caravela, que regressou, talvez percorreria ainda para o norte parte da costa; é, porém, certo que a nova que levou à Europa foi a do simples descobrimento de uma ilha, não de um continente.

Também nos consta que o aspecto e novidade das cores das grandes araras, enviadas a Lisboa por Cabral, impressionaram aí a alguns de tal modo que chegaram a designar com o nome de *Terra dos Papagaios* o novo descobrimento. E este nome, que se encontra em alguns mapas antigos, era até o empregado em sua correspondência (VI) pelo então agente em Lisboa da senhoria de Veneza, Lorenzo Cretico.

Não há hoje notícia alguma da correspondência que dirigiu à corte Pedro Álvares Cabral (VII), mas não é sensível a sua falta, quando possuímos a venerável carta, que já o leitor conhece, de Pero Vaz de Caminha, além de outra do castelhano Mestre João (VIII), que ia por cirurgião da armada e tinha presunções de astrônomo. Em ambas estas cartas, datadas do primeiro de maio, se chama à terra encontrada *Ilha da Vera Cruz*: e o nome de *Ilha da Cruz* (sem *Vera*) consignava logo o governo no regimento dado a João da Nova, que, com quatro caravelas, em parte de armadores (pois de uma dela sabemos que era capitão Fernão Vinet, florentino, sócio da casa de Bartolomeu Marchioni), e com a monção seguinte, ia mandado à Índia. E como ilha "mui útil para refrescarem e fazerem aguada suas

---

véspera de zarpar para a Índia, fugiram dois grumetes, informa Caminha; mas é possível que tivessem regressado antes da partida. – Conf. A. Fontoura da Costa, *Cartas das ilhas de Cabo Verde, de Valentim Fernandes – 1506-1508,* pág. 95, Lisboa, 1939. – (G.).

armadas da Índia" dava o feliz monarca conta do descobrimento aos reis católicos, em uma carta que lhes escrevia[25], depois de haver regressado de Calicute o mencionado Pedro Álvares Cabral.

Cumpre, porém, declarar que, antes que a fortuna deste chefe fizesse conhecer a Portugal a existência de terra nestas paragens, já vários nautas castelhanos a haviam encontrado e costeado mais para o norte. Com efeito: dez meses antes, em fins de junho de 1499, Alonso de Hojeda, navegando em companhia dos célebres pilotos Juan de la Cosa e Amerigo Vespucci (IX), se encontrara com terra, proximamente na latitude de cinco graus ao sul da equinocial; a qual terra era baixa, alagada e de vários esteiros e braços de rios. Não pode ter sido outra senão a do delta do Açu, na atual província do Rio Grande do Norte. Intentou Hojeda prosseguir pela costa, no rumo de lés-sueste; mas não lhe foi possível vencer a força das correntes, e viu-se obrigado a seguir com estas na direção de noroeste; e, navegando ao largo, foi somente de novo aportar, segundo parece, em Caiena. No avistar terra junto à foz do Açu fora o mesmo Hojeda protegido pela Providência, de um modo análogo como depois o foi Cabral; pois se, durante a travessia do Atlântico, houvesse descaído um pouco menos para oeste, poderia ter naufragado nos perigosos escolhos e baixios (Urcas e Lavadeiras), que por ali jazem, um pouco mais a leste.

---

25 Carta de d. Manuel, escrita aos reis católicos, em 29 de julho de 1501, achando-se em Sintra, e não em Santarém, conforme se lê no texto do documento impresso por Navarrete, *Col. de los viajes*, **3**, pág. 94. – (A.).

O original acha-se reproduzido em fac-símile na *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. **II**, págs. 155-164, e impresso em ortografia atual, págs. 165-167. – (G.).

Sete meses depois de haver Hojeda avistado a costa no delta do Açu, Vicente Yáñez Pinzón, navegando com uma flotilha de quatro caravelas, aproou à terra mais a oeste, em 26 de janeiro de 1500, junto a um cabo, que denominou de *Santa María de la Consolación*, cabo que, por muitas razões, julgamos hoje ter sido a chamada ponta de Mucuripe; vizinha ao porto da capital da província do Ceará, e não o de Santo Agostinho, como se chegou a acreditar. Desde esse cabo, prosseguindo o mesmo Pinzón pela costa, no rumo de oeste-quarta-a-noroeste, avistou outro cabo, a que deu o nome de *Rostro Hermoso*; e o qual, em nossa opinião, não pode ter sido senão a ponta de Jererecoara, ainda hoje notada, entre os práticos da costa, pela sua formosura: e que, ao avistarmos-la por primeira vez de longe, da banda de sueste (em 1861), se nos figurou como um vermelho bico de cisne mergulhando no oceano. Logo seguiu Pinzón ao Amazonas, que denominou *Mar Doce*, e depois foi navegando até o cabo de Orange; ao qual, com toda a probabilidade, chegou no dia 5 de abril (1500); pelo que o denominou de São Vicente, que era o orago desse dia, e ao mesmo tempo o santo do seu nome (J. Caet. da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazone*, §§ 2574 a 2582).

Que o cabo primeiro descoberto por Pinzón não pode haver sido o de Santo Agostinho o passamos a provar com toda a evidência. Depuseram judicialmente vários[26] dos da tripulação que a mencionada flotilha, desde as ilhas de Cabo Verde, tomou o rumo de su-sudoeste, e qualquer nauta entendido sabe que, com tal rumo, nenhum barco de vela viria ter ao cabo de Santo Agostinho. Demais:

---

26 Colmenero, Ramírez e Valdovinos. Veja-se Navarrete, **3**, págs. 547, 550 e 552. – (A.).

o próprio Pinzón declarou que desde o primeiro cabo por ele descoberto seguiu navegando pelo rumo de oeste-quarta-a-noroeste, rumo em que, segundo sua afirmativa, corria aí a costa[27]; o que não poderia ter lugar partindo do cabo de Santo Agostinho, pois, logo um pouco para o norte dele, a costa pende antes para leste, e não para oeste. Além disso: contra uma tal interpretação, a favor do cabo de Santo Agostinho, militam não só a confrontação do número de léguas, nesta viagem navegadas pelo dito Pinzón, que oficialmente (Navarrete, **3**, pág. 82) foram computadas em seiscentas, como também o testemunho dos cartógrafos antigos Juan de la Cosa e Diogo Ribeiro. Aquele, no seu célebre mapa feito no próprio ano de 1500, situa o "cabo descoberto por Pinzón" muito a oeste da terra que aí se diz "descoberta por Portugal" (Porto Seguro); e todos sabemos que o cabo de Santo Agostinho fica bastante a leste dessa terra. E Diogo Ribeiro, em 1529, indicou o descobrimento de Pinzón para oeste do cabo de São Roque, e não para o sul (X).

Para a probabilidade de ser o *Rostro Hermoso* a ponta de Jererecoara, nos abonamos até com o roteiro de Pimentel, que diz ser este "um monte *formoso*"; e não menos com as palavras do roteiro do prático Joaquim Duarte de Sousa Aguiar, quando diz: "O morro de Jererequara bem conhecido pela sua forma e beleza", etc. Acresce que, a leste de Jererecoara, o promontório mais notável que se apresenta é a ponta de Mucuripe; a qual tem até a seu favor a circunstância de haver podido, nessa paragem, ser a terra vista pelos navegantes, para sua *consolação*, de maior distância; graças

27 "*Que así se corre la tierra*" – (A.).

às vizinhas serras de Maranguape, Pacatuba, Aratanha e Cauípe, que se avistam do mar, desde quinze a vinte léguas.

Um mês, proximamente, depois de Pinzón, aportou também, por essa banda, com duas caravelas, ao parecer mais para o poente de *Rostro Hermoso*, o piloto Diego de Lepe. Travou peleja com os índios, e perdeu na refrega dez dos da tripulação. Este Lepe, encontrado, anos depois, pelos cruzeiros portugueses, traficando na costa da África, veio a morrer enforcado (XI).

Estas navegações de navios castelhanos, ao longo da costa do norte, não produziam nenhum resultado de consequência; e às vezes até eram sonegadas, como sucedeu à de Hojeda, que o foi por ele próprio; ou mal interpretadas, como passou com Pinzón, que, alguns anos depois, julgava haver sido o cabo de Santo Agostinho o por ele descoberto. Entretanto, é certo que das mesmas navegações resultou o terem sido os castelhanos os primeiros a conhecer e a frequentar essa parte da costa; havendo sido não só, com toda a certeza, descobridores do *Mar Doce* ou Amazonas como também, mui provavelmente, do porto ainda hoje chamado do Maranhão; nome que não será fácil averiguar se proveio, como disse Pedro Mártir (*Epíst*. 532, de 18 de dezembro de 1513), do indígena adulterado (XII) ou se de qualquer feito notável, praticado nele por algum dos da tripulação com esse apelido (Marañón), que já então existia em Espanha; ou, finalmente, se foi dado por ironia contra algum fanfarrão que contasse do rio maranhas e proezas dos demais não acreditadas.

O que ora temos por sem dúvida é que esse nome foi de princípio dado ao próprio Maranhão de hoje; e que a este se referem com

tal nome não só o mesmo Mártir e o geógrafo Enciso[28], bem que este com engano na latitude (que, sem dúvida por erro tipográfico, se diz de 7½° em vez de 2½°), mas também todos os cartógrafos antigos, sem excetuar Diogo Ribeiro[29].

À navegação de Lepe se referem, quanto a nós, no mapa de Cosa, as duas significativas caravelas[30] e os dizeres próximos, a oeste do primeiro descobrimento de Pinzón; sendo para lastimar que um rasgão no original nos prive das indicações respectivas ao Maranhão de hoje, onde ainda a haste de uma bandeira indica que teria tido lugar a tomada de posse, e por conseguinte a infeliz refrega. Pinzón, depois do segundo cabo, só fora parar junto à ponta da Tijioca, onde, também em uma refrega, perdera parte dos seus; passando logo além do canal do norte, donde levou consigo trinta e seis índios.

---

28 Do Amazonas trata Enciso, com o nome de *Mar Doce*, dando-lhe sessenta léguas da boca, ao passo que do Maranhão, que situa *a 300 léguas além no cabo de Santo Agostinho, e com baixos a leste da entrada*, diz que tem na boca *mais de quinze léguas*. E Diego Ordaz, em 1531, e o piloto João Afonso, em 1545, não fizeram mais que inventar terem aí viajado, copiando exatamente o que encontraram no dito Enciso. – (A.).

29 Temos disso a principal prova no designar o mesmo Ribeiro a ilha do seu Maranhão pelo nome de Trindade, que sabemos lhe haver sido dado a princípio, como adiante se dirá. – (A.).

30 A primeira caravela, no mapa de Juan de la Cosa, assinala evidentemente a abordada e desembarque de Pinzón em *Rostro Hermoso*, que ali aparece *P. fermoso*. O navio está como que amarrado à costa. A segunda, mais a loeste, é em tudo igual à primeira, com a diferença de estar solta, sem nenhum traço que a ligue à terra. – (G.).

NOTAS DA SEÇÃO V

I
(Pág. 118)

Não se conhece o original da epístola de Toscanelli a Colombo. A cópia, publicada por Henry Harrisse, encontrada na biblioteca Colombina de Sevilha e escrita por letra de Colombo, não combina com a tradução dada por Las Casas. A carta marítima, como muito bem viu Sophus Ruge, deve ser idêntica ou quase ao globo de Martin Behaim: é a primeira em que além da terra habitada se procura representar as extensões oceânicas. – Capistrano de Abreu. "O Descobrimento do Brasil" in *Livro do Centenário*, **I**, pág. 16, nota 2, Rio, 1900.

No Congresso dos Americanistas reunido em Paris, 1900, Gonzales de la Rosa e Henry Vignaud puseram em dúvida a autenticidade e o valor desses documentos. Em monografia notável – *La lettre et la carte de Toscanelli sur la route des indes par l'Ouest adressées en 1474 au Portugais Fernam Martins et transmises plus tard à Christophe Colomb*, Paris, 1901 –, Vignaud voltou a discutir a mesma tese com argumentos que impressionaram fundamente a opinião sábia.

```
Cos. 17,5° = 9.9804027                 370...  | 15.93
          2                            514       23°14'51"
Lg. 16 ——— = 1.2218314                 361
          3                              6
                                      2166
Lg. 15.93 = 1) 1.2022341              7730
                                      1358
37000  | 15,93                           6
  514    23° etc.                     8148
   361                                1830
```

A inexistência dos originais da correspondência atribuída a Toscanelli; o fato de Colombo, que tanto escreveu, jamais ter aludido ao sábio florentino; a personalidade mítica do cônego Martins, que não figura na lista dos funcionários da corte; a impossibilidade de ter sido escrita em 1474 a carta ao rei Afonso V, porque nessa época não se ocupava absolutamente aquele príncipe de procurar o caminho das Índias pelo Ocidente; o atraso de um século nos conhecimentos geográficos da Ásia, que ainda eram os do Marco Polo – tudo isso, para o crítico americano, é indício evidente da fraude que deu origem aos documentos referidos. "Demais",

conclui ele, "qualquer que seja o autor da falsificação e a data em que tenha sido cometida, que Colombo tenha dela participado, ou a conhecesse somente depois de consumada; que se abstivesse por prudência de mencionar essa peça comprometedora, esperando aproveitar-se dela, ou a tivesse julgado desde a origem inútil e perigosa – o resultado é o mesmo e as conjeturas que se podem fazer a respeito, têm apenas o interesse de curiosidade. O fato essencial, o fato novo, que este estudo tem por objeto estabelecer, é que tudo indica que a carta de Martins é apócrifa e que foi fabricada para fazer crer que o descobrimento do Novo Mundo derivava de uma teoria científica pertencente a Colombo e sancionada por um grande sábio..."

Com relação ao cônego Fernão Martins, parece não prevalecer o argumento de Vignaud, à vista da identificação que faz a *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. **II**, pág. 443, com o cônego Fernão Martins de Roriz, "presumivelmente parente do cardeal Antônio Martins, fundador do Hospício de Santo Antônio dos Portugueses, em Roma, de cujo testamento foram testemunhas Paolo Toscanelli e o cônego Fernão [Martins] de Roriz, em 6 de agosto de 1464. É este Fernão Martins que figura no *Tetralogus de non aliud*, do cardeal de Cusa, como um dos interlocutores: *Ferdinando Martin Portugalensi natione*". – (G.).

II
(Pág. 126)

Na extensão das léguas, bem que não seja ela indicada no tratado, nenhuma dúvida temos de que se deviam entender de 16⅔ ao grau equinocial (vejam-se as *Cosmografias* de Enciso, 1519, e de Francisco Falero, 1537), supondo-se a circunferência da Terra de 6.000 léguas. Era nesta ideia que os antigos reduziam a 22° as 370 léguas (Magalhães, em Navarrete – *Col. de viajes*, t. **IV**, pág. 188). Devendo, porém, as 370 léguas ser contadas no círculo da altura do ponto incoativo, hão de a ele reduzir-se; e estando a ponta do Tarrafal da ilha de Santo Antão em 17,5° de lat. N., achamos por meio da conhecida proporção de *cosseno das tábuas*, etc., que equivalem naquela altura a 23°14′51″, e que, portanto, a linha meridiana rigorosamente calculada viria a ser a que cortasse a ilha de Marajó desde 10′34″ (ou proximamente 3 léguas e meia marítimas) a loeste do Pará, e viesse a passar do lado sul 5′30″ (ou quase 2 léguas marítimas) para dentro do posto de Embituba no istmo da Laguna, se acaso não anda nas *tábuas* marítimas inexato o cômputo das longitudes desses lugares. Barros, *Décadas*, I, liv. III, cap. II, engana-se na conta das léguas, que supõe 360 e tantas, como na dos graus, computando 21° pelos 23 e quase um quarto.

Do cálculo acima se pode conhecer que o verdadeiro domínio de Portugal do lado do sul só se devia estender sobre a costa à altura de 28°⅓ proximamente; visto que daí para baixo sai da linha de demarcação. Isto explicará por que d. João

III, apesar de pugnar pela prioridade do descobrimento do rio da Prata, esquecendo-se de que este descobrimento, ainda que provado, não lhe garantia direito à posse, não se atreveu a fazer passar dos limites que marcamos as datas de terras e doações, etc. – (*Nota* do A. na 1ª edição, omitida na 2ª). – Veja-se: d'Avezac, *Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil* (Paris, 1857); idem, *Les voyages d'Améric Vespuce au compte de l' Espagne* (Paris, 1858); Varnhagen, *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil* (Paris, 1858), em que a questão foi novamente debatida, em resposta a d'Avezac. De grande valor sobre o assunto é a profunda monografia de Harrisse, *The diplomatic history of America.* Its first chapter (London, 1897). – (C.).

Veja-se ainda J. Denucé, *Magellan et la question des Moluques* (Bruxelles, 1911). – (G.).

III
(Pág. 128)

Cremos que os nomes de sete destas embarcações, que da Índia regressaram, nos são dados em um documento (nº 300, m. 3 do arm. 26), que encontramos, sem data, no interior da Casa da Coroa (na Torre do Tombo), e que só podemos atribuir a esta expedição. Eis esses nomes: naus *Espírito Santo, Santa Cruz, Fror de la Mar, São Pedro, Vitória* e *Espera,* e galeão *Trindade.* – (A.).

A esses nomes se podem juntar os dos navios *Anunciada*, mencionado, com o *São Pedro*, que ali consta, por João de Barros, *Décadas*, **I**, liv. V, cap. VI, e *El-rei*, que figura na relação do piloto português da armada de Cabral, publicada primeiro em italiano nas *Navigationi et viaggi* de Ramúsio, **1**, Veneza, 1554, fls. 152 e segs., e depois em português, na *Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*, **2**, Lisboa, 1812. Esse documento vem reproduzido, com a retradução da versão italiana de Ramúsio, na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, págs. 112-117. Presume-se que uma das outras naus era a *Berrio*, que Nicolau Coelho comandara na armada de Vasco da Gama.

José Feliciano, *O descobrimento do Brasil*, São Paulo, 1900, pág. 23, in nota, sugere que o achado por Varnhagen, supraindicado, não parece referir-se a uma armada do séc. XV, visto mencionar um galeão, espécie de navio que, segundo Henrique Lopes de Mendonça, nos "Estudos sobre os navios portugueses dos séculos XV e XVI", in *Centenário do descobrimento da América*, Lisboa, 1892, pág. 26, só foi usado em Portugal no primeiro quartel do séc. XVI.

Os nomes dos capitães constam de Barros, *Décadas,* **I**, liv. V, cap. I: "A qual armada era de treze velas, entre naus, navios e caravelas, cujos capitães eram estes: Pedrálvares Cabral, capitão-mor; Sancho de Toar, filho de Martim Fernandes de Toar;

Simão de Miranda, filho de Diogo de Azevedo; Aires Gomes da Silva, filho de Pero da Silva; Vasco de Ataíde e Pero de Ataíde, d'alcunha *Inferno*; Nicolau Coelho, que fora com Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, o que descobriu o cabo da Boa Esperança, e seu irmão Pero Dias, Nuno Leitão, Gaspar de Lemos, Luís Pires e Simão de Pina."

Sancho de Toar, ou de Tovar, era sotacapitão, ou imediato ao capitão-mor, segundo em mando, como estava expresso nas instruções a Cabral, e confirma Damião de Góis, *Crônica do sereníssimo senhor rei d. Emanuel*, parte **I**, cap. LIV.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, **1**, 151, omite os nomes dos capitães Aires Gomes da Silva e Pero de Ataíde, que figuram nos outros cronistas, e acrescenta os de Brás Matoso, André Gonçalves e Pero de Figueiró.

Das treze velas saídas do Tejo, uma esgarrou da armada na altura das ilhas do Cabo Verde e tornou ao ponto de partida; outra foi despachada a levar ao rei a nova do achamento da terra de Santa Cruz. A que se tresmalhou seria a de Vasco de Ataíde, segundo a carta de Pero Vaz de Caminha, ou a de Luís Pires, conforme Barros, *Décadas*, **I**, liv. I, cap. II, que conta aquela entre as quatro que se abismaram com a tormenta, a 12 de maio, nas cercanias do cabo da Boa Esperança, com as de Bartolomeu Dias, Aires Gomes da Silva e Simão de Pina. O navio de Pero Dias desapareceu nessa ocasião e foi ter a Magadaxo, de onde, com fortuna vária, tornou aos mares ocidentais; Cabral, quando da Índia regressou com a sua armada reduzida a seis velas, encontrou-o em uma das ilhas do Cabo Verde.

Pero de Ataíde e Nuno Leitão comandavam, respectivamente, os navios *São Pedro* e *Anunciada*, Barros, *Décadas*, **I**, liv. I, cap. IV. A nau *Fror de la Mar* voltou à Índia em 1506 com Afonso de Albuquerque e, depois da conquista de Malaca, de cujos despojos opimos vinha carregada, naufragou em 1511.

Na armada de Cabral – diz Barros, *Décadas*, **I**, liv. I, cap. I –, "além das armas materiais, que cada um levava para seu uso, mandava el-rei outras espirituais, que eram oito frades da Ordem de São Francisco, de que era guardião Fr. Henrique..." Os nomes dos companheiros de frei Henrique dá frei Fernando da Soledade, *História seráfica cronológica de São Francisco, província de Portugal*, 3, 489-490. Foram eles: frei Gaspar, frei Francisco da Cruz, frei Simão de Guimarães e frei Luís do Salvador, sacerdotes pregadores; frei Mafeu, sacerdote organista; frei Pedro Neto, corista com ordens sacras, e frei João da Vitória, frade leigo.

Frei Henrique Soares de Coimbra fora desembargador da Casa de Suplicação e trocara a toga pelo hábito de franciscano no convento de Alenquer. Na Índia recebeu algumas feridas pelas costas, no assalto que os indígenas deram à feitoria de Calicute; de regresso foi confessor do rei, seu embaixador em missão de pêsames junto à princesa d. Joana, bispo de Ceuta e inquisidor.

A vinda de Duarte Pacheco Pereira na armada de Cabral, afirmada por modernos historiadores portugueses, na fé dos cronistas, foi contestada pelo dr. Duarte Leite, em sua monografia *Descobridores do Brasil*, págs. 24/27, Porto, 1931. – (G.).

IV
(Pág. 132)

Cabral, quanto a nós, fundeou mais ao sul, no porto entre a ponta Gorda e a foz do Buranhém, ou rio de Porto Seguro abrigado da banda do mar por várias restingas, na mais seca das quais se efetuou o ato de posse. – (A.). – Sobre esse assunto publicou o autor da *História geral* uma memória na *Revista do Instituto Histórico*, **40**, parte 2ª, 1877, págs. 5-37, acompanhada da carta de Pero Vaz de Caminha. A matéria foi depois discutida por Beaurepaire Rohan, Zeferino Cândido, Oliveira Catrambi, Salvador Pires, Inácio Joaquim da Fonseca, este favorável, aqueles contrários à opinião do visconde de Porto Seguro. Com ele também não concordou quem escreve esta linha, em seu opúsculo *O descobrimento do Brasil pelos portugueses*, Rio, 1900. – (C.). – Em sua tese de concurso – *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI,* Rio, 1883, já Capistrano de Abreu dirimia assim a questão: "Os argumentos de que Varnhagen lança mão quebram-se todos diante destes dois fatos: o primeiro é a tradição atestada por Gândavo, Gabriel Soares, Anchieta, Cardim e tantos outros; o segundo é que o Porto Seguro atual não corresponde à descrição de Caminha, por mais que se queira fazer de um recife um ilhéu." – (G.).

V
(Pág. 132)

Guarda-se o original na Torre do Tombo, em Lisboa (gav. VIII, 2, 8), escrito em sete folhas de papel florete. É documento digno de reproduzir-se por fac-símile. – (A.).

Tem sido publicado e traduzido em diversas línguas, como se pode ver nos artigos que Vale Cabral lhe consagrou em vários lugares nos *Anais da Biblioteca Nacional*, especialmente, 11, 483-489. As edições originais são sete: 1ª de Aires de Casal em 1817, em sua *Corografia*, no Rio de Janeiro; 2ª, em Lisboa, em 1826, no t. 4 da *Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*; 3ª por Varnhagen, no Rio, em 1877, na *Rev. do Inst. Hist*.; 4ª e 5ª, em Lisboa, nos volumes da Academia das Ciências e da Torre do Tombo, publicados em 1892, para celebrar o descobrimento da América; 6ª no *Livro do Centenário*, Rio, 1900; 7ª na Bahia, em 1900, reprodução fac-similar do texto, com duas transcrições, uma em português da época, outra em português atual. – (C.).

Quem primeiro examinou esse documento na Torre do Tombo, cerca de 1793, foi Juan Batista Muñoz, que dele fez extratos, Navarrete, *Col. de los viajes*, **3**, pág. 45, Madri, 1827 (pág. 41 da edição de 1880).

Resenha bibliográfica das várias edições da carta de Caminha, de 1817 até 1877, encontra-se nos *Anais da Biblioteca Nacional*, **4**, 7-17, Rio, 1878.

Foi ainda publicada na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1, 1894; por Cândido Costa, *O descobrimento da América e do Brasil*, Pará, 1896; pelo mesmo, *As duas Américas*, 2ª edição do precedente, Lisboa, 1900; Faustino da Fonseca, *A descoberta do Brasil*, Lisboa, 1900; Zeferino Cândido, *O Brasil*, Rio, 1900; F. A. Pereira da Costa, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano,* nº 53, Recife, 1900; Rocha Pombo, *História do Brasil*, **1**, Rio, 1906; João Ribeiro, com interessantes notas, n'*O Fabordão*, Rio-Paris, 1910; Brás do Amaral, nas "Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia", de Acióli, **1**, Bahia, 1919. Capistrano de Abreu, na *Revista do Instituto Histórico*, **71**, parte 2ª, págs. 109-122, analisou esse precioso documento; seu estudo admirável é maravilha de crítica histórica.

A primeira parte da carta está reproduzida em fac-símile na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II,** pág. 85, e a última, em fac-símile reduzido, extratexto. Versão em linguagem atual, com eruditas anotações da drª d. Carolina Michäelis de Vasconcelos, encontra-se às págs. 86-99 do citado volume. Precedera-a João Francisco Lisboa, *Obras*, **2**, 430-450, São Luís do Maranhão, 1865.

Sobre Caminha, veja-se Sousa Viterbo, *Pero Vaz de Caminha e a primeira narrativa do descobrimento do Brasil*, Lisboa, 1902, e a *História da colonização*, **II**, 80-84. Por último teve a *Carta de Pero Vaz de Caminha* uma edição magistral devida à alta competência do sábio Jaime Cortesão, na coleção Clássicos e Contemporâneos da Livraria Editora Livros de Portugal, nº 1, Rio de Janeiro, s/d (1943). É um estudo exaustivo do magno documento, que está reproduzido em *fac-símile* e acompanhado de rigorosa transcrição, com numerosas e interessantes notas. A Jaime Cortesão devem ainda as letras históricas luso-brasileiras, nesse mesmo ramo de conhecimentos, outro trabalho de grande valor: – *Cabral e as origens do Brasil* (Ensaio de topografia histórica), Rio de Janeiro. Edição do Ministério das Relações Exteriores, 1944. – (G.).

VI
(Pág. 138)

Humboldt, *Exam. Crít.*, **5**, pág. 78. – (A.). – Varnhagen, como outros autores, chama Lorenzo Cretico; mas J. Carlos Rodrigues, *O descobrimento do Brasil: sucinta notícia da descrição impressa mais antiga deste acontecimento*, Rio, 1905, pág. 5, afirma, segundo documentos da Universidade de Pádua, onde foi professor o agente em Lisboa da senhoria de Veneza, e da Biblioteca Marciana, que seu nome é Giovanni Matteo Cretico. É também chamado *Zuane* (João), no título de nomeação como secretário de Pisani, *orador* em Castela. Cretico, escrevendo de Lisboa em

julho de 1501, como testemunha ocular da volta de Cabral, diz: "*Scoperto una terra nova chimaõ delli Papaga per esser gene [sic] de longeza de brazo I e mezo di varii calori: li quali ne havemo visto*". – *Paesi nouamente retrovati*, liv. VI. cap. CXXV, cit. por Harrisse, *The discovery of North America*, Paris-London, 1892, pág. 303. – O nome *Brasil* já era usado antes de 6 de abril de 1503, na relação de viagem que começou a escrever nessa data e terminou a 16 de setembro de 1504, na qual diz: "*la terra Della vera croce, ouer del Bresil cosi nominata*". – Ramúsio, *Navigationi et viagi*, **1**, fl. 145, verso. Na cartografia o nome apareceu mais tarde, no mapa de Marini de 1512, que pertence à nossa Secretaria das Relações Exteriores. – (G.).

VII
(Pág. 138)

Cabral vivia ainda em 1518, ano em que se lhe pagavam, de moradia, 2 437 réis, por mês. – (A.).

Braacamp Freire, na *Revista de História*, **6**, 281, Lisboa, 1917, dá notícia de uma carta de confirmação passada pela rainha d. Maria, segunda mulher de d. Manuel, em Lisboa, a 18 de fevereiro de 1503, em favor de d. Constança, mulher de Fernando de Loronha, ou Noronha, a qual usufruía a renda das linhas de Torres Vedras e seu termo, para que permitisse o traspasse de dita renda em sua filha d. Isabel de Castro, "nossa donzela", enquanto sua mercê fosse. Essa carta foi confirmada pela infanta d. Isabel, sucessora de sua mãe, à mesma d. Isabel de Castro, então mulher de Pedro Álvares Cabral, por carta dada em Lisboa a 14 de julho de 1517. Prova esse documento que Cabral, em 1500, era ainda solteiro e só veio a casar-se dois anos, pelo menos, após o seu regresso da Índia. Com isso concorda o fato de todos os seus filhos com d. Isabel de Castro serem ainda menores em 1520, quando, depois do falecimento do pai, lhes foram feitas certas mercês pelos serviços dele. Sobre Cabral, vejam-se os *Prolegômenos*, cits., pág. 8. – (G.).

VIII
(Pág. 138)

Publicada por Varnhagen em 1843, na *Revista do Instituto Histórico*, **5**, reimpressa na 1ª edição deste livro, **1**, 423. Outra edição, acompanhada de fac-símile, no *Centenário do descobrimento da América*, da Academia Real das Ciências de Lisboa; nova no *Livro do centenário*, **I**, Rio, 1900. – (C.).

Publicada também por Melo Morais, *Corografia histórica*, **1**, Rio, 1858, págs. 60 e 61, nota; em *Alguns documentos da Torre do Tombo*, págs. 122 e 123, "aonde se

corrigiu a assinatura de Johanes Emenelaus para Johanes artium et medicine bacha-larius"; ainda por Brás do Amaral, *Memórias de Aciól i,* **1**, pág. 20, Bahia, 1919; reproduzida em fac-símile, com redução do original, na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, fora do texto, e aí impressa, págs. 104 e 105, conforme ao original pelo dr. Antônio Baião, e em linguagem atual, pelo dr. Luciano Pereira da Silva. – (G.).

IX
(Pág. 139)

Veja-se a relação da segunda viagem deste navegante, na sua grande epístola escrita a Pedro Soderini em 1504, e o nosso trabalho *Amerigo Vespucci*, etc., pág. 103. – (A.). – A viagem de Hojeda, em companhia de Vespucci e Juan de la Cosa, transcorreu de 16 de maio de 1498 a 8 de setembro do ano seguinte. A expedição compunha-se de três navios que zarparam de Cádiz na primeira daquelas datas, alcançaram as ilhas do Cabo Verde e, com rumo S.O., passando a Linha, tiveram terra à vista a 27 de junho, na latitude de 4° ou 5° sul. Essa terra, baixa e alagada, que Vespucci bem descreveu na *Lettera delle isole nouvamente trovate in quattro suoi viaggi*, 1504, reprodução fac-similar da Princeton University, 1916, págs. 17 e 18, é, segundo Varnhagen, o delta do Açu, no Rio Grande do Norte; ou pouco adiante, cercanias do Aracati, no Ceará, a concordar com John Fiske, *The discovery of America*, 2, Cambridge, 1902, pág. 319. Nessa altura Vespucci notou que o tamanho dos dias e das noites era igual. Daí a flotilha velejou por algumas léguas para S.O., provavelmente com o objetivo de reconhecer se o litoral avistado era de alguma ilha ou de terra firme. Impedidos de prosseguir por causa das correntes que repeliam os navios, Hojeda e seus companheiros navegaram para N.O., correndo a costa até um golfo, em cuja entrada estava uma ilha – o golfo de Paria e a ilha da Trinidad, que Colombo descobrira em 1 de agosto de 1498. Navegando para diante, alcançaram talvez o cabo de la Vela e resolveram regressar por via da Española, onde se demoraram algum tempo, aportando finalmente a Cádiz a 8 de setembro de 1500.

A expedição tinha percorrido o litoral americano desde cerca de 5° de latitude sul até 15° de latitude norte; somente na costa de Surinam, como em geral se admite, houve desembarque, mais ou menos a seiscentas milhas a E. da Trinidad.

O itinerário de Vespucci concorda substancialmente com o resumido depoimento de Hojeda, prestado em 8 de fevereiro de 1513, às *Probanzas del Fiscal*, Navarrete, *Colección de los viajes y descubrimientos*, **3**, pág. 544. Hojeda não diz, como Pinzón, ibidem, pág. 551, que descobriu terras de Portugal; compreende-se essa sua reserva como escarmento, porque na viagem que fez em 1502 fora punido por esse fato, J. Fiske, loc. cit.

A opinião que Varnhagen sustentou neste e em outros escritos foi em tempo combatida e hoje mesmo ainda encontra opositores; mas a leitura atenta da segunda

navegação de Vespucci na *Lettera* citada, parece-nos, deve afastar qualquer dúvida em relação à abordagem de Hojeda em costa brasileira. "Tudo o que se pode censurar ao florentino – pondera Henry Vignaud, 'Améric Vespuce, ses voyages et ses découvertes devant la critique', in *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, N. S., t. 8, fascs. I-II, 1911, pág. 91 – é não ter nomeado Hojeda, que era o chefe da expedição, o que não prova que a dirigisse nauticamente, e que Vespucci não tivesse parte considerável na direção da rota seguida, assim como na denominação dos lugares reconhecidos e do caráter continental da costa."

O mapa de Juan de la Cosa, provavelmente de outubro de 1500, encerra os resultados dessa expedição, como os da de Lepe e em parte os da de Pinzón. – (G.).

X

(Pág. 141)

A opinião tradicional foi defendida pelo anotador em seu trabalho *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, Rio, 1883. – (C.). Pinzón, depondo nas *Probanzas del Fiscal*, em 21 de março de 1513, positivamente afirmou que "*es verdad que descubrió desde el cabo de Consolación, que es en la parte de Portugal é agora se llama de S. Agustín...*", Navarrete, *Colección de los viajes y descubrimientos,* **III,** pág. 551.

Varnhagen contesta essa identidade e julga que o lugar do descobrimento foi a ponta de Mucuripe, no Ceará. Por seu lado, Rio Branco, *Second mémoire du Brésil*, t. I, Berna, 1899, pág. 25, fica em meio-termo, acreditando que o cabo de Santa María de la Consolación seja a ponta do Calcanhar, no Rio Grande do Norte, assim chamada porque forma a N.O. do cabo de São Roque a extremidade norte-oriental do litoral brasileiro, que Pinzón, nove anos depois, em companhia de Solis, perlongou de novo, em sentido inverso, quando regressou do golfo de Pária para a Espanha.

A data do descobrimento do cabo de Santa María de la Consolación não pode ser fixada com absoluta certeza. A relação italiana sobre os *Paesi nouamente retrouati*, Vicenza 1507, Milano, 1508 e 1519, dá 20 de janeiro; Pedro Mártir, *De rebus Oceanicis et Orbe novo decades tres*, Bâle, 1533, déc. II, liv. VIII, fls. 39, consigna a data de 26, que Varnhagen aceita e com ele a maioria dos historiadores. O sábio redator do *Exposé historique* na *Sentence du Conseil Fédéral Suisse dans la Question des Frontières de la Guyane Française et du Brésil*, Berna, 1900, pág. 83, discutindo a controvérsia, opina que a abordagem de Pinzón ao litoral brasileiro se deu pouco antes ou pouco depois de 1 de fevereiro; e como, segundo o uso corrente, o nome deva corresponder ao do santo do dia, e a 2 a Igreja celebra a festa de Maria, conclui por essa data para o descobrimento do cabo de Santa María de la Consolación. – (G.).

XI
(Pág. 142)

Carta de Estêvão Fróis, da ilha de São Domingos. – (A.).

Publicada, com a assinatura errada de Fernão Fróis, em *O descobrimento do Brasil*, Rio, 1883. – (C.).

Em súmula, *Alguns documentos da Torre do Tombo*, 361-362. Reproduzida em fac-símile na *História da colonização portuguesa do Brasil,* **I**, págs. XXXIV-XLVI, Porto, 1921, acompanhada da versão intercalada do português arcaico e tradução para o português moderno, pelo dr. Antônio Baião. O original existe na Torre do Tombo, *Corpo cronológico*, parte I, maço 51, doc. 99. Cópia autêntica no Instituto Histórico.

O Diego de Lepe, aí mencionado, deve ser o mesmo de que tratam as *Instruções* dadas a Lope Hurtado de Mendonça, embaixador castelhano na corte portuguesa, em 4 de agosto de 1513, publicadas na *História da colonização portuguesa do Brasil*, pág. 225, apêndice H. Desse diploma deduziu o dr. Duarte Leite, *ubi supra*, págs. 190 e 191, que o Diego de Lepe mandado justiçar por d. João II, antes do fim de 1495, não pode ser aquele a que alude o texto. Existiram, portanto, dois personagens com o mesmo nome, ambos dados a navegações: um, que pereceu realmente às mãos do carrasco, em Portugal, ao tempo referido, pelo crime de "forrear em seara alheia, cativando pretos nas costas da Guiné"; outro "talvez filho ou sobrinho do primeiro, que vivia dez anos depois, e também morreu em Portugal, mas não na forca". – Veja a *Capitulación de Diego de Lepe, vecino de la villa de Palos*. – *Asiento que se tomou por mandado de Su Altesa, para yr a descobrir por el Mar Oceano*. – Granada, Setiembre 14 de 1501, in *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias*, 31, págs. 5-12, Madri, 1879; veja-se mais: *Real Cédula prorrogando a Diego de Lepe el término de su asiento.* Ecixa, Noviembre 30 de 1501, ibidem, págs. 102 e 103; e também: *Real Cédula para que Diego de Lepe, además de los quatro navios, pueda llevar otros para yr a las Indias*, Sevilla, Enero 7 de 1502, ibidem, págs. 119 e 120. – (G.).

XII
(Pág. 142)

Meary? Mârâ, segundo Montoya (*Voc.*), quer dizer falta, e também calúnia: *Mârandeeguára*, estrangeiro. – (A.).

A etimologia, geralmente aceita, é que Maranhão tem a mesma origem que *paranã*. Parece que se deve ao benemérito Charles Fr. Hartt. Entretanto contra ela milita o fato de Marañón se encontrar no Peru, fora do domínio da língua tupi. – (C.).

O étimo de Maranhão tem sido largamente discutido sem solução possível. O erudito americanista José Toribio Medina, na introdução ao *Descubrimento del Río de las Amazonas, según la Relación de Fr. Gaspar de Carvajal*, Sevilla, 1894, págs. CCXXII-CCXXIX, tratou da questão com profundo saber para concluir que, ante os documentos que se conhecem, não se pode resolvê-la satisfatoriamente. Orville A. Derby, em consciencioso artigo publicado no *Almanaque brasileiro* de Garnier para 1910, Rio, págs. 246-250, estudou o nome na cartografia das primeiras décadas do descobrimento, na qual julga que ele apareceu demasiado cedo para que lhe possa ser atribuída origem indígena, "corruptela de *paranã*, que tem sido frequentemente lembrada". Para esse sábio*, Maranhão*, aumentativo de *maranha*, matagal, coisa enredada, teia de lã já tecida, seria aplicável ao local que ficou denominando, e o fato de ser comum às duas línguas explicaria a sua pronta aceitação por espanhóis e portugueses. Quanto a nós, temos apenas a alegar que o nome preexistia na Espanha sob as formas *Marañón*, de um lugar na província de Navarra, e *Marañón* província de Pontevedra. – (G.).

Seção VI (II da 1ª edição)

Explorações primitivas da costa brasílica.

D. Nuno Manuel em 1501. Vespucci e Solis. Cabos de São Roque e Santo Agostinho. Portos ao sul: Bahia, Rio, São Vicente, Cananeia. Cabo de Santa Maria. Geórgia Austral. Gonçalo Coelho em 1503. Ilha do Fernão de Noronha. Colônias em Cabo Frio e Rio de Janeiro. Carioca. Baía de São Matias. Gonneville, brasileiros. Nau *Bretoa*. Maranhão. Índias. Santa Cruz. Antártica. Mundo Novo, etc. Consequências da partida de Américo. João Dias de Solis. Portugal descuida o Brasil pela Ásia. Feitorias. Um pirata. As Molucas. Fernão de Magalhães. O meridiano da demarcação. Contrato de Saragoça. Origem do nome rio da Prata. O Dourado.

Não sabemos ao certo em que data, do ano de 1500, foi recebida em Lisboa a nova do achamento, por Cabral, das terras de Porto Seguro[1]. Em todo caso alguma demora houve em aprestar-se uma pequena frota, de três caravelas, que foi destinada a reconhecer a qualidade, valor e extensão da nova terra descoberta. Só alcançaram os novos expedicionários a partir em meados de maio do ano seguinte de 1501, antes do regresso de Cabral a Lisboa, vindo a encontrá-lo no porto de Bezenégue (atual Gorée), junto do Cabo Verde.

1 Junho ou julho, supõe Harrisse, *The discovery of North America*, pág. 687. – (G.).

Deveriam porventura contribuir a tanta demora as pretensões do governo de mandar na pequena frota exploradora alguns dos pilotos práticos nas navegações anteriores dos castelhanos a este novo continente, e que esperou chegassem de Sevilha, entrando neste número o florentino Amerigo Vespucci, que acompanhara pouco antes a Hojeda, e em 1497-1498 havia estado em outra grande exploração, desde a costa de Honduras, por todo o golfo mexicano, até a Flórida[2].

Temos também por mui provável que, para ir nesta exploração, se fizeram propostas vantajosas a João Dias de Solis, o *Bofes de Bagaço,* português que se havia passado ao serviço de Castela.

A capitania da nova flotilha foi pelo rei d. Manuel, segundo as conjecturas mais admissíveis, confiada a um de seus favorecidos, d. Nuno Manuel, ao depois guarda-mor e almotacé-mor da sua casa, irmão do seu camareiro-mor d. João Manuel, e ambos filhos de d. João, bispo da Guarda, e de Justa Rodrigues, ama que fora do mesmo rei (I).

A circunstância de não ser um nauta entendido o chefe da expedição fez que, na direção dela, tivesse voto preponderante o mesmo Amerigo Vespucci, que a conduziu a buscar a costa próxima à paragem onde estivera com Hojeda. Assim, depois de aportar em Bezenégue, em África, veio avistar terra, a 16 de agosto, na latitude proximamente de 5°, junto do cabo que, em virtude da festa do calendário nesse dia, recebeu o nome de *São Roque,* com que ainda hoje é designado[3].

---

2 Veja-se o nosso opúsculo: *Le premier voyage de Amerigo Vespucci définitivement expliqué,* etc. Viena, 1869, in-fólio. – (A.).

3 O primeiro ponto a que chegou a armada de 1501 foi, no entender de C. Mendes de Almeida, o cabo dos Marcos, entre as baías Formosa e da Traição, *Revista do Instituto Histórico*, **40**, parte II, 1877, págs. 185-198. Esta opinião parece, entretanto, pouco fundada. Os marcos que deram o nome à localidade

Dois jovens que então desembarcaram, a tratar com os habitantes, ficaram aí vítimas da barbaridade e antropofagia deles. Assim, por este lado, a primeira ruptura e agressão, entre os da terra e os futuros colonizadores, não partiu destes, os quais foram vítimas da traição e a deixaram absolutamente impune.

A esquadrilha seguiu para o sul; e o seu chefe, com o calendário na mão, foi sucessivamente batizando as diferentes paragens da costa, designando à posteridade o dia em que a elas aportava, do modo seguinte:

"a 28 de agosto no cabo de *Santo Agostinho*.

"29 de setembro no rio de *São Miguel.*

"30 do dito no rio de *São Jerônimo*.

"4 de outubro no rio de *São Francisco*.

"21 do dito no rio das *Virgens*.

"1º de novembro na baía de *Todos os Santos*.

"13 de dezembro no rio de *Santa Luzia* (rio Doce?)

---

não procedem da primeira expedição; decerto, são posteriores à divisão do Brasil em capitanias, e neste caso limitavam as de Pero Lopes de Sousa e João de Barros. Outros marcos, separando as terras de Pero Lopes das de Duarte Coelho, existiam junto a Itamaracá. – (C.).

Frei Gaspar da Madre de Deus foi dos nossos cronistas o primeiro que fez o uso de nomearem os navegantes os lugares que iam descobrindo pelos santos do dia, mostrando que do Rio de Janeiro a São Vicente os nomes dados aos diferentes pontos da costa seguiam a ordem do calendário. – *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, págs. 116-119, São Paulo-Rio, 1920. Sobre esse mesmo uso, veja-se Sophus Ruge, *Die Entwickelung der Kartographie von Amerika bis 1570*, pág. 9, Gota, 1892, e Rio Branco, *Second Mémoire*, **1**, pág. 31, Berne, 1899. – (G.).

"21 do dito no cabo de *São Tomé*.

"25 do dito na baía do *Salvador*.

"1º de janeiro (1502) no Rio de Janeiro.

"6 do dito na *Angra dos Reis*.

"20 do dito na ilha de *São Sebastião*.

"22 do dito no porto de *São Vicente*."

A maior parte destes nomes ainda hoje subsiste; e alguns foram, com o andar do tempo, substituídos por outros.

Do porto de São Vicente passou a esquadrilha ao da Cananeia, no qual deixou degredado um bacharel português, que ainda aí vivia trinta anos depois. Propendemos a crer que seria este o bacharel sogro de Gonçalo da Costa, que aí veio a ser encontrado por Cabot (II).

Da Cananeia seguiu a flotilha para o sul até o cabo de *Santa Maria*, ao qual deu então talvez este nome, que pouco tempo depois encontramos dado também ao rio que hoje denominamos da *Prata*; porventura por haverem a ele chegado a 2 de fevereiro, dia da Purificação da Virgem[4]. Apesar de que nesta parte mui pouco explícito seja Vespucci, na sua narração, única que desta viagem nos

---

4 No mapa de Cantino vem marcado e escrito o "cabo de Santa Maria", o que é prova em favor da suposição de Varnhagen. Aquele planisfério, feito em Lisboa antes de 19 de novembro de 1502, data da carta de Alberto Cantino a Hércules d'Este, duque de Ferrara, avisando-o da remessa (publicada por Harrisse, *The discovery of North America*, pág. 43), devia ter recebido inspirações de algum dos companheiros de expedição de André Gonçalves (?) e Amerigo Vespucci, ali aportados a 22 de julho do mesmo ano. – Conf. Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, págs. 83-84, da ed. de 1946. – (G.).

Fac-símile de outra página de fragmento das Instruções a Pedro Álvares Cabral.

A popa fazerem seu caminho pelo sul
E se ouuerem de guynar seja sobre
ha bamda do sudueste E tanto que
neles deer o vento escasso deuem hyr
na volta do mar ate meterem o cabo de
bõoa esperança em leste franco
E dy em diante nauegarem segundo
lhe serujr o tenpo e mais ganharem
porque como forem na dyta parajeem
nom lhe myngoara tenpo com ajuda de noso senhor
com que cobrem o dito cabo E per
esta maneira lhe parece que a nauegaçam
sera mais breue e os nauyos mais
seguros do bussano e jsso mesmo os
mantymentos se teem mjlhor e a jente
yraa mais sãa

e ouue que se deue
dar marcas
domde se facam
os caminhos pera os
nauios que se asy
perderem e que jsto
se fara com muy
booa pratica de
todolos pilotos que

E se for caso que nosso senhor nam queyra que
allguum destes nauyos se perca do
capitam deuesse de ter de loo   de loo
quanto poder por aver o cabo e hir se
a agoada de sam bras E se for
hy primeiro que ho capitam deue se
damarar muy beem e esperallo
porque he necessario que ho capitam moor
vaa hy pera tomar sua agoa pera
que dy em diante nam tenha que
fazer com ha terra mas aRedar se
della ate monçenbique por saude da
jente e nam ter nella que fazer

E se for caso que o capitam moor venha
primeiro a esta agoada que ho tal nauyo
ou naujos que se delle perder

Versão paleográfica do fac-símile da página anterior.

resta, entendemos que, ao chegarem a esse cabo, imaginaram que aí acabava este continente.

Em todo caso, diz-nos Vespucci que, esmorecendo o chefe, entregara à sua responsabilidade a futura direção da viagem; pelo que ele, depois de prover como pôde as caravelas do necessário, partiu daí no dia 15 de fevereiro (1502) e, tomando, à ventura, o rumo de sueste, ao cabo de cinquenta dias de navegação, no dia 7 de abril, descobriu e depois costeou uma inóspita e grande terra, que não pode ter sido outra senão a ilha hoje denominada *Geórgia Austral*[5], segundo a apelidou Cook ao visitá-la, em janeiro de 1772, julgando descobri-la então, sendo certo que, além de descoberta por Vespucci, desta vez em 1502, havia ela já sido visitada (justamente um século antes de Cook) em 1675, por Antônio Rocha, vindo de Chiloe; pelo que a denominaram, algum tempo, *ilha Grande de Rocha*[6].

Destas plagas inóspitas e tempestuosas, cobertas de névoas e onde as noites eram mui grandes, resolveu Vespucci regressar a Portugal; e tomando rumo em direitura à Serra Leoa, e daí aos Açores, veio entrar em Lisboa, no dia 7 de setembro, com duas caravelas, havendo-se resolvido queimar a outra em Serra Leoa[7].

---

5 Henry Vignaud, *Améric Vespuce, ses voyages*, etc., pág. 95, cita, em contrário à hipótese do autor, a opinião de Bougainville, que acreditava tratar-se das ilhas Maloínas, mais próximas do estreito de Magalhães, em vez da Geórgia Austral, que se encontra a 54°30’ da latitude sul. Entretanto, ajunta, Luigi Hugues, *Il terzo viaggio*, Firenza, 1898, pág. 28, adotou o critério de Varnhagen. – (G.).

6 Veja-se o “Diário Náutico” do mesmo Rocha na *Descripción Geographica y Derrotero de la Region Austral Magallanica* por d. Francisco de Seixas y Lovera. Madri 1690, in-4. – (A.).

7 A armada chegou a Portugal em 22 de julho de 1502 (*Raccolta Colombiana*, parte 3ª, **1**, pág. 91). – (C.).

As informações dadas por estes exploradores foram pouco favoráveis a uma tão grande extensão de terra; e o próprio Vespucci no-lo confirma, na carta que escreveu ao gonfaloneiro de Florença Pedro Soderini, seu antigo condiscípulo, e que corre impressa; não hesitando em assegurar-lhe que na terra não havia metais alguns, nem mercadoria de aproveitar-se, mais que canafístula e o lenho de tinturaria.

Em presença de tais informações, a Coroa limitou-se a abandonar a mesma terra à mercê dos especuladores particulares, os quais à porfia começaram a vir a estes portos, principalmente a buscar tão produtivas cargas do tal novo pau-brasil, a ponto que dele veio a tomar o nome toda a região. Um desses especuladores deve haver sido Fernão de Noronha, o qual, provavelmente pelo São João de 1503, descobriu a ilha a que então deu o nome deste santo, e hoje é conhecida pelo próprio do descobridor, que foi também o primeiro donatário dela (III).

Ao abandonar, porém, a Coroa à especulação particular o tirar proveito da terra, concentrou os seus cuidados em preparar uma nova expedição mais considerável, para seguir da extrema meridional deste novo continente (que então julgaria terminar-se no cabo de Santa Maria) até as plagas orientais da Ásia, donde já se sabia que provinham as especiarias, e às quais se contava chegar com mais facilidade seguindo pelo poente. Era um regresso às ideias de Toscanelli, ensaiadas por Colombo e depois realizadas por Fernão de Magalhães.

Organizou-se, pois, uma frota de seis navios, equipados provavelmente alguns por conta de armadores particulares; e o porto de Malaca, que na frase de João de Barros (I, 8, 1) era então "empório e feira universal do Oriente", foi designado como o a que ela devia dirigir-se. Já antes de partir, Vespucci escrevia ao seu antigo patrão

Lorenzo de Pier Francesco dei Médici que contava ir breve "ao levante, passando pelo sul"[8].

O comando desta importante expedição foi confiado a um nauta mais experimentado. Tal era Gonçalo Coelho, que já no tempo de d. João II encontramos a comandar um navio, indo em 1488 a Senegâmbia, e conduzindo daqui um rei preto a Portugal. Amerigo Vespucci o acompanhou feito capitão de um dos navios; e temos por mui provável que, na mesma esquadra, se embarcassem João Dias de Solis, e porventura também João Lopes Carvalho e João de Lisboa[9,] que, anos depois, aparecem como práticos e conhecedores destas paragens.

Os novos expedicionários não chegaram a partir senão em meados de 1503; e depois de refrescarem na ilha de Santiago, principal das de Cabo Verde, se encontraram, a 10 de agosto[10], em presença de outra ilha deles desconhecida, a qual era a mesma que, poucos

---

8 "*Versus meridiem, a latere orientis... per ventum qui africus dicit*ur", se lê na tradução latina que dessa carta foi então publicada, feita pelo veronês Giocondo. – (A.).

9 João de Lisboa, segundo Gaspar Correia, descobriu o cabo de Santa Maria no ano de 1514 (*Lendas das Índias*, **2**, 628). Essa viagem parece a mesma da armada de d. Nuno Manuel. Segundo o autor, na 1ª edição, **1**, 436, João de Lisboa chegou a piloto-mor em Portugal; em 1534 era falecido e pedia seu lugar Heitor Coimbra, que estava na Índia. – (C.).

Clemente Brandenburger, na *Nova gazeta da terra do Brasil*, São Paulo, 1922, chegou a idênticas conclusões, que fundamentou com sólidos argumentos. Na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, págs. 357-361, o sr. F. M. Esteves Pereira compendiou excelentes informações sobre João de Lisboa. – (G.).

10 No *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, vem indicada uma ilha de São Lourenço, orago do dia 10 de agosto. – (C.).

dias antes, havia sido encontrada por Fernão de Noronha, como dissemos, e que ainda hoje leva este nome.

Em um cachopo próximo desta ilha naufragou a nau chefe; de modo que Gonçalo Coelho teve que passar com a demais tripulação a outro navio. Este triste acontecimento foi causa de se desmembrar desde logo a mesma esquadra, separando-se o navio de Vespucci e mais outro dos três companheiros, os quais, provavelmente, prosseguiram junto às ordens do dito chefe Gonçalo Coelho.

O navio de Vespucci e o que se lhe agregou fizeram rumo para a Bahia, paragem descoberta na viagem anterior, e que fora antes assinalada como ponto de junção, em caso de esgarramento.

Depois de haverem ambos esperado em vão na mesma Bahia, durante dois meses e quatro dias, sem que chegasse nenhum dos outros, assentaram de prosseguir por sua conta, esperançados porventura de ainda encontrarem os demais, ou de tomarem em outros portos alguma carga, com que indenizassem em parte os gastos da viagem.

Nesta conformidade, seguiram para o sul e foram entrando em diferentes portos até chegarem ao de Cabo Frio. Havendo aqui feito boa carga de pau-brasil, resolveram regressar com ela a Portugal, deixando no mesmo cabo estabelecida uma pequena feitoria, guarnecida de vinte e quatro homens[11]; tendo Vespucci, antes de partir, efetuado uma excursão pela terra dentro, na distância de umas quarenta léguas.

---

11 Os novos argumentos apresentados na obra *Amerigo Vespucci* confirmaram-se em 1868 à vista do *Islari*o de Santa Cruz, MS. da Bibl. I de Viena. Veja a nossa mem. *Dell'Importanza*, etc., imp. pela Acad. I. das C. de Viena. – (A.) – O exemplar do *Islario*, pertencente à Bibl. de Viena, foi reproduzido com introdução crítica pelo dr. Franz R. von Wiesser, Innsbruck, 1908. – (G.).

Os dois navios vieram a aportar a Lisboa aos 18 de junho de 1504. E, um mês depois, em 16 de julho, aí entrava igualmente, "vinda do Brasil", a nau de Rui Mendes. Não podemos supor que fosse esta outra desgarrada da mesma expedição; pois tal circunstância não deixaria de ser contemplada pelo dito Vespucci, na carta que, em 4 de setembro, dirigiu ao seu compatriota Soderini, quando ainda nenhumas notícias havia de Gonçalo Coelho, o qual o mesmo Vespucci julgava perdido (segundo ele) "para castigo de sua muita soberba".

Não sucedia, porém, assim. Gonçalo Coelho havia também seguido para o sul e, segundo revelações deduzidas de alguns antigos portulanos[12], se recolhera nada menos que à baía do Rio de Janeiro, e aí assentara em terra um arraial, onde não tardaria em ter, pelos próprios selvagens, notícias da existência do outro deixado em Cabo Frio. Algumas suspeitas levam-nos até a supor que esse primitivo arraial ou alojamento teve lugar junto do riacho que daí tomou o nome de *Carioca* (casa do branco), e foi nele que foram sacrificados à brutalidade dos bárbaros os dois religiosos arrábidos, que dos arquivos da província constava[13] haverem passado a estas regiões em 1503.

---

12 Veja *Nouvelles Recherches*, etc. (acerca de Amerigo Vespucci). – (A.).
O autor funda-se na interpretação que Joaquim Caetano dá do dizer *Penachulo detetio*, encontrado em cartas contemporâneas, de que a mais antiga parece a de Canério, desenhada no começo da primeira década. Essa opinião, no dizer de Wieser, *Magalhãesstrasse*, Innsbruck, 1882, tem contra si motivos paleográficos; Rio Branco, *Esquise de l'histoire du Brésil*, combate-a igualmente por considerações linguísticas. – (C.).

13 Veja o período da *Crôn. da Arrábida*, por frei Antônio da Piedade, pág. 1ª, Liv. 3, cap. 40, nº 603. Não cremos hoje provável que em 1503 estivessem em Porto Seguro. – Em carta escrita de Porto Seguro em 6 de janeiro de 1550 assevera o padre Manuel da Nóbrega: "Entre esses [tupiniquins de Ilhéus ou Porto Seguro] há cerca de 20 ou 30 cristãos e alguns que foram batizados por certos padres que mandou a boa memória d'el-rei d. Manuel a este país, os

Cremos também que a demora de Gonçalo Coelho nestas plagas seria de dois a três anos, que mandou explorar a costa do sul até a baía de São Matias; que regressaram os exploradores, sem persistir mais em busca da passagem, com que contavam para seguir, por esse lado, até Malaca; e que finalmente era da sua expedição a nau de que se trata em uma relação ou gazeta (IV) que por esse tempo se publicou, com muitas notícias destas paragens, e até das grandes riquezas e metais de um país (o Peru) nas cabeceiras do Prata.

Julgamos de tal importância alguns períodos dessa relação ou gazeta (que supomos haver sido escrita em Lisboa por um estrangeiro e publicada por primeira vez em 1506) que nos não é possível deixar de os transcrever aqui integralmente. Depois de dar conta de como um navio recolhera, no dia 12 de outubro, falto de mantimentos, prossegue o autor:

> Tendo chegado à altura de quarenta graus, viram como o Brasil concluía por um cabo que se prolonga pelo mar: e ao montá-lo acharam que a terra, como no Meio-Dia da Europa, se dirigia de leste a oeste. É como se ao passar o estreito de Gibraltar, se prosseguisse pela costa de Barbéria. Quando teriam andado umas sessenta léguas além do cabo, acharam-se com terra firme do outro lado, e tiveram que dirigir-se para o noroeste; mas veio-lhes tal tormenta que não puderam continuar.
>
> Obrigados pelos ventos tiveram que regressar para o Brasil (Presill). O piloto que dirigia este barco, meu íntimo amigo, é o mais célebre de quantos pilotos tem el-rei de Portugal. Tem feito várias

---

quais padres foram mortos por culpa dos mesmos cristãos, segundo ouvi." – *Cartas*, ed. Vale Cabral, 77. – (C.).

viagens à Índia; e me assegurou que, segundo seu cálculo, não pode haver mais de seiscentas léguas de distância, desde o dito cabo do Brasil, que se deve considerar o princípio deste país, até Malaca. Diz também que, dentro em pouco, no comércio da especiaria, o rei de Portugal ganhará muito em aproveitar-se desta nova rota para a navegação entre Lisboa e Malaca, terra esta para a qual, segundo ele, a costa do Brasil se ia afeiçoando.

Regressando ao Brasil os nossos viajantes descobriram belíssimos rios e portos de fácil entrada, e um país tanto mais povoado quanto mais se aproxima do cabo. Os habitantes são de boa índole, sem leis nem reis; e só obedecem aos mais anciãos. Têm sempre guerras, mas não se devoram uns aos outros, como no Brasil: matam, porém, aos prisioneiros sem remissão. A sua língua difere da do Brasil inferior. Notam-se nesta gente reminiscências de são Tomé, e os moradores pretenderam mostrar aos portugueses, pela terra dentro, as suas pegadas...

Os naturais carecem de ferro, e dão, como no Brasil, por um machado quanto possuem. Também tereis satisfação em saber que os viajantes anunciam haver obtido na embocadura de um rio[14] que fica na distância de duzentas léguas aquém do cabo para a Europa, notícias da existência pelos sertões de muita prata, ouro e cobre. Asseguram até que o capitão do outro navio trará ao rei de Portugal um machado de prata. Os naturais os têm de pedra. Trazem também um metal[15] da cor do latão, que não

14 Indubitavelmente o rio da Prata, o que serve a confirmar a estada na baía de São Matias. – (A.). – Segundo Haebler a viagem descrita na gazeta alemã e realizada de 1513 a 1514 não deitou tão longe: perlongou, porém, bastante a costa da Patagônia e dela trouxe a nova de montes nevados a oeste. – (C.).

15 Parece aludir a simples amostras de algum mineral, não a instrumento fabricado, ainda que também do Peru poderia ter vindo algum de bronze, como

se oxida; ignora-se que metal seja, quiçá ouro de baixo quilate. Ouviram falar de um povo das serras, rico de armaduras feitas de chapas de ouro, mui delgadas, que os combatentes levam sobre o peito e na testa. O capitão traz consigo um morador do país, o qual quis absolutamente ver o rei de Portugal, e dizer-lhe como se oferece a trazer-lhe tanto ouro e prata que apenas o poderão carregar seus navios.

Os moradores da costa disseram que, de quando em quando, aí chegavam outros navios, cujas tripulações se vestiam como os nossos, e tinham quase todos a barba ruiva. Os portugueses creem por estes sinais serem franceses...

Deste modo ficaram ainda perdidos e malogrados para o Estado os gastos feitos com esta segunda expedição; o que daria ao governo poucos estímulos para empenhar-se tão depressa em outros novos, sem nenhuma esperança de resultados profícuos.

Entretanto, não deixaram de aportar nesta costa, como era natural, os navios das primeiras armadas que se dirigiam à Índia, tais como das comandadas por Afonso de Albuquerque, pelo almirante Gama, por Tristão da Cunha, e mui provavelmente também, antes destes, os de João da Nova[16]. De nenhuma dessas frotas consta ao certo os portos em que entraram, nem o número de dias que neles se demoraram, nem os colonos que, contrariados ou por vontade própria, foram por elas deixados em terra. Pela tradição sabemos que

---

machado ou cunha de prata. Os pirites de ferro, tão comuns, são amarelos cor de latão e não se oxidam facilmente. – (A.).

16 Segundo Hümmerich, op. et loc. cit. (nota 23, seção V), a ilha da Trindade foi descoberta, a 18 de maio de 1502, pela esquadra de Estêvão da Gama, companheiro de d. Vasco na segunda expedição à Índia. – (C.).

o porto geralmente frequentado pelas naus da Índia era o de Santa Cruz, ao norte de Porto Seguro, e de mais fundo que este. Também, desde os primeiros anos, alguns navios franceses, principalmente de Honfleur, trazendo consigo portugueses práticos destas viagens, começaram a frequentar o nosso litoral; e disso foi informado Portugal ao regressar a gente de Gonçalo Coelho em 1506. De um deles chamado *Espoir*, do porto de Honfleur, de cento e vinte toneladas, tendo por capitão Binot Paulmier de Gonneville, temos notícia circunstanciada, de cuja autenticidade não é possível duvidar-se. Partindo, com destino para a Índia Oriental, em meado de 1503, veio a arribar a estas costas; primeiro, ao que parece, entre os *carijós* do sul, e segunda vez ao norte do trópico, entre os ferozes *tupinambás*, já visitados pelos europeus, talvez nas imediações de Cabo Frio (V): e depois, cem léguas mais ao norte, porventura nas imediações de Porto Seguro, entre os mansos *tupiniquins*, avistando finalmente, no regresso à Europa, a ilha de Fernão de Noronha. Iam a bordo dois portugueses – Bastião de Moura e Diogo de Coito (Cohinto).

Toda a costa, desde o cabo de São Roque para o sul, começou a ser visitada por um grande número de navios de especuladores, vindos em busca do novo pau-brasil, que se vendia com grande vantagem. Os que se dedicavam a esse tráfico começaram a ser chamados *brasileiros*, do mesmo modo que se dizem *baleeiros* os que vão à pesca das baleias, e que se chamaram *negreiros* aos que se ocupavam do tráfico dos africanos negros, e que algum dia se disseram *pimenteiros* os que andavam traficando em pimenta[17]. Tal

17 Alvará de 18 de março de 1621. O nome de mineiros, aos de Minas, veio a derivar do mesmo princípio. Na ilha de Cuba ainda designam por *Chineros*

foi [em nosso entender (na 1ª edição)] a origem de se haver adotado este nome em português, e de não nos chamarmos *brasilenses* ou *brasilienses*, como inquestionavelmente mais em regra nos apelidam outras nações[18]. Para os selvagens introduziram os jesuítas a palavra *brasis*: mas esta denominação, tão apropriada e lacônica, caiu em desuso, suplantada pela mais seguida, bem que inexata, de *índios*; da qual, com preferência à de *indígenas,* igualmente inexata, e menos usada, nos servimos nesta História. E afirmamos ser menos exata a expressão *indígenas*, porque as gentes que possuíam, ou antes percorriam o território, eram apenas as últimas invasoras dele. Quanto ao nome de índios, já admitido como dissemos nas conquistas dos castelhanos, não fora hoje fácil explicar por que forma se introduziu e se fez tão familiar por toda a nossa costa; cremos, porém, que não é possível pôr em dúvida que foi dos mesmos castelhanos que o recebemos e adotamos. Aos navegadores da verdadeira Índia não ocorreria por certo tal nome[19].

O trato e o uso familiar fizeram, pois, que o nome do lenho lucrativo suplantasse o do lenho sagrado; e a designação do país por *Terra de Santa Cruz* apenas hoje se pode empregar na poesia ou no estilo elevado, havendo sido baldados os esforços dos que, esquecidos de quão justos e consequentes são os povos na preferência das denominações, quiseram restaurar o antigo nome, para justificar o qual tão pouco havia concorrido o governo, que só cuidava de

---

os que se empregam no tráfego de *Coolis*. – (A.). – *Coolis*: trabalhadores asiáticos (semiescravos).

18 Franc. *Brésilien*; ingl. *Brazilian*; alem. *Brasilianer*; cast. *Brasileño*; etc. – (A.).

19 Algum tempo os portugueses chamaram-nos de preferência negros. – (C.).

arrematar a quem mais dava o *tráfico do brasil*. Os contratadores ou arrendatários mandavam por sua conta naus a esta *Terra do brasil*. Duma de tais naus, de que eram armadores Bartolomeu Marchioni, Benedito Morelli, Francisco Martins e o mesmo Fernão de Noronha, de quem fizemos menção, e que a princípio fora contratador único, se conserva o regimento dado ao seu capitão Cristóvão Pires, e o original do roteiro da viagem até o porto do Cabo Frio. A nau chamava-se *Bretoa*[20], naturalmente porque nos estaleiros da Bretanha fora construída[21]. Era piloto João Lopes Carvalho, ao depois companheiro de Fernão de Magalhães na primeira navegação em redor do globo. Duarte Fernandes vinha por escrivão, e de sua letra é o livro[22] inédito que encontramos, e demos à luz, do qual consta que a viagem redonda da *Bretoa* durou oito meses, contados do dia da partida. Consta igualmente que existia na ilha da enseada de Cabo Frio uma

---

20 Em 1502 havia em Portugal uma nau chamada *Bretoa*, como se vê em Gaspar Correia, *Lendas das Índias*, **1**, 269. – (C.).

21 Partiu-se [Magalhães] das Canárias de Tenerife e foi demandar o Cabo Verde, donde atravessou a costa do Brasil e foi entrar em um rio que se chama Janeiro. Ia por piloto-mor um português chamado João Lopes Carvalhinho, o qual neste rio já estivera e levou um filho que aí fizera em uma mulher da terra, e daqui foram navegando até chegarem ao cabo de Santa Maria. – Gaspar Correia, *Lendas das Índias*, **2**, 628. – (C.). – Pigaffeta informa que João Lopes Carvalho, "nosso piloto", passara quatro anos no Brasil; foi quem lhe referiu os hábitos de antropofagia dos indígenas. Joan Lopes Caraballo, português, embarcou como piloto na nau *Concepción*. Navarrete, *Col. de los viajes*, **4**, 17. – (G.).

22 "Llyuro da naoo bertoa que vay para a terra do brazyll... que partio deste porto de Lix.ª a 22 de feu.º de 511", etc. – Veja este doc. na nota 13 da 1ª ed., desta obra, e reimpresso, juntamente com a 4ª edição do *Diário de Pero Lopes de Sousa*, Rio de Janeiro, 1868, in-8º. – (A.).

Saiu também na *Corografia histórica*, de Melo Morais, muito incorretamente, e na *Revista do Instituto*, **24**, Rio, 1861; em fac-símile vem a primeira página reproduzida na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II,** pág. 335, e em apêndice, págs. 343-347, todo o documento. – (G.).

feitoria portuguesa, e provavelmente seria a mesma que, em 1504, aí havia deixado fundada Amerigo Vespucci, segundo vimos. Os da tripulação não podiam passar dessa ilha para o continente, a fim de não se deixarem ficar nele "como algumas vezes haviam feito". Recomendava o regimento que fossem os da terra bem tratados, não se levando deles nenhum para a Europa; ainda que para isso se oferecessem; porque, quando na ausência faleciam, cuidavam os outros que alguém os matara, para os devorar, "segundo entre eles se costuma". Apesar desta recomendação, importante por nos denunciar a política do governo acerca dos índios, a *Bretoa*, com a carga de cinco mil toros de brasil e alguns animais e pássaros vivos, levou para a Europa trinta e tantos cativos. Em vista das recomendações terminantes de que fizemos menção, devemos crer que seriam legitimamente *resgatados* de algum outro cativeiro não cristão, segundo o que se praticava em África, donde veio chamarem-se de resgate os artigos, tais como facas, machados, espelhos, cascavéis e avelórios, que nos escambos se empregavam. Assim não há dúvida que alguns índios eram então levados a Portugal[23], e o escritor Damião de Góis nos dá fé de haverem sido vários apresentados a el-rei d. Manuel e até o comprova, mencionando que era então contratador do pau-brasil Jorge Lopes Bixorda[24]; nome que depois encontramos

23 A *Nova gazeta da terra do brasil*, de 1514, diz que os índios estavam sempre dispostos a embarcar, porque pensavam que iam para o Céu. – (C.).

24 Deste Jorge Lopes Bixorda, ou de outro de igual nome, vindo da Índia em companhia do vice-rei d. Francisco de Almeida, combatente na escaramuça trágica da aguada de Saldanha, escreve João de Barros, *Déc.* 2ª, III, 9: "... e entre muitas feridas a mais notável foi de Jorge Lopes Bixorda armador da nau *Santa Cruz*, o qual de uma pedrada ficou com o casco metido por dentro de maneira, que na comissura poderiam meter um ovo; e tirado aquele casco quebrado, estavam-lhe palpitando os miolos de baixo, e não havendo com

envolvido entre os dos armadores e navegantes que em França se queixavam contra certas piratarias. Dos nossos gêneros, além de brasil, levavam também muitos navios peles de animais, algodão e a pimenta da terra, que começou a fazer concorrência à *malagueta* da costa da Mina. O pau-brasil se vendia na Europa na razão de um a dois ducados por arroba.

Pelo que respeita à primitiva exploração das costas do norte, além do cabo de São Roque, por navios de Portugal, as notícias são mais vagas e escassas[25]. Sabemos somente que andou explorando a costa, por essas bandas, o piloto João de Lisboa e que deu até o seu nome a um dos rios aquém do Maranhão; porém não nos consta em que ano. Sabemos também, por um documento de 1514[26], que, algum tempo antes, percorrera parte da costa, supomos que desse lado, um João Coelho, das Portas da Cruz em Lisboa, e que os índios haviam morto o arauto Diogo Ribeiro, que, com alvará régio, andava a descobrir. Em todo caso, é indubitável que também por essas bandas começaram a navegar alguns navios de Portugal. Como, porém, se limitavam a traficar nas imediações das paragens onde aportavam, e não se propunham a explorar e correr toda essa costa, tanto em

---

que o curar em a nau, acertou de pôr uma galinha sua um ovo, e uma negra pariu, com o leite da qual, e os ovos, que a galinha pôs, enquanto houve necessidade, foi curado". – (C.).

25 Já em outubro de 1501 era sabido em Portugal que as terras do norte cobertas de neve e de gelo estavam contíguas às Antilhas e à Terra dos Papagaios novamente achadas (*credeno conjungersi con le Andilie e con la Terra di Papaga noviter trovata*). – Conf. Alexandre de Humboldt, *Examen critique de l'Histoire de la Géographie du Nouveau Continent*, **IV**, págs. 262-263, Paris, 1837. – (G.).

26 Carta de Estêvão Fróis a d. Manuel, escrita da ilha de São Domingos, em 30 de julho de 1514. – Veja nota XI da seção V. – (G.).

Portugal como em Castela, estiveram por algum tempo na crença de que não havia, por aí, mais que um único grande rio, entrando pela terra dentro; pois os que reconheciam o verdadeiro Maranhão não conheciam o Amazonas atual, e vice-versa; donde se originou confusão acerca destes dois rios, vindo ambos a ser designados com o nome de Maranhão; de modo que o próprio Pinzón, descobridor não do verdadeiro Maranhão, descoberto por Lepe, mas, sim, da boca o grande rio de Santa Maria do *Mar Doce*, ou atual Amazonas, não duvidou assegurar a Oviedo haver ele sido o descobridor do *Marañón;* e mais tarde Orellana, baixando o mesmo Amazonas, não teve forças para fazer acreditar que não era o Marañón o rio por que baixara (Herrera, VI, 9, 6); e, para voltar ao mesmo rio, chegava a desejar pilotos portugueses; "porque eram os únicos conhecedores da costa que continuamente navegavam".

Amerigo Vespucci, que (com Hojeda) acompanhara a primeira das três expedições que correram para loeste a parte setentrional da nossa costa, e que depois visitou por duas vezes o litoral, desde o cabo de São Roque para o sul, foi naturalmente o primeiro europeu que navegou por toda a extensão da fronteira marítima do atual império do Brasil, e foi também o primeiro que por si próprio se inteirou da grande extensão continental que hoje se chama América do Sul, e que sem injustiça se poderia chamar *América*, como os geógrafos, estranhos à Espanha e à pátria daquele navegador, propuseram; pois que só ao continente austral se referia a indicação que, em 1507, fez a esse respeito, animado pela grande voga que havia adquirido o nome de Amerigo Vespucci (em consequência das muitas edições até então publicadas da tradução latina de uma carta sua ao seu antigo patrão Lorenzo de Pier Francesco dei Médici, a respeito da viagem em 1501-1502, em que lhe assegurava haver

explorado um novo continente), o alemão Martim Waldseemüller (pseudônimo *Hylacomilus*), indicação logo adotada por Watt (Vadianus), por Schöner, por Pedro Margalho[27], por Benewitz (Apianus) e outros geógrafos[28] do 16º século.

O mesmo Amerigo Vespucci, de simples sócio de uma casa de comércio que era, chegou, por sua habilidade e aplicação, a cosmógrafo ou a engenheiro geógrafo, como hoje diríamos; e, no sentir do grande Colombo, que se mostra seu amigo, era homem honrado. Não vemos, pois, justas razões para nos conspirarmos tanto contra o nome que o uso adotou, no intento de designar a vigorosa companheira da bela Europa, da Ásia opulenta e da adusta África. Os que se rebelam, clamando contra a injustiça deste nome e acusando a memória do homem inteligente e ativo, que prestou importantes serviços à civilização, cometem nesse mesmo ato de rebeldia outra injustiça; e, quando querem que os contemporâneos conquistem o nome de *Colômbia* para a quarta parte da Terra, propõem, não diremos com alguns que uma utopia, mas quem sabe se uma nova injustiça. O nome dado àquelas terras pelo ousado genovês foi o de Índias, ao qual Castela acrescentou depois a qualificação de *Ocidentais*. E a designação de Índias Ocidentais nos perpetuaria melhor a obra de Colombo e o seu gênio perseverante numa grande ideia, e lembraria continuamente à humanidade como deve ela respeitar o engenho, ainda em seus grandes erros; porquanto deste se pode

---

27 *Phisices Compendium*, Salamantice, 1520. "*Prima est Asia secunda Africa et tertia Europa... addenda tamen veteribus incognita America a Vesputio inuenta que occidentem versus*", etc. – (A.).

28 Veja-se o nosso trabalho, *Jo. Schoener e P. Benewitz (Apianus),* etc., Viena 1872; e *Rev. do Inst.*, **35**, parte 2ª, págs. 171 e segs. – (A.).

tanto chegar à verdade como ao conhecimento dela se chega, nas ciências exatas, partindo às vezes de hipóteses gratuitas.

O célebre cronista da Ásia, João de Barros, ideou, segundo entendemos, ainda no século XVI, aplicar por ampliação a todo o continente o nome "Santa Cruz", que pretendia essencialmente fazer prevalecer para o Brasil. A denominação de *América* acha-se hoje, quase com exclusão, absorvida pelos Estados Unidos do Norte, nem que a seu lado se eliminassem todas as outras nações de aquém do Atlântico, máxime as que constituímos verdadeiramente, na parte austral, outro continente da Terra, para o qual já havia no século XVI quem mais apropriadamente propunha a denominação de *Antártica*, ideia que foi realizada com pequena alteração ao nomear-se a Austrália. E talvez dia virá em que algum geógrafo de autoridade, reconhecendo que a atualmente chamada quarta parte da Terra se compõe de dois continentes distintos, mais marcados que o é da África a Ásia, ou desta a Europa, se resolva a propor que a Austrália seja o sexto continente, passando ao quinto ou quarto lugar a nossa *Antártica*; já com este nome ou com o de *Atlântica* ou algum outro.

As designações de *Mundo Novo* e de *Novo Orbe* e até de *Novo Continente* caem em desuso, por sua própria inexatidão; mas não deixaremos de empregá-las nesta história.

O governo solicitara de Roma o reconhecimento dos seus direitos e do tratado de Tordesilhas; o que teve lugar pela bula de Júlio II, de 24 de janeiro[29] de 1506. O rei não se dignou acrescentar,

---

29 Kal. Feb. *Prov. da Hist. Gen.*, II, nº 22, págs. 106 e 107. – (A.). – Veja nota 17, seção V. – (G.).

aos títulos de seu ditado, algum novo pelo país de maior extensão e melhor clima que o de Guiné, donde se gloriava de se chamar senhor: mas hoje possuímos dados que nos comprovam como, durante o seu reinado, algumas providências tomou para fazer colonizar o Brasil. Sabemos que em 1516 ordenou, por um alvará, ao feitor e oficiais da Casa da Índia que dessem "machados e enxadas e toda a mais ferramenta às pessoas que fossem a povoar o Brasil"; e que, por outro alvará, ordenou ao mesmo feitor e oficiais que "procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar; e que se lhe desse sua ajuda de custo, e também todo o cobre e ferro e mais coisas necessárias" para a fatura do dito engenho[30].

Segundo as bulas de que anteriormente fizemos menção, as terras do Brasil foram a princípio consideradas da Ordem de Cristo, e por conseguinte espiritualmente declaradas sujeitas ao vigário de Tomar, que, como delegado do papa, tinha jurisdição episcopal em todas as igrejas *nullius diocesis* da Ordem de Cristo. Por uma bula de Leão X, de 7 de junho de 1514[31], foi concedido a el-rei d. Manuel

---

30 O primeiro destes alvarás se achava registrado no *Livro das reformações da Casa da Índia*, à fl. 25, v., e o 2º à fl. 42 do *Livro da Mina*, segundo consta de uma certidão, passada a 26 de outubro de 1757, pelo competente provedor Bernardo de Almeida Castro e Noronha, e escrivão Caetano Cordeiro Fialho, a qual temos presente, em pública forma de 17 de novembro do mesmo ano. – (A.).

A propósito destas providências de d. Manuel, sugere o sr. F. M. Esteves Pereira, *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, pág. 381, nota, que poderiam ter elas alguma relação com a expedição de Cristóvão Jaques, e indaga se não teria derivado desta viagem o nome de Cristóvão Jaques dado a uma ilha na foz do rio da Prata pelo cartógrafo Diogo Ribeiro, em seu mapa de 1529. – As conjeturas são verossímeis. – (G.).

31 *Dum fucei constantiam*, etc. Sousa, Pr. II, nº 42, pág. 217. – (A.).

o direito do padroado e apresentação das igrejas e benefícios nas terras ao sul do cabo de Bojador; e continuaria o espiritual sujeito à mesma ordem de Cristo, se por outra bula, de 12 de junho do mesmo ano[32], não houvesse sido criado, para as ditas terras, o bispado do Funchal, reduzindo-se a catedral a colegiada que havia nessa cidade. Assim o bispado do Funchal foi o primeiro a que, depois da vigairaria de Tomar, se consideraram espiritualmente sujeitos os primeiros colonos e índios cristãos do Brasil.

A notícia de como o Brasil podia ir entestar em grande extensão com domínios que deviam ser de Castela produziu, entretanto, neste último reino, e com toda a razão, ciúmes e cuidados. Foi por isso mandado a Lisboa o cosmógrafo Juan de la Cosa, de quem acima fizemos lembrança. A algumas providências tomadas talvez em Lisboa por Cosa nesta missão, e à falta de prêmios e de novos incentivos a Amerigo, da parte de Portugal, há que atribuir o seu regresso para Castela[33], o que foi nocivo tanto ao mesmo Portugal como ao progresso da civilização do Brasil. Provavelmente levou consigo as cartas geográficas que havia levantado; e naturalizado em Espanha, e aí promovido a um cargo de importância, devia, como homem de bem que era, cuidar de servir com lealdade a nação que assim o acolhia e nele tanto confiava. Portugal perdeu um servidor ativo, de muito préstimo e de grandes espíritos, cuja presença houvera decerto contribuído a auxiliar a memória dos estadistas que

32 *Pro excellente proeminenti*, Sousa, Pr. II, nº 56, pág. 259. – (A.).

33 Desde sua primeira viagem, Vespucci ficara descontente com Portugal, como atesta Rondinelli, na carta citada em outra nota; depois da segunda é provável que fosse despedido do serviço português pelo comportamento pouco correto com os companheiros. Não é impossível que tivesse fugido para evitar qualquer castigo. – (C.).

influíam no governo, a fim de não deixarem em abandono, como quase deixaram, um país tão rico, e cujas cenas grandiosas não se apagam jamais da retentiva do mortal, cujos olhos viram uma só vez tantas maravilhas da criação.

Entrando Vespucci de novo ao serviço de Castela, figura-se-nos como mais que provável, em presença de certos indícios e induções, por nós em outra ocasião[34] oferecidos, que inda fizesse mais duas viagens, ambas para as bandas do golfo de Urabá. O que não há dúvida é que o governo português, com a ideia de atrair a si mais pilotos, e porventura outra vez o próprio Vespucci, despachou para a Andaluzia a Alonso Álvares, o qual chegou a entrar em tratos com o piloto Juan Barbero, adiantando-lhe até vinte ducados. Porém, sendo tais planos descobertos, o dito Alonso Álvares foi preso, e o rei d. Fernando resolveu que um Alonso de la Puente passasse logo a Portugal, a representar contra semelhantes tentativas de sedução[35].

Mas a Espanha, ou para melhor dizer Castela, mal podia bastar com gente e atividade para tantas terras que se povoavam ao norte da equinocial, e não era possível que sem algum grande impulso divergisse a sua atenção para este outro lado.

Falecendo, porém, Amerigo Vespucci em 1512, sucedeu-lhe no posto de piloto-mor o mencionado João Díaz de Solis. Este nauta

---

34 *Nouvelles Recherches sur Amerigo Vespucci*, etc., Viena, 1869. – (A.).

35 Herrera, *Déc*., I, 7ª, 13. – (A.). – As instruções a Alonso de la Puente e a credencial apresentando-o, datada de 18 de dezembro de 1516, encontram-se no livro de José Toríbio Medina, *Juan Díaz de Solis*, **1**, págs. CCCIX-CCCXII, Santiago de Chile, 1897. A viagem devia ser ao norte do Equador, às terras descobertas por Solis e Pinzón em 1508. Juan de Barbero também se chamava João Rodrigues Mafra e Alonso Rodrigues. – (C.).

tratou de dar impulso a uma nova expedição para seguir pelo caminho do ocidente até Malaca, isto é, para efetuar a circum-navegação proposta por Colombo e lembrada de novo, como vimos, em 1503. Pensava Solis partir em abril de 1513, mas não conseguiu efetuar a viagem antes de 1515.

Avistou Solis a costa do Brasil nos cabos de São Roque e Santo Agostinho; e logo foi em busca do Cabo Frio e, pelo Rio de Janeiro e Cananeia (conforme fizera a flotilha de 1501, da qual julgamos fizera ele parte) (VI), seguiu para o rio da Prata, que subiu até uma ilha na latitude de trinta e quatro graus e dois terços; donde, passando ao continente, e fiando-se nos índios, foi por estes morto à traição.

Os que com ele iam deliberaram logo regressar para a Europa, fazendo escala pelo cabo de Santo Agostinho, a fim de levarem daí à Espanha alguma carga de pau-brasil. Chegados a Pernambuco, e encontrando aí uma feitoria com onze portugueses, os prenderam a todos e os levaram consigo[36].

Queixou-se a corte portuguesa, reclamando o castigo da gente dos navios que haviam acompanhado a Solis; e vieram por fim ambos os governos ao ajuste de serem entregues os ditos onze portugueses, em câmbio de uns sete castelhanos, que estavam presos em Portugal, encontrados na baía dos Inocentes, ao norte da Cananeia (VII).

---

36 O autor equivocou-se. Os companheiros de Solis cortaram pau-brasil (quinhentos quintais, calcula Medina), mas não aprisionaram ninguém; ao contrário, foram presos alguns deles na baía dos Inocentes, que ou tinham ficado de uma caravela que se perdeu, ou desertado ou desgarrado das duas que voltaram. Os onze portugueses eram os que tinham ido a Porto Rico e lá foram presos: ainda não estavam soltos a 30 de março de 1517. Por ordem do governo espanhol tinham sido levados de São Domingos para Sevilha. Os documentos estão publicados no livro de Medina, cit., págs. CCCVI e segs. – (C.).

Donde proveio, porém, o ter-se chamado *da Prata* o grande rio, em cujas margens o metal argentino não se tem encontrado[37]? A origem não foi outra senão a de haver sido por este lado que primeiro chegaram aos europeus as notícias mais averiguadas das riquezas do Peru, acompanhadas de amostras de prata, da mesma forma que à foz do Amazonas chegariam com algumas mostras de ouro, para dar origem à fábula do Eldorado. Nem fora verossímil que, com as águas navegáveis que baixavam, desde tempos imemoriais, dos ricos estados do Inca à foz desses dois grandes rios, não tivessem chegado de mão em mão alguns instrumentos dos dois metais que lá abundavam. Que vieram ao rio da Prata sabemos com toda a evidência, pelas narrações contemporâneas; e, segundo se deduz da relação ou gazeta antes mencionada, o capitão-mor da armada devia ter mostrado em Portugal um machado de prata, daí trazido. Consta-nos também mui positivamente que cinco europeus vindos com Solis, informados pelos índios das riquezas existentes nas serras, onde havia um "rei branco, que trazia bons vestidos como nós outros", se resolveram a ir lá. E empreendendo a viagem, chegaram até uns "índios comarcãos à serra, que traziam na cabeça coroas de prata e umas pranchas de ouro dependuradas no pescoço e orelhas e cingidos por cintas"[38]. Mandaram disto aviso por doze índios a vários companheiros, que os não haviam querido seguir; e voltavam

---

37 Acerca da origem do nome do rio da Prata, veja J. Toribio Medina, *Juan Díaz de Solis*, págs. CCLXV-CCLXXVI, Santiago de Chile, 1908. Medina acrescenta que "*hoy se conoceu algunos antecedentes que acaso manifestan que fueron los portugueses los primeros que llamaron de la Plata al rio descubierto por Díaz de Solis*". – (G.).

38 Estas notícias foram colhidas da carta de Luís Ramírez, escrita no rio da Prata, 10 de julho de 1528, e primeiramente publicada pelo autor na *Rev. do Inst.* de 1852. – (C.). – Veja nota 6 da seção II.

carregados de metal, quando, achando-se já num dos afluentes do Paraguai, talvez no Pilcomayo, foram acometidos, roubados e mortos pelos índios (VIII). Entre os que não tinham querido acompanhar os cinco aventureiros, mencionaremos a Henrique Montes e a Melquior Ramires, que vieram estabelecer-se junto da ilha de Santa Catarina. Mais três colonos deste tempo viviam ainda anos depois. Francisco del Puerto, que veremos servir de língua aos navegadores do dito rio da Prata; Francisco de Chaves, que se estabeleceu na Cananeia; e Aleixo Garcia, que, segundo a tradição, aprisionado jovem, veio a prestar importantes serviços na colonização do Paraguai.

Anteriormente, em 1513, fora ter à ilha de Porto Rico um navio de portugueses, que haviam desamparado a paragem da nossa costa, onde se achavam, em consequência de um levante dos índios, dirigidos por um Pero Galego[39]. O tal navio se encontrava sem leme, comido do gusano e quase impossibilitado de navegar. Em Porto Rico tomaram o mesmo navio e mandaram a tripulação para a ilha de São Domingos, donde foram remetidos a Castela[40].

Não nos fora hoje possível dar notícia de todos os navios que naqueles tempos, para a nossa história primitivos, aportavam nesta

---

39 Porventura o espanhol que no norte do Brasil se fizera botocudo. – (A.). – "Neste rio Grande [do Norte] achou Diogo Pais de Pernambuco, língua do gentio, um castelhano entre os pitiguares, c'os beiços furados como eles, entre os quais andava havia muito tempo, o qual se embarcou em uma nau para França porque servia de língua aos franceses entre o gentio nos seus resgates". Gabriel Soares, *Tratado descritivo*, 26. – (G.).

40 As ordens para que fossem mandados para a Europa são de 10 de fevereiro de 1515 e estão publicadas no livro de Medina. Estes portugueses foram os mesmos de que dá notícia Fróis. Por eles, e não por outros, como o autor afirma enganado, devem ter sido trocados os espanhóis presos no rio dos Inocentes. – (C.).

costa, às vezes só para buscar abrigo do temporal, ou para refrescar, ou para descansar de longas fadigas; e que por conseguinte na terra não deixavam rasto algum de interesse na história da civilização do país. Neste número devemos contar em 1519 o navio do castelhano d. Luís de Gusmán[41], que, em vez de seguir de conserva para a Índia, com Jorge de Albuquerque, veio desertor e pirata ter aos nossos mares; mas nem sabemos (e quase preferimos não sabê-lo) em que porto meridional buscou abrigo, para refazer-se de leme, deixando nele cinquenta e três da tripulação sacrificados pelos índios. Façamos, porém, exceção em favor da pequena frota do primeiro circum-navegador Fernão de Magalhães. Em vão quis ele mudar para baía de Santa Luzia o nome do golfo em que aportou no dia do orago daquela santa, e ao qual os primeiros navegantes chamaram tão impropriamente *rio* de Janeiro. Deixemo-lo passar adiante sem detença; que o resoluto nauta portuense tem reservadas para si páginas mais brilhantes na história das navegações em torno do globo, que ele empreendeu levar avante, a preço da própria vida e do labéu (miseravelmente mal cabido, quando se trata de tão grande homem e de tão grande feito) de traidor a um rei e a um país que o não ajudavam, e que, a aplicar-se a Magalhães por parte de Portugal, poderia nada menos que ser também por Gênova aplicado ao grande Colombo. A navegação de Magalhães, com respeito à história do Brasil, só interessa pelo fato da conquista das Molucas,

---

41 Quintela, *Anais da Marinha*, **I**, 332; Castanheda, liv. V, cap. 15 e segs. As ordens de prisão contra d. Luís (12 de janeiro de 1520) se podem ver na Torre do Tombo, *Corpo cronológico*, Parte I, maço 25, docs. 100 e 101; e também ib., III, 7º. – (A.). – De outro corsário de nacionalidade portuguesa, chamado d. João de Lima, em fins do século XVII, nas proximidades do Maranhão, de quem Beckmann e os companheiros esperavam auxílio, falam Francisco Teixeira de Morais e fr. Domingos Teixeira. – (C.).

que fez descobrir as primeiras dúvidas na inteligência dos pontos questionáveis do tratado de Tordesilhas, pontos que a história hoje elucida; mas que em direito nunca se aclararam, apesar dos muitos gastos e esforços ostensivos feitos pelas duas coroas, como veremos.

Por parte de Portugal, já alguns pedidos para que se fixasse a linha divisória se haviam feito em 1512, em Logroño, sendo embaixador João Mendes de Vasconcelos[42]. Entretanto, foi-se isso adiando, até que a chegada dos navios castelhanos às Molucas, pelo ocidente, trouxe a questão de a quem tocava a legítima posse delas. É claro que, passando a armila ou meridiano da demarcação um pouco ao poente do Pará, devia cortar outra vez a equinocial daí a cento e oitenta graus, e deixar no hemisfério gentílico-português, digamos assim, não só as Molucas como as Filipinas, e proximamente metade do continente, depois descoberto, a que se deu o nome de Nova Holanda. Entretanto, o caso não era tão fácil de decidir como hoje, naqueles tempos em que as longitudes estavam ainda determinadas com pouca exatidão. Para tratar de resolver este ponto, foram nomeados, por parte das duas coroas de Portugal e de Castela, comissários árbitros: letrados, cosmógrafos e astrônomos. Porém, havendo-se reunido na fronteira junto ao Caya, entre Elvas e Badajoz, nada concordaram; começando a dúvida sobre qual devia ser a paragem no arquipélago de Cabo Verde, a que se havia de considerar referente à letra do ajustado em Tordesilhas: os castelhanos, com a ideia de favorecer a causa das Molucas, pretendiam que fosse o

---

42 Of. de João Mendes de Vasconcelos, de 7 de setembro desse ano. – (A.). – Publicado por Navarrete, *Col. de los Viajes*, **3**, 128-133, reproduzido por Medina, *Juan Díaz de Solis*, **2**, 89-98, e na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, 388-389. – (G.).

extremo da ilha mais ocidental ou de Santo Antão; e os portugueses, esquecendo-se de quanto esta versão, que era a única lógica, os favorecia com mais terras no Brasil, a fim de que as ilhas Molucas, por essa pequena diferença de longitude, não se lhes escapassem, repeliram-na com tanta energia como nos séculos seguintes a sustentariam (IX). Finalmente, depois de muitas discussões sem nada se decidir, vendo-se Castela em apuros por dinheiro, resolveu, por contrato assinado em Saragoça, em 22 de abril de 1529, ceder a Portugal, mediante a soma de trezentos e cinquenta mil ducados, os direitos que pudesse ter às Molucas, obrigando-se a restituí-la, a todo tempo que se provasse que estas ilhas não estavam dentro da sua demarcação, mas sim da de Portugal. Em 1531 repetiu de novo em Castela infrutuosamente, por parte de Portugal, as instâncias para que se decidisse quem havia descoberto o rio da Prata, se d. Nuno Manuel, se o dito Solis, o embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos[43]. Segundo nossas conjeturas, a descoberta fora simultânea em 1502. Mui provavelmente, Solis, o *Bofes de Bagaço*[44], fazia parte da pequena expedição comandada por d. Nuno Manuel.

---

43 Of. deste embaixador, de 18 de novembro e 14 de dezembro de 1531, ambos hoje impressos. – (A.). – Pelo autor, em um de seus livros sobre Vespucci. – (C.).

44 Medina, pág. XXV, sugere que estas palavras, de evidente apodo, "*quizas pudieram aludir al color encendido del rostro de aquel piloto*". Não se vê facilmente como. *Bagaço* daria antes a ideia de qualquer cousa desfibrada, esgarçada. – (C.).

Para F. M. Esteves Pereira, *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, pág. 373, nota, seria dada ao piloto a alcunha porque, usando frequentemente como bebida a aguardente, que se extrai do bagaço das uvas, seu hálito daria a impressão de que os pulmões (bofes) eram cheios de bagaço. – (G.).

NOTAS DA SEÇÃO VI

I
(Pág. 156)

O único documento oficial relativo a d. Nuno Manuel é uma carta de Álvaro Mendes de Vasconcelos escrita a d. João III, de Medina del Campo, a 14 de dezembro de 1531, publicada pelo autor nas *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin, et le reste des documents et éclaircissements sur lui*, Viena, 1870.

Narra uma conversa da imperatriz, em que esta afirmou ser notório que o imperador tinha posse do rio da Prata antes do rei de Portugal. A isto entre outras coisas respondeu o embaixador português: "que ela por parte do imperador e sua mandasse averiguar em que tempo descobrira o dito rio, e que vossa alteza mandaria mui brevemente saber em que tempo descobrira uma armada de D. Nuno Manuel, que por mandado d'el-rei vosso pai que está em glória, foi descobrir ao dito rio, e que quem se achasse por verdade que primeiro descobrira estivesse em posse até se lançar a linha" (de Tordesilhas).

Como os espanhóis não pretendiam ter descoberto o rio da Prata antes de 1516, a afirmação de Álvaro Mendes de Vasconcelos apenas implicava que a armada de d. Nuno viria anteriormente. Que veio em 1514 demonstrou-o recentemente K. Haebler, por meio de uma cópia manuscrita da gazeta alemã, citada alhures, encontrada no arquivo da família Fugger.

Cândido Mendes de Almeida, na *Revista do Instituto Histórico*, **40**, parte II, 1877, pág. 201, reparou bem que o fato de uma armada de d. Nuno Manuel ter vindo ao Brasil não implicava a vinda de d. Nuno Manuel, preso à corte pelos altos cargos que exercia. A mesma conclusão defendeu com muita força Zeferino Cândido em seu livro *Brasil,* Rio, 1900.

De acordo com a data de 1514 deve ser alterada a de 1506, que o autor dá diversas vezes neste capítulo, ligando a gazeta alemã à viagem de Gonçalo Coelho, com a qual nada tem. – (C.).

A propósito da suposta chefia de d. Nuno Manuel na expedição de 1501, veja-se Harrisse, *The discovery of North America*, págs. 349-351 e 686; Vignaud, *Améric Vespuce, ses voyages*, etc., pág. 92, que, com aquele, acredita fosse "a empresa organizada por el-rei d. Manuel a fim de confirmar e concluir o descobrimento acidental do Brasil feito a 22 de abril de 1500 por Cabral". O comando dessa expedição deveria caber a André Gonçalves, se este foi quem levou ao reino a notícia do descobrimento, como se lê nas *Lendas da Índia* de Gaspar Correia.

Sobre d. Nuno Manuel, veja-se, adiante, nota IV. – (G.).

II
(Pág. 158)

Não havemos podido legitimar o nome de Duarte Peres, que dá um escritor do século passado a certo bacharel degredado nessas paragens, de que faz menção, sem alegar títulos convenientes. – (A.).

O nome do bacharel Duarte Peres encontra-se pela primeira vez na *Argentina* de Rui Díaz de Guzmán, escrita em 1612, impressa e reimpressa muitas vezes no correr do século XIX. Cândido Mendes de Almeida, em erudita memória, procurou provar que o bacharel era João Ramalho – "Quem era o bacharel de Cananeia", na *Revista do Instituto Histórico*, **40**, parte II (1877), págs. 163-247. O autor, tendo notícia deste trabalho, publicou no fim do primeiro volume da *História geral* uma nota que melhor cabe aqui. Na opinião dos entendidos, apesar de sua erudição e sagacidade, Cândido Mendes não demonstrou sua tese principal; deixou, porém, demonstrado que o bacharel de Cananeia não podia ser Gonçalo da Costa. De fato, Sebastião Cabot não esteve em Cananeia, e de Gonçalo da Costa não consta fosse bacharel. O que sobre ele se sabe contêm as seguintes linhas de Herrera, V, 10, 6, referido ao ano de 1531: "Foi informada a Rainha que el-rei de Portugal havia escrito a Sevilha, a um português chamado Gonçalo de Acosta, que havia estado muitos anos na província do Brasil entre os índios e se veio com Sebastião Gavoto a Castela, oferecendo-lhe seguro e mercês por que fosse a Lisboa; e que havendo-lhe perguntado muitas coisas do rio de Solis, que dizem da Prata, lhe rogaram que fosse em uma armada que se despachava para aquelas partes, fazendo-lhe crescidos partidos." Eis agora a nota do nosso autor:

"Em nossa opinião existiriam, de princípio, na antiga capitania de São Vicente, dois diferentes colonos portugueses, ambos com descendência.

"Um era bacharel e fora deixado degredado, mui provavelmente pela frota de 1501; visto que Pero Lopes, em 1531, diz, ao encontrá-lo perto de Cananeia, que aí estava havia trinta anos.

"Este bacharel percorria, com os seus índios, toda a costa vizinha para o norte e para o sul; pois tudo nos induz a crer que seria o mesmo encontrado quatro anos antes por Diego García, embora já então avalie nos mesmos trinta anos (*que ha bien 30 annos*) o dito tempo de residência, quando contratou com ele o acompanhá-lo ao rio da Prata, e o fornecer-lhe 800 índios escravos para mandar a Espanha.

"O outro era o bem conhecido João Ramalho, que habitava e dominava nos elevados campos vizinhos à atual cidade de São Paulo, e a quem Tomé de Sousa promoveu a capitão e alcaide-mor do campo, vindo a ser também vereador da câmara de Santo André, em cujas vereanças de 1555 a 1558 se encontra o seu nome assinado *de cruz*, ou antes com uma simples risca em forma de ferradura (sendo as palavras do seu nome em letra do escrivão), prova de como não sabia escrever,

e por conseguinte que não seria bacharel. Este Ramalho devia ter vindo a estas terras em 1508; pois em uma carta escrita da própria capitania de São Vicente, ao que parece de Piratininga, pelo jesuíta Baltasar Fernandes, por comissão do padre reitor José de Anchieta, em 22 de abril de 1568, a nosso ver só a ele se podem referir estas palavras: 'Um homem branco, que *há 60 anos que está nesta terra* entre este gentio, que agora é quase de 100 anos, estando entre os índios e vivendo não sei de que maneira, e não querendo nada de nossas ajudas nem ministério, deu-lhe Deus de rosto com um acidente, além de muitos corrimentos, e pontadas que tinha. Veio entanto um filho seu, que pousava daqui uma légua, a dizer-nos que seu pai morrera, e suspeitando nós que não seria ainda morto, foram dois padres cedo a correr por águas que estavam pelo campo por onde haviam de passar por ser grande cheia. Chegados à casa do miserável velho que não queria nada de Deus, veio Deus a visitar com os nossos, porque o que estava dantes já morrendo, em mau estado, acudiu-lhe Deus com a confissão que fez boa, pondo-se em bom estado e comungando; mas não morreu daquele acidente, senão anda para isso aparelhado e posto na verdade, esperando por sua hora. Cedo lhe virá.'

"Nem se diga este mesmo João Ramalho seria o próprio designado como bacharel por Pero Lopes e Diego García, e que um e outro lhe chamariam bacharel, porque seria este nome uma sua alcunha. O último destes escritores diz positivamente: *'Alli vive un bachiller'*; o que não pode dar lugar à dita interpretação, talvez admissível no texto de Pero Lopes. Demais: sabemos que Cabot também veio a encontrar, por estas mesmas alturas, um pouco mais ao sul, a um bacharel, cujo nome nos é revelado ser Gonçalo da Costa, conforme publicamos na pág. 83 do 1º vol. da nova edição da *Hist. geral* [pág. 123 da presente].

"Deste modo, se o texto jesuítico acima se aplica, segundo cremos, a João Ramalho, de que parece não terem tido conhecimento os navegadores que se limitaram a correr a costa, bem que este não era falecido em 22 de abril de 1568, pouco mais tempo viveria; e não é impossível o supor-se que o testamento de que dá fé fr. Gaspar da Madre de Deus (*Revista do Instituto*, **2**, 1840, pág. 428), como feito perante o tabelião Lourenço Vaz, em presença do juiz ordinário Pedro Dias, deva referir-se ao ano de mil quinhentos e *setenta* (não *oitenta*), e que nos anos de assistência também tenha havido errada leitura, devendo ser *sessenta* e não *noventa*.

"Infelizmente foram inúteis todas as nossas averiguações em São Paulo, em 1840, para encontrar o texto ou notas originais desse testamento." – (A.).

Cândido Mendes, em outro estudo em que responde a algumas destas objeções, cita uma carta do jesuíta Antônio de Sá, para demonstrar que João Ramalho morrera em fins de 1558 ou princípios de 1559. Engana-se duplamente: a carta de Antônio e Sá foi escrita do Espírito Santo, não de São Vicente, como imagina; o João Ramalho, de cuja morte se fala, era do Espírito Santo, não de São Vicente. A memória intitulada *João Ramalho, o bacharel de Cananeia, precedeu Cristóvão Colombo na descoberta da América?* encontra-se na *Revista do Instituto*, **40**, parte II, 1877, págs. 277-373. – (C.).

Nos *Prolegômenos* à *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, págs. 83 e 84, juntaram-se mais alguns elementos à questão do bacharel de Cananeia:

"Em 1527 Diego García encontrou em São Vicente um bacharel que ali vivia haveria uns trinta anos, e tinha genros. Um destes chamava-se Gonçalo da Costa. Teria casado com filha do bacharel havida em Portugal antes do degredo? Seriam sua mulher e filhos mamalucos? Opta pela primeira hipótese J. T. Medina. A segunda não é impossível, seria a mais notável, se não repugnasse admitir que Gonçalo levou para além-mar, como resulta dos documentos, mulher e filhos que só deviam falar a língua brasílica.

"Cerca de 1540 escrevia um anônimo espanhol em relação de que a Bibl. Nac. tem cópia: '*en la ysla de Cananea y 'en la tierra firme della ay pobló el bachiller dexo muchas ñaranjeras y limones y zidras y otros muchos arbores y hizo muchas casas, que se desplobarõ despues por los pobladores de San Viçente que tuvierõ guerra los unos con los otros por que pretendiã que el bachiller les avia dar obediência*'.

"Sobre essas guerras informa Rui Díaz de Guzmán na *Argentina*, **1**, 8, onde diz que o bacharel se chamava Duarte Peres – melhor Pires. Esse nome, contra o qual nada se pode alegar, não tem sido geralmente aceito em São Paulo nem alhures. Um historiador de crédito e consciencioso como J. T. Medina, confundiu 1526 com 1536, Aires da Cunha com d. Rodrigo de Acuña, Santa Catarina com Pernambuco, para chegar à conclusão imprevista de que o bacharel de Cananeia foi Duarte Coelho! – Conf. sua monografia *El portugués Gonçalo de Acosta al serviço de España*, 18, 20, 22, 23, Santiago, 1908."

A bibliografia relativa a João Ramalho e o bacharel de Cananeia é abundante; veja-se, sobretudo, in *Revista do Instituto de São Paulo*, **7**, 1902, os artigos de Teodoro Sampaio, Pereira Guimarães, Horácio de Carvalho, Campos Andrade e Ernesto Joung; e 9, 1904, o de Washington Luís.

Sobre João Ramalho informou Tomé de Sousa a el-rei, em carta datada da cidade de Salvador, ao 1º de junho de 1553, depois de ter corrido a costa; "...e fiz capitão dela [vila de Santo André] a João Ramalho natural do termo de Coimbra que Martim Afonso já achou nesta terra quando cá veio. Tem tantos filhos e netos bisnetos e descendentes dele que o não ouso de dizer a V. A., não tem cã na cabeça nem no rosto e anda nove léguas antes de jantar..." – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, pág. 365. – (G.).

III
(Pág. 162)

Por uma carta de Pero Rondinelli, escrita de Sevilha a 3 de outubro de 1502 e publicada na *Raccolta Colombiana*, parte 3ª, **2**, pág. 121, sabemos que a terra do

Brasil foi arrendada a alguns cristãos-novos, com a condição de todos os anos mandarem seus navios a descobrir trezentas léguas de terra para diante, fazerem uma fortaleza no descoberto e conservarem-na três anos: no primeiro nada pagariam, no segundo pagariam um sexto, no terceiro um quarto do que levassem para o reino.

No relatório de Cha de Masser, escrito de 1506 a 1507 e publicado no volume da Academia das Ciências de Lisboa, comemorativo do descobrimento da América, lê-se que o arrendamento era de vinte mil quintais de pau-brasil, de que um custava meio ducado e se vendia por dois e meio a três. O arrendatário, Fernão de Noronha, cristão-novo, tinha contrato por dez anos, e cada ano pagava quatro mil ducados. Fernão de Noronha mandava todos os anos homens e navios à terra. É pouco provável que aqui jamais viesse, embora a carta de doação da ilha, primitivamente de São João e mais tarde de Fernão de Noronha, insinue aparentemente o contrário. – (C.).

Essa carta, de 24 de janeiro de 1504, fez doação a Fernão de Noronha da "ilha de São João que ele ora novamente achou e descobriu cinquenta léguas alla mar da nossa terra de Santa Cruz". Daí inferiu Varnhagen, no trecho acima, haver sido Fernão de Noronha quem descobriu a ilha, provavelmente pelo São João de 1503 (24 de junho). Esse – pondera Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, págs. 46 e 47, ed. de 1946 – seria o segundo descobrimento da ilha (novamente achada, diz a carta régia), e houve mesmo um terceiro por Gonçalo Coelho e Amerigo Vespucci, que ali estiveram em agosto de 1503; mas em 1502 já tinha sido descoberta, pois figura com o nome de Quaresma no mapa de Cantino. D. João III, por carta de 3 de março de 1522, confirmou a doação feita por d. Manuel em favor de Fernão de Noronha. – *Alguns documentos da Torre do Tombo*, págs. 459 e 460. – (G.).

IV
(Pág. 166)

Zeitung aus Presilig Landt – No opúsculo *Nouvelles Recherches* (respeito a Vespucci), págs. 10, 11, 49 e 50, dizemos que essa relação seria escrita em 1506, ano, cremos, em que seria antes publicada em Itália, como o fora a relação anexa de Pedro Afonso Malheiro, que segundo Panzer (X, pág. 24) foi publicada (em latim) em Roma por Joan Besicken em 7 de novembro de 1506. É sabido como Alex Humboldt acreditou que essa relação se referia a uma viagem ao estreito de Magalhães, e por conseguinte que só havia sido publicada depois de descoberto esse estreito; e como foi o autor desta *História* quem primeiro indicou que a espécie de mar Mediterrâneo de que nela se faz menção deve ter sido a grande baía de São Matias, que no século XVI era considerada termo, por esse lado, das explorações portuguesas. – (A.).

O exemplar manuscrito achado no arquivo da família Fugger fixa na ilha da Madeira o lugar a que chegou o navio com as notícias e a data da gazeta em 1514. No ano seguinte Johannes Schöner traduzia dela alguns trechos e de acordo com ela traçava um globo, reproduzido por Wieser citado anteriormente, e também no prólogo do anotador deste livro à *História topográfica e bélica da Colônia do Sacramento*, Rio, 1900. – (C.).

À discussão, que vem de longe, a respeito desse importante documento, muita luz trouxeram as contribuições do mesmo indefesso anotador, a quem se deve, sobretudo, a identificação do Nono da gazeta alemã com o d. Nuno Manuel da carta ou ofício do embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos a d. João III, que Varnhagen divulgou. Veja-se Capistrano de Abreu, *O Brasil no século XVI*, Rio, 1880, págs. 57-59, onde se encontra (págs. 70-76) a tradução francesa da gazeta, conforme Ternaux-Compans, *Archives des Voyages*, **2**, Paris, 1840, págs. 306-309.

Veja-se também o que explanou J. Carlos Rodrigues, *Biblioteca brasiliense*, Rio, 1907, págs. 179-184, com o histórico da questão até o feliz achado de Konrad Haebler, em 1895, no arquivo dos príncipes Fugger, em Augsburg, de um manuscrito da gazeta.

Salvante a parte bibliográfica, que é boa, pouco adianta a contribuição de Rodolfo R. Schuller, in *Anais da Biblioteca Nacional*, **33**, 1911.

O resultado das últimas e definitivas pesquisas fixou eruditamente Clemente Brandenburger, em sua monografia *A nova gazeta da terra do Brasil (New zeitung ausz presillandt)*, São Paulo-Rio, 1922. Valendo-se da publicação in *Dokumente des Zeitungswesens*, nº 5, Leipzig, 1920, do apógrafo encontrado por Haebler, o ilustrado investigador pôde colacionar o texto impresso com o manuscrito para oferecer aos cultores da História uma edição que reuniu ambos, vertidos para o português, com glossário e comentário altamente elucidativos. Serviço dessa ordem importa em título de benemerência. Em fac-símile a *Nova gazeta* foi reproduzida pela *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, págs. 365-368. – (G.).

V

(Pág. 169)

Apartamo-nos aqui da opinião do sr. d'Avezac, que julga terem sido estas novas arribadas, primeiro em Porto Seguro e depois na Bahia (*Annales des voyages*, de junho e julho de 1869). – (A.).

Veja-se na *Revista brasileira*, **I**, Rio, 1879, o artigo de Ramiz Galvão sobre um livro de Gaffarel. – (C.).

A viagem de um navio francês ao Brasil, no ano de 1504, está documentada por certidão passada aos herdeiros de Binot Paulmier de Gonneville, seu comandante, a 20 de agosto de 1658, conforme minuta com data de 19 de junho de 1505, então conservada no arquivo do Conselho Geral do Almirantado de Rouen. D'Avezac publicou esse e outros documentos relativos à *Campagne du navire* **l'Espoir de Honfleur**, nos *Annales des voyages* citados, de que há separata.

As incursões na Bahia e em Pernambuco provam-se com as referências infra de Anchieta e de um jesuíta anônimo, que escreveu, cerca de 1591, das coisas notáveis do Brasil.

"Na era de 1504 vieram os franceses ao Brasil a primeira vez ao porto da Bahia e entraram no rio Paraguaçu que está dentro da mesma baía e fizeram seus resgates e tornaram com boas novas à França donde vieram depois três naus e estando no mesmo lugar em resgate entraram quatro naus da armada de Portugal e queimaram-lhe duas naus e outras lhes tomaram com matar muita gente alguma da qual todavia escapou em uma lancha e achou na ponta do Itapuma 4 léguas da baía uma nau dos seus que se tornou para França, e nunca mais tornaram à Bahia até agora porque sempre foi crescendo com o muito trato dos açúcares que vêm de Portugal." – Anchieta, "Informação do Brasil e de suas capitanias", 1584, in *Revista do Instituto Histórico*, **9**, 420 e 421 (2ª ed.).

"Na era de 1504 vieram franceses à Bahia e Pernambuco, logo os portugueses lhe deram guerra, os botaram fora e lhe tomaram três naus na Bahia." – "De algumas cousas mais notáveis do Brasil", in *Arquivo bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, **4**, 14, Coimbra, 1904, reimpressas na *Revista do Instituto*, **94**, de 1923.

Veja-se: Capistrano de Abreu, "O Brasil no século XVI", Alencar Araripe, "Primeiro navio francês no Brasil", in *Revista do Instituto Histórico*, **49**, parte 2ª, págs. 315-360, com a tradução portuguesa da *Relação autêntica*, que d'Avezac publicou; *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II,** págs. 352 e 457. Bastião de Moura e Diogo do Coito ou Cohinto, que estavam a bordo do *Espoir*, foram contratados em Lisboa para coadjuvar a direção da empresa. – (G.).

VI
(Pág. 180)

Segundo Medina, a vida misteriosa de João Díaz de Solis antes de descoberto o Brasil pode resumir-se assim: era por linhagem oriundo de Asturias de Oviedo, donde seus ascendentes passaram para Portugal, que lhe foi pátria; depois de ter feito algumas viagens à Índia como marinheiro, desgostoso por não lhe pagarem os salários, abandonou o serviço português; alistou-se, sem dúvida como piloto, em navios corsários franceses e, segundo uma carta d'el-rei de Portugal, tomou

parte no roubo de uma caravela, procedente da costa da Mina com 20.000 dobras. Fugiu depois para a Espanha, a cujo rei foi requisitada sua prisão em 1495 (Medina, *Juan Díaz de Solis, Estudio histórico*, Santiago de Chile, 1897). Depois disto tornaria ao serviço do governo português, que lhe perdoou faltas tão graves? É pouco provável, porque ainda em 1517, depois de descoberto o rio da Prata, d. Manuel queixava-se que "João Dias de Solis, português, veio fugindo a este reino de Castela desde Portugal por muitos crimes e excessos que lá havia feito". A viagem de 1512, planejada e não realizada, tinha por fim achar a linha de demarcação entre as possessões espanholas e portuguesas; nela devia ser dobrado o cabo da Boa Esperança, visitada a ilha de Ceilão: *era uma viagem para o Oriente*. No ano de 1513, porém, Vasco Núñez de Balboa descobriu o mar do Sul ou oceano Pacífico; no ano de 1514 a armada de d. Nuno Manuel tornou anunciando o achamento de um estreito ao sul do continente; só então *a viagem de Solis voltou-se para o Ocidente.* Na carta geográfica atribuída a Leonardo da Vinci e no globo de Johannes Schöner encontra-se a imagem do mundo que apareceu aos espíritos depois de descobertos o mar do sul e o pretenso estreito, pouco tempo antes de Solis. Sobre Solis o trabalho mais completo é o de José Toríbio Medina, em dois volumes, dos quais um de documentos, publicado em Santiago de Chile, 1897. – (C.).

Tem a data de 29 de outubro de 1495 a real requisitória de d. Fernando e d. Isabel aos seus corregedores, assistentes, alcaides-mores, aguazis e outras justiças, para prender e pôr à disposição do rei de Portugal João Dias, piloto chamado *Bofes de Bagaço,* natural de Portugal, o qual *"andando en compañia de ciertos franceses robaron una carabela del dicho Rey que venia de la Mina, en que robaron más de 20.000 doblas, al cual dicho piloto diz que copo su parte de este dinero, é que ha sabido que está en estes nuestros reinos, sobre lo cual me envió una pesquisa que sobre ello se hizo, rogándonos que conformándonos con los capítulos de las paces que con el dicho Rey, nuestro hermano, teníamos fechas, le mandássemos prender é entregárselo para que en su reino de Portugal se ficiese dél justiçia..."*. – Navarrete, *Col. de las viajes*, **3**, 504.

Em represália àquele assalto, d. João II fez apresar as naus francesas, que se encontravam em portos portugueses; os proprietários e armadores dessas embarcações recorreram ao rei de França, e esse, tomando conhecimento do negócio, mandou restituir a caravela da Mina com todo o ouro roubado e apresentou desculpas ao rei de Portugal. Falecendo d. João II a 25 de outubro de 1495, quatro dias antes da requisitória dos reis católicos, d. Manuel teria perdoado o crime de João Dias de Solis, se não logo, ao menos depois, fazendo-o voltar a Portugal. O que é certo é que, em princípio de abril de 1506, estava empregado no serviço das navegações portuguesas e devia seguir para a Índia na armada de Tristão da Cunha, como piloto da nau *Cirne*, comandada por Afonso de Albuquerque, que teve de demorar a partida, "esperando por um piloto, que mandara pedir aos oficiais d'el-rei (por haver dous dias que o seu chamado João de Solis fugira para Castela por matar sua mulher)". – *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, **1**, págs. 20 e 21, Coimbra, 1923.

Segundo documento referido por Medina, *Juan Díaz de Solis*, **1**, CXV, seu ingresso ao serviço de Espanha, com título oficial, devera verificar-se nos primeiros dias do ano de 1508; residira antes no porto de Lepe, mas em março daquele mesmo ano, com Amerigo Vespucci, Juan de la Cosa e Vicente Yáñez Pinzón, estava em Burgos, presente à conferência que o rei d. Fernando, logo que regressou de Nápoles, resolvera convocar para prosseguimento das empresas marítimas, entibiadas durante sua ausência dos reinos de Castela.

Dessa conferência resultou que se aparelhassem com certo sigilo duas caravelas, em que deviam ir por capitães Solis e Pinzón, com as instruções correspondentes, segundo as quais ao primeiro competia a direção da derrota e ao segundo o comando da expedição sempre que pusessem pé em terra. O objeto principal da viagem era "*descobrir aquel canal ó mar abierto*", que se supunha existir ao norte do Equador e por onde se esperava de futuro abrir caminho ao comércio das especiarias.

A expedição largou efetivamente do porto de San Lucar a 29 de junho de 1508, dia de São Pedro e São Paulo, e, de acordo com a interpretação de Ph. J. H. Valentini, "Pinzón-Solis – 1508", na *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, Bd. XXXII, 1898, págs. 254-282, apud Capistrano de Abreu, na *Introdução à História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento*, pág. XXIII, Rio, 1900 – explorou as costas de Cuba e do Yucatán, com abordadas a diversos pontos do continente. Dissídios entre os chefes teriam apressado a volta da expedição à Espanha, onde chegava em fins de outubro do ano seguinte. Intentaram-se pleitos judiciais em Sevilha, dos quais se apurou culpa em Solis, que foi enviado ao cárcere da corte, enquanto que a Pinzón se fizeram algumas mercês, em particular da ilha de S. Juan, ou Boriquén, embora depois não fossem cumpridas, diz Herrera.

Somente dois anos depois recuperou Solis a liberdade, recebeu os soldos atrasados, uma compensação pecuniária pelos danos sofridos durante o processo e, a 25 de março de 1512, a nomeação para o cargo de piloto-mor da Espanha, vago por morte de Amerigo Vespucci. Nesse mesmo ano planejou-se a viagem ao Oriente para demarcação dos domínios castelhanos, na forma do tratado de Tordesilhas. Os boatos dessa viagem chegaram alarmantes à corte de d. Manuel, como se vê das cartas de João Mendes de Vasconcelos, embaixador português junto à corte espanhola, publicadas por Navarrete, *Col. de los viajes*, **3**, págs. 126-133, reproduzidas por Medina, *Juan Díaz de Solis*, **2**, págs. 85-98, e na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, págs. 387-389, etc. A viagem não se realizou, o que importou em vitória para a diplomacia portuguesa.

Sabida em Espanha a nova do descobrimento por Balboa, em setembro de 1513, do mar do sul, tratou-se de organizar uma expedição sob o comando de Solis, com o objetivo de procurar ao sul uma passagem interoceânica. Os preparativos para essa expedição, feitos sempre em sigilo, consumiram quase um ano, de 24 de novembro de 1514, em que foi celebrada a capitulação com Solis, a 8 de outubro de 1515, quando do porto de San Lucar zarpou a pequena armada de três caravelas.

A flotilha rumou para o sul, perlongou o litoral brasileiro e em 20 de janeiro, ou 2 do mês seguinte, avistou o rio que por algum tempo se chamou de Solis e depois da Prata. É conhecido o fim que teve a expedição: o chefe e companheiros, que desembarcaram, mortos às frechadas dos charruas, a volta precipitada, o naufrágio de uma das caravelas no porto dos Patos, as outras duas a forragear pau-brasil em domínios portugueses...

Sobre Solis, veja-se a *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, 373-380, interessante capítulo pelo Sr. F. M. Esteves Pereira: na revista *Lusitânia*, vol. III, fascículo IX (abril de 1926), págs. 345-365, o belo estudo em que o sr. dr. Luciano Pereira da Silva, sob o título *João Dias de Solis, piloto português*, compendiou com erudição e alto senso crítico quanto se sabe da história acidentada e trágica do famoso navegador, liquidando de vez a questão de sua nacionalidade. – (G.).

VII
(Pág. 180)

Herrera, II, 2, 8. Sem dúvida o porto de Iguape. – (A.).

Diz Herrera que o rio dos Inocentes está a 23° ¼. Segundo essa autoridade o cabo de Santo Agostinho está a 8° ¼; Rio de Janeiro a 22° ⅓; Cananeia a 25° (II, 1, 7).

No livro de Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de situ orbis*, ms. de Évora, são dadas as seguintes latitudes: Angra de São Roque, 3° 30′; Santa Maria d’Arrábida, 5°; Santo Agostinho, 8° 15′; São Francisco, 10°; Aguada de São Miguel, 10°; Porto Real, 14°; Angra de Todos os Santos, 15° 40′; Porto Seguro, 18°; rio Santa Luzia, 19° 20′; ilha de Santa Bárbara, 20° 20′; rio dos Reféns, 24° 40′; ilha de Santa Crara (?), 24° 40′; Cabo Frio, 25°; ilha de Pernambu, 27°; ilha de Santo Amaro, 28° 30′; ilha da Senção, 21°; Angra Fermosa, 15°; ilha de São Lourenço, 4°. – (G.).

VIII
(Pág. 182)

Esses derrelitos da expedição de Solis, quatro ou cinco, tinham por chefe a Aleixo Garcia, que era acompanhado por grande número de guaranis. Foi entre os anos de 1521 e 1526 que teve lugar a expedição referida. Partindo da costa dos Patos e seguindo rumo oeste, chegou ao rio Paraguai, onde o Chaco; ia guerreando os índios que encontrava e tomando grandes riquezas de ouro e prata. Teria alcançado as terras dos Incas, mas, quando regressava ao Brasil, foi assaltada por índios

inimigos, que mataram quase todos os expedicionários, escapando ao massacre poucos índios escravos, que conseguiram chegar com algumas amostras de prata e ouro à costa do Brasil, onde os outros náufragos tiveram conhecimento do fim trágico de Aleixo Garcia. – Conf. Enrique de Gandia, *Historia de Santa Cruz de la Sierra*, pág. 30, Buenos Aires, 1935.

Aleixo Garcia foi pai de outro de igual nome, havido em mulher da terra, e que veio a prestar os serviços na colonização do Paraguai, a que se refere o texto; a esse segundo Aleixo Garcia diz ter conhecido pessoalmente, em começos do século XVII, Rui Diaz de Guzmán, *Historia argentina del descubrimiento y población del Río de la Plata,* in *Colección* de Pedro d'Angelis, tomo I, pág. 16, Buenos Aires, 1835-36. – (G.).

IX
(Pág. 185)

Pergunta-se agora onde demorava a linha de demarcação? – escreve K. Kretschmer, à pág. 303 do seu livro sobre o descobrimento da América. Como 1 légua continha 4 milhas romanas, e 1 milha aproximadamente 1.480 metros, as 370 léguas equivaliam a cerca de 21.904 quilômetros, o que no paralelo de Santo Antão, a ilha mais ocidental do Cabo Verde, corresponde mais ou menos a 20 ½ graus de longitude. Como Santo Antão demora a 25 ½ graus a oeste de Greenwich, a linha de demarcação cairia aproximadamente em 16° W. de Greenwich. Em recente monografia, S. E. Dawson conclui que a légua combinada em Tordesilhas era uma légua usual e perfeitamente determinada; havia apenas dúvidas quanto ao número de léguas contidas no grau, porque não havia unanimidade quanto à circunferência atribuída ao globo terrestre. Naquela época por grau contavam-se 17 léguas e meia, o que coloca a linha fixada pelo tratado de Tordesilhas em alto-mar a 45° 40' long. W. de Greenwich. Na realidade, em consequência dos erros cometidos na determinação das longitudes, a linha tal qual está figurada nas cartas cortava o continente e correspondia a cerca de 60°, o que autoriza dizer que é mesmo ali que queriam traçá-la. Neste caso, como observa Kretschmer, as léguas seriam não 370, mas 480. – (C.). – Veja-se no mapa junto a linha de demarcação como foi traçada por diversos cartógrafos. – (G.).

Seção VII (III da 1ª edição)

Atende-se mais ao Brasil. Pensamento de colonizá-lo em maior escala.

Os portugueses na Ásia. Os franceses no Brasil. Recursos do foro e da diplomacia. Ango. Roger. Jacques. Igaraçu e Pernambuco. Diego Garcia e Cabot. D. Rodrigo de Acuña. Porto de d. Rodrigo. Baixos de d. Rodrigo. Suas peregrinações. D. Rodrigo em Pernambuco. Cristóvão Jacques e os franceses. Antônio Ribeiro. Ideia de colonização. Diogo de Gouveia. Méritos de Gouveia. Resolve-se a colonização do Brasil. Henrique Montes. Martim Afonso de Sousa. Poderes que trazia. Pero Lopes de Sousa. Reclamações de França. Negociações diplomáticas importantes.

Vimos na seção precedente como, já no reinado de d. Manuel e pelo menos desde 1516, haviam sido dadas algumas providências em favor da colonização e cultura do Brasil. Sabemos, além disso, que depois o mesmo rei, ou pelo menos o seu sucessor apenas começou a reinar, criou no Brasil algumas pequenas capitanias; e que de uma delas foi capitão um Pero Capico, o qual chegou a juntar algum cabedal. Igualmente sabemos que os produtos, que iam então do Brasil ao reino, pagavam de direitos, na Casa da Índia, o quarto e vintena dos respectivos valores e que no número desses produtos entravam não só alguns escravos como, em 1526, algum açúcar "de Pernambuco e Tamaracá".

Decorriam, porém, os anos, e o Brasil seguia com o seu imenso litoral à mercê de qualquer navio que o procurava. Não há por que fazer censuras. Os esforços e os capitais empregados na Ásia produziam maior e mais imediato interesse, nessa época de crise comercial, em que se efetuava em favor da Europa um grande saque das riquezas empatadas no Oriente. Além de que, ainda sem considerar a questão sob miras econômicas, é certo que Portugal, forçando os turcos a levar a guerra à Ásia, aliviou por algum tempo a Europa do seu peso ameaçador e, sustentando o comércio da especiaria por mar, consumou o pensamento de Lull de empobrecer bastante o Egito. Ora, não fora possível durante essa luta distrair muitos navios e forças para outro continente. Os adustos campos das então recentes glórias portuguesas, a própria África, onde filhos de reis iam armar-se cavaleiros, começou a ser descuidada. E ainda supondo que já então tivesse ocorrido a ideia que depois (nesse mesmo século) ocorreu[1], de que no Brasil poderia vir a organizar-se um grande império, a metrópole aguardava acaso para isso melhor ocasião. A glória que Portugal adquiriu na Ásia custou-lhe, entretanto, a perda de muita da sua população, e o perverter em parte a índole dos seus habitantes, com tantas piratarias e crueldades. Em virtude delas, o têm coberto de baldões, como se as crueldades e as piratarias não tivessem em todos os tempos sido apanágio das conquistas. Esses heróis da Antiguidade, que, em geral, só contemplamos pelo aspecto maravilhoso, também praticaram muitas crueldades e

---

1 A d. Pedro da Cunha, quando Portugal passou para o domínio da Espanha, como se verá adiante, na seção nos *Diálogos da grandeza do Brasil*, diál. 1º, lê-se que, ao chegar a notícia do descobrimento a Portugal, um astrólogo "levantara uma figura e achara que a terra descoberta havia de ser uma opulenta província, refúgio e abrigo de gente portuguesa". – (C.).

injustiças; porém, como aos panegiristas, que nos transmitiram seus feitos, não faltou manhoso artifício para no-lo contarem a seu modo, ocultando tudo quanto lhes não servia ao panegírico, e nem todos os que leem são pensadores, sucede que muitos, inconsequentemente, louvam e admiram na história como heroicidades feitos idênticos aos que em outra época, ou em outro país, condenam como misérias e pequenezas desta ou daquela geração. Se de todas as conquistas dos gregos e dos romanos tivéssemos histórias escritas pelos seus inimigos ou rivais, talvez que não admirasse o mundo tantas proezas, nem tantos heróis.

Enquanto, porém, Portugal se via a braços com grande número de inimigos no litoral e mares da Ásia, onde, em 1521, a sua armada constava nada menos que de uns oitenta e tanto vasos (doc. da Torre do Tombo), muitos armadores da Bretanha e Normandia, já avezados à navegação das costas de Guiné e da Malagueta, passavam não só a alguns excessos de pirataria com os galeões que vinham da Índia como a traficar nas terras do Brasil; onde adquiriam quase de graça gêneros, que nos mercados europeus obtinham grandes valores, e os quais lhes deviam produzir maiores vantagens do que aos contratadores portugueses; por isso mesmo que não tinham, como estes, de indenizar a Coroa pela faculdade de comerciarem. Debalde havia Portugal proibido com duras penas aos seus "mestres de cartas de marear" o fazerem pomas ou esferas terrestres e o marcarem nos mapas as terras ao sul do rio de Manicongo e das ilhas de São Tomé e Príncipe (alv. de 13 de novembro de 1504, na Torre do Tombo). Debalde proibia que aceitassem seus pilotos e marinheiros (*Ordenações manuelinas,* liv. V, tít. 98, § 2º; tít. 88, § 11) o serviço de mar de outras nações, pensando talvez com isso obstar à propagação dos conhecimentos náuticos pela Europa. Os ousados navegadores

de Honfleur e de Dieppe frequentavam cada dia mais os portos do Brasil. As guerras da França não faziam diminuir o ardor e a atividade dos seus homens do mar, estimulados por tantos lucros. Em 1516 haviam chegado a Portugal tais notícias de suas navegações no Brasil, que el-rei d. Manuel mandava por seus agentes representar contra elas à corte de França[2]. E digamos desde já que tão poderosos se tinham feito alguns armadores, que nem o mesmo governo francês podia sujeitá-los, e que Portugal, depois de haver exaurido na França, perante os tribunais, os parlamentos e a própria Coroa, todos os recursos do foro e da diplomacia, se viu obrigado a transigir e a negociar com os mais notáveis corsários, que eram João Afonso e o célebre João Ango, ao depois visconde de Dieppe[3]. Todos estes acontecimentos merecem uma história especial que não duvidamos se escreverá algum dia; pois sobram para ela os documentos, dos quais somente aproveitaremos agora o que mais de perto nos interesse. Sabemos que, já em vida de el-rei d. Manuel, fora o seu súdito Jácome Monteiro nomeado embaixador junto a Francisco I, com instruções para representar acerca das tomadias e das invasões nas suas conquistas, efetuadas umas e outras por franceses. A Monteiro sucedeu João da Silveira mandado por d. João III, apenas subiu ao trono, com especial recomendação para que ponderasse quão triste era que se estivessem hostilizando no mar os súditos de dois reis e

2 C. de P. Correia de Bruxelas, em 5 de fevereiro de 1517, na Torre do Tombo, *Corp. cron.*, **I**, 21, 24. – (A.).

3 Ferdinand Denis, *Génie de la navigation*, págs. 113-115. – (A.). – Equívoco do Autor. F. Denis declara não dar crédito a essa absurda tradição de Dieppe. (Nota do barão do Rio Branco, no exemplar da 1ª ed. desta *História,* que se conserva na Biblioteca do Itamarati.) – (G.).

de duas nações que se diziam amigos[4]. Apesar das reclamações que faziam, como levamos dito, os agentes portugueses, empreendera Hugues Roger com felicidade em 1521 uma viagem à nossa costa, e havia notícia de que se preparavam outros navios. Por fim, em 11 de fevereiro de 1526, escrevia o embaixador João da Silveira como em França se armavam dez navios para virem apoderar-se das embarcações que encontrassem.

Tal aviso, a nosso ver, decidiu Portugal a mandar ao Brasil de guarda-costas, neste mesmo ano, uma esquadrilha composta de uma nau e cinco caravelas, a qual findo certo prazo devia ser rendida por outra. Vinha por capitão-mor Cristóvão Jaques (I) e trazia de chefes subalternos Diogo Leite, com seu irmão Gonçalo Leite, e Gaspar Correia. O mesmo Jaques era portador de um alvará, passado em Almeirim por Jorge Rodrigues, a 5 de julho de 1526, autorizando Pero Capico a retirar-se. Esse alvará era concebido nos seguintes termos: "Eu el-rei Faço saber a vós Cristóvão Jaques, que ora envio por Governador às partes do Brasil, que Pero Capico, Capitão de *uma das capitanias*[5] do dito Brasil, me enviou dizer que lhe era acabado o tempo da sua capitania, e que queria vir para este Reino, e trazer

---

4 As instruções dadas a João da Silveira acerca de tomadias de naus feitas pelos franceses têm a data de 5 de fevereiro de 1522. – *Alguns documentos da Torre do Tombo*, p. 459. – João da Silveira faleceu em 1530; Palha, *A carta de marca de João Ango*, 13. – (C.).

5 Prova que havia mais de uma. – (A.). – Haveria mais de uma capitania, sem dúvida; é, porém, duvidoso se a capitania era de terra ou de navio. Esta última hipótese parece a mais aceitável, sem embargo da cara de d. João III, dada em extrato na seção seguinte. Pero Capico, ou outro de igual nome, apareceu depois na capitania de São Vicente como escrivão, sob o governo de Martim Afonso de Sousa. – Azevedo Marques, *Apontamentos históricos*, **2**, 169, Rio, 1879. – (C.).

consigo todas as peças de escravos e mais fazendas que tivesse, Hei por bem e me praz que, na primeira caravela ou navio que vier das ditas partes, o deixeis vir, com todas as suas peças de escravos e mais fazendas; contanto que virão diretamente à Casa da Índia, para nela pagarem os direitos de quarto e vintena, e o mais que a isso forem obrigados, na forma que costumam pagar todas as fazendas que vêm das sobreditas partes."[6]

Jaques alcançou a costa do Brasil no fim do dito ano; e, fundeando no canal que separa do continente a ilha de Itamaracá, deu ali princípio a uma casa de feitoria no sítio, que chamou "dos Marcos", em virtude dos que aí depois se colocaram para termos de demarcação, no próprio continente, quase em frente da entrada do sul do mesmo canal e da antiga vila da Conceição, situada a cavaleiro, na própria ilha. Esta feitoria, ou outra a par desta, passou ao que parece a ser estabelecida pelo mesmo Jaques no porto de Pernambuco ou antes *Paranámbuko*, nome que significa furo do mar, segundo alguns; mas que parece antes dever derivar-se de duas palavras equivalentes a "mar largo"; visto haver no litoral mais algum *Paranambuco*, sem nenhum furo ou ria[7].

---

6 *Liv. das reformações da Casa da Índia*, fls. 25. Pública-forma de uma certidão em 23 de janeiro de 1755. – (A.).

7 *Pará-ná*, rio tantas vezes, ou mar, e *bog*, furo; ou antes *pucu*, largo, transformado em *mbuku* para a composição, segundo Montoya, *Arte*, cap. 22. – (A.).
Nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, **8**, 1880-1881, págs. 215-219, Batista Caetano e Vale Cabral colecionaram as diversas etimologias de *Pernambuco*, que se encontram nos autores. Acham-se aí nada menos de onze interpretações, inclusive a de Varnhagen; mas Batista Caetano opina por *paranã-puka*, arrebentação do mar ou rio grande, alusão quiçá ao recife. – (G.).

Deixando fundada essa feitoria, passou Jaques a correr a costa até o rio da Prata, onde pouco tempo se demorou, regressando outra vez para o norte, a cometer feitos que não tardaremos em comemorar. Primeiro nos cumpre dizer como por este mesmo tempo estacionavam ou navegavam nas águas do nosso litoral duas frotas, ambas de Castela. De uma, que constava de três naus, era chefe Diego Garcia[8]. Mandava a outra, com igual número de navios redondos e mais uma caravela, Sebastião Cabot, filho do navegador de igual apelido, que descobrira por Inglaterra as costas do norte deste grande continente. Estas duas frotas haviam deixado a Europa um pouco antes que Jaques. Diego Garcia, que partira primeiro, aportou em São Vicente; e tantos meses aí se demorou que parecia esquecer-se do seu destino, que era subir o rio da Prata. Por meio da relação que de suas viagens nos transmitiu, não se nos recomenda como homem verdadeiro, nem polido, nem superior à mesquinha inveja, e deve ler-se com preocupação. Cabot era mandado às Molucas por este lado, reforçando outra armada maior que havia partido um ano antes, e da qual em breve daremos notícia. Aportou Cabot em Pernambuco (II), onde já encontrou a feitoria portuguesa, e seguindo a navegação para o sul, só avistou de novo terra nas alturas da ilha, a que então pôs o nome de Santa Catarina. Aí fundeou Cabot, e logo de um porto vizinho da parte do sul vieram visitá-lo muitos

---

8 Diego Garcia era português e fora ao rio da Prata em companhia de Solis, no ano de 1516. Tomando pela terceira vez esse rio em companhia de d. Pedro de Mendonça, faleceu na ilha de Gomera nos últimos dias de setembro de 1535. Medina, *J. D. de Solis*. CCCXXXI. Não é, portanto, o mesmo Diego Garcia que em 1538 comandou um navio da expedição de Hernando Soto e descobriu a ilha de Diego Garcia nos mares índios. Harrisse, com razão, defende sua memória contra os entusiastas de Sebastião Caboto, que o deprimem. – (C.).

castelhanos, dos quais uns ali viviam desde muitos anos[9], e outro desde mui pouco tempo, não havendo querido seguir a d. Rodrigo, de quem passaremos a tratar.

Era d. Rodrigo de Acuña o comandante da nau *São Gabriel,* pertencente a uma armada[10] que, às ordens do comendador fr. García Jofre de Loaysa, partira, antes de Cabot e de Diego García, com direção às Molucas, seguindo derrota pelo ocidente. Essa armada, largando da Corunha em 24 de julho de 1525, avistara em princípios de dezembro a costa do Brasil, ao sul do cabo de São Tomé, e fora, pela maior parte, desbaratar-se junto ao estreito de Magalhães. Não é de nosso propósito contar esse desbarato, ao qual pouco depois se seguiu a morte de Loaysa e do seu imediato Del Cano; e contentemo-nos de saber que d. Rodrigo achou refúgio em um porto, ao sul da ilha de Santa Catarina, e encontrou vários companheiros de Solis que, abastecendo-o de água, lenha e mantimentos, deram da terra tais informes que muitos da tripulação, alborotando-se, se determinaram a ficar nela, em vez de exporem-se a novos perigos de mar. As exortações de d. Rodrigo apenas puderam atrair-lhe alguns poucos dos alborotadores.

9 Talvez em virtude de algum naufrágio, na ponta da barra do sul, que ainda hoje se chama dos *Naufragados*. – (A.).
Eram os companheiros restantes de Solis; deles já faz menção a carta de Çuñiga de 27 de julho de 1524, citada na nota I no final desta seção. – (C.).

10 Veja Herrera, *Déc*. **III**; 7º; 5, 6 e 7. Veja também gav. 2, 10, 20, a c. de Antônio Ribeiro, de 28 de fevereiro de 1525, da Corunha, e a relação da viagem de fr. García Jofre de Loaysa pelo capitão Andrés de Urdaneta, na *Col. de doc. inéd.* de d. Luís Torres de Mendoza, tom 5º. – (A.).

Daqui proveio a este porto o nome de porto de d. Rodrigo, com que por muito tempo foi conhecido nos mapas e roteiros. Acaso seria o mesmo a que Solis, dez anos antes, chamara baía dos Perdidos, talvez em virtude dos mencionados seus companheiros que aí lhe fugiram ou se perderam; se é que esses indivíduos não houvessem efetivamente ficado por aí, voluntariamente ou desgarrados, já desde alguns anos antes.

Com trinta e dois homens menos de tripulação, fez-se por fim d. Rodrigo de vela para o Rio de Janeiro. Neste porto convocou a sua gente a conselho: e nele foi resolvido que a nau, em vez de seguir para as Molucas, voltasse à Espanha, com alguma carregação de pau-brasil. Dirigiu, pois, d. Rodrigo o rumo para o norte e entrou na Bahia. Aí a tripulação se lhe diminuiu de nove homens que, indo à terra, lá ficaram devorados pelos selvagens, segundo se julgou.

Saindo da Bahia para o norte, pela muita água que fazia a nau, tratou de arribar, e deu-se a casualidade de que, meado outubro, fosse entrar justamente num porto próximo do rio de São Francisco, no qual se achavam carregando de brasil duas naus e um galeão de França[11]. Os capitães franceses ao princípio ofereceram proteção a d. Rodrigo, mandando-lhe até dois calafates; e quando, passados oito dias, se achava a nau espanhola virada de crena, e impossibilitada de navegar, caíram na fraqueza de ir acometê-la, intimando a d. Rodrigo que se rendesse. Vendo este que a resistência era impossível, meteu-se no batel, foi ter com os franceses, e conseguiu deles tréguas, ficando de lhes dar vinho e

11 Eram "*el galeon de Mosliense y Lomaria de la dicha villa, é otro navio de Normandía del rio de la Sena*". – Navarrete, *Colección de los viajes*, **5**, 321. – (C.).

azeite que diziam carecer. Enquanto, porém, se negociavam estas tréguas, e os franceses, tendo o capitão castelhano em reféns, se descuidavam da nau agredida, ela conseguia não só empinar-se e surgir boiante como picar as amarras e fazer-se de vela. Quando os franceses despertaram do seu descuido, já a nau espanhola ia barra fora, sem o capitão nem os marinheiros que o haviam acompanhado. Em vão d. Rodrigo lhes bradava e fazia sinais, em vão os seguia em um batel a vela. A nau *São Gabriel* já nem nas promessas do seu próprio capitão confiava, que a tanta desconfiança levam os desenganos das promessas não cumpridas.

Seguiu d. Rodrigo no batel todo aquele dia e parte do imediato. Porém... baldados esforços! A nau tinha desaparecido no horizonte, e o seu legítimo comandante e fiéis remeiros, exaustos de forças, emproavam para terra e iam varar a costa, a umas dez léguas para o norte do porto donde haviam partido; naturalmente na paragem que se ficou até hoje chamando os Baixios de d. Rodrigo, quase defronte do rio Cururipe. Daí se dirigiram por terra, bastante expostos aos selvagens, ao porto que acabavam de deixar.

Já tinham dele partido as duas naus francesas, e só ficara o galeão. Neste se alojaram os tristes por mais de um mês; mas, acabando o mesmo galeão de carregar, fez-se de vela, desamparando os míseros em um batel, sem mantimento algum!

Não havia, porém, soado a hora final aos pobres desamparados. Entregues à Providência, seguiram pelos mares durante vinte dias, nutrindo-se apenas de algum marisco e da pouca fruta que acertavam de colher pela costa, até que na ilha de Santo Aleixo lhes deparou Deus porto, onde puderam refazer-se. Nessa ilha tiveram a fortuna de encontrar alguma farinha de trigo, uma pipa de bolacha

molhada, um forno, e anzóis com que apanharam muito peixe[12]. De Santo Aleixo passaram à feitoria de Pernambuco[13].

Cristóvão Jaques se negou a dar-lhe passagem para a Europa, primeiro em uma nau que enviava carregada de brasil, e na qual mui provavelmente se embarcou com seus haveres Pero Capico, e depois numa caravela que igualmente mandou regressar ao reino. Pela primeira escreveu d. Rodrigo ao bispo d'Osma; porém, a carta, em vez de seguir ao seu destino, foi apreendida e ainda hoje se guarda no arquivo público em Portugal[14]. Dez meses depois escreveu outras, uma das quais para el-rei d. João III; e estas chegaram a Lisboa, pela mencionada caravela, ao mando do capitão Gonçalo Leite. As que eram para Castela foram remetidas pelo embaixador em Lisboa[15] Lope Hurtado. Os da nau *São Gabriel*, depois de eleger por capitão ao piloto Juan de Pilola, não podendo montar o cabo de Santo Agostinho, retrocederam à Bahia, para querenar; porém, inquietados aí por outra nau francesa, passaram ao cabo Frio e,

12 Segundo Oviedo houve, por esse tempo aproximadamente, uma feitoria de franceses em Santo Aleixo, o que repete La Roncière.
Os companheiros de d. Rodrigo, que ainda em 2 de novembro de 1528 existiam na feitoria de Pernambuco, chamavam-se Jorge de Catan (ou Catorico), Marchin Vizcaino, Bartholomé Vizcaino, Geronimo Ginoves, Alfonso de Nápoles, Pascual de Negro (ou Negrón) e Esteban Gómez. – Navarrete, *Col*. cit., **5**, 314, 321. – (C.).

13 Em 30 de abril de 1528 diz d. Rodrigo que havia dezoito meses que ali estava, e em 15 de junho de 1527 diz que havia sete meses. – (A.).

14 G. 18, 5, 20; Navarrete, **5**, 238; Varn. *Prim. neg. diplomáticas*, pág. 128. [*Revista do Instituto*, **65**, 432]. – (A.).

15 Of. do dito embaixador (em Simancas), m. 368, fol. 5. – Torre do Tombo, pp. 1, 39, 133 e g. 15, 10, 30. – (A.).

deste, a um porto mais ao sul, do qual se fizeram afinal de vela para a Europa, chegando a Bayona de Galiza aos 28 de maio de 1527[16].

Quando a nau espanhola *São Gabriel,* ao querenar, sofria as bombardadas dos três navios franceses, navegava pelos mares brasílicos, por aquela altura, a armada de Sebastião Cabot, que deixara Pernambuco no mês anterior. – E ai dos aleivosos, se nessa ocasião se aproximara da costa a esquadra espanhola! – Porém Cabot seguia de largo, e só foi de novo avistar terra na ilha de Santa Catarina, como antes dissemos.

As informações que a Cabot deram os castelhanos, que nesta ilha encontrou, das riquezas do rio da Prata, o induziram, a pretexto de não poder empreender maior viagem por se haver perdido a capitânia, a subir pelo mesmo rio da Prata, em vez de prosseguir para as Molucas[17].

Deixando, porém, os mais sucessos desta armada, bem como os outros da sua contemporânea castelhana ao mando de Diego

---

16 Nav., **5**, 173 e 233: quanto ao dito porto ao sul de Cabo Frio, ao qual na relação se chama *rio do Extremo*, pode supor-se que fora a Angra dos Reis ou a baía de Guaratiba, em vista do lugar que lhe assina a carta de Diogo Ribeiro (1529). – (A.).

17 Henrique Montes e Melquior Ramírez apenas confirmaram as notícias colhidas na feitoria de Pernambuco. Como evidencia Harrisse no livro citado supra, Cabot já levava desde então a ideia de ir ao Prata. – (C.). – Conf. Henry Harrisse, *John Cabot, the discoverer of North America, and Sebastian his son*, pág. 205, London, 1896. – As notícias teriam sido levadas a Pernambuco por Cristóvão Jaques. No *Islario* de Alonso de Santa Cruz lê-se: "*Al austro de estas ay otras islas dichas de Christoval Jaques, que era um Portuguez llamado asi, que las descubrió veniendo a este rio por capitán de uma caravela desde la costa del Brasil a fama del oro, que se dezia aver en el.*" (Franz R. von Wieser, *Die Karten von America in dem Islario General de Alonso de Santa Cruz*, pág. 56, Innsbruck, 1908.) – (G.).

García[18], e que não pertencem à nossa história, sigamos a Cristóvão Jaques em seus feitos. Vimos como, julgando que lhe bastava ter consigo as cinco caravelas latinas, mandara para o reino a nau, com carga de brasil. Logo depois, andando a correr a costa, com quatro das ditas caravelas, travou peleja com três navios de mercadores bretões, dois deles de cento e quarenta toneladas. Combateu um dia inteiro e, saindo vencedor, levou para Pernambuco os prisioneiros em número de trezentos. Segundo nos consta por tradição, este combate teve lugar num recôncavo, pelo rio Paraguaçu acima, junto à ilha ainda chamada dos Franceses. Sabendo, porém, positivamente, por outro lado, que as hostilidades começaram de parte dos navios franceses contra uma das caravelas, pelos tempos contrários esgarrada das outras, que depois acudiram, só teria o combate lugar nessa paragem, se acaso a ela se foram refugiar os mesmos navios, depois de começadas as hostilidades. As queixas do atribulado d. Rodrigo de Acuña, os informes de Gonçalo Leite, que se nos denuncia como pouco afeiçoado ao chefe, e uma carta de Diogo Leite, em que parece censurar quanto no Brasil se fazia, decidiram o governo em apressar-se a dar por acabada a comissão de Jaques. Para lhe suceder foi escolhido Antônio Ribeiro. E Jaques recolheu ao reino, com os trezentos prisioneiros estrangeiros que tinha consigo na feitoria. Neste número entrou talvez Acuña, em favor de quem se empenharia o mencionado embaixador espanhol Lope Hurtado[19].

---

18 Conf. J. Toribio Medina, *Juan Díaz de Solis*, **II**, págs. 186-188, Santiago de Chile, 1897. – (G.).

19 De muitos fatos narrados aqui pelo autor são desconhecidas as fontes: no que vagamente chama tradição parece referir-se a Gabriel Soares, *Tratado descritivo do Brasil*, 16. – (C.).

Quanto a Ribeiro, nenhuma notícia encontramos dos seus feitos em nossos mares[20]. Naturalmente abandonou pouco depois a costa com a esquadrilha, chamada talvez a outro serviço. O certo é que, ficando a feitoria desprotegida, caiu sobre ela um galeão de França, que a saqueou, conseguindo apenas o feitor Diogo Dias escapar-se em uma caravela, que ali então passava com destino para Sofala.

Cristóvão Jaques, que havia tido ocasião de estudar o país e de avaliar a sua riqueza, e que conhecia o estado florescente a que já nesse tempo tinham chegado as colônias portuguesas da Madeira, dos Açores e de São Tomé, onde possuíam importantes solares vários senhores donatários, cujos avós apenas eram conhecidos, propôs-se a ser também donatário no Brasil, oferecendo-se a levar consigo mil colonos.

Achava-se então em Lisboa Diogo de Gouveia, um dos portugueses mais ilustrados daqueles tempos, estabelecido em Paris, onde dirigia o colégio de Santa Bárbara, do qual saíram para o mundo literário não poucos alunos, que lhe deram glória. Gouveia, que desde 1513 prestava em França nos negócios das tomadias valiosos serviços, empenhou-se com el-rei d. João III para que levasse avante os intentos de Cristóvão Jaques (III). Parece, porém, que ainda então não estava a corte resolvida a seguir o seu parecer, como depois seguiu, apenas o tempo começou a deixar que se principiassem a realizar as previsões do profundo pensador, porventura antes tratado, como sucede ordinariamente, de sonhador e de utopista, pelos que

---

20 Antônio Ribeiro, capitão-mor da armada, estava em Pernambuco em novembro de 1528, quando despachava a petição de d. Rodrigo de Acuña. – Conf. Navarrete, *Colección de los viages y descubrimientos*, **V**, págs. 313-314, Madri, 1837. – (G.).

não pensam, ou pelos que não chegam a lobrigar o que ele vê às claras. Digamos desde já que o de que tratamos é o mesmo doutor (ou mestre) Diogo de Gouveia, que depois (1537) foi eleito regente da Universidade de Bordéus e, nesta, lente de teologia, enquanto não passou a Coimbra com muitos outros professores que foi encarregado de ajustar[21].

Antes de prosseguir, cumpre-nos dizer que os interessados[22] nos três navios apresados por Cristóvão Jaques requereram a Francisco I, por intermédio do conde de Laval, governador de Bretanha, cartas de marca para se indenizarem de suas perdas, que orçavam em sessenta mil cruzados. Mandou Francisco I a Portugal para agenciar essas indenizações o rei d'armas Helice Alesge de Angoulême. Chegou este a Lisboa em janeiro de 1529; deu conta da missão, porém, não sendo despachado durante mais de dois meses, regressou à França; e poucos dias depois assinava Francisco I uma carta-patente do corso, em favor do célebre Ango, contra Portugal. Vendo-se,

---

21 Barbosa e Mariz enganam-se, atribuindo alguns de seus atos a André de Gouveia. Diogo faleceu, com mais de 90 anos, de cônego em Lisboa, em 1557. – (A.).

22 Yvon de Coctugar, François Guerret, Mathurin de Tournemouche, Jean Bureau e Jean Jamet. A tradução portuguesa da carta de Francisco I, de 6 de setembro de 1528, ao rei d'armas de Angoulême, para que reclamasse justiça de d. João III pelos atentados sofridos, existe na Torre do Tombo, *Corpo cronológico*, **I**, 43, 25, e está publicada na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, págs. 74-76. A um "monseor Qualcougar", por certo o mesmo Coctugar, refere-se uma carta de d. João III ao conde de Castanheira, de 21 de setembro de 1533, sobre o concerto que com ele fizera, por intermédio de Guilherme Camier, bretão; recomenda que se lavre escritura pública do concerto para ficar muito seguro, que se dê 30 cruzados ao procurador para o caminho, com todas as boas palavras para que vá contente, e um pote de vinho ao seu serviço. – J. D. M. Ford, *Letters of John III, king of Portugal* – 1521-1557, págs. 135-136, Cambridge (Massachusetts), 1931. – (G.).

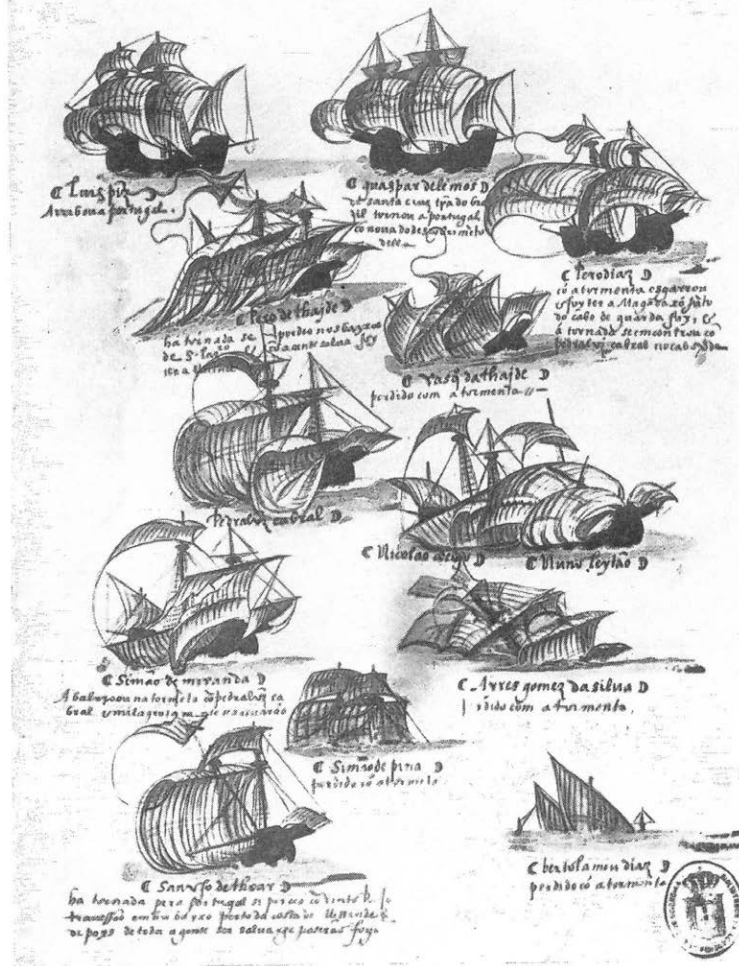
porém, mui necessitado de dinheiro, inclusivamente para pagar o resgate de seus filhos ao vencedor Carlos V, mandou o mestre Pedro de la Garde de embaixador a d. João III, oferecendo-se a cassar as cartas de corso e pedindo-lhe trezentos mil cruzados emprestados. Respondeu o monarca português (com muitas desculpas e incumbindo de encarecê-las em França o seu embaixador João da Silveira) que por obsequiá-lo lhe emprestaria cem mil cruzados em dinheiro; e que o mais, que passava e muito de trezentos mil cruzados, lhe cedia também de empréstimo, se ele quisesse fazer justiça, obrigando muitos dos seus vassalos a restituir as tomadias ilegitimamente feitas. João da Silveira era autorizado, inclusivamente, a agenciar estes negócios, concedendo aos indivíduos que assentasse "algum proveito secreto"[23]. A este mesmo intento foram de embaixada os desembargadores Lourenço Garcez e Gaspar Vaz.

Entretanto, reconhecera-se que eram insuficientes as pequenas capitanias, antes fundadas no Brasil, e que as simples armadas de guarda-costas, além de muito dispendiosas, não prometiam toda a segurança, sem uma forte colônia nalgum porto vizinho, a que elas se pudessem recolher para refazer-se, não só de mantimento como de gente, em caso de necessidade. Ao mesmo tempo a colônia, desenvolvendo-se e crescendo, poderia com seus próprios recursos sustentar tal armada, sem sobrecarregar o tesouro da mãe-pátria.

A ideia de fundar, pois, no Brasil uma colônia vigorosa começava a triunfar, quando se recebia em Lisboa uma carta escrita (IV) de Sevilha por um d. Simão Afonso, dizendo como, acabando Sebastião

---

23 C. r. a João da Silveira, de 16 de janeiro de 1530; e sup. ao arm. 26, m. 2º, nº 31. – (A.). – Navarrete, *Col. de viajes*, **5**, 236. – (C.).

Ermida do Restelo. Ponto de partida da frota de Cabral.

As naus da frota de Cabral a seu destino. Do Livro das Armadas, manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa.

Cabot de chegar mui derrotado do rio Paraná, o haviam mandado ali prender, e de como pensava ele doutor que Espanha não tentaria para aquelas bandas novas empresas.

O plano vago da fundação de uma povoação forte no aquém-mar se fixou então justamente sobre essa paragem de clima temperado, e de tantas apregoadas riquezas, que os castelhanos escarmentados iam porventura desamparar de todo: sobre as margens do rio da Prata. Além das competentes guarnições e tripulações, embarcaram-se nelas famílias inteiras... "Vão para o rio da Prata!"... E bastava esta voz para não faltar quem quisesse alistar-se... Ao todo contam-se nas cinco velas[24] quatrocentas pessoas. Muitas destas diziam adeus à pátria, no momento em que porventura sonhavam que dentro de pouco volveriam a ela com grossos cabedais – com rios de prata. Henrique Montes, que estivera com Cabot e que tinha passado a Portugal, regressava na armada (V) feito *cavaleiro da casa*, e agraciado com o ofício de provedor dos mantimentos, assim na viagem, como ao depois, "em terra, em qualquer lugar onde assentassem" os que iam na armada, uns por obediência às soberanas ordens, outros por curiosidade, ou por ambição ou sede de riquezas, e alguns até por sua infelicidade – seus vícios e crimes.

Para comandante fora escolhido Martim Afonso de Sousa, que ao depois se fez célebre na Ásia, obrando prodígios de valor (VI).

---

24 Em uma destas voltava ao Brasil o mesmo Diogo Leite, que estivera às ordens de Cristóvão Jaques. – (A.). – A armada, como se vê do *Diário* de Pero Lopes, constava da nau maior capitânia, de dois galeões: um chamado *São Miguel*, comandado por Heitor de Sousa, outro *São Vicente*, comandado por Pero Lobo Pinheiro, e duas caravelas: *Princesa*, comandada por Baltasar Gonçalves, e *Rosa*, comandada por Diogo Leite. Fr. Luís de Sousa, *An. de d. João III*, 283, dá a armada como composta de três naus e quatro caravelas. – (C.).

Contava então apenas trinta anos; mas já, por seu bom juízo, havia merecido a honra de fazer parte dos conselhos do rei. A amizade e o parentesco que com ele tinha o vedor da fazenda d. Antônio de Ataíde, depois conde da Castanheira, deviam contribuir muito para a escolha; mas quem, como nós, teve ocasião de conhecer tão cabalmente o dito Castanheira, por toda a sua correspondência privada e de ofício, incluindo a que ao depois por anos entreteve com o mesmo Martim Afonso, no serviço na Ásia, não pode por um só instante suspeitar que, no ânimo do conde, a amizade preponderasse ao zelo pelo Estado, tratando-se de um empregado deste, além de que não era o conde da Castanheira exclusivo no conselho – e não se atreveria a fazer ao soberano qualquer recomendação, quando não tivesse o apoio de Antônio Carneiro, que era também secretário, mui influente na governação do Estado. Demais: o êxito desta expedição e a sua sucessiva carreira de serviços de Martim Afonso justificam cabalmente a proposta que dele fez o seu primo e amigo a Sua Alteza – que tal era o tratamento que se dava ainda ao rei.

Vinha Martim Afonso munido de poderes extraordinários, tanto para o mar como para reger a colônia que fundasse; e até autorizado com alçada e com mero e misto império no cível e no crime, até morte natural inclusive; exceto quanto aos fidalgos que, se delinquissem, deveria enviar para Portugal. Trazia autorização para tomar posse de todo o território situado até a linha meridiana demarcadora; para fazer lavrar autos e pôr os marcos necessários; para dar terras de sesmaria a quem as pedisse, e até para criar tabeliães, oficiais de justiça e outros cargos. As sesmarias[25] deviam ser dadas em uma só vida, o que não

---

25 "Sesmarias são as datas de terras... que foram ou são de alguns senhorios", etc. *Ord. man*. **IV**, 67; e *filip*., **IV**, 43. – (A.).

parece coerente com o pensamento de ligar a terra à geração perpetuada de pais a filhos. Não sabemos que política ou que miras envolvia esta disposição, que logo depois se modificou, com melhor conselho.

Com Martim Afonso vinha também nesta armada seu irmão Pero Lopes de Sousa, moço honrado e de grandes brios e valor, e igualmente muito bem-conceituado perante o mesmo conde da Castanheira[26]. À pena de Pero Lopes devemos hoje tudo quanto de mais averiguado sabemos dessa expedição, que se apresentou diante do cabo de Santo Agostinho no último de janeiro de 1531, depois de haver tido alguns dias de demora, para se refazer de mais mantimentos, na Ribeira Grande, porto da cidade capital do arquipélago de Cabo Verde.

---

26 A Martim Afonso escrevia de Pero Lopes o c. da Castanheira, em 1538: "Pero Lopes, vosso irmão, está um homem muito honrado, e outra vez vos afirmo muito honrado. E digo-vo-lo assim porque pode ser que por sua pouca idade vos pareça que terá bons princípios, mas que não será ainda de todo bem assentado nisso, como vo-lo eu aqui digo que é ainda menos do que dele cuido". – (A.).

A data de 1538 não deve estar certa, pois não combina com o fato de Pero Lopes já ser então pai de família e donatário de uma capitania de juro e herdade. Será 1528? Em todo caso, será posterior a 1521, reinado de d. João III. – (C).

O dr. Jordão de Freitas, *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. **III**, pág. 120, nota 161, diz que não parece aceitável a data de 1528, tanto mais que nessa época Martim Afonso de Sousa estava na corte, com o futuro conde da Castanheira. Se há erro de algarismo – acrescenta –, possível será que em vez de 1538 deva ler-se 1535, ano em que Martim Afonso de Sousa já se achava na Índia, como capitão-mor do mar. Martim Afonso era parente do conde da Castanheira. Em carta a este, de 1º de fevereiro de 1533, d. João III escreve: "Vy a carta que me escrevestes sobre a vynda de Pero Lopes de Sousa, e o muyto prazer e cõtentamento que tendes das boas novas que elle trouxe. Vos agradeço muito, porque allem da Rezam que tendes de folgar tanto pelo parentesco que tendes com Martinho Afonso e Pero Lopez, tambem sam [sou] certo que a prinçipall parte he por serem cousas tanto de meu serviço". – J. D. M. Ford, *Letters of John III*, citadas, pág. 81. – (G.).

Para não interrompermos dentro de pouco a narração que vai seguir-se, digamos já que, complicando-se as negociações em França, e havendo probabilidade de que mais se complicariam com alguns feitos da nova armada, foi lá de embaixador, em maio de 1531, o próprio vedor da fazenda d. Antônio d'Ataíde. E à presença nesse reino, durante poucos meses, deste prudente estadista, a quem por certo não se faz geralmente a devida justiça, atribuímos não só as capitulações celebradas com Ango mas também as boas disposições da parte do almirante de França (VII) e outros, para os acordos depois tomados, em virtude dos quais, em 1537, se instalaram em Irun e Fuenterrábia comissões mistas de Portugal e França, para atenderem às reclamações de presas e tomadias, dos queixosos duma e outra parte. O próprio João Afonso, de apelido *Francês*, prático do Brasil[27] (e que antes de fugir de Portugal fora mestre de um navio de Duarte de Paz), recebeu d'el-rei carta de seguro de que não seria demandado, nem perseguido[28], por incurso nas penas dos *naturais* que aceitavam serviço do mar das outras nações, ou iam às conquistas sem licença (VIII).

---

27 "*Joannis Alfonsi Francez, qui erat expertus in viagiis ad brasiliarias insulas*". – (A.). – O documento citado, escreve Sousa Viterbo, se acha no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, num maço de libelos apresentados pelo dr. Jorge Nunes aos juízes comissários, delegados para a divisão das presas feitas no mar entre portugueses e franceses (gav. 15, maço 24, doc. 3, libelo 16). No segundo libelo, logo em princípio, também se fez referências a João Afonso: "*...adversus Rogerium Bansa Magistrum unius navigiis qui erant de conserva Joannis Alfonsi Francez cognomento et contra Giles Philippes capitaneum navis aut navium dictae conservae Joannis Alfonsi et contra Joannem Ango vicinos de Anna Frol...*" – (C.).

28 "Casa da Coroa", arm. 26, 3, 10. – (A.). – Publicado pelo autor em *Amerigo Vespucci*, 115-116, Lima, 1865, e reproduzido por Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, **1**, 16-17, Lisboa, 1898. – (C.).

NOTAS DA SEÇÃO VII

I
(Pág. 201)

Do *Nobiliário ou Coleção de títulos de diversas famílias*, por José Freire Montarroio Mascarenhas, códice da Biblioteca Nacional de Lisboa, resumiu o sr. F. M. Esteves Pereira, *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. **II**, págs. 361-364, várias notícias acerca de Cristóvão Jaques, da procedência de sua família e da sua descendência, como também de suas expedições ao Brasil.

Os Jaques, segundo essas notícias, eram originários do reino de Aragão. Guillelm Jaques, com seu filho Diogo Gil Jaques, passou a Portugal ao tempo da menoridade de d. Afonso V, quando governou o rei d. Pedro, duque de Coimbra, que lhe fez mercê de terras no Algarve. Pero Jaques, filho de Diogo Gil, foi como seu pai fidalgo da casa real, teve as mesmas terras e morgado e foi feito por d. Afonso V comendador de Bouças. Esse Pero Jaques foi o pai de Cristóvão Jaques, filho segundo, bastardo, porque os comendadores então não podiam casar, havido em Beatriz Afonso, mulher solteira, filha de lavrador honrado. Por carta de d. João II, datada de Montemor-o-Novo, a 31 de janeiro de 1495, Cristóvão Jaques foi legitimado; como na mesma carta o rei diga: "querendo fazer graça e mercê a Cristóvão, filho de Pero Jaques", observa o Sr. Esteves Pereira, ib., 363, que "na data da legitimação Cristóvão Jaques devia ser mancebo de cerca de quinze anos, tendo nascido pelos anos de 1480".

Não se casou no Algarve com d. Isabel de Paiva, filha de Gil Anes de Magalhães, o cavaleiro, e d. Isabel de Paiva, sua mulher, conforme se tem escrito; mas com uma filha de Francisco de Porto Carreiro, da qual houve três filhos, dois homens e uma mulher: Manuel Jaques Porto Carreiro, talvez o mesmo Manuel Jaques referido em outra nota; Francisco de Porto Carreiro e Catarina Jaques, que foi casada com seu tio Henrique Jaques.

Das mesmas notícias consta que d. Manuel, sendo Cristóvão Jaques fidalgo de sua casa, o mandou ao Brasil, dando-lhe cem mil reais para armar dois navios. Por outro mandado sabe-se que veio ao Brasil e "gastou na viagem dois anos, quatro (aliás dez) meses e dezoito dias, que começaram em 21 de junho de 1516 e acabaram em 9 de maio de 1519, com o ordenado de dezoito quintais de pau-brasil por ano... e recebeu de Pedro Cardoso, feitor das almandravas do reino do Algarve e cavaleiro da casa do rei, cento e vinte e cinco mil e quinhentos reais, além do que cobrou depois os cem mil reais que lhe haviam prometido", ib., 363. Dessa última quantia passou-se alvará, em 2 de setembro de 1521, para lhe ser paga pelo tesoureiro Fernão Álvares; mas é possível que houvesse delongas no pagamento.

Foi nessa viagem, cujas instruções deviam ser contra os castelhanos, que Cristóvão Jaques, depois de fundar uma feitoria em Pernambuco, encontrou ao sul, em um porto de Santa Catarina, nove dos companheiros de Solis e navegou até o rio da Prata, conforme, baseado na carta de Luís Ramírez, presumiu Capistrano de Abreu (*Livros I e II da História do Brasil de frei Vicente do Salvador*, pág. 35, nota, Rio, 1887; prefácio da *História topográfica e bélica da nova colônia do Sacramento*, págs., nota B, Rio, 1900), e agora, como juntamente reconhece o sr. Esteves Pereira, vêm confirmar as notícias de Montarroio Mascarenhas.

A essa viagem devem referir-se as palavras do embaixador João da Silveira a d. João III, em carta de Paris de 24 de dezembro de 1527, *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pág. 490, avisando-o da partida projetada de navios franceses para "um grão rio na costa do Brasil... creio que é o que achou Cristóvão Jaques".

De uma carta ao imperador Carlos V, escrita pelo seu embaixador em Portugal, Juan de Çuñiga, datada de Évora, 27 de julho de 1524, tem-se deduzido outra viagem de Cristóvão Jaques ao Brasil e ao rio da Prata em 1521. O embaixador diz ter atraído à sua pousada, uns quinze dias antes, um homem que não nomeia, e que, confiando em sua palavra, embora com grandes medos, lhe disse "*que agora três años, el Rey don Manuel le dió licencia que fuese á descubrir por aquella costa, prometiéndole grandes mercedes si hallase cobre y otras cosas que él deseaba, y dice que se fué derecho al Brasil con dos carabelas, y que seguió la costa del dicho Brasil por el sudueste setecientas leguas de donde ellos toman el Brasil, y que halló à las léguas, poco más ó ménos, nueve hombres de los que fueron con un Juan de Solís á descobrir, y habló con ellos, y están casados alli, y quiseram que él se los truxera, porque él no osó por ser castellano, y porque él sabía que al Rey le había pesado de lo que iba á descubrir el dicho Juan de Solis, porque les prometió que si Dios alli le tornase, que los traeria. Dice que en la tierra que aquellos estavan no hay cosa de provecho, y que siguió su costa otras leguas, que son las dichas, y que halló un río de agua dulce, maravilhoso, de anchura de cuatorce leguas, y que subió por el rio doce leguas y vió muy hermosos campos á todas partes, y que surgió alli y tomó lengua de la tierra, y que dijeron que aquel río no sabian de donde venía sino que era de muy lejos...*". Esse homem, diz em começo de sua carta o embaixador, "*andaba con el Rey* [de Portugal] *en demandas y respuestas para que le pagase su trabajo, ayudandole para que pudiese volver allá, a vista de lo que había descubierto...*". Medina, *Juan Diaz de Solis*, **1**, CCCXII-CCCXVI.

Do exposto, vê-se que a expedição descrita se efetuou três anos antes de 1524, isto é, em 1521; que era castelhano quem a empreendeu; que se compunha de duas caravelas; que a trezentas léguas, pouco mais ou menos, do lugar onde os portugueses tomavam pau-brasil, isto é, de Pernambuco, seguindo para o sul, achou os nove homens da armada de Solis, em Santa Catarina, e, continuando a navegar, foi ter a um rio maravilhoso, de quatorze léguas de largura, pelo qual seguiu doze léguas. Vê-se também que, excluídas as duas primeiras circunstâncias, as demais se ajustam perfeitamente à armada de Cristóvão Jaques, de 1516 a 1519; por outro

lado, não se conhece nenhuma expedição portuguesa que no último ano do reinado de d. Manuel viesse ao Brasil e ao rio da Prata. Pode-se, portanto, admitir seja ele o homem a quem Çuñiga se refere, embora contra essa hipótese militem as duas circunstâncias apontadas: o tempo que o embaixador assinala para a navegação e a qualidade de castelhano que atribui ao navegador. Quanto à primeira, é possível engano de Çuñiga, ou do próprio Cristóvão Jaques, dizendo *tres años*, em vez de *seis años*, o que daria 1518 ou 1519, para termo da viagem; quanto à segunda, é provável que Cristóvão Jaques, talvez desgostoso pela demora das recompensas prometidas, ou por não ter comissão nos primeiros anos do reinado de d. João III, pusesse seus serviços à disposição da coroa de Castela e se dissesse castelhano para vê-los melhor aceitos.

Parece, pois, que se deve eliminar a expedição de 1521, fundida com a primeira de 1516 a 1519, sobre a qual não pairavam dúvidas.

Da segunda viagem sabe-se por frei Luís de Sousa, *Anais de el-rei Dom João Terceiro*, pág. 178, Lisboa, 1844, que: "No mesmo [ano de 1526] despachou El Rey a primeyra Armada que foy em seu tempo ao Brasil; Capitão-mór Cristóvão Jaques. Foy correr aquella costa, e alimpalla de corsários, que com teyma a continuavão pollo proveito do pau Brasil. E erão os mais dos portos de França do Mar Oceano." Era uma armada de guarda-costas e destinava-se especialmente a impedir que os franceses continuassem a forragear em nosso litoral. Além de Cristóvão Jaques, que comandava a nau capitânia, vinha como capitães de três caravelas Diogo Leite, Gonçalo Leite e Gaspar Correia; mas não se conhece o número exato dos navios que compunham a esquadrilha.

Uma carta do embaixador João da Silveira, datada de Paris a 11 de fevereiro de 1526, referida no texto, denunciava ao rei que se estavam armando nos portos de França dez navios para o corso no Brasil, e essa seria a razão decisiva para o apresto da armada. A data da saída de Portugal não consta de documento algum conhecido. Da carta de Diogo Leite, de 30 de abril de 1528, *Revista do Instituto Histórico*, **6**, pág. 222, deduz-se que o tempo da armada era limitado a dois anos, "des o dya que chegamos a esta costa", e já estava terminado; portanto, acrescentando-se àquele tempo, pelo menos, cinquenta dias, que comportava a travessia oceânica, ter-se-ia para a partida os dez primeiros dias de março de 1526. Mas, com essa suputação não concorda o fato de trazer o capitão-mor um alvará passado a 5 de julho daquele ano, que vem transcrito no texto, sobre a retirada de Pero Capico; além de que, se foi a carta de João da Silveira uma das causas determinantes da expedição, como parece, não é possível conceber que em tão angusto prazo – de 11 de fevereiro a 10 de março –, sem contar o tempo que levaria a missiva do embaixador para chegar às mãos do rei, fosse ela aprestada. O mais certo é que tenha zarpado em setembro ou outubro, que era a monção preferida, para alcançar em dezembro a costa do Brasil, como diz o autor. Do modo por que foi cumprida a missão existem documentos vários que certificam sobretudo da guerra sem tréguas feita aos franceses. Reclamações e queixas chegaram à presença de d. João III e por isso talvez Cristóvão

Jaques tivesse sido substituído no cargo por Antônio Ribeiro, que na feitoria de Pernambuco despachava a 26 de outubro de 1528 uma petição de d. Rodrigo de Acuña, para que se tomassem as declarações de alguns marinheiros da nau *São Gabriel* sobre os desgraçados sucessos que experimentaram desde sua separação da armada de Loaysa. Navarrete, *Colección de los viajes*, **5**, 313-321. Depois o nome de Cristóvão Jaques ainda aparece em uma proposta, talvez de 1530, para povoar o Brasil, introduzindo mil colonos, como consta de uma carta de d. Diogo de Gouveia, dada de Ruão, 29 de fevereiro e 1 de março de 1532, a. d. João III.

"Entretanto" – observa Capistrano de Abreu, *Livros I e II da História de Frei Vicente do Salvador*, cits. –, "o seu oferecimento não foi aceito, nem seu nome figura entre os dois donatários, ou porque não parecesse satisfatório o seu desempenho de comissão, sobre o qual há muitas queixas, fundadas ou não, ou por qualquer outro motivo não conhecido, e que teria antes valor biográfico do que histórico."

Veja-se sobre Cristóvão Jaques: F. M. Esteves Pereira, *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. **II**, págs. 361-364; Antônio Baião e C. Malheiro Dias, ibidem, vol. **III**, págs. 59-94. – (G.).

II

(Pág. 203)

Sebastião Caboto chegou a Pernambuco em 4 de junho de 1526, por conseguinte um mês antes da nomeação de Cristóvão Jaques. Já encontrou fundada a feitoria e nela notícias das riquezas do rio da Prata, que o desviaram da projetada expedição às Molucas. É mais uma prova de viagem de Cristóvão Jaques sob o reinado de d. Manuel, e de logo daquela vez ter sido fundada a feitoria. Nada autoriza a crer que tivesse mudado de lugar. Pernambuco parece ter sido primitivamente o nome do canal que separa Itamaracá do continente. De um trecho do membro da expedição Alonso de S. Cruz que Harrisse publicou em *John Cabot, the discoverer of North America*, etc., pág. 409, London, 1896, pode concluir-se que Itamaracá era chamada naquele tempo ilha da Ascensão.

Em Pernambuco a primeira pessoa que se dirigiu para a nau capitânia foi João ou Jorge Gomes, que estava desterrado e daí se incorporou à armada. Medina, *J. D. de Solis*. O feitor chamava-se Manuel de Braga, como se vê no citado livro de Harrisse. João de Melo da Câmara descreve esses colonos como homens que se contentam "com terem quatro índias por mancebas e comerem do mantimento da terra", ao contrário dos que queria introduzir, "homens de muitas sustância e pessoas mui abastadas, que podem consigo levar muitas éguas, cavalos e gados, todas as outras cousas necessárias para o frutificamento da terra". – (C.). – Manuel de Braga obteve carta de mercê "dos ofícios de feitor e almoxarifado da *capitania*

dos bytygares que Pero Lopes tem no Brasil", os quais por seu falecimento passaram a João Gonçalves, criado de Pero Lopes, por carta de mercê feita em 8 de fevereiro de 1538. – Liv. 49, fls. 30 v. da chancelaria de d. João III, cit. pelo dr. Jordão de Freitas, na *Lusitânia*, vol. **III**, fasc. IX, pág. 324.

Em dezembro de 1530, quando a feitoria foi saqueada por um galeão de França, o feitor era Diogo Dias, que Martim Afonso foi encontrar na Bahia. É possível que Manuel de Braga tivesse o cargo pela segunda vez, e desta com a carta de mercê a que se refere o documento supracitado. – (G.).

III
(Pág. 210)

Consta isso do seguinte trecho da carta que de Ruão escreveu a d. João III Diogo de Gouveia, a 29 de fevereiro e 1 de março de 1532: "A verdade era dar, Senhor, as terras a vossos vassalos, que três anos há que se a Vossa alteza dera aos dois que vos falei, a saber do irmão do Capitão da ilha de S. Miguel, que queria ir com dois mil a povoar, e de Cristóvão Jaques com mil, já agora houvera quatro ou cinco mil crianças nascidas e outros moradores da terra casados com os nossos, e é certo que após estes houveram de ir outros moradores e se vós, Senhor, estorvaram por dizerem que enriqueciam muito. Quando vossos vassalos forem ricos, os reinos não se perdem por isso, mas se ganham... porque quando lá houver sete ou oito povoações estes serão abastantes pera defenderem aos da terra que não vendam o brasil a ninguem e não o vendendo as naus não hão de querer lá ir pera virem de vazio.

"Depois disso arpoveitarão a terra, na qual não se sabe se há minas de metais como deve haver, e converterão a gente à fé, que é o principal intento que deve de ser de Vossa Alteza, e non teremos pendença com esta gente nem com outra...". Varnhagen, *Primeiras negociações*, 135 [*Revista do Instituto*, **35**, 438].

O irmão do capitão da ilha de São Miguel chamava-se João de Melo da Câmara: dele possuímos uma carta a d. João III, sem data, mas de 29 ou 30, como se vê do trecho acima de Gouveia, em que alude à sua proposta. Melo da Câmara assim se refere a Cristóvão Jaques: "...dá-me muita paixão darem pessoas informações a Vossa Alteza como querem, por onde o fazem assim estar perdendo tempo, e não tomar em nem uma cousa conclusão. E non sei, Senhor, quem lhas dá, porque lhe não dizem que dê as terras que tem perdidas a seus vassalos e naturais, que lhas ganhem e povoem, pagando-lhe aqueles direitos que Vossa Alteza ordenar e forem resão, e não buscarem lhe cousas em que gaste dinheiro sem proveito, como agora me certificaram que dizia Cristóvão Jaques que lhe mandara Vossa Alteza dizer que não fazia nada desta terra sem seu parecer, o que lhe havia de mandar ou mandara já por apontamentos. E que este meio buscara por terceira pessoa, que o dissesse

como de si a Vossa Alteza, que eu não sei que parecer pode ser o seu, pois que Vossa Alteza tem por experiência nisto quanto foi. E diz que buscou este meio pera lhe dizer que não dê senão a tal parte a tal e que o mais guarde pera si pelo muito ouro, e prata, e metais que aí havia e que pera aqui havia de dar-me Vossa Alteza que o fizesse; mas até aqui não temos visto esta soma de metais, nem que nos visse, senão dizerem que um homem viu outro... [falta] que fosse assi porque eu e os mais amigos nossos portugueses e naturais somos leais, e não castelhanos nem franceses, e tudo como é servido de Vossa Alteza. E com isto diz que com estas cousas se há de vingar dos que lhe pedem o seu, e que os há de fazer ficar nas motanhas e serranias pera que se percam, porque ele crê que toda esta terra lhe pertence de direito, e que não há lá de mandar Vossa Alteza outrem senão a ele, e assi o anda dizendo, que eu afirmo a Vossa Alteza que lhe o ouvi, e eu, Senhor, lhe digo pera que saiba a verdade e a tenção e fundamento deste homem, e daí pode fazer o que mais seu serviço for. E se Vossa Alteza quiser mais verdadeira informação da terra, aqui andam homens que o sabem tão bem como ele, porque foram nela mais vezes, e que lhe darão verdadeiramente, porque não são partes no caso". – Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, **1**, 216-217, Lisboa, 1898. – (C.).

IV

(Pág. 212)

Nota 26 da 1ª edição desta *História*, suprimida nas outras edições.

Carta de Simão Afonso, de Sevilha: "– Sñr. eu estou nesta cidade de seuilha esperãdo requado de Vosa alteza pa daqui hir á corte do emperador pedir execução cõtra Joaõ frz. de crasto ẽ seus bẽs se V. A. asi ouver per seu serviço por que aqui já esta detreminado q. se não ha de fazer sem o dº cõselho vir per especial mãdado ás justiças desta cidade que a fação segundo tenho escrito a V. A., e per naõ ver mãdado de V. A. não saõ já partydo porque sua justiça se perde ẽ esto se dilatar mãdeme. V. A. o que for seu seruiço porque naõ espero outra cousa. Esta somana chegou aqui hũ piloto e capitaõ que era hydo a descobrir terra o quoal se chama gabote piloto mor destes reinos e he ho que mãdou o navio que veo ter a lixboa agora ha dous anos que trazia nova de hua tera descuberta polo rio Pereuái que deziaõ ser de muito ouro e prata, elle veo muy desbaratado e pobre por q. dizẽ que não tras ouro nẽ prata nẽ cousa algua de proveito aos armadores e de duzẽtos que leuou não tras vyte que todos los outros dyzẽ que la ficaõ mortos hũs de trabalho e de fome outros de quera q. cos mouros tiveraõ por q. as frechadas dizẽ mataraõ muitos deles e lhe desfizeraõ hua fortaleza de madeyra que la tinhaõ feyta, de maneira que elles vem mal cõtetes, e o piloto está pesso e dizẽ que querem mandar á corte ver o q. mãndaõ q. se dele faça, o q. disto pude saber e se

aqui pobrica ayda que mui passo he que na terra que deziaõ ter descuberto naõ deixaõ nenhum requado saluo a gẽte morta e o gasto perdido. dizẽ com tudo estes homes que vierão que a terra he de muita prata e ouro e a cauza perq. naõ trazẽ nada he segundo dizẽ per que o capitaõ os naõ quis deixar tractar e taobem perque os mouros os eganaraõ e se alevantaraõ cõtreles disto poderá V. A. crer o que lhe parecer, da terra ficar deserta naõ tenho duvida o rio dizẽ que he mui grande e alto e mui largo, na ẽtrada se V. A. ouuer por seu seruiço mãdar la agora o podera fazer, porq. esta gẽte apartase donde não ve drº, e se acerqua disto poder ao diãte saber mais particularidades escreverei a V. A., nosso snr. a vida e real estado de V. A. cõserve e acrecẽte per muito anos, de seuilha ha ij dagosto de 1530. – Simão, doctor.”. – Conf Henry Harrisse, *John Cabot, the discoverer of North-America, and Sebastian his son*, citado, págs. 196, 427-428. – (G.).

V
(Pág. 215)

Torre do Tombo, chancelaria de d. João III, liv. 56, fls. 130 v. – (A.). – Da volta de Henrique Montes dá notícia Herrera, *Déc*. **IV**, 1. X, c. 6. – (C.). – Henrique Montes era português: Harrisse, *John Cabot*, *the discoverer of North-America, and Sebastian his son*, citado, pág. 239; Medina, *El veneciano Sebastian Caboto al servicio de España*, Santiago de Chile, 1908, t. I, pág. 261, citando a declaração de mestre Juan, ibidem, t. II, pág. 238. Teria quatorze ou quinze anos de idade, quando acompanhou a expedição de Solis ao rio da Prata. De volta, em 1516, naufragou o galeão em que vinha com dez companheiros, nas vizinhanças do porto dos Patos, e ficou entre os índios até regressar à Espanha na armada de Cabot. Nesse intervalo, prestou bons serviços a d. Rodrigo de Acuña, o comandante da *São Gabriel*, quando, depois de abandonar a esquadra de Loaysa, tocou naquele porto.

Montes levou consigo para a Espanha duas índias forras, suas mulheres; com uma delas passou a Portugal, a outra ficou em Cantillana.

Embarcou de novo na armada de Martim Afonso de Sousa, como consta de Herrera, no lugar citado em princípio desta nota.

Melquior Ramires, natural de Lepe, era com Montes derrelito da armada de Solis, em que tinha a graduação de alferes. Voltou à Espanha com Diego Garcia, que passou pelo porto de Patos pouco depois de Cabot.

Sobre Montes há abundantes informações nos livros de Harrisse e Medina, citados supra, como também no deste último – *Juan Díaz de Solis*, vol. **I**, onde à pág. CCCXXXVIII se encontra o fac-símile de sua assinatura. Veja-se ainda a carta de Luis Ramires, na *Rev. do Inst. Hist.,* t. **15**, 1852, págs. 14-41. – (G.).

VI
(Pág. 215)

"Era Martim Afonso de Sousa um fidalgo principal e de alta linhagem, neto de Pedro de Sousa, senhor do Prado, e filho de Lopo de Sousa, senhor do Prado, Pavia e Baltar, alcaide-mor de Bragança, e aio do duque de Bragança, d. Jaime. O próprio Martim Afonso de Sousa foi na sua primeira mocidade criado dos duques, passando depois para o serviço do príncipe herdeiro, d. João. Ele e seu primo coirmão, d. Antônio de Ataíde, foram os dois grandes validos e privados de d. João, chegando a tal este valimento que ofuscou o ânimo cioso d'el-rei d. Manuel, o qual tratou de arredar os dois jovens fidalgos da companhia de seu filho... Martim Afonso de Sousa era 'fantesioso e opiniátigo', e ressentiu-se tanto desta intervenção do rei, e da fraca resistência oferecida pelo príncipe às determinações de seu pai, que se retirou para Castela. Visitou então Salamanca, e residiu mesmo durante algum tempo naquela cidade, vindo a casar ali com d. Ana Pimentel, filha de Arias Maldonado, regedor de Salamanca e Talavera, e pertencendo a uma das mais nobres famílias daquela província.

"Quando el-rei D. Manuel faleceu, ainda Martim Afonso se conservava em Espanha e ali se deteve até que o novo rei o mandou chamar; o que este não fez nem tão prontamente nem de tão boa vontade quanto ele esperava e desejava. No ânimo fraco e volúvel de d. João III estava já um tanto apagada a memória da antiga amizade, 'a privança era resfriada'. Dominava-o além disso a influência do outro valido, Antônio de Ataíde, que depois foi conde da Castanheira, vedor de sua fazenda, e já então era, como continuava a ser, o seu principal e mais íntimo conselheiro. Dados os hábitos da corte de então, podemos crer que Antônio de Ataíde receasse a presença do seu antigo amigo e rival, e desejaria conservá-lo arredado da pessoa do rei. Por isso vemos Martim Afonso encarregado depois de altas e honrosas, mas longínquas comissões." – Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo*, 65-66, Lisboa, 1886. – (C.).

VII
(Pág. 218)

João Ango obteve duas cartas de marca. Uma, de 27 de junho de 1530, autorizava-o a apresar bens de súditos portugueses no valor de duzentos e cinquenta mil ducados. D. Antônio de Ataíde, conde da Castanheira, conseguiu reavê-los, pagando a Filipe de Chabot, conde de Charny, a quantia de dez mil francos, e a João Ango, nos prazos que se fixassem, a quantia de cinquenta mil. Em documento

passado em Ruão a 29 de fevereiro de 1531 (*sic*) João Ango reconhece juntamente com os consórcios ter recebido do conde da Castanheira e Gaspar Vaz a quantia convencionada. Este dinheiro, aliás, não lhe deu fortuna. Morel, um dos sócios, promoveu contra o grande armador uma ação que, iniciada em 1548, terminou em 1604, condenando os herdeiros de Ango a pagarem aos de Morel a quantia de trinta mil ducados, com o juro de 14% a partir de 1531.

A primeira carta de marca nada tem com o Brasil. A segunda, concedida em 3 de fevereiro de 1543, refere-se a um navio tomado em 1531, segundo parece, e pode relacionar-se com a expedição de Martim Afonso. Ango alega que seu navio *La Michelle*, tendo de carregar na costa do Brasil em certa abra chamada *Aster* – nome evidentemente deturpado, porque não é europeu nem americano –, capitães e súditos portugueses tomaram-no e levaram-no a Portugal, onde ficou a serviço do dito rei. Da gente do *La Michelle*, parte refugiou-se entre os índios, parte foi levada para o reino, e lá conservada presa. Na longa detenção morreram alguns dos aprisionados.

A data desse sucesso não é positivamente declarada, mas, não tendo entrado na primeira carta de marca, outorgada em 1530, e referindo-se à segunda carta, em seguida ao sucesso do *La Michelle* logo outro de 1532 (quiçá 1533), naturalmente foi nesse meio-tempo, durante a assistência de Martim Afonso no Brasil, que isso passou.

A expedição de Martim Afonso, como veremos na seção seguinte, tomou duas naus francesas a 31 de janeiro de 1531: a gente de uma fugiu para terra; sobre a tomada da outra nem uma particularidade oferece o diário de Pero Lopes. Terceiro navio tomou a 2 de fevereiro depois de grande resistência. Antes de deixar Pernambuco, Martim Afonso queimou um dos navios, outro mandou para Portugal por João de Sousa, no último batizado *Nossa Senhora das Candeias* seguiu Pero Lopes para o sul. *La Michelle* podia ser tanto o navio de João de Sousa como o de Pero Lopes, ambos aproveitados no serviço real. Pode-se consultar sobre o assunto F. Palha, *A carta de marca de João Ango*, Lisboa, 1882, que trata só da primeira, e Eug. Guénin, *Ango et ses pilotes*, Paris, 1901, que publica ambos os documentos. – (C.).

VIII
(Pág. 218)

Ordenações manuelinas, liv. V., títs. 98 e 112. Veja-se também n. 11 de março 1º das leis sem data. A respeito da naturalidade de João Afonso, posta em dúvida pelo douto d'Avezac, vejam-se os esclarecimentos que publicamos no escrito *Amerigo Vespucci*, etc. – (A.).

Em carta de Gaspar Palha, de Paris, 1 de maio de 1531, lê-se: "Depois de ser esta escrita, fui topar com um homem de Rochella que chegava então dela, e me comecei informar dele, sem que me este conhecesse, das novas que lá havia; entre outras coisas lhe perguntei que era feito de João Afonso, aquele piloto português que aí estava. Disse-me que andava homiziado, porque quando se perdera com tormenta na costa da Bretanha, que houvera razões com um filho que tinha já homem, e que o matara, e que por este caso andava agora homiziado, que não ousava parecer". – *Raccolta colombiana*, parte V, vol. **II**, pág. 296. Uma carta de Gaspar Vaz para d. João III, escrita de Honfleur em 19 de outubro de 1531 e extratada por Santarém, *Quadro elementar*, **III**, 244, confirma a nacionalidade portuguesa de João Afonso, do mesmo modo que um documento de 3 de fevereiro de 1533, citado em fr. Luís de Sousa, *Anais de d. João III*, 377. Contudo, Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos*, s. v., acha a questão duvidosa. – (C.).

Seção VIII (IV da 1ª edição)

Resultados da expedição de Martim Afonso.

Seus efeitos. Os franceses. O Maranhão. A Bahia. Combate naval dos índios. Martim Afonso na Bahia e no Rio. Ilha da Cananeia. Oitenta homens ao sertão. Padrões da Cananeia. Naufrágio de Martim Afonso. Pero Lopes sobe o Paraná. Martim Afonso fica na costa. Escolha do porto de São Vicente. Sua descrição. Estabelecimento da colônia. João Ramalho. Etimologia do nome Piratininga. Piracemas. Vilas de São Vicente e de Piratininga. Concelhos das duas vilas. Sesmarias. Direitos dos colonos. Jurisdição eclesiástica primitiva.

Acabava Martim Afonso de avistar a costa de Pernambuco, quando descobriu ao longe uma nau francesa. Pouco lhe custou dar-lhe caça e rendê-la; fugindo no batel para terra toda a tripulação, menos um só homem. Seguiu-se a esta presa a de outras duas naus, também francesas, e carregadas, como estava também a primeira, de brasil. De uma delas coube o apresamento a Pero Lopes, que, depois de a haver seguido com duas caravelas, e combatido um dia todo, conseguiu rendê-la.

Feliz com tão boa estreia, dirigiu-se Martim Afonso ao próximo porto de Pernambuco; e daí resolveu mandar a Portugal uma das naus apresadas, com a notícia do sucedido (I), levando outra consigo, caminho do rio da Prata, e queimando a terceira por incapaz

(II). Igualmente resolveu, talvez em virtude de ordens que tinha, mandar as duas caravelas para as bandas do Maranhão, a fim de fazer explorar por aí a costa, e de colocar nela padrões em sinal de posse. Diogo Leite foi o capitão a quem Martim Afonso confiou o mando dessas duas caravelas. Sabemos que este chefe, percorrendo o litoral de leste-oeste, chegou pelo menos até a baía de Gurupi, que por algum tempo se denominou "abra de Diogo Leite" – nome este que já se lê em um mapa em pergaminho de toda a costa, feito por Gaspar Viegas, em 1534[1].

Da nau francesa mandada a Portugal foi capitão João de Sousa. Além de umas setenta toneladas de brasil, levou trinta e tantos dos prisioneiros, e em fins de julho estava a dita nau fundeada em Vila Nova de Portimão, no Algarve, onde se procedeu à venda da sua carga de brasil, à razão de oitocentos a novecentos réis o quintal[2].

De Pernambuco seguiram os outros navios para o sul, e foram entrar na baía de Todos os Santos, descoberta em 1501. Aqui se

---

1 Mais a oeste se vê designada a baía de São João. Chegaria a ela Diogo Leite, no dia deste santo (24 de junho), depois de haver entrado, a 19 de março, na baía de São José, e a 25 de abril na de São Marcos: se é que estes nomes não haviam sido anteriormente dados por Diego Lepe, em 1500. – (A.).

Em 1537, estando Diogo Leite, cavaleiro da casa real, com uma armada de cinco caravelas pousado sobre âncoras no porto da ilha do Corvo à espera de uma nau da Índia, cinco navios franceses deram sobre elas, e as tomaram e levaram com toda a artilharia, segundo uma carta de d. João III a Rui Fernandes, de que existe cópia no Instituto Histórico. Será o mesmo? – (C.).

2 Veja (no arm. 25, maç. 9, nº 5, do interior da Casa da Coroa na Torre do Tombo) um livro rubricado por Diogo Toscano, almoxarife e juiz da alfândega da dita vila. Consta desse livro que Lourenço Fernandes viera por mestre da nau francesa de que João de Sousa viera por capitão, sendo marinheiros Rodrigo Eanes e Afonso Vaz, e bombardeiro Aleixo Pinto. Parece que eram no todo 927 quintais de brasil, dos quais 17 foram dados de quebra. – (A.). – Cópia na Bibl. Nacional. – (C.).

apresentou ao capitão-mor o português Diogo Álvares, que em terra vivera entre os índios os vinte e dois anos anteriores e que aí tinha muitos filhos, havendo-se aliado a uma índia, cujo nome primitivo corre haver sido Paraguaçu, Catarina o da pia batismal[3].

Por intervenção do mesmo Diogo Álvares, vieram todos os principais visitar ao capitão-mor, trazendo-lhe mantimentos, que foram retribuídos com as dádivas de costume. Admirou Pero Lopes na baía a alvura da gente, a boa disposição dos homens e a formosura das mulheres, que não achou inferiores às mais belas de Lisboa.

Reservando-nos a tratar, mais ao diante, do colono Diogo Álvares e desta baía, nos limitaremos agora a dizer que, durante os quatro dias que fundeada se demorou a armada, tiveram os nautas ocasião de presenciar um combate naval travado dentro do recôncavo; naturalmente entre os da ilha de Itaparica e os do lado do norte que senhoreavam as terras onde se assentou depois a cidade do Salvador. Cada esquadrilha constava de cinquenta canoas, guarnecidas algumas destas de sessenta homens, todos escudados de paveses de cores, semelhantes aos que usavam então os guerreiros marítimos portugueses. O combate durou desde o meio-dia até o sol posto; os da armada europeia conservaram-se impassíveis espectadores desta naumaquia entretrópica e viram com gosto decidir-se o triunfo pelos que combatiam do lado em que eles estavam surtos. Muitos dos vencidos caíram prisioneiros; e com este praticaram os vencedores o costumado uso de os matarem, com grandes cerimônias, e de lhes tragarem depois – oh, asqueroso horror! – as carnes.

---

3 Frei Vicente do Salvador, que ainda a alcançou, "viúva mui honrada, amiga de fazer esmolas aos pobres e outras obras de piedade", chama-a Luísa na *Hist. do Brasil*, livro III, cap. 1º (pág. 150 da ed. paulista de 1918). – (C.).

Martim Afonso, deixando com Diogo Álvares dois homens e muitas sementes, para saber se por experiência o que a terra (que, segundo doze anos antes publicara Enciso[4], *era de pouco proveito*) poderia melhor produzir, velejava com sua pequena frota para o sul, quando, ao cabo de alguns dias, foi obrigado a arribar. Entrando na mesma baía, em 26 de março (1531), encontrou agora aí fundeada a caravela que, com destino a Sofala, passara por Pernambuco, e recebera a bordo a Diogo Dias, feitor do estabelecimento ou feitoria, que o galeão francês havia, meses antes, saqueado[5]. Martim Afonso, vendo que esta caravela lhe podia servir, decidiu-se a levá-la consigo. No dia imediato levantaram de novo âncoras todos os navios da armada e seguiram navegando para o sul até que entraram, em 30 de abril, no porto ou baía já então conhecida pelo impróprio nome de "Rio de Janeiro"[6]. Para não deixarmos de aproveitar a mínima

---

4 Martim Fernandes de Encisco, *Suma de geografia*, Sevilha, 1519, § *Indias ocidentais* (sem núm. de fols.): ..."*desde el [rio] de Sant frãcisco fasta ala baya de todos sanctos ay setenta leguas esta Baya al sudueste; quarta al sur, em XII grados, queda en el medio puerto real que es buen puerto, i tiene buenos rios i la de todos Sanctos tiene dentro unos ileos pequeños, en esta entra dos rios buenos, i nel pareje desta costa es la tierra algo baxa, la gente desnuda; i comen pan de rayses: es tierra de poco provecho...*". – (G.).

5 Em 17 de fevereiro de 1531 havia dois meses que o galeão francês saqueara a feitoria de Pernambuco: *Diário* de Pero Lopes, *Revista do Instituto Histórico*, **24**, 1861, págs. 20-21; edições de Eugênio de Castro, págs. 128-132 e 131-135. Esse galeão não podia ser o que depois foi tomado nas costas da Andaluzia pelas caravelas portuguesas que andavam na armada do Estreito; carregava brasil e foi levado para Lisboa: carta de d. João III para Martim Afonso de Sousa, de Lisboa, 28 de setembro de 1532, incluída na seção seguinte. – (G.).

6 O nome de Rio de Janeiro, já conhecido no tempo de Magalhães, *Notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*, 4, nº 2, Lisboa, 1826, *Raccolta colombiana*, parte 3ª, I, pág. 273, Roma, 1893, figura em mapas anteriores a 1530. Estes testemunhos bastariam a provar que não foi Martim Afonso de Sousa quem deu o nome de Rio de Janeiro, se já não o soubéssemos pelo

eventualidade no pouco que sabemos do que então se passou nesta paragem, cujas menores circunstâncias hoje interessam a todo o país[7], transcreveremos fielmente quanto nos transmitiu um dos nautas, que logo veremos donatário de Itamaracá, Santo Amaro e Santa Catarina. É Pero Lopes quem prossegue, em seu estilo, tão ingênuo como pitoresco: "Como fomos dentro [da baía de Janeiro] mandou o capitão [Martim Afonso] fazer uma casa-forte com cerca por derredor; e mandou sair a gente em terra, e pôr em ordem a ferraria, para fazermos cousas de que tínhamos necessidade. Daqui mandou o capitão I. [Martim Afonso] quatro homens pela terra dentro: e foram e vieram em dois meses; e andaram pela terra cento e quinze léguas, e as sessenta e cinco delas foram por montanhas muito grandes; e as cinquenta foram por um campo mui grande; e foram até darem com um grande rei, senhor de todos aqueles campos; e lhes fez muita honra, e veio com eles até os entregar ao capitão; e lhe trouxe muito cristal, e deu novas como no rio de Paraguai havia muito ouro e prata[8]. O capitão I. lhe fez muita honra, e lhe deu muitas dádivas, e o mandou tornar para as suas terras. A gente deste rio é como a da

---

Diário de Pero Lopes. – (C.). – O nome figura nas *Declaraciones que algunos marineros de la nao* São Gabriel *dieron en Pernambuco á 2 de noviembre de 1528 sobre los sucesos desgraciados que experimentaron despues de su separación de la armada de Loaisa en la entrada del estrecho de Magallanes.* – Navarrete, *Colección de los viages*, citada, **V**, pág. 318: "E asi venimos hasta el rio de Janeiro...". – (G.).

7 Até a 3ª edição desta *História* constava "a todo o Império". – (N. do E.).

8 Orville A. Derby, *Revista do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo*, e José Luís Batista, "Primeiro congr. de hist. nacional", in *Rev. do Inst. Histórico*, tomo especial, **2**, 1914, pensam que podiam estes emissários ter chegado a Minas Gerais. Parece preferível admitir que tenham ido a terras de São Paulo, pois só nestas havia conhecimento das riquezas do rio Paraguai. – (C.).

baía de Todos os Santos; senão quanto é mais gentil gente. Toda a terra deste rio é de montanhas e serras mui altas. As melhores águas há neste rio que podem ser. Aqui estivemos três meses tomando mantimentos para um ano, para quatrocentos homens que trazíamos, e fizemos dois bergantins de quinze bancos."

Cumpre aqui acrescentar que o mencionado estabelecimento de Martim Afonso, nesta baía, deve ter tido lugar na enseada em que desemboca o rio Comprido; e em uma paragem que, ainda meio século depois, se denominava "porto de Martim Afonso" (G. Soares, 1, cap. 52).

Deixando o Rio de Janeiro foram os navios, ao cabo de doze dias de navegação, ancorar da banda de dentro da ilha chamada "do Abrigo", junto do porto da Cananeia. Por este último, cujas águas, com o nome de "Mar pequeno", se estendem terra dentro (desde o rio de Iguape até o sul da barra de Ararapira, onde acaba a ilha que ora chamam do Cardoso) e quase a comunicam com a baía da Paranaguá, mandou Martim Afonso ao piloto Pedro Anes, entendido na língua dos índios, que fosse, em um bergantim, haver fala dos que ali houvesse. Este piloto voltou cinco dias depois, conduzindo a bordo do bergantim um bacharel português, que havia trinta anos que ali estava, isto é, como vimos, desde a primitiva exploração da costa em 1502, um tal Francisco de Chaves, e vários castelhanos.

Este Francisco de Chaves, naturalmente, era algum dos aventureiros que antes haviam chegado até as terras do Inca. O certo é que, pelas informações que deu e promessas que fez de trazer, dentro de dez meses, quatrocentos escravos carregados de prata e ouro, Martim Afonso acedeu a mandá-lo seguir de oitenta homens

armados, metade de arcabuzes e outra metade de bestas, da sorte dos quais adiante trataremos.

Quarenta e quatro dias se demorou a esquadra junto da Cananeia, durante os quais esteve sempre encoberto o sol, circunstância pouco para admirar aos que saibam que ainda hoje raras vezes ele se mostra radiante aos habitantes desses contornos.

Também no ancoradouro se romperam muitas amarras e perderam-se várias âncoras, o que sucede ainda agora nesse porto, cujo fundo tem rato, como dizem os mareantes, daqueles que rompem as amarras, quando não são de elos de ferro.

Defronte da ilha da Cananeia sai da terra para o mar um pontal de pedra, que se chama hoje de *Itaquaruçá*, onde ainda existem três padrões de mármore sacaroide, do que se encontra nas formações vulcânicas das imediações de Lisboa, os quais, com toda a probabilidade, foram ali postos durante estes quarenta e quatro dias, apesar do silêncio que a tal respeito guarda o (tantas vezes desesperadamente omisso) escritor dos feitos desta expedição, que merece desculpa, porque não se propunha ele a ser cronista, mas somente a consignar por escrito o seu roteiro ou diário marítimo. Os padrões da Cananeia, que examinamos pessoalmente, são de quatro palmos de comprido, dois de largura e um de grossura; e têm esculpidas as quinas portuguesas, sem a esfera manuelina, nem castelos; e nenhuma data se lê em suas faces[9].

---

9 Como asseverou o meritíssimo Casal, 1, págs. 227 e 228. – Veja fr. Gaspar, pág. 32. – *Anais da Marinha*, pág. 401. – Soares, **1**, cap. 65 e também Varnhagen, na *Rev. do Inst. Hist.*, **12**, págs. 374 e 375. Convém aqui notar que já no século passado Afonso Botelho, visitando esses marcos, ou antes o que está

Com o pensamento sempre na colonização do rio da Prata, seguiu Martim Afonso para o sul, e daí a dias, a 26 de setembro, experimentou tão grande temporal que a capitânia deu à costa, junto ao riacho de Xuí, na atual fronteira meridional do Brasil; do que resultou perecerem sete pessoas.

Reunidos de novo todos os navios, excetuando um bergantim também naufragado, chamou Martim Afonso a conselho todos os que para isso eram, e neste foi assentado que, em virtude não só da falta de mantimentos originada da perda da capitânia como do mau estado das outras duas naus, que se não poderiam expor aos temporais do rio da Prata naquela estação (naturalmente os conhecidos pampeiros), se desistisse da empresa de ir colonizá-lo.

Apesar desta resolução, julgou Martim Afonso que, estando tão perto desse rio, não devia deixar para mais tarde o ato da posse dele, por meio dos padrões que levava. Julgando ser para isso suficiente um bergantim com trinta homens, encarregou o comando deste, e a comissão de pôr os mesmos padrões, a seu irmão Pero Lopes[10], que

---

visível em cima, diz "que lhe não aparece letreiro algum". Veja a *Descrição da comarca de Paranaguá*, ms. na Bib. do Porto, 437. – (A.).

Um desses marcos, com o respectivo temente ou testemunha, foi em 1866 recolhido ao museu do Instituto Histórico, por iniciativa do dr. Guilherme Schüch de Capanema, depois barão de Capanema. Na *Revista*, tomo **49**, parte 2º, págs. 261-265, ocorre notícia a respeito por Moreira de Azevedo. – (G.).

10 O piloto Francisco Fernandes, espanhol, em março de 1800, explorando a ilha de Maldonado, achou "*una piedra que pesaria três quintales con un escudo grande de Portugal y encima otro pequeño atravessado con uma cruz...*". Segundo P. Groussac, *Anales de la Biblioteca*, **4**, pág. 315, Buenos Aires, 1905, trata-se evidentemente de sinais deixados pela expedição de Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes. Sobre este e pontos conexos, veja-se o *Diário de Pero Lopes*, na edição de Eugênio de Castro, Rio, 1927. – (G.).

se fez de vela em companhia de Pero de Góis, ao depois donatário da capitania de São Tomé ou Campos de Guaitacases. Desempenhou Pero Lopes o mandado, subindo pelo Paraná e Uruguai, e achando-se de volta, decorrido pouco mais de um mês. Desta exploração do rio da Prata é que seu chefe Pero Lopes, a quem ela deu tantos trabalhos, se compraz de nos transmitir informações muito mais minuciosas do que costuma. Ainda mal, são justamente todas alheias à nossa história e mais poderão interessar à dos estados limítrofes do Brasil pelo sul.

Muito provável é que no entremeio de tantos dias, em que Pero Lopes demarcava o rio da Prata, não estivessem ociosos os pilotos que haviam ficado na costa com Martim Afonso. Em terra tiveram ocasião de fazer frequentes observações astronômicas[11]

---

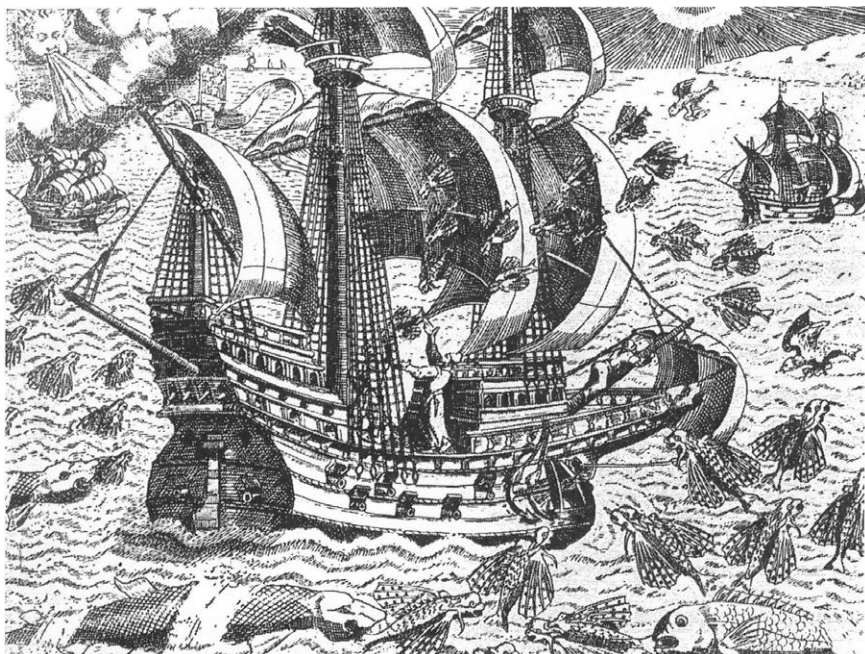
11 Assim no-lo confirma o matemático Pedro Nunes, em uma de suas obras. – (A.). – Que ele (Martim Afonso) possuía um alto valor intelectual é fato sobre que também não pode haver dúvida. Todos os escritores do tempo, amigos como inimigos, se referem ao seu engenho agudo e sutil, à sua razão clara e à prudência do seu conselho. Reunia aos dotes naturais do espírito uma instrução pouco vulgar. Era-lhe familiar a língua latina como se fosse a sua própria e materna. Passava na Índia as raras horas de ócio em graves leituras de história. Era como d. João de Castro perito nas questões de navegação e cosmografia. Quando voltou do Brasil deu a Pedro Nunes miúda relação da sua derrota, "contou-lhe com quanta diligência e por quantas maneiras tomara a altura dos lugares em que se achara e verificara as rotas por que fazia seus caminhos", e expôs-lhe algumas dúvidas que tivera durante a navegação, as quais o grande geômetra tomou em tanta conta que expressamente compôs um tratado para as resolver (*Tratado que o doutor Pedro Nunes fez sobre certas dúvidas de navegação, dirigido a El-Rei Nosso Senhor* – anda anexo ao *Tratado da esfera*, Lisboa, 1537). Escreveu as suas memórias – um epítome da sua vida –, que provavelmente se perderam, mas ainda foram vistas pelo erudito investigador conde da Ericeira. – Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo*, págs. 69-70. – (C.). – D. João III, em carta ao conde da Castanheira, de 3 de março de 1536, remetia-lhe o capítulo que Martim Afonso escrevera sobre a navegação que as naus da armada, que iam para a Índia,

sobre a latitude e longitude do lugar, e isso lhes daria a convicção, e ao capitão-mor, de que aquela costa e, com mais razão, todo o rio da Prata, já que achavam fora, isto é, mais a loeste, da raia até onde se estendia, pelo tratado de Tordesilhas, o domínio português naquelas paragens. Ao conhecimento deste fato em Portugal devemos atribuir o não prosseguirem em Madri as reclamações acerca deste rio; o desistir daquele reino de mandar mais frotas às suas águas; e até o não doar, quando doou outras terras, as que ficaram além das de Santana, ou da Laguna, onde terminava a courela que de direito ainda por aí lhe tocava.

Talvez também pelo conhecimento desse fato, mais que por serem aí as terras (no litoral) sáfias e areentas, é que Martim Afonso não se deixou ficar nas plagas da atual província do Rio Grande, onde o lançara de si o próprio mar, e decidiu retroceder mais para o norte, a buscar outro local onde fixar-se de preferência. Entrando no porto de São Vicente, o bom abrigo que nele encontrou para as naus, a excelência das águas, a abundância do arvoredo, encantador principalmente aos que acabavam de viver nos areentos planos do Xuí, a amenidade do clima, por certo mui preferível ao do vizinho porto da Cananeia, onde nunca se vira o sol durante quarenta e quatro dias, e talvez, mais que todas estas razões, a presença de

---

deviam fazer. Queria o rei que a matéria fosse examinada pelo conde em prática com os pilotos que para isso eram, e do que se assentasse se lhe desse conta compridamente. O capítulo foi escrito no ano de 1535, logo que Martim Afonso chegou à Índia, e conclui assim: "Não se espante Vossa Alteza de vos falar tam soltamente nas cousas de navegaçam, porque eu cuydo que tendes poucos em Portugal que a entendam milhor que eu; e mais trabalho muyto pola saber, pois he pera vos servir com yso". – J. D. M. Ford, *Letters of John III*, citadas, págs. 245-256. – (G.).

Dom Manuel I, o Venturoso (1469-1521).

Os tubarões e os peixes-voadores dos mares tropicais – gravura do século XVI.

A ilha e o porto de Santa Catarina. Do livro de Hans Staden: Viagem ao Brasil (1557).

um colono português, por nome João Ramalho, que ali contava já mais de vinte anos de residência e que, naturalmente, avisado pelos índios, apareceu dando razão da terra e de como toda ela pelo interior era de campos e clima semelhantes aos amenos de Coimbra onde nascera – tudo concorreria a predispor o ânimo do capitão-mor em favor desta paragem para fundar nela, como fundou, a primeira colônia regular europeia no Brasil. E dizemos a primeira, porque não podemos chamar colônias regulares às pequenas feitorias provisórias fundadas antes, nenhuma das quais vingou até chegar a ter as honras de povoação e de vila.

É o porto de São Vicente por assim dizer formado em um canal que, convenientemente, se afeiçoa entre duas ilhas de mediana extensão conchegadas à terra firme. Mais metida por esta adentro fica a que se diz de São Vicente, cuja planta apresenta alguma semelhança ao perfil de uma cabeça humana, vista pela face direita[12]. Um pouco para o norte, se prolonga a vizinha ilha de Santo Amaro que, nesse rumo, vai fenecer na barra do canal chamado da Bertioga, corrupção de *Buriqui-oca*, que quer dizer covil de bugios; o que prova que aí devia de haver muitos, pois eram os tupis sinceros em tais denominações (III). Assim à dita ilha de Santo Amaro chamaram eles do *Guaimbé*[13], planta deste nome, que nela dava como verdadeira praga. À ilha de São Vicente chamavam *Orpion* ou *Morpion*[14], nome

---

12 A boca se representa no Outerinho; Monserrate no lugar de olho direito; Santos sobre o cavalete do nariz; a praia de Embaré na papada; etc. – (A.). – Na seção XII o autor emprega imagem semelhante para a ilha do Maranhão. – (C.).

13 *Gaibé* escreve o jesuíta Simão de Vasconcelos; *Guaybea* diz Tomás Grigs, em Hackluyt, **3**, 704 e 706. – (A.). – **4**, pág. 203, da reedição de 1811. – (C.).

14 Veja Thevet e Abbeville [Léry?]. Cf. C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Hist.*, t. **40**, parte 2ª, 1877, pág. 237, nota, e 330. – (C.). – Staden diz *Orbioneme,*

que somente podemos explicar como uma contração de *Morubi--nhum*, isto é, "campo dos trabalhadores ou lidadores". O nome de São Vicente lhe proveio da povoação nela construída, que o recebeu em virtude de ser o que já tinha o porto.

O local desta última ilha, escolhido para assento da colônia, foi uma quase insensível eminência fronteira à barra e à ilha de Santo Amaro, mui lavada de ares e situada no meio do istmo para um farelhão ou promontório, em que ela remata por este lado. Os morros deste promontório alimentariam os mananciais de água para a povoação; e dariam no princípio pedra para as obras; e os matos, que ainda hoje os cobrem, forneceriam com a maior comodidade a necessária lenha. Um pequeno regato, essencial para muito em qualquer povoação, corre para o lado da barra e vai desaguar na deliciosa praia que segue contornando a ilha. Para o rumo oposto, a quase igual distância, havia outra vez água, um mar pequeno, com beiras mui a propósito para o porto e varadouro das canoas. Finalmente, do local preferido se descobria, pela barra, o mar até perder-se no horizonte, o que permitiria aos moradores, sem atalaias de aviso, juntarem-se a tempo para acudir a qualquer rebate de pirata inimigo. O viajante que percorresse a ilha de São Vicente, em busca da melhor paragem para uma povoação, sobretudo no mês de janeiro, em que a praia de Embaré, fronteira à barra, está alagada, ainda hoje não indicara outra mais adequada, se o porto de São Vicente pudesse competir com o de Santos, aliás abafadiço e tristonho[15].

Orbion-ém, ou Orpion mà e na coleção Purchas (5, 1242) há quem a denomine *Warapisumama*. Este último nome aludiria aos guarás, que ali se matavam. – (A.).

15 É [São Vicente] situada em uma ilha que tira seis milhas em largo e nove em circuito, antigamente era porto de mar e nele entrou Martim Afonso a

Martim Afonso não quis, porém, limitar-se a fundar uma só vila. À vista das informações que lhe deu João Ramalho, assentou de reforçar esta, contra qualquer tentativa de inimigo marítimo, com outra povoação sertaneja, que ao mesmo tempo servisse de guarda avançada para as futuras conquistas da civilização. As duas vilas irmãs ficariam assim no caso de prestarem-se apoio uma à outra, segundo lhes viesse do mar ou da terra o inimigo, ao passo que a marítima receberia, ao mesmo tempo, socorros das naus do reino, a quem por seu turno socorreria.

De São Vicente para o interior, a umas três léguas, se levanta o continente, apresentando para o mar um paredão, em forma de serra, às vezes elevada de mais de dois mil pés. Do cimo manam vários riachos, dos quais um se despenha com tal fúria que de longe se vê branquear a espuma de seus ferventes cachões. Chamavam-lhe os índios *Itu-tinga* ou cachoeira branca. As águas desses riachos, promiscuindo-se com as salgadas do mar, recortam todas as planícies debaixo por tal forma em esteiros que, vistas estas dos altos ao longe, mais parecem marinhas de sal, que braços de mar ou de rios. À serra denominavam os índios, como nós hoje, *Paraná-piacaba*, o que quer dizer "de onde se vê o mar"[16].

Desde aqueles cimos elevadíssimos, as águas baixam com o terreno para o interior, quase insensivelmente; pois este se reduz na

---

primeira vez com sua frota, mas depois com a corrente das águas de terra do monte se tem fechado o canal, nem podem chegar as embarcações por causa dos baixos e arrecifes. – Anchieta, *Informações e fragmentos históricos*, 44. – (C.).

16 Ruiz de Montoya, *Conq. espiritual del Paraguay*, fol. 45 f.; se bem que "ver" se diga (*Dic. bras.*, pág. 78) *Cepiaca*. – (A.). – Na edição da *Conquista espiritual*, de Bilbao, 1892, à pág. 143. – (C.).

essência a uma extensa chapa ou chapada, que para o sertão se ramifica em vários sentidos até mui longe. A zona vizinha ao mar, o paredão de serra para o lado dele, reforçado por muitos espigões ainda o primeiro par de léguas para o interior, são vestidos de vegetação vigorosa de mato virgem, que alcança até um linde que chamam "Borda do Campo"; pois que daí por diante a terra não é de matos e, apenas de quando em quando, povoada de reboleiras e de pequenas boscagens, algumas delas de pinheiros curis ou araucários, que os índios muito apreciavam, pelo alimento que lhes forneciam seus grandes pinhões[17].

A algumas léguas da Borda do Campo, e próximo de uma ribeira, cujas margens não deixam de recordar as coimbrãs do plácido Mondego, era a aldeia em que principalmente vivera João Ramalho, com a sua família, já numerosa, como se pode imaginar, sabendo que vinte anos passara livremente entre aquela gente, à lei da natureza. Chamavam-se, tanto a aldeia como a ribeira, de *Pira-tininga* ou do Peixe-seco[18], nome que em outros lugares do Brasil se pronunciava *Pira-sinunga*, e queria dizer o mesmo. A origem do nome explica a causa por que se fundara aí a aldeia: provinha aquela das frequentes *piracemas* ou invasões de peixes, pelas margens principalmente do chamado *saguairu*, isto é, de certos enxurros e desenxurros, digamos assim, demasiado rápidos, a que era, e é ainda, sujeita a dita ribeira;

---

17 O apreço do fruto ainda mais tarde, entre os moradores de língua europeia, pode deduzir-se do fato que, ao tempo do padre Belchior de Pontes (1644-1719), pinhão servia para designar outono. – Fonseca, *Vida do venerável padre Bechior de Pontes*, pág. 98, Lisboa, 1752. – (C.).

18 *Tining*, "secar". Veja *Dic. bras.* nos voc. "*seca*" e "*murchar*". Porventura a tradução literal seria "seca do peixe". – (A.). – Segundo Teodoro Sampaio*, O tupi na geografia nacional*, pág. 147, São Paulo, 1901, *Piraçununga*, corruptela de *piracyninga*, significa peixe roncando, ou ronca-peixe. – (C.).

em virtude dos quais o peixe ficava em seco pelas margens, o que dava aos moradores destas grande fartura; como sucede aos povos do litoral quando, com os temporais, dão certos peixes à costa. O fenômeno das *piracemas* é frequente em vários rios do império, sobretudo nas proximidades de sua foz, donde se pode imaginar que vem tal fenômeno a ser como uma pequena pororoca, causada pelo desempate de suas águas com as do monte do outro rio, em que aflui o da *piracema*. Foi a aldeia de Piratininga que Martim Afonso escolheu para fundar a colônia ou vila sertaneja, cujo governo militar confiou a João Ramalho, com o pomposo título de guarda-mor do campo. Eis a origem europeia da atual cidade de São Paulo.

Ouçamos agora o que nos diz Pero Lopes de Sousa, testemunha de vista, durante os primeiros quatro meses de vida das ditas duas colônias: "Repartiu o capitão-mor a gente nestas duas vilas, e fez nelas oficiais; e pôs tudo em boa ordem de justiça; do que a gente toda tomou muita consolação, com verem povoar vilas, e ter leis e sacrifícios, celebrar matrimônios e viver em comunicação das artes; a ser cada um senhor do seu; e investir as injúrias particulares; e ter todos outros bens da vida segura e conversável."

Nestas poucas palavras se encerram os pontos capitais respectivos a qualquer sociedade constituída. Vemos as colônias e as suas competentes autoridades; vemos o reconhecimento das leis; vemos as práticas, assim do que respeita às consciências, pelas cerimônias dos sacrifícios religiosos, como ao estado social pela celebração dos matrimônios; vemos garantida a segurança individual e a propriedade, e sem valhacouto as tropelias e injúrias. Para nada faltar, como bem essencial na vida "segura e conversável", diz-nos Pero Lopes que já viviam os colonos em "comunicação das artes".

Tal era o estado florescente das duas colônias, quando Pero Lopes, por ordem de seu irmão, as deixou, fazendo-se de vela aos 12 de maio de 1532.

Enfim Martim Afonso não se descuidou da empresa confiada à sua solicitude, e que mais no-lo recomenda, e o há de recomendar à posteridade, que todos os outros seus feitos militares (apesar de mui brilhantes, de mais perecedora memória) praticados nesse Oriente por que tanto se afanava. Enquanto no Brasil, não dava ele nem um dia de féria a seu cuidado. A igreja, a casa da câmara, o estaleiro, as sesmarias, o tombo competente para estas, tudo o trazia ocupado – a tudo acudia. Nem lhe consentiu o dever, nem talvez tampouco a curiosidade, própria da sua idade, o deixar de empreender uma jornada a Piratininga; e sesmarias chegaram até nós que ele aí assinou. De falta de atividade nem sequer na velhice foi acusado. O seu caráter, se tinha defeito, era antes o da viveza afanosa, e de alguma violência.

Várias terras de São Vicente e de Piratininga destinou ele desde logo, como era natural, para rocios e logradouros dos dois concelhos, aos quais fixou os termos que julgou razoáveis[19]. Escusamos dizer que

---

19 O autor aproveita-se nesta seção do *Diário* de Pero Lopes, que publicou em Lisboa no ano de 1839 e depois reimprimiu na *Rev. do Inst. Hist*., t. **24**, 1861, e avulso. A autenticidade deste documento foi contestada por João Mendes de Almeida em uma memória: *A Capitania de S. Vicente-S.Paulo. Sua origem: legenda histórica*, São Paulo, 1887, reproduzida na *Rev. do Inst. Hist*., t. **53**, parte 1ª, 1890. Sua tese é: "Manifestamente esse *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa* com referência à expedição de 1530-1535, é um documento apócrifo, ou sem fundamento algum de autenticidade, podendo, porém, ser o *Diário da Navegação de Martim Afonso de Sousa* para a Índia em 1533-1534, mudados para 1530-1531, com enxerto em forma complementar da navegação de Pero Lopes de Sousa para o rio da Prata e do seu regresso para Portugal em 1531-1532." A argumentação de Mendes de Almeida dificilmente convencerá a quem ler o *Diário*, confirmado por tantos outros testemunhos

estas vilas foram fundadas sem diferença alguma do que se passaria, tratando-se da instalação de qualquer colônia, em uma paragem menos povoada de Portugal. Subentendeu-se que, em legislação e em tudo, os novos moradores e os descendentes destes teriam, em relação à metrópole, os foros de naturais; e seriam governados pelas mesmas leis vigentes, das quais nos ocuparemos mais ao diante.

Quanto à jurisdição eclesiástica, vimos que em 1514 fora o Brasil considerado sujeito à mitra do Funchal. Cumpre acrescentar que assim continuou ao declarar-se, em 1534, metropolitana a sua sé, tendo por sufragâneos os bispados de Angra, Cabo Verde, São Tomé e Goa, então criados por Clemente VII; o que mais evidentemente se consignou na bula *Romani Pontificis* de 8 de julho de 1539, que reformou a anterior[20].

NOTAS DA SEÇÃO VIII

I
(Pág. 229)

A Portugal a notícia do sucedido chegou no meado de maio, como se vê da seguinte carta de d. João III ao conde da Castanheira, publicada por Fernando Palha, na *Carta de marca de João Ango*, 56-57:

---

independentes. Na Série Eduardo Prado está-se imprimindo a 5ª edição do *Diário de Pero Lopes*, anotado por Eugênio de Castro, da Marinha nacional. Por este terão de ser aferidas todas as questões relativas à expedição de Martim Afonso. – (C.). – Além dessa edição, já citada (nota 9 desta seção), há outra, a 6ª, da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses, Rio de Janeiro, 1940, adiante descrita. – (G.).

20 Provas da *Hist. Gen.,* II, nº 122, pág. 728. Nesta bula se diz em latim *terras de brasil e terrarum de Brasil,* em vez de Brasiliae, como hoje, e como já se preferira escrever no hemisfério de J. Schöner (1520). – (A.).

"D. Antônio amigo. Eu el-Rei vos envio muito saudar. Aqui se diz, e não porem por via nenhuma certa nem autentica que M. A. de Sousa topou com algumas naus francesas carregadas de brasil que as tomou: e, porem, porque isto M. Af. me não escreve nem disso sei mais que dizer-se, não o tenho por certo. E todavia me pareceu necessario, por que la pode ir ter a mesma nova, dar-vos aviso disso, pera que se vos nisso apontar alguem e la disser isto mesmo, que vós digaes que o não credes, por que si assi fosse eu volo escreveria, que eu não tenho mandado tal nova, e como pessoa que totalmente haveis esta por falsa respondereis a quem vos nisso falar, sem vir a outra resão emquanto la na materia se não falar sinão como incerta. E porem, si apertarem mais comvosco e a nova for la per outra via e a tiverem por certa e disso fizerem caso, vós todavia direis que o não credes, nem vos parece que sendo assi eu o podera leixar de o saber e de outro volo escrever, e também que vós não credes que Francezes faziam o que não deviam em algumas de minhas feitorias que eu la tenho muitas, ou tambem elles seriam os acomettedores, como se acontece, e que por certo tendes que M. Af. nem meus capitães não haviam de fazer nem uma cousa sinão com muita resão e de que possam dar boa conta a todo tempo e logar, e que vós sabeis mui bem quão apertadas levam as comissões todas minhas armadas e capitães que pelo mundo navegam pera nunca poderem errar guardando o que lhe por mim é mandado; e que, assi como isso tendes por certo, assi não duvidaes nada que si elles alguma cousa fizeram como não deviam e passaram meu mandado, que sabendo eu quem errou não passará sem castigo, mas que percima de tudo vos não parece que pode ser verdade, e si a for que ha de ser differente do que dizem, e meus capitães e gentes mui sem culpa. E como acima vai apontado podeis tocar em camanho trato e quantas casas de feitorias eu tenho em todos aquelles mares, como em partes mui proprias minhas, e que de tanto atraz foram achadas, ganhadas e pessuidas por mim e por a coroa destes reinos, onde ha tambem muita fazenda minha, e muita guarda assi do mar como da terra, como é resão que haja, e que não é maravilha quem destes logares e guardas e tratos tem cuidado não querer consentir nem-uma torvação nelles. E tudo isto, porem, direis e apontareis aos tempos e nos logares e com as pessoas que vos parecer conveniente, mais e menos segundo vos nisso falarem, e segundo o caso tambem que vos disso fizerem mais ou menos grave, que eu confio que vós mui bem sabereis fazer e dizer, e todas estas deferenças e ensejos sabereis mui bem guardar, e porisso nesta carta não é necessário vos dizer mais. – Jorge Rodrigues o fez em Montemor-o-novo – a 17 de maio de 1531." – (C.).

II
(Pág. 230)

Só em novembro chegou a propagar-se em França, em meio de grandes queixas e alaridos, a notícia dos três navios apresados, com a circunstância, não sabemos se verdadeira, de haver Martim Afonso mandado enforcar o piloto Pedro Serpa, que encontrou em um deles. Sendo certo que, já então (principalmente desde a criação, em 2 de agosto de 1525, do ofício do Correio-mor em Portugal, ofício em que foi provido Luís Homem, que veio a ter, à sua morte, por sucessor Luís Afonso em 13 de janeiro de 1533), havia correio público cada oito dias de Lisboa a Burgos, e cada quinze dias de Burgos a Flandres, devemos crer que os prisioneiros franceses estiveram incomunicáveis em Portugal por algum tempo. Gouveia parecia assustado com a notícia, porém o embaixador Gaspar Vaz era de parecer que por fim o resultado seria favorável a Portugal; não querendo outros expor-se ao que acabava de suceder a tantos. – (A.).

O trecho da carta de Diogo de Gouveia (cópia no Instituto Histórico), escrita de Ruão a 17-18 de novembro de 1531, é o seguinte:

"Eu me achei aqui hoje 17 de novembro e o Almirante era vindo aqui... e fui ver o Almirante para lhe fazer a reverencia. Elle me mandou mostrar uma carta que no mesmo porto de sua chegada viera de Lisboa desses Francezes que la foram presos no Brasil por Martim Affonso de Sousa. E depois de elle aqui ser chegado as mulheres e parentes se foram lançar diante dele e lhe pedir justiça e principalmente a mulher de um piloto ou mestre que chamava Pedro Serpa. Elle me disse que rogava que visse este negocio e escrevesse a Vossa Alteza que os mandasse soltar. Eu non sei o porque elles som presos porem sei que deste negocio não ha... [roto] provento. Si assi é como na carta diz, que o Capitão maor mandou enforcar este Pedro Serpa, e que catou todo o navio para ver se achava alguma cousa afora bresil, e dizem que non achou nada, eu por o que devo a Deus e a V. A., e ao proveito deste reino queria ver todas estas cousas postas em outro rumo e que se levassem por outra manha." – (C.).

III
(Pág. 241)

A esse respeito escreve Teodoro Sampaio, em nota a Hans Staden:

"Em nenhum documento antigo se encontra o nome do canal entre a ilha de Santo Amaro e terra firme com a grafia *Brikioka*. O primeiro *k* foi erroneamente substituído a um *t*. Examinando-se a estampa da página 28 (da edição de São Paulo,

1900), vê-se que o nome escrito por sobre a figura no alto e à esquerda, tanto pode ser lido *Brikioka* como *Britioka*, sendo até mais admissível a segunda hipótese, que de fato é a mais próxima da verdade.

"Frei Gaspar da Madre de Deus, que decerto conheceu a obra de Staden, donde tirou *Enguaguaçu* por *Iguaguaçupe* (*Iwawassupe*), colheu também *Brikioka*, como *Britioka*, e sobre esse nome alterado pelos copistas ou tradutores fez a lenda dos macacos buriquis, dizendo-nos que o nome foi primeiro aplicado ao monte fronteiro ao forte, cuja mata era de contínuo visitada por essa espécie de símios vermelhos. Não discutiremos a autenticidade do documento indicado, nem a lenda que depois se formou. O que está averiguado é que o nome *Bertioga*, *Britioka*, *Bartioga*, sempre se aplica ao canal que separa do continente a ilha de Santo Amaro, lendo-se sempre nos roteiros, cartas da costa e relações de viagens, assim como nas crônicas, *canal de Bertiga*, variando às vezes para *Bartioga*.

"Evidente é que o nome *Bertiga* ou *Bartioga* é corruptela do tupi, não sendo difícil a sua restauração, uma vez conhecida a lei, segundo a qual em todas as línguas os vocábulos evoluem e se alteram. *Bertioga* é, de fato, corruptela de *Birati-oca*, ou melhor de *Pirati-oca*, que quer dizer paradeiro das tainhas, pelas muitas que nesse canal se encontravam naqueles tempos remotos." – (C.).

Artur Neiva, em seus magistrais *Estudos da língua nacional*, págs. 112-141, São Paulo, 1940, discute longamente o vocábulo para fixar-lhe etimologia diversa das propostas até agora, à qual, pelos fundamentos apresentados, deve prevalecer. Neiva, com observação *in loco*, contesta não somente a ocorrência de macacos *buriquis* na localidade da Bertioga, o que daria *Buriquioca* – casa dos *buriquis,* para frei Gaspar da Madre de Deus, como também dos cardumes de tainhas, *parati* ou *pirati*, a desovar nas águas mansas do canal, originando daí a denominação *Parati-oca* ou *Pirati-oca*, viveiro das tainhas, fixada finalmente em *Bertioga*.

Para Neiva mais natural seria que o nome provenha de *mbariguioca*, do mosquito *barigui* ou *birigui*, pequeno díptero hematófago do gênero *Flebotomus*, abundante na região, e *oca*, com a significação comum: a casa, o lugar, o paradeiro dos *biriguis*, passando por alterações de forma até *beriqui-oca*, que facilmente, pela queda do primeiro *i* e a mudança do *q* em *t*, chegou a *Bertioca*, que sem nenhum esforço se transformou em *Bertioga*.

As considerações do eminente e saudoso sábio brasileiro são dignas da ponderação dos entendidos. – (G.).

Seção IX (V da 1ª edição)

Sucessos imediatos à expedição de Martim Afonso.

Tomada de uma fortaleza e uma nau de França. Resolve-se a partição do Brasil em capitanias. Carta régia a Martim Afonso. Volta de Martim Afonso à Europa. Doze donatários. Quinze quinhões. Irmãos Sousa. Pero de Góis. Vasco Fernandes. Pero do Campo. Jorge de Fiqueiredo. Francisco Pereira. Duarte Coelho. Pero Lopes. Fernand'Álvares. Aires da Cunha. João de Barros. Antônio Cardoso de Barros. Poucos competidores. Extensão das diferentes capitanias. Demasiada terra a cada donatário. Paralelo com a colonização da Madeira e Açores. Vantagens que se propunha sacar Portugal desta colonização.

Deixemos, porém, por algum tempo a nascente colônia brasileira, e vejamos o que, entretanto, se passa no resto do Brasil, ou se decide a seu respeito no além-mar, isto é, na metrópole.

Doloroso é ter que mencionar a sorte dos que da Cananeia partiram pela terra dentro com Francisco de Chaves. Seguindo na direção do sudoeste, talvez a buscar o rio Paraguai, para naturalmente depois passarem aos estados do Inca, haviam chegado às margens do Iguaçu (Herrera, *Déc*. **VII**, 2, 9) quando foram todos traiçoeiramente assassinados pelos índios. Ignoramos ao justo em que época chegaria

a São Vicente a triste nova deste sucesso, presente ainda na memória de seus habitantes, daí a meio século (fr. Gaspar, pág. 8), e transmitido além disso até nós pelo adiantado Cabeza de Vaca, que por esses campos passava, mais prevenido contra os índios, dez anos depois[1].

Enquanto Martim Afonso navegava pelo sul, fora ter a Pernambuco uma nau de Marselha[2], com dezoito peças e cento e vinte

---

1 Também desse infausto sucesso trata Oviedo, no liv. 23, cap. 10 (t. 2º, pág. 188). – (A.). – Sobre o caminho seguido por Cabeza de Vaca, interpretado de modos tão diferentes, consulte-se Rio Branco, *Exposição*, etc., II, págs. 224-225. – (C.). – A expedição, composta de quarenta besteiros e outros tantos espingardeiros, comandada por Pero Lobo, um dos capitães de Martim Afonso, e guiada por Francisco de Chaves, partiu de Cananeia no primeiro dia de setembro de 1531, *Diário de Pero Lopes*, **I**, págs. 206-207, da edição de Eugênio de Castro. Entranhando-se pelo sertão, rumo do sudoeste, em busca de metais preciosos, dos expedicionários não houve mais notícias senão a que, dez anos depois, transmitiu o adiantado Alvar Nuñez Cabeça de Vaca: "*Lhegados que fueran al rio Yguaçu fué informado de los índios naturales que El dicho rio entra en el rio del Paraná, que asi mismo se llama el rio de la Plata. Y que entre este rio del Paraná y el rio de Yguaçu mataron los indios a los Portugueses que Martim Afonso de Sosa embió a descubrir aquela tierra; al tiempo que pasavam el río en canoas dieron los indios en ellos y los mataron; algunos destes de la del Paraná que así mataron a los Portugueses, le avisaron al governador [Cabeça de Vaca] que los indios del rio del Pequeri, que era mala gente, enemigos nuestros, y que estavon aguardando para acometerlos y matarlos en el paso del río...*". – *Comentarios de Alvar Núñez Cabeza de Vaca, adelantado y governador de la provincia del rio de la Plata.* Scriptos por Pero Hernández, scrivan y secretario de la provincia, y dirigidos al Sereníssimo, muy alto y muy poderoso Señor el Infante Don Carlos, N.S., fls. LXVIII v., Valladolid. 555. – Dos termos do itinerário de Cabeça de Vaca, Rio Branco (op. et loc. cit) deduziu elementos de prova de que naquela região, cuja posse a República Argentina disputava ao Brasil, os portugueses precederam de dez anos aos espanhóis no descobrimento. – (G.).

2 D. Martinho de Portugal, em carta de 19 de abril de 1532, "dá conta de uma nau de franceses de Marselha, que tomou Antônio Correia com grande valor; e foi de importância por vir do Brasil: que se tornara a salvamento à sua terra, se houveram de armar outras muytas logo em Marselha e por toda a Itália". – Frei Luís de Sousa, *Anais de d. João terceiro*, pág. 377, Lisboa, 1844. – (G.).

homens, denominada *La Pélerine* e armada à custa do barão de St. Blancard[3]. Em lugar da feitoria portuguesa, de seis homens, que aí haviam ficado, fez o capitão da *Pélerine*, Jean Duperet, construir uma fortaleza provisória, que deixou guarnecida de trinta homens; e regressara à Europa com uma carga que (segundo as reclamações posteriores dos interessados, às quais nos cumpre dar algum desconto) montava a cinco mil quintais de brasil, trezentos de algodão (*bombicis*), seiscentos papagaios, três mil peles de animais, grande número de macacos e muitas bugiarias.

Tanto a nau como a fortaleza francesa tinham de ser mui mal-afortunadas. A primeira, entrando no Mediterrâneo, se viu necessitada de arribar a Málaga; e, quando deste porto saía, foi apresada pela armada de guarda-costas, que Portugal mantinha à boca do estreito de Gibraltar, e que, pela mencionada arribada da nau, soubera como vinha ela do Brasil. A fortaleza galo-pernambucana[4], ou porque Pero Lopes teve conhecimento da sua existência, ou porque necessitava ir no porto em que ela estava a fazer aguada, antes de atravessar o Atlântico, foi por tal forma pelo intrépido capitão combatida, durante dezoito dias consecutivos (I), que se lhe rendeu (II).

Então Pero Lopes, deixando a mesma fortaleza guarnecida de gente sua, às ordens de um Paulos Nunes, fez-se de vela para Portugal, levando consigo duas naus francesas que tomara, alguns índios

---

3 "Géneral des armées navales" – diz F. Denis, em seu interessante trabalho *Le Génie de la Navigation*, pág. 33. Também se escrevia *Blanquart*. – (A.). – Bertran d'Ornessan era o nome do barão de Saint-Blancard. – (G.).

4 Cremos que essa fortaleza seria em um dos morros de Olinda, nome que Duarte Coelho veio a substituir ao indígena de Marim, que tinha no tempo dos franceses e de Paulos Nunes. – (A.).

e trinta e tantos prisioneiros. No princípio do ano imediato aportou em Faro; e desta cidade do Algarve, seguiu logo para Évora, onde então estava a corte, e aí chegou, ao que parece, a 20 de janeiro de 1533[5]. Suas naus se mandaram recolher com os franceses a Lisboa; e quatro principais da terra, que o soberano chegou a distinguir dando-lhes o nome de reis, foram por ordem régia vestidos de seda.

Já havia meses que, pelos da mencionada nau apresada no estreito, soubera o governo de como ela havia deixado em Pernambuco um forte com numerosa guarnição; e mandar ordens à costa da Malagueta a fim de que Duarte Coelho, capitão-mor de uma esquadrilha aí estacionada, passasse a Pernambuco para desalojar os intrusos[6]. Com a chegada de Pero Lopes, foi ordenado que a mesma esquadrilha, em lugar de ir ao Brasil, ficasse cruzando na altura dos Açores[7], e para Pernambuco foi, segundo entendemos (vol. II, fls. 208 da col. de cartas do conde da Castanheira), despachada (depois de

5 No dia seguinte, 21 de janeiro de 1533, é datada a carta de d. João III ao conde da Castanheira, avisando-o da chegada de Pero Lopes de Sousa, que vinha do Brasil, "qual, antre outras boas novas que trouxe, foi que, vindo ele do Rio da Prata, correndo a costa do Brasil, veio ter a Pernambuco, onde achou os franceses, que tinham feito fortaleza; e lha tomou, e os tomou a eles, e ficou pacificamente e poder dos portugueses sem nenhua contradição. E porque parece que, por esta obra ser feita, non será necesario ir Duarte Coelho com a sua armada à dita costa do Brasil, e que seja muito mais meu servyço ir esperar as naus que Antônio Vaz de Lacerda diz que se haviam de ir ajuntar, pera seguirem d'y viajem em cõserva até a India, que deve de ser na costa de Ginee ou perto da costa de Mallageta, onde o dito Duarte Coelho está". – J. D. M. Ford, *Letters of John III*, citadas, pág. 69. – (G.).

6 Carta d'el-rei ao conde da Castanheira, de 25 de janeiro de 1533. – (A.). – Publicada por J. D. M. Ford, *Letters of John III*, citadas, págs. 73-75. – (G.).

7 Duarte Coelho havia de andar na costa da Malagueta até 10 ou 15 de abril. Parece que, quando o aviso chegou, já seria maio, tempo necessário para ir às ilhas, ibidem, pág. 82. – (G.).

23 de janeiro de 1534) uma caravela, ao mando de Vicente Martins, com ordens para Paulos Nunes (III).

Pouco antes, o governo português, instado ainda de França pelo dr. Diogo de Gouveia, e receoso do demasiado desenvolvimento que os franceses iam dando ao seu comércio com o Brasil, viu-se obrigado a adotar o plano de colonizar, pelo simples meio de ceder essas terras a uma espécie de novos senhores feudais, que, por seus próprios esforços, as guardassem e cultivassem, povoando-as de colonos europeus, com a condição de prestarem preito e homenagem à Coroa. Providências análogas tinham adotado, com proveito, os reinos da Europa, para se povoarem com a necessária disciplina, sobretudo nos lugares fronteiriços aos inimigos, em que, para fugir da perigosa fraqueza, era necessária toda a união e a maior subordinação; e para convocar colonizadores com alguns capitais, era indispensável conceder-lhes, sobre os colonos, que eles contratavam e levavam à sua custa, certo ascendente[8].

Foi, pois, resolvido que o Brasil se dividisse[9] em grandes capitanias, contando para cada uma, sobre a costa, cinquenta ou mais léguas; o que el-rei participou logo a Martim Afonso, na resposta às cartas que o mesmo Martim Afonso escrevera de Pernambuco,

---

8 Para promover a colonização dos países, aonde ela não ia espontaneamente, não havia então, e nem talvez haja ainda hoje, outro meio; bem que se possam aperfeiçoar cada vez mais as condições, sempre em harmonia com o sistema da enfiteuse romana. Somente certos direitos sobre o colono podem estabelecer igualdade em contratos, onde um homem, sem fiador, faz promessas, em virtude das quais unicamente o donatário abona o custo de seu transporte e outras despesas. – (A.).

9 Este sistema foi também seguido pelos holandeses quando, por 1630, colonizaram nos Estados Unidos, no Delaware, Hudson, etc. – (A.).

dando conta da tomada das naus francesas. Embora seja essa resposta bastante conhecida, por andar reproduzida em muitos livros, julgamo-la de tal importância que não nos é possível deixar de incluí-la também neste lugar. Diz assim:

> Martim Afonso, amigo: Eu el-rei vos envio muito saudar.
>
> Vi as cartas que me escrevestes por João de Sousa; e por ele soube da vossa chegada a essa terra do Brasil; e como íeis correndo a costa, caminho do rio da Prata; e assim do que passastes com as naus francesas, dos cossairos que tomastes, e tudo o que nisso fizestes vos agradeço muito; e foi tão bem feito como se de vós esperava; e sou certo qual a vontade que tendes para me servir.
>
> A nau que cá mandastes quisera que ficara antes lá, com todos os que nela vinham. Daqui em diante, quando outras tais naus de cossairos achardes, tereis com elas e com a gente delas a maneira que por outra provisão vos escrevo[10].
>
> Porque folgaria de saber as mais vezes novas de vós, e do que lá tendes feito, tinha mandado a ano passado fazer prestes um navio para se tornar João de Sousa para vós; e quando foi de todo prestes para poder partir, era tão tarde para lá poder correr a costa, e por isso se tornou a desarmar e não foi. Vai agora com

---

10 Não encontramos até hoje cópias desta provisão. – (A.). – Talvez seja o édito publicado em 1526 ou 1527, no qual, segundo o barão de Saint-Blancard, se mandou que sob pena de morte fossem postas a pique as naus francesas que viessem ou tornassem do Brasil. De executá-lo, foi encarregado Antônio Correia, talvez filho de Aires Correia, companheiro de Pedrálvares no descobrimento, e posteriormente assassinado em Calicute. – (C.).

duas caravelas armadas, para andarem convosco o tempo que vos parecer necessário, e fazer o que lhes mandardes.

E por até agora não ter algum recado vosso, – do feito, vos não posso escrever a determinação do que deveis fazer em vossa vinda ou estada, nem cousa que a isso toque: e somente encomendar-vos muito que vos lembre a gente e armada que lá tendes, e o custo que se com ela fez e faz: e segundo vos o tempo tem succedido, e o que tendes feito ou esperardes de fazer, assim vos determineis em vossa vinda ou estada, fazendo o que vos melhor e mais meu serviço parecer; porque eu confio de vós que no que assentardes será o melhor. Havendo de estar lá mais tempo, enviareis logo uma caravela com recado vosso, e me escrevereis muito largamente tudo o que até então tiverdes passado, e o que na terra achastes; e assim o que no rio da Prata, tudo mui declaradamente, para que eu por vossas cartas e informação saber o que se ao diante deverá fazer. E se vos parecer que não é necessário estardes lá mais, poder-vos-eis vir; porque, pela confiança que em vós tenho, o deixo a vós; – que sou certo que nisso fareis o que mais meu serviço for.

Depois de vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pessoas que requeriam capitanias em terra dela. Eu quisera, antes de nisso fazer cousa alguma, esperar por vossa vinda, para com vossa informação fazer o que me parecer, e que na repartição que disso se houver de fazer, escolhais a melhor parte. E porém porque depois fui informado que de algumas partes faziam fundamento de povoar a terra do dito Brasil, considerando eu com quanto trabalho se lançaria fora a gente que a povoasse, depois de estar assentada na terra, e ter nela feitas algumas forças (como já em Pernambuco começava a fazer, segundo o conde da Castanheira vos escreverá), determinei de mandar demarcar de Pernambuco

até o rio da Prata cinquenta léguas de costa a cada capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem léguas, e para Pero Lopes, vosso irmão, cinquenta, nos melhores limites dessa costa, por parecer de pilotos e de outras pessoas de quem se o conde por meu mandado informou; como vereis pelas doações que logo mandei fazer que vos enviará; e depois de escolhidas estas cento e cinquenta léguas de costa para vós e para vosso irmão, mandei dar a algumas pessoas que requeriam capitanias de cinquenta léguas cada uma; e segundo se requerem, parece que se dará a maior parte da costa; e todos fazem obrigações de levarem gente e navios à sua custa, em tempo certo, como vos o conde mais largamente escreverá; porque ele tem cuidado de me requerer vossas cousas, e eu lhe mandei que vos escrevesse.

Na costa da Andaluiza foi tomada agora pelas minhas caravelas, que andavam na armada do Estreito, uma nau francesa carregada de brasil, e trazida a esta cidade; a qual foi de Marselha a Pernambuco, e desembarcou gente em terra, a qual desfez uma feitoria minha que aí estava, e deixou lá trinta[11] homens, com tenção de povoarem a terra e de se defenderem. E o que eu tenho mandado que se nisso faça mandei ao conde que vo-lo escrevesse, para serdes informado de tudo o que passa, e se há de fazer; e pareceu necessário fazê-vo-lo saber, para serdes avisado disso, e terdes tal vigia nessas partes, por onde andais, que vos não possa acontecer nenhum mau recado: e que qualquer força ou fortaleza que tiverdes feita, quando nela não estiverdes, deixeis pessoas de quem confieis, que a tenha a bom recado; ainda que eu creio que eles não tornarão lá mais a fazer outra tal; pois lhe esta não sucedeu como cuidavam.

11 "Setenta" se lê nas cópias. Parece, porém, ter havido engano de algum copista, pois "trinta" se lê no processo autêntico de St. Blancard. – (A.).

> E mui declaradamente me avisai de tudo o que fizerdes; e me mandai novas de vosso irmão, e de toda a gente que levastes; porque com toda a boa que me enviardes, receberei muito prazer.[12]

A recepção desta carta[13] devia apressar a partida do capitão-mor para a Europa. Vê-se dela que o rei, com o seu conselheiro, o conde da Castanheira, ansiava primeiro ouvir os votos de pessoas práticas, como o capitão-mor do Brasil, para não ir tanto às cegas na doação das suas terras. Assim o entendeu também Martim Afonso; e deixando por seu lugar-tenente, com os poderes que podia delegar, a Gonçalo Monteiro (Pedro Taques, *Rev. do Inst. Hist.*, **9**, 160) na colônia de São Vicente, partiu para Portugal, aonde chegou naturalmente antes do meado do ano de 1533[14].

Bem que, como se vê da carta acima transcrita, a resolução de se dividir o Brasil por donatários foi tomada em 1532, e já então se fizeram alvarás de lembrança por algumas doações; só em março de 1534, mês em que partia[15] Martim Afonso para a Índia, é que se

---

12 Segue: "Pero Anriques a fez em Lisboa aos 28 de setembro de 1532 anos--REI". – (A.). – Santarém, *Quadro elementar*, **3**, 241, equivoca-se, dando-a como escrita por Martim Afonso a d. João III. – (C.).

13 Esta carta parece autêntica; entretanto, o final dá que pensar. Significará que el-ei tinha tanta confiança nas medidas tomadas que de antemão já cantava vitória? Conterá referência a algum fato de que não temos outra notícia? – (C.).

14 Martim Afonso estava ainda em São Vicente a 4 de março de 1533, segundo Taques, na *Rev. do Inst.*, **9** (1847), pág. 146. Reuniu-se a Duarte Coelho na ilha Terceira, e naturalmente voltou com ele para Lisboa, depois de julho do mesmo ano, como se vê de fr. Luís de Sousa, *Anais de d. João III*, pág. 378. Parece que primeiro governou como seu locotenente Pero de Góis, que teve com os espanhóis de Iguape um conflito, a que o autor se refere na seção XI. – (C.).

15 A doação a Duarte Coelho é de 10 de março (1534) e teve apostila em 25 de setembro, concedendo-lhe metade da dízima do pescado, que pertencia de direito à ordem de Cristo. – (A.).

começaram a passar as cartas ou diplomas aos agraciados, que gozariam, de juro e herdade, do título e mando de governadores das suas terras, as quais tinham pela costa mais ou menos extensão; e por conseguinte eram maiores ou menores os quinhões, segundo o favor de que gozavam, e talvez os meios de que podiam dispor. Compreendiam-se nas doações as ilhas que se achassem até a distância de dez léguas da costa continental. As raias entre capitania e capitania se fixaram por linhas geográficas tiradas de um lugar da mesma costa, em direção a loeste. Assim o território ficou verdadeiramente dividido em zonas paralelas, porém umas mais largas que outras. Este meio de linhas retas divisórias imaginárias, que ainda com os mais exatos instrumentos num terreno muito conhecido seriam quase impossíveis de traçar, era o único de que se podia lançar mão, pelo quase nenhum conhecimento coreográfico que havia do país, além do seu litoral. Em algumas doações, nem foi possível declarar o ponto em que principiavam ou acabavam. Incluía-se apenas a extensão da fronteira marítima, e designavam-se os nomes dos dois donatários limítrofes.

Manifesta é a insuficiência de uma tal demarcação que, para algumas capitanias, veio a dar origem a pleitos que duraram mais de um século.

Doze foram os donatários: mas verdadeiramente quinze os quinhões, visto que os dois irmãos Sousa tinham só para si cento e oitenta léguas, distribuídas em cinco porções separadas, e não em duas inteiriças. Com razão deviam eles de ser, pelos serviços importantes que acabavam de prestar no próprio Brasil, os mais atendidos na partilha.

A Martim Afonso, a quem a carta régia acima fazia terminantemente a promessa, foram adjudicadas, naturalmente por sua própria

escolha, as terras da colônia de São Vicente, e por conseguinte com ela os gastos já feitos pelo Estado para fundá-la. O não se mencionar esta cláusula fez que, em virtude da letra da carta de doação, se entendesse tempos depois pertencer esta vila aos herdeiros de Pero Lopes, cuja doação começava do lado do norte da barra grande de São Vicente. Os dois quinhões de Martim Afonso compreendiam as terras que correm desde a barra de São Vicente até doze léguas mais ao sul da ilha da Cananeia, ou proximamente até uma das barras de Paranaguá; e para o lado oposto, as que vão desde o rio Juquiriqueré até treze léguas ao norte do cabo Frio, que depois se fixou pela barra de Macaé; ficando por conseguinte suas as magníficas terras de Angra dos Reis, as da soberba baía de Janeiro, e do cabo Frio. Eram nada menos que cem léguas contadas sobre o litoral; mas em virtude do rumo, que durante essa extensão toma a costa, vieram a produzir, na totalidade, em léguas quadradas, alguns milhares de menos do que a vários dos outros, como se verá.

A extensão do Juquiriqueré até a barra de São Vicente, e a de Paranaguá para o sul até as imediações da Laguna, que chamavam terras de Santana[16], foi doada a Pero Lopes, que, além destas porções, que perfaziam cinquenta léguas sobre o litoral, recebeu, desde a ilha de Itamaracá inclusive para o norte, trinta léguas mais, como abaixo diremos, quando, costeando, como vamos, o Brasil de sul a norte, chegarmos, com a nossa resenha, à paragem onde elas se encontram.

Com a porção mais setentrional de Martim Afonso entestavam as trinta léguas doadas a Pero de Góis, e que iam terminar no baixo dos Pargos, ou antes em Itapemirim proximamente. Pero de Góis

16 "Em altura de vinte e oito graus e um terço." (Carta de doaç.). – (A.).

prestara também importantes serviços na armada de Martim Afonso, a cuja família devia ser mui afeiçoado, e até foi ele quem se encarregou de escrever por sua letra o diário de Pero Lopes, cujo original entregamos, em 1839, pela primeira vez, à imprensa[17]. Essa afeição não deixaria de ser tomada em conta no repartimento da terra para evitar as demandas e pleitos que pudessem acaso resultar da falta irremediável da precisão nas demarcações laterais.

Contíguo a Pero de Góis, cinquenta léguas sobre a costa, as quais alcançavam até o rio Mucuri, veio a ficar Vasco Fernandes Coutinho, também fidalgo da casa real; e que havendo servido em Goa, em Malaca e na China, às ordens de Afonso de Albuquerque[18], conforme recordam as histórias da Ásia, depois de juntar algum cabedal se havia retirado a Alenquer (vila situada, como sabemos, a algumas léguas de Lisboa, perto de Tejo) para aí desfrutar, com a ajuda da moradia, de uma tença que recebia do Estado. Naturalmente

---

17 Se a letra é de Pero de Góis, segundo o autor afirma também na *Revista do Instituto*, **24** (1861), pág. 5, a cópia foi extraída alguns anos depois dos sucessos narrados, porque Pero de Góis ainda ficou no Brasil, como se vê do seguinte trecho de sua carta de doação passada a 28 de janeiro de 1536: "havendo respeito aos serviços que me tem feito Pedro de Góis, fidalgo de minha casa, assim na armada que Martim Afonso de Sousa foi por capitão-mor na dita costa do Brasil como em alguns descobrimentos que o dito Martim Afonso fez no tempo em que lá andou, e em todas as mais cousas de meu serviço e a que se o dito Pero de Góis achou, assim com o dito Martim Afonso *como sem ele, depois de sua vinda por ficar lá*". – Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 351, Rio, 1834. – (C.). – Conf. nota V, no fim da seção XII.

18 Liv. 7, de d. João III, fls. 113 e 187. – (A.). – O que se encontra em João de Barros (*Décadas*, **II**, liv. VI, cap. IV) sobre os feitos de Vasco Fernandes Coutinho compendiou Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 333 e segs. – (C.). – Em Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Rio, 1925, pág. 342, há referência "àquele Vasco Fernandes Coutinho, que fez as maravilhas em Malaca, detendo o elefante que trazia a espada na tromba". – (C.).

nessa vila, por intermédio de algum agente do conde da Castanheira, proprietário vizinho seu, se recomendaria para entrar no número dos da partilha.

Do Mucuri para o norte vinha a capitania de Porto Seguro, com outras cinquenta léguas concedidas a Pero do Campo Tourinho, rico proprietário de Viana do Minho.

Seguiram-se os Ilhéus, nas cinquenta léguas até a barra da Bahia, doadas a Jorge de Figueiredo Correia, também fidalgo da casa real, e que exercia na corte o cargo de escrivão da fazenda, o qual lhe daria lugar a estar informado do que se passava, e a pedira para si o que tão generosamente via conceder a outros. A raia entre esta capitania e a precedente não se indicava.

Tudo quanto se estende desde a barra da Bahia à foz do rio de São Francisco obteve para si Francisco Pereira Coutinho, excetuando-se, porém, o mesmo rio que devia ficar exclusivamente a Duarte Coelho; e, segundo se diz na própria doação, foi-lhe conferida tal graça, em atenção aos *muitos serviços* que ele havia prestado, assim em Portugal, como "nas partes da Índia, onde servira muito tempo com o conde almirante[19] e com o vice-rei d. Francisco de Almeida, e com Afonso de Albuquerque, e em todos feitos e cousas que os ditos capitães nas ditas partes fizeram, nos quais dera sempre de si mui boa conta".

As Alagoas e parte do atual território da província de Pernambuco tocaram, na extensão de sessenta léguas, a Duarte Coelho, valente capitão que muito se distinguira por feitos no Oriente, em cujos

---

19 Vasco da Gama. – (A.).

fastos achamos mais de uma vez consignado honrosamente o seu nome, em missões ao reino de Sião e à China, no descobrimento da Cochinchina, no recontro que teve com duas armadas, conseguindo fazer vinte e tantas presas, e em outras ações ilustres[20]. Havia sete anos que voltara do Oriente e se casara com d. Brites, irmã de Jerônimo de Albuquerque. Como, por ocasião da primitiva repartição das terras, lhe haviam ido ordens para navegar até Pernambuco (da costa da Malagueta, onde se achava cruzando), a fim de destruir a feitoria deixada pela nau de Marselha, é natural que daí proviesse o ser preferido para esta parte da costa, de que porventura chegaria a ter conhecimento prévio.

Um pouco ao norte da foz do rio Igaraçu ficava a extrema do domínio de Coelho. À margem esquerda da foz deste rio, no canal de Itamaracá, fora levantada a feitoria de Cristóvão Jaques. A cinquenta passos ao norte dela, onde se diz "Os Marcos", em virtude dos que aí se postaram, era o ponto donde partia designadamente

---

20 Barros, **III**, *passim*, e Couto, **IV**, *passim*. Veja também o t. **V** das obras poéticas de Dinis, págs. 142 a 144, donde se colige como a essa família veio a entroncar-se um homem célebre, marquês de Pombal. – (A.). – Duarte Coelho passou à Índia em 1509, na armada em que foi por capitão-mor d. Fernando Coutinho: esteve na China, primeiro europeu que isto fez em navios europeus, em 1516-1517; em 1529 foi encarregado de ver com dois engenheiros os portos em África que deviam ser fortificados; em 1531 foi à França, de onde voltou pouco depois de lá ter chegado o conde da Castanheira [Fernando Palha, *La lettre de marque de Jean Ango*, pág. 49, *et passim*, Rouen, 1890]. Frei Luís de Sousa, *Anais de Dom João Terceiro*, 378, dá breve notícia dos seus serviços no Oriente. Quanto ao parentesco com o marquês de Pombal, veja-se a nota da seção XXV. – (C.).

Duarte Coelho era filho de Gonçalo Coelho, emissário de d. João II ao príncipe de Jalofo, capitão-mor da armada de 1503 e escrivão da fazenda real. Veja-se *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. II, págs. 301-308. – (G.).

a raia setentrional da mesma capitania. Para o norte se contavam as restantes trinta léguas da pertença do donatário Pero Lopes, as quais alcançavam a baía da Traição, compreendendo parte da atual província da Paraíba e incluindo a fértil ilha de Itamaracá.

A extensão do litoral daí para diante, o resto da atual Paraíba e Rio Grande do Norte, coube a João de Barros e a Aires da Cunha, de parceria; contando-se-lhe cem léguas além da baía da Traição. Seguiam-se sobre o Ceará quarenta léguas para o cavaleiro fidalgo Antônio Cardoso de Barros[21], e depois de mediarem setenta e cinco para Fernando Álvares de Andrade, e que vinham a incluir parte da costa do Piauí e Maranhão atuais "desde o cabo de Todos os Santos, a leste do rio Maranhão, até junto ao rio da Cruz (IV)", competiam outra vez àqueles dois donatários associados, Barros e Cunha, cinquenta léguas mais, começando a contá-las de loeste "desde a abra de Diogo Leite até o dito cabo de Todos os Santos".

Fernando Álvares de Andrade, do conselho do rei, era então tesoureiro-mor do reino (Barros, *Décadas,* **I**, VI, 1º). Enquanto viveu, diz-nos o conde da Castanheira, foi solicitador acérrimo em favor de providências a bem do Brasil.

---

21 Por carta de 19 de novembro de 1535, atendendo aos serviços que Antônio Cardoso de Barros, cavaleiro fidalgo, tem feito assim no reino como em África, etc., el-rei lhe fez mercê de quarenta léguas de costa do Brasil, que começaram da angra dos Negros, que está da banda do leste em altura de 2º, e acabam no rio da Cruz, da banda de leste, que está em altura de 2° ⅓ – *Livro 21 das doações de D. João III*, fls. 187. No dia seguinte (20 de novembro) foi feito o foral. – *Livro 22 das Doações*, fls. 108. A carta de doação nunca foi impressa. O foral foi impresso pelo barão de Studart, in *Revista do Instituto do Ceará*, tomo **XXIII** (1909), págs. 11-16. – (G.).

Aires da Cunha era um valente nauta que se distinguiria como capitão-mor do mar em Malaca (Barros, *Décadas*, **III**, liv. 10, cap. 6. – **IV**, liv. 1º, caps. 9, 10 e 11. – Couto, **IV**, liv. 1º, cap. 6; liv. 2º, caps. 2 e 3). Recolhendo dos Açores, onde se achava com uma esquadrilha de caravelas de guarda-costas e onde prestara serviços importantes, em setembro de 1533[22], chegara a Lisboa, comandando um galeão, com o qual se oferecera a destruir a feitoria que em Pernambuco fundara a nau de Marselha *La Pélerine*, comissão que não lhe foi incumbida, por chegar pouco depois Pero Lopes, deixando concluída essa empresa.

Quanto ao donatário João de Barros, escusado é dizer que se trata do que viria a ser historiador da Índia, com tanta glória para a nação, e fortuna para a língua, em que ele tão vigorosamente escrevia. Louve-se muito embora, nos historiadores portugueses, a crítica de Brandão, o colorido de Brito, o fraseado de Sousa, de Lucena, ou de Mendes Pinto, sempre haverá que conceder a Barros toda a pureza na linguagem, muita propriedade na frase e um estilo elegante, principalmente quando descreve ou pinta certas paragens, ostentando as muitas noções que tinha das cousas do Oriente, como quem, aproveitando-se do seu ofício de feitor da Casa da Índia, não praticava em outro assunto com os que de lá chegavam. Bem alheias vereis sempre as *Décadas da Ásia,* assim dos soporíferos contos de Castanheda e de Azurara, como das pregações homéricas do velho Fernão Lopes; e por isso mereceram elas a glória de ser o livro português que mais folheou o imortal cantor do Gama. O conde da

22 Se, como se lê à pág. 159, já em janeiro de 1533 Pero Lopes chegava à Europa depois de tomada a fortaleza galo-pernambucana, como ainda em setembro do mesmo ano poderia Aires da Cunha se oferecer para desempenhar essa comissão? Evidentemente, onde está 1533, deve-se ler 1532. – (C.).

Castanheira tinha o erudito feitor da Casa da Índia em tão boa conta que a seu respeito dizia num relatório[23] ou exposição ao monarca:

"O feitor hei eu por tão fiel em seu ofício que quase me parece que ainda que furtar fora virtude ele o não fizera: entende o negócio muito bem, há mister mais favor que sofreadas. Não fora mau para o negócio da Casa[24] não ser ele inclinado a outros, os quais, não somente não são ilícitos, mas muito proveitosos à terra." Estes outros negócios lícitos, úteis à terra, a que se mostrava inclinado o pobre feitor, eram naturalmente as ocupações de sua pena, que tanta glória dão ao país e que revertem em quem assim o protegia, para escrever suas obras e colonizar a pátria e o orbe com as suas criações. No número destas contaríamos hoje uma crônica do Brasil até o seu tempo, se havendo vivido mais anos, houvesse ele podido realizar[25] os seus intentos.

Resta-nos unicamente em quarenta léguas de costa, se estendia, aquém da de Fernando Álvares, desde o rio da Cruz, em dois graus e um terço, correndo para leste, até a angra dos Negros, em dois graus[26]. Esta capitania tinha apenas seis léguas de espaço de latitude, pois seguia de dois graus a dois graus e um terço. Dos precedentes deste donatário não encontramos notícias. Segundo certos indícios de

---

23 Este relatório será oportunamente dado à luz. – (A.). – Esta promessa, já feita na 1ª edição, **1**, 68, nunca foi realizada pelo autor; o paradeiro do documento é desconhecido. – (C.).

24 Da Índia, entende-se. – (A.).

25 Varn. na *Rev. do Inst.,* **13**, 396. Barros servira também, interinamente, de tesoureiro da Casa da Índia, do 1º de maio de 1525 a fins de 1528. Rib. *Dic. cr.*, tom. **2º**, pág. 265. Recebeu quitação em 20 de outubro de 1563. – (A.).

26 Doaç. de Évora, em 19 de novembro de 1535. – (A.).

ruínas de pedra e cal, encontradas depois na Tutoia[27], aí pretendeu estabelecer uma colônia, que se viu obrigado a desamparar; e mais tarde aceitou da Coroa um cargo de fazenda para a Bahia, e ao recolher-se ao reino naufragou, e foi barbaramente assassinado pelos índios.

Por certas expressões, que lemos no relatório mencionado do conde da Castanheira, deduzimos que não houve, entre os poderosos da corte, grande concorrência, como dá a entender a carta régia a Martim Afonso, para alcançar tais capitanias, que nem sabiam alguns dos agraciados que coisa eram. Reconhece o conde que a distinção não tinha dado ainda tantos resultados como se esperava, e desculpa-se de que a tal respeito não se pôde fazer mais, por o não consentirem os que queriam *ir*, "e serem poucos os que sobre isso competiam".

Embora pareça que nada há que opor a estas reflexões, porque a necessidade era a lei, e porque urgia o estímulo aos empreendedores, que naturalmente imporiam as condições, não podemos dissimular que, em nosso entender, o governo andou precipitado em distribuir logo a terra, de juro e herdade: reconhecemos a necessidade que havia de colônias por toda a extensão da costa; mas talvez estas se houveram da mesma sorte obtido e outras muitas após elas, se as doações se houvessem limitado, por então, a doze ou mais quinhões muito mais pequenos; e que contassem de algumas léguas quadradas, próximas aos portos principais da costa, já então conhecidos e frequentados. A colonização não se teria disseminado

---

27 Na entrada tinha umas ruínas de pedra e cal, como que em algum tempo houvesse sido povoada de gente da Europa – lê-se na *Jornada do Maranhão*, pág. 185. Este trecho não implica, porém, que de Antônio Cardoso de Barros procedessem tais ruínas. – (C.).

tanto (chegando às vezes a perder-se), e houvera sido mais profícua, e dado resultados mais prontos; e o governo poderia ter guardado um novo cofre de graças, para recompensar os serviços feitos pelos abastados do comércio que aspirassem a satisfazer a tendência existente no coração humano de vincular, para seus sucessores, as fortunas adquiridas. Com doações pequenas, a colonização se teria feito com mais gente, e naturalmente o Brasil estaria hoje mais povoado – talvez – do que os Estados Unidos: sua povoação seria porventura homogênea, e teriam entre si as províncias menos rivalidades que, se ainda existem, procedem, em parte, das tais grandes capitanias. Pois é possível crer que esses poucos que competiam para ser donatários, como diz o conde da Castanheira, se não contentassem sem a ideia do domínio de muita terra embora inútil, e sobre que nem sequer podiam saciar com os olhos, mas só com a imaginação, sua cobiça, quando na maior parte eram de sertão, onde não poderiam ir, nem foram, em sua vida? O mal foi fazer-se tudo à pressa! E o caso é que com isso, por ser malfeito, não se expulsaram de nossos mares os navios franceses, que era o resultado principal que se pretendia obter.

É certo que a mania de muita terra acompanhou sempre pelo tempo adiante os sesmeiros, e acompanha ainda os nossos fazendeiros, que se regalam de ter matos e campos em tal extensão que levem dias a percorrer-se, bem que às vezes só a décima parte esteja aproveitada; mas se tivesse havido alguma resistência em dar o mais, não faltaria quem se fosse apresentando a buscar o menos. Anos antes tinham aparecido colonizadores para os Açores, com muito mais pequenas doações de terras; e os Açores e a Madeira têm hoje, proporcionalmente, mais povoação que os distritos de Portugal, naturalmente porque foram as doações mais pequenas e

em maior número: e apesar de haverem sido muitos dos colonos estrangeiros, como os que levou Hürter para o Faial e Bugres para a ilha Terceira, nem por isso a colônia, formada de flamengos, ficou flamenga, nem falando flamengo.

Na distribuição primitiva das terras, sem dúvida se deram mui notáveis desigualdades, não tanto no avaliar as doações pelo maior ou menor número de léguas sobre a costa, que esse foi em geral de cinquenta; bem que por exceção se estendesse a oitenta ou a cem, ou se restringisse a trinta. As maiores e mais caprichosas desigualdades se encontram, quando hoje vamos sobre o terreno apurar até onde chegavam, pelo sertão adentro, os direitos senhoriais concedidos; e medimos aproximadamente os milhares de léguas quadradas que, segundo a correspondente carta de doação, tocava a cada um destes estados, geralmente com maior extensão de território do que a mãe-pátria; extremando de loeste, pela meridiana da raia que estabelecemos[28], na suposição de se contarem as léguas como de dezesseis graus e dois terços.

Procedendo a esta apuração, fácil será conhecer que as doações, em milhares de léguas quadradas, vinham a guardar, pouco mais ou menos, as proporções seguintes:

1º – Duarte Coelho, doze milhares;

2º – Pero Lopes, sete milhares e meio;

3º – Francisco Pereira, sete milhares;

4º – Figueiredo, quase o mesmo;

---

28 A raia que o autor deduz da interpretação do tratado de Tordesilhas. – (C.).

5º – Tourinho, seis milhares e meio;

6º e 7º – Barros e Cunha, quase o mesmo cada um;

8º – Vasco Fernandes, cinco milhares e meio;

9º – Martim Afonso, pouco mais de dois e meio;

10º – Pero de Góis, menos de dois;

11º – Fernando Álvares, menos de milhar e meio;

12º – Antônio Cardoso, pouco mais de seiscentas léguas.

Deste modo a capitania de Martim Afonso, que talvez o doador pensou fazer maior que as outras, saiu das mais pequenas. Ainda nos nossos tempos há exemplos de disposições legislativas em que da ignorância de princípios científicos procedem resultados absurdos, ou contrários à mente dos legisladores.

Em todo caso, por meio do estabelecimento destas capitanias, pensou o governo de d. João III, sem lesar diretamente o tesouro da nação, não só assegurar esta grande extensão de terra que a fortuna lhe outorgara como, com o tempo, reconhecer, por meio da cultura dela, maiores vantagens. Não há dúvida que por muito entraria no ânimo do soberano o pensamento de propagar o Evangelho; mas ele o faria, faltando aos seus deveres, se o executasse empobrecendo, em gente e em recursos, o povo que regia, sem esperanças de retribuição. Uma colônia, diz um publicista que se ocupou profissionalmente do assunto, "é o resultado da emigração de indivíduos de que a metrópole se priva, com a esperança de poder indenizar-se mais tarde dos sacrifícios que faz; sem o que, os estabelecimentos que fizesse só lhe causariam dano". Pelo que, o simples fato do estabelecimento de uma colônia por qualquer nação, que a funda com

os seus filhos, "a defende com as suas armas e a mantém por suas leis", como diz Montesquieu, "reclama a compensação nas vantagens do seu comércio, com exclusão de todas as outras nações, segundo o direito europeu ainda praticado em nossos dias por alguns".

NOTAS DA SEÇÃO IX

I
(Pág. 253)

Processo do barão de Saint-Blancard contra Pero Lopes, na nota 32 da 1ª edição desta *História*, e 3º e 4º do *Diário* de Pero Lopes. – (A.). – Veja-se na *Lusitânia*, vol. **III**, fascículo IX, págs. 315-327, Lisboa, 1926, o erudito artigo do dr. Jordão de Freitas, sobre o achado na Torre do Tombo (*Corpo cronológico*, **I**, 65, 13) de peças desse processo, que encerram "interessantes e valiosos elementos de informação não só relativamente às condições da vida social, comercial, religiosa e militar dos habitantes da feitoria portuguesa de Pernambuco em 1532, quando ali aportou a nau marselhesa *Pélerine* (antiga nau portuguesa *Sam-Thomé a estirada*, roubada pelos franceses a um André Afonso, da cidade do Porto), mas ainda acerca do assalto, destruição, roubos e mortes que os franceses ali fizeram então, bem como a respeito dos sucessos ocorridos após a chegada de Pero Lopes de Sousa a Pernambuco no mesmo referido ano".

Além de Pero Lopes de Sousa, Antônio Correia e o arcebispo d. Martinho de Portugal mencionado no documento que o autor publicou na 1ª edição deste livro e em duas sucessivas do *Diário* de Pero Lopes, reproduzido por Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, 366-372, foram também acusados pelo barão de Saint-Blancard mais três capitães portugueses: Gonçalo Leite, Bartolomeu Ferraz e Gaspar Palha, que figuram nas peças do processo ultimamente encontradas.

O tribunal, que já funcionava em Baiona em 10 de outubro de 1537, era constituído por dois juízes, deputados ou comissários franceses, dois portugueses e, em caso de empate, elegia-se um quinto juiz. A carta citatória (informa Jordão de Freitas) havia sido trazida por um procurador do autor do processo, sendo o assunto tratado em audiência da correição do civil da corte, presidida pelo licenciado Mem de Sá e realizada no dia 16 de junho de 1539. O instituto possui cópias fotográficas destes documentos, impressos agora no *Diário de Pero Lopes*, de Eugênio de Castro. – (G.).

II

(Pág. 253)

"Pernambuco onde achou os franceses que tinham feito fortaleza e lha tomou a eles, e ficou pacificamente em poder de portugueses." – Primeira carta de el-rei ao conde da Castanheira, de 21 de janeiro de 1533. Cópia ms, na col. do autor. – (A.). – Essa carta, conforme averiguou o dr. Jordão de Freitas, *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. **III**, pág. 117, nota 133, é de Évora, 20 de janeiro de 1533; há outra de 21, relativa à "vinda de Pero Lopes de Sousa que veyo do Brasil", mas não é nesta, e sim na primeira, que se contém o trecho apontado. – (G.). – Frei Luís de Sousa, *Anais de d. João Terceiro*, pág. 377, escreve: "Consta por Carta del-rei ao Conde da Castanheira, de 21 de Janeiro de 1533, que Martim Afonso de Sousa tomou na sua viagem (parece que foi do Brasil) duas naus de franceses com trinta e tantos homens de França e quatro índios do Brasil, que chama Reis: manda el-rei que os franceses venham presos ao Limoeiro, e os navios a Lisboa; e os que chama Reys sejam bem tratados, e vestidos de seda". – (C.). – Jordão de Freitas, *ubi supra*, encontrou duplo equívoco por parte do cronista, quanto à data da carta, coforme já se viu, e quanto ao nome de Martim Afonso de Sousa em lugar de Pero Lopes de Sousa, que no borrador arquivado na Biblioteca da Ajuda vem mencionado quatro vezes.

As cartas de d. João III ao conde da Castanheira vêm anexas ao estudo do dr. Jordão de Freitas sobre a *Expedição de Martim Afonso de Sousa*, no citado vol. da *História da colonização*. – (G.).

III

(Pág. 255)

Consta de uma certidão passada a 15 de junho de 1535, por Heitor de Barros, escrivão da feitoria de Pernambuco, sobre os serviços do bombardeiro Diogo Vaz, que "chegando a Pernambuco do Ryo da prata domde vynha foy necessariho ho dyto Dº Vaz fyquar ho dito pernambuquo para serviço delRey nosso sõr ho quoall pº Lopez mãdou e fez fyquar por cõdestabre da fortaleza que se fez de q. Vte. Miz [Martins] feReyRa [Ferreira] hera quapitã e quomesou a servyr no dyto pernamnuquo aos trynta dyas do mês doutubro da era de myll e qujnẽtos e trynta e dos años [até] q. chegou palus nniz [Paulos Nunes] na qa Ravela espeRa pera ser quapitã do dyto pernambuquo quomo ho foy e fez cõdestabre da fortaleza a xpº franq e ho dyto Dº Vaz servya de bombardeyRo do primeiRo de mayo da era de trynta e três años atee esta de mjll e qujñetos e trynta e cinquo é q. estamos q. aquj chegou Duarte quoelho a esta fortaleza a nove dyas do mês de março da dyta era ẽ q. lhe foy entrege a dyta fortaleza e lhe deu lycensa pera q. se quizese jr pera ho Reyno". – Doc. da Torre do

Tombo, *Corpo cronológico*, **II**, 202, 11, citado pelo dr. Jordão de Freitas, *Lusitânia*, vol. **III**, fascículo IX, pág. 326. – Em carta de d. João III ao conde da Castanheira, de 8 de fevereiro de 1533, determina o rei que da armada de Duarte Coelho, que estava na costa da Malagueta, se mandasse ao Brasil, porto de Pernambuco, uma caravela com sessenta homens, e que nela fosse Paulos Nunes, "o quall Estée por capitão da gente que llaa lleyxou Pero Llopez de Sousa...". – J. D. M. Ford, *Letters of John III*, citadas, pág. 91. – Noutra carta de 16 dos mesmos mês e ano, o rei aprovava o regimento que Paulos Nunes devia levar; escrevia que Pero Lopes lhe dera conta do que era necessário sobre Manuel de Braga e Vicente Martins, piloto, e que logo mandava as competentes provisões, ibidem, pág. 99. – (G.).

IV
(Pág. 265)

"Afirma o gentio que nasce este rio de uma lagoa, ou de junto dela, onde também se criam pérolas e chama-se este rio da Cruz, porque se metem nele perto do mar dois riachos em direito um do outro, com que fica a água em Cruz." – Gabriel Soares, *Tratado descritivo*, 23. – O nome do rio da Cruz (*rio donde se halló una crus*) já se encontra no mapa de Juan de la Cosa; é o atual Camocim, como afirma Pimentel em 1712. – (C.).

O pouco que sabemos a respeito da capitania de João de Barros e seus sócios condensou Capistrano de Abreu nos *Prolegômenos* à *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, págs. 78 e 79:

"Sobre João de Barros, Fernando Álvares de Andrade e Aires da Cunha quase só conhecemos o que contam documentos castelhanos. A armada fortemente organizada zarpou em fins de 35. Parece ter seguido para Pernambuco, donde parte desgarrou para as Antilhas e foi presa, Medina (*Diego García de Moguer*, pág. 62); parte navegou para o Rio Grande, onde não demorou, porque a grande preocupação era o ouro, isto é, as terras do Peru, já então invadidas por Pizarro e Almagro. A morte de Aires da Cunha não desanimou a expedição, que subiu por um rio e seu afluente 'durante duzentas e cinquenta léguas até não poderem ir mais adiante por causa da água ser pouca e o rio se ir estreitando de maneira que não podiam já por ele caber as embarcações', informa Gândavo, *História da província de Santa Cruz*, cap. 2. Um manuscrito espanhol contemporâneo (cópia na Bibl. Nac.) reduz as léguas a cento e cinquenta, diz que fizeram uma fortaleza na ilha em que ainda hoje está a capital do Maranhão, outra na confluência de dois rios, outra finalmente no último ponto do rio vindo da esquerda que puderam alcançar; este deve ser o Pindaré, mas o autor dá-lhe o nome de Maranhão. Antônio Baião acaba de publicar no *Bol. da Ac. das Ciências* de Lisboa muitos documentos sobre João de Barros, que contêm ligeiras referências ao Brasil". Deles resulta que os filhos de João de Barros vieram depois de Aires da Cunha, mais ou menos no tempo de Luís de Melo. – (G.).

Seção X (VI da 1ª edição)

Direitos dos donatários e colonos. Portugal nesta época.

Privilégios ou foros dos donatários. Privilégios feudais. Desprendimento da Coroa. Foral. Deveres para com o rei e os colonos. Couto e homizio. Estrangeiros cristãos. Leis do reino. Código manuelino ou cinco livros das ordenações. Administração dos conselhos. Juízes de fora. Mesa da consciência. Alçadas. Sistema fiscal. O trono. A magistratura letrada. Aristocracias. Tratantes ou agiotas. Títulos. Fidalgos. Infanções. Moradias. Brasão. Fontes de legislação. Três ordens militares. Nomes e apelidos. Língua portuguesa. Escritores antigos. Pronunciação brasileira. Cultura intelectual da metrópole. Indústria. Civilização árabe na Espanha. Arquitetura. Pintura. Tipografia. Marinha. Náutica. Antiguidade do astrolábio. Século XV. A imprensa. Livre exame. Protestantismo. Tribunal da Inquisição. Advertência.

As concessões outorgadas pelas cartas de doação, passadas quase por igual teor, são mais latas do que se devia esperar em uma época em que na Europa os reis tratavam de concentrar cada dia mais a autoridade, fazendo prevalecer o direito real dos imperadores, com detrimento dos antigos senhores, ou de certas corporações privilegiadas, mas a benefício em geral do povo. Os meios *feudais* tinham sido, porém, os mais profícuos para colonizar os países quase

ermos de gente: por isso mesmo que o desejo do poder existe na natureza humana, e é um estímulo vigoroso para convocar os ambiciosos a exporem, no meio de trabalhos, quanto já têm, para adquirirem mais. E como eterno só é Deus, ao tempo cumpria corrigir o que antes fora e agora era medida necessária.

As doações são feitas pelo rei, não só como tal, senão como governador e perpétuo administrador da ordem e cavalaria do mestrado de Cristo; e são declaradas válidas, apesar de irem contra as leis do reino que dispunham de outro modo, e principalmente contra a lei mental (*Ord. do reino*, liv. 2º, tít. 35) que, como é sabido, foi aquela com que o rei d. Duarte (a pretexto de que o chorado mestre d'Avis, seu pai, a tinha *in mente*) deu o primeiro golpe nos privilégios senhoriais. As referidas doações são vinculadas nas famílias dos primeiros donatários, obrigando os sucessores herdeiros, sob pena de perdimento da capitania, a guardarem para sempre os mesmos apelidos.

Apesar desta concessão, claro está que, segundo a lei geral, cada herdeiro necessitava sempre da confirmação régia, e às vezes o mesmo herdeiro a pedia cada vez que a coroa passava a novo rei. Os morgados, isto é, as capitanias, deviam seguir indivisivelmente, assim nos transversais e ascendentes como nos bastardos, até pela linha feminina, o que fora abolido pela dita lei mental. E isto com tanto empenho que, exceto no caso de traição à Coroa, o vínculo seguia ao sucessor, quando o proprietário cometesse crime tal que pelas leis do reino devesse perdê-lo.

O donatário da terra poderia perpetuamente:

- chamar-se capitão e governador dela;

- possuir da mesma uma zona de dez e, alguns, até dezesseis léguas de extensão de terra sobre a costa, contanto que fossem em quatro ou cinco porções separadas entre si duas léguas pelo menos, e nunca juntas, sem pagarem outro tributo mais que o dízimo;

- cativar gentios para seu serviço e de seus navios;

- mandar deles a vender a Lisboa até trinta e nove (a uns mais que a outros) cada ano, livres da sisa que pagavam todos os que entravam;

- dar sesmarias, segundo as leis do reino, aos que as pedissem, sendo cristãos; não ficando estes obrigados a mais tributo que o dízimo.

Competia-lhe:

- o direito das barcas de passagem dos rios mais ou menos caudais;

- o dízimo do quinto dos metais e pedras preciosas;

- o criar vilas, dando-lhes insígnias e liberdades e, por conseguinte, foros especiais, e nomeando para governá-las, em nome dele donatário e de seu sucessor, os ouvidores, meirinhos e mais oficiais de justiça;

- prover, em seus nomes, as capitanias de tabeliães do público e judicial, recebendo de cada um quinhentos réis de pensão por ano;

- delegar a alcaidaria ou governo militar das vilas nos indivíduos que escolhessem, tomando-lhes a devida menagem ou juramento de fidelidade;

• o monopólio das marinhas, moendas de água e quaisquer outros engenhos, podendo cobrar tributos dos que se fizessem com sua licença;

• a meia dízima ou vintena de todo o pescado; exceto Duarte Coelho, a quem foi concedida a outra meia dízima;

• redízima dos produtos da terra ou o dízimo de todos os dízimos;

• a vintena do produto do pau-brasil, ido da capitania, que se vendesse em Portugal[1];

• alçada, sem apelação nem agravo, em causas crimes até morte natural, para os peões, escravos e até gentios; dez anos de degredo e cem cruzados de penas às pessoas de maior qualidade; e nas causas cíveis, com apelação e agravo só quando os valores excedessem a cem mil-réis;

• conhecer das apelações e agravos de qualquer ponto da capitania;

• influir nas eleições dos juízes e mais oficiais dos conselhos das vilas, apurando as listas dos homens bons, que os deviam eleger; e anuindo ou não às ditas eleições dos juízes e mais oficiais, que se chamariam pelo dito capitão e governador, apesar do que em contrário dispunham as ordenações do reino.

O soberano prometia, além disso, que nunca entrariam nas capitanias os seus corregedores, com alçada de natureza alguma,

---

1 Esta parte foi revogada por alvará de 5 de março de 1557. *Sinops. cron. de Portug.*, por José Anastácio de Figueiredo, t. **II**, pág. 18. – (A.).

nem jamais seria o donatário suspenso ou sentenciado, sem ter sido primeiro ouvido por ele próprio soberano, que para isso o faria chamar à sua presença.

Deste modo a Coroa chegava a ceder, em benefício dos donatários, a maior parte dos seus direitos majestáticos; e quase conservava sobre as novas capitanias brasílicas um protetorado, com poderes mui limitados, a troco de poucos tributos, incluindo o do dízimo; do qual tributo ela mesma pagava o culto público e a redízima aos senhores das terras. Quase que podemos dizer que Portugal reconhecia a independência do Brasil, antes de ele se colonizar. Tal era o empenho que devia levar, graças a Diogo de Gouveia principalmente, em não ver passar a gente estranha o belo território que a sorte lhe dera em partilha! Quantas vezes um só homem, uma só ideia ou pensamento fecundo, pode salvar de todo um país.

Porém, as doações constituíram apenas a legitimidade da posse e os direitos e privilégios do donatário. Falta, pois, que nos ocupemos do título do pacto que fixava os deveres deste último para com a Coroa, e para com os colonos ou futuros habitadores do couto. Este pacto era o "Foral dos direitos, foros e tributos e cousas que na dita terra haviam os colonos de pagar"[2] ao rei e ao donatário. Era um contrato enfitêutico, em virtude do qual se constituíam perpétuos tributários da Coroa e dos donatários capitães-mores, os solarengos que recebessem terras de sesmarias. A preferência dada ao sistema de reação (pensão do dízimo) a um foro certo proveio de ser ele o mais de acordo com as ideias religiosas dos colonos.

---

2 Palavras dos próprios forais. Veja docs. VIII e IX, aps. ao *Diário* de Pero Lopes, publicado pelo autor em 1839. – (A.).

Cada capitania recebeu o seu foral. Nele se confirmam as doações e privilégios feitos ao senhor da terra; estipulam-se os foros dos solarengos que a haviam de habitar, e as pouquíssimas regalias, que a Coroa se reservava. Estas se reduziam aos direitos das alfândegas, ao monopólio das drogas e especiarias, ao quinto dos metais e pedras preciosas que se encontrassem e, finalmente, ao dízimo de todos os produtos pagos ao rei que, como chefe do mestrado e padroado da Ordem de Cristo, deveria prover, segundo dissemos, quanto respeitava ao culto divino. Para efetuar as cobranças nomearia o rei os competentes oficiais de fazenda, equivalentes aos *mordomos* dos feudos antigos, como almoxarifes e feitores, com seus competentes escrivães.

Os foros concedidos aos colonos ou futuros moradores se reduziam:

- a possuírem sesmarias sem mais tributos que o dízimo;
- à isenção para sempre de quaisquer direitos de sisas, impostos sobre o sal ou saboarias, ou outros quaisquer tributos não constantes da doação e foral;
- à garantia de que o capitão não protegeria com mais terras os seus parentes nem iludiria as datas delas, para aumentar as suas;
- a ser declarada livre de direitos toda exportação para quaisquer terras de Portugal, pagando somente a sisa ordinária quando se vendessem os produtos;
- à franquia de direitos dos artigos importados de Portugal, exceto por navios estrangeiros (tratadores estranhos), em cujo caso pagariam o dízimo de entrada;

• ao comércio livre dos povoadores entre si, ainda quando de diferentes capitanias, e privilégio para só eles, quando não estivessem associados a estrangeiros, negociarem com os gentios da terra.

Além disso cada capitania era declarada couto e homizio; e ninguém poderia, portanto, ser nela perseguido, em virtude de crimes e delitos anteriores.

Desta forma aos estrangeiros cristãos [católicos, se entende] não ficava vedado o virem por colonos, como sucedeu no princípio do século imediato; e aos próprios navios estrangeiros se permitia o comércio direto com Portugal; bem que cumulados do grande direito diferencial de dez por cento a toda importação, o que segundo parece estivera nos intentos do legislador proibir. Socialmente reconhecia o foral e doação, além do privilegiado donatário, três classes distintas: os fidalgos, os peões e os gentios.

Claro está que, em todos os pontos não especificados nas doações e forais, se consideravam vigentes para o Brasil as leis gerais do reino.

Estas leis eram então as ordenações, que, em virtude do nome do rei que as promulgou (fazendo reformar as *afonsinas* do meado do século anterior), se ficaram chamando *manuelinas*; as quais, aditadas e melhor redigidas, se promulgaram de novo no princípio do século seguinte, reinando um dos Filipes de Castela, pelo que se ficaram chamando *filipinas*. As fontes originárias destas ordenações eram o código visigótico[3], as leis promulgadas separadamente desde

---

3 "Código por que a nação se havia regido" lhe chamava, já em 1814, Vicente A. de Carvalho, *Mem. sobre a enfiteuse*, pág. 17. – (A.).

o princípio da monarquia portuguesa, as das partidas de Castela, e todo o direito justiniano e mais códigos romanos, explicados e comentados nas universidades de Bolonha e de Paris.

O Código *Filipino*, promulgado em princípios do seguinte século, foi pouco mais do que uma nova edição correta e aumentada do *Manuelino*, que como lei não chegou a vigorar por um século; se bem que na sua confecção presidissem muitos mais trabalhos e muitos maiores esforços de codificação que no que lhe usurpou o nome. Ocupou-se do dito código manuelino, durante dezesseis anos, o honrado chanceler-mor Rui Boto, e outros jurisconsultos distintos; e o próprio rei ligava ao seu código tanta importância que nem sequer o esquecera no testamento; pois recomendara em uma verba deste que obra tão gloriosa para o seu reinado se concluísse; verba com o cumprimento da qual nada tiveram que fazer seus sucessores, por haver Deus disposto que o mesmo rei só falecesse depois de receber o código a última demão; ficando assim por sua morte publicada em terceira edição[4], em 1521, a coleção das leis pátrias por que tanto se empenhava. Verdade é que muitos artigos do Código Manuelino saíram difusos e com redundâncias, e que às vezes compreendem até explicações e glossas; de forma que o legislador se apresenta de quando em quando convertido em lente de direito; mas estes pequenos defeitos, que em geral não prejudicam a clareza, são inerentes

---

4 Já assim o afirmávamos em 1854, na pág. 77 da 1ª edição desta *História*. No opúsculo *Ordenações do reino* do sr. Tito de Noronha, publicado em 1873, vem explicada (nas págs. 16 e 17) a razão da raridade das duas primeiras edições de 1512 e 1514: delas foram mandados *romper* todos os exemplares, com pena até de degredo aos que o não fizessem; isto por C. R. de 15 de março de 1521. – (A.). – Para o histórico das *Ordenações*, ver Inocêncio, *Dicionário bibliográfico português*, **6**, 324-327. – (G.).

ao estilo da época, o qual aliás os reformadores filipinos deixaram muitas vezes como estava.

Constam as *Ordenações Manuelinas* de cinco distintos códigos chamados *livros*, divididos em títulos.

O primeiro compreende os regimentos de todos os magistrados do reino, os quais estavam sujeitos ao magistrado supremo, o rei.

Trata o segundo livro dos direitos e bens da Coroa, dos privilégios e jurisdição dos donatários, dos eclesiásticos, das igrejas, dos mosteiros, das capelas e dos resíduos dos testamentos.

O terceiro compreende o código do processo judicial, já no tempo (lei de 5 de julho de 1526) das nossas doações.

O quarto vinha a ser o código civil. Nele se estipula sobre sucessões e contratos, quase tudo à maneira do direito romano, com as modificações, que resultaram da *civilização* goda, os feudos e morgados, e os dotes e arras dos matrimônios.

O quinto livro abrangia o código postal, e do processo das causas-crimes; e tornou-se célebre pelo seu muito rigor, e pela frase lúgubre, nele muitas vezes repetida, de *morra por ello*; frase com que porventura os legisladores haviam pensado amedrontar a sociedade que começava em Portugal a perverter-se moralmente.

Nos casos não previstos no código, dispunha um artigo (liv. II, tít. 5º) que fossem subsidiários, envolvendo pecado, os sagrados cânones. Na falência destas duas fontes de direito, seriam válidas as glossas de Acúrcio, não reprovadas pelos doutores, e as opiniões de Bártolo não rebatidas pela opinião comum. A jurisdição primária em cada terra era exercida pelos *juízes ordinários*, mudados anualmente,

e eleitos dentre os "homens bons" ou pessoas mais gradas do concelho. Nas cidades e vilas eram geralmente dois, e se denominavam de *vara vermelha*, por ser desta cor o distintivo que tinham obrigação de levar sempre consigo. Os mesmos juízes juntos, pelo menos, a dois *vereadores* e a um *procurador* do concelho constituíam a *câmara* ou *senado*, que exercia o governo municipal e econômico do mesmo concelho. O *procurador* servia, nas povoações menores, de *tesoureiro*. Aos vereadores competia o organizarem as *posturas* e vereações. Havia mais, em cada concelho, um escrivão e um *almotacé*; este encarregado da execução das posturas, determinadas pelos vereadores, de fiscalizar a aferição dos pesos e medidas, os preços dos comestíveis, e de zelar pelo asseio e polícia das povoações, etc.

A autoridade dos juízes ordinários cessava, em parte, onde havia, nomeados pelo rei, *juízes de fora*, ou letrados, chamados também de *vara branca*; e igualmente havendo juízes especiais de órfãos, de defuntos e ausentes, do crime e outros, no que era especial competência destes.

As *Ordenações* proibiam expressamente aos senhores das terras o transtornar ou quebrar o que elas dispunham acerca das eleições dos oficiais das câmaras; mas, segundo vimos, aos donatários do Brasil fora concedido o anuírem ou não às eleições dos juízes ordinários e mais oficiais, cláusula que só durou enquanto não foram coarctados os poderes ilimitados, que a princípio lhes foram concedidos.

Em cada concelho havia um *alcaide* pequeno, que respondia pelo sossego e fazia as prisões e as citações. Era escolhido pela câmara entre os propostos pelo senhor da terra. Na própria casa da câmara se dispunha de ordinário o cárcere ou prisão municipal.

Nas causas julgadas em primeira instância, se apelava no reino para a *Casa do Cível*; e desta se podia agravar para a da Suplicação e Desembargo do Paço. Porém, para as capitanias do Brasil, foi primeiro concedido aos donatários o terem alçada e poderem conhecer das apelações e agravos; depois passou esta prerrogativa ao governador-geral e ao Conselho da Índia; e só pelo tempo em que se estabeleceram as relações é que puderam os colonos apelar delas para o Desembargo do Paço.

Além do código manuelino, se haviam publicado, em 1516, o regimento e as ordenações da fazenda, com as quais se reformou de todo o sistema antigo, e se adotara um novo sistema tributário, em harmonia com a transformação que se operara no reino, depois das descobertas. Neste regimento se compreendem o dos vedores da fazenda, o dos contadores das comarcas e dos almoxarifes e recebedores, que tais eram os cargos que constituíam a ordem dos fiscais da renda do Estado.

Para aconselhar a Coroa acerca do regime dos estabelecimentos de piedade e caridade, como os respectivos às capelas, hospitais, albergarias, mamposterias e resgate dos cativos, e também aos perdões, às ordens religiosas e a várias atribuições da universidade, etc., acabava de ser instituído (em dezembro de 1532) um tribunal intitulado *Mesa da consciência e ordens*, composto de um presidente e cinco deputados teológicos ou juristas.

Na jerarquia governativa, como país eminentemente monárquico, tudo ia convergir ao trono ou, antes, tudo dele divergia; desde que os reis portugueses, à imitação dos outros do continente europeu, haviam feito mais dependentes da Coroa, não só os antigos senhores das terras como o próprio clero, restringindo-lhe, por meio

de concordatas com a Santa Sé, suas liberdades e apropriando-se dos benefícios e nomeações deles. Sem esse poder quase absoluto que se tinham adjudicado os reis, valendo-se da magistratura letrada, classe média entre os grandes e o povo, que se formava nas universidades, talvez não fora possível a Portugal ter levado e mantido tão longe suas conquistas, em uma época de revolução social, como a que se operou pelo trato da América e pela facilidade e frequência do da Ásia. Essa magistratura letrada, por seu saber, por seus enredos, sua atividade, sua loquela e a proteção que lhe davam as *Ordenações*, redigidas por indivíduos de sua classe, veio, pelo tempo adiante, a predominar no país – e até a listar-se no número de seus primeiros aristocratas, depois de haver em geral hostilizado a classe, antes de chegar a ela. É a tendência do espírito humano; e quem sabe se desgraçadamente originada por um princípio de inveja que degenera em orgulho. Entretanto, por mais que corram os séculos, não há país, embora blasone de mui republicano, que não aprecie a sua aristocracia, isto é, a nobreza hereditária da pátria. A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos indivíduos que lhe deram ilustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas relíquias; e não só o cadáver, como a espada, do herói que morreu pela independência da pátria, a pena do escritor que a ilustrou pelas letras, o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes. Além de que, a experiência prova que as aristocracias, sustentáculos dos tronos, são ao mesmo tempo a mais segura barreira contra as invasões e despotismo do poder e contra os transbordamentos tirânicos e intolerantes das democracias.

A aristocracia de serviços e a de nascimento ou de sangue (que não é outra coisa mais que a de serviços, com algumas gerações em cima) começava a mesclar-se bastante com a dos haveres. O que

hoje chamamos agiotagem conseguiu nesta quadra monopolizar na Espanha e Portugal os suores e os trabalhos de toda a indústria do lavrador, do armador e até da renda do Estado. O rápido giro de fundos dados pelas letras de câmbio, a prontidão com que se passavam grandes créditos de Lisboa para Sevilha, para a feira de Medina, para Gênova, para Flandres, deu aos desta classe, ajudados pelo estabelecimento dos correios, de que souberam tirar partido, tal superioridade nos negócios que ninguém podia com ele competir. Às vezes acudiam nas urgências do Estado, e o socorro era reputado um grande nome, e representante de muitos heróis quem, para poder ter com que acomodar-se ao luxo da época, não desdenhava aliar-se com a neta do saião convertido, cujo descendente se fizera rico tratante, como então se dizia, sem que o vocábulo se tomasse em mau sentido, como as obras deles tratantes ou tratadores vieram a fazer que se tomasse.

A população livre em Portugal, no princípio da monarquia, podia reduzir-se às duas classes de nobres e plebeus. Os primeiros compreendiam os *ricos-homens*, "senhores de pendão e caldeira", com *vassalos* a seu serviço, e os *infanções*, que vinham a ser os nobres por linhagem[5] ou *fidalgos* (filhos dalgo), mas filhos segundos, e por conseguinte sem terras e pobres.

O título de dom, equivalente ao de senhor (de *dominus*), dava-se apenas a princípio aos reis, príncipes e ricos-homens, vindo a ter quase a mesma valia que ao depois o de duques. Mais tarde o fizeram os reis extensivos aos seus filhos naturais e aos que muito se distinguiam por altos feitos, como o condestável Nun'Álvares e

5 Veja Álv. Ferreira de Vera, Garibai, Zurita e outros. – (A.).

o nauta Vasco da Gama. Tornado, porém, mui familiar em Castela, e julgando-se autorizados a usá-lo todos os que de Castela procediam, veio a ficar quase sem valor, principalmente depois do tempo dos Filipes, ordenando-se, entretanto, por uma lei que, por caso nenhum, pudessem herdar tal título os filhos ilegítimos.

Os títulos usados nas outras nações mais antigas da Europa, começando pelo de conde, foram pouco a pouco introduzidos em Portugal, a princípio com tanta parcimônia que o rei d. Dinis apenas criou dois, d. Pedro o Justiceiro outros dois e d. Fernando cinco. Esse título, derivado do nome latino *comes*, companheiro, andara associado em outros países aos principais conselheiros e mais afetos servidores do rei.

D. João I, casado com inglesa, e muito imitador de Inglaterra, criou os dois primeiros ducados portugueses, que foram os de Coimbra e de Vizeu, com o intuito de premiar os serviços de dois de seus filhos. D. Afonso V criou os dois ducados de Bragança e de Guimarães e os dois primeiros marquesados (Valença e Vila Viçosa), bem como o primeiro viscondado (de Vila Nova da Cerveira) e o primeiro baronato (d'Alvito). O título de marquês (Marcgraf) era originário da Alemanha e correspondia ao dos antigos *adiantados-mores* das fronteiras em Portugal. Entre os cargos de primeira classe se contavam também os *alcaides-mores*, ou governadores militares das vilas ou cidades, ordinariamente hereditários.

El-rei d. Manuel, para regularizar melhor as recompensas dos altos feitos e dar à ordem hierárquica da nação certa disciplina, de acordo com a centralização monárquica, que triunfara de todo em Portugal, em tempo do seu predecessor d. João II, estabelecera pensões ou *moradias* da casa real aos descendentes das três classes de servidores do Estado, que requeriam tais assentamentos. Os filhos

dos grandes, ou antigos ricos-homens, eram admitidos por moços fidalgos, podendo passar a fidalgos cavaleiros, depois que, por algum feito, fossem armados: os dos simples fidalgos ou *infanções* entravam por moços da câmara, podendo subir, por acesso ordinário, a cavaleiros fidalgos: os dos simples plebeus por moços da estribeira, podendo passar a escudeiros e até subir a simples cavaleiros, como sucedeu com o Caramuru da Bahia, com Henrique Montes e outros. Isto, bem entendido, como recompensas hereditárias aos que já se haviam distinguido, como entre nós ainda se concedem, pela nação, pensões às viúvas e filhos, pelos serviços dos maridos e pais, mas sem prejuízo de elevar a estes às classes superiores, quando prestassem tais serviços que viessem a dar glória à mesma nação, e a proporcionar, ainda depois de mortos, estímulos vivos às sucessivas gerações. Por esta razão os títulos que importavam glórias nacionais, dignas de serem perpetuadas, como os concedidos a Vasco da Gama, eram com razão declarados hereditários. Os grandes senhores e os prelados tinham também escudeiros a seu serviço.

As mencionadas honras na casa real vieram a ser mui empregadas para recompensar também serviços feitos no Brasil, como já vimos a respeito do Caramuru e de Henrique Montes; pelo que convém que fique desde já explicado em que consistiam; e, com maior razão, quando a natural aspiração de cada um a passar à classe superior serviu de estímulo a praticarem-se grandes feitos e trabalhos e contribuiu a dar ao poder central a força e unidade, sem a qual não houvera obtido tantos triunfos em regiões tão afastadas do centro de sua ação...

O mesmo rei d. Manuel regularizou na monarquia o uso dos brasões, dando regimento ao rei d'armas, arautos e passavantes,

depois de haver mandado tomar a tal respeito informes nas cortes estrangeiras, convencido de que estava nos interesses da nação, com vantagem para o fisco; sendo mais um recurso de estímulo e paga de serviços o regularizar o uso das distinções hieroglíficas da arte heráldica, proibindo que indevidamente se condecorassem a si próprios, com o seu uso, os que o não legitimassem com a competente licença ou diploma e a paga dos direitos.

Assim como as demais nações do Meio-Dia da Europa, Portugal, que fizera parte do Império romano, que fora conquista dos bárbaros seus invasores e dos mauro-árabes, vencedores destes, herdara de todos instituições e hábitos. A legislação civil e as municipalidades eram romanas. Dos bárbaros procediam originalmente os forais e parte da legislação criminal; também deles, mais que do senado romano, provieram as antigas *Cortes* ou congressos, convocados pelos reis, em que, com o andar do tempo, vieram a ter parte os procuradores dos povos, mas a que assistiam a princípio só os magnatas, para resolverem o aumento de tributos ou as questões imprevistas. Dos mauro-árabes foram adotados os cargos de alcaides-mores, alferes-mores, almocadéns, adaís, almogávares e outros títulos da milícia. Esta veio a reformar-se muito com as guerras das cruzadas, onde tiveram origem as ordens militares, isto é, as ordens de freires que faziam profissão de combater pela fé de Cristo. Destas ordens havia três em Portugal, a saber: 1ª a de *Cristo*, criada para substituir neste reino a suprimida dos Templários, cujos bens foram em Portugal confirmados à de Cristo em 1319, pelo papa João XXII; 2ª a de *Santiago* da Espada, a princípio ramo da de igual nome no reino vizinho, donde foi desanexada, por bula de Nicolau IV de 1288; 3ª a de *São Bento* (vulgo d'Avis), correpondente à castelhana de Calatrava, da qual só foi definitivamente separada pelo papa Eugênio IV.

Havendo o sucessor do mencionado rei d. Manuel (d. João III) associado à Coroa os grão-mestrados destas três ordens, vieram os seus bens a prestar-lhes muito mais meios de galardoar os serviços; e cumpre dizer que, em meio de alguns abusos inevitáveis à condição humana, foi isso de grande recurso para que não deixassem de ser recompensados muitos trabalhos e boas ações, que então se praticaram, especialmente nas colônias.

Seguindo os usos da época e da nação, cada indivíduo, além do nome, tinha o sobrenome. Estes, a princípio, haviam sido sempre *patronímicos*, ou derivados dos nomes dos pais, como ainda hoje usam os russos. Assim o filho de Pedro (Pero) acrescentava o sobrenome de Perez, e o filho de Álvaro o de Alvarez. Porém, já este costume caía em desuso, adotando-se o cognome por mero arbítrio, ou contentando-se com o apelido dos pais, juntando também alguns, a modo dos castelhanos, o materno. Quanto aos mesmos apelidos, uns haviam sido tomados ou se tomavam dos nomes das terras, donde procediam, nem sempre solares das respectivas famílias, outros haviam provindo de simples alcunhas, tais como os de Leitão e Coelho[6].

Digamos agora duas palavras acerca do estado em que se achava a língua, a literatura e a instrução no país em que se haviam criado os que vieram colonizar o nosso.

A língua portuguesa campeava já na virilidade. No tempo da dominação romana quase toda a Península Ibérica havia abandonado as línguas anteriormente aí faladas, aceitando com mais ou menos corrupção um latim, que depois não deixou naturalmente de sofrer

---

6 Álv. Ferr. de Vera – (A.).

ainda alguma degeneração, com expressões godas e arábicas. No condado portugalense, berço da monarquia de Afonso I, se falaria quase a mesma língua que em todo o reino de León, a que com a Galiza e as Astúrias pertencia, e até com pouca diferença a mesma que no Aragão, cujo dialeto ainda hoje se parece muito mais com o português que com o castelhano. Pouco a pouco, entretanto, se foi extremando a linguagem portuguesa dos dialetos desses outros distritos.

Alguns trovadores provençais tinham nas cortes dos reis d. Afonso III e d. Dinis estimulado o aparecimento de muitos trovadores no mesmo gênero, no número dos quais devemos contar este último rei, e um seu filho natural, o conde de Barcelos. A criação da universidade portuguesa, devida ao mesmo rei d. Dinis, as contínuas guerras civis e o aumento das ordens religiosas, em tempos em que as estradas eram péssimas e os povos comerciavam em ponto muito pequeno, deram em grande parte azo à comunicação deles uns com os outros, a qual tendia a uniformizar a língua. O renascimento da antiga literatura clássica grega e latina na Europa, tudo concorrera ao polimento da nossa língua que, no período que esboçamos, contava já três novelistas de cavalaria, Vasco de Lobeira, autor do *Amadis de Gaula*[7], Bernardim Ribeiro, autor da novela contada na *Menina e Moça*, e João de Barros, o nosso donatário, autor do *Clarimundo*; aos quais não tardou em associar-se Francisco de Morais, com o *Palmeirim da Inglaterra*, tronco fecundo de uma família de outras novelas de cavalaria de novos Palmeirins: alguns cronistas, como Fernão Lopes, Azurara, Vasco Fernandes de Lucena, Rui de

7 Em um opúsculo especial acerca dos *Livros de cavalarias*, que publicamos em 1872, provamos que o primeiro livro da novela que por si constitui já uma ação acabada se deve atribuir, sem a mínima dúvida, a este autor. – (A.).

Pina e Resende; alguns poetas, tais como Gil Vicente e o mencionado Bernardim Ribeiro – sem mencionar os muitos versos de pouca inspiração do *Cancioneiro de Resende*; nem as obras sobre a monteria, a gineta e a moral, atribuídas aos reis d. João I e d. Duarte e ao infante d. Pedro. Na filologia e na música adquirira em Portugal celebridade Arias Barbosa, o amigo do físico Pedro Margalho e do célebre escritor Pedro Mártir.

É a língua portuguesa, disse um ilustre brasileiro[8] poliglota e enciclopédico, "bela, rica e sonora; menos dura e tarda que a alemã e a inglesa; mais enérgica e variada ao ouvido que a italiana, mais suave e natural que a castelhana e superior em tudo à francesa".

Na passagem para o Brasil, antes de aqui se aclimar, modificou-se ela um pouco, sobretudo na pronunciação; já pela maneira como nosso diferente clima operaria sobre os órgãos da fala, já pelo trato de muitos castelhanos, também colonos, e pelo do dos habitantes da terra; já finalmente pela necessidade de adotar nomes novos para novas ideias; o que fez passar não só a Portugal, como a toda a Europa, muitos vocábulos que são exclusivamente do Brasil, tais como: tapioca, mandioca, caju, guaiaba, jacarandá, copaíba, ananás, piaçaba ou antes piaçá, ipecacuanha, e outros muitos.

A cultura intelectual de Portugal, isto é, o estado das letras e das ciências, pode dizer-se que andava então a par do dos mais países da Europa. A universidade era favorecida pelo soberano, que

---

8 José Bonifácio, *Poesias avulsas d'Américo Elísio*, Bordéus, 1825, pág. 110. – (A.). – Edição fac-similar nas publicações da Academia Brasileira, Rio de Janeiro, 1942, com as poesias ajuntadas na edição de 1861 e mais uma inédita e um belo estudo de Afrânio Peixoto. – (G.).

a doou com seus próprios paços em Coimbra, para onde a transferiu de Lisboa, "vendo que o tráfego da corte e grande comércio de mercadores [negociantes] naturais e forasteiros condiziam mal com o repouso e quietação das letras; e que em Coimbra ficava mais acomodada, tanto pelo sítio, que é quase no meio do reino, como pela temperança e fartura da terra (fr. Bern. de Brito)". As grandes riquezas que em Portugal então havia, e que facultavam os meios de se viajar pelo estrangeiro, a facilidade de entender o italiano e o castelhano, as dependências de Roma e as dependências com Castela, o frequente que já era o estudo do latim, o trato dos estrangeiros instruídos ambiciosos de adquirir glória nas ciências ou nas armas, ou cobiçosos de fortuna, que, embriagados pelas estupendas novas dos descobrimentos, iam a Portugal com intuito de passarem à Índia ou à América – tudo concorria a nivelar este país com os outros mais adiantados nessa época, em todos os ramos dos conhecimentos humanos.

A indústria agrícola retrogradava, porém; por isso mesmo que os hábitos da guerra não permitiam o sossego que exige a cultura do campo, nem os outros meios que havia de adquirir cabedais, com mais facilidade, podiam estimular a que os braços se dedicassem àquela de preferência.

Entretanto a civilização árabe deixara de si traços indeléveis por toda a Espanha, em diferentes ramos que têm relação com a agricultura: na meteorologia, na astronomia, na medicina e na farmácia. Todos estão hoje concordes em confessar o muito que a civilização europeia deve à invasão árabe-mauritana, ou antes à cultura fermentada no próprio solo hispano, na corte de Córdova, nos tempos do emirado e califado da dinastia Oneiada; desde o fim do século oitavo

até os princípios do décimo primeiro; dessa civilização que produziu os industriosos Ebn-el-Awam, os filósofos Alfaraby, os alquimistas Albacem, os astrônomos Alfergan e os físicos Averróis (Aben-Roiz). Dos árabes são até na nossa língua os termos empregados em muitas aplicações industriais: o nome da *alcórcovas* ou sanjas que se abriam para enxugar as *liziras* ou margens dos rios: o das *acéquias* ou *açacaias*[9] e *noras*, com que se estabeleciam as regas; o dos *açudes*, com que derivavam as águas para fazer trabalhar as *azenhas* e *atafonas*; o dos *azerves* com que amparavam dos ventos frios os pomares; o das *beringelas*, *acelgas*, *tremoços* e *alfaces* que semeavam em *alfobres*; o das *almanjarras* que moviam para prensar a *azeitona*; o dos *azulejos* com que tão profusamente adornavam os *alizares* dos seus *pátios*, plantados de árvores que davam o *azaar*[10], e adornados de *arraião*, de *alelis*[11], *alecrim*, *alfazema*, *anêmonas*, etc.; o das *açoteias* ou eirados de seus *alcáçares*; e afinal o das *azarolas*, *ameixas*, *alfarrobas*, *alperces* e *romãs*, com que ornavam os seus *alfoufes*. Lembram-nos esses nomes de origem árabe, que vão em grifo, e não seria difícil, seguindo os livros que se têm publicado acerca dos vestígios da língua algemia em Espanha e Portugal, descobrir neles muitos outros vestígios da introdução dos métodos ou indústrias que, ainda hoje, no uso vulgar, as etimologias das palavras nos comprovam. Limitar-nos-emos, entretanto, ainda a citar, como puramente árabes, os vocábulos *seara*, *safra*, *tâmara*, *algodão*, *arroba* e *alqueire*. Diremos

---

9 *Açacaias* é ainda o nome das hortas regadias em Santarém. – (A.). – Nota constante apenas da 2ª ed. desta *História*. – (N. do E.).

10 Nome dado pelos árabes, e ainda hoje pelos castelhanos, à flor da laranjeira. – (A.). – Nota constante apenas da 2ª ed. desta *História*. – (N. do E.).

11 Ou goivos. – (A.). – Nota constante apenas da 2ª ed. desta *História*. – (N. do E.).

também que os mesmos árabes consideravam em ponto de vista mesquinho a indústria agrícola, quando a limitaram à cultura só das terras de regadio; e não propagaram mais a plantação das árvores. Se, em países úmidos pelo solo ou pelos orvalhos, os prados são a base e a riqueza dos lavradores, nos países áridos a cultura das árvores e das vinhas é de todo o proveito não só para se melhorar com estas plantas o clima mas para que elas possam subsistir, indo muito ao seio da terra buscar, com as raízes, a frescura e a nutrição para sua seiva, que não têm à superfície nem podem da árida atmosfera sorver pelas folhas.

Também na arquitetura deixou de si indeléveis vestígios na Espanha a civilização dos árabes. Por eles tinham vindo de Constantinopla à Espanha, modificados em suas passagens por Damasco, inclusivemente lindos modelos de edifícios, e certo gosto original de construção, que as plantas exóticas dessa arquitetura, que podemos chamar pontiaguda, não puderam desinçar de todo. E quando, no século dezesseis, o descobrimento das Índias, Ocidentais e Orientais, ocasionou nos espíritos a grande energia, que se manifestou principalmente nas artes, produzindo uma nova época de grandes construções, como o havia sido anteriormente a do triunfo do cristianismo e como o está sendo, em nossos dias, a que inaugura facilidade das comunicações proporcionadas pelo uso dos ferrocarris, ainda a influência árabe se fez sentir. Esta tendência de restauração introduziu em Portugal um estilo original, anterior ao *plateresco* espanhol, imitado depois por João de Castilho, e à renascença em Itália. São tipos desse estilo (para que fomos o primeiro a indicar o nome de *manuelino*, que recebeu a sanção do exímio cantor de Camões, do ilustre Garrett e do público português em geral) o mosteiro e a torre de Belém, que se levantavam ambos, quase à foz do Tejo, quando o Brasil se descobria.

Não nos é possível falar tão vantajosamente da arte da pintura, bem que alguns nomes de pintores portugueses se conheciam já por esse tempo. Entretanto, em pintura não havia, nem ainda até hoje houve, escola que portuguesa se chamasse.

A tipografia corria sim parelha com a de outros países da Europa; e basta ver a obra de Cataldus Siculus[12], feita em Lisboa em 1500, isto é, no ano em que Cabral aportava à terra de Santa Cruz, para conhecer que não se imprimia em Portugal pior que na Alemanha ou na Itália. Poucos anos antes, em 1495, haviam dois alemães, Valentim de Morávia e Nicolau de Saxônia, impresso também em Lisboa os quatro magníficos volumes *incunábulos* da *Vita Christi*, em português, os quais são ainda em nossos dias um verdadeiro modelo de perfeita execução tipográfica[13].

A arte, ou antes, a ciência em que Portugal, porém, se avantajava a todas as nações era a marítima – ciência característica da atividade do engenho de qualquer povo e que dá vida a uma arma, árbitra dos destinos dos Estados, e até dos continentes, como a história nos ensina pelos resultados que na sorte da Europa, e talvez da humanidade, tiveram as batalhas navais de Salamina, Actium, Lepanto, La Hogue e Trafalgar.

Não seguiremos a trilha dos que têm até agora exagerado os serviços feitos à náutica pelo infante descobridor, de melhoramentos

---

12 Vimos deste livro o exemplar que possui o sr. Ferdinand Denis. – (A.). – Cataldus Siculus: *Opera pedestris*. Lisboa, Valentim Fernandes, 1500. – *Opera poetica*, ibidem, 1500. – *Visiones*, ibidem, 1500. – Conf. *Gesamtkatalog der Wiegendrucke*, Band, págs. 244-246, Leipzig, 1934. – (G.).

13 Frei Bernardo de Alcobaça (Ludolfo de Saxônia) – *Vita Christi*. – Lisboa, Valentim Fernandes e Nicolau de Saxônia, 1495. – (G.).

na bússola, nas cartas geográficas e nos astrolábios – instrumentos estes que já no século XI se construíam com a maior perfeição, segundo no-lo provam alguns que temos visto desses tempos. Limitar-nos-emos, pois, a lembrar que os portugueses mostraram às nações da Europa o caminho do mar da Índia e que as armas todas pareciam ser em pequeno número para, sem muita arte, chegar a realizar o pensamento de Afonso de Albuquerque de assenhorear todo o mar Índico pelas simples ocupações dos três pontos: Ormuz, Goa e Malaca. Foram as viagens da Índia que mais aumentaram a marinha portuguesa; e tanto pedia a necessidade esse aumento que o governo tomou a resolução de proteger o fabrico, ou a compra a estranhos, de naus maiores de cento e trinta toneladas, por meio de gratificações (**Reg. da Fazenda**, cap. 232) e de privilégios para a preferência de carga e impostos diferenciais. Assim consta que, em maio de 1521, tinha Portugal nos mares da Índia, a seu serviço, suas fretadas, oitenta e tantas velas, segundo já em outro lugar fica dito.

Moralmente todos os povos da Europa achavam-se então uns a par dos outros. O século décimo quinto, todo de atividade, de investigação e de inventos, fora um século dos chamados de transição, bem que todos os séculos se poderiam classificar com um tal nome. A invenção da imprensa, antes de acabar a primeira metade dele, lançou em circulação milhares de obras, resultados do cogitar de homens de várias idades e de várias seitas, que entre os contemporâneos vinham, segundo suas tendências, a uns exaltar a imaginação, fortalecer em outros a razão. Vimos como à imprensa devera Colombo em grande parte suas lucubrações, e devemos agora ajuntar que a leitura e o estudo nunca lhe entibiaram a fé. Outro tanto não sucedia a grande número dos sábios e eruditos desta época. A imprensa prestava-se a tudo, não só na Holanda e na Alemanha, como na França e na Itália. O livre exame de quanto respeitava a religião invadiu a autoridade

do catolicismo e organizou um sem-número de seitas protestantes, das quais umas atacam reciprocamente, em prejuízo da fé de todas, os dogmas que as outras creem. Tal era a revolução que na Europa se operava nos ânimos, no princípio do século décimo sexto, e que não era mais que o prelúdio de agressões, que se dirigiam à autoridade dos reis e dos governos, e até, como já então se viu com os anabatistas da Alemanha, do próprio direito de propriedade, que nos estimula ao trabalho e deu origem a tantas grandes ações.

A apreensão de que se apoderou o governo português acerca da invasão de heresias, nesta época febril, foi tal que pediu de Roma, e, depois de muita oposição de parte da cúria de 1530 a 1536, chegou a obter no reino, a pretexto de combater o judaísmo, a instalação do Tribunal da Inquisição. Triste foi o recurso, segundo a experiência veio a mostrar; mas as instâncias feitas para obtê-lo descobrem-nos que o governo tinha o instinto da necessidade de meios heroicos – para meter nos eixos a roda da sociedade que se desgarrava e desgalgava.

A origem de semelhante instituição remonta ao 12º século. Os progressos que, em França, faziam as heresias dos albigenses e outras seitas haviam-se atalhado, organizando-se juntas de eclesiásticos que *inquiriam* quem eram os aliciadores, e os denunciavam à justiça. – Chamavam-se, pois, *inquisidores*, aos indivíduos dessas juntas; e, em 1204, foram reconhecidos por Inocêncio IV. Imitaram essa instituição os aragoneses, e em Castela foi introduzida, só contra os judeus e mouriscos, em 1488, ou antes, em 1483, quando o célebre Torquemada, de maldita memória, lhe deu a forma de tribunal.

Quem como nós teve ocasião de estudar, em vários autos, as formas de processos, que mais tarde se adotaram para esse tribunal, não pode deixar de falar dele sem desde logo maldizê-lo. Entretanto, suas influências perniciosas, que eram quase todas, só passaram ao

Brasil depois deste bastante colonizado e constituído; máxime desde o século passado (XVIII), em que as riquezas começaram a seduzir os cobiçosos fiscais do chamado *Santo Ofício* – deste *Status in Statu*, cujos ditames, superiores a toda lei, diminuíam ao rei a majestade, ao governo o poder, aos tribunais a justiça, aos prelados a autoridade eclesiástica e aos povos a liberdade – não só de discutir como até quase de pensar. Para o Brasil nunca se criou uma inquisição especial; ficou ele sempre sujeito à de Lisboa[14].

---

14 Vieram alguns visitadores: do primeiro em data, Heitor Furtado de Mendonça, existem vários livros de Confissões e Denunciações, de que se começou a publicação na Série Eduardo Prado, já correndo impressos os que se referem à Bahia e estando no prelo os de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. – (C.).

– *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capitão fidalgo d'el-Rei nosso Senhor e do seu Desembargo, deputado do Santo Ofício: Confissões da Bahia.* 1591-92. Introdução de J. Capistrano de Abreu. São Paulo. Homenagem de Paulo Prado. 1922. Edição de 250 exemplares. – Outra edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1935. – Ibidem. *Denunciações da Bahia.* 1591-93. Introdução de J. Capistrano de Abreu. São Paulo. Homenagem de Paulo Prado. 1925. Edição de 500 exemplares. – Ibidem. *Denunciações de Pernambuco.* 1593-95. Introdução de Rodolfo Garcia. São Paulo. Homenagem de Paulo Prado. 1929. Edição de 500 exemplares. – *Livro das Denunciações que se fizeram na Visitação do Santo Ofício à Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil no ano de 1618. Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, volume **XLIX**, págs. 75-198. Com introdução de Rodolfo Garcia.

Na Série Eduardo Prado (Para melhor se conhecer o Brasil), sairiam ainda:

– *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines,* par le r. p. Claude d'Abbeville, Paris, 1614. Reprodução fac-símilar. Prefaciada por J. Capistrano de Abreu. Notas sobre Eduardo Prado, pelo mesmo prefaciador. – *Glossário das palavras e frases da língua tupi*, de Rodolfo Garcia. Paris, Librairie Ancienne Edouard Champin, 5, quai Malaquais, 1922. Edição de 100 exemplares.

– *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa (de 1530 a 1532)*, comentado por Eugênio de Castro (capitão de corveta graduado da armada brasileira). Prefácio de J. Capistrano de Abreu. 2 vols. Rio de Janeiro. Tipografia Leuzinger, 1927. Edição de 500 exemplares. – 2ª edição da Comissão dos centenários portugueses. Rio de Janeiro. Gráfica Sauer, 1940. – (G.).

Seção XI

Crônica primitiva das seis capitanias cuja colonização vingou.

Capitania de Martim Afonso. Ataque de Iguape. Derrota. Ataque a São Vicente. Invasão do mar. Vila de Santos. Monjolo. Sua procedência da China. Engenhos de açúcar. Sesmarias. Terras de Pero Lopes. Seus delegados em Santo Amaro. Itamaracá. Pero Lopes vai à Índia. Sua morte. D. Isabel de Gamboa: seus delegados. Vila da Conceição. Itamaracá. Duarte Coelho. Marim ou Olinda. Recife. Porto de Pernambuco. Vila de Olinda. Sua situação. Desprezo do Recife. Tamandaré. Trabalho dos índios. Etimologia de Olinda. Nova Lusitânia. Prospera a colônia. Rigor do donatário. Queixas. Viagem à Europa. Rio de São Francisco. Cachoeira de Paulo Afonso. Cultura do açúcar. Igaraçu. Capitania do Espírito Santo. Vila de Vitória. Principais colonos. O donatário e seus vícios. Decadência. Porto Seguro. Seu donatário. Primeira vila. Gentio. Colonos pescadores. Venda da capitania. Capitania dos Ilhéus. Romero, delegado do donatário. Morro de São Paulo. São Jorge dos Ilhéus. Descrição do país. Expulsão e reintegração do delegado. Resultados.

Vejamos, agora, como se conduziu cada um dos senhores isentos ou donatários das capitanias.

De todos chama primeiro a nossa atenção Martim Afonso de Sousa – o fundador da colônia de São Vicente, a quem ela fora na partilha geral com tanta justiça e tanta política adjudicada. E chama este donatário primeiro nossa atenção não só porque a sua capitania prosperava, quando ainda estavam em embrião os preparativos para colonizar as outras, como porque, havendo já dela começado a tratar anteriormente, ataremos por aqui melhor o fio da narração que devemos levar, passando sucessivamente a cada uma das outras, por ordem cronológica; segundo proximamente nos constar que foram sendo colonizadas pelos esforços dos donatários ou de seus delegados.

Na capitania de Martim Afonso, que do nome da povoação capital se chamou de São Vicente, prosperam as duas vilas fundadas. O vigário Gonçalo Monteiro rege na Marinha (I). O sertanejo João Ramalho capitaneia no campo e influi em Piratininga. É natural que desde logo em uma vila se organizasse um simulacro de câmaras municipais, com seus vereadores: estes provavelmente seriam a princípio de nomeação, e não eleição; pois não se poderia esta fazer, sem se apurarem os homens-bons que, em conformidade das *Ordenações*, deviam ser os eleitores.

Martim Afonso não voltou mais ao Brasil. Recolhendo a Lisboa partiu para a Ásia. Lá se ilustrou muito por efeito como capitão-mor do mar e depois como governador; e, regressando a Portugal, apenas de quando em quando se lembraria de acudir à sua capitania brasílica.

Acerca da administração do vigário Gonçalo Monteiro, mui escassos documentos nos foram transmitidos, por se haverem extraviado os livros do tombo da vila de São Vicente e por não existir nos arquivos da metrópole comunicação alguma sua. Provavelmente se limitaria ele a corresponder-se com Martim Afonso; mas os

papéis deste passariam, com o morgado, aos condes de Vimieiro; e naturalmente vieram a perecer nas chamas, com toda a escolhida biblioteca dessa ilustre casa.

Entretanto, de algumas indicações que aproveitamos de outros documentos, devemos crer que a nascente colônia marítima, logo nos primeiros anos, foi pouco afortunada e sofreu até uma invasão da parte de outros colonos, estabelecidos em Iguape. Sabemos esta circunstância pela apostila de uma data de sesmaria concedida por Martim Afonso a Rui Pinto[1]. Dessa apostila consta que em 20 de agosto de 1537 não existia em São Vicente o livro do tombo, "em consequência de o haverem levado os moradores de Iguape", o que só poderia ter lugar, assenhorando-se primeiro da dita vila. E o fato de hostilidades com os de Iguape se confirma por um livro da câmara de São Paulo[2], onde lemos que a razão por que Pero de Góis e Rui Pinto não foram contra os índios da Curitiba, que haviam assassinado os oitenta exploradores partidos da Cananeia, foi por "estarem ocupados com as guerras de Iguape"[3].

---

1 Azevedo Marques publica duas sesmarias concedidas por Martim Afonso a Pero de Góis, uma de 10, outra de 15 de outubro de 1532, e uma a Rui Pinto, concedida em 10 de fevereiro de 1533; esta não traz, porém, a apostila que o autor publicou na 1ª edição desta *História*, **1**, 440. – Veja-se adiante nota IV. – *Apontamentos históricos*, **2º**, 168-172. – (C.).

2 Conf. *Atas da Câmara da vila de São Paulo*, **1**, 276, São Paulo, 1914. – (G.).

3 À vista destes dois fatos nenhuma dúvida tivemos em admitir, com prudente reserva, o que nos transmite Charlevoix, *Hist. do Paraguai*, imp. em 1762, Paris, 1, págs. 51 e seguintes; embora tão combatidos por fr. Gaspar, págs. 86 e seguintes. – (A.).

– Charlevoix apenas repetiu Rui Díaz de Guzmán, cuja *Argentina*, escrita em princípios do século XVII, muitas vezes reimpressa no correr do século passado, o autor aqui e em outros pontos mostra não ter consultado. – (C.).

Se havemos de dar crédito a Charlevoix, escritor que em outros assuntos nos não merece muito, viera das bandas do sul, com vários castelhanos, até Iguape, um Rui Mosquera, e aí se estabelecera com o degradado bacharel português, cujo nome nos diz que era Duarte Peres (II).

Por intimação do capitão de São Vicente, recolheu este último à vila; mas, havendo resistido Mosquera e os outros a obedecer à intimação, decidiram os nossos obrigá-los pela força. Em má hora, porém, os foram atacar, pois caíram numa emboscada e nem sequer puderam salvar os barcos ou canoas, dos quais se aproveitaram Mosquera e os seus para irem de improviso sobre São Vicente, pilharem quanto encontraram e retirarem-se com os descontentes para o sul, até onde se julgaram seguros de não terem que dar contas de tanta insolência. Reunindo-se, porém, depois desta surpresa, foram em seu alcance os de São Vicente, comandados pelos ditos Pero de Góis e Rui Pinto.

O feitor e almoxarife régio Antônio de Oliveira[4] veio depois a reunir em si os cargos de capitão e ouvidor do donatário. Em seu tempo sofreu a nobre vila de São Vicente o novo sinistro de uma invasão das ondas do mar, que lhe arruinou pelo menos as casas do concelho e o pelourinho (fr. Gaspar, págs. 37 e 38).

Além destes reveses, passou por outros que acabou com ela; e poucos anos depois quase que já da primeira colônia do Brasil não existia mais que o campo *ubi illa fuit*: as roçadas ou derrubadas dos matos, que antes vestiam o solo e o asseguravam, permitiram que

---

4 A nomeação régia de feitor e almoxarife tivera lugar por provisão de 18 de janeiro de 1537. Liv. **24**, fls. 104 v. – (A.). – Antônio de Oliveira era ouvidor com alçada da capitania de São Vicente, em 1549. – Azevedo Marques, *Apontamentos*, 2º, 170. – (C.).

as enxurradas levassem consigo muita terra até chegar a entulhar o ancoradouro vizinho, fenômeno este que se passou em muitos outros dos nossos rios e baías, e barras deles e delas, à medida que as vertentes contíguas se cultivavam.

Esta circunstância deu ao porto de Santos toda a superioridade ao de São Vicente: e bem depressa a soube fazer valer um dos colonos mais prestantes, que em seu princípio teve esta terra – Brás Cubas.

Este homem ativo e empreendedor, que veio a ser na capitania não só procurador de Martim Afonso, com quem estivera na Ásia e de quem era amigo, como provedor da fazenda real e alcaide-mor, conheceu que, havendo-se entulhado, como dissemos, o porto de São Vicente, esta vila não poderia deixar de passar pouco a pouco para o outro lado da ilha, onde o ancoradouro era mais fundo e onde a princípio se haviam construído as tercenas para guarda das velas e enxárcias das naus de Martim Afonso, que ali haviam recebido conserto. Nesse lugar adquiriu terras e se estabeleceu, construindo aí o primeiro monjolo que se conheceu no Brasil e foi pelos índios denominado *Enguá-guaçu*[5] (pilão grande), nome que primitivamente teve o local, onde depois se fundou a vila chamada de Todos os

---

5 *Unguá*, disse Anchieta, o que desconhecia o sr. Júlio Platzmann, quando na sua tradução (§ 32) declarou este vocábulo *von unbekannter Bedeutung* (de significação ignorada). – (A.).

Na tradução de Hans Staden publicada em São Paulo, 1900, escreve Teodoro Sampaio: "Os tupis denominavam as bacias fluviais, os estuários ou lagamares, *ygoá*. Do vocábulo *iwawasupe* (*igoagoa çupe*) mal escrito ou mal interpretado, originou-se o nome *Enguá-guaçu*, que nos foi transmitido por frei Gaspar da Madre de Deus, em alusão, diz o autor das *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, à forma de pilão que a ilha simula para quem a observa dos montes elevados de Paranapiacaba" (*Hans Staden, suas viagens*, etc. XIII, São Paulo, 1900. – Conf. C. M. de Almeida, *Rev. do Inst.*, **40**, parte 1ª, pág. 334). – (C.).

Santos, hoje cidade de Santos, vila que, por influência do mesmo Cubas, desde logo teve hospital e casa de misericórdia[6], com os privilégios da de Lisboa por alvará régio. Da paróquia passou a ser vigário Gonçalo Monteiro, que antes o fora de São Vicente.

A ideia do monjolo fora sem dúvida trazida por Cubas da Ásia e ainda hoje é conhecida na China; sendo-o na ilha Formosa, com o nome de *Chui toi*[7], que equivale a "pilão d'água". Apesar de ser um tanto primitiva, esta máquina hidráulica prestou, e ainda está prestando, bons serviços em todo o Brasil (III).

Foi igualmente esta capitania a primeira que apresentou um engenho de açúcar moente e corrente, havendo para este fim o donatário feito sociedade com alguns estrangeiros entendidos neste ramo da mecânica agrícola, como os Venistes, Erasmos (IV) e Adornos, sem dúvida no Brasil mestres e propagadores de tal indústria, que primeiro permitiu que o país se pudesse reger e pagar seus funcionários, sem sobrecarregar o tesouro da metrópole. Se alguns destes não eram já vindos das ilhas da Madeira e São Tomé, não havia dúvida que muitos dos principais operários daí vieram, não só para o Brasil como para as colônias tropicais da América espanhola, onde ainda são portugueses muitos nomes nos engenhos, como safra, chumaceira, etc.

---

6 Acerca desta instituição se tratará adiante, na Seção XXIII. – (A.).

7 Fato que conseguimos apurar em 1873, na Exposição Universal de Viena, em vista dos modelos expostos na seção da China, junto aos quais se lia o nome em caracteres chineses, ou proximamente

水 碓 »

A primeira palavra (*xuí*) quer dizer água e porventura será o mesmo radical da segunda sílaba de mon-jo-lo, nome que falta averiguar de que província seria tomado. – (A.).

A capitania de São Vicente contava, aos dezesseis anos de fundada, seis engenhos, mais de seiscentos colonos e muita escravaria africana[8]; e a vila de Piratininga, dentro de dez anos mais, transferida para melhor local, conseguia do donatário um foral próprio, com a data de 5 de abril de 1558. Os moradores se dilatavam não só pelas duas vilas mencionadas como, para as praias meridionais, pelas aldeias de Itanhaém e Peruíbe, onde também se lhes concediam sesmarias. Para as bandas de Guaratiba, foi dada uma sesmaria de oito léguas de terra, depois herdada pela viúva Marquesa Ferreira, que deixou metade dela aos jesuítas e outra metade a seus filhos Eliseu e Catarina Monteiro, casada esta última com José Adorno[9].

Se Martim Afonso seguia distraído dos seus estados, para só cuidar de conquistar glória no Oriente, não pensava nestas menos seu irmão Pero Lopes; ao qual, segundo parece, não deveram muita solicitude suas três partições. A carta de doação é de 1º de setembro

---

8 Escravaria africana é pouco provável. O que Luís de Góis diz em sua carta de Santos, a 12 de maio de 1548, é: "Haja Vossa Alteza piedade de muitas almas cristãs, que só nesta capitania entre homens e mulheres e meninos há mais de seiscentas almas e de escravaria mais de três mil, e seis engenhos e muita fazenda que nela se pode perder, afora muita que é gastada, assi por nós que a povoamos como por muitos que ajudavam povoar...". – (C.). – Essa carta, na íntegra, foi publicada por Pedro de Azevedo na *Revista de História*, 4º vol., págs. 68-69, Lisboa, 1915. – (G.).

9 Estes herdeiros cederam a sua metade aos padres, em troco de terras na Bertioga, a 8 de dezembro de 1589. Tal foi a base da fazenda de Santa Cruz, à qual depois se agregaram mais algumas terras. – (A.). – A fazenda de Santa Cruz, a que o autor se refere, antiga propriedade dos jesuítas, fica no Distrito Federal e é servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, outrora Estrada de Ferro d. Pedro II.

Marquesa é o nome de batismo e não título, como já se tem implicado ou afirmado.

Os documentos aqui citados estão impressos em *O tombo ou cópia fiel da medição da fazenda nacional de Santa Cruz*, Rio, 1829. – (C.).

de 1534: o foral do mês imediato, e ainda três meses depois, teve naquela um codicilo de novas graças. Logo embarcou para a célebre expedição de Túnis, em que o imperador Carlos V foi em pessoa contra Barba-Roxa: voltando desta expedição, tratou subsequentemente de ajustar seu casamento com d. Isabel de Gamboa, rica herdeira na corte[10]; e com esta dama se achava já enlaçado em 1536. Meses depois, foi mandado aos Açores esperar o comboio em que regressava da Índia o capitão Tomé de Sousa que daí a muitos anos viria a governar o Brasil. Logo recebeu ordem para seguir cruzando, desde aquelas ilhas até as Berlengas[11]; e durante este cruzeiro teve ocasião de acometer e apresar com glória um galeão de França[12].

Com todos estes cuidados pouco poderia providenciar acerca do Brasil. Entretanto nas terras do sul, que entestavam com as de Martim Afonso, o vigário Gonçalo Monteiro, substituto deste chefe em São Vicente, ainda depois de saber como se tinham efetuado as doações, seguiu governando e dando sesmarias[13] nelas; no que lhe sucedeu, na

---

10 D. Isabel de Gamboa era filha de Tomé Lopes de Andrade ou Caiado, feitor da Casa da Índia e em Flandres no tempo de d. Manuel, e irmã do capitão Luís Caiado de Gamboa. Tomé Lopes falecera em Antuérpia nos fins de junho ou princípios de julho de 1516. – Conf. *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. **III**, págs. 118-145. D. Isabel vivia a 22 de setembro de 1557, na cidade de Lisboa, à Rua do Outeiro junto da porta de Santa Catarina, data em que passou uma procuração a Antônio Rodrigues de Almeida, cavaleiro fidalgo da casa de el-rei, o qual "ora volta para São Vicente". – *Revista do Instituto Histórico*, **9**, 156-158. – (G.).

11 Prov. de 12 de agosto de 1536, na col. MS do conde da Castanheira, tomo 2º, fls. 4. – (A.).

12 Estas informações foram colhidas em Sousa, *Anais de d. João III*, págs. 391, 398, 399 e 400. – (C.).

13 Em 1536 a Estêvão da Costa chegado ali no ano anterior deu terras na ilha de Guaibé ou Guaimbé, etc. Taques na *Rev. do Inst.*, **IX**, 160. – (A.). – Este

parte respectiva a Pero Lopes, um Gonçalo Afonso, encarregado de instalar legitimamente a colônia e de dar as ditas cartas de sesmarias.

Para primeiro assento da povoação escolheu este procurador do donatário, talvez por ordens que dele trazia, a ilha fronteira à já fundada colônia de São Vicente, isto é, a grande ilha que os índios denominavam Guaimbé, nome derivado da abundância da planta aquática, que dá em cacho o fruto, que em outras paragens do Brasil dizem *aninga*. Nesta ilha, da banda de fora, e a umas três léguas ao norte de São Vicente, onde se faz uma enseada fronteira à ilha do Arvoredo, se fundou a primeira povoação, com o nome de vila de Santo Amaro, santo que naturalmente seria escolhido por orago da igreja primitiva. Da vila capital passou o nome por ampliação a toda a ilha, e até à capitania, como sucedeu nas demais.

Chegaram poucos colonos; distribuíram-se-lhes algumas terras, mas infelizmente bem depressa começaram a ser ofendidos pelas assaltadas dos índios navegadores, que habitavam para o norte até as ilhas de São Sebastião e Grande e que estavam no costume de ir, em certas épocas do ano, àquelas paragens.

Para a capitania de Itamaracá, chamada de Santa Cruz, mandou Pero Lopes por seu locotenente a João Gonçalves, ao depois nomeado almoxarife e feitor régio, o qual (fr. Gaspar, pág. 64) contratara a fábrica de um engenho de açúcar, que não sabemos se levou a cabo (V).

Fundou João Gonçalves a vila capital, que denominou *da Conceição* na própria ilha que deu o nome à capitania. A importância

---

Estêvão da Costa deu por algum tempo o nome à barra do rio São Vicente, "o qual rio tem boca grande e muito aberta onde se diz a barra de Estêvão da Costa". – Gabriel Soares, *Tratado descritivo*, 1ª parte, cap. LIX. – (G.).

que terá em nossa *História* esta ilha exige que desde já dediquemos à descrição dela algumas linhas. Itamaracá é o nome formado de duas palavras túpicas que significam "maracá de pedra"; chamando os índios, por pobreza de ideias, *ita* ou pedra a todos os metais; e designando, em virtude da mesma pobreza, por maracá todos os instrumentos músicos, mais ou menos dissonantes, começando pelo sino[14], que provavelmente seria o primeiro que os mesmos índios aí conheceram aos europeus, em algum barco ou capelinha. A algumas léguas ao norte de Olinda, a costa se recolhe pouco a pouco, formando um seio em que vão afogar-se uns cinco rios caudais. Em toda essa distância, desde a foz do primeiro, da banda do sul, até a do último, ao norte, que é o Maçaranduba conhecido por seu ancoradouro, enche por assim dizer o mencionado seio a ilha de Itamaracá, que um estreito, mas profundo canal, em voltas coleadas, aparta do continente. O desenho em planta da ilha lembra o de uma pera, ou antes o de um caju. Cortado de meio a meio longitudinalmente, e deitado com a semente ou castanha para o lado do norte, vereis em ponto pequeno a ilha em relevo. No pé da fruta, do lado do sul, tendes a vila capital da Conceição, fundada pelo lugar-tenente e ouvidor de Pero Lopes. Para o meio as elevações

14 "*Etamaraqua* na língua índia é um sino, é uma ponta de terra como um cabo: a ponta corre meia milha pelo mar, e sobre ela os portugueses construíram uma cidade, podeis ancorar muito perto da praia, tanto da banda de sudoeste como de nordeste da cidade, em sete e oito braças (*fadome*) de água. Todo país até chegardes ao cabo Agostinho é terra baixa, e para navegar daí a Pernambuco não há perigo, senão os recifes (*clifts*) que demoram ao longo da costa até o rio de São Francisco, que são sempre vistos; os mares, quando há marés vivas, cobrem a terra que demora atrás; além disso se qualquer vento soprar de este bate o mar para os cabeços dos recifes, de modo que faz grande barulho. Por isso os índios chamam-na a *terra do sino*." – Anthony Knivet, em *Purchas his Pilgrimes*, **4**, 1238, London, 1625. – (C.).

donde manam alguns rios. Ao norte, no lugar da escura semente ou castanha, concebei escuros tujucais, mangues e marinhas. Passando, porém, da comparação à realidade, é de saber-se que a ilha se estende em direção quase norte-sul, e para este último rumo se alarga e espalma sensivelmente. Tem de comprido quase quatro tantos da maior largura. Pelos dois extremos do canal entram os navios, por barras mais ou menos areadas; o fundeadouro para os mesmos é regular, máxime perto do rio, que daí tomou o nome (*Igara-açu*). A parte setentrional é retalhada por esteiros, que se metem bastante pelo interior; junto ao canal é baixa, paludosa e de mangues.

A circunstância de ser esse primeiro núcleo de povoação em uma ilha a tornava mais defensável aos que nunca deixariam de ter por si pelo menos algum lanchão, armado de artilharia, percorrendo o canal e impedindo que quaisquer índios inimigos, não dispondo senão de suas canoas e arcos, passassem à mesma ilha.

Infelizmente, porém, esta colônia, por estar tão vizinha à de Duarte Coelho, que não perdoava culpas, converteu-se em valhacouto de malfeitores e contrabandistas; e a tal ponto que, em 1543, constava que, nos três anos anteriores, haviam despachado daí para a Europa, de contrabando, pelo menos, seis barcos carregados de pau-brasil[15].

O ativo e valente donatário era demasiado moço e ambicioso para ligar maior importância a outros interesses além dos da glória. Havia navegado parte da Europa, da África e da América e não prestara ainda serviço algum no grande teatro dos mares da Ásia,

15 Duarte Coelho o afirma em carta de 20 de dezembro de 1546. – Fernandes Gama, *Memórias históricas da prov. de Pern.*, **1**, 71, Pernambuco, 1844. – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 314-316. – (C.).

então o em que os portugueses alcançavam as melhores coroas. Lá se foi com uma armada; e, quando já de volta (1539), encontrou nas ondas a sepultura, perto da ilha de Madagáscar, segundo se crê[16].

Faltou, pois, Pero Lopes do mundo no momento em que a sua perda era a todos mais sensível. Depois de haver ele lobrigado a trilha que o devia conduzir ao templo da glória, depois que a esposa, cedendo a seu carinho, havia nele, e só nele, posto toda a esperança de gozosa felicidade, e o de um belo renome para seus filhos, depois que as esperanças da pátria começavam a desabrochar em favor deste jovem pundonoroso... tudo perdido! Em verdade nada pode haver de mais triste, de mais cruel do que uma prematura morte. Quão diferente se nos apresenta o fim do ancião ilustre, cuja falta sucessiva de forças físicas o tem ido pouco e pouco desprendendo do mundo, onde, havendo cuidado de robustecer com o estudo, cada dia mais, a sua razão, vê na morte o selo da imortalidade de seu nome no porvir, ganha pelos serviços que teve tempo de legar aos seus semelhantes – à humanidade.

A desventurada viúva (e bem desventurada que não foi esta a única perda que sofreu[17]) de Pero Lopes ainda o chorava vinte e tantos

---

16 A nau em que Pero Lopes se perdeu tinha o nome de *Galega*, segundo Sousa, *Anais de d. João III*, 432. – (C.).

Segundo apurou o dr. Jordão de Freitas, *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, págs. 120-121, a nau em que se perdeu Pero Lopes chamava-se *Esperança Galega*. A data exata dessa perda não consta de nenhum documento, ou de cronista; seria fins de 1539, de torna-viagem para o reino, nas alturas da ilha de São Lourenço para a maioria dos autores. – (G.).

17 Na Torre do Tombo, *Corp. cron.* p. 3ª, m. 18, d. 68, se encontra uma carta de d. Isabel à rainha, em que lhe agradece a mercê que lhe fez a ela viúva atormentada de trabalhos. Fala da morte de seu genro, que deixara sua filha

anos depois, e quase não podia acreditar que seu marido se houvesse deste mundo ido de todo, sem lhe haver dito o último adeus.

Essa situação da pobre senhora explica o abandono em que tinha as pingues terras, já então de seu filho maior, chamado, como o tio, Martim Afonso, as quais ela porventura imaginava que algum dia haviam de ser beneficiadas pela atividade do legítimo senhor primeiro. Deste modo, e só anos depois que seu marido devia ser falecido, a desventurada d. Isabel de Gamboa, "moradora na Rua do Outeiro, junto às Portas de Santa Catarina em Lisboa", se resolvia, à força de instâncias, a assinar a nomeação de capitão e locotenente de seu filho na capitania, já meio abandonada de Santo Amaro de Guaibé (*Rev. do Inst.*, **9**, 156)[18], em favor de Cristóvão de Aguiar de Altero, a quem sucedeu Jorge Ferreira, e por fim, por deposição que fez deste (que era também locotenente de Martim Afonso em São Vicente), o cavaleiro fidalgo Antônio Rodrigues de Almeida. Todos seguiram dando ou confirmando sesmarias para as bandas da Bertioga[19].

O território da ourela da costa, que ora faz parte das províncias de Paraná e Santa Catarina, constituía terceira partição ou terceiro quinhão de Pero Lopes, abrangendo proximamente desde Paranaguá

---

tão jovem com duas filhinhas, e pede a sua alteza se lembre de sua filha e netas, e acrescenta: "que para mim que *sam morta* não quero nada". – (A.).

18 A procuração que se encontra no lugar citado tem a data de 22 de setembro de 1557 e dá poderes a Antônio Rodrigues de Almeida. – (C.).

19 Mencionaremos as concedidas a um Jorge Grego, que deu seu nome à ilha assim chamada; a Pascoal Fernandes, condestável da Bertioga, a Brás Cubas (a ilha de Maracanã, ao norte da de São Sebastião), a Dom Garocho e a outros. P. Taques, *Rev. do Inst.*, **IX**, 161. – (A.).

até o porto da Laguna. Por toda essa fralda de litoral nenhuma colonização foi então intentada, que chegasse a nossa notícia.

Depois das duas anteriores capitanias por onde a colonização do Brasil começara, porque antes tivera nisso parte a Coroa, a que chama primeiro a nossa atenção é a do ativo, severo e virtuoso Duarte Coelho: é Pernambuco. Tinha Coelho, além de um coração robusto, a necessária ambição e mediano desejo de ganho, essenciais para lidar com vantagem no campo de glória e de fortuna, que se lhe apresentava; e aumentar assim os capitais de uma e outra, que já na Ásia lhe haviam cabido, por várias terras e navios que tomara ou apresara[20].

Encomendou de fora alguns artigos que devia trazer consigo e para os quais obteve franquia[21] na alfândega de Lisboa; e logo depois (outubro de 1534) seguiu viagem[22], com sua mulher e muitos parentes seus e dela. Também enviou ao mesmo tempo outros colonos, fazendo-lhes partidos, segundo seus merecimentos e exigências.

---

20 Duarte Coelho passou à Índia em 1509, na armada em que foi por capitão-mor o marechal d. Fernando Coutinho, e tornou talvez em 1528. No ano seguinte foi correr, com dois engenheiros, os lugares da África para com o parecer dos três fazê-los fortificar. – D. Luís de Sousa, *Anais de El-Rei Dom João Terceiro*, citados, pág. 263. – (G.)

21 Alvará de 2 de outubro de 1534, *Torre do Tombo,* p. 1ª, m. 53, d. 118, "... mercê... dos direitos que havia de pagar dos ferros e cousas outras que mandara trazer fora do reino para provimento de seus navios em que 'ora vai' para o Brasil: e isto té a quantia de quarenta cruzados do que montarem os ditos direitos". – (A.).

22 Duarte Coelho chegou à sua capitania em 9 de março de 1535. – Conf. Nota III da seção IX. – (G.).

Vimos como, em extensão de território, o melhor aquinhoado fora Duarte Coelho. Acrescentaremos que também o fora igualmente pela maior vizinhança da Europa em que estavam suas terras e pela bondade do clima; pois que proverbiais são os ares de Pernambuco como preferíveis da nossa costa, apesar da equinocial que lhe fica a poucos graus do lado do norte. E ainda em outro sentido fora ele dos mais favorecidos. Nessas terras suas, existia já o núcleo da pequena colônia que Pero Lopes deixara confiada a Paulos Nunes, e é natural que a ela se dirigisse desde logo Duarte Coelho, e que, por conseguinte, a primeira povoação por ele escolhida não fosse, como pretendem alguns, Igaraçu. O nome de *Marim* ou *Mayr-y*[23], que primitivamente tinha a aldeia que depois cedeu a Olinda o posto, queria como dizer "água ou rio dos franceses"; e denuncia-nos que foram os mesmos franceses os primeiros que aí se estabeleceram.

A entrada para o porto é pela estreita barra, que oferece uma abertura ou boqueirão do mencionado recife, nem que de intento interrompido nessa curta distância. Da banda de dentro, encontram-se os navios como em um remanso, ou doca natural; pois que aí o arrecife, a lugares com mais de dez braças de largo, segundo pessoalmente medimos, só no preamar em que fica ao lume d'água, consente que as ondas o galguem e vão fazer balouçar um tanto,

---

23 "Marim" se disse pela adulteração natural portuguesa. Aos franceses chamavam os índios "Mair", mas não temos encontrado por que razão. Lembra-nos se, por serem louros e cor de mel, os denominariam *Mba-yra*. Em Venezuela davam os índios a qualquer pessoa loura o nome de *catira*. – (A.). – Sobre os nomes *peró* e *mair* pelos índios da língua geral dados aos portugueses e franceses, escreveu C. Mendes de Almeida, na *Revista do Instituto Histórico*, **41**, parte 2ª (1878), págs. 71-141. – (C.).

por mui pouco tempo, os navios que no fundeadouro se acham dele mais chegados. A pedra do arrecife é um arenito amarelado, no qual não deixam de exercer alguma ação desgastadora as ondas do mar.

Fenece no ancoradouro, para dentro do boqueirão, um istmo, esguio e encurvado, chão e areento, a modo de cabedelo, que vem do lado do norte, apertado entre as águas do mar e as do rio Beberibe. À distância de uma légua, o chão se levanta em promontório, com morros cobertos de vegetação de mato virgem, que seguem encapelando-se para o sertão, apresentando sempre às águas do Beberibe, pela margem esquerda, um marachão mais ou menos elevado. Sobre esse promontório, que fica além do cabedelo, foi que, em virtude da melhoria das águas, dos ares e do torrão para a cultura, Duarte Coelho assentou a vila capital.

Enquanto, pois, se aproveitava dos tujupares da aldeota primitiva para o primeiro estabelecimento dos colonos, traçou no alto o assento da nova povoação; apesar de que mais cômodo fora que o porto em que fundeavam os navios lhe não ficasse na distância de uma légua proximamente, e sim mais perto. Porventura Coelho esqueceu-se de que efetivamente ia fundar uma colônia marítima e que uma tal colônia é sempre uma verdadeira terracena, com mais ou menos desenvolvimento, fronteira ao porto dos navios, e tão próximo dele quanto possível. Também deixou de atender a que assentava a povoação junto de um sítio, onde as margens do Beberibe se estagnam em certos meses do ano. O tempo veio a corrigir estas desatenções, mas a mui alto preço; pois a vila que se fundava, com tão bons auspícios, não chegou a ceder de suas prerrogativas sobre a que por si mesma se foi desenvolvendo, junto ao porto do mencionado Recife (nome este que passou à povoação), senão à

custa de muitos trabalhos e até de uma guerra civil, como veremos[24]. É para lastimar, segundo alguns pernambucanos, que o donatário não tivesse tido desde logo conhecimento do porto do Tamandaré; pois creem que nele houvera ficado melhor situada a capital.

Era no verão[25] e a intensidade do calor da tórrida não fazia diminuir no donatário e seus sócios o ardor e atividade com que todos se esmeravam, primeiro que tudo, em levantar por aduas uma espécie de castelo quadrado, à maneira das torres de menagem dos solares da Idade Média; pois sucedia que neste país renasciam as suas instituições, quando na Europa morriam; porque havendo já preenchido sua alta missão, na civilização de tantos países, começavam a prejudicar a unidade nacional. Para ajudarem no trabalho da construção da capelinha de são Pedro Mártir, que a devoção dos novos habitantes reclamava[26], e em outros edifícios, tratou o donatário de atrair os índios recompensando-os com ferrinhos e cascavéis e prometendo-lhes socorros contra seus inimigos.

---

24 Ver a seção XXIX relativa à guerra dos Mascates, no princípio do século XVIII. – (C.).

25 Em março de 1548 escrevia Coelho que havia treze anos que estava com ele em Pernambuco o feitor Vasco Fernandes, o que vai de acordo com o que diz o alvará que transcrevemos em uma nota anterior. – (A.). – Informa Coelho que Vasco Fernandes quer fazer um engenho num pedaço de terra que lhe deu e pede a sua alteza que conceda licença para Vasco mandar algum brasil de cá para ajuda disto, o que virá fazer pela costa, onde não faça dano nem prejuízo. Em carta de 24 de novembro de 1550 escreve ainda Duarte Coelho que estava na terra havia dezesseis anos. – (C.). – Na 1ª edição consta: "Era ainda o Verão", e na 2ª: "Era no Verão". – (N. do E.).

26 Na 1ª edição consta: "Para ajudarem no trabalho da reconstrução dessa torre, no da primeira capelinha que a devoção dos novos habitantes reclamava", e na 2ª: "Para ajudarem no trabalho da construção [s. Pedro Mártir] dessa torre, no da capelinha que a devoção dos novos habitantes reclamava". – (N. do E.).

Os mesmos índios trabalhavam, pois, de mistura com os colonos, e os nomes dos chefes deles Itabira[27], Itagibe[28] e principalmente o de Uirâ-uby, que traduzido se disse Arco Verde, ficaram memoráveis nos anais pernambucanos, pelos serviços que prestaram, não só nesta ocasião como ao depois contra seus próprios companheiros, quando se alevantavam e vinham por vezes dar guerra à nascente colônia: e foram sempre repelidos, chegando a perder um olho o cunhado do donatário[29] e a ficar prisioneiro, escapando (diz-se) pela intervenção de uma filha do dito Arco Verde.

Por fim, dirigidos por Momboré e outros chefes, e seguidos de muitos franceses e de criminosos portugueses, tiveram de refugiar-se às serras de Ibiapaba[30]. Do frequente uso dos portugueses dessa época de apodarem de "perros" aos seus inimigos, ou aqueles

---

27 Simão de Vasconcelos, na *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, livro 1º, § 101 e segs., depois de se referir a Duarte Coelho, passa logo a tratar dos índios Tabira, Piragibá, Itajubá, etc. Conclui-se daí, sem insinuação, aliás, do cronista, que foram auxiliares de Duarte Coelho. Pelo menos dois não foram: Piragibá só aparece nas guerras da Paraíba, que o autor trata na seção XXII; Tabira é ainda posterior a este, porque seus feitos são contemporâneos da fundação do Rio Grande, como se pode verificar em frei Vicente do Salvador (que escreve Tavira), *Hist. do Brasil*, **1**, 4, cap. 32, pág. 156 (pág. 366 da ed. de 1918). Descontados os exageros de estilo de Simão de Vasconcelos, vê-se que o Tabira do jesuíta é o próprio Tavira do franciscano. – (C.).

28 *Itá* quer dizer pedra, metal ou matéria dura; *gy*, machado, ou instrumento cortante; *uirá*, arco. – (A.).

29 Jerônimo de Albuquerque, mais de uma vez mencionado neste livro, tronco de numerosa descendência. – (C.).

30 Abbeville, cap. 12, fol. 76, 189 v. *Ibiapaba* pode decifrar-se *Ibi-mbába*, "fim da terra". – (A.) – No glossário anexo à *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão*, pág. 33, edição de Paris, 1922, da Série Eduardo Prado, quem escreve esta nota interpretou o vocabulário por *yby,* terra, e *ypaba,* levantamento, elevação, que lhe pareceu melhor definir o objeto. – (G.).

que pretendiam injuriar, proveio talvez aos índios o darem, também por injúria, este nome aos próprios portugueses; de modo que não temos por impossível que desse uso, e não da ascendência de um certo Pedro, viesse aos tupinambás a ideia de chamarem perôs (p. 142 – ?) aos colonos portugueses (VI).

Quanto à etimologia do nome Olinda, que deu Coelho à sua vila capital, os amigos de a indagar e de a achar em todas as palavras acreditam com seriedade que proveio da simples exclamação *Ó linda!* proferida pelo donatário, admirando a sua obra e vendo que ela era boa: exclamação que para ser lógicos devêramos crer que desde logo se estampara milagrosamente na povoação, à maneira do O do caroço das tâmaras segundo a crença do vulgo.

Ridículo[31] como nos parece este conto, temos por muito mais natural que aquele nome fosse o de alguma quinta ou casa ou burgo, por qualquer título caro ao donatário na sua pátria[32], e que ele no Brasil quisesse perpetuar; como, sem tanta felicidade, quis, também,

31 Ridículo ou não, este conto já aparece na *Hist. do Brasil* de frei Vicente do Salvador: "A vila se chama Olinda, nome que lhe pôs um galego, criado de Duarte Coelho, porque andando com outros por entre o mato buscando o sítio onde se edificasse, achando este que é um monte alto, disse com exclamação e alegria – 'Ó linda!'" – *História*, livro 2º, cap. 8º, pág. 45 (pág. 107 da ed. de 1918). Frei Vicente a respeito de Pernambuco parece ter consultado uma crônica antiga, perdida ou pelo menos até hoje desconhecida: a ele quase exclusivamente deve-se o pouco que se sabe desta capitania anterior à guerra holandesa. – (C.). – Sobre a etimologia de *Olinda*, veja-se Alfredo de Carvalho, *Frases e palavras*, Londres, 1906, págs. 13-17. – (G.).

32 Comprova-nos esta conjectura o modo como Duarte Coelho datava ordinariamente suas cartas: "Desta Olinda de Pernambuco" ou "Desta Olinda da Nova Lusitânia". Perto de Lisboa existem freguesias com os nomes de "Linda-a-Pastora", "Linda-a-Velha", etc. – (A.).

com o maior empenho, praticar acerca do de "Nova Lusitânia" para toda a capitania; que alguém[33] depois, ainda com menos felicidade, indicou para o Brasil todo. Sabe-se também que Olinda era o nome de uma das belas damas da novela do *Amadis de Gaula,* cuja leitura estava então mui em voga, não faltando leitores que lhe davam tanta fé, como em nossos dias se dá à história.

Para boa ordem da justiça mandou o donatário organizar um livro do tombo das terras que dava, e outro de matrícula dos que se propunham a gozar dos foros de moradores da sua capitania. De tais assentos fez que tomasse conhecimento o feitor e almoxarife régio, Vasco Fernandes, e o escrivão deste; por isso que seus atestados consulares deviam valer no reino, a fim de regularem os privilégios e franquias que teriam nas alfândegas os produtos exportados para a capitania.

Promoveu também por todos os modos este chefe ativo os casamentos dos primeiros colonos com as índias da terra (VII); e o mesmo continuou a fazer com outros, que sucessivamente e por sua conta mandava vir; não só de Portugal como das Canárias e da Galiza.

A colônia prosperava, como dizem, a olhos vistos: a indústria se desenvolvia; e a renda do Estado crescia, a par da do donatário e da dos particulares. As ocupações de cada qual começavam a extremar-se definitivamente. Uns cultivavam o algodão, outros a cana, muitos os mantimentos: estes eram oleiros ou pedreiros, aqueles ferreiros ou carpinteiros. Tanta paz e prosperidade deviam fazer atrair a Pernambuco colonos bons das outras capitanias, e sobretudo da

---

33 Francisco de Brito Freire, *Nova Lusitânia*, etc., 1675. – (A.).

de Porto Seguro, que não se atemorizavam da reputação de rigoroso com os delinquentes, que em todas as outras capitanias adquirira Duarte Coelho, da qual reputação tinha notícia o soberano, a quem davam de tudo conta, não só o próprio donatário como alguns dos colonos. Em nossa coleção guardamos o fragmento original da carta[34] ou requerimento de um que se diz "Paio Correia, escudeiro", queixando-se-lhe não só do donatário, que o havia condenado em cinquenta cruzados e em três anos de degredo, como do almoxarife e feitor da capitania.

Asseveram escritores sisudos que Duarte Coelho dera um foral a Olinda, com a data de 12 de março de 1537, e que este foral tivera confirmação em 17 de março de 1550; e igualmente asseveram que fora 1º juiz ordinário da vila um João Carneiro[35].

Vendo tudo em boa marcha, Duarte Coelho não duvidou empreender uma viagem à Europa, para entabular contratos com alguns ricos mercadores sobre a construção de obras para o fabrico do açúcar, mediante concessões que lhes fazia; e em poucos anos já tinha em sua capitania vários engenhos. Foi naturalmente nesta ida à corte que o ousado donatário entrou em propostas para realizar o descobrimento do rio de São Francisco, o que não teve efeito por serem excessivas as exigências, sendo o resultado definitivo mais em favor dele que da metrópole. Cremos, entretanto, hoje, que foi ainda no seu tempo que Paulo Afonso chegou nesse rio à cachoeira, rival da Niágara, que ainda leva o seu nome, e que foi talvez também

---

34 Acha-se impresso na página 149 do vol. I da 1ª edição desta *História*. – (A.).

35 Até hoje não nos tem sido possível ver tal foral nem saber nada mais acerca do 1º juiz ordinário de Olinda. – (A.).

ainda no seu tempo que Sebastião Álvares a devassou, ficando por lá, sem que dele, nem dos que acompanhavam, houvesse mais notícia[36].

Dentro de alguns anos, já Coelho mandava ao soberano amostra dos seus melhores açúcares e lhe participava como fora na capitania decidido em juízo que os senhores de engenhos pagariam o dízimo em açúcar já feito; o que eles não queriam, em virtude de a "negra cobiça do mundo ser tanta que turba o juízo dos homens, para não concederem no que é razão e justiça"[37].

Igualmente bem seguia a colônia de Igaraçu, que ficava na fronteira setentrional da capitania; ainda que alguma vez os bárbaros lhe apertaram o sítio a tal ponto que acaso ela sucumbiria em 1548, se não chegasse a Pernambuco um navio, cuja tripulação foi convidada a ir em seu socorro, ao que se prestaram todos, indo por mar, e depois pelo rio Igaraçu, em uns lanchões, que tiveram de subir o dito rio, através de derribadas, em que eram frechados pelos inimigos.

Da dita tripulação fazia parte um certo Hans Staden, que do fato nos transmitiu notícia; e que, caindo prisioneiro dos gentios na

---

36 Tanto Gabriel Soares como Vicente do Salvador colocam a entrada de Sebastião Álvares no governo de Luís de Brito e Almeida, quando já desde muito não existia Duarte Coelho. Também parece duvidoso se Paulo Afonso é contemporâneo do primeiro donatário. Provavelmente foi muito posterior, e não fez simples entrada, porém estabeleceu-se próximo do grande salto, como se pode concluir da expressão *tapera* de Paulo Afonso, que se vê na *Revista do Instituto Histórico*, **20**, 147. É possível que fosse parente dos descobridores do Piauí, Domingos Afonso e Julião Afonso. Há notícia de um capitão, Paulo Afonso de Monte, que, em 1704, descobriu a serra dos Cocos no Ceará. *Revista* cit., 162. – (C.).

37 D. Coelho, em carta de 20 de dezembro de 1546, em que remetia os autos e sentença a el-rei. – (A.). – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 314-316. – (C.).

capitania de São Vicente, passou entre eles trabalhos e perigos que se ocupou a descrever ao regressar à pátria. Como volveremos a tratar de Staden, limitemo-nos a dizer que, segundo ele, os defensores de Igaraçu montavam a cento e sessenta homens, inclusos quarenta índios amigos. Não temos por impossível que fosse a ação neste ano travada a que fizesse os da vila invocar para seu orago os santos Cosme e Damião, em cujo dia sabemos que uma grande vitória foi alcançada pelos seus primeiros moradores[38].

Contemporânea à fundação da cabeça de colônia de Duarte Coelho foi a de que tratou Vasco Fernandes Coutinho.

Este donatário, apenas agraciado, vendeu sua quinta de Alenquer à real fazenda, contraiu alguns empréstimos, cedeu ao Estado a tença que desfrutava, a troco de um navio e vários gêneros[39], angariou muitos colonos, entrando neste número vários nobres, e disse adeus ao Tejo, com ideias de o fazer pela última vez; e a darmos crédito aos que ao depois se declararam seus inimigos, levava consigo o pensamento de vir a fazer-se algum potentado independente[40].

Seguindo o rumo para o Brasil, foi demandar a altura de sua capitania e, avistando a serra do Mestre Álvaro, que os marítimos

---

38 Frei Vicente do Salvador dá notícia de um cerco de Igaraçu, com circunstâncias diversas das mencionadas por Hans Staden, e provavelmente posterior. – (C.).

39 *Torre do Tombo,* p. 1ª, 53, 29. – (A.). – Cópia do Instituto Histórico. – (C.).

40 *An. do Rio de Jan.,* **I**, pág. 340. – "E crea V. A. que já quando partyo... para este Brasil da primeira vez veio com este preposyto e será boa testimunha fernão vyllas e elle a mi mo cometeo e eu lhe dixe que nunqua Deos quysese que fose tredo [traidor] a V. A. e porque não fose boa sua vontade". – Cart. de Duarte de Lemos de 14 de julho de 1550. – (A.). – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 267. – (C.).

descobrem de longe, em forma arredondada, emproou a buscar o porto, já antes conhecido dos navegadores destes mares, que se afeiçoa como enseada para dentro da ponta do Tubarão, ao norte, e do monte Moreno, da banda do sul. Apenas fundeado, desembarcou com toda a sua gente logo à entrada da enseada, à mão esquerda, numa espécie de saco que ela faz; e aí principiou o assento da povoação, para a qual invocou a graça do Espírito Santo, dando-lhe nome; bem que o bárbaro da terra começasse a denominá-la *Mboab*[41], como designando o sítio habitado pelos emboabas.

Passou à distribuição das sesmarias; entre estas deu a primeira ilha da enseada a d. Jorge de Meneses e a outra imediata a Valentim Nunes. Por algum tempo, de um e outro guardaram essas ilhas os nomes. O gentio quis a princípio resistir, porém foi vencido, apaziguou-se e começou a concorrer para os trabalhos da colônia. Introduziu-se a cultura da cana, e construiu-se um engenho[42]; mas a maioria dos colonos lavrara suas terras para mantimentos.

---

41 Léry, *Histoire d'un voyage*, cap. 5º: nous trouvasme à l'endroit d'un fort de Portugais, nommé par eux *Spiritus Sanctus* (et par les sauvages *Moab*). – (C.).

42 Carta de Ambrósio de Meira para el-rei, datada da capitania do Espírito Santo, 26 de setembro de 1545, in *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 13-15. Escreve que, como feitor, fez o arrendamento do dízimo do açúcar *à la mala*, até janeiro de 1546, a 200 réis a arroba, no qual tempo, segundo mostravam os engenhos, haveria de dízimos até 300 arrobas. O açúcar não era de todo bom, porque os oficiais não conheciam os postos das terras e o tempero delas, e o que saía bom diziam que o era tanto como o da ilha da Madeira. Arrendou ainda os dízimos dos mantimentos, do São João de 1545 ao de 1546, por 43$500. Essa carta seguia em um navio da armação de Brás Teles, que era o primeiro que na capitania se carregara de açúcar. Ambrósio de Meira, em 27 de fevereiro de 1550, era defunto. *Documentos históricos*, XXXVIII, pág. 197. – (G.).

Apesar desta aparente prosperidade, a colônia continha de tal modo em si os elementos de dissolução que estes ganhavam terreno, à medida que parecia aumentar aquela prosperidade. A invocação do Espírito Santo estava só nos lábios, procedera do hábito, não nascera do coração.

Duarte de Lemos, um dos principais colonos, que obrara na Ásia feitos importantes, se desaveio com o donatário, a quem acompanhara e de quem recebera de sesmaria a ilha chamada antes de Santo Antônio[43]; porém de Duarte de Lemos, apenas o teve por solarengo.

Foi para esta ilha que se passou depois a vila, com a invocação da Senhora da Vitória; situação triste, não só por ser ilhada, o que bem significa separação, como pelo aspecto melancólico, causado pelas altas serras e montes que a rodeiam.

A antiga povoação do Espírito Santo se ficou denominando Vila Velha – como na Bahia a da Vitória.

D. Jorge de Meneses, o das proezas nas Molucas e do descobrimento da Nova Guiné (VIII), e o seu companheiro d. Simão de Castelo Branco, ambos fidalgos condenados antes a degredo, seguiam conduzindo-se menos regradamente; e o donatário, como se não tivesse com eles já bastante que fazer, procurava estender o direito de homizio que tinha a sua capitania, acoutando nela os que nas outras cometiam crimes[44]. É necessário confessar que Vasco

43 Confirmação régia a 8 de janeiro de 1549. Liv. 97 de d. João III, fls. 1 a 8, etc. – (A.). – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, págs. 265-266. – (C.).

44 Em 1550 dera na vila de Santa Cruz de Porto Seguro abrigo em seu navio a certos criminosos fugidos da cadeia dos Ilhéus. – (A.). – “Vasco Fernandes Coutinho veio ter a este Porto Seguro e foi surgir junto da nau a Santa Cruz,

Fernandes não era nascido para o mando. Como simples colono houvera sido um companheiro agradável e obediente – era um péssimo chefe. Na Ásia havia ganho celebridade pela proeza de investir em Malaca com um elefante que com a tromba esgrimia uma espada. Era de caráter dócil e jocoso, mas de nenhuma severidade para com os delinquentes e criminosos. Sem pureza de costumes, não podia ser modelo de uns nem terror de outros. Acabou por dedicar-se com excesso a bebidas espirituosas e até se acostumou com os índios a fumar, ou a *beber fumo* (IX); como então se chamava a esse hábito, que naquele tempo serviu de compendiar até onde tinha levado sua devassidão.

A desordem a que chegou esta capitania e a falta de respeito ao donatário e governador foram causa de que os gentios se animassem a assaltá-la por vezes e fizessem exilar daí os melhores colonos. De modo que a capitania do Espírito Sano, com tão boas terras, com um porto excelente, com rios navegáveis para o sertão, ficou até os nossos tempos sem desenvolver-se, e reduzida a uma população que não medra e a um solo cujas matas virgens estão quase todas sem romper-se.

---

fazenda do duque de Aveiro, que é desta villa duas leguas, onde estava a nau de Vossa Alteza, à carga de brasil, dizendo que queria ir nella ao reino. E estaria ahi oito dias eu fui o ver, e lhe pedi e requeri da parte de Vossa Alteza que não levasse uns homiziados que o Ouvidor geral prendeu nos Ilhéus, que fugiram da cadeia, os quais estavam presos por lançarem dez, ou quinze, ou vinte almas nos Petigues [*sic*] em terra e as deram a comer aos índios, e despois se elevantarem com o navio e lhe trazerem suas fazendas roubadas e eles mortos, e assim um francês por nome Formão [*sic*] que veio na armada de Vossa Alteza degradado para sempre por ladrão do mar cosário". – Carta de Duarte de Lemos, de 14 de julho de 1550. – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 267. – (C.).

Quase simultaneamente com a pinturesca Olinda e a mal-aventurada terra do Espírito Santo se colonizava Porto Seguro.

Seu nobre donatário, homem prudente, esforçado e mui entendido nas cousas do mar, gozava de tal crédito na populosa província do Minho, nas imediações de sua vila natal de Viana, que, apenas fez constar que daria terras aos que o quisessem acompanhar, se encontrou com tantos que não pôde aceitar a todos e preferiu, depois dos parentes pobres, os de que tinha mui seguras informações. Tendo vendido as propriedades que possuía em Viana, aí se embarcou levando consigo mulher e filhos; e emproando direito ao Brasil, foi demandar o mesmo Porto Seguro, onde a armada do afortunado Cabral entrara sete lustros antes.

Segundo a tradição, o próprio monte onde Cabral deixara plantado o sinal da redenção foi o que Pero do Campo escolheu para assentar a primeira vila que fundou em seus Estados. Além desses, precedente, que devia influir muito na alma pia do donatário, era o local dos mais defensáveis na proximidade do porto; e nos tempos antigos os bons guerreiros nunca se esqueciam da máxima mui sabida de que a paz não é mais do que a sombra da guerra, isto é, de que o melhor modo de manter a paz é o de ter sempre presente o fantasma da guerra. Assentou, pois, a povoação na chapada de um monte, situado entre dois rios caudais; e tão extensa era a dita chapada que pudera em si admitir, para o futuro, uma grande cidade[45].

---

45 Cardim (*Narrativa epistolar*, Lisboa, 1847), pág. 25. – (A.). – *Revista do Instituto Histórico*, **65**, parte 1ª, pág. 22, Rio, 1902. – *Tratados da terra e gente do Brasil*, pág. 229, Rio, 1925. – (G.).

Os gentios do país pareciam ainda mansos e tratáveis, como se apresentaram aos primeiros descobridores; mas tão notória era já sua volubilidade que, longe de se fiar neles, o donatário se preveniu; e em pouco tempo conheceu que com razão o tinha feito; porquanto não tardaram eles em dar algumas assaltadas à nova colônia; mas vencidos, e levados depois com alguma política, a capitania seguiu em paz, bem que modestamente; por isso que a ela tinham acudido mui poucos capitais. A cultura e fabrico do açúcar só mais tarde aí começou e mui vagarosamente, de modo que ainda em 1550 com dificuldade podia a capitania dar carga anual para um navio, não sendo mui ajudada do pau-brasil[46] que nela se cortava.

Os colonos cultivaram apenas em suas roças o que restritivamente necessitavam para alimento; e, como homens do mar que pela maior parte eram na Europa, favorecidos pela proximidade dos baixos dos Abrolhos, tão abundante de garoupas, ao mar iam buscar a indústria a que mais se dedicaram: a da pesca. E não só levavam pescado às capitanias vizinhas como, devidamente preparado, ao próprio reino. Os pescadores encontravam sempre entre os índios, pouco amigos de cultivar a terra, gente para suas campanhas. Esta vida habituou os porto-segurenses a certa independência e desprendimento de si e ao espírito empreendedor com que depois, sob a direção de um sobrinho do donatário, se lançaram daqui, primeiro que de outra parte do Brasil, até o âmago do sertão, em busca de minas.

---

46 Duarte de Lemos, carta de 14 de julho de 1550: "Os armadores desta capitania e moradores dela, não tinham outro repairo pera pagarem fretes de seus navios, por ainda haver pouco asuquere, se não o brasil." – (A.). – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 267.

Pedro Álvares Cabral (segundo um desenho de Cunha, da coleção "Retratos dos varões e donos").

Mapa do Rio de Janeiro – do livro de Hans Staden:
Viagem ao Brasil (1557).

Durante a vida do primeiro donatário a colônia seguiu feliz. Havia nela bons costumes, fazia-se justiça a todos, eram os habitantes tementes a Deus, e observadores da religião, sem a qual não há sociedade possível. Pero do Campo foi menos ativo e empreendedor que Duarte Coelho. Tinha deste todo o zelo religioso, mas faltavam-lhe outros poderosos estímulos da humanidade para empreender obras grandes. Pernambuco é hoje uma província bastante rica e povoada: Porto Seguro ficou pobre e nem sequer constitui província, apesar de ter para isso território.

Pero do Campo não devia já existir, pelo menos em Porto Seguro, em 1550, quando aí foi mandado por capitão Duarte de Lemos (X).

Por morte do primeiro donatário, herdou a capitania seu filho Fernão do Campo, e deste passou ela à irmã, d. Leonor do Campo, viúva de Gregório da Pesqueira.

A capitania, em virtude de repetidas invasões dos cruentos aimorés, não devidamente castigadas ou reprimidas, começou em decadência, chegando a perder-se a vila de Santa Cruz, ao sul de Sernambitiba[47], depois da derrota que sofreram os moradores em Comagi[48], dali a algumas léguas; e muitos povoadores dela se passaram para Pernambuco, que prosperava.

Contraste notável à capitania anterior apresentava a sua vizinha do lado do norte, doada a Jorge de Figueiredo. Aqui não faltavam colonos, com suficientes capitais, e as terras eram magníficas. O que

---

47 Ainda é mencionada por Gândavo e Cardim. – (C.).

48 Desta derrota não fala o autor na 1ª edição, e ignora o anotador da presente em que fonte foi bebida a notícia. – (C.).

faltava era governo. Se o houvesse, desde logo ter-se-ia a capitania desenvolvido e preparado para resistir às invasões dos aimorés que a destruíam. A esta falta, na origem, devemos talvez atribuir a que tão pouca consideração alcançasse, desde há três séculos, este distrito que apenas agora se vai um tanto alevantando. O donatário, em vez de resignar o cargo que tinha de escrivão da Fazenda na corte, aproveitou-se porventura das relações que ele poderia proporcionar, para angariar os colonos da primeira expedição que mandou a este seu morgado, e os que pelo tempo adiante foi conseguindo atrair.

Figueiredo escolheu para delegado, com o título de locotenente e ouvidor, a um castelhano[49] por nome Francisco Romero, que era tido por homem bravo e que lhe parecia completamente circunspecto. Embarcou-se este com os colonos e, dirigindo-se à Bahia, prosseguiu para o sul, em busca de um local para começar a povoar essas terras que faziam parte das da sua administração. Julgou achar esse local no cimo do morro de São Paulo, na ilha de Tinharé, e decidiu fundar aí a povoação que lhe fora incumbida.

Com muito trabalho e grande incômodo da gente que levava, tinha começado a lançar sobre o morro os fundamentos de uma vila mui regular, quando, informado de que mais para o sul, e por conseguinte em paragem mais central da capitania, se encontrava o porto dos Ilhéus, em tudo superior àquele, abandonou a sua primeira tentativa e foi definitivamente fundar no dito porto a povoação a

49 Outro castelhano que desde 1540 se fixou nos Ilhéus foi Filipe de Guillen, cujo nome adiante encontraremos repetido. – (C.). – Sobre Francisco Romero veja-se a carta de Pero Borges, de Porto Seguro, a 7 de fevereiro de 1550, nota XI no final desta seção. Como blasfemo vem referido na *Primeira visitação do Santo Ofício – Denunciações da Bahia*, pág. 274. – (G.).

que deu o nome de São Jorge; não tanto por invocar como padroeiro este guerreiro da corte celestial, como por adular a seu próprio patrono humano, que, como vimos, se chamava Jorge.

O porto dos Ilhéus era assim nomeado, em virtude de vários pequenos que lhe ficam de fora[50], dos quais um guarnecido de arvoredo e os outros escalvados. No mesmo porto, da banda do sul, se mete no ancoradouro um rio navegável, que hoje se diz Cachoeira, depois de dar uma grande volta, deixando formada uma península elevada, que remata num pontal mui propriamente denominado *Focinho de Cão*. Foi na chapada desta península, banhada por um lado pelas ondas do porto e pelo outro pelas águas do rio, que a alguma distância ao norte do mesmo pontal e do morro[51], que lhe fica a cavaleiro, Romero e os seus companheiros assentaram a nova capital. Do outro lado do rio avança sobre o mar outro promontório, chamado morro de Pernambuco, que concorre a abrigar o porto pela banda do sul. Todo o país vizinho era abundantíssimo de mananciais, sendo as chuvas mui frequentes; e o terreno, montuoso e coberto de vegetação vigorosa, prometia a este distrito, quando bem cultivado, toda sorte de riqueza e de prosperidade. Passou-se à distribuição das terras. Entre os nomes dos que foram contemplados com sesmarias, encontramos o de Fernando Álvares, da Casa da

---

50 Ilhéu Grande, Itapitanga, Rapa e Itaipins. – (A.). – Consta na 1ª edição: "quatro pequenas ilhas que lhe ficam de fora". – (N. do E.).

51 Morro da Matriz Velha. Este nome faz supor que aí se teria chegado a fazer algum primeiro ensaio de povoação; bem que as igrejas de são Jorge e são Sebastião sejam mais centrais; e que a igreja da Vitória, do outro lado, faça pensar que aí se alcançou alguma. Os arquivos das câmaras dos Ilhéus e de Porto Seguro ainda estão à espera de quem os examine, antes que acabem de perder-se com o cupim. – (A.).

Índia (carta de Duarte de Lemos, 14 de julho de 1550), o qual, tendo por seu procurador a um Antônio Vaz[52], chegou a alcançar lucros importantes. Um escritor antigo (Gabriel Soares, **2**, 34) assegura que foi nesta capitania, e por conseguinte não em São Vicente, que primeiro se plantou a cana, trazida das ilhas da Madeira ou Cabo Verde. Sabendo, porém, nós hoje que, já antes da vinda de Martim Afonso, e da distribuição da costa entre os doze donatários, e desde 1526 pelo menos, era do Brasil mandado algum açúcar a Portugal, seria necessário conceder que houvera aí uma das capitanias fundada antes do dito ano de 1526.

Não deixou de se construir logo, com a mesma invocação de são Jorge, uma capelinha em que se pudessem celebrar os ofícios divinos; porém, tudo o mais respectivo à administração e justiça se descuidou. Romero, chefe excelente para comandar tropas em guerra, e para repelir as primeiras acometidas dos índios, era completamente ignorante nos assuntos do governo político; crendo que o seu arbítrio podia em tudo suprir a legislação do reino, que desconhecia, avexava os colonos, os quais, começando por suspeitar de sua probidade (XI), chegaram contra ele a conspirar por tal modo que o agarraram e o remeteram de presente ao donatário.

Este, porém, movido de suas razões, cometeu a indiscrição de o restabelecer e introduziu com isso na capitania o pomo da discórdia,

---

52 Esse Antônio Vaz era morador na capitania dos Ilhéus, e por provisão do provedor-mor Antônio Cardoso de Barros foi nomeado em 20 de julho de 1553 para servir o ofício de tesoureiro dos defuntos *ab intestato* da mesma capitania, *Documentos históricos*, XXXV, págs. 177-178. Era cavaleiro da casa d'el-rei, e não deve ser o mesmo que floresceu em Pernambuco nos começos do século XVII e que teria dado o nome à ilha de Antônio Vaz. – (G.).

e concorreu a que ela, quando estava sendo de todas a que mais rendia, sucumbisse vergonhosamente, por falta de união e obediência, às piaras invasoras dos cruentos aimorés, que assaltaram e arruinaram vários engenhos.

O primeiro donatário era já falecido em 26 de setembro de 1551[53]. O seu sucessor fez desistência da capitania em favor de um irmão, Jerônimo d'Alarcão de Figueiredo, o que lhe foi confirmado (em 22 de novembro de 1552).

NOTAS DA SEÇÃO XI

I
(Pág. 302)

Gonçalo Monteiro ainda vivia em 1560, era vigário de Santos, ouvidor eclesiástico e funcionou no processo de Bolés, a quem absolveu apelando para o bispo, que era o comissário do Santo Ofício no Brasil. Provavelmente a ele se refere Anchieta, quando fala de "um vigário muito velho e honrado, que conformava pouco com o proceder da Companhia no governo de suas ovelhas, que achavam nele refúgio para suas consciências, com pouco escrúpulo da verdade que dos padres ouviam e criam. Com este pousava [Nóbrega] muitas vezes e recebia suas esmolas, advertindo-o do que tocava à sua consciência e de suas ovelhas. E tendo ele alguns tempos impedimentos de enfermidade e outros, supria o padre Nóbrega por si e pelos padres nas missas e em tudo o mais por ele, e depois pondo-lhe embargo em sua paga pelos oficiais d'el-rei lhe fez pagar tudo. Com estas boas o vigário se chegava cada vez mais aos padres, até que, já no cabo da vida, fez uma confissão geral com um deles, e por seu conselho deixou muitos meses de dizer missa por ser trêmulo pela muita velhice, e fazer o mais do seu ofício, deixando tudo aos padres, e com

---

53 Segundo se declara na nomeação feita nessa data, em Almeirim, a Sebastião Martins, morador nos Ilhéus, para alcaide-mor desta capitania; *Chanc. de d. João III*, liv. 68. – (A.).

isto acabou em paz, com muita edificação de todas as suas ovelhas, que com esta ocasião se deixavam também reger pelos da Companhia". – Anchieta, *Informações e fragmentos históricos*, 67-68.

Na *Revista do Inst. Hist. e Geogr. de S. Paulo*, **5**, págs. 159 e segs., foram publicados uns apontamentos do pouco fidedigno fr. Gaspar da Madre de Deus, de que se desentranha a seguinte lista de capitães-mores de São Vicente, em vida do seu primeiro donatário:

1º Gonçalo Monteiro, que já governava em 1536;

2º Antônio de Oliveira, que já governava em 1538;

3º Cristóvão de Aguiar de Altero, que tomou posse a 28 de março de 1543;

4º Brás Cubas, que tomou posse a 8 de junho de 1545;

5º Antônio de Oliveira (pela 2ª vez), que tomou posse em maio de 1549;

6º Brás Cubas (pela 2ª vez), que governava em 1555 e 1556;

7º Jorge Ferreira, que ainda governava em 1558;

8º Francisco de Morais Barreto, que tomou posse a 30 de abril de 1558;

9º Pero Colaço, que governava em 1562;

10º Pedro Ferraz Barreto, de 1562 a 1567;

11º Jorge Ferreira (pela 2ª vez), de 1567 em diante. – (C.).

Parece que entre Antônio de Oliveira, pela 2ª vez, e Brás, também pela 2ª vez, governou Pedro Ferraz Barreto pela 1ª vez, porque em 1554, como se lerá adiante (seção XVII), concedeu sesmarias na baía do Rio de Janeiro a Jorge Pires, seu filho Simão Machado e outros. Pedro Ferraz Barreto é o penúltimo capitão-mor da lista supra. – (G.).

II
(Pág. 304)

A história passou-se do seguinte modo, conforme Rui Dias de Guzmán:

"Ali [em Iguape] determinaram fazer assento, para o qual travaram amizade com os naturais daquela costa, e com os portugueses circunvizinhos, com quem tinham correspondência. Feitas, pois, as suas casas e sementeiras, viveram dois anos em boa conformidade, até que um fidalgo português, chamado o bacharel Duarte Peres, se lhes veio a meter com toda a sua casa, filhos e criados, despeitado e queixoso dos de sua nação: o qual havia sido desterrado por el-rei d. Manuel a aquela costa, na qual havia padecido inumeráveis trabalhos. Pelo que falava com alguma liberdade,

mais da que devia: do que resultou que o capitão daquela costa o enviou a notificar que fosse a cumprir seu desterro à parte e lugar donde por seu rei foi mandado; e pelo conseguinte os castelhanos que ali estavam foram requeridos que, se queriam permanecer naquela terra, dessem logo obediência a seu rei e senhor, cujo era aquele distrito e jurisdição, e em seu nome ao governador Martim Afonso de Sousa, senão dentro de trinta dias deixassem aquela terra, saindo dela, sob pena de morte e perdimento de seus bens.

"Os castelhanos responderam que não conheciam ser aquela terra da coroa de Portugal, senão de Castela, e como tal estavam ali povoados em nome do imperador D. Carlos, cujos vassalos eram. De outras perguntas e respostas veio a resultar mui grande desconformidade entre uns e outros.

"Neste tempo sucedeu o chegar àquela costa um navio de franceses corsários, os quais chegados a Cananeia, entraram em aquele porto. E sendo os castelhanos avisados, se determinaram de acometer o navio, e colhendo dois marinheiros que haviam saltado à terra a tomar provisão dos índios, uma noite mui obscura cercaram o navio com muitas canoas e balsas em que iam mais de 200 frecheiros, e levando consigo os dois franceses lhe mandaram que dissessem que vinham com o refresco e comida que haviam saído a buscar, e que não havia de que recear-se porque estava tudo mui quieto. Com o qual os asseguraram, e foram deitando seus cabos ao navio, enquanto acabavam de chegar as canoas para deitar em riba suas escadas; e saltando dentro os castelhanos e índios repentinamente, pelejaram com os franceses, os renderam e tomaram o navio com muitas armas, munições e outras cousas que traziam, com cujo sucesso ficaram os espanhóis mui bem petrechados para qualquer acontecimento. Passando adiante a discórdia que com os portugueses tinham, determinaram lançá-los daquela terra e porto, castigando-os com o rigor que seu atrevimento pedia. Desta determinação tiveram os castelhanos aviso; e assim trataram entre si o modo que haviam de ter para defender-se dos contrários. E resolutos em o que haviam de fazer, souberam como dois capitães portugueses vinham de fato com 80 homens a dar sobre eles, sem contar muitos índios que consigo traziam com determinação, como digo, de lançá-los daquele porto, tirar-lhes suas fazendas, castigando-os nas pessoas. Para cujo resguardo os castelhanos procuraram reparar e fortificar o porto com suas trincheiras da parte do mar, por onde também os haviam de acometer, onde plantaram quatro peças de artilharia, e entre o porto e o lugar fizeram uma emboscada de vinte soldados e cento e cinquenta índios frecheiros, para que vindo às mãos com os da trincheira de improviso dessem sobre os contrários. Neste tempo chegaram os portugueses por mar e terra, e postos em boa ordem marcharam para o lugar com suas bandeiras despregadas e, passando por perto da emboscada, chegaram a reconhecer a trincheira, da qual se lhes disparou a artilharia, e abrindo-lhes seu esquadrão a um lado e outro, perto de uma montanha, saíram a eles os de emboscada, e dando-lhes uma surriada de arcabuzaria e frecharia, os portugueses desordenaram, e disparando alguns arcabuzaços se retiraram com toda a pressa. Os do lugar deram

atrás deles, e ao passar num passo estreito que ali fazia um arroio, fizeram grande matança, prendendo alguns e entre eles ao capitão Pero de Góis, que foi ferido de um arcabuzaço. Continuando os castelhanos a vitória por não perder a ocasião, chegaram à vila de São Vicente, donde entrados nas tercenas d'el-rei, saquearam e roubaram quanto havia no porto.

"Feito este desconcerto, volveram a seu assento com alguns dos mesmos portugueses, que dissimuladamente os favoreceram; onde, metidos todos em dois navios, desampararam a terra e se foram à ilha de Santa Catarina, que está oitenta léguas mais para o rio da Prata, por ser conhecidamente demarcação e território da Coroa de Castela e ali fizeram assento por alguns dias, até que o capitão Gonçalo de Mendonça encontrou com eles... Passou este sucesso em o ano de 1534, o qual entendo que foi o primeiro que houve entre cristãos em estas partes das Índias Ocidentais." – *Argentina*, **1**, 1º, cap. 8. – Como se vê Rui Díaz não diz que Duarte Peres obedeceu à intimação; nem ele nem Charlevoix dão notícia da desforra tomada por Pero de Góis e Rui Pinto. – (C.).

III
(Pág. 306)

O sábio filólogo Rodolfo Dalgado, consultado a respeito do vocábulo *monjolo*, por intermédio de J. Lúcio de Azevedo, escreveu a seguinte nota até agora inédita:

"'*Monjolo* – aparelho hidráulico, rudimentar, usado pelos pequenos lavradores para reduzirem a farinha'

"O termo, se é peregrino, deve ligar-se ao sânscrito *musala*, por via dos prácritos modernos (marata, guizarate, concani, etc.) musăl, 'pilão de descascar e limpar o arroz, feito de madeira pesada, tendo metro e meio de comprido e cinco centímetros de diâmetro; um dos três cilindros verticais do engenho de açúcar'.

"A equação fonética não oferece muita dificuldade, atento o sistema de transcrição dos nossos escritores antigos.

"*O* por *u* átono é muito comum: *muçopo* = árabe *mushop*, 'al corão'; *modeliar* = tamul *mudalyar*, 'capitão'; *poleá* = *malaiálim* (língua do Malabar) *pulayan*, 'casta ínfima e impura'.

"A nasalização medial é muito frequente: *bonzo* = japonês *bozes*; *biombo* = japonês *bióbu*; *monção* (ant.) = malaio *músong*, 'almogávar de Malaca'.

"O *s* sibilante dental podia facilmente corromper-se em *j* palatal no Brasil.

"*O* por *a* representa melhor o som da primeira letra do concani: *molloi* = concani *măloy*, 'arrozal situado no alto'; *mondolim* = concani *mandoli*, 'moléstia endêmica dos coqueiros'.

"O *o* final representa o ă mudo originário.

"Não possuo nenhum documento histórico da adoção do termo em português e da sua transmissão ao Brasil.

"Longe de Lisboa, não posso verificar, como suspeito, se o termo entrou, como tantos outros, no dialeto português do Macau, donde poderia ser levado para o Brasil juntamente com a máquina, ou com o seu conceito. Balas, 9 de agosto de 1921. – **Rodolfo Dalgado**." – (G.).

IV
(Pág. 306)

Frei Gaspar da Madre de Deus, que deve ser sempre lido com cautela, diz o seguinte nos §§ 104 e 105 da primeira parte das *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, Lisboa, 1792, reimpressas no Rio em 1847 [e São Paulo-Rio, 1920, com o estudo biográfico do autor e notas de Afonso d'E. Taunay, editores Weiszflog Irmãos]:

"Consta por duas escrituras lavradas em Lisboa, registradas no cartório da Fazenda Real de São Paulo, que Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa celebraram contrato de sociedade com João Veniste, Francisco Lobo e o piloto-mor Vicente Gonçalves, para o efeito de se levantarem dois engenhos nas capitanias destes donatários, obrigando-se eles a darem as terras para isso necessárias nas capitanias respectivas; de sorte que no engenho construído na capitania de Martim Afonso, teria ele a quarta parte e uma cada um dos três sócios João Veniste, Francisco Lobo e o piloto-mor; da mesma forma seriam três partes dos mencionados três sócios, e uma de Pedro Lopes no outro engenho que se erigisse em suas terras. Consta mais expressamente que Martim Afonso satisfez a condição, assinando as terras no engenho de São Jorge, situado na ilha de São Vicente, e consignando mais para refeição do dito engenho as terras que haviam sido de Rui Pinto, as quais ficam no fundo da ilha de Santo Amaro, ao norte do rio da vila de Santos, aquele rio que forma a barra, a barra grande do meio. [...] Foram vários os apelidos do sobredito engenho por terem sido também diversos os seus donos em tempos diferentes: no princípio chamavam-lhe *Engenho do Senhor Governador*, por ser do donatário; ao depois *Engenho dos Armadores*; e ultimamente *São Jorge dos Erasmos*, segundo tenho visto nos livros das vereações de São Vicente. Martim Afonso, Francisco Lobo e o piloto-mor venderam suas partes ao alemão Erasmo Scheter; ultimamente os filhos deste dono compraram também o quinhão de João Veniste, e por isso se ficou chamando o *Engenho São Jorge dos Erasmos*."

Martim Afonso tinha poder de conceder terras às pessoas que no Brasil quisessem viver e povoar, "e às terras que assim der lhes passará suas cartas que dentro

de dois anos da data cada um aproveite a sua, e que se no dito tempo assim não fizer, as poderá dar a outras pessoas que as aproveitem com a dita condição", nos termos da carta régia passada a 22 de novembro de 1530.

Não tendo Rui Pinto cumprido estas condições, Martim Afonso juntamente com a senhora d. Ana Pimentel deram sua sesmaria "a João Veniste, e Erasmos Esquetes e filhos para se refazerem das terras que lhes haviam dado para o engenho, como favor ao contrato da companhia que entre eles e Pero Lopes de Sousa, Vicente Gonçalo e Francisco Lobo fora feito".

Tendo Francisco Pinto e Martim Pereira doado a Nicolau de Azevedo, fidalgo, morador no lugar da Fonte Longa, termo da vila de Anciães, casado com Isabel Pinto, as terras que foram de Rui Pinto, para evitarem dúvidas futuras com ele entraram em trato João Veniste por sua parte e dos ditos senhores Erasmos e filhos. Concordou-se vender por 50$000 os bens móveis e imóveis que lhe tocaram por morte de Rui Pinto, cabendo, porém, a quarta parte do vendido a Pero Roso, "que ora está em São Vicente por feitor". O documento se acha publicado no 1º volume da 1ª edição deste livro, pág. 440.

Pero Roso é o Pedro Rosel de que falam os dois alemães Hans Staden e Ulrich Schmidel, a quem deu passagem para o reino. A família Schetz ainda hoje existe na Bélgica com o título do ducado de Ursel. – (C.). – Sobre os Schetz da capitania de São Vicente, veja-se Alcibíades Furtado, nas *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. **XIV**, 1914. – (G.).

V

(Pág. 309)

Frei Vicente do Salvador, que a respeito do Itamaracá e Pernambuco parece ter compulsado uma crônica antiga, diz que o primeiro locotenente de Pero Lopes foi Francisco Braga, a quem Duarte Coelho por certas questões mandou dar uma cutilada no rosto, obrigando-o a, por isso, retirar-se da capitania, que durante algum tempo ficou quase em abandono.

João Gonçalves, nomeado por d. Isabel de Gamboa já depois da morte do marido, foi aportar a São Domingos; em sua ausência governou Pedro Vogado, comandante de três navios, que mandou para o reino carregados de pau-brasil. Este foi logo substituído por um capitão, "mais para mandar uma barca", que se retirou deixando a terra em termos de se despovoar. O despovoamento não se deu graças a Miguel Álvares de Paiva, em cujo tempo a colônia prosperou. Era este o capitão quando houve a guerra de Igaraçu, isto em 1548, se tal guerra é a narrada por Hans Staden. Hans Staden fala de uma família Braga em Santo Amaro, provavelmente aparentada com o primeiro capitão de Tamaracá. – (C.).

João Gonçalves, criado de Pero Lopes, ainda em vida desse donatário, em 8 de fevereiro de 1538, teve "mercê dos ofícios de feitor e almoxarife da feitoria e almoxarifado da capitania dos *Bytyguares*, que Pero Lopes tem no Brasil". – *Chancelaria de D. João III,* livro 49 fls. 30, v. cit. pelo dr. Jordão de Freitas, *Lusitânia*, vol. **III**, fasc. IX, pág. 324. Devia estar no Brasil, porque lhe era ordenado na carta de mercê que prestasse juramento perante o ouvidor que Pero Lopes tinha na sua capitania primeiro que fosse metido na posse dos ditos ofícios. – (G.).

VI
(Pág. 319)

Que muitos índios de Pernambuco passaram para o norte está fora de dúvida; não parece igualmente certo que Momboré fosse seu chefe, nem isto se deduz de Claude d'Abbeville. No cap. 24 de *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et Terres circonvoisines*, Paris, 1614, Claude d'Abbeville apenas diz que *Momboré Ouassou* tinha mais de 108 anos (*agé de plus de neuf vingts ans*) e reproduz sua narrativa, muito curiosa, das primeiras relações entre tupinambás e perós, fls. 149 e segs. A história da migração encontra-se no cap. 43 nos seguintes termos, fls. 259 e segs. Nela não aparece o nome de Momboré:

"Em primeiro lugar convém saber que os índios de Maragnan afirmam que para o trópico de Capricórnio há um belo país que chamam *Cayeté*, o que quer dizer a grande floresta, porque neste lugar há porção de bosques e plantas cheias de árvores de incrível grossura e admirável altura: é ali que habitavam no passado. E como eram estimados os mais valorosos e os maiores guerreiros de todas as outras nações, traziam o nome de *Topinambá* que têm sempre retido até agora.

"Tendo os portugueses se assenhoreado do dito país de *Cayeté*, queriam do mesmo modo sujeitar todos os habitantes a suas leis, mas os *Topinambás*, que são de natureza livre e não querem ser forçados, preferiram deixar e abandonar seu próprio país a dar-se a eles e ser seus súditos. E de fato a maior parte deles o abandonaram desde então, retirando-se para os ocos do mato e para o mais profundo das brenhas. Mas ainda aí não estando seguros, porque os inimigos os encalçavam de todas as partes e os perseguiam mortalmente, resolveram atravessar e passar os desertos e os campos; e caminharam tanto que por fim chegaram à linha equinocial, onde encontraram o grande Oceano que os impediu de passar adiante, limitando-os à direita, como o grande rio das Amazonas os esbarrava à esquerda, de modo que não podendo passar mais adiante, e não ousando também recuar, nem volver sobre seus passos com receio de seus inimigos, tomaram a resolução de ficar neste país e de habitar (como fizeram) uns ao longo do mar, se chamando por isso *Parananeugouäre*, isto é, os habitantes de *Ibouyäpap*, que se chamaram

Ibouyäpap-eugouäre, isto é, habitantes de *Ibouyäpap*. Alguns se apoderaram da grande ilha do Maranhão, reconhecendo que era um ponto muito forte e um lugar de segurança para eles, que este grande Deus talvez lhes preparara de toda a eternidade, para os conservar da perseguição de seus inimigos e do Diabo e operar por meio deles a salvação desta nação, querendo ser servido, adorado e glorificado entre este povo bárbaro que se devia converter pela pregação do Evangelho antes do fim do mundo. Estes foram chamados *Maragnan-eugouäre*, isto é, habitantes do Maragnan. Outros moravam ao longo do rio *Taboucourou*, os quais se chamavam *Taboucourou-eugouäre*, os habitantes do *Taboucourou*; os outros habitavam ao longo do rio *Miary*, chamados por esta ocasião *Miary-eugouäre*, os habitantes do *Miary*; os outros enfim ficaram em *Comma*, em *Pará de Este*, em *Pará de Oeste*, e em *Cayeté*, que está à beira-mar, dispersando-se assim pelos outros lugares que estão ali, donde tiraram também seus nomes como os precedentes, retendo todos, entretanto, o nome de *Topinambá*, do qual se têm sempre qualificado, assim como são ainda até agora.

"Muitos deles, que ainda são vivos, se lembram e dizem que algum tempo depois de sua vinda a este país, fizeram um vinho ou festim que chamam *caouin*, onde os principais e mais antigos se tendo reunido com a maior parte do povo, sucedeu que estando todos embriagados, uma mulher deu em alguém da companhia, onde se levantou grande distúrbio e motim que causou logo a divisão e separação de todo este povo: pois, uns esposando o partido daquele que fora batido, outros o da mulher, outros fazendo também bando à parte, tanto brigaram entre si que, de grandes amigos e aliados que eram, desde então tamanhos inimigos se tornaram e tanto se dividiram uns de outros que desde então se têm feito sempre guerra, dando-se uns a outros o nome de *Tobaiares*, que quer dizer grandes inimigos, ou para melhor dizer, segundo a etimologia da palavra: Tu és o meu inimigo e eu sou o teu; e, conquanto sejam todos da mesma nação, e se qualifiquem todos *Topinambá*, contudo o Diabo de tal modo os tem animado uns contra os outros, que chegaram até entrecomerem-se..."

Ainda hoje no Pará empregam o sufixo *uara* para designar a procedência: *marajoara, parauara*. – (C.). – Conf. as etimologias supra no *Glossário* a Abbeville, citado. – (G.).

VII

(Pág. 320)

Resumindo a obra de quinze anos, que o autor parece antedatar, assim a 15 de abril de 1549 escrevia Duarte Coelho a d. João III: "entre os moradores e povoadores uns fazem engenhos de açúcar, porque são poderosos para isso, outros canaviais e

outros algodões, e outros mantimentos que é a principal e mais necessária cousa pera a terra, outros usam de pescar, que outrossim é muito necessário pera a terra, outros usam de navios que andam buscando mantimentos, e tratando pela terra conforme ao regimento que tenho posto, outros são mestres de engenho, outros mestres de açúcar, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, oleiros e oficiais de formas e sinos para os açúcares, e outros oficiais que ando trabalhando e gastando o meu por adquirir pera a terra, e os mando buscar a Portugal e a Galliza e às Canarias às minhas custas e alguns que os que vêm a fazer os engenhos trazem e aqui moram e povoam, deles solteiros e deles casados aqui, e deles que cada dia caso e trabalho por casar na terra, porque toda esta ordem e maneira, Senhor, se há de ter para povoar terras novas e tão alongadas do reino, e tão grandes como estas, e de que se espera tanto proveito...” (Fernandes Gama, *Memórias históricas da província de Pernambuco*, **I**, pág. 81). – De Duarte Coelho dizer que “deles que cada dia caso e *trabalho por casar na terra*”, terá o autor razão em concluir que “promoveu por todos os modos este chefe ativo os casamentos dos primeiros colonos com as índias da terra”? – (C.).

VIII
(Pág. 325)

A *Relação* da viagem às Molucas, do capitão Andrés de Urdaneta, in *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias*, **5**, pág. 27 *et passim*, refere-se a d. Jorge de Meneses, que ali aportou em maio de 1527, com dois navios, e vinha por capitão da fortaleza; logo que chegou, entrou a fazer requerimentos para que os espanhóis abandonassem as ilhas de Maluco e Banda, que estavam na demarcação do rei de Portugal. Do rol das acusações de Urdaneta a d. Jorge de Meneses consta que ele acometeu os reis de Tibore e Gilolo para que matassem os espanhóis à traição, prometendo-lhes grandes dádivas; que determinou de matá-los envenenados, lançando peçonha em poço de água de que bebiam, o que foi descoberto por um clérigo dos portugueses, a fim de confessar-se o mandou prender, a ele e a um mancebo que o acompanhava, e os reteve sete meses em dura prisão, soltando-os ao cabo desse tempo em troca de quatro prisioneiros portugueses, no que os espanhóis consentiram, porque não tinham clérigos, e os que morriam iam sem confissão. Por fim, em agosto de 1530, d. Jorge de Meneses, aproveitando-se de um levantamento dos índios da ilha de Ternati contra os portugueses e espanhóis, fez cortar a cabeça ao Quichil de Reves, governador da ilha, o que ocasionou o cerco pelos índios à fortaleza dos portugueses, que não ousavam sair dela um tiro de arcabuz. Pelo mês de outubro veio à fortaleza de Maluco o capitão Gonçalo Pereira, restabeleceu a paz, tomou residência a d. Jorge de Meneses, prendeu-o pela morte do Quichil de Reves e o enviou preso pela Índia a Portugal. – Outras notícias

sobre d. Jorge de Meneses dá frei Luís de Sousa, *Anais de El-rei d. João terceiro*, págs. 224 e 225; 279, 302. – Veja o *Derrotero del viage y navegación dela armada de Loaisa*, na parte relativa aos sucessos acontecidos com os portugueses nas ilhas de Maluco, escrita pelo capitão Hernando de la Torre. Navarrete, *Colección de los viages y descubrimientos*, V, págs. 284-313; veja também as *Cartas de Hernando de la Torre al Rey de Portugal, al Emperador, y á otros señores, sobre alguns sucesos del Maluco hasta el mês de marzo de 1532*, ibidem, págs. 334-340; a *Carta de Pedro de Montemayor escrita desde Coxim al Rey de Portugal*, sobre os mesmos sucessos, ibidem, págs. 340-353; e ainda outros documentos, ibidem, págs. 353-439. – (G.).

IX

(Pág. 326)

"Vasco Fernandes Coutinho – escreve d. Duarte da Costa, da Bahia, em 20 de maio de 1555 – chegou aqui velho e pobre e cansado, bem injuriado do Bispo [Sardinha] por que em Pernambuco lhe tolheu cadeira d'espaldas na igreja e apregoar por excommungado, de mistura com homens baixos, por beber fumo, segundo mo elle disse; e eu o agasalhei em minha casa, e com minha fazenda lhe socorri a sua pobreza, pera se poder ir pera o Espirito Santo, e o Bispo o agasalhou com dizer no púlpito cousas dele tão descortezes, estando ele presente, que o puzeram em condição de se perder, do que eu o desviei e hei vergonha de declarar o que lhe disse, e por lhe defender a ele o fumo, sem o qual não tem vida, segundo ele diz, o defendeu nesta cidade com excomunhões e grandes penas, dizendo que era rito gentílico, sendo uma mezinha que nesta terra sarava os homens e as alimárias de muitas doenças, o que parece que não devia de defender. E por se achar que um pobre homem o bebia, o mandou nu da cinta para cima na Sé, um domingo à missa, com os fumos ao pescoço, e condenou a outro na mesma pena, o qual de vergonha de a cumprir fugiu para os gentios utiapara, e o mataram lá, e o Bispo foi causa desta morte e da guerra que pode suceder do troco que hei de tomar, como tiver tempo e certa informação da maneira de sua morte." – *Revista do Instituto Histórico*, **49**, parte 1ª (1886), págs. 574-575. – Onde teria visto o autor que Vasco Fernandes Coutinho se entregava a bebidas espirituosas? – (C.). – Alberto Rangel, em seu livro *Quando o Brasil amanhecia*, 29-40, Lisboa, 1919, aproveitou-se desse assunto para uma interessante fantasia histórica – *O vício de Fernandes Coutinho*, em que figura o bispo a fumar às escondidas. – (G.).

X
(Pág. 331)

Pero do Campo Tourinho ainda vivia, provavelmente, em Portugal, quando, a 19 de novembro de 1554, com sua mulher d. Inês Fernandes Pinta, renunciou a favor de seu filho Fernando, mandado logo meter de posse da capitania, e a quem, por falecer sem herdeiros, substituiu sua irmã Leonor, confirmada a 30 de maio de 1556.

Escrevendo da Bahia, em 17 de março de 1552, o jesuíta Vicente Rodrigues fala de um homem, "o qual está casado com uma das filhas de um capitão de Porto Seguro com a qual não teve cópula, porque assi ele como ela são umas benditas almas dadas muito à oração".

É duvidoso se isto se refere a Leonor do Campo, que já era viúva a 16 de julho de 1559, e por conseguinte, ao contrário do que afirma Gabriel Soares, *Tratado descritivo*, pág. 64, casou pelo menos uma vez. Sobre os primeiros donatários dessa capitania, pode-se consultar o impresso, sem data e sem lugar de impressão, de que dá notícia o *Catálogo da Exposição da História do Brasil*, nº 5.668: "Doação da capitania de Porto Seguro a favor de Pero do Campo Tourinho", etc. – (C.).

Um neto de Pero do Campo Tourinho, do mesmo nome, condiscípulo de frei Vicente do Salvador no estudo das artes e teologia, e depois deão da Sé da Bahia, *História do Brasil*, pág. 98, ed. de 1918, denunciado perante a mesa do Santo Ofício na Bahia, a 26 de agosto de 1591, *Primeira visitação*, II, pág. 470, disse ser filho de Gaspar Barbosa e de Branca de Andrade, que nada tinha com Inês Pinta. Manteria Tourinho, pergunta Capistrano de Abreu, *Primeira visitação*, cit., pág. 14, ao lado da família legítima, que se extinguiu, outra bastarda, que se perpetuou?

Pero do Campo fora denunciado à Inquisição de Lisboa, em 13 de setembro de 1543, por João Barbosa Pais, porque se dizia papa e rei e fazia trabalhar aos domingos. Em Porto Seguro, a 24 de novembro de 1546, foi preso, logo submetido a longo processo e afinal remetido acorrentado ao tribunal da Inquisição de Lisboa, por crime de heresia e blasfêmia. Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a frei Vicente do Salvador, pág. 8. Perante a mesa do Santo Ofício na Bahia, a 16 de agosto de 1591, Gaspar Dias Barbosa denunciou que "averá quarenta e quatro annos pouco mais ou menos ouvio dizer pubricamente a muitos que na capitania de Porto Seguro, André do Campo e Guaspar Fernandes escrivão e huns frades da Ordem de São Francisco e outras pessoas que lhe não lembrão ordenarão autos, tirárão testemunhas e prenderão a Pero do Campo capitão e governador da dita capitania, pai do dito André do Campo e o inviarão preso ao Reino por carta da Sancta Inquisiçam, dizendo que era hereje e despois ouvio dizer que fora aquillo inventado para o ditto André do Campo ficar em lugar de seu pai como ficou...". – *Primeira visitação*, cit., pág. 340.

Do tardo e desordenado processo a que foi submetido foram divulgadas algumas peças por Capistrano de Abreu, revista *Ciência e Letras*, nº **6**, 55-57, Rio, 1917, e por Borges de Barros, *Anais do Arquivo Público da Bahia*, 191. Na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, 271-283, encontra-se a inquirição que o vigário de Porto Seguro, juntamente com o padre Manuel Colaço e o juiz ordinário Pero Anes Vicente, tirou sobre as heresias e blasfêmias do donatário. Ainda em 1550 respondia ele, em Lisboa, a interrogatório. Os dizeres da denunciação de Gaspar Dias Barbosa não se ajustam em tudo aos dos excertos publicados. Do que se conhece desse processo uma cousa ressalta ao primeiro exame: é que Pero do Campo era homem de língua solta e de mordacidade exagerada. – (G.).

XI
(Pág. 334)

Carta de Pero Borges a d. João III, datada do primeiro ano do governo de Tomé de Sousa, de 7 de fevereiro de 1550 (Torre do Tombo, *Corpo cronológico*, **I**, 67, 8. – Publicada por Pedro de Azevedo, na *Revista de História*, **4º** vol., págs. 71-73, Lisboa, 1915):

"Senhor – Quando aguora vim com Pero de Góis por mandado do governador ao socorro dos ylheos como por outra escrevi a V. A. em quatro [dias] se ffizerão as paazes he me vagava tempo entendi em alguas cousas da Justiça e achei tantas cousas de que lançar mãoo que bem parecia terra desemparada da vossa Justiça.

"Estaa ay na dita capitanya dos Ilheos hum capitão por Jorge de Figueiredo que tão bem serve de ouvidor a que chamão Francisco Romeiro que jaa aly esteve outra vez com ho mesmo careguo e foi preso no Limoeiro muitos dias por culpas que cometeo no mesmo officio, ho quall hé bôo homem mas nom para ter mando de Justiça porque hé ignorante e muito pobre, o que muitas vezes ffaz fazer aos homens o que nom devem. Hee pera cousas de gerra homem acordado e experimentado e de bôo conselho segundo me dizem. E porem achei lhe cousas mal feitas ymiguo com alguas pesoas principaes da terra e nas cousas da Justiça mal atentado e sendo jaa outra vez ouvidor como dise serve sem provisão de V. A. com outras cousas de que fuy enformado que são de mais qualidades das quaes nom devasey por que elle ade dar residentia acabados tres annos e antonce se faz e mais porque eu nom fazia coreição que haa ey de ffazer quando vere deus querendo de São Vicente.

"Parece me que devia V. A. mandar Jorge de Figueiredo e aos outros capitães que ao menos pusem ouvidores homens entendidos porque nom fallo na alçada que dantes tinhão que era cousa despanto, mas pera ha alçada que agora lhes fiqua de vinte mil reais hé muito necessario por que a vossa casa do civel tem pouquo mais he estão nella homens muito bõos letrados he experimentados e são sempre em

hua sentença ao menos dous e aqui hum homem que nom sabe ler nem escrever da muitas sentenças sem ordem nem justiça e se se executão tem nas execuções muito moores desordes, de maneira que mais tenho que fazer em ordenar os processos e em o que fazem nos inventarios e nas comarcas do que tenho que ffazer em despachar as causas e negocios principaes e já sendo ouvidores entendidos sera a cousa posta per seu caminho e nom avera processos infinitos e negocios e ao menos pera os Ilheos hé necessario ouvidor e se quando ffizer correição lhe acha taes cousas por onde deva ser sospenso, proveraa emtanto de capitão e ouvidor o governador.

"Aqui por estas capitanias avia quatro homens e todos eram officiaes por que os capitães ffazião trimta tabeliães e trimta enqueredores e Juiz dos órfãos e escrivão dos órfãos de maneira que nom ay homens pera serem Juizes ordinarios nem vereadores e nestes hofficios metião degradados por culpas de muita infâmia e desorelhados e ffazião outras cousas muito fora de voso serviço e de rezão. Eu não consento agora que nenhũ degradado sirva nenhũ officio e mando que nom ajaa Juiz dos órfãos nem escrivães por que nenhũa destas capitanias de iiijc [400] vezinhos como dia a ordenação que ha de ser a villa em que ouver de aver Juiz dos órfãos.

"Soo nesta villa que nem tem cem vezinhos avia quatro tabeliães dous enqueredores escrivão dos órfãos e outros officiaes e nom haa homens pera os officios do concelho por que nom haa senão hum Juiz ordinario e dous vereadores e hum procurador e tesoureiro do concelho, o quall Juiz com o ouvidor que conhece de auções novas basta ate aver mais gente e asy o hei de ffazer por estoutras capitanias porque crea V. A. que muito officiaes causão muitas demandas, fallo como experimentado, porque estando por Vosso Corregedor no Reyno do Algarve esteve a villa de Loulé perto de quatro meses sem nenhũa Justiça de nenhua calidade porque falecera o Iffante Dom Fernando vosso irmão que deus tem eu quando por mandado de V. A. ffui tomar posse da dita villa nom avia acontecido naquelle tempo dos quatro em que esteve agua a villa cousa de que se devesse tirar devassa nem tomar querela e loguo como ay ffui com a coreição ouve negocios que devão que ffazer a cinquo escrivães que andavão na coreição e a mais se mais forão.

"Eu aqui nesta capitania e na dos Ilheos pasey oor algũas cousas do tempo passado por me dizer o governador que asy o avia V. A. por bem e porem per os que trouxerão muitos homẽs he molheres em um navio do reyno averá seis ou sete annos e meninos he os lançarão em terra nos pituguares e os comerão todos os gentios he elles vierão vender as roupas e fazendas destes haa Baia, nom pude desimular, porque ffoy hum grande caso e deshumano tenho preso o mestre e senhorio do navio que hé natural do Algarve e hum marinheiro os quaes prendi com grande trabalio nos Ilheos em serras e brenhas de noyte onde o fingio que trazia hũ alvara de V. A. pera prender a Francisco Pereira jaa defundo e o ffez prender de ffeito e porque era cleriguo e este casso que nom tinha jaa parte ho nom prendi e porem se V. A. mandar fallo ey, porque elle nom vive bem.

“Nem pude desimular com os tabaliães dos Ilheos e algũs daqui do Porto Seguro porque os achey servir delles sem cartas dos officios senão com huns alvaraes dos capitães, nenhũs tinhão livros de querellas antes algũs as tomavão em folhas de papel. Nenhũu tinha regimento, levavão o que querião as partes, como nom tinhão por onde se regerem, algũs servirão sem juramento, e porque isto hé hũa publica ladroice e grande malicia porque cuidavão que lhe nom avião de tomar numqua conta viuião sem ley nem conhecião superior, procedo contra elles porque me pareceo pecado no spirito santo passar por isto.

“Ha nesta terra muitos homẽs casados laa no Reyno os quaes ha muitos dias que andão qua e nom grãojeão muitos deles ou os mais fazendas, senão estão amancebados com um par ao menos cada de gentias, fazem pior vida que os mesmos gentios, a estes he bem por serviço de nosso senhor e por na terra que se agora começa a povoar nom aver tanto genero de pecados publicos que os manda hir pera suas molheres, nom sendo elles degradados, ou que mandam elles por ellas. V. A. mande prover.

“A causa que principalmente ffazia a estes gentios ffazer guerra aos christãos era o salto que os navios que por esta costa andavão ffazião nelles. E neste negocio se ffazião cousas tão desordenadas, que o menos era salteallos porque ouve homem, que hum indio principal livrou de mãos de outro mal ffirido he mal tratado e o teve em sua casa e o curou e o tornou a poer são das fferidas em salvo. Este homem tornou aly com hum navio e mandou dizer ao indio principal que o tivea em sua casa que o fosse ver ao navio, cuidando o jentio que vinha elle agradecer lhe o bem que lhe tinha feito, como o teve no navio o cativou com outros que com elle forão e o ffoi vender por essas capitanias. E porem este homem nom fiquou sem castigo porque naquelle mesmo porto onde elle tomou esse jentio que tão bôoas obras lhe fez, vindo aly outra vez saltear, se perdeo o navio he elle comerão no os peixes, e os gentios comerão os peixes que a este homem comerão, ffoi juizo devino que nem engana nem recebe engano. Agora que a requerimento destes padres apostolos que qua andão homẽs a quem nom falece nenhũa virtude eu mando poer em sua liberdade os gentios que forão salteados e nom tomados em guerra. Estão os gentios contentes e parece que vay a cousa de verdade, e mais porque vêm que se ffaz justiça e a ffazem a elles quando alguns christãos os agravou e parece-me que será causa de nom aver ay guerra.

“No meu Regimento se contem que nos casos crimes conheça por aução noua he que tenha alçada até morte natural exclusive em scravos gentios he piões christãos homens livres, e que naquelles casos em que per direito ou vosas ordenações aas pessoas das ditas qalidades he posta pena de morte natural inclusive que eu proceda nos taes feitos até final e os despache com ho governador sem apellação, sendo ambos conformes e sendo diferentes que ponha cada hum seu parecer e mande os autos ao corregedor da corte com ho tall preso e que nas pesoas de mais calidade dos acima ditos tenha alçada em cinquo annos de degredo.

“Diz outro capítulo do dito regimento que estê sempre na capitania onde estiver governador salvo quando for necessario hir fora he me elle ordenar.

“Aconteceo vir a esta capitania por mandado do governador como escrevo a V. A. e vou por estoutras, achey aqui hum homem pião que matou outro he necessario que pera o julgar e sse retornar a Baya onde fiqua o governador he isto será em Junho ou Julho por razão da monção e que seria mais çedo virá caso que nom yrá desta capitania nem destoutras aa Baia navio daqui a hum anno porque asi hé que de Pernãobuquo nem do Espirito Santo nem de São Vicente nom ffoi ainda navio a Baia despois da vinda do governador e daqui hũa so vez, de maneira que estará este preso aguardando na cadea e será primeiro comido dos bichos que despachados, a mym parecia me que pois V. A. dava a hum capitão alçada toda nos crimes dos ffeitos dos piões, e nas outras pesoas dez annos, e a seus ouvidores homens simpleses e ignorantes que nem sabião nem sabem ler nem escrever, que com mais Razão ha havia de dar aos letrados he homes experimentados, e que sua honra e deradeiro fim he servivos, ou mandar que estas appellaçoens vão ao Reyno mais asinha navios e destas terras pera laa vão, virão mais asinha os despachos. E mais acontecem mil casos que nom estão determinados pelas ordenações e fiquão em alvidro dos julgados e se nestes se ouver de apelar nom se pode ffazer Justiça e são as vezes huns casos tão leves que hé crueza appellar nelles he estarem os homens em terra tão pobre esperando por suas appellações, mande V. A. ver isto e mande prover se ffôr seu serviço.

“Aqui nesta capitania de Porto Seguro querelou o meirinho da coreição dalguns homens que tinhão e tem suas molheres no reyno e nas ilhas haa annos, he estão abarregados publicamente com gentias da terra christãas e outros com suas proprias escravas tambem gentias de que tem ffilhos, procedo contra elles e condenei os na pena da ordenação e mudei lhe o degredo que tinhão dAfriqua pera qua pera as capitanias como jaa escrevi a V. A. que parecia bem ao governador he a mim por muitos respeitos que na carta ou cartas vãoo, e sem embarguo da ordenação dizer que estes baregeiros nem seião soltos sem especial mandado de V. A. eu e os mãdey soltar pera yrem comprir seus degredos porque a dita ordenação nom se deve de entender em lugares tão alongados donde V. A. estaa he lugares onde estão de continuo como em guerra em que nenhũa cousa aproveitão os homens presos, senão que elles nom servem e ocupão quem os guarda, se V. A. nom ouver por bem o que neste caso ffaço em mandar soltar os baregeiros casados despois de pagarem suas penas pera yrem servir seus degredos, tornallos ey há cadea e esperarão por recado de V. A., estaa terra senhor pera se conservar e hir avante haa mester nom se guardarem em algũas cousas has ordenações, que fforão ffeitas nom avendo respeito aos moradores delas. De Porto Seguro a bij [7] de fevereiro de 1550.

“*Sobrescripto*: A el rey noso senhor do ouvidor geral do Brasil.” – (G.).

Seção XII

Capitanias cuja primitiva colonização se malogrou.

Capitanias setentrionais. Associação trina. Naufrágio de Aires da Cunha. Nazaré na ilha da Trindade. Maranhão. Sua descrição. Sorte dos colonos. Orellana no Amazonas. Diego Nuñes e João de Sande. Perós do Maranhão. Castelhano, botocudo. Capitania de Cardoso de Barros. Ruínas de pedra e cal no porto de Camucim. Capitania de Góis. Ida a Portugal. Contratos. Perdas. Derrota. Evacuação da capitania. Francisco Pereira na Bahia. Estabelecimento. Vícios. Vila da Vitória. Sesmarias. Texto de uma a Diogo Álvares (Caramuru). Insubordinação. Perplexidade do donatário. Seu apuro e prisão. Sua morte. Ilha de Fernão de Noronha. Sua descrição e donataria.

A partição das terras da costa setentrional não entrara a princípio nos intentos do soberano, pois que na carta a Martim Afonso, que em outro lugar fica transcrita, apenas se consigna a extensão desde Pernambuco para o sul. Naturalmente só se tratou do resto do litoral até o Amazonas ao regressar à corte Diogo Leite, que, segundo vimos, fora a explorar por esse lado em 1531. Provavelmente eram insuficientes os exames por aí feitos antes[1].

---

1 De fato, lê-se no mapa de Diogo Ribeiro que, "nesta costa, desde o rio Doce [Amazonas] até o cabo de São Roque, não se achou cousa de proveito, e depois de visitada uma ou duas vezes, logo que foi descoberta, não se voltou mais a ela". – (C.).

Como Fernando Álvares e João de Barros se não atrevessem a deixar a corte, onde, segundo dissemos, exerciam cargos importantes, se associaram ao capitão do mar, e também donatário, Aires da Cunha, para que, com uma frota armada à custa desta associação trina, fosse tomar das terras dos três e dar princípio a seu aproveitamento. Por sua parte Barros mandava, para o representar, dois filhos, e Fernando Álvares um delegado de confiança.

Aviou-se em Lisboa a frota, que veio a constar de nada menos do que dez (I) navios, conduzindo novecentos homens, dos quais mais de cem[2] de cavalo. Tanto ruído faziam os preparativos, que o embaixador espanhol Sarmiento chegou a acreditar que a expedição era mandada pelo governo contra os recentes estabelecimentos castelhanos no rio da Prata, duvidando até da palavra do monarca português – o piedoso João III, que lhe assegurara o contrário.

Sarmiento, na carta à sua corte, pondera como os navios (nenhum dos quais havia ainda regressado) anteriormente partidos para o Brasil, por conta de outros donatários, não haviam levado, como estes, preparativos para a guerra, mas simplesmente gente para povoar, e o necessário à vida habitual e pacífica. E além disso participava como se dizia que os desta expedição, ao desembarcarem, se embrenhariam pela terra dentro até dar com o Peru.

Este último boato devia, cremos nós, ter todo o fundamento. Já era sabido[3] que as costas da América do Sul contorneavam um

---

2 Galvão diz cento e trinta, e Barros, talvez porque faltaram alguns a embarcar, cento e treze. – (A.).

3 Já pelo mapa de Diogo Ribeiro feito em 1529, em que partindo do istmo de Panamá seguia a contracosta marcada para o sul até a altura de 10°, se podia

grande continente, e nada mais natural do que coligir que, partindo--se do Brasil, sempre para o ocidente, se chegaria aos domínios do Inca do Cuzco, cuja riqueza patenteada de todo pela atroz audácia de Pizarro, poucos anos antes, devia naturalmente excitar a cobiça de muita gente. Para nós é sobretudo grande aumento para crer no boato o terem levado cavalaria, arma esta que valeu mais a Pizarro para vencer que toda a sua audácia; como já noutros tempos tinha valido aos árabes, para o êxito feliz das suas conquistas.

Antes da partida dos navios, alcançaram os três sócios a doação especial[4] do ouro e prata que na terra descobrissem, no que tiveram mais favor que todos os demais donatários. Porém, não só não descobriram minas, apesar de não faltarem elas no Turiaçu, como nem sequer a colonização e cultura da terra foi por diante, como vamos a ver.

A frota zarpou de Lisboa em novembro e dirigiu-se a Pernambuco, onde aportou com felicidade; e para maior fortuna o donatário Duarte Coelho pareceu como tomar empenho pelo bom êxito de uma tão luzida expedição; e desde logo se prestou a dar línguas ou intérpretes e até a pôr à disposição de Aires da Cunha uma fusta de remos, que pudesse ir adiante, sondando, nas paragens menos conhecidas e exploradas.

---

prever o fato de que, seguindo-se do Maranhão para loeste se dava com o Peru. – (A.). – Desde 1526 Santiago de Guevara fora do estreito de Magalhães, costeando o continente, até Tehuantepec, o que deixara provado que o continente não se prolongava tanto para oeste, como se supunha. – (C.).

4 *Chancelaria de d. João III*, liv. **21**, fls. 73-74. – (A.).

Com tão bons auspícios deixou Aires da Cunha o ancoradouro de Pernambuco, seguindo para o norte; e primeiro resolveu desembarcar e estabelecer-se na atual província do Rio Grande do Norte, a qual fora um dos quinhões que coubera em sorte a ele e a João de Barros, cujos filhos iam na armada. O próprio rio Grande, chamado depois pelos índios *Putigi*, estava já dentro do dito quinhão, e não sabemos por que foi desdenhado, indo Aires da Cunha, com toda a frota, aportar três léguas mais ao norte, ao rio chamado *Baquipe*, pelos índios, e Pequeno pelos nossos, dito hoje Ceará-Mirim. Aí chegou a desembarcar, com ideia de fundar uma colônia. Encontrou, porém, tão grande oposição de parte dos petiguares, unidos a muitos franceses, que com eles se achavam, que, depois de perder alguma gente, resolveu ir tentar fortuna na terra do seu terceiro sócio, Fernando Álvares de Andrade[5].

Fizeram-se, pois, todos ao mar, tomando também consigo alguns dos náufragos de um galeão de d. Pedro de Mendoza (conhecido por seus feitos no rio da Prata), os quais ainda aí encontraram, havendo outros dos companheiros sido devorados pelos mesmos petiguares.

Montaram, pois, o cabo de São Roque, com propósito de buscarem o porto do Maranhão; porém, por nova desdita, a fusta de remos, que devia conduzi-los, se lhes esgarrou, chegando a andar

---

5 Esta informação deve-se a Gabriel Soares, *Tratato descritivo*, 25, Rio, 1851. Dizendo, porém, que os filhos de João de Barros andaram por esta costa depois de se perderem, parece indicar que a ela vieram depois, não antes do malogro do Maranhão. Segundo novos documentos divulgados por Antônio Baião, os filhos de João de Barros vieram no governo de d. Duarte da Costa. – (C.).

perdida, já sem mantimentos nem água, quando um navio espanhol a encontrou e, tomando a bordo os tripulantes, os levou à ilha de São Domingos.

Este incidente não deixaria de contribuir um tanto para os malogrados sucessos que sobrevieram, em consequência do naufrágio e morte de Aires da Cunha, nas águas do Maranhão. Hoje sabemos que nove dos navios chegaram salvos a essas águas, em março de 1536, e que, em 15 de julho deste ano (II), era já conhecida em Évora essa chegada, sem ser acompanhada de nenhuma notícia contristadora. Provavelmente, só depois de despachado do Maranhão o barco para Portugal, com estas informações, chegaria ali a triste notícia do naufrágio e morte do chefe da expedição; morte que sem dúvida seria para ela um grande golpe e que, em vista dos resultados, lhe veio a ser funesta, talvez porque nenhum dos outros teria igual prestígio para infundir o necessário respeito a tanta gente, ainda mal disciplinada, e para conter pelo temor, suavizado pela caridade, um tão numeroso e tão vário gentio, como o que habitava a grande ilha, em que se encontra o ancoradouro. Nesta ilha procuraram estabelecer-se, formando uma vila a que, segundo em 1536 escreve o dito Sarmiento, embaixador castelhano em Évora, deram o nome de Nazaré, e admitindo para a grande ilha (do Maranhão) o nome da Trindade, que, se acaso já antes lhe havia sido dado[6], agora melhor devia caber-lhe, pela associação dos três donatários.

---

6 No mapa de Diogo Ribeiro de 1529 vem este nome, mas bem podia ter sido acrescentado depois. – (A.).
– O nome Trinidad dado a um rio do Maranhão já se encontra no mapa de Turim de 1513, reproduzido no primeiro atlas do barão do Rio Branco. – (C.).

A quase duas terças partes da distância que vai do cabo de São Roque ao Amazonas, se engolfa a costa bastante para dentro, como se alagassem aí os muitos rios afluentes nesta paragem, que, destinada a ser terra firme, como que se vinga de os rios lho não deixarem ser, apresentando tantos parcéis e tantos escolhos, que pudera dizer-se que o mar aqui não se propôs de ser mar. Desses rios os mais caudalosos, e que rasgam a costa, são o Meari e o Itapicuru, os quais, vindos da banda do sul desde certa distância um tanto paralelamente, depois de encontrarem a água salgada, seguem ainda a par, inclinando-se um pouco para leste e formando as duas chamadas baías de São Marcos, ao poente, e a de São José, ao nascente, menos vasta do que a primeira. Entre estes dois grandes rios e seus portos ou baías, que como dissemos correm a pouca distância e um tanto a par, se destaca naturalmente uma comprida península ou nesga de terra, cujo extremo se esgarça do tronco principal, e por conseguinte do continente, por um canal chamado do Mosquito; deixando formada a dita ilha, cuja figura, mais que uma forma trapezoidal, apresenta, quando vista na planta, a face de um enrugado velho. Desenhai, voltada para o lado esquerdo, a parte dianteira de um respeitável carão, com o lábio superior mui sumido e o inferior grande e caído, boquiaberto, nariz grande e de cavalete, a testa fugindo da planta da ilha, voltada a noroeste; ficando-lhe na boca o porto ou ancoradouro, no lábio superior, junto à venta, a atual povoação – no próprio local em que, depois de muitos exames e observações que pessoalmente[7] fizemos, cremos hoje que foi situada a povoação primitiva.

---

7 Nos dias 5, 10, 11 e 12 de abril de 1861, que estivemos percorrendo o porto, examinando Itaqui, a Guia e seus arredores, e havendo tido que arribar à ilha

A extensão da ilha, de nordeste a sudoeste, é de umas sete léguas, tendo de largura, no meio dela, metade desta dimensão. É geralmente a mesma ilha mais elevada que a terra firme vizinha, à qual parece pertencer. Vestem-na frondosas matas, e regam-na muitas ribeiras. A principal que era a chamada então de Jeviré[8], e hoje se diz também como a ilha, do Maranhão, desemboca na baía de São Marcos, de modo que do lado da barra serve de abrigar o porto a própria terra do continente fronteiro. O litoral da ilha que corre do porto para leste, um tanto convexamente, e quase paralelo ao canal do Mosquito, que contorna a mesma ilha do lado sul, é desabrigado e tem o grande parcel chamado da Coroa Grande, no qual porventura se perdia o dito Aires da Cunha[9].

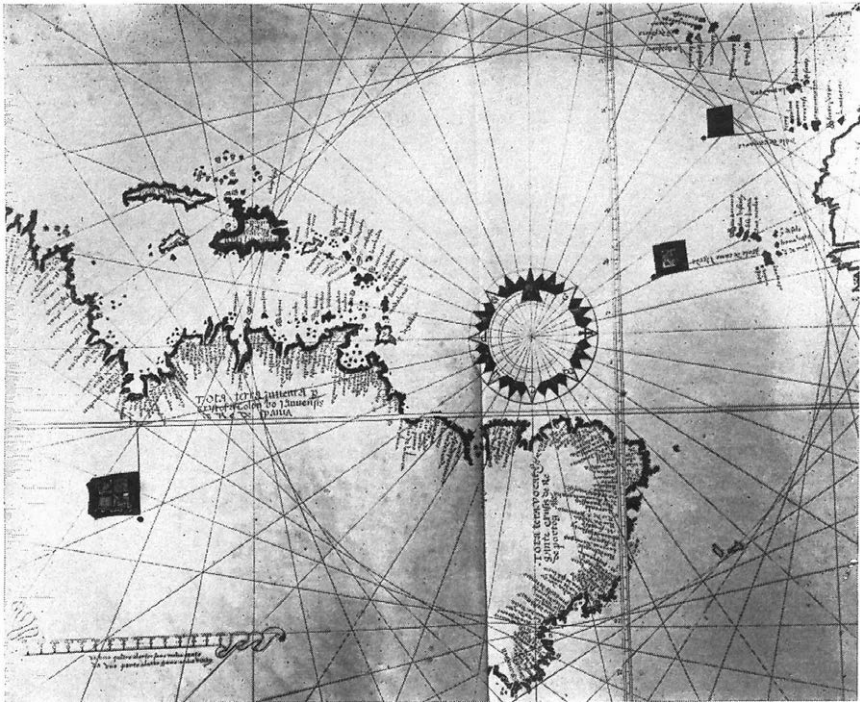
Não possuímos a história da fundação desta primitiva colônia malograda; e isso nos faz lamentar que João de Barros no-la não deixasse escrita, o que teria feito com tanto vigor, como era viva a lembrança que perpetuamente conservou desta, para ele, tão malfadada empresa.

---

do Medo, no frágil bote em que nos achávamos, em virtude de um tremendo temporal, que se levantou. – (A.).

8 Seria mais exato dizer que era chamada Jeviré no tempo em que os franceses ocuparam o Maranhão. – (C.). – Abbeville grafou *Ieuiréé* e Êvreux *Yuiret*; aquele (*Histoire de la Mission*, fls. 184 v.) traduziu a palavra tupi por *fesses esguisées*. Essa significação faz reportar a *ebiré*, de *ebi*, traseiro, as nádegas, e *ré*, diverso, diferente, disfarçado. A rigor seria *tebiré*, porque *ebi*, em composição, vem sempre precedido de *t* genérico ou absoluto, como em *tebirô* "nefandus", *tepitamboca*, hemorroidas, e outras. – Conf. Rodolfo Garcia, *Glossário* anexo à *Histoire de la Mission*, pág. 34, Paris, 1922. – (G.).

9 O sinistro de Aires da Cunha, parece hoje bem provado, não se deu no Boqueirão. Também não acreditamos que fosse nos bancos da Coroa Grande, mas nos recifes e parcéis do litoral dos Lençóis Grandes, deles muito abundantes. – C. M. de Almeida, *Rev. do Inst. Hist.*, **41**, parte 1ª, pág. 118. – (C.).

Última folha do Tratado de Tordesilhas, com as assinaturas de Fernando e Isabel.

Mapa dos limites das terras conquistadas por Portugal e Espanha, conforme o Tratado de Tordesilhas.

Sabemos somente que, a princípio, estiveram de pazes com os índios, que fizeram muitas roças e que mandaram explorar os rios vizinhos[10]. Não tardaram, porém, os mesmos índios, com a sua proverbial volubilidade, a levantar-se, queimando e destruindo as plantações e sementeiras e chegando a pôr em apertado sítio a povoação de Nazaré, a tomar-lhe a água das fontes de beber; de modo que ficaram constrangidos a ir embarcados em busca desta e do necessário alimento, que se reduzia a palmitos, a algum peixe e caça, que conseguiam obter, e a alguns frutos selvagens. Por fim, vendo-se nos últimos apuros, e havendo já perdido muita gente, se resolveram a embarcar e a deixar de todo a terra.

Não sabemos se alguns conseguiram regressar diretamente a Portugal; temos apenas a certeza de que três caravelões, com muitos colonos e uns duzentos índios, foram ter às Antilhas, em agosto de 1538[11], chegando à ilha de Porto Rico dois, com quarenta e cinco dos

---

10 "Aqui [barra do Maranhão] se metem dous rios que vem do sertam, per hum dos quaes entrárão alguns Portuguezes quando foi do descobrimento que forão fazer no anno de 35, e navegarão por elle acima duzentas e cincoenta legoas até que nam poderão ir mais por deante por causa da agoa ser pouca, e o rio se ir estreitando de maneira que nam podião já por elle caber as embarcações. Dos outros nam descobrirão cousa alguma, e assi se nam sabe atégora donde procedem ambos". – Gândavo, *Hist. da prov. Santa Cruz*, cap. II. – (C.). – Pág. 83 da ed. do Rio (1924).

Um manuscrito espanhol, do qual Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* à *História* de frei Vicente do Salvador, págs. 78-79, viu cópia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, reduz as léguas de Gândavo a cento e cinquenta, diz que os portugueses fizeram uma fortaleza na ilha do Maranhão, outra na confluência de dois rios, outra finalmente no último ponto do rio vindo da esquerda que puderam alcançar; este deve ser o Pindaré, mas o autor dá o nome de Maranhão. – (G.).

11 Carta de Porto Rico, de novembro desse ano. – (A.). – Não existe aqui cópia desse documento: talvez possa, quanto a São Domingo, ser suprido pela

mesmos colonos, alguns deles casados, e cento e quarenta índios, entre escravos e livres. O outro caravelão foi aportar na de São Domingos. Os desta última ilha não só lançaram mão dos índios como de todos os bens dos infelizes, os quais, por ordem da metrópole, foram mandados reter por colonos. João de Barros, só à custa de muitos trabalhos e despesas, pôde reaver seus dois filhos. E feliz com eles na pobreza fazia daí em diante protestos de não fundar mais vãs esperanças em vir a ser rico, e assim resignou inteiramente toda ideia de ser senhor donatário no Brasil. "O princípio da milícia desta terra [diz este escritor] ainda que seja o último de nossos trabalhos, na memória eu o tenho mui vivo por quão morto me deixou o grande custo desta armada sem fruto algum." Galvão acrescenta uma circunstância que o cronista da Ásia teve a virtude de calar, e vem a ser que ele, como de "condição larga, pagou por Aires da Cunha e outros que lá faleceram, com piedade da mulher e filhos que lhes ficaram". El-rei d. Sebastião perdoou depois a Barros a dívida de uns 600.000 rs., em que estava alcançado pela artilharia, armas e munições, que lhe haviam sido fornecidas, pelo arsenal régio, para a expedição; e depois de ele falecer (1570) fez mercê à viúva de 500.000 rs. de pensão. E d. Filipe (I de Portugal) concedeu a Jerônimo de Barros, filho de nosso donatário, e talvez como indenização dos direitos que tinha à capitania, uma tença de 100.000 rs., com faculdade para testar dela até a quantia de 30.000 rs. (III)

---

seguinte informação de Oviedo, *Historia general y natural de las Indias*, **II**, 115, ed. 1852: "*Estes portugueses despues, el año que pasó de mil é quinientos e treinta y nueve, dexaron aquellas tierras por temor de los indios, com daño é perdida de sus haciendas, e aun á algunos les costó las vidas; é se fueron com ciertas caravelas, una de las quales vino al puerto desta cibdad de Sancto Domingo com más de ciento e cinquenta personas entre portugueses é indios, muy perdidos y nesçessitados*". – (C.).

Por desdita para o Maranhão, a mencionada perda não seria a única reservada aos navegantes e colonos europeus, antes de chegarem de todo a convencer-se de que essa parte do litoral não se podia afrontar, sem práticos mui conhecedores dela.

Pouco depois chegava ao conhecimento do governo português a notícia da tão arriscada como feliz viagem, desde o Napo até a foz do Amazonas, feita pelo capitão Orellana. Esta viagem patenteava de todo, para nos servirmos da expressão da época, que o Brasil era a continuação do Peru.

Enquanto, pois, em Espanha se preparava Orellana, ou se entretinha com dúvidas em juntar gente para a sua nova expedição (que só veio a poder realizar-se em 1545[12], e com bem má fortuna), como governador e capitão-general e adiantado das terras do Amazonas, a que se propunha denominar Nova Andaluzia, e como tenente de suas fortalezas, com franquias por dez anos de todos os lucros (cédulas de Valladolid, de 27 de fevereiro de 1544), se apresentava em Portugal Diego Nuñes de Quesada, com projetos para uma expedição idêntica, a fim de varar pelo sertão do Amazonas aos lindes dos

---

12 Segundo os trabalhos de Medina podem resumir-se os últimos anos da vida de Orellana do seguinte modo: Separou-se de Gonçalo Pizarro em fins de 1541; desceu pelo Cusango ao Coca e ao Napo; entrou nas águas do Marañón a 13 de fevereiro; a 12 de maio começou a passar as terras de Machifaro; a 3 de junho avistou a barra do Negro, a 10 a do Madeira, a 24 combateu com as amazonas, a 26 de agosto desembocou no mar, a 11 de setembro alcançou a ilha Cubágua, a 22 de novembro chegou a São Domingos. Em meados de maio de 1543 devia estar em Valladolid, na corte; a 13 de fevereiro de 1544 obteve a capitulação com as graças e mercês que pedia para a conquista da Nova Andaluzia; a 11 de maio de 45 largou de San Lucar para o Novo Mundo; a 20 de dezembro novamente avistou o rio-mar. Faleceu em 1546, nas proximidades do mês de novembro. – (C.).

Andes. Este Diego Nuñes estivera muitos anos no Peru e trouxera de lá grandes cabedais[13]. Associou-se, pois, ao capitão português João de Sande, e parece que os dois chegaram a ordenar quatro navios com ajuda do governo (carta de Sevilha, de 3 de outubro de 1544). Pelos apontamentos que nos deixou Nuñes (*Rev. do Inst.*, **2**, 365-369), vê-se que ele tinha cabal conhecimento do alto Amazonas e da terra do Machifaro, de que também deram razão Orellana e Orsúa.

Nenhumas notícias nos ficaram desta expedição, que ou não se chegou a realizar, ou porventura ainda devia malograr-se como as outras (IV).

Tampouco temos até agora podido encontrar um documento histórico que nos dê informações suficientes e exatas acerca de um primeiro colono europeu, outro Ramalho ou Caramuru, que, segundo a tradição no Maranhão, ficou entre os índios e veio a organizar uma grande tribo, conhecida pelo apelido de perós, nome com que, talvez por outro motivo, segundo dissemos, ao depois os bárbaros designavam aos portugueses[14]. Assim não podemos aventurar se fora este mesmo ou outro indivíduo o castelhano do Rio Grande do Norte, que, segundo um antigo escritor (G. Soares, pág. 25), se fez botocudo; e depois de efetuar uma visita à França, em um navio desta nação, voltou para o sertão e aí se asselvajou outra vez. De um Pero

---

13 Carta do dominicano fr. Pablo de Torres, de Sevilha, 20 de novembro de 1544, publicada pelo autor (na 1ª edição desta *História*, tomo I), devendo ler-se "Évora" nas linhas 6 e 7 da pág. 457, onde se diz – "em Vª" – "en otra". – (A.).

14 Esta notícia, segundo parece, foi primeiramente publicada por Simão Estácio da Silveira, na *Relação sumária das cousas do Maranhão*, Lisboa, 1624. Conf. fr. Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil*, liv. 2º, cap. 13 (pág. 130, ed. de 1918). – A *Relação sumária* lê-se em C. Mendes de Almeida, *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*, t. II. – (C.).

Galego, mui metido com os índios, e que foi causa de um alboroto destes, contra alguns colonos portugueses, estabelecido já por esta banda, antes de 1514, encontramos menção (carta de Estêvão Fróis).

De Antônio Cardoso de Barros, a quem coubera parte da atual província do Ceará, nenhuma notícia escrita nos ficou do que chegaria a empreender, para colonizar e aproveitar a capitania que requerera. Temos, porém, por mais que provável, segundo dissemos, que resultado de seus esforços seriam as ruínas de pedra e cal que, logo à entrada do porto de Camucim, se viam ainda em 1614[15], e que, como indenização desses esforços perdidos, é que veio a acompanhar depois a Tomé de Sousa, juntamente com Pero de Góis, outro donatário malogrado[16].

Pareceu esquecido até agora o fidalgo donatário de Campos, o nobre amigo de Martim Afonso, e ora senhor quase feudal seu limítrofe, não pela escassez das suas trinta léguas, que não são elas

15 Diogo de Campos Moreno, *Jornada do Maranhão, feita por Jerônimo de Albuquerque, em 1614*, na *Col. de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*, t. **I**, nº IV, pág. 28. – (A.). – A *Jornada* está reproduzida por C. Mendes de Almeida, *Memórias* cits., t. **II**. – (C.).

16 Ainda não foi publicada a carta de doação de Antônio Cardoso de Barros nem o foral. No livro 1º de provisões reais da Bahia, de que a Biblioteca Nacional guarda cópia, sob a rubrica *Título dos Registos das Provisoens que se passão de serviço a El-Rey Nosso Senhor, que tocam a fazenda de Sua Alteza*, lê-se a fls. 380 v.:

"A vinte e um de Junho do dito ano [1549] passou o provedor-mor [Antônio Cardoso de Barros] o traslado de um foral de sua capitania que tem nestas partes, porque manda a Rodrigo Argolo Provedor desta Capitania da Cidade do Salvador para pôr em arrecadação todolos direitos o pensões que pertenção ao Capitão para el-rei Nosso Senhor; e bem assi tudo o que pertence ao dito Senhor por bem do dito Foral e que se registassem no Livro do Registo dos Foraes da Alfandega." – (C.).

tão insignificantes quando há príncipes soberanos que regem Estados muito menores, mas sim porque efetivamente a doação delas só se realizou posteriormente às outras[17]. Sabemos como tinha ficado por ordem de Martim Afonso em São Vicente, e naturalmente não lhe havia sido possível fazer antes valer seus direitos, apresentando para isso o alvará de lembrança que da mercê lhe fora passado anteriormente.

Depois de atrair a si o seu irmão Luís de Góis, e alguns outros parentes e mais colonos, foi tomar posse das suas terras e assentar nelas alguns ranchos e tujupares, a que deu o nome de *Vila da Rainha*. Tratou então de fixar com Vasco Fernandes a demarcação, que não estava bem deslindada nos respectivos títulos. O rio Itapemirim[18] foi por mútua convenção escolhido para servir de barreira às pretensões futuras de seus descendentes. Cremos que já estaria estabelecido na capitania, ou que iria a partir para ela, no meado de 1536, em que se efetuava em um Antônio Teixeira[19] a nomeação de feitor e almoxarife régio na mesma.

O ativo Pero de Góis, vendo-se de posse das fecundíssimas liziras do Paraíba[20], cuidou desde logo de introduzir de São Vicente

---

17 Liv. **21**, fl. 65, e liv. **22**, fl. 141, da *Chancelaria de d. João III*. – (A.).

18 "que tem na boca à entrada algumas ilhetas de pedras, e de baixamar descobre outra", acrescenta, como explicação à confirmação régia de 12 de março de 1543 (liv. **6** da *Chancelaria de d. João III*, fls. 51 v.). – (A.). – *Rev. do Inst. Hist.*, **24**. – (C.).

19 Liv. **21**, fl. 139, da *Chancelaria de d. João III*. – (A.).

20 Não no Paraíba, mas a poucas braças ao sul da barra do rio Manajé, chamado depois Camaquana e atualmente Itabapoana. – Conf. Alberto Lamego, *A terra goitacá,* **I**, pág. 23, Bruxeles, s/d. – (G.).

alguma planta de cana, e começou a cultivá-la, ainda antes de ter pensado no modo como conseguiria os meios para fazer um engenho. Convencido de que nada podia empreender faltando-lhe os capitais, resolveu passar ao reino, e assim o executou (carta de Duarte Coelho, de 27 de abril de 1542), deixando em seu lugar por chefe a um Jorge Martins.

Em Portugal acertou de associar-se com alguns tratadores, aos quais concedia mais vantagens em todo sentido, entrando no número a melhor qualidade de terra, que as que se proporcionavam em São Vicente. Conseguiu principalmente entender-se com um mercador de ferragens, que lhe devia fornecer os gêneros e artigos de resgate, para pagar as roças que fizesse o gentio e mandar-lhe novos operários e colonos.

Ufano do bom êxito desta ida ao reino, entrava de novo o donatário pela barra do seu rio da Paraíba do Sul, quando logo soube quanto havia sido desastrosa a curta ausência que de sua propriedade fizera o que para vê-la tem cem olhos, como diz a fábula antiga.

Tudo se desbaratara: os colonos tinham pela maior parte desertado, e à frente deles o administrador (V). Pero de Góis sofreu muito desgosto; mas de grandes ânimos e afeito aos trabalhos, não se descoroçoou; angariou de novo o gentio e empreendeu outras plantações. Foi em pessoa ao Espírito Santo e trouxe daí um oficial de engenhos, com o qual começou a correr suas terras, e, além de duas engenhocas de cavalos, que fez perto da costa, se deliberou a construir, na distância de dez léguas pelo rio acima, onde havia bastante ferida de água, um grande engenho; e daí a pouco escrevia a seu sócio que esperava dentro de um ano mandar-lhe duas

mil arrobas de açúcar. Instava, entretanto, por mais trabalhadores e pedia sessenta escravos de Guiné[21].

Porém, novos trabalhos o esperavam. O insulto e traição feitos por um pirata da costa, Henrique Luís, ao chefe do gentio do distrito, entregue pelo mesmo pirata aos seus maiores inimigos, valeram de toque de rebate: e os engenhos e povoações foram assaltados, os canaviais incendiados, e tudo destruído. Pero de Góis ainda juntou os seus e ofereceu resistência; mas teve de ceder com a perda de vinte e cinco mortos, e com o ficar ele ferido e com um olho de menos. Quis fazer pazes; mas os índios lhas quebraram com mil traições. E como diariamente perdia alguns homens, e padecia mais fome, e ninguém o socorria, foi constrangido a deixar a terra, que de todo ficou despovoada de colonos[22].

Passando-se à vizinha capitania do Espírito Santo, e desta recolhendo a Portugal, deixou em poder dos bárbaros alguns edifícios já feitos de pedra e cal; fato que nos pode ministrar clara ideia de como porventura sucederia em outras paragens da América, *v. gr.* no Yucatán e no vale de Mississipi, onde se encontraram mausoléus que eram não obra dos bárbaros que senhoreavam a terra no século XVI, mas sim de outras gentes semicivilizadas, e quem sabe se idas algum dia do Velho Continente e daí expulsas ou exterminadas por esses invasores vindos do norte, cujo número infinito era suficiente

---

21 Carta a Martim Ferreira: original na Bibl. púb. eborense. – (A.). – Impressa por Aug. de Carvalho, *Apontamentos para a hist. da capit. de São Tomé*. – (C.). – Cópia no Inst. Histórico, **Évora**, vol. **19**, pág. 94. – (G.).

22 Estas últimas informações encontram-se na carta de Pero de Góis a d. João III, de 20 de abril de 1546. – Conf. Alberto Lamego, *A terra goitacá*, vol. **I**, pág. 26. – (G.).

para triunfar, ainda de gentes mais fortes e mais civilizadas, quando em menor número.

Parece que a pena se nos resiste a tratar do donatário da Bahia, nem que movida pela dor que nos punge o coração, ao considerar seu triste fim.

Não há dúvida que é matéria de que não nos podemos ocupar, sem que se nos repasse a alma de mágoa, que desejáramos poupar de repetir, se, pela importância do assunto, não fôramos a isso obrigados, pela severa tarefa que nos impusemos, desde que ousamos levantar o pensamento a ser fiel, bem que humilde, historiador da pátria.

Todavia, não é só o sinistro verificado com o primeiro donatário da Bahia que nos levou a deixá-lo para o último lugar. É que ele, já velho e sem energia, não conseguiu, quanto a nós, preparar-se logo. Nem que a sua boa estrela o retivesse, criando-lhe dificuldades, para poupar-lhe os padecimentos e horrenda morte que veio a experimentar.

Sabemos, porém, que já em dezembro de 1536 se achava Francisco Pereira com seus colonos na baía de Todos os Santos, extremo meridional da sua capitania e melhor porto dela (VI). Pouco mais de um ano antes, em agosto de 1535, haviam sido aí encontrados apenas nove colonos europeus pelo espanhol João de Mori, que, com uma de duas naus saídas de San Lucar, naufragara em Boipeba[23]. No número dos nove, se compreendiam naturalmente Diogo Álvares e seus genros Paulo Dias e Afonso Rodrigues, natural este de Óbidos e

23 *Colleción de documentos inéditos del Archivo de Indias*, tomo **5**, pág. 114 e seg., Madri, 1866. – (C.).

casado em 1534 com sua filha Madalena[24]. Este seria provavelmente um dos dois deixados por Martim Afonso, ou dos três que ficaram da nau de Pero Lopes, quando regressava ao reino (VII).

Tais primeiros colonos, meio afeitos já aos hábitos dos bárbaros, enlaçados com suas famílias, *tapejaras* ou vaqueanos de todo o recôncavo, e sem prestígio algum perante eles, foram a pior praga que podia cair sobre a recente colônia, que Francisco Pereira tinha de fundar. A mesma facilidade de trato que, por intermédio desses cristãos gentilizados, tinham os novos colonos para se derramarem pela terra, em virtude da excessiva viabilidade que ela oferecia nas comunicações aquáticas, de umas paragens para outras, não só os pervertia como os expunha a serem inocentemente sacrificados às mãos dos gentios, quando se arredavam um pouco mais. A par desses males resultava outro maior. A colônia se dissolvia; os acostumados a obedecer perdiam o hábito da disciplina; e o chefe começava a não ter força para fazer-se temer e respeitar.

---

24 Esse casamento consta de uma inscrição gravada na igreja da Vitória, Acióli, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, **1**, págs. 102-103, Bahia, 1892 (edição de Hipólito Cassiano de Miranda, que infelizmente não passou do primeiro volume da reimpressão). – (C.). – A indicação de páginas corresponde à pág. 157 da edição de Brás do Amaral, vol. **1**, Bahia, 1919. A inscrição que se lê na capela-mor da igreja matriz da Vitória, segundo Acióli, reza: "Aqui jaz Affonso Rodriguez, natural de Obidos, o primeiro homem que casou nesta egreja, no anno de 1534, com Magdalena Alvares, filha de Diogo Santos Vilhena." *Notícias soteropolitanas e brasílicas* (anotadas e publicadas por Brás do Amaral), Bahia, 1922, vol.**1**, pág. 26, transcreve diferentemente essa inscrição, cujo local, na mesma igreja, não é o que lhe atribui Acióli, assim: "Aqui jaz Affonso Rodrigues, natural de Obitos, o primeiro homem que cazou nesta terra; falleceo na era de 1561."

Paulo Dias casou com Filipa Álvares. – (G.).

Efetuara o donatário seu desembarque e primeiro estabelecimento logo da barra para dentro, à mão direita, na linda paragem que ainda hoje se chama da *Vitória*, pela primeira que aí alcançaram os colonos quando de surpresa os atacaram os bárbaros, e a piedade lhes sugeriu uma capelinha à Rainha dos Céus, invocando-a num feito que julgaram milagroso. Perto dessa povoação em que estava, e que depois se disse *Vila Velha,* deu também, em fins de 1536, sesmarias a Pedro Afonso, bombardeiro, a Sebastião Aranha, a Francisco de Azevedo, a Fernão Dolores, a Paulo Dias, outro genro de Diogo Álvares, e finalmente a este, cujo texto de doação foi o único que (com algumas pequenas faltas) chegou até nós, e aqui o transcrevemos, com a própria redação menos correta, obra de Rodrigo Fernandes, tendo tido por única assinatura o selo do donatário, o que deixa suspeitas de que não saberia escrever. Eis[25] o mencionado documento:

---

25 Suprimos com reticências certas frases, onde supomos ter havido erro de transcrição. Em todo caso, julgamos da maior importância este documento, cujo teor possui o arquivo dos beneditinos da Bahia; porquanto do mesmo teor seriam provavelmente todas as primeiras cartas de sesmaria de Francisco Pereira. – (A.). – Conf. *Brasil-histórico*, 2ª série, **1**, 115, de onde foi transcrito o documento. – Essa carta de sesmaria está impressa paleograficamente in *Livro velho do tombo do mosteiro de São Bento da cidade do Salvador*, págs. 77-79, Bahia, 1945 – mais completa por conter as declarações do escrivão de que foi transcrita do próprio original que "o dito Diogo Aluares me trouxe a mim escriuam pedindo me lha deitase neste liuro dos tombos e notas das datas dadas e sesmarias, qual escriuam dou feé. mim era escrita em purgaminho limpo sem nodoa, nem borradura nem entrelinha que lhe duuiva fizese, a qual carta paresia ser feita pello Rodrigo fernandez que dis faz ela como se nella conttem, e pello eu ver asignado do signal do dito Senhor e sellado do sello grande de Suas armas que perante elle serue lha tresladey muito fielmente e lha deitey neste Liuro digo neste meu Liuro hoje o primeyro de outubro de mil quinhentos e quarenta e quatro annos Nofre [Onofre ou Inofre] Pinheyro escriuam de cargo sobredito pelo dito senhor G.ºr que esto sobsecreue. O

Saibam quantos esta carta de sesmaria virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1536, aos 20 do mês de dezembro de dita era, Francisco Pereira Coutinho, fidalgo da casa d'el-rei nosso senhor, capitão e governador da Bahia de Todos os Santos, faço saber como por esta minha carta dou ora novamente a Diogo Álvares, morador em a dita Bahia, quatrocentas varas de terra de largo e quinhentas de comprido; convém a saber: as quatrocentas de largo se começarão a contar da banda de leste do caminho do concelho, que vai pelas cabeçadas das terras dos moradores desta fortaleza; convém a saber: Fernão Dolores, Pedro Afonso, bombardeiro, e Sebastião Aranha; e dali a leste até o rio dos Seixos, que é o primeiro que está na dita..., o qual rio parte com Paulo Dias da banda leste; e dali, do dito rio dos Seixos, do mar directamente ao nore..., as ditas quinhentas varas de comprido, e vai intestar com o outeiro grande, e torna dali a leste a partir com terra de Francisco de Azevedo, e dali diretamente ao mar contra o sol, outras quinhentas varas. As quais quatrocentas varas de largo se rezam largas por costa, como pelo meio, como por cima: as quais varas acima conteúdas é cada uma de duas varas e meia de medir o costumado, por onde foram medidas; de que está feito assento por padrão.

A qual terra assim lhe dou e outorgo, com todas as entradas e saídas, serventias e fontes e rios, matos, arvoredos de toda

---

qual treslado de Carta de sesmaria eu Diogo Ribeyro escriuam das sesmarias por sua Mag. de nesta Cidade do Saluador e seu termo que este instromento de carta de sesmaria tresladey do proprio Liuro de nota e sesmarias que fica asignado nas costas por o gouernador francisco Pereyra Coutinho e uai na uerdade por mim consertada com o proprio Liuro". E mais a declaração da transferência da sesmaria aos padres de São Bento, o que devia ter-se dado em dias de julho de 1596, segundo ali se diz. – (G.).

> a sorte e maneira, que dentro na dita terra houver, de que se aproveitar possa. E que o dito Diogo Álvares, deste dia para todo sempre, possua a dita terra, tudo inteiramente como cousa própria, e outros quaisquer bens seus em todos seus ascendentes, descendentes que dele succederem, e hajam e gozem livremente, e aproveitem, sem pagar outro nenhum foro nem direito que pagar possam, somente o dízimo a Deus dos frutos e novidades que a dita terra der. E outrossim lhe dou e outorgo, pela mesma maneira, neste dia para sempre, ao dito Diogo Álvares, como herdeiros acima conteúdos, a camboa de pescar ou matar, conforme ao foral d'el-rei nosso senhor. A qual terra e demarcação o dito Diogo Álvares, e herdeiros que a possuírem, serão obrigados de alimpar e aproveitar, para as novidades e frutos que lhe bem vier, de modo que dentro em cinco anos, do dia da feitura desta, aproveitem e façam benfeitorias nela, conforme aos títulos d'el-rei nosso senhor das datas das terras e sesmarias, sob as penas nele conteúdas; roçando, alimpando e plantando na dita terra, para seu proveito, como dito é, e lhe aprouver... suas novidades e frutos, pela maneira sobredita, sem pagar cousa alguma, somente o dízimo a Deus.
>
> E por assim haver por dada e entregada e outorgada... por bem de minha doação, e poder que me Sua Alteza deu e outorgou, lhe mandei... para sempre, para sua guarda, e possuimento e de todos seus herdeiros: a qual mando que seja selada do selo de minhas armas que perante mim serve. Rodrigo Fernandes a fez, por meu mandado e autoridade. Feita na dita Bahia em o dito dia, mês e era acima escrito.

Só mais tarde Francisco Pereira começou a conhecer o erro de ter deixado espalhar a sua gente, e de haver até para isso concorrido, chegando a dar sesmarias no recôncavo, que devia guardar para mais

tarde. Assim consta-nos que das terras do esteiro de Pirajá passou ele título ao colono João de Velosa, que já no seu tempo começou a fazer ali um engenho[26].

Vendo-se com o inimigo tão perto, quis ainda o donatário tocar a reunir [os colonos], e a muitos obrigou a que assim o fizessem.

Outros desprezaram suas intimações, e à fúria dos índios vieram depois dispersos a sucumbir e a pagar caro sua desobediência. Os que obedeceram, não vendo como rudes que só nessa obediência podiam encontrar salvação, gritavam contra o arbítrio e introduziam na colônia já desmoralizada a insubordinação; e com a maior covardia chegavam a açular os bárbaros a agredir – à maneira dos miseráveis anões políticos de todas as nações, que desejam às vezes a vitória dos inimigos da pátria, pensando que com ela toma vingança do partido a eles contrário que têm o poder. O donatário, além de velho, estava achacoso e, apesar da grande escola prática que tivera na Ásia, mostrava-se agora mole e falto de energia; e, não sendo severo para com os maus, tornava tais os que dantes eram bons. Perplexo para castigar, e irresoluto para tomar uma grande decisão, qual seria a de uma arrancada a ferro e fogo através das fileiras dos inimigos, deixando-se, pelo contrário, envolver-se por estes, bem que defendendo o terreno palmo a palmo, teve que retirar-se sobre o pontal da barra chamada de *Santo Antônio* e, naqueles tempos, *do Padrão* – por um que ali haviam inaugurado os primeiros exploradores da costa. O apuro chegou a tal ponto que, faltos de

---

26 Sobre o engenho de João de Velosa, veja *Documentos históricos*, XXXV, págs. 321-324; XXXV, págs. 417-423. – Outras informações, veja seção XV, nota 34. – (G.).

água, tinham de mandar caravelões por ela à vizinha capitania dos Ilhéus; e em vez de voltarem com água, a matar a sede aos que pela escassez dela tanto sofriam na trincheira da barra, alguns passavam de todo a outras capitanias.

Nestes comenos fundeou no porto uma caravela, que se dizia chegar de Portugal, com um alvará régio para a prisão do velho chefe. Era portador do alvará um clérigo de missa, que chamavam o Bezerra[27] e que dali fugira meses antes com outros descontentes. Apresentando-se com o alvará perante as autoridades inferiores da colônia, com quem estava naturalmente mancomunado, resultou daí a prisão do donatário, apesar de suas imunidades. Desde logo, cada um ficou livre de seguir para onde melhor lhe pareceu. A resolução geral que tomaram foi a de passarem todos a acoutar-se (VIII) na próxima capitania dos Ilhéus.

O tal alvará era falso, e a ação praticada chega a ser infame, pelo escárnio feito a um velho contrariado; e mais se agrava com a circunstância de ser executada pelo ministro de uma religião toda de paz e de amor.

O donatário, assim desamparado, retirou-se para Porto Seguro, onde esteve mais de um ano[28], até que, instado por Pero do Campo

---

27 Sobre esse clérigo, veja a carta de Pero Borges, nota XI da seção XI. – (G.).

28 Carta de Pero do Campo Tourinho, de 28 de julho de 1546, publicada pelo autor em sua memória sobre Caramuru, *Rev. do Inst. Histórico*, **10** (1848), pág. 134. Diz Tourinho que Diogo Álvares o informara que "se fora daí (Bahia) uma nau de França havia dois ou três dias, os quais fizeram amizade com os brasis, e levou toda a artilharia e fazenda, e concertaram com os brasis de tornarem ali com quatro ou cinco naus armadas, e muita gente a povoar a terra por causa do algodão e do brasil que nela há e reedificarem as fazendas

e convidado de novo pelo gentio da Bahia, e seus sócios, os cristãos gentilizados (que haviam contribuído a expulsá-lo e que ora em sua busca mandaram a Diogo Álvares), voltava lá outra vez a estabelecer-se, quando o navio em que ia naufragou na costa fronteira à da antiga povoação, onde, depois de escapar do mar, não conseguiu escapar-se das fauces dos bárbaros antropófagos da ilha de Itaparica, que o prenderam e devoraram[29], com quase todos os que com ele iam, salvando-se, porém, habilmente, o mesmo Diogo Álvares[30].

Primeiros mártires da civilização da terra baiana! A grande obra que empreendestes, e por que vos sacrificastes, veio a realizar-se. O solo que regastes de vosso sangue é um dos mais populosos e mais produtivos do Império de Santa Cruz; e os seus habitantes mais piedosos ainda se lembram de vós em suas orações ao Senhor dos justos, que distribui a quem os mereceu galardões sempiternos!

Depois das doze capitanias do continente, justo é que tratemos também da ilha adjacente, que, em virtude do nome do seu proprietário, passou a chamar-se de Fernão (ou Fernando) de Noronha,

---

e engenhos que eram feitos". Haykluyt dá notícia vaga de certo Pudsey de Southampton, que foi à baía de Todos os Santos e ali construiu um forte por esse tempo aproximadamente. – *Collection of the early voyages, travels, and discoveries*, **4**, 199, London, 1811. – (C.).

29 O donatário, a acreditar-se na crônica jesuítica *De algumas cousas mais notáveis do Brasil*, in *Arquivo bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, **4**, 15, Coimbra, 1904, foi morto por mão de um irmão do moço que ele mandara matar, de idade até de cinco anos, que o ajudara a ter a espada, e segundo dizem o não comeram. – A crônica vem reproduzida na *Revista do Instituto Histórico*, **94**, de 1923. – (G.).

30 Não Francisco Álvares, como se lê em Mariz, nem Lourenço Álvares, como se lê no *Peregrino da América*. – (A.).

em vez de ilha de São João, como primitivamente. Jaz esta ilha, ao nordeste do cabo de São Roque, umas setenta léguas: tem três de comprido e é montuosa, de penedias e mui boas águas, e com poucas porções de terras de cultura. Abundam nelas as rolas e os ratos, dos quais tomou nome um ilhéu que fica ao norte, tendo mais três, o do Meio, Rasa e Grande – tudo é de formação vulcânica, segundo se pode ver dos basaltos e traquites, chamados "seixos de Fernando", com que estão calçadas as ruas do Recife[31]. Abundam os arbustos denominados *mulungu* e *burra*, planta excessivamente cáustica, de virtudes por enquanto desconhecidas, e porventura abundante em ácido prússico.

A doação fora feita no reinado anterior, e confirmada por d. João III em 1552, a fim de que o donatário na ilha lançasse gado e a rompesse e aproveitasse, segundo lhe aprouvesse, obrigando-se ao tributo do quarto e dízimo. Em 20 de maio de 1559 foi confirmada a doação em outro Fernão de Noronha, neto do descobridor, outorgando-lhe el-rei nova carta de doação, com todas as cláusulas concedidas aos outros donatários, incluindo *as respectivas aos índios*, apesar de não haver nenhuns na dita ilha.

---

31 Uma das ilhas chamou-se algum tempo do *Fogo*, segundo Claude d'Abbeville, que por lá passou em junho de 1612. Já aí encontrou "*force bons Melons Gyromons, Patates, pois verds, febues & autres fruicts excellens, auec vne grand quantite de Maïs & de Cotton, comme aussi des Bœufs, Cheures sauuages, Poules communes plus grosses que celles de France*"... Também fala dos rabiforcados e da famosa árvore da burra. Estavam aí os portugueses com dezessete ou dezoito índios, homens, mulheres e meninos, todos escravos e desterrados naqueles lugares pelos de Pernambuco. Esta gente seguiu com os franceses para o Maranhão por sua vontade, assegura-nos o bom capuchinho; à força, diz Alexandre de Moura. – C. d'Abbeville, *Hist. de la Mission des Pères Capucins,* cap. 8. Veja o estado da ilha, dez anos antes, em a nota IX no fim da seção. – (C.).

O primeiro donatário e seus sucessores apenas se limitaram ao gozo de se chamarem donos da ilha; pois que nada fizeram, contentando-se de tirar a confirmação em cada novo reinado (IX). Não consta que mandassem colonos nem invertessem nela cabedais, portanto, anos depois, ainda estava deserta[32] e daí a um século a encontraram também despovoada alguns viajantes, e ainda mais dois séculos depois (em 1737) estava quase abandonada (X).

NOTAS DA SEÇÃO XII

I
(Pág. 352)

"Dez navios (aliás doze), e 1.500 homens, dos quais 120 de cavalo", diz um informe da ilha de São Domingos de 2 de fevereiro de 1536. – (A.). – "*Este mês de Noviembre pasado, parece que por las islas de Canaria pasó una armada del reino de Portogal, de doce naos, em que iban mil y quinientos hombres y ciento y veinte de á caballo, diz que á poblar le Rio de Marañón, que es de la demarcación de V.M.; yendo su viaje, una fusta de remos que llevaba para entrar por el rio se les perdió de vista en el golfo, y ansi anduvo por la mar más de dos meses sin poder tornar al dicho Rio de Marañón, e veniendo por el mismo golfo una nao de naturales de V. M. para esta isla, la halló sin mantenimiento ni agua, ni que sabian donde estaban, y la trajo consigo á este puerto, adonde fueron presos ocho marineros portogueses... Dicen los marineros desta fusta que llegaron cerca del rio de Marañón, y que á la sazón llegó ali un navio de la armada de D. Pedro de Mendoza, que iba al rio de Plata, y que los indios da tierra mataron á algunos de los españoles que iban en aquel navio.*" – *Descubrimiento del rio de las Amazonas*, CCXXXI, Sevilla, 1892. – A armada estava de partida em dezembro de 1535, segundo informações de que há cópia no arquivo da 2ª missão Rio Branco, *Espanha*, doc. 5, Secretaria do Exterior. – (C .).

---

32 Não podia ser outra a ilha "de seis léguas de comprido, em que havia só pássaros em tanta quantidade que se matavam a mão", a que, segundo diz Schmidel (cap. 4º), aportaram, aos dois meses de viagem, os navios da armada de d. Pedro de Mendoza. – (A.).

II
(Pág. 355)

Carta de Luis Sarmiento, de Évora, em 15 de julho de 1536:

"*Sacra Catolica Cesarea Magestad:*

"*El año pasado escreui a vuestra magestad de una armada que el serenisimo Rey ynvio de Lisboa la qual dizian publicamente que era para yr a lo del Peru. Yo hable a su alteza entonces sobre ello y su alteza me çertefico de lo contrario diziendo que con quatrocientas leguas no allegarian a cosa que fuese de la marcacion de esos reynos y asi yo lo escribi a su magestad y a vuestra magestad. Agora es venido a Lisboa un piloto con cartas del capitan de alta que es uno que se llama de Acuña y yo he visto una carta particular que escriue uno de los que fueron en la armada que queda alla muy secretamente y aca esta muy escondido esto. El qual escriue como ellos fueron a dar en la costa del Brasil y yendo por alta adelante toparon con un capitan del serenisimo rey que alla avita en cierta parte de la costa el qual se llama Duarte Coello y dice que savido a lo que estos yban les dixo como el tenia ciertos lenguas dela tiera que le certeficaban que en una sierra y provincia que estaba cabo del rio Marañon avia mucha cantidade de oro y que por otro rio que estaba mas cerca dezian estos lenguas que podian yr a dar en aquella sierra adonde dezian que avia el oro.*

"*Aquel capitan de aquella armada tomo aquellas lenguas y fuese por la costa adelante del Brasil a dar en aquel rio y llegado alli aunque Ilebaba mucha gente quiso tomar tierra junto aquel rio y la gente de la tierra dizen que acudio tanta gente y que son tan brabos que el capitan portugues no fue poderoso de estar alli, dizen que se llama esta gente que esta cabo este rio los pitiguales que es gente muy braba y que alli supieron que un nabio que alli avia aportado en aquela costa de los casteilanos que yban al Rio de la Plata se avia perdido y que alguna gente de ella avia salido en tierra y que los de la tierra avian comido y de algunos que los portugueses alli tomaron con las lenguas que Ilebaban todos les certeficaron que en aquella sierra y probincia que esta por donde pasa el rio Marañon que ay mucho y asi aquella armada fue a dar al rio Marañon y saltaron en una ysla junto al rio y dizen que fueron vien rescividos de la gente que alli avitava y pusieronle nonbre a la dicha ysla de la Trenidad y enpeçaron a hedeficar un lugar y castillo y pusieron nonbre aquel lugar Nazaren. Escriue que los mismos de aquella certefican que ochenta leguas de alli por el rio del Marañon arriba ay infinito oro; llegaron alli los portugueses con sua armada en este mes de março pasado llegaron nuebe nabios en que eran quatro naos y cinco carabelas, las que alli arribaron aca tiene esto en mucho y estan muy alegres con esta nueba y piensan que nadie lo saue y tiene los mas encubierto que pueden si esto es cosa que toca o no perjuizo de la marcacion de esos reynos yo no lo se.*" – Segunda missão Rio Branco, *Espanha*, doc. nº 5, Secretaria do Exterior. – (C.).

III

(Pág. 361)

Dos *Documentos sobre João de Barros*, publicados pelo dr. Antônio Baião, *Boletim da segunda classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. **XI** (1916-1917), Coimbra, 1918, págs. 202-355, alguma coisa há que respigar de referência à sua capitania:

Um alvará de 5 de março de 1561 alude a essa capitania "na costa do Brasil nas terras de Santa Cruz onde se chama os pitigares para onde fez uma armada havera vinte anos e que despendeu muito de sua fazenda e havera cinco que mandou outra e que foram dois filhos seus a povoar a dita terra o que não houve efeito por os jintios dela estarem escandilizados asy dos moradores das outras capitanias como de pessoas deste reino que vão à dita capitania fazer saltos e roubos cativando os jintios da terra e fazendo-lhe outros insultos de maneira que querendo seus filhos tomar um porto na dita sua capitania para se proverem do necessário por os ditos jintios estarem escandilizados e de pouco tempo atrás salteados de gente portuguesa lhe mataram um língua com outro homem e lhe feriram outros e trabalham pelos matarem a todos por se vingarem dos males e danos que tinham recebido de navios com que no dito porto lhe tinham feitos saltos... E avendo respeito ao que assim diz e à informação que do dito caso se oue em minha fazenda e diligências que sobre iso se fizerão. É por bem que daqui em diante pessoa alguma de qualquer qualidade e condição que seja não vá às ditas terras da capitania do dito João de Barros tratar resguatar nem saltear sob pena de quem o contrário fizer e ẽcorrer nas penas conteúdas nos forais das capitanias da dita costa do Brasil"... sem sua licença, ou de quem a puder dar, posto que na dita capitania não houvesse povoação.

Esse documento foi em resumo aproveitado por A. Tavares de Lira, *História do Rio Grande do Norte*, pág. 22, Rio, 1921, que se refere a dois outros, também publicados por Antônio Baião. Um é a certidão de uma justificação processada perante o juiz ordinário da vila de Iguaraçu, Pernambuco, a 3 de março de 1564, a requerimento de Antônio Pinheiro, procurador de João de Barros, na qual com o depoimento de testemunhas se faz prova de que o capitão João Gonçalves, da ilha de Itamaracá, concedera licenças para ser devastada a capitania de João de Barros, especialmente o porto dos Búzios, com prejuízo de seus direitos. Outro é o requerimento de Jerônimo de Barros ao rei para ir povoar sua capitania, mediante vários favores, com alegação dos serviços prestados na conquista da mesma capitania, e para esse efeito andou pela costa do Brasil, nos contornos do rio Maranhão, com seu irmão João de Barros, mais de cinco anos contínuos, fazendo muitos serviços e passando muitos trabalhos. Seu requerimento aparece sem data, mas A. Tavares de Lira bem conjetura que, sendo as capitanias inalienáveis e transmissíveis por herança ao filho mais velho varão, é claro que deve ser posterior a 1570, quando faleceu João de Barros. É mesmo possível – adianta aquele historiador – que ele tenha sido o ponto de partida para o acordo de que resultou a reversão da capitania à Coroa, confirmando-se assim a presunção do autor, no texto acima. – (G.).

IV
(Pág. 363)

A identidade parcial de nomes levou o autor a atribuir a um só os atos de dois Diegos Nuñes.

O primeiro, Diego Nuñes de Quesada, talvez espanhol, levou abundância de dinheiro para Portugal, e lá andava, em outubro de 1544, tratando de uma expedição às terras descobertas por Orellana. O comandante da expedição devia ser d. João de Sande, que, chegado a Sevilha a 21 de novembro, foi preso por espião e preso ficou até abril do ano seguinte. Deste Diego Nuñes de Quesada é tudo o que se apura nos documentos publicados pelo autor na 1ª edição da *História Geral* e por Medina no erudito livro consagrado a Orellana e ao descobrimento do rio das Amazonas. A fonte principal é fr. Pablo de Torres, dominicano que devia acompanhar Orellana como vedor e depois foi escolhido bispo de Castilla de Oro.

O segundo Diego Nuñes conhecemos de uns apontamentos oferecidos a d. João III, e publicados pelo autor deste livro desde 1840 na *Revista do Instituto Histórico*. O papel não é datado; mas, dizendo Diego Nuñes que em 1538 foi até Machifaro, e de lá trouxe um índio que ficou em sua companhia quatorze ou quinze anos, a data cai de 1552 para diante. A data se confirma por muitas outras considerações fáceis de apanhar no estudo atento da peça.

Depois de referir brevemente sua viagem a Machifaro, de dar algumas notícias sobre o grande rio que chama simplesmente das Amazonas, prova evidente de já terem passado alguns anos depois de Orellana, que deu este nome, Diego Nuñes expõe o sistema empregado pelos espanhóis a respeito dos índios de suas conquistas e se oferece para ir às terras de Machifaro, onde os índios traziam armas e braceletes de ouro, sendo-lhe feitas concessões, iguais às usadas nas colônias espanholas.

A este Diego Nuñes refere-se provavelmente um documento de que existe cópia no arquivo da segunda missão Rio Branco, doc. nº 6, Secretaria do Exterior. Provavelmente, pode-se dizer, porque é mais fácil existir no mesmo tempo, no mesmo lugar, com os mesmos planos um só homem do que dois. Diego Nuñes diz que o capitão sob cujas ordens foi a Machifaro tinha o nome de Mercadillo e a seu respeito Jiménez de la Espada escreveu breve monografia. O nome reapareceu mais tarde nas lutas entre pizarristas e almagristas no Peru. Oviedo e Herrera falam de Gonçalo Dias, de Pinedo, que em 1536 passou a grande cordilheira e entrou na terra de Quijos e de Canela.

O documento aplicável a Diego Nuñes é uma carta de Luis Sarmiento, escrita ao príncipe real, de Lisboa, a 8 de novembro de 1553, em que se lê o seguinte:

"*Truxo [Tomé de Sousa] a un honbre hijo de un portugues, que dizen que lo hubo en uma muger de alli del brasil, el qua se cryo por la tierra del brasil adelante, y este*

dice que ha hestado en el peru y que del peru bino alli por tierra y que esta mui cerca de aquello y que donde estan los Portugueses en el brasil en mui pocos dias por tierra yran donde dize que ay mas minas de oro y de plata que diez bezes en el Peru. Este honbre benido aqui lleuaronle a ablar all rrey y dizen quel quedó tan descontento de que el rey no le auia hecho aquel acogimento que sa grande auiso merezia, e salido del rrey dizen que dixo quel se yria para Vuestra Alteza por que le gratificaria mexor su gran servizio y auiso que daua y partiose para alla e se supo luego como se auia partido para yr a Voestra Alteza, y el duque de avero hizo grandes alaracas de luego yr al rrey y dezille quanto ymportua tener contento a heste hombre y que luego el Rey le escriuiese y que le mandase que luego tornase a el por que le queria azer merced. Heste honbre boluio aqui luego por que puzieron deligencia en alcançalle y agora estan tal alborozados con el que les parece que heste les a de dar horden para que tengan otro Peru."

V

(Pág. 366)

Pero de Góis teve alvará a 10 de março de 1534, mas a carta de doação só lhe foi passada em 28 de janeiro de 1536, quando tornou para o reino. A 24 de abril do ano seguinte estava em São Vicente (Azevedo Marques, *Apontamentos*, **2**, pág. 160). A 14 de agosto assentou nos limites com Vasco Fernandes Coutinho, que reconhece os serviços prestados em ocasião difícil "por ajudar-me e socorrer-me e fazer depois de Deus a minha capitania se sustivesse, e eu recebi grande bem com dar-me escravos e outras boas obras o dito Pero de Góis" (*Rev. do Inst. Histórico*, **24**, 205). Em abril de 42 estava em Pernambuco, em viagem para o reino, segundo informa Duarte Coelho; no reino devia se achar ainda em março do ano seguinte, pois a 12 desse mês obtinha fosse aprovada a demarcação feita com os donatários confinantes (*Rev. do Inst*., ib., 209). Foi nessa ocasião que deve ter feito contrato com Martim Ferreira. Em carta a este, de 18 de agosto de 1545, mostra-se satisfeito com a situação, diz que está fazendo engenhos no Manajé, que, como Augusto de Carvalho notou, e se vê de Gabriel Soares, é o atual Itabopoana, a dez léguas do mar, e outros dois engenhos de cavalo à beira-mar. Contrasta com esta a carta dirigida a d. João III em 29 de abril de 1546, em que narra todas as desgraças provocadas por Henrique Luís e outros. Não é fácil atinar se os tristes sucessos passaram entre 18 de agosto de 1545 e 29 de abril do ano seguinte, ou se são anteriores à primeira data. Esta conclusão parece plausível à vista da carta a el-rei, que começa: "Por uma que, *logo que a esta terra cheguei,* lhe escrevi, lhe dei conta de quão desbaratada a minha capitania ou antes alevantada, pois toda a gente que nela tinha deixado havia fugido com o capitão." Este capitão não pode, porém, ser Jorge Martins, como afirma o autor.

Ambos os documentos estão impressos no livro de Augusto de Carvalho, *Apontamentos para a história da capitania de São Tomé*, Campos, 1888, e na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, 262-263.

Segundo Carvalho, Pero de Góis elegeu "para seu ancoradouro a enseada do Retiro, poucas braças ao sul do rio Manajé. Aí assomando a terra, no sítio que ainda se conhece pela designação de Barreiras do Retiro, lançou os lineamentos da nova povoação, começando por erigir uma capelinha sob a invocação de Santa Catarina" (ob. cit., 54). Infelizmente, Augusto de Carvalho não aduz os documentos em que se funda.

Na carta a d. João III diz Pero de Góis que os índios lhe tomaram artilharia. Em janeiro de 1840 foi desenterrada no sertão de Cacimbas, município de São João da Barra, uma peça de bronze, "fundida no reinado de d. Manuel, ou com moldes desse tempo, por ter uma esfera armilar abaixo das armas portuguesas", como opina P. de A. Bellegarde. Seria das tomadas a Pero de Góis? Conf. *Rev. do Inst. Histórico*, **2** (1840), págs. 267, 276, 399. – (C.).

VI
(Pág. 368)

Em uma coleção de papéis velhos da Biblioteca Nacional [do Rio de Janeiro] se encontra a seguinte cópia:

"1536. Relação de Francisco Martins Coutinho, que chegando à terra do Brasil a primeira terra que viu foi um rio de água doce tamanho como o de Lisboa, e não consente maré em si, que tamanha é esta corrente, e de comprido pelo sertão nove meses de jornada, e vindo deste rio pela costa se acha a melhor e mais limpa terra do mundo. Ao outro dia achou um rio de água doce pequeno e ao seguinte dia uma angra com dois rios de água salgada e de muita frescura; daí partindo-se ao outro dia foi ter a uma baía em que agora está, que tem a entrada duas léguas de ponta a ponta, de baixa-mar tem quatro braças e meia, sem restinga nem baixo, podem entrar quantos navios há no mundo, nem nunca se viu porto melhor, nem mais seguro, e há dentro desta baía treze ilhas em que há ilha de nove léguas em roda, a terra de barro e massapê muito boa; tem dentro cinco rios, em que há dois de água doce e deles esteiros, as melhores águas e ares que nunca se viram. Pôs a vila no melhor assento que achou, em que tem feito casas para cem moradores e tranqueiras de redor e uma torre já no primeiro sobrado.

"A terra muito pacífica; obra de uma légua daqui há uma aldeia com 120 ou 130 pessoas muito pacíficas que vêm à sua casa por ração [?] e o príncipe deles com sua mulher, filhos e gente querem já ser cristãos. De uma parte de sua capitania se vêm quase todos para ele, dizendo que querem ser cristãos e não querem comer

carne humana e trazem mantimentos: uma anta vale um vintém, um veado mesmo vintém, um porco montês mesmo vintém, um coelho dois vinténs, e muitas outras caças de muitas maneiras. O peixe é tanto que vai de graça, peixe de oito palmos e mais se toma ao anzol, muitas pescadas, salmonetes, linguados, sardinhas. A costa tem muito coral, mas não tem ainda com que o tire. A terra dará tudo o que lhe deitarem, os algodões são os mais excelentes do mundo, o açúcar se dará quanto quiserem." – (C.).

VII
(Pág. 369)

Dos poucos documentos autênticos sobre filhos e genros de Caramuru é o seguinte, encontrado por Sousa Viterbo na Torre do Tombo e publicado em alguma folha de Portugal, donde o reproduziu o *Jornal do Comércio* do Rio:

"Dom Johan & A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte de Gaspar Alvarez, filho de Diogo Alvarez Caramuru, que diz ser cavaleiro de minha casa, me foi apresentado um alvará de Tomé de Sousa, do meu conselho, que esteve por capitão-geral do Brasil, feito a seis de Julho do ano passado de bc liij, pelo que se mostrava que ele fizera e armara cavaleiro per virtude de seu Regimento que para isso levara e do poder que por ele lhe outorguei ao dito Gaspar Alvarez por o merecer e me servir todo o tempo que o dito capitão nas ditas partes esteve assim da guerra como na paz do mar e da terra e em todas as mais cousas que o encarregou de meu serviço o fez sempre muito bem de sua pessoa como dele esperava, segundo tudo mais largamente em conteúdo e declarado no dito alvará; pedindo-me por mercê que lho confirmasse e mandasse que lhe fossem guardados os privilégios e liberdades dos cavalheiros e visto requerimento, e querendo-lhe fazer graça e mercê, é por bem e me praz de lho confirmar o dito alvará e per esta lho confirmo e quero que ele goze e use daqui em diante de todos privilégios e liberdades, graças e franquezas de que gozam e de direito de gozar e ouvir os cavaleiros per mim confirmados; e ele obrigado a ter armas e cavalo segundo forma da ordenação. Notifico assim a todas as minhas justiças, oficiais e pessoas a que esta carta for mostrada e o conhecimento dela pertencer e lhe mando que a cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como nela se contém sem a lho porem dúvida nem embargo algum porque assim é minha mercê. Dada em Lisboa à bij de fevereiro. – Baltesar Fernandes a fez – ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de 1554. Joham de Castilho a fez escrever.

"D. Jº & outra tal carta de confirmação de cavaleiro nem mais nem menos como acima a *Gabriel Alvarez*, filho do sobredito Diogo Alvarez Caramuru, feita e sobrescrita pelos ditos escrivães na dita cidade no dito dia, mês e ano acima conteúdo.

"D. Jº & outra tal carta de confirmação de cavaleiro nem mais nem menos como acima a Johan de Figueiredo genro do sobredito Diogo Alvarez Caramuru, feita e sobrescrita pelos ditos escrivães na dita cidade no dito dia mês e ano acima conteúdo.

"D. Jº & outra tal carta de confirmação de cavaleiro nem mais nem menos como acima a Jorge Alvarez filho do sobredito Diogo Alvarez Caramuru; feita e sobrescrita pelos ditos escrivães na dita cidade no dito dia, mês e ano acima conteúdo."

Oviedo, *Hist. General*, **II**, 164-165 da ed. 1852, diz que os genros de Caramuru eram espanhóis. Isto não consta de nossas nobiliarquias, geralmente fide-indignas. – (C.).

VIII
(Pág. 374)

Carta de Pero Borges, de 7 de fevereiro de 1550 [nota XI, seção XI.] Dita de Duarte Coelho, de 20 de dezembro de 1546. – (A.). – Nesta se lê o seguinte:

"Posto que Francisco Pereira tenha culpa de não saber usar com a gente como bom cristão e ser mole para resistir às doudices e desmandos dos doudos e mal ensinados que fazem e causam levantamento e uniões de que se ele não pode escusar de culpa, todavia, Senhor, cumpre e é necessário os que em tal erro caíram por suas doudices e desordens e maus ensinos e desobediências que com o dito Francisco Pereira tiveram serem mui bem castigados, porque afirmo a Vossa Alteza que foi uma cousa mui desonesta e feia e digna de muito castigo, porque aquelas revoltas e levantamentos contra Francisco Pereira foi a causa de se a Bahia perder, e o clérigo que foi o princípio daquele dano e mal deve Vossa Alteza de o mandar ir preso para Portugal, e que nunca torne ao Brasil porque tenho sabido ser um grão ribaldo." – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 314-316.

Regimento de Tomé de Sousa, *Rev. do Inst. Histórico*, **61**, parte 1ª (1898), pág. 41:

"...Assi sou informado [d. João III], que no ano de quarenta e cinco estando Francisco Pereira Coutinho por capitão da dita Bahia alguma desta gente [tupinambá] lhe fez guerra e o lançou da terra e estruio às fazendas e fez outros muitos danos aos cristãos."

Carta de Nóbrega, de 9 de agosto de 1549:

"De maravilha se achará terra em que os cristãos não fossem causa de guerra e dissenção, e tanto que nesta Bahia, que é tida por um gentio dos piores de todos, se levantou a guerra para os cristãos, porque um padre por lhe um principal destes negros não dar o que lhe pedia, lhe lançou a morte, no que tanto imaginou que morreu e mandou aos filhos que o vingassem." – *Cartas do Brasil*, ed. Vale Cabral, págs. 55-56, Rio, 1886. – (C.).

IX
(Pág. 377)

A ilha seguiu ainda por muito tempo na família do donatário, a cujos herdeiros foi confirmada por alvará de 8 de janeiro de 1693. Talvez só passou de todo à Coroa quando dela fizeram entrega os holandeses, que foram os que mais cuidaram de seu aproveitamento. Em 1602 havia ali, talvez por conta do donatário, apenas um feitor com treze escravos de ambos os sexos. – Quintela, *Anais da Marinha portuguesa*, **2**, 139. – (A.). – Quando os franceses passaram para o Maranhão, levaram alguns dos moradores, o que ainda mais irritou Alexandre de Moura contra eles, *Anais da Biblioteca Nacional*, **26**, 199. – Melchior Estácio do Amaral, que lá foi ter no galeão *Santiago* em 1602, dá as seguintes notícias sobre a ilha, nas quais provavelmente se baseia Quintela, citado pelo autor:

"Esta ilha está em três graus e dois terços do polo antártico, dista da costa do Brasil oitenta léguas, e alguns querem que cento; é pequena, áspera e pedregosa, tem alguns regatos de água muito salobra e ruim, e alguns arvoredos silvestres e nem uns de fruto, e muitos de algodão, e não há nela ervas algumas de comer; tem bom gado vacum; cabras e porcos, tudo bravo e nem um doméstico; tem muitos pássaros marinhos e muitas rolas, mais pequenas que as que arribam à Espanha. Estavam treze ou quatorze escravos pretos, machos e fêmeas, e com eles um homem português por feitor... Foi necessário aos nossos fazerem muitos mimos ao feitor que estava na ilha com os negros pedindo-lhe que os não desamparasse... Padeciam os nossos nestes dias grandes necessidades que não podiam remediar por não terem com que matar gado, nem peixe, nem pássaros, senão uns que eram chamados rabiforcados, de feição de minhotos, que se mantêm de peixe, e eram por isso de malíssima carne, e de tal natureza que se não deixavam depenar, senão esfolar como coelhos; destes há muitos e nos primeiros dias esperavam que os tomássemos com a mão sem fugirem, de tal maneira que, trepando-se um homem com um pau na mão sobre uma árvore em que estava grande quantidade deles, às pancadas derribou quarenta e oito mortos, e mais matara se lhe não foram à mão os companheiros. Outro homem deu no campo com um pau num destes pássaros, e grasnando ele com a dor da pancada lhe acudiram tantos que se não podiam homem valer, e por se defender deles matou doze. Não durou muito esta facilidade de tomar estes pássaros, por que pondo eles cobro em si, se fizeram ariscos não se deixando tomar, nem com o pau; o que deu cuidado àquela gente, por que, se não eram estes pássaros, não tinham com que passar, por a terra ser muito estéril, sem fruta nem erva de comer; e quando em maior cuidado estavam, começaram os campos de brotar beldroegas em quantidade, e cresceram brevemente, das quais faziam pasto, cruas e cozidas com os pássaros, e como cada um podia, ajuntando a isto alguns caramujos de que havia boa quantidade, como também havia caranguejos, que criavam e habitavam em terra, fora do mar, em covas, por cuja razão tinham grande asco deles e os não podiam comer.

"Há também naquela ilha grande quantidade de ratos, que têm os pés tão curtos que não andam nem correm, e o seu fugir e meneio é em saltos como pulgas, e assim os matavam facilmente, e houve pareceres que os não matassem e os poupassem para comer, se tal fosse a necessidade a que receavam chegar. Ajudavam-se também de umas tartarugas, que tomavam de noite ao longo das praias, saindo elas a terra a pôr seus ovos, como têm por natureza e como fazem as emas, que os põem e encovam na areia e nunca mais os veem, e ali a natureza os choca, e tira a tartaruga e as emas, que pôr si depois se criam. Destas tartarugas tomaram algumas tão grandes que não podiam dois homens fazer mais que levar um quarto de uma." – Brito, *História trágico-marítima*, **II**, págs. 493-497, Lisboa, 1736. – (C.).

X
(Pág. 377)

Entre as capitanias doadas por d. João III, cumpre não esquecer a da ilha d'Ascensão, "que está através da vizinha costa do Brasil setenta e cinco léguas a la mar do dito Brasil, em altura de dezenove graus e um terço, qual ilha é deserta e haverá vinte e cinco anos pouco mais ou menos que descoberta". Esta capitania foi doada em 22 de agosto de 1539 a Belchior Camacho, cavaleiro da casa real, havendo respeito aos serviços "que el-rei meu Senhor e padre que Santa glória haja e a mim tem feitos, assi nestes reinos, como em África e na Índia e em outras partes e à boa conta que sempre de si deu em todas as cousas em que serviu". – Cópia na Secretaria do Exterior.

Viu-se *supra*, nota 16 da seção VI, que a ilha da Ascensão ou Trindade fora descoberta por Estêvão da Gama a 18 de maio de 1502. Isto não contradiz a carta de doação, que fixa o descobrimento por 1514, pouco mais ou menos: uma ilha oceânica e deserta pode ser descoberta mais de uma vez, haja vista a de Fernão de Noronha, primeiro chamada de São Lourenço, isto é, descoberta em agosto, e depois de São João, isto é, descoberta em junho ou dezembro. A ilha da Trindade, mais de uma vez disputada pela Inglaterra, nos séculos 18 e 19, não tem ainda população permanente, e parece não admiti-la, como o prova suficientemente a facilidade da Inglaterra em evacuá-la. – (C.).

Seção XIII

Vida dos primeiros colonos e suas relações com os índios.

Adoção dos alimentos, agricultura e utensílios. Adoção das canoas e da pesca e caça dos índios. A mulher, elemento de fusão. Caribocas, mamelucos, etc. Cenas primitivas. Trabalho dos índios. Festas religiosas. Festas públicas e das famílias. Escravos índios. Crueldades exageradas. Governo dos índios. Sua ferocidade, indomável por meios brandos. O emprego da força reconhecido necessário. Opinião de Pedro Mártir. Necessidade de africanos. O pseudofilantropo Las Casas, negreiro. Os jesuítas. O tráfico favorecido. Consequência. Locuções viciosas.

Como nenhum dos donatários tivesse os meios necessários para beneficiar nem a centésima parte da terra que podiam tomar para si, o maior empenho de todos fora o de angariar moradores que levassem capitais e que se propusessem a receber terras de sesmarias e a cultivá-las. Os artigos de exportação que primeiro mais se cultivaram foram o arroz e o açúcar.

Vendo-se em pequeno número e tão desamparados, os cristãos em cada uma das capitanias começaram por afazer-se a muitos usos dos bárbaros, nos objetos domésticos e de primeira necessidade.

Destes adotaram o uso do tabaco de fumo[1], e com tanto amor que se tornou geral, e passou à Europa, e já no século seguinte constituía um dos ramos da indústria e produção do Brasil. Quis a Igreja opor-se a este uso, declarando-o rito gentílico; e prelado houve que chegou a proibi-lo, com pena de excomunhão, dando alguma vez como penitência aos que fumavam trazerem na igreja os *pytimbáos*[2] ou grandes charutos ao pescoço; mas foi tudo debalde.

Dos mesmos bárbaros adotaram os colonos o uso do milho e da mandioca e todos os meios de cultivar e preparar estas duas substâncias alimentícias, bem como as abóboras, o feijão, etc. Deles, e não de Portugal, foi tomado o sistema, ainda hoje seguido geralmente pelos nossos lavradores, de roçar e derrubar, cada dous ou três anos, novos matos virgens, queimá-los, encoivará-los e por fim semeá-los, ficando o terreno atravancado de tocos e madeiros, que pouco a pouco se vão apodrecendo, continuando a estrumar a terra, mas dificultando o passo aos trabalhadores, e roubando às sementeiras muita superfície. Em Portugal não se roçavam matas para semear a terra de legumes: as matas eram raras e por conseguinte uma riqueza por si só. O próprio vocábulo *coivara*, do qual tomamos o verbo *encoivarar*, é uma voz tupi, derivada de *cog*, roça.

Dos índios adotaram também o uso da farinha de *mandioca* bem como o das folhas da planta ou *maniçoba*[3], como hortaliça; para

---

1 O tabaco já era na Ásia conhecido, e de lá nos veio o vocábulo "charuto". – (A.). – A tese da exclusiva origem americana do fumo é sustentada por A. de Candole, *Origine des plantes cultivées*. – (C.).

2 Morais dá *catimbáo* por cachimbo pequeno. A origem é de *p'ty'*, tabaco, donde *p'ty'mbába*. – (A.).

3 "Oba" significa folha: ou, em geral, roupa. – (A.).

o que usaram também das folhas do *taiá* ou *taiobas*, e dos olhos tenros da aboboreiras *jerimus*, cujos guisados chamaram *cambuquira*[4]. Além disso cultivavam os carás e inhames, e ainda mais o excelente aipim ou mandioca doce, comido assado simplesmente ao borralho e sem mais preparativos. Dos índios adotaram os nossos o pirão. *Mingau* é também nome dos tupis, que chamavam ao caldo *migan*[5].

As bananas-da-terra foram também um dos primeiros alimentos que mais se generalizou, enquanto da ilha africana de São Tomé não se transplantaram as que por isso ainda hoje têm este nome. Alguns pés desta planta, ao abrigo da choupana ou tujupar[6] de um colono, lhe asseguravam a subsistência sem o trabalho; pois que, como diz um contemporâneo, parece que a bananeira, que alguns creem ser a figueira do paraíso terreal, foi a planta dada ao homem para o deixar falhar ao preceito de ganhar o sustento com o suor de seu rosto. O vocábulo *banana* é africano: *musa* lhe chamavam os árabes: *pacoba* os nossos índios[7].

---

4 Adulteração de *coan-kyra*, grelo ou olho de qualquer planta; *Dic. bras*., pág. 74. – (A.). – Conf. Teodoro Sampaio, O *tupi na geografia nacional*, pág. 118. – (C.). – Pág. 208 da 2ª edição, São Paulo, 1914: corr. de *caá-ambikyra*, brotos de erva, grelos, folhas tenras. – (G.).

5 Nome índio do língua francês, célebre na conquista do Maranhão, morto na batalha de Guaxinduba. – (G.).

6 Nesta palavra preferimos sempre seguir a ortografia do p. Vieira admitida por Morais. O *Dic. bras.* escreve *tejupaba*; Cardim, pág. 99, *teijupaba*; G. Soares, *tajupar*; Calado, *Valor. Lucid*., 160, *tugipar*, e Abbeville *aioupaue*. Varn. *Com. a Soares*, 241. – (A.). – Conf. Rodolfo Garcia, *Glossário* anexo à *Hist. de la Mission des Pères Capucins*, pág. 14, e *Notas* a Fernão Cardim, pág. 399. – (G.).

7 A proposição do autor combina bem com os dizeres de Thevet, Léry e Gabriel Soares; mas a opinião geral é que a banana procede do velho mundo. Carlos von den Steinen nega até que seja indígena a palavra *pacoba*, genérica no tupi, e usada ainda hoje nas terras do Norte; segundo este sábio viajante *pacova* deriva do português *bago*, derivação impossível evidentemente. – (C.).

Na primitiva construção das casas, em vez de pregadura se adotou o *cipó-embé*, para segurar as ripas, conforme usavam os índios. Também se adotaram as próprias formas de suas cântaras ou vasos de barro, para trazerem água do rio ou das fontes; e em outros artigos domésticos foi a adoção dos usos tão excessiva que até com eles vieram os próprios vocábulos de língua tupi, os quais para sempre no Brasil acusarão a sua procedência, como dissemos acerca dos árabes na Espanha. São também puramente índios os vocábulos *chará, guapiara, apicum, massapé, cherapi, coivara, pipoca, tipoia*[8], *picumã*[9], *chulé, chué, teteia, tapejara*[10], *pixuna, tocaiar, coroca, catapora, canhambola*[11], *pixaim, cauíra, pitiú, garajau* e muitos outros.

Dos tupis adotaram os nossos quase tudo quanto respeitava ao barquejar, bem como à pesca e até à caça.

A atrevida jangada[12] de Pernambuco, semelhável aos pangaios da África oriental e da Índia, que ainda hoje acomete os nossos mares com pasmo do viajante europeu, que mal concebe como haja quem arrisque a vida sobre uns toros ligeiríssimos mal unidos, que vão quase debaixo d'água navegando dias e dias longe da terra – as

8 Verificamos ser voz tupi. – (A.). – Conf. Rodolfo Garcia, notas a Cardim, pág. 396. – (G.).

9 *Pi-cumã,* pó ou fuligem da panela. – (A.).

10 Conf. Rodolfo Garcia, *notas* a Cardim, pág. 382. – (G.).

11 Aliás *canhembora*, o que anda fugido, de *canhê*, fugir. – (A.).

12 Que pelo menos o nome *jangada* é asiático, facilmente se pode verificar em Castanheda e Barros; entretanto, Caminha refere-se a uma almadia de Porto Seguro, que evidentemente é uma espécie de *jangada*. – (C.). – Para Rodolfo Dalgado, *Glossário luso-asiático*, **I**, pág. 482, o vocábulo procede do malaiala *changâdam*, balsa, dois barcos ligados para passagem dos rios. – (G.).

frágeis ubás de cortiças que se deslizam sobre as águas do Amazonas –, as soberbas canoas feitas de um só tronco cavado, que às vezes se arrostam pelo alto-mar, de umas para outras de nossas províncias, e que remadas a vinte pás por banda poderiam porfiar em velocidade com a galeota imperial, para não dizermos com um vapor dos nossos dias, bem como as balsas de molhos de timbó ou periperi... o que vem a ser tudo senão remanescentes da indústria selvagem? Tampouco foi importação europeia a humilde canoinha, pouco maior do que uma artesa caseira, e tal como ainda hoje a vemos nos sacos ou conchas em que remanseiam as nossas pinturescas baías ou caudalosos rios, movida brandamente pela iacumá do indolente pescador, sentado à popa, e apupando de quando em quando, com o rouco búzio *uatapi*, qual fabuloso Tristão, pensando com isso chamar o vento.

O uso que ainda se faz desse búzio por buzina, o emprego do fortíssimo fio do tucum, adotado de preferência para as linhas de pesca, e para a rede *puçá* ou *jereré*, a prática de *tinguijar* os rios, e a dos *jiquis* nos caneiros, tudo foi adotado dos que estavam por esta terra.

Não há ainda muitos anos que todos ouvíamos aos pretos e pretas (africanos), que vendiam água pelas ruas da capital, o apregoá-la gritando, com aspiração, *Heh!* Pois bem: esse monossílabo era herança dos antigos escravos de ganho índios, que com tal exclamação, não ainda adulterada, apregoavam em sua língua: *Água*!

E o que dissemos da agricultura, da indústria, da navegação e da pesca, com mais razão aplicaríamos à caça, se os colonos não viessem munidos dos instrumentos de invenção de recente data – as armas de fogo; e, ainda assim, muito teve que apreender do bárbaro

o colono caçador, não só para ser *mateiro*, isto é, para saber andar no mato, como para conhecer muitas indústrias especiais da mesma caça, tanto de monteria como de volateria, e para moqueá-la.

Assim, forçoso nos é reconhecer que a nova indústria se deixou absorver judiciosamente pela dos índios, em tudo quanto ela tinha de aproveitável. O uso da rede e a frequência dos banhos, tomados pelo menos duas vezes por dia, simbolizam ainda hoje o triunfo dos usos que pareceram de todo razoáveis.

Um dos elementos que mais aqui concorreu para a fusão das nacionalidades tupi e portuguesa foi a mulher. Os primeiros colonos que vieram ao Brasil, e que se familiarizaram e aliaram com a cabilda vizinha do porto em que ficaram, juntavam-se logo, mesmo sem ser em lei da graça, com alguma índia, que, segundo vimos, os próprios escritores não deixaram de achar bonitas. Por outro lado, elas tinham, e têm ainda hoje as meio domesticadas, muita disposição para se unirem aos europeus, não só, como querem alguns, por causas fisiológicas, que nos não pertence individuar, como por se libertarem assim do mais duro cativeiro, que lhes davam os seus maridos. Às vezes deslizavam mesmo os colonos pelos abusos da poligamia, como fez João Ramalho em Piratininga; e os resultados, apesar de serem irreligiosos os meios, não podiam deixar de ser em favor da fusão das duas nacionalidades[13]. Os nascidos das raças cruzadas

---

13 Batista Caetano de Almeida Nogueira descreve a transformação nos seguintes termos: "Desapareceu o índio (*abá*), o indígena autóctone *(t-yby-abá = typynaba)*, o selvagem *(tapyya)*, – mas ficou o caboclo, o perfilhado por branco *(caraiboca = cariboca)*, o mameluco, o filho da mulher índia *(memby-rucá)*, o pele tostada *(caipira)*, ou o homem corrido, envergonhado, abatido, submetido *(kuaipira)*. E esses mamelucos, caboclos e caipiras, falando a língua do "outro", do estrangeiro, do homem lá de longe, do emboaba *(amôabá)*,

diziam-se, em frase tupi, *curibocas*, porém o uso fez preferir o nome de *mamelucos*, que se dava em algumas terras da Península aos filhos de cristão e moura. Os descendentes dos primeiros colonizadores começaram a designar com a expressão africana *mazombos*[14] os filhos dos chegados da Europa, reservando o termo português *crioulo* para os filhos dos africanos; chamando a estes *ladinos*, quando já instruídos na língua e serviço da casa, etc. A abundância que havia de mestiços e mamelucos, que, segundo os jesuítas, eram os autores de tantas invasões de índios indômitos no sertão, vem em auxílio dos que cremos que o tipo índio desapareceu, mais em virtude de cruzamentos sucessivos que de verdadeiro e cruel extermínio. Contra as alianças destas gentias com os cristãos, nunca houve prevenções, como havia contra as das mouras e judias: naquelas o próprio ato do matrimônio religioso era um triunfo: quem não tinha outras crenças não deixaria de seguir as do esposo. Todos os documentos dos tempos antigos e modernos nos descobrem, tanto aqui como nas colônias dos castelhanos, as tendências dos europeus a este cruzamento sucessivo de raça, que fez que a americana não se exterminasse em parte alguma, mas antes se cruzasse e refundasse...

---

falando essa língua corrompida pelo falar do africano, do selvagem negro (*tapyyñuna*), conservam no sotaque, no fraseado, reminiscências da língua geral... Foi proscrita a língua do índio (*o abá-ñeenga*), mas na língua do branco (*no caraï-ñeenga*), falada pelos matutos e reproduzida às vezes com bastante mérito em escritos literários, subsistem dizeres *sui generis*, oriundos da língua materna, certamente *materna*, pois que eles são os mamelucos, os filhos da mulher indígena, são os caboclos oriundos do homem branco". – *Anais da Biblioteca Nacional*, **6**, XII, Rio, 1879. – (C.).

14 *Mazombo*, termo de origem africana, segundo alguns, dizia-se do branco nascido na terra, filho de português e portuguesa. Corresponde ao *créole* francês, tão diverso do nosso *crioulo*. Talvez indique a diferença de pronúncia entre o filho da terra e o alienígena. – (C.).

O nome *curiboca* aplica-se hoje no Pará aos descendentes mestiços das raças africana e americana: *cafusos* aos da raça africana e parda. *Canicurus* chamam os bárbaros àqueles dos seus que transigem com a civilização, começando por aldear-se.

Passavam-se nesses tempos primitivos, nas colônias brasileiras nascentes, análogas cenas às que haverão tido lugar em todos os países mais atrasados, que começam a ceder o passo à nacionalidade, que nele se introduz com a superioridade e encantos da civilização sobre a barbárie. Os selvagens prestavam-se gostosos a trabalhar nas roças ou derrubadas, nas sementeiras e plantações e na construção das casas, a troco de uma vara de linho, ou de um anzol, ou de um pedaço de ferro ou enfeite de vidro, que reputavam de grande valor, só porque mediam este pela impossibilidade que teriam de produzir tais artigos, que lhes eram de tanta utilidade. Assim, o que deles se não alcançaria por punhados de ouro[15] ou de prata se obtinha por algum ornato de vidro, ou por um pedaço desse metal que mais utilidade nos presta, e só desconsideramos pela abundância com que se apresenta sobre a Terra; e quem sabe se, ao realizarem eles esses primeiros contratos e escambos com os europeus, se persuadiam ficar de muito melhor partido e haver logrado aqueles que efetivamente os logravam.

Os hábitos religiosos presidiam a vida dos moradores, especialmente nas colônias que mais prosperavam, como São Vicente, Porto

---

15 É digno de citar-se o fato passado em 1556 a uma frota da Nova Espanha, cujos índios, da prata que se salvou em terra, só roubaram o canhamaço dos sacos, de modo que veio a encontrar-se, daí a cinco meses, na praia todo o metal. Deste fato nos conservou memória fr. Tomás de Mercado, na sua obra, impressa em Salamanca em 1569, com o título: *Tratos y contratos de mercadores*, etc., fol. 18 v. – (A.).

Seguro e Pernambuco[16]. Os colonos, como quando estavam a bordo, se reuniam em terra todas as noites para rezar o terço; e introduziam a saudação do "Louvado seja Nosso Senhor Cristo" que ainda hoje se usa proferir, ao render os quartos, em alguns dos nossos navios, e que veio a ser a que geralmente dizem nas diferentes províncias os africanos cativos.

Durante o ano, as festas do calendário romano celebravam-se com o maior escrúpulo, ainda naqueles usos em que a diferença dos climas e dos produtos do solo pediriam menos rigorosa observância. Esta, porém, parecia aos colonos que os conchegava aos seus parentes no além-mar. O dia de ano bom era festejado com o banquete que lhes permitia sua pobreza; no entrudo arremedavam-se, perante os gentios, as loucas saturnais de outros gentios antigos. Nem aqueles podiam entender donde vinham aos hóspedes, de um dia para o outro, e sem beberem vinhos, tanta embriaguez; nem por que se ofendiam os amigos mais íntimos, lançando-se água, ovos e farinhas; que então não eram tais acometimentos feitos como depois com limõezinhos de cera e águas de cheiro. Vinham as endoenças e suas consoadas de confeitos, e as igrejas juncadas de plantas balsâmicas. Seguia a festa de maio, com flores, e a do Espírito Santo, com a doçaina e a competente gaita de foles e o imperador de um só dia. As fogueiras e os foguetes de santo Antônio, são João e são Pedro, e do padroeiro ou padroeira do lugar, eram indispensáveis. Finalmente vinha cerrar o ano o Natal, com seus presépios, seus autos sacros representados, sua missa do galo e seu bacorinho morto.

---

16 As cartas dos jesuítas vindos com Tomé de Sousa não confirmam tais asserções, que não concordam bem com a seção seguinte. – (C.).

Nas cerimônias religiosas consistia a principal parte da vida doméstica desde o berço. O batizado do recém-nascido fazia-se com a possível pompa; o dia da primeira comunhão era de grande festa na família, como precursor do matrimônio, sacramento este ao qual os pais procuravam encaminhar seus filhos apenas entravam na puberdade[17]. Os trajes, entre a gente de prez, eram idênticos aos que se usavam na metrópole, e as modas variavam como lá.

Não se envergonhavam os cristãos de roçar mato ou de cavar com a enxada, ao lado dos índios seus amigos, ou de algum escravo que destes adquiriam. No cativar o gentio da própria capitania foram os donatários mui parcos e só consideravam legitimamente seus os que haviam sido aprisionados na guerra. E devemos confessar que esta prática, fundada no chamado direito dos vencedores, tinha tendências civilizadoras e em alguns pontos chegou a produzir o influxo benéfico de poupar muitas vidas, fazendo que os mesmos vencedores guardassem, para resgatar com os nossos, os prisioneiros que segundo seus hábitos deviam matar.

Quanto a nós, tem-se clamado demasiado injustamente contra as tendências dos primeiros colonos de levarem a ferro e fogo os bárbaros da terra, agrilhoando-os, matando-os ou escravizando-os. Não sejamos tão injustos com os nossos antepassados, nem tão pouco generosos com os que da mudez dos sepulcros não se podem defender. Para provar a humanal fraqueza, "os nossos instintos de vingança, não necessitamos ir contender com os ossos dos antepassados, para os quais só nos cumpre pedir paz e comiseração,

---

17 A importância da primeira comunhão parece exagerada e de época relativamente moderna; importante era a *desobriga* no interior. – (C.).

quando até alguns (os dos devorados pelos bárbaros) nem sepultura tiveram. Houve sim, como adiante veremos, quem abusasse, quem sem caridade pretendesse conculcar as leis divinas e humanas e introduzir, com piratarias e crueldades, a anarquia e a dissolução nas primeiras povoações que o cristianismo fundava no Brasil. Mas tais monstros da sociedade eram a exceção, e muitos deles tiveram o merecido castigo.

Por via de regra, para com os índios, os donatários conduziram-se ao princípio do melhor modo que lhes era possível. À frente de um limitadíssimo número de colonos, contando entre eles alguns escravos de Guiné, ou criminosos, senão inimigos figadais, por castigos que se tinham visto obrigados a aplicar-lhes ainda durante a viagem, passando em revista, ao porem os pés em terra, o maior número de gentios que se reuniam de todos os contornos, para admirar aquelas canoas colossais (**igara-açu**), que os haviam transportado, e para tratar de obter alguns cascavéis e outras frioleiras de resgate; e vendo diante de si guerreiros tão fortes e tão destros, que nunca deixavam o arco e a frecha, que acertavam com esta, a grande distância, no pássaro que voava e no peixe que rapidamente fendia as águas, os donatários não podiam, exceto em caso de demência, deixar de conhecer que a melhor e mais segura política era a de atrair a si, pelos meios da persuasão, tais elementos de força.

Neste intento, começaram em geral a obsequiar e presentear os índios, seguindo a prática que aos primeiros exploradores era recomendada pelo próprio soberano. Passavam depois aos contratos; e da falta da execução destes, entre os particulares, procediam motivos de desinteligência. O bárbaro, vaidoso e independente, desconhecendo os direitos da razão e a supremacia da consciência,

nem sequer admitia a admoestação que alguma vez, de parte de um ou outro colono e do próprio donatário, provinha de verdadeira caridade evangélica. Demais, dissimulado sempre, e tendo para si[18] que é ardil de ataque e de desafronta o que, à nossa razoável maneira de ver, é traição e aleivosia, aproveitava-se da primeira ocasião para cometer um assassinato, crime que o nosso direito pune com a pena de Talião.

Por outro lado, os mesmos bárbaros reputavam como a maior prova de covardia de um homem o não saber ser ativo e insultante contra os que o iam matar. Entre eles, como já vimos, o prisioneiro, seguro de que tinha de morrer, era obrigado a fazê-lo a sangue-frio, indo para o sacrifício de fronte levantada, como para o combate. Antes de sucumbir lhe cumpria, com ameaças, vingar-se dos que o matavam: devia dizer-lhes como os seus companheiros o haviam algum dia de vingar, matando-os a eles todos, e como a ele próprio não o privavam da vida, senão quando já lhes tinha feito todo o mal que podia. O conhecido escritor francês Montaigne transcreve, em seus *Ensaios* (Liv. 1º, cap. 30), a seguinte mostra de tais discursos: "Vinde

---

18 "...com notória aleivosia aparecem como amigos... se reconhecem descuido que os assegure de sua premeditada atrocidade, sem perigo de alguns dos seus, infalivelmente acometem... E de tantas atrocidades se gloriam como de um heroísmo, ficando com mais nome, e mais respeitado em toda a nação aquele que cometeu mais crimes. Se pelo contrário acham a cautela precisa, e que os desanima da sua perfídia, com a maior dissimulação tudo ocultam; e sabem mostrar a mais fingida e sincera urbanidade, repetindo com a maior familiaridade as suas visitas, até ver se encontram ocasião para o seu atroz proceder... Sem que tanta cobardia e atrocidade os envergonhe, antes delas fazem garbo, tratando de estultice o modo de fazer a guerra de portugueses e espanhóis, – dando e recebendo golpes, ainda a mesma morte de frente a frente... que isto só néscios fazem, quando na guerra o modo deles... é o mais seguro e prudente; porque fazem estragos sem receberem danos, espreitando uma e muitas vezes ocasião oportuna." – Almeida Serra, *Rev. do Inst.*, **13**, 369 e 370. – (A.). – Esta nota constou apenas da 1ª e da 2ª edições desta *História*. – (N. do E.).

bem ardidamente, e juntai-vos todos para me devorar. E comereis pedaços da carne de vossos pais e avós, que serviu de pasto ao meu corpo. Estes músculos, esta carne, e estas veias são as vossas, meus pobres tontos. Não encontrareis outra sustância, senão de vossos progenitores. Saboreai bem; que saboreareis a vossa própria carne."

Podemos, pois, imaginar que pouco favorável juízo faziam dos europeus, vendo-os chorosos e pusilânimes e covardes no ato para o qual eles reservavam a ostentação do seu maior valor. Os cristãos, aprisionados às vezes ao acabarem de chegar da Europa, ignorando os usos bárbaros e a sorte que os esperava, quando levados ao sacrifício, alheios inteiramente a tais cenas hórridas, não podiam deixar de atemorizar-se; e desconhecendo a nenhuma piedade destes homens ferozes e duros de coração (por isso mesmo que, gastando-se-lhes toda a sensibilidade nos próprios males, nenhuma lhes ficava para os estranhos), e o fato de que o sacrifício do prisioneiro de geração contrária era para eles de religiosa vingança, bradavam misericórdia aos céus e a eles, que desprezavam nessa ocasião as lágrimas, como se fossem derramadas por pusilanimidade. O resultado era julgarem-se cada vez mais valentes e mais fortes que os europeus.

Da menor rixa se originava uma desordem; nesta cada um pugnava pelo seu companheiro e pelo direito que julgava ter por si. A guerra estava declarada. Os índios retiravam-se e preparavam-se para, na forma de seu costume, dar a vingativa assaltada de surpresa. Os cristãos ou se fortificavam, ou, depois que conheceram que os gentios tomavam por covardia quaisquer esforços para com eles se reconciliarem, e que, aleivosos, tinham a maior repugnância de entrar em combate franco corpo a corpo, saíam a agredi-los: e os prisioneiros de guerra traziam-nos para cativos. E cumpre confessar que nem havia nesta pena retaliação; quando os mesmos gentios, logo

que se declaravam inimigos dos nossos os matavam e devoravam. E a princípio (enquanto se não fez frequente o uso dos saios ou gibões d'armas de seda acolchoados de algodão, introduzidos das Antilhas, menos pesados que as cotas de malha e suficientes para embotar as frechas[19]), tinham eles pelo número grande superioridade.

Foi a experiência[20], e não o arbítrio nem a tirania, que ensinou o verdadeiro modo de levar os bárbaros, impondo-lhes à força a necessária tutela, para aceitarem o cristianismo e adotarem hábitos civilizados; começando pelos de alguma resignação e caridade, fazendo-se moralmente melhores; aproveitando-se de mais bens, incluindo os da tranquilidade de espírito e da segurança individual, à sombra de leis protetoras.

Conheceu-se que ou se havia de seguir tal sistema, ou de abandonar a terra, para evitá-lo. Sabemos quanto cumpre na História não desculpar os erros, e quanto os exemplos que nos levam a aborrecer o vício são quase de tanta instrução como os que nos fazem enamorar das ações virtuosas; mas temos que o hábito de esquadrinhar o lado desfavorável dos fatos, para depois contar como verdade o que se maliciou, é repreensível tendência do ânimo, que em vez de artifício inculca existência de peçonha.

---

19 Estes saios e gibões de que usaram os bandeirantes acham-se representados na narrativa da viagem de Debret ao Brasil, vol. I, estampa 21, como reparou o barão do Rio Branco, *Le Brésil en 1889*, 127. Com o correr do tempo, foram modificados de tal modo que só serviam para combates noturnos. – Conf. Augusto de Saint-Hilaire, *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, 1, 435, Paris, 1830. – (C.).

20 "É bem que estejam [os índios] obrigados continuamente mais de temor e força dos brancos que de palavras." – Baena, *Rev. do Inst.*, **V**. 270. – (A.). – Esta nota constou apenas da 1ª e 2ª edições desta *História*. – (N. do E.).

Está, porém, reservada aos nossos vindouros a tarefa de condenar ou de justificar o proceder dos antepassados, segundo por fim venham a conduzir-se com os índios que ainda temos[21]. A experiência de cada dia[22] nos está provando que "sem o emprego da força... não é possível repelir a agressão dos mais ferozes[23], reprimir suas correrias; e mesmo evitar as represálias a que elas dão lugar. Entre os índios era tal a ideia dos benefícios, da ameaça e do terror, que eles próprios pretendiam intimidar aos céus, disparando-lhes frechas, com intento de aplacá-los" (*Rev. do Inst. Hist.,* **8**, 361).

Com a jurisprudência que se havia adotado acerca do gentio bárbaro da terra, aliás inteiramente em harmonia com a que ainda hoje aconselham os publicistas mais liberais, houvera aquela seguido

---

21 "Havendo, na noite de 3 para 4 de fevereiro de 1855, os índios de Campo de Palmas atacado a fazenda do capitão Hermógenes, os nossos prenderam o cacique, puseram-no no tronco e depois o mataram; 'único meio (diz o correspondente do *J. do Com.* de 30 de abril desse ano), que tinham ao seu dispor, para *amedrontar e afugentar* o inimigo'." – (A.). – Esta nota constou apenas da 2ª edição desta *História*. – (N. do E.).

22 Em 1763 escrevia um respeitável prelado, o bispo do Pará fr. João de S. José (*Rev. do Inst.,* **9**, 339): "Por esta indulgência que experimentam os índios se fazem insolentes; nem há semana na cidade de Belém em que deixem de haver facadas, pancadas e algumas vezes mortes. Temos por certo que esta casta de gentios não se encaminha sem a força", etc. – (A.). – Esta nota constou apenas da 1ª e da 2ª edições desta *História*. – (N. do E.). O célebre presidente dos Estados Unidos, Jefferson, citava a certo viajante aos Estados Unidos a opinião de Correia da Serra que o suave sistema de escravidão adotado pelos portugueses em relação aos índios do Brasil fora o mais próprio para desenvolver os germens da riqueza territorial e para aumentar a população. – *Bosquejo hist. e pol.,* Niterói, 1835, pág. 121. – (A.). – Esta nota complementar constou apenas da 1ª edição desta *História*. – (N. do E.).

23 Palavras do ministro do Império (Monte Alegre), no seu relatório à Assembleia Geral Legislativa em 1852. Veja-se a nota 63, na página 458 da 1ª edição desta *História*. – (N. do E.).

cultivando-se, sem a dependência tão imediata dos braços dos pretos africanos, que as providências filantrópicas, ao depois adotadas em favor das raças americanas, tornaram indispensáveis.

Já nesses tempos havia o ilustre escritor Pedro Mártir, numa carta[24] que escrevia ao arcebispo de Calábria, consignado estas memoráveis palavras: "Acerca da liberdade dos índios ainda não se sabe o que mais convém... Uma longa experiência ensina que a sujeição é necessária aos que, quando privados de senhores e de tutores, voltam a seus antigos usos e idolatrias." Desde 1504 fora em Castela declarado legítimo o cativeiro dos canibais, manchados não só pelo horror da antropofagia como pelos vícios de nefandas bestialidades. Anos depois, defendiam e sustentavam essa decretada escravidão muitos religiosos (Herrera, **III**, 8, 10) de São Domingos e de São Francisco; sendo certo que os meios coercivos, mais ou menos cruéis, foram os que geralmente se empregaram para domar ou submeter à razão quer as turbas de bárbaros na Ásia e na Europa, quer (ainda nas melhores idades do cristianismo...) as multidões desenfreadas ou semibarbarizadas... Pelo que respeita aos demais índios, adotou Castela o arbítrio de confiá-los a encomendeiros que se obrigavam a cuidar de sua redução, educação e conversão[25].

---

24 Carta 806. – Veja Humboldt, *Ex. Crit.*, **II**, 283. – O pensamento de Mártir é o que depois parafraseou o jesuíta Vieira, comparando graciosamente o nosso gentio às estátuas de murta dos jardins, as quais, se bem que mui fáceis de reduzir-se à conveniente forma, vicejam continuamente, propendendo ao seu estado natural de árvores (Vieira, *Serm.*, **III**, 403). – (A.).

25 Herrera, **I**, 9, 14; **I**, 10, 12; **II**, 1, 11; **II**, 2, 6; etc. – (A.). – Uma rápida exposição do sistema seguido pelos castelhanos na segunda metade do século XVI se encontra no escrito de Diego Nuñes, a que já se fez referência na seção anterior, *Rev. do Inst. Hist.*, **2**, 365-369. – (C.).

As providências de mal entendida filantropia, decretadas depois pela piedade dos reis e sustentadas pela política dos jesuítas, foram a causa de que os índios começassem pouco a pouco a ser unicamente chamados à civilização pelos demorados meios da catequese e que ainda restem tantos nos sertões, devorando-se uns aos outros, vexando o país e degradando a humanidade. Era uma verdadeira monomania do pseudofilantrópico Las Casas a de deixar aos americanos todos no mesmo estado em que estavam; pois que a verdadeira filantropia ou o amor da humanidade não era quem o movia, quando ele por outro lado pregava a conveniência da escravidão africana, e em 1511 lembrava, para haver mais escravos, que não pagassem direitos aos africanos que se levassem à América! Nem que o seu propósito fosse transportar à mesma América toda a Etiópia[26].

Pelo que respeita aos jesuítas, cumpre dizer que os primeiros, e principalmente os dois a quem o Brasil reconhece dever maiores serviços, Nóbrega e Anchieta, não eram eles sectários das ideias de Las Casas. Aquele escrevia mui terminantemente a Tomé de Sousa[27]: "Em mentes o gentio não for senhoreado por guerra e sujeito, como fazem os castelhanos nas terras que conquistam, e no Paraguai o fizeram com mui pouca gente, senhoreando o maior gentio que há na terra..." "E se o deixam em sua liberdade e vontade, como é gente brutal, não se faz nada com eles, como por experiência vimos todo esse tempo, que com eles tratamos, com muito trabalho, sem dele tirarmos mais fruto que poucas almas inocentes que aos céus mandamos."

---

26 Na 1ª e 2ª edições desta *História*, o parágrafo era complementado pela seguinte frase, excluída das demais edições: "Em nossos dias, Las Casas, o filantropo proverbial Las Casas, devia ser perseguido como negreiro, ou ao menos como cúmplice em defender o tráfico africano." – (N. do E.).

27 *Cartas*, 166, ed. Vale Cabral. – (C.).

De igual opinião era também Rui Pereira, outro jesuíta, que aplaudia haver certo governador[28] deixado de seguir pseudofilantropias com os índios: "Ajudou grandemente a esta conversão, diz, cair o sr. governador na conta, e assentar que sem temor não se podia fazer fruto."

Anchieta[29] escrevia pouco depois que haviam projetado fazer a guerra aos índios contrários "para que pudessem viver com alguma paz e sossego, e juntamente começassem a abrir algum caminho para se poder pregar o evangelho, assim aos inimigos como a estes índios, sobre os quais já temos sabido que *por temor se hão de converter mais que por amor*". E o próprio p. Antônio Vieira, tão apregoado defensor dos bárbaros, dizia, em carta do Pará, de 14 de dezembro de 1655, ao secretário de Estado Pedro Vieira da Silva[30] que André Vidal, a quem elogia, "ficava dispondo umas tropas, que hão de ir ao sertão, do que esperamos *primeiro a quietação e paz, e depois uma grande conversão de almas*".

Se o uso e as leis tivessem continuado a permitir que a cobiça dos colonos bem encaminhada arrebanhasse os selvagens do Brasil, sujeitando-os primeiro, não se teria ido aquela exercitar, além dos mares, buscando nos porões dos navios, e entre os ferros do mais atroz cativeiro, colonos de nações igualmente bárbaras e mais supersticiosas, essencialmente intolerantes, inimigas de toda a liberdade, e que como que ostentam a raia da separação com que se extremam dos índios e dos seus civilizadores. Sem identidade de

28 Mem de Sá. – Set. 1560. – (A.).

29 1561. *An. do R. de Jan.*, VI, 57. – (A.).

30 *Cartas do padre Antônio Vieira*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo, 1, 457-458, Coimbra, 1925. – (G.).

língua, de usos e de religião entre si, só a cor e o infortúnio vinham a unir estes infelizes, comunicando-se na língua do colono, estrangeira a todos, e por isso sempre por eles cada vez mais estropiada, em detrimento até da educação da mocidade, que, havendo começado por aprender com eles a falar erradamente, tinha depois mais trabalho para se desavezar de muitas locuções viciosas.

Além das relações com os índios do distrito em que se fixavam, empreendiam os colonos, tanto por mar como terra dentro, algumas de tráfico e resgate com outros índios mais distantes. A essas relações deveram os mesmos colonos o conhecimento, que pronto adquiriram, não só de toda a costa que percorriam em caravelões, em barcaças e até em jangadas, como dos próprios sertões, que devassavam em pequenas troças, chamadas *bandeiras*[31], pois não havia cabilda de índios, assaz numerosa, que se atrevesse a atacar quarenta homens juntos, bem armados e de sobreaviso. As colonizações das atuais províncias de Sergipe e Alagoas, e das da Paraíba ao Pará, e das do sertão, foram precedidas de tais expedições, que, apesar de feitas com o intento principal de resgatar escravos, não deixavam de ser exploradoras[32].

---

31 De uma indicação de Anchieta pode-se concluir que o uso das bandeiras já era conhecido dos tupiniquins de Piratininga como sinal de guerra: "ainda que alguns dos seus [Martim Afonso Tibiriçá] ficaram em uma aldeia sem o querer seguir, e um deles vinha justamente com os inimigos, e lhe mandou incutir grande medo que eram muitos e que lhe haviam de destruir a vila, todavia teve em mais o amor de nós outros e dos cristãos do que o dos seus próprios sobrinhos, que têm em conta de filhos, levantando logo bandeira contra todos eles, e uma espada de ferro mui pintada e ornada de penas de diversas cores, que é o sinal de guerra". – *Rev. do Inst. Hist.*, **2**, pág. 544. – (C.).

32 Sobre este e o seguinte capítulo, conf. a memorável nota C de João Francisco Lisboa, *Obras*, **III**, 462-515, São Luís do Maranhão, 1865, e o folheto do autor: *Os índios bravos e o sr. Lisboa, Timon 3*º, Lima, 1867.

Seção XIV

Escravidão de africanos. Perigos ameaçadores.

Origem da escravatura africana. Condição do escravo. Tolerância no Brasil. Raças africanas escravizadas. Jurisprudência. Fecundidade. Caráter. Religiões. Bens e males provindos da África e do cativeiro. Perigos iminentes do Brasil. Desmoralização. Piratas. Degredados. Homizios. Desmoralização e irreligiosidade. Naus francesas. Eloquente brado de Luís de Góis. Providências. Queixas dos donatários. Sorte destes.

O princípio da escravidão foi antigamente admitido por todos os povos, ainda o reconhecem algumas nações da Europa, e até o tolera o Evangelho. A introdução, porém, da escravatura dos africanos foi em Portugal uma espécie de continuação à da dos mouriscos vencidos nas guerras de religião, em represália ao que eles faziam. A necessidade de braços nas colônias portuguesas das ilhas da Madeira e de Cabo Verde, a abundância que deles havia na costa de Guiné, tão próxima, e senhoreada por Portugal, tinham induzido a muitos proprietários a mandar por eles; porém, como foi estabelecido (Reg. da Fazenda) que nenhuns de tais escravos pudessem ir de umas colônias para as outras, sem darem primeiro entrada no porto da capital, a fim de pagarem sisa, converteu-se Lisboa em um grande mercado de escravos africanos, do qual não deixariam de aproveitar-se com algumas

peças (como então se dizia e se disse por muito tempo[1] depois) os donatários, que tanto necessitavam de braços e que não sabiam se poderiam contar ou não com o gentio de suas capitanias. Os escravos eram considerados, como na legislação romana, *coisa* venal; e as Ordenações Manuelinas tratam deles em uma seção, cujo título (liv. 4, tít. 16) por si só nos revela a consideração em que os haviam; diz assim: "Como se podem enjeitar os escravos e bestas por os acharem doentes ou mancos." As Ordenações Filipinas, que as substituíram, alteram-no deste modo (liv. 4, tít. 17): "Quando os que compram escravos, ou bestas os poderão enjeitar por doenças, ou manqueiras."

Em nosso entender, os escravos africanos foram trazidos ao Brasil desde a sua primitiva colonização; e naturalmente muitos vieram, com seus senhores, a bordo dos primeiros navios que aqui aportaram, compreendendo os da armada de Cabral. Porém, a verdadeira introdução dos escravos de Guiné, e depois de quase toda a África, isto é, do tráfico em ponto maior, proveio, em primeiro lugar, como fica dito, de se haver promulgado como ilegal a escravatura índia, com raras exceções, das quais, se os poderosos abusavam[2], outros se receavam, só para não virem a achar-se no caso de ter

---

1 Vieira, *Sermões*, **VI**, 397. – (A.). – Não se encontra esse trecho no lugar citado nem disso se faria reparo, tão comum é o emprego do termo, se não coubesse aqui uma curiosidade lexicográfica. Frei Domingos Vieira, *Dic. português*, **IV**, 714, Porto, 1873, *sub-verbo*, escreve: "Tantas *peças*, tantos navios. E já o ano passado se fez outra missão deste gênero aos mesmos rios pelo padre Francisco Veloso, em que se resgataram e desceram outras tantas *peças* em grande benefício e aumento do Estado, posto que não é esta a maior utilidade e fruto desta missão". Vieira, *Cartas*, ed. de 1854, nº 17. – (C.).

2 Veja-se o testamento de Jerônimo de Albuquerque. – (A.). – Fernandes Gama, "Memórias históricas da província de Pernambuco", **1**, 85-90, e *Rev. do Instituto Arqueológico Pernambucano*, tomo **IV**, nº 28, págs. 111-120. – (C.).

que pleitear o seu direito. Em segundo lugar proveio de se haver já nas Antilhas conhecido por experiência que os africanos eram mais fortes e resistiam mais ao trabalho aturado do sol do que os índios.

Os engenhos de açúcar necessitavam, é verdade, árduo trabalho e muitos braços; mas talvez teria havido modo de se não dar, apesar disso, tanta latitude à introdução dos africanos, ou de se haver aberto mão da cultura da cana.

Parece que, logo a princípio, no Brasil, onde a natureza é tão fecunda que permite conseguir talvez resultados iguais aos de outros países com metade do trabalho, ninguém se lembrou de que bastava que os colonos ou os índios trabalhassem nas lavouras desde as cinco até as oito ou nove da manhã, e desde as quatro ou cinco até as seis e meia da tarde, descansando assim, ou empregando-se em casa, durante as sete horas mais calmosas do dia. E isto, apesar de que, segundo hoje sabemos, era esta, entre os próprios índios, a prática geral, antes da chegada dos europeus.

O direito da sisa dos escravos foi na metrópole rematado por contrato; e a um pedido de Duarte Coelho para introduzir livres certo número deles, respondeu-lhe o rei que não lha podia dar, enquanto o prazo do tal contrato não expirasse[3].

Como a colonização africana, distinta principalmente pela sua cor, veio para o diante a ter tão grande entrada no Brasil, que se pode considerar hoje como um dos três elementos de sua população,

---

3 Carta de Duarte Coelho, de 27 de abril de 1542. Cópia no Instituto Histórico, impressa muito incorretamente no *Brasil histórico*, 2ª série, **I**, 170. – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 313-314. – (C.).

julgamos do nosso dever consagrar algumas linhas neste lugar a tratar da origem desta gente, a cujo vigoroso braço deve o Brasil principalmente os trabalhos do fabrico do açúcar, e modernamente os da cultura do café; mas fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana, e por conseguinte a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro, e sofreram os grilhões da escravidão, embora talvez com mais suavidade do que nenhum outro país da América, começando pelos Estados Unidos do Norte, onde o anátema acompanha não só a condição e a cor como a todas as suas gradações[4].

Não é nosso intento entrar aqui em explicações anatômicas sobre a aparência física dos povos da África, nem nos interessa agora indagar como a pele parece preta, como o cabelo se apresenta em forma de carapinha (o que aliás não é sintoma infalível das raças pretas), nem qual seja a teoria dos ângulos *faciais*, tudo o que deve ainda ser submetido a novas observações para dar resultados seguros e simples, capazes de serem aproveitados em uma história civil.

Tampouco temos por essencial dar um extenso catálogo das diferentes nações de raça preta, que os novos colonos preferiram nesta ou naquela época, e para esta ou aquela província. Pode-se

---

4 Na 1ª e na 2ª edições desta *História*, o parágrafo era seguido de ponto e vírgula e complementado pela seguinte frase, excluída das demais edições: "sendo neste ponto, como em outros muitos, a nossa monarquia mais tolerante e livre que essa arrogante república, que blasona de suas instituições libérrimas, e cujo aristocrático cidadão não admite a seu lado nas reuniões políticas, nem nas civis e sociais, o pardo mais claro, por maiores que sejam seus talentos e virtudes". – (N. do E.).

dizer que a importação dos colonos pretos para o Brasil, feita pelos traficantes, teve lugar de todas as nações, não só do litoral da África que decorre desde o Cabo Verde para o sul, e ainda além do cabo da Boa Esperança, nos territórios e costas de Moçambique[5]; como também não menos de outras dos sertões que com elas estavam em guerra, e às quais faziam muitos prisioneiros, sem os matarem. Os mais conhecidos no Brasil[6] eram os provindos de Guiné (em cujo número só compreendiam berberes, jalofos, felupos, mandingas), do Congo, de Moçambique e da costa da Mina, donde eram o maior número dos que entravam na Bahia, que ficava fronteira e com mui fácil navegação; motivo por que nesta cidade tantos escravos aprendiam menos o português, entendendo-se uns com outros em *nagô*. Nessas nações a liberdade individual não estava assegurada; pelo que os mais fortes vendiam os fracos, os pais os filhos, e os vencedores, com muito maior razão, os inimigos vencidos. Assim, ainda passando tais gentes ao Brasil, com as condições da escravidão romana, isto é, de serem coisa venal ou bem móvel, melhoravam elas de sorte; bem que o ato de as escravizar era injusto, principalmente por não ser empreendido por ideia alguma filantrópica, e pelo contrário dar em resultado um insulto à humanidade, pelo ataque feito a um tempo ao indivíduo, à família e ao estado donde eram arrancados.

---

5 Os negros de Moçambique só começaram a ser exportados em número avultado depois que os holandeses se estabeleceram na costa ocidental da África, a partir de 1645, segundo Zimmermann, *Die europaeischen Kolonien*, **I**, 186, Berlim, 1896. – (C.).

6 Na obra *Naturaleza Política* do p. Alonso de Sandoval, pub. em Sevilha em 1627, cap. 16, se encontra uma lista e nomenclatura com muitos informes dos africanos que iam a Cartagena de Índias, em parte aplicáveis ao Brasil. Podem ver-se os desenhos de vários indivíduos dessas raças na *Narrative* da viagem de C. Wilkes, Filadélfia, 1845, págs. 54 a 63. – (A.).

A fecundidade dessas raças, em seus países, era tal que permitiria até povoar o orbe todo de negreria, se de todo o orbe fossem navios por colonos delas. E o certo é que, passando à América, ainda em cativeiro, não só melhoravam de sorte, como se melhoravam socialmente, em contato com a gente mais polida, e com a civilização do cristianismo. Assim a raça africana tem na América produzido mais homens prestimosos, e até notáveis, do que no continente donde é oriunda.

Estes povos, pertencentes em geral à região que os geógrafos antigos chamavam Nigrícia, distinguiam-se sobretudo pela facilidade com que suportavam o trabalho no litoral do Brasil, facilidade proveniente da sua força física, da semelhança dos climas, e não menos de seu gênio alegre, talvez o maior dom com que a Providência os dotou, para suportar a sorte que os esperava; pois que, com seu canto monótono, mas sempre afinado e melodioso, disfarçam as maiores penas.

Dos mencionados povos negros, alguns havia com ideias religiosas de islamismo, e até já de cristianismo, em virtude da vizinhança dos estabelecimentos e feitorias dos europeus; mas pela maior parte eram gentios ou idólatras: em geral andavam nus, lavavam-se a miúdo, e, muitos deles, em pequenos golpeavam a cara por distintivo de nação. Alguns adoravam ídolos, outros animais; acreditavam estes em calunduns, quigilas e feitiços, aqueles faziam sacrifícios e ofertas aos que tinham bastante charlatanismo para se inculcarem por seus sacerdotes[7].

---

7 Sobre este assunto podem ser consultados os interessantes estudos de Nina Rodrigues na *Revista brasileira* de 1896 e alhures. Veja-se também a memória

Da África não recebemos só colonos africanos cativos. Ao trato da navegação, em alguns de seus portos, devemos a introdução de algumas plantas, como dos *quingombós* ou quiabos e maxixes, do feijão-preto (segundo alguns), do capim-de-angola, do coqueiro--de-dendê, dos guandus e da malagueta, bem como de algumas comidas e *quitutes*, conhecidos com nomes africanos, sobretudo na Bahia. A bebida do aloé pode ser introdução da Ásia, mas alguns a têm por africana. São também da África as palavras quitanda, quenga, senzala, calundum, caçula, bunda, mocotó, tamina, muxinga, mocambo, quilombo, matombo, mazombo, marimbondo[8], quinguangu, curinga, cabungo e outras muitas, incluindo várias que passaram à Europa, tais como: coco[9], papagaio, macaco, moringa, cacimba, tanga, quindins, jeribita, moleque e outras.

---

do dr. Brás do Amaral, *Revista do Instituto Histórico*, tomo especial consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional, **2**, 661-690, Rio, 1915. – (C.). A matéria dispõe de extensa bibliografia, tanto nacional como estrangeira, ou melhor, norte-americana: a destacar os recentes estudos de Artur Ramos, esclarecido continuador de Nina Rodrigues, e o livro notável de Donald Pierson: *Negroes in Brazil: a study of rate contact at Bahia* (Chicago, 1942), com tradução brasileira – *Brancos e pretos na Bahia; estudo de contato racial*, introduções de Artur Ramos e Robert E. Park (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945). – (G.).

8 *Maribundo*, o *formigão*, *Coleção de observações gramaticais sobre a língua bunda ou angolense*, pág. 138, Lisboa, 1805. – (A.). – Para Batista Caetano, *Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da "Conquista espiritual"* (*Anais da Biblioteca Nacional*, vol. **VII**, Rio, 1879, pág. 229), a palavra deriva de *mberu-ybô*, mosca que flecha, ou fere como flecha. – (G.).

9 A palavra *coco* não deve ser africana. "Nós os portugueses", diz Garcia da Orta, *Colóquio* XVI, "por ter aqueles três buracos lhe pusemos o nome de *coco*, porque parece rosto de bugio ou de outro animal". Pelos estudos do conde de Ficalho em sua edição dos *Colóquios* (Lisboa, 1891-92), pode-se concluir (ele próprio não conclui) que o nome *coco* aplicado a este fruto do Oriente foi dado pelos companheiros de Vasco da Gama entre 11 de março

Se os colonos escravos africanos concorriam a aumentar a riqueza pública com o seu trabalho, por outro lado pervertiam os costumes, por seus hábitos menos decorosos, seu pouco pudor e sua tenaz audácia. A escravidão, como ela foi admitida entre nós, alheia à ternura da família, endurecia o coração dos escravos, os quais não queriam adquirir inclinações que de um a outro momento lhes seriam contrariadas, nem podiam interessar-se tanto pela prosperidade de seu próprio senhor, visto que dela nada lhes cabia em sorte, desde o dia em que passavam a outro dono.

Passemos, porém, a apreciar outros vícios e misérias que tendo, como tiveram, melhor cura e remédio, eram os que, na infância de todas as nossas capitanias, pareciam ameaçá-las de perigos mais iminentes.

Provinham estes perigos:

- Da extraordinária desmoralização a que tinham chegado principalmente as colônias do Espírito Santo, Ilhéus, Itamaracá e Bahia (antes de perder-se); duas das quais quase que se haviam convertido em valhacouto de contrabandistas;

- Da insubordinação e irreligiosidade que iam lavrando em todas as outras, em consequência dos degredados que choviam da mãe-pátria;

- Das expedições francesas, cada vez mais ameaçadoras.

---

e 21 de setembro de 1498. Na primeira data escreve o autor do *Roteiro*, depois de sair de Moçambique: "As palmeiras desta terra dão um fruto tão grande como melões, e o miolo de dentro é o que comem, e sabe como junça avelanada." Na segunda, tratando de uma barca tomada nas ilhas Anjedivas, escreve: "Abalroamos logo com ela, e nom achamos em ela salvo mantimentos e armas, e o mantimento era *coquos* e quatro talhos de uns queijos de açúcar". – (C.).

O primeiro destes males, a desmoralização de algumas colônias, chegou a ser tal que nelas se armavam navios de contrabandistas, ou para melhor dizer de piratas, que iam a corso pela costa. Estavam os mares do Brasil ainda piores do que nesse tempo os de Túnis e de Argel. Seis caravelões, preparados numa das capitanias do sul, foram à Paraíba do Norte tratar por sua conta com os índios e *fazer brasil*, para vender não sabemos onde (I). O capitão de Itamaracá asilava naquela ilha aos que fugiam de Olinda, para escapar ao merecido castigo a que por seus delitos os condenava o severo Duarte Coelho, que, apesar da repugnância que tinha de desmoralizar perante os índios o prestígio dos seus patrícios pervertidos, teve alguma vez de mandar enforcar alguns por incorrigíveis. Um certo Henrique Luís e outros da capitania do Espírito Santo foram a Campos[10]; e, sob pretextos de resgate, apanharam a bordo um chefe índio, e o foram entregar (naturalmente a troco de alguma vantagem) a seu maior inimigo. Todo o gentio de Campos se vingou da aleivosia, assaltando a colônia de Pero de Góis, queimando-lhe os canaviais e hostilizando-o a tal ponto que se viu obrigado a evacuar, como fica dito precedentemente.

Alguns navios traziam de Portugal colonos contra sua vontade: e sucedeu que estes se levantavam, deixando nalgum porto menos frequentado o capitão, e mais gente que se não associava a eles, e seguiam o rumo que lhes parecia. Um dos tais navios foi à Bahia vender roupas, e daí se passou aos Ilhéus, e quem sabe se depois à Turquia, onde a pirataria contra os cristãos seria porventura virtude, como era heroicidade nos tempos dos primeiros povos da Grécia, que se deram à navegação. Desta praga de piratas provieram, por

---

10 Campos não era povoado: melhor caberia cabo de São Tomé, Paraíba do Sul, ou vila da Rainha. – (C.).

muito tempo, as queixas e rivalidades de umas capitanias para as outras, à custa das quais viviam os inimigos.

Assim, a inteligência que alguns donatários queriam dar ao homizio e couto, fazendo-o extensivo aos crimes cometidos nas capitanias, apresentava por absurdo que um criminoso poderia só no Brasil perpetrar onze crimes, e ter igual número de homizios sucessivos. Já em 1546 se queixara a tal respeito o velho Duarte Coelho, pedindo ao rei que ordenasse aos outros donatários e seus capitães que satisfizessem às precatórias para entregarem os criminosos; porém, nada tinha conseguido. Daí ódios e rixas, entre os capitães e as capitanias, que infelizmente medraram, e alguns duravam ainda há pouco, com grande prejuízo da causa popular.

Os degredados, que o mal-entendido zelo do governo pelo Brasil agora começava a mandar em maior número, concorriam a aumentar a triste situação das capitanias. Nas Ordenações Manuelinas ainda não há degredos para o Brasil. Foi em 1535 que o governo ordenou que se estendessem para o Brasil os com que elas presenteavam às ilhas de São Tomé e Príncipe; número que foi aumentado com outras providências tomadas em 1551 e 1564. Verdade é que a Pernambuco é que caíam mais geralmente em partilha as tais remessas, por ser conhecido o rigor com que os sabia levar seu velho donatário, que afinal se viu obrigado a representar contra esse abuso, em uma carta dirigida ao rei[11]: "Certifico à V. A.,

---

11 Carta de Duarte Coelho, de 20 de dezembro de 1546. – (A.). – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 314-316. Os degredados, observa fr. Vicente do Salvador, não eram como o pêssego,

"O pomo, que da pátria pérsia veio,
Melhor tornado no terreno alheio".
Camões, *Os Lusíadas*, canto IX, estr. 58. – (C.).

e lho juro pela hora da morte, que nenhum fruto nem bem fazem na terra, mas muito mal. Creia V. A. que são piores cá na terra que peste; pelo que peço a V. A. que pelo amor de Deus tal peçonha me cá não mande." Alguns de tais degredados conseguiam fugir para as outras capitanias, sobretudo para aquelas onde não estavam os donatários em pessoa. Nelas se insinuavam com os capitães ou administradores, que, tendo em tudo a mesma alçada e autoridade que os donatários, em certas causas mais que a casa do cível da corte, ou os protegiam diretamente, ou, pela proteção que davam aos seus amigos, com cargos fictícios de tabeliães, inquiridores e outros, concorriam a dispensar a estes dos mais trabalhosos e importantes naqueles tempos, como eram os do conselho; de modo que estes vinham às vezes a ser desempenhados por degredados, por culpas de infâmia, e *desorelhados*[12]. Já se vê que impossível fora advogar a opinião de que para a colonização do Brasil não concorreram alguns degredados. Em Portugal os habitantes, pervertidos moralmente com tantas fortunas, bem ou mal adquiridas na África, e principalmente na Índia, já não eram os mesmos do século anterior. O espírito de cavalaria tinha perecido, e com ele o desinteresse, a boa-fé e a ambição de glória, nascida da elevação do espírito. O desejo de conquista nascia só da cobiça. Os crimes não tinham fim, e os legisladores, conhecendo que eram insuficientes todos os esforços e rigores do livro quinto das Ordenações para fazer barreira ao vício, que estava menos no homem que na sociedade, viam-se obrigados a comutar em degredos muitas condenações à morte.

---

12 Veja-se a carta de Pero Borges, de 7 de fevereiro de 1550, nota XI, seção XI. – (G.).

Assim pensamos que, com narrar os fatos como se passaram, em nada degraduamos a atualidade, tanto mais quando é bem sabido como nas aristocráticas capitanias de Pernambuco, São Vicente e, ao depois, na da Bahia, donde procederam os povoadores do Rio de Janeiro, Maranhão e Minas, as famílias principais, fazendo timbre da sua origem, se extremaram sempre, evitando alianças com indivíduos cujos precedentes não conheciam. Isto sem levar em conta que os povos não começam em geral aristocraticamente e que a estirpe dos nobres patrícios de Roma provinha dos estupros cometidos nas sabinas, pelos bandidos que as roubaram. Se, no seu tempo, Barros (*Déc*. II, 5º, 11) ponderava a origem humilde da nobreza das ilhas adjacentes a Portugal (Madeira e Açores), já enlaçada com os descendentes dos companheiros de Afonso Henriques, com igual razão pudera hoje notar a mescla genealógica, não só da raça portuguesa com a asiática como da dos descendentes dos companheiros de Pelaio com as dos caciques da América, ou com a do tecelão[13] da opulenta pátria dos Dórias, rival de Veneza. Por outro lado: tão rigorosas foram as penas, que no Código Filipino, promulgado no princípio do século seguinte, são castigadas com degredo para o Brasil culpas mui leves e até simples pecados, havendo quem, feita a conta, assegure que, nas mesmas Ordenações, são, de duzentos e cinquenta e seis casos de degredo, para o Brasil oitenta e sete – mais de um terço[14].

---

13 O pai de Colombo era tecelão de Gênova. – (A.). – Esta nota constou apenas da 1ª e da 2ª edições desta *História*. – (N. do E.).

14 Conf. João Francisco Lisboa, *Obras*, **3**, 119 e segs., São Luís do Maranhão, 1865. – (A.).

Voltando, porém, ao nosso assunto, cumpre saber que a desmoralização e irreligiosidade, em várias das capitanias nascentes, chegou a tal ponto que se cometiam assassinatos, entrando no número dos criminosos alguns eclesiásticos. Muitos destes não só deixavam de cumprir os preceitos da Igreja como, às escâncaras, faltavam à sociedade, vivendo escandalosamente na poligamia. Colono houve em Pernambuco que se lançou à vida gentílica, da qual apenas saiu quando se lhe ofereceu mais tarde ocasião de ir ver seus pais em Portugal. Alguns índios, depois de já cristianizados e domesticados, e de haverem até feito viagens à Europa, voltavam por qualquer capricho à selvajaria[15]. Em poucas palavras: a religião e a moral, primeiras colunas da humana felicidade, estavam abaladas, ou, antes, tombadas; a honradez, que deve presidir nos negócios públicos, como nos particulares, cedia o passo ao cínico egoísmo; e já quase começava a justiça equitativa, e por conseguinte a boa-fé e a confiança, a fugir desta terra.

Mas outro perigo crescente punha em maior risco toda a colônia e ameaçava a ruína e a perda do Brasil. Eram as naus francesas, as quais, não passando anteriormente do cabo de Santo Agostinho, ou quando muito da Bahia, desde que estas terras tiveram donatários, se avezaram ao Cabo Frio e Rio de Janeiro, Ilha Grande e Ubatuba, de modo que já por estes portos não ousavam mostrar vela os navios portugueses. A Bretanha e a Normandia consideravam as terras do

---

15 Veja o folheto *Cópia de unas cartas embiadas del Brasil por el Padre Nobrega, de la Compañia de Jesus, y otros padres que estan debaxo de su obediencia: al Padre Maestre Simon, prepósito de la dicha Compañia en Portugal, y a los Padres y hermanos de Jesus de Coimbra. Trasladadas de portugues en castellano. Recebidas el año de 1551.* – Sem data, lugar e nome do impressor, in-4º, de 27 fls. inumeradas. Conf. Nóbrega, *Cartas*, 87. – (C.).

Brasil tão suas como o próprio Portugal. Até à França levavam índios, e em vez de torneio chegaram a representar em Ruão um combate e festim de nossos selvagens[16], nos dias 1 e 2 de outubro de 1550.

A longínqua colônia de São Vicente, que até então tinha crescido com a paz em prosperidade, esteve, em consequência do trato dos navios franceses, em termos de ver cortadas as suas relações com a mãe-pátria.

Foi dessa capitania de São Vicente, que tão célebre devia um dia fazer-se nos anais brasilienses, que partiu o brado mais enérgico, pelo qual a corte se inteirou bem ao vivo do perigo em que estava todo o Brasil. Levantou esse brado Luís de Góis, irmão do donatário de Campos, e ao depois jesuíta, a quem a Europa deveu a primeira planta de tabaco que recebeu da América (II). Góis, em uma carta datada de Santos, depois de um preâmbulo de submissão e humildade, levanta assim a voz: "Se com tempo e brevidade V. A. não socorre estas capitanias e costa do Brasil, [...] ainda que nós percamos as vidas e fazendas, V. A. perderá a terra." Como se não estivesse bem seguro do apreço que a corte daria à perda do Brasil, por muito embriagada com o Oriente, acrescenta: "e que nisto perca pouco aventura a perder muito... queira Deus não se vão [os franceses] a dobrar o Cabo da Boa Esperança". E receoso ainda de que não fosse bastante o ter falado assim ao interesse, tenta também demover a piedade: "Socorra V. A., e com braço forte, que tudo se há mister, e se não o mover a terra e os inconvenientes acima ditos, haja V. A. piedade de muitas almas cristãs." Finalmente depois de ponderar

---

16 Veja o interessante folheto publicado em 1850 pelo sr. F. Denis, *Une fète brésilienne*, etc. – (A.).

que no Brasil tinha gasto mais do que possuía, e o melhor tempo de sua vida, conclui: "O que me fica para gastar é a minha vida e de minha mulher e de meus filhos, das quais a Deus e a V. A. farei sacrifício, e, em mentes nos durar, sempre rogaremos a Deus pela vida e estado de V. A."[17]

As eloquentes instâncias de Góis, já precedidas dos avisos prudentes de Coelho, e das notícias do desastroso caso do donatário da Bahia, levaram o governo a adotar afinal meios mais heroicos, para fazer articular de novo o corpo que se desmembrava. No princípio do ano anterior (1547), com a chegada da notícia da perda da capitania da Bahia, o governo, ou verdadeiramente então Fernando Álvares de Andrade, que tomara a si os negócios do Brasil, chegara a mandar armar um navio, no qual devia ir com socorros Jorge Pimentel, passando Henrique Mendes de Vasconcelos da costa da Malagueta ao mesmo Brasil[18]. Depois houve plano de criar uma companhia de armadores em grande[19], talvez semelhante às do comércio que mais para o diante se estabeleceram; porém, afinal, graças à presença na corte de Pero de Góis, e a sua ilustração e gênio ativo, se assentou,

---

17 Carta datada de 12 de maio de 1548, na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 259. – (C.).

18 Carta de Fernando Álvares de Andrade, que na corte entendia nos negócios do Brasil, para el-rei, de 10 de fevereiro de 1547, *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 15-17. – (G.).

19 Duarte Coelho estava informado em 14 de abril de 1549 de que os armadores se ofereciam a povoar e ajudar as capitanias de baixo, isto é, as que ficavam ao sul de Pernambuco, se a Coroa lhes concedesse durante vinte anos o pau-brasil da costa, e todos os dízimos e rendimentos. – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 318-320. – Das notícias sobre Jorge Pimentel, Henrique Mendes de Vasconcelos e da chegada de Pero de Góis à corte não foi possível descobrir a fonte. – (C.).

em fim do mencionado ano de 1548, no melhor partido, qual o de criar no Brasil um centro de poder, para acudir onde houvesse mais necessidade. Foi também resolvido que se retirassem aos donatários algumas das prerrogativas, de que não tinham sabido usar convenientemente, como a alçada que no cível e crime possuíam sobre os colonos; devendo, desde então, entrar em suas terras corregedores e outras justiças, e podendo eles ser suspensos das suas jurisdições.

Os donatários não deixaram de agravar; mas apenas foi atendido Duarte Coelho, que pouco tempo sobreviveu. E na verdade o não excetuá-lo fora quebrarem-se-lhe doações e promessas, quando sua boa administração e serviços mereciam antes novas recompensas e estímulos[20].

Aos outros donatários só os bens, e nenhuns males iam fazer as novas providências. Dos primitivos, três já os levara Deus, todos por naufrágio; outros haviam insensivelmente desistido de suas doações; dois (Martim Afonso e Figueiredo) se limitavam a assinar uma ou outra

---

20 Nem mesmo Duarte Coelho devia ser excetuado na opinião de Nóbrega: "Duarte Coelho e sua mulher são tão virtuosos como é a fama que têm [escrevia a el-rei de Olinda a 14 de setembro de 1551]; e certo creio que por eles não castigou a justiça do Altíssimo tantos males até agora, e, porém, é já velho e falta-lhe muito para o bom regimento da justiça e por isso a jurisdição de toda a costa devia ser de Vossa Alteza". – *Cartas*, 91.

Como se vê da carta de Duarte de Lemos, Vasco Fernandes partiu de sua capitania para a de Pernambuco no intuito de protestar com Duarte Coelho contra o desprezo de suas doações e privilégio que a criação do governo-geral importava. O mesmo motivo levá-lo-ia a dar abrigo aos criminosos fugidos dos Ilhéus e presos pelo ouvidor-geral, cuja autoridade não reconhecia. Em Pernambuco encontrou-se com o bispo, que o desfeiteou, conforme escreveu d. Duarte da Costa, em carta de 20 de maio de 1555, *Rev. do Instituto*, **49**, parte 1ª, 574, e *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 75. – Supra, seção XI, nota 40. – (C.).

providência, que lhes pediam seus locotenentes ouvidores. Restavam, pois, além de Duarte Coelho, quatro: destes, um (Pero do Campo) morreu logo, dois (Pero de Góis e Cardoso de Barros) nada tinham de seu, e o quarto (Vasco Fernandes) já nenhuma influência tinha nos seus súditos, e se considerava, por vários títulos, de todo perdido.

NOTAS DA SEÇÃO XIV

I
(Pág. 415)

"...este ano, Senhor, presente vieram de lá de baixo aqui ter seis Caravelões como me vinham haver, e a tratar com minha gente; e quando entenderam que eu estou esperando a hora que Deus for servido de me dar possibilidade para seguir esta empresa do sertão, que tanto desejo por servir Vossa Alteza ofereceram-se a irem comigo prometendo-lhes eu grandes partidas, e me pus a fazer Bragantins novos, e quando me não precatei todos apanharam o panete em pago das boas obras que de mim receberam, soube como foram salteando por minha costa primeiro que isso acudisse, sem poder haver a mão se não um só que salteou nos Petiguoarés, terra onde ora há três anos houve por resgate vinte e cinco, ou trinta portugueses, que se aí perderam, e todos quantos índios traziam salteados lhos tomei e os tornei a mandar para suas terras; porque quando a fortuna der com alguns portugueses aí a Costa por ser ruim pareja terá homem esperança de os haver per resgate, a estes salteadores dei o castigo que me bem pareceu." – Duarte Coelho, carta de Olinda, 20 de dezembro de 1546, apud *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 314-316. – Toda a carta é digna de meditação e contém outros dados aproveitados no texto. – (C.).

II
(Pág. 420)

Confere Damião de Góis, *Crônica do sereníssimo senhor rei d. Emanuel*, **1**, cap. 56. Houve muitos Góis nos primeiros tempos, e é difícil estabelecer as relações existentes entre eles. De um Luís de Góis de São Vicente conta o seguinte Gregório

de Acosta numa informação coeva de Rio da Prata dirigida a Sua Majestade e ao Conselho de Índias: "*Item ha hecho (Ruy Diaz Melgarejo) cuando estuvo en San Vicente á donde se casó con su mujer, la que mató, despojó un ingenio de hacer azúcar y lo hizo echar a perder, que era de un caballeiro portugués que se llamava Luis de Góes; y enganó a sus dos hijos que eram mancebos con palavras y pormetimientos; de manera que se llevó toda la gente de esclavos e esclavas que Luis de Góes tem a en el ingenio; de manera que el ingenio y Luís de Góes quedaron perdidos; de manera que de enojo Luís de Góis se murió padre de los mozos; murió el y su mujer; y los mozos que llevó consigo, despues que los tuvo en el puerto de Piqueri, los trató muy mal y les quitó sus haciendas, y al uno su mujer y fué mal infamado con ella, siendo su comadre*". – *Colección de documentos inéditos del Arquivo de Indias*, **10**, 534-535, Madri, 1868. – (C.).

Seção XV

Estabelecimento de um governo central na Bahia.

Tomé de Sousa, governador. Pero Borges, ouvidor-geral. Antônio Cardoso, provedor-mor. Provedorias parciais. Seu regimento. Pero de Góis, capitão-mor da costa. Compra da capitania. Colonos. Descrição da Bahia. Ilhas. Paraguaçu. Iguape. Matuim. Pirajá. Desembarque. Assento mais próprio para a cidade. Itapagipe. Cidade do Salvador. Sua fundação e muralha. Suas armas. Vila Velha. Cidade baixa. Sesmarias. Gados. Braços. Os índios. Sistema de terror. A religião. A música. O novo Orfeu. O p. Navarro. O Caramuru, origem desta alcunha. Emprego dos jesuítas. Relaxação de costumes. Matrimônios. Cruzamentos de raças. Os jesuítas contribuem à unidade brasileira. Correição do ouvidor-geral e do provedor-mor. Pero de Góis: peleja em Cabo Frio, com uma nau francesa.

Resolvido o governo da metrópole a delegar parte da sua autoridade em todo o Estado do Brasil num governador-geral, que pudesse coibir os abusos e desmandos dos capitães-mores donatários, ou de seus locotenentes ouvidores, que acudisse às capitanias apartadas em casos de guerras dos inimigos ou de quaisquer arbítrios, autorizando que fiscalizasse enfim os direitos da Coroa, conciliando ao mesmo tempo os dos capitães e os dos colonos, determinou fixar a

sede do governo-geral na Bahia, por ser o porto mais central, com respeito a todas as capitanias. Assim o declara expressamente a carta régia de 7 de janeiro de 1549: "Vendo em quanto cumpre ao serviço de Deus e meu conservar e enobrecer as capitanias e povoações que tenho nas minhas terras do Brasil, ordenei ora de mandar fazer uma fortaleza e uma povoação grande e forte na baía de Todos os Santos, por ser para isso o mais conveniente lugar que há nas terras do Brasil, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações, e se ministrar justiça, e prover nas cousas que cumprem a meu serviço, e aos negócios da minha fazenda, e ao bem das partes[1].

Deste modo, a centralização administrativa, propriamente dita, era acompanhada da dos negócios da Justiça e da dos da Fazenda, sujeitos aos cargos de ouvidor-geral e de provedor-mor, que pela mesma ocasião se instituíram. Igualmente foi nomeado para defender o litoral um capitão-mor da costa, como havia na Índia. Mais ao diante, para mandar as armas na capital, se criou também o cargo de alcaide-mor. Todos estes cargos eram providos só por três anos, como estava em uso a respeito de alguns no reino e nas outras conquistas.

Para governador-geral foi escolhido Tomé de Sousa, filho natural duma das primeiras casas do reino (I), distinto por seus grandes dotes governativos, e pelo valor e prudência, que provara em muitas ocasiões difíceis na África e na Ásia. Quatorze anos antes já este capitão merecia grande conceito ao conde da Castanheira, quando (escrevendo a Martim Afonso) dizia dele, ao partir para a Índia, que

1 Em traslado *verbo ad verbum* essa carta lê-se in *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 3-6. – (G.).

"cada vez lhe ia achando mais qualidades boas, tendo sobre todas a de ser sisudo". Para a colônia que ia fundar possuía ainda a de saber fazer-se querer – a de ser superior sem deixar de ser companheiro. D. João de Castro confiava tanto na sua honradez e prudência que, poucos anos antes, pedia com instância ao rei que lho mandasse para ajudá-lo no governo da Índia. O regimento que, em data de 17 de dezembro de 1548, lhe foi dado, constante de quarenta e um artigos, e mais sete suplementares[2], é um modelo de tino governativo e prova o muito conhecimento que já seu redator, o conde da Castanheira, tinha do Brasil. Nele se ordena a escolha de outro local, sem ser o preferido por Francisco Pereira, para se fundar a capital brasílica. Recomenda-se o bom tratamento dos gentios, estabelecendo-se aliança com os tupiniquins, visto que os tupinambás se haviam alevantado. Impõe-se pena de morte aos colonos que fossem buscar índios para escravizá-los, proibindo-se também o vender-se-lhes armas e o embrenharem-se os mesmos colonos pela terra dentro, comunicando-se, pelo sertão, de umas capitanias às outras. Fixa o regimento o termo da cidade a seis léguas, para cada lado. Estabelece o modo de se darem as sesmarias para os engenhos de açúcar, devendo os proprietários destes obrigar-se a moer as canas dos lavradores vizinhos, sob as cláusulas que o governador designasse. Também seriam obrigados os senhores dos engenhos a fortificar estes, fixando-lhes o regimento quanto armamento deviam ter, bem como o mínimo que, em cada capitania, deviam ter os donatários. Providencia contra os abusos de luxo nos vestuários. Dispõe acerca da fortificação da cidade capital, da construção de navios, da

2 Impresso na íntegra pelo autor, para fazer parte do seu *Arquivo diplomático brasílico antigo* [de que não há notícia]. – (A.).

perseguição dos corsários. Igualmente recomenda o estabelecimento de feiras periódicas e a exploração e descobrimento de todo o rio de São Francisco. O governador poderia, aos que prestassem bons serviços, armar cavaleiros; prover os ofícios da Justiça e Fazenda, ainda quando fosse em degredados, por certos crimes; conceder donativos, e adiantar ordenados. Nos casos omissos, deveria consultar os principais empregados, e as pessoas mais idôneas, prevalecendo, porém, a sua opinião, em havendo discordância; mas lavrando-se, da sessão da junta, um termo ou ata, que deveria ser enviado à corte. Tal foi a origem das "juntas gerais", que tanta importância vieram a ter no regime colonial, o qual veio a governar-se mais constitucionalmente que a própria metrópole[3].

Para o cargo de ouvidor-geral, com alçada e autoridade de passar provisões em nome d'el-rei, foi nomeado o desembargador Pero Borges[4], que servira de corregedor no Algarve[5] e que tinha reputação de homem justo, se bem que no Brasil veio a adquirir a de excessivamente severo e pouco caridoso. No regimento que recebeu[6], foi-lhe concedido conhecer nas causas crimes por ação nova; e

---

3 *Revista do Instituto Histórico,* **61**, parte 1ª, págs. 39-57, 1898. Já fora antes publicado no *Brasil histórico*, de Melo Morais. Está impresso na *História da colonização portuguesa do Brasil,* **III**, 345-350. – (C.).

4 O traslado da carta do ouvidor-geral, passada em Almeirim a 17 de janeiro de 1549, in *Documentos históricos,* **XXXV**, págs. 23-26. – (G.).

5 Ele próprio o diz. Enganou-se, pois, o cronista Andrade, dizendo que o fora em Elvas. – (A.). – Confere, porém, carta de Pero Borges, *supra*, pág. XXX. – (C.).

6 Não encontramos até agora o teor deste regimento; porém, temos motivos para supor que, com pequenas diferenças nos dezoito primeiros artigos e omissão dos cinco últimos, era análogo ao de 14 de abril de 1628, dado ao ouvidor-geral Paulo Leitão de Abreu. – (A.).

teve alçada até morte natural, exclusive, nos escravos gentios e peões cristãos livres; aos quais, quando competisse pena de morte, poderia esta aplicar-se sem apelação, concordando nela o governador-geral, e, não concordando, teria de remeter os autos ao corregedor da corte, com o preso. Nas pessoas de mor qualidade teria o ouvidor alçada até cinco anos de degredo. Tais disposições, de mais rigor do que as contidas nas doações, não deixaram de apresentar alguns inconvenientes, que ao diante se corrigiram, modificando-as. No cível, foi dada ao ouvidor alçada até sessenta mil-réis, isto é, até o dobro da que tinha o tribunal da corte.

Estes poderes eram independentes do governador, que não foi autorizado a anistiar nem a castigar; e o tempo veio também a provar que melhor houvera sido que a magistratura judicial não tivesse dele tanta independência. Antes de partir, em 15 de janeiro de 1549, recebeu Borges a promessa de ser feito desembargador da Suplicação se bem servisse, e dois dias depois ordenou el-rei que à sua mulher, Simoa da Costa, se mandassem abonar quarenta mil-réis anuais[7].

As informações em que o autor se fundou existem na carta escrita por Pero Borges, de Porto Seguro, 7 de fevereiro de 1550. (Nota XI da Seção XI.) Conf. J. F. Lisboa, *Obras,* **3**, 318. As modificações feitas no regime primitivo dos donatários constam da posterior confirmação de doações antigas, ou de cartas de novas doações. Frei Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil,* liv. 3º, cap. I (ed. de 1918, págs. 148-149), diz em resumo: os capitães proprietários ficaram sem alçada no crime, devendo dar apelação para o ouvidor-geral; no cível sua alçada foi rebaixada a vinte réis; o ouvidor-geral ficou com o poder de entrar nas terras dos donatários por correição, e ouvir nelas por ações novas e velhas. – Conf. João Mendes Júnior, *O proc. crim. brasileiro*, **1**, 135, Rio, 1901. – (C.).

7 Cópias no Instituto Histórico. – (C.).

O cargo de provedor-mor da fazenda alcançou Antônio Cardoso de Barros[8], cujo nome não nos é estranho, pois foi ele o donatário mangrado de uma das doze capitanias da costa. Era a Antônio Cardoso mui recomendado em seu regimento o providenciar convenientemente, em cada uma das capitanias, acerca das casas da alfândega e dos contos (da tesouraria), e fazer pôr em ordem a escrituração delas, organizando, em livros separados, os lançamentos das diferentes rendas e direitos; enfim, cumpria-lhe prover e zelar tudo o que respeitasse à fazenda pública.

Para este fim, o seu regimento foi acompanhado de outro da mesma data[9] aos provedores e oficiais das capitanias, os quais até então faziam o que bem lhes parecia: e sem lei que os sujeitasse, não podiam zelar muito os interesses da Coroa, quando em alguns pontos, como Itamaracá e São Vicente, eram eles ao mesmo tempo os delegados dos donatários. A este regimento deveram todas as capitanias os livros das provedorias parciais de cada uma das províncias, que, bem compulsados, serão a melhor fonte das histórias parciais de cada uma das províncias que ainda os conservem, como os conserva a de São Paulo; os quais, apesar de folheados por Taques e fr. Gaspar, ainda podem oferecer à curiosidade pública e à crônica

---

8 O traslado da carta do provedor-mor da fazenda, de Almeirim, 7 de janeiro de 1549, a Antônio Cardoso de Barros, in *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 8-10. – (G.).

9 Datado de Almeirim, aos 17 de dezembro de 1548. – (A.). – O regimento dado a Antônio Cardoso de Barros foi publicado na *Rev. do Inst. Histórico*, **18** (1855); o dos provedores das capitanias foi dado em extrato por J. F. Lisboa; o *Brasil histórico* traz muitas das primeiras nomeações, segundo cópias existentes no Instituto Histórico, e extraídas sob as vistas de A. Gonçalves Dias. – (C.). – O regimento de Antônio Cardoso de Barros e o dos provedores estão publicados na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 350-359. – O último lê-se ainda na *Rev. do Inst. Histórico*, **67**, parte Iª, 189-204. – (G.).

das províncias muitas notícias importantes[10]. Com a organização das provedorias, não somente ganhou o Estado, estabelecendo sua boa arrecadação, como ganharam muitos particulares, em terem tais livros um tombo das suas sesmarias.

Os provedores são por esse regimento encarregados em cada capitania da cobrança do dízimo e declarados juízes das respectivas alfândegas, acerca do melhor serviço das quais se dedicam muitos artigos. Às ordens dos provedores se deixam os escrivães, que às vezes o eram igualmente das alfândegas, e também os recebedores e almoxarifes e seus escrivães. Para a cobrança dos direitos do dízimo da calda do açúcar e outros, se obriga aos almoxarifes a ter um livro com os nomes dos lavradores[11]. Dispõe-se acerca dos testamentos, e da fazenda dos defuntos e ausentes que devia ser enviada a Lisboa, por um dos primeiros navios, ao tesoureiro dos defuntos de Guiné. Concede-se aos provedores o julgarem, sem apelação nem agravo, sobre as anteriores datas de sesmarias; havendo somente a tal respeito apelação ao provedor-mor, em valores maiores de dez mil-réis. Proíbe-se aos colonos internarem-se pela terra e comunicarem por esta via de uma capitania às outras, a fim naturalmente de favorecer-se a navegação. Providencia-se acerca do comércio de cabotagem, estimulando, sobretudo por meio de alívio dos tributos e de prêmios, os barcos de remos de mais de quinze bancos. Igualmente se procura promover já no Brasil, para que se aproveitem suas

---

10 Deste aviso, que já se publicara na 1ª edição (**1**, pág. 194), resultaram muitos documentos obtidos na provedoria de Pernambuco, pelo falecido comendador Melo. – (A.) – Antônio Joaquim de Melo, autor da *Biografia de alguns poetas e homens ilustres da Província de Pernambuco*. – (C.).

11 Se tais livros se encontrassem ainda em Porto Seguro e nos Ilhéus, que notícias não nos poderiam eles oferecer! – (A.).

boas madeiras, a construção de navios de cento e trinta tonéis para cima. Declara-se finalmente independente da mais justiça da terra a administração da fazenda.

Para o cargo de capitão-mor da costa foi escolhido o malogrado donatário de Campos, Pero de Góis[12], que, à custa dos trabalhos passados, tão bem conhecia as terras e os mares do Brasil; pelo que não trazia ele outro regimento mais do que o governar-se pelo que lhe desse Tomé de Sousa.

Além desses quatro chefes, foram desde logo nomeados, com os competentes estipêndios:

- Francisco Mendes da Costa, escrivão ante o provedor da fazenda[13];
- Antônio dos Reis, escrivão da provedoria, alfândega e defuntos;
- Pedro Ferreira[14], tesoureiro das rendas;

---

12 O traslado da carta de Pero de Góis, capitão-mor do mar na costa do Brasil, dada em Almeirim, 9 de janeiro de 1549, in *Documentos históricos,* **XXXV**, págs. 6-8. – (G.).

13 O traslado da carta do ofício de escrivão da fazenda destas partes e provedoria-mor delas, na pessoa de Francisco Mendes da Costa, de Almeirim, 24 de janeiro de 1549, in *Documentos históricos*, **XXX**, págs. 182-183. Parece que essa não veio logo, porque Tomé de Sousa, em 21 de abril do mesmo ano, proveu no cargo a Gaspar Lamego, ibidem, págs. 28-29. – (G.).

14 Gonçalo (não Pedro) Ferreira teve carta de tesoureiro das rendas todas do Brasil, dada em Almeirim, 17 de dezembro de 1548, *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 10-12. – Gonçalo Ferreira faleceu antes de 6 de dezembro de 1551, e em seu ofício nessa data foi provido João de Araújo por alvará do governador, ibidem, págs. 101-102. – Esse João de Araújo teve ainda o ofício de provedor da Fazenda da capitania da Bahia, enquanto Rodrigo de Argolo, cujo ofício era, estava doente, isso por alvará do governador de 31

• Miguel Muniz, escrivão dos contos;

• Cristóvão de Aguiar, almoxarife dos mantimentos, tendo seu escrivão;

• Manuel Lourenço, vigário da igreja matriz[15];

• Diogo de Crastro [*sic*], boticário;

• Luís Dias, mestre das obras da fortaleza[16]; ao qual depois sucedeu Lopo Machado[17];

• Miguel Martins, mestre de fazer cal;

• Diogo Peres (sobrinho do anterior), mestre pedreiro, além de muitos outros; bastando-nos dizer que o número total dos que se embarcaram, vencendo ordenados, subia a trezentas e vinte pessoas[18].

---

de dezembro de 1551, ibidem, pág. 103. Rodrigo de Argolo faleceu antes de 18 de novembro de 1553; nessa data d. Duarte da Costa proveu no ofício a Rodrigo de Freitas, que estava contratado para casar com uma sobrinha do provedor defunto, ibidem, págs. 195-197. – (G.).

15 Tratado da provisão do vigário Manuel Lourenço, na vigararia da cidade do Salvador, de 18 de fevereiro de 1549, *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 223-224. – (G.).

16 O traslado da provisão do mestre das obras da cidade do Salvador, dada em Almeirim, a 14 de janeiro de 1549, *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 21-22. – (G.).

17 Esse veio em companhia de d. Duarte da Costa; Luís Dias só se retirou para o reino com Tomé de Sousa. – (C.). – A provisão por que Sua Alteza proveu no ofício de mestre das obras da cidade do Salvador a Lopo Machado, na vacante de Luís Dias, tem a data de 12 de março de 1553, *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 180-182. – (G.).

18 Dessas nomeações existem cópias no Instituto Histórico e na Biblioteca Nacional. Diogo Peres, sobrinho de Luís Dias, não de Miguel Martins. – (C.). – O traslado da provisão de Diogo Peres, pedreiro, dada em Almeirim, 14 de janeiro de 1549, in *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 22-23. Para atender

Para a segurança da terra ordenara el-rei que cada donatário tivesse em sua capitania, com a pólvora necessária, pelo menos dois falcões, seis berços, seis meio-berços, vinte arcabuzes ou espingardas, vinte bestas, outras vinte lanças ou chuços, quarenta espadas e outros tantos gibões de armas de algodão, dos que se usavam.

Aos senhores de engenhos e fazendas obrigava a quatro terços de espingardas, vinte espadas, dez lanças ou chuços, vinte dos ditos gibões; e a todos os outros moradores ao menos a alguma arma; devendo, os que a não tivessem, tratar de havê-la dentro de um ano. Ao provedor-mor competia fazer este exame, e cominar as penas em caso de falta. Tal foi o começo da milícia regular de segunda linha no Brasil.

O tempo foi logo a confirmar o acerto de todas estas providências, e ainda mais a escolha do varão avisado que foi incumbido de lhes dar cumprimento; sendo que muitas vezes as mais acertadas se malogram ao ser a sua execução confiada a um indivíduo que não se acha na altura de quem as concebeu.

Porém, a capitania da Bahia pertencia de direito ao filho do donatário. Este ficara pobríssimo, e sem meio algum para prosseguir na malfadada empresa de seu pai, ainda quando para isso tivesse

---

a apontamentos de sua alteza, Luís Dias expediu para o reino Diogo Peres, com as amostras ou riscos das obras da cidade, mas o galeão *São João*, em que navegava, perdeu-se em Pernambuco; de outro navio, em que se meteu, chegavam novas à Bahia, no mês de julho de 1551, de que também se perdera no mar. Em carta de 13 daquele mês, *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 24-28, Luís Dias qualifica de malogrado o sobrinho e escreve que não quisera a ventura que ele chegasse ao reino. Outras informações sobre Luís Dias, sua mulher, etc., in *Anais* citados, págs. 20-24. – (G.).

mais fortaleza de coração que ele. Contratou, pois, com a Coroa, de ceder-lhe a capitania, a troco de um padrão de quatrocentos mil-réis de juro por ano, pagos pela redízima da mesma capitania e vinculados para si e seus herdeiros[19]. Antes de pronta a expedição, escreveu el-rei por um barco que largava para o Brasil a seguinte carta régia ao Caramuru: "Diogo Álvares. Eu el-rei vos envio muito saudar. Eu ora mando Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, a essa Bahia de Todos os Santos, por capitão governador dela, para na dita capitania, e mais outras desse Estado do Brasil, prover de justiça dela e do mais que ao meu serviço cumprir; e mando que na dita Bahia faça uma povoação e assento grande e outras cousas do meu serviço: e porque sou informado, pela muita prática e experiência que tendes dessas terras e da gente e costumes delas, o sabereis bem ajudar e conciliar, vos mando que tanto o dito Tomé de Sousa

---

19 No liv. 7º, f. 110, v., da *Chancel. de d. João III,* está lançada apostila por Cristóvão Benavente, mestre em artes e escrivão da Torre do Tombo, em favor de Manuel Coutinho. A este último foi passada a carta de juro, em 16 de agosto de 1576; e se constituiu, em seus descendentes, o chamado *Morgado do Juro*, que por descuido dos últimos herdeiros chegara a prescrever, quando, em 1796, José de Seabra, sendo *ministro do reino*, alcançou o decreto do 13 de maio, suprimindo por seus serviços a prescrição em favor de seu filho e agraciando a este na qualidade de herdeiro de sua mãe. – (A.). – Esta se chamava d. Ana Felícia Coutinho Pereira de Sousa Tavares da Horta e Cerveira, 11ª administradora do morgado de Juro da redízima da Bahia, 12ª do da Cerveira de Santarém e outros. O filho, Manuel Maria da Piedade Coutinho de Seabra, teve também o título de visconde da Bahia, "em memória ao seu avô materno Francisco Pereira Coutinho, que em 16 de agosto de 1566 lançou os fundamentos daquela antiga metrópole do Brasil", escreve o marquês de Resende no *Elogio histórico de José Seabra da Silva*, 19, cf. 71, Lisboa, 1863. – A data *1566* está evidentemente errada; se fosse 1536, em vez de 1566, combinaria com a sesmaria concedida a Diogo Álvares, transcrita *supra*, seção XII, e podia bem ser exata; parece, porém, que Resende confundiu a data da fundação da capitania com a do padrão de 400$000. – (C.).

lá chegar, vos vades para ele, e o ajudeis no que lhe deveis cumprir e vos ele encarregar; porque fareis nisso muito serviço. E porque o cumprimento e tempo de sua chegada, ache abastada de mantimentos da terra, para provimento da gente que com ele vai, escrevo sobre isso a Paulo Dias, vosso genro, procure se haverem, e os vá buscar pelos portos dessa capitania de Jorge de Figueiredo, sendo necessário vossa companhia e ajuda, encomendo-vos que o ajudeis, no que virdes que cumpre, como creio que o fareis[20]."

Aprontada a nova expedição colonizadora da Bahia e regeneradora do Brasil, partiu ela de Lisboa no 1º de fevereiro e aportou no seu destino a 29 do seguinte mês[21]. Constava a armada de três naus (*Conceição, Salvador* e *Ajuda*, duas caravelas e um bergantim). Viera na primeira o próprio Tomé de Sousa, na segunda Antônio

---

20 Segue: Bertolameu Femandes a fez em Lisboa a 19 de novembro de 1548. – Rei. "Sobrescrito – Por El-Rei – A Diogo Álvares, cavaleiro de sua casa, na Bahia de Todos os Santos". Veja a notícia do achado deste documento, pelo autor, no Diário Oficial do Rio de Janeiro de 13 de dezembro de 1872. – (A.). – Na 2ª edição desta obra saiu 13 de novembro, em vez de 13 do mês seguinte, como foi realmente. Cândido Mendes põe em dúvida a autenticidade deste documento, que, conquanto conhecido desde o século XVIII, parece suspeito. De fato, se em 1549 d. João III chamara Diogo Álvares cavaleiro em sua casa, dificilmente se explica o fato de em 1554, *supra*, seção XII, nota VII, escrever em papel oficial: "Dioguo Aluarez Caramoru, que *diz ser* caualeiro de minha casa". – Conf. C. M. de Almeida, *Rev. do Inst. Histórico*, **39**, parte 2ª, 23, Rio, 1876. Por carta de Tomé de Sousa sabemos que Fernando Álvares de Andrade mandou antes da armada uma caravela para preparar mantimentos. Por ela poderia vir esta carta ou outra semelhante. Fernando Álvares de Andrade foi pai de três escritores: frei Tomé de Jesus, Diogo de Paiva de Andrade e Francisco de Andrade, autor da *Crônica de d. João III,* publicada em 1613. – (C.).

21 Primeira carta de Nóbrega escrita da Bahia. (Col. na Bibl. Públ. de Évora [aliás, Rio]). Na tradução italiana imp. em 1558, na Col. *Diversi avisi*, etc., lemos que a viagem fora de 56 dias, o que daria a chegada a 26 de março. – (A.). – Vale Cabral, *Cartas* de Nóbrega, 62, nota com razão que o autor esqueceu que fevereiro tem 28 dias e o ano não era bissexto. – (C.).

Cardoso, e capitaneava a terceira Duarte de Lemos. As caravelas eram mandadas por Pero de Góis e Francisco da Silva[22]. Haviam acompanhado a Tomé de Sousa, além dos chefes mencionados e as outras pessoas notáveis, que deviam exercer cargos importantes, o p. Manuel da Nóbrega, com outros religiosos da Companhia de Jesus[23], designados para fundarem o primeiro colégio na Bahia, muitos casais que vinham estabelecer-se, seiscentos homens de armas e quatrocentos degredados.

Os jesuítas estavam em Portugal recebendo todo o favor do governo e já antes haviam passado alguns à Ásia, contando-se no número o p. Francisco Xavier, hoje canonizado pela Igreja (II).

Deixemos, porém, fundear sucessivamente todos os navios nessa espaçosa baía e dediquemos a nossa atenção a percorrê-la em todos os seus recôncavos, não só até onde os olhos podem alcançar, do ancoradouro para o interior, como pelo reconhecimento que vamos a empreender de toda ela, para melhor fazermos a ideia do local, onde ora nos achamos.

---

22 Francisco de Andrade, *Crônica de d. João III*, **4**, 32. As duas caravelas, segundo se deduz dos assentamentos de Tomé de Sousa e Antônio Cardoso de Barros, chamavam-se *Leoa* e *Rainha*. O bergantim podia chamar-se *São Roque* ou *São Iago*. – Além disso, informa Tomé de Sousa em carta de 18 de julho de 1551, Fernando Álvares de Andrade fretou e mandou em sua companhia duas naus, que deviam tornar carregadas de brasil, mas foram de vazio. – (C.).

23 Os companheiros de Nóbrega foram os padres João de Aspilcueta Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires, os irmãos Diogo Jácome e Vicente Rodrigues. – (C.). – Nóbrega, em missões no centro de Portugal, quando chegou a Lisboa já a frota tinha levantado ferros com os seus companheiros. Ficou à espera de Nóbrega a nau do provedor. Passadas, porém, poucas sangraduras, alcançou a frota e passou para a nau do governador-geral. – Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tomo **I**, pág. 19, Lisboa, 1938. – (G.).

Chamaram os primitivos descobridores baía de Todos os Santos a um lagamar que se forma na costa do Brasil, em altura de treze graus escassos, com a entrada voltada ao sul. É um mar povoado de muitas ilhas e circundado, na extensão de umas vinte léguas, de caprichosos remansos e portos, onde despejam suas águas infinidade de regatos, que correm através de terras cobertas de viçosa vegetação, deixando o solo fertilizado e cortado, para um e outro lado, por frequentes igarapés ou esteiros. A maior das ilhas, e que se pode quase considerar continuação da terra firme (sendo apenas desta separada por um canal coberto de pequenos ilhéus, que formam como a ossada da continuação de uma e outra), tapa e abriga de tal modo do lado de fora o dito lagamar que, em sua extensão de seis léguas, se reduz o contorno dessa ilha à costa bravia do mar.

À mão esquerda de quem entra na baía vêm afluir as águas do rio Paraguaçu, de margens pinturescas e elevadas, navegável por barcos grandes até a Cachoeira, que deu nome à atual cidade perto dela, que assim se nomeia. Antes de chegar à mesma cachoeira, as águas se derramam pelos vastos e férteis seios de Iguape e Maragogipe, separados por um grande lago, no meio do qual campeia a ilha chamada dos Franceses, que, segundo a tradição, presenciou a derrota que lhes deu Cristóvão Jaques. À mão direita, ao entrar do mar na mesma baía, em distância de uma légua, se mete pela terra dentro um esteiro de muito fundo, e capacidade para naus de primeiro porte, denominado de Pirajá. Logo detrás deste estão as vertentes de um ribeiro chamado então Camuriji[24], e hoje Vermelho, que, indo com as suas águas lançar-se na costa do mar, e por

24 Rio de Camuris, segundo Anchieta. – (A.).

conseguinte fora da barra, deixa como ilhada toda a extensão de terreno, geralmente montuoso, aquém dele, desde o Pirajá até a costa. Um dos pontos dessa extensão mais próximo ao mar tinha, com preferência a qualquer outro, de ser escolhido para o primeiro assento da cidade, quando reunisse a circunstância de não ficar longe do melhor ancoradouro dos navios. Para os fundos do Recôncavo, desde as bocas do Paraguaçu e do Pirajá, há uma infinidade de outros recôncavos menores, cujas terras são fertilíssimas; distinguindo-se os vales do Acupe[25] e Santo Amaro, e também os de Mataripe, Pacé e Cotegipe. A amenidade e primor destes terrenos, abundantes alguns de mariscos, se realça com a presença de várias ilhas, tais como as de Cajaíba, Madre de Deus, Bimbarra, Maré, Frades e outras. É uma paragem, esta da Bahia, por muitos títulos análoga à da antiga Grécia, e, se é verdade que a impressão do lugar, em que se é criado, exerce no homem grande influência, não se deve estranhar que, em todo o Brasil, os baianos se tenham sempre distinguido pelo engenho.

Apenas fundeada a armada, acudiram de terra muitos colonos, antes nela estabelecidos e que, apesar do triste sucesso do donatário Coutinho, haviam tido manha para conservar-se em meio dos gentios. Eram mais de quarenta[26], e entrava neste número Diogo

---

25 O furo do Acupe, formado pelas águas de Iguape, através do paredão de grés, que forma a *conca* da baía, é um fenômeno geológico digno de estudo. – (A.).

26 Primeira carta de Nóbrega na Bibl. Nac. (*Cartas*, 49). Outro colono de importância, que já aí encontrou uma carta de recomendação a el-rei, relatando os serviços dele. F. d'Andrade conta trinta e acrescenta que estavam aí "com Gramatão Teles". Todos serviriam de ajudar aos recém-chegados, ainda não vaqueanos ou *tapejaras*, como eles. – (A.). – Conf. C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Histórico*, **39**, parte 2ª, pág. 20. De um Gramatão Teles na África, em 1527, fala fr. Luís de Sousa, *Anais de d. João III*, 215. – (C.).

Álvares, aí residente havia perto de quarenta anos, e de quem já em outro lugar fizemos menção e devemos mais adiante tratar de novo; visto que, com o nome de Caramuru, chegou a adquirir celebridade na nossa história.

Os da armada foram logo aposentar-se junto da arruinada capelinha da Vitória, que consertaram, para nela começarem a celebrar suas práticas religiosas[27]. Ficava esta logo à entrada da baía, no local onde já antes fora assentada a povoação, a qual igualmente estivera por algum tempo mais no fundo do Recôncavo, na defensável península de Paripe, entre a própria baía e o esteiro de Matuim; visto que, trinta e tantos anos[28] depois, era esse local considerado como o assento da primeira povoação neste porto.

Em todo caso, Tomé de Sousa tinha no seu próprio regimento, como vimos, instrução de mudar a povoação do lugar em que estava, se encontrasse outro melhor. E, reconhecendo-se que a paragem da Vitória, demasiado junto da barra, ao mar do ancoradouro, e falta

---

27 A 31 de março, dois dias após a chegada, domingo, que foi o quarto domingo da quaresma, Nóbrega celebrou diante de um grande cruzeiro, erguido de propósito, a primeira missa dos jesuítas no Brasil, assistida pelo governador e todo o arraial. – Serafim Leite, *História da Companhia* citada, **I**, pág. 20. – (G.).

28 Segundo Gabriel Soares, *Paripe* também se dizia *Porto do tubarão*. Era uma adulteração de *Iperu-ipe* – (A.). – Gabriel Soares diz efetivamente, *Tratado*, 133, 1ª ed., 124, 2ª ed.: "Paripe é a mais antiga povoação e *julgado* da Bahia." *Julgado* tem significação precisa: é, informa Bluteau em seu *Vocabulário*, e repete Morais quase nas mesmas palavras, "povoação que não tem pelourinho, nem goza dos privilégios de vila, mas tem justiça e juízes que julgam". Com isto concorda o que se lê em Gândavo, *História da província Santa Cruz*, cap. 3º: "Quatro léguas pela terra adentro está outra povoação que se chama Paripe, que também tem jurisdição sobre si." Gabriel Soares não implicou, pois, precedência cronológica, nem relativamente à Vila Velha, nem à cidade do Salvador. – (C.). – Veja Gândavo, op. cit., pág. 88, Edição do *Anuário do Brasil,* Rio de Janeiro, s/d (1924). – (G.).

de água, não era a mais a propósito para a cidade, tratou da escolha de outro local, que não tivesse tais inconvenientes.

Estudada minuciosamente a topografia do terreno vizinho, apresentaram-se pareceres para que a nova cidade se assentasse sobre a península de Itapagipe, que se forma desde o ancoradouro até o esteiro de Pirajá, isto é, nas imediações do sítio, hoje chamado do Bonfim, para onde espontaneamente ora se vão agrupando muitos moradores (III). Ponderavam os de tal parecer que nessa península, começando a edificação desde o pontal, por ser o terreno plano, as ruas se traçariam melhor, as casas ficariam seguras e a abrigo de desmoronamentos, que pareciam iminentes nas imediações do ancoradouro, e a fortificação se executaria com mais facilidade, por isso que a defensa da banda da terra se limitava à de um pequeno istmo. Acrescia que, quanto aos ancoradouros, mais seguros se achariam os navios, para aquela banda, dos ventos do quadrante do sul, visto que não seria difícil remover ou acautelar os inconvenientes de uma pequena restinga que por ali se estendia. Desse ancoradouro os navios descobririam ao longe a barra, entre a ponta do Padrão e a ilha de Itaparica, e poderiam prevenir-se a tempo contra os inimigos que se apresentassem a entrá-la.

Apesar, porém, de tão judiciosas opiniões, prevaleceu a de subordinar-se o assento da cidade ao pouso até ali habitual dos navios, ajudando muito para isso a circunstância de uma fonte na praia, e junto ao lugar mais conveniente para o cais, da qual os mesmos navios faziam aguada. Vinha esta paragem a ficar situada a meia distância, entre a reputada melhor e a povoação primitiva.

O tempo veio a mostrar que ainda não era a mais a propósito; e a voz geral, que assim o apregoa, sirva de exemplo da muita

circunspecção que devem ter aqueles a quem cabe a glória de fundar uma cidade ou qualquer outra povoação, em paragem que há que ocupar ou que civilizar.

Há que advertir que, do lado do norte da Bahia desde a barra, ou antes desde o local vizinho a esta junto à primitiva povoação, para dentro, o solo se eleva sobre a praia, apresentando uma série de encostas pendoradas, cuja terra vermelha, então vestida ainda de mato virgem e em algumas partes já de capoeiras, originadas pelas roças dos colonos do primeiro donatário, se desmorona com facilidade. A chapada de uma dessas encostas mais vizinhas ao ancoradouro foi o sítio pelo qual Tomé de Sousa por fim se decidiu, talvez porque, devendo a nova cidade ser ao mesmo tempo praça-forte, julgou conveniente a esta uma paragem tanto a cavaleiro sobre os contornos, com água potável perto, corrente por um lado e nascente por outro; circunstância que também se não dava em Itapagipe e que era importante a quem não podia começar por construir um aqueduto.

Sobre a encosta se abriram obliquamente duas ladeiras, hoje denominadas do Pau de Bandeira e da Misericórdia, que conduziam desde a praia às portas da cidade, de uma e outra parte dela. A mesma cidade coroava a chapada de norte a sul, desde o local que foi dado para colégio dos padres da Companhia até o em que, sob a invocação de N. S. da Ajuda, se edificou a primeira capela matriz[29]. E aí, roçado o mato, Tomé de Sousa, como prudente capitão que era, se foi aproveitando dele para construir uma forte tranqueira, com

---

29 A nova cidade, escreveu Vale Cabral, baiano e muito conhecedor de sua terra, era compreendida entre o lugar que depois tomou o nome de Terreiro de Jesus e o Largo do Teatro, atual praça Castro Alves. – Nóbrega, *Cartas*, 48, nº 3. – (C.).

a qual desde logo ficassem os colonos ao abrigo das inconstâncias do gentio. Terraplenado um tanto o local, traçou as ruas e praças, fez a distribuição de diferentes solares, marcando o dos paços do concelho, da casa do governo e da dos contos. Para a primeira vivenda dos colonos, construíram-se provisoriamente, com ajuda de muitos índios, alguns como tujupares cobertos de palma. Depois tratou Tomé de Sousa de dar mais solidez à cerca, substituindo-a por uma forte muralha de taipa, com duas torres para o lado do mar e quatro pela banda da terra, de que já não restavam vestígios alguns manifestos nesse mesmo século, segundo Gabriel Soares[30].

A este arraial, ainda apenas em princípio, deu o primeiro governador-geral do Brasil o religioso nome de *Cidade do Salvador*[31], e assim se lhe chama em todos os documentos contemporâneos, e não cidade de São Salvador, como hoje dizem, talvez porque este nome foi o preferido na bula da criação do bispado.

Ao mesmo tempo deu à futura cidade por armas em campo azul uma pombinha[32], tendo no bico um ramo de oliveira com a divisa

---

30 *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, págs. 113-114, Rio de Janeiro, 1851. – O início das obras pode ser fixado em 1 de maio de 1549, quando começam a vencer soldos os pedreiros, serralheiros e outros artífices que trabalhavam na construção dos muros, casas e baluartes da cidade do Salvador. Os mandados de pagamento rezam invariavelmente: "*tantos* [a quantia] de seu soldo que serviu e venceu nas obras desta cidade do Salvador, que lhe eram devidos do primeiro de maio de 1549...". – Conf. *Documentos históricos*, **XXXII**, pág. 4 *et passim*. – (G.).

31 Brito Freire andou correto, designando a cidade com este nome, em vez de *São Salvador*, como outros já no seu tempo. – (A.).

32 Segundo Gabriel Soares, *Tratado*, 115, foi d. Duarte da Costa quem deu por armas à cidade "uma pomba em campo verde com um rolo à roda branco, com letras de ouro que dizem – *Sic illa ad Arcam reversa est* – e a pomba tem

"*Sic illa ad Arcam reversa est*". E em verdade a cidade do Salvador era efetivamente o símbolo da paz com que o Senhor acudia ao Brasil. Ao lugarejo primitivo junto à barra se ficou por muito tempo chamando Vila Velha[33], sendo que com tão poucos anos precedera a sua nascença à da sua orgulhosa vizinha. Esta, dentro de alguns meses, já contava cem casas regulares, todas no alto; pois que as da praia, tão expostas, apesar da muralha, a ser soterradas por algum desmoronamento, já se construíram muito depois, em virtude das exigências do comércio, que se ocupa mais do presente que do futuro. O termo da cidade foi fixado, na conformidade do próprio regimento dado a Tomé de Sousa, à distância de seis léguas para cada banda, excetuando-se as terras já doadas.

Por três capítulos do seu regimento, vinha o governador-geral autorizado para conceder sesmarias nesta capitania, em nome d'el-rei, com as mesmas cláusulas que as davam os donatários nas outras. Delas se lavrara metodicamente um tombo, que não existe. Terras no esteiro de Pirajá sabemos, porém, que foram dadas a Simão da Gama de Andrade (IV), o qual, tendo vindo por comandante do galeão *São João Batista*, preferiu ali ficar, recebendo uma légua de sesmaria, além da ilha dos Frades, em 17 de janeiro de 1552. No Pirajá tiveram igualmente sesmarias Afonso de Torres e João de

---

três folhas de oliva no bico". Informa fr. Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil* (ed. de 1918, págs. 102-103), que os índios velhos comparavam o Brasil a uma pomba, cujo peito é a Bahia e as asas as outras capitanias, porque dizem que na Bahia está a polpa da terra. – (C.). – *Sic illa ad Arcam reversa est* – "E assim, ela [a pomba] voltou à arca". – (N. do E.).

33 Também Povoação do Pereira. – (C.).

Velosa[34]. A extensa ilha de Itaparica foi por Tomé de Sousa, ou por seu sucessor, doada a d. Violante de Távora, mãe do conde da Castanheira, então ministro da Coroa[35]; mas nem a agraciada, nem os seus herdeiros vieram dela a aproveitar-se, apesar da outorga pelo soberano de um foral e de muitas confirmações régias, por se haver sempre oposto ao ato de posse a câmara da cidade, alegando uma cláusula do dito regimento de que o governador a cada pessoa só daria de sesmaria a terra que pudesse beneficiar, obrigando-se a ir nela viver dentro de três anos, o que não se realizara com a mencionada d. Violante nem com seus herdeiros. A cultura progrediu de modo que nesse ano já a freguesia da terra recebeu setenta e seis mil-réis de dízimo[36].

---

34 A terra de João de Velosa fora concedida por Francisco Pereira Coutinho. Nela foi começada obra para um engenho, que depois se deixou danificar; em 1555 tinha apenas uma casa de taipa descoberta e roças de alguns mantimentos. À vista disto el-rei mandou a d. Duarte da Costa que a tomasse para nela fazer um engenho por conta da fazenda. Constava então que João de Velosa estava na ilha da Madeira. – Livro 1º dos *Provimentos seculares e eclesiásticos*, folha 102. – Bibl. Nacional. – Conf. *Rev. do Instituto*, **3** (1841), pág. 376. – (C.). – O Livro 1º dos *Provimentos seculares e eclesiásticos* está publicado nos *Documentos históricos*, **XXXVI**, Rio de Janeiro, 1937. – O alvará d'el-rei, de 5 de outubro de 1555, para que se faça um engenho de açúcares na levada e terras que Francisco Pereira, sendo capitão da capitania, deu a João de Velosa, nas quais levada e terras começou a fazer obra para um engenho, e depois se deixou danificar e perder, lê-se in *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 321-324. – (G.).

35 *Documentos históricos*, **XXXVI**, págs. 357-375. – Aí se leem a carta de doação e o foral. – (G).

36 Na carta do vigário do Salvador, de 3 de agosto de 1550, lê-se o seguinte: "... agora quero lembrar a Vossa Alteza a mercê que me prometeu fazer [pelo bispo de São Tomé], pedindo-lhe eu um terço dos dízimos desta igreja que este ano de quinhentos e cinquenta estão arrendados em setenta e seis mil--réis, me despachou que me fazia, mas que primeiro queria ter informação de

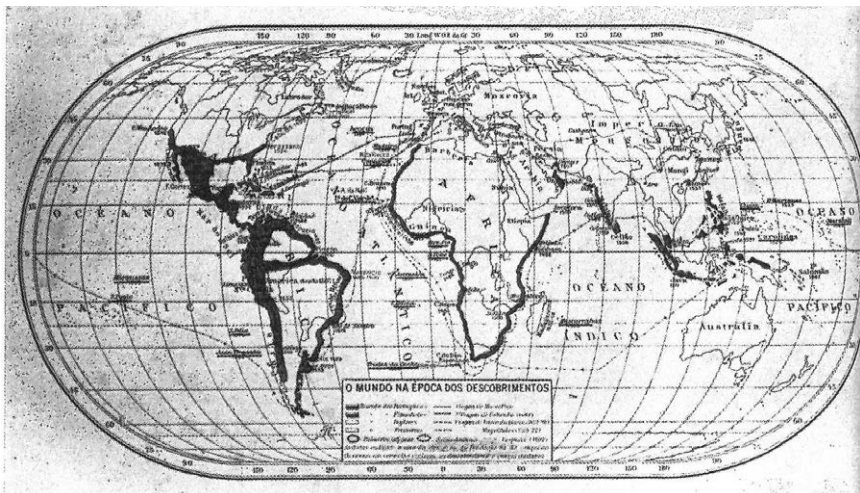
À falta de gados que depressa se fez sentir, como uma das necessidades mais urgentes das roças e lavouras, acudiu Tomé de Sousa, mandando desde logo que uma caravela, a *Galga* por nome, fosse exclusivamente destinada a ir buscá-los às ilhas de Cabo Verde, levando para a permuta cargas de madeira, a qual obtinha nesse arquipélago mui subido preço[37]. Braços para o trabalho não escasseavam. Os índios comarcãos se acardumavam em torno da civilização, para desfrutar dela os benefícios com o suor do seu rosto, conforme o divino preceito; e a troco de machados, tesouras, anzóis, espelhos ou avelórios, ajudavam às roças e plantações. Porém não reconheciam autoridade nem direito algum, e a vida patriarcal não pode subsistir sem a obediência mais ou menos cega da comunidade. Os roubos eram frequentes, e os castigos reputados mui injuriosos ataques. Se, porém, a amizade durava, se era sincera a aliança com alguma cabilda, este só fato excitava o ciúme de outra vizinha, dali duas ou três léguas, que, declarando-se em hostilidade contra os amigos de seus rivais, os assaltava quando descuidados. Deste modo foram vítimas do canibalismo quatro desgraçados colonos, que se atreveram a embrenhar-se um tanto pelo interior. Soube-o Tomé

---

como eu governava o cargo que aceitara. *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 360-361. – (C.).

37 "Este ano passado, veio a esta cidade a caravela *Galga* de Vossa Alteza com gado vacum, que é a maior nobreza e fartura que pode haver nestas partes, e eu a mandei tornar a carregar no Cabo Verde do mesmo gado para tornar aqui, que isto era o que lhe a Casa da Índia dava por regimento, e a mandei carregada de madeira, porque vale muito no Cabo Verde. Há um ano que é partida daqui e nom tenho nova dela. Se nom é arribada, deve ser perdida, que este ano passado de cincoenta se haverá medo dele nestas partes, enquanto houver memória de homens." – Carta de Tomé de Sousa, de 18 de julho de 1551, na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 361-362. – (C.).

Martim Afonso de Sousa (reconstrução baseada no retrato da Galeria dos Governadores da Índia, em Goa).

Mapa antigo do Brasil (século XVI).

O mundo na época dos descobrimentos.

de Sousa: e encarregou da desafronta a Pero de Góis, o qual, conseguindo prender dois principais dos culpados, os mandou fuzilar à boca de um canhão[38], como primeiro ensaio do sistema de terror, que os próprios padres da Companhia, começando por Nóbrega, julgaram de boa-fé que era o mais conveniente[39] para a sujeição dos adultos; seguindo-se depois, e só depois, os esforços para a conversão pacífica pelos meios da caridade evangélica, e pelos mais de que dispõe a nossa religião, cujo chefe morreu por nos salvar e cujos princípios são axiomas de moral em qualquer país. Na verdade mais que nenhuma outra é ela "merecedora de converter a si as almas pelo resplendor da doutrina, pela nobreza do sacrifício, pela polícia do culto, pela pureza dos costumes, pela justiça e justificação dos preceitos, pela majestade do prêmio", segundo se expressa um dos primeiros escritores (Lucena, **2**, cap. 12) da nossa língua. Para a conversão dos columins, ou crianças gentias, os meios que melhor se estrearam foram principalmente a música, o canto e o aparato deslumbrador das cerimônias, que os enfeitiçava. Feitos acólitos os primeiros piás mansos, todos os mais caboclinhos lhes tinham inveja, do que se aproveitavam os jesuítas entrando com eles pelas aldeias em procissões, de cruz alçada, entoando a ladainha, cantando rezas e arrebanhando muitos; com o que se honravam às vezes os pais. A música atraiu assim à civilização, do meio dos bosques, muitos que se estavam criando para homens-feras; e Nóbrega foi quase um segundo Orfeu em nosso país.

---

38 Ibidem. – (C.).

39 Em nota que consta apenas da 1ª edição desta História, o Autor remete para os tópicos "Governo dos índios", "Sua ferocidade, indomável por meios brandos" e "O emprego da força reconhecido necessário" constantes da seção XIII – VIDA DOS PRIMEIROS COLONOS E SUAS RELAÇÕES COM ÍNDIOS. – (N. do E.).

O p. João de Aspilcueta Navarro, aproveitando-se do trato de tantos piás, começou com assiduidade a estudar a língua, a reduzi-la à gramática e por fim a pregar nela: e para que os sermões produzissem mais efeito, e não parecessem menos inspirados e persuasivos que as endemoninhadas práticas dos pajés, tratou até de imitar os usos destes, fazendo biocos e visagens, dando de quando em quando gritos mais agudos, batendo com o pé no chão, etc.[40] Com isto não fazia mais do que, muito antes dele, haviam feito na Europa os apóstolos do cristianismo, que capitularam muitas vezes com o paganismo, admitindo várias práticas bárbaras. Ao mesmo tempo o p. Nóbrega pregava aos colonos, e dirigia a escola, à qual concorriam não só os filhos destes como vários meninos órfãos vindos de Lisboa, e até alguns piás da terra. O colégio jesuítico se estabeleceu num dos lugares mais belos da cidade, sobranceiro à baía, com vistas não só para ela até mui longe, onde já aparecem pardo-azuladas algumas ilhas que a povoam, como também para o mar a grande distância[41].

---

40 Navarro encontrou facilidade em aprender a língua da terra por ser conhecedor do euscara [língua do povo basco]. Referindo-se a um mestre João que devia estar no mesmo caso, escrevia Nóbrega a João Rodrigues: "Também me parece que mestre João aproveitaria cá muito, porque a *sua língua é semelhante* a esta, e mais aproveitar-nos-emos cá de sua teologia", *Cartas*, 50. Em outra escreve: "e já sabe [Navarro] a língua deles, que, ao que parece, muito se conforma com a biscainha, de modo que com eles se entende", ib., 65. Navarro, em carta de 28 de maio de 1550, informa que já tem traduzido "a criação do mundo e a encarnação e os demais artigos da fé e mandamentos da lei, e ainda outras orações, especialmente o Padre Nosso". É interessante que a primeira gramática da língua brasílica fosse devida a José de Anchieta, de origem igualmente biscainha. As relações entre o euscara e o abanheenga são de ordem morfológica; são ambas línguas incorporantes. – O modo de pregação de Navarro parece que não foi aprovado pelo bispo d. Pero Fernandes: Nóbrega, *Cartas*, 105. – (C.).

41 Os jesuítas quiseram se estabelecer primeiro no monte Calvário, onde esteve uma das portas da cidade, chamada de Santa Luzia, e mais tarde se fundou

Favorecendo os padres foi que Diogo Álvares prestou serviços pelos quais merece que neste lugar lhe dediquemos algumas linhas. Morador na Bahia desde o ano 1510[42], aí resistira a todas as inconstâncias dos gentios; porque, tendo-se criado entre eles desde moço, talvez fora já outro gentio em tudo, menos na cor da pele e no pouco que ainda se lembraria da sua língua. Tinha muitos filhos, e estava assim aparentado por afinidade, ao modo da terra, com muitos da cabilda a que se agregara. A tradição, em harmonia com alguns documentos, faz-nos crer que, em certa conjuntura, vendo-se em grande aperto e ameaçado do gentio, usou de um ardil que o salvou e foi causa de receber dos índios a alcunha de *Caramuru*, por que ficou sendo conhecido. Vejamos qual foi este ardil e deixemos de parte a questão secundária de averiguar se teve lugar por ocasião do primeiro desembarque do colono e quando ele ainda seria muito moço, ou se depois, como imaginamos nós, quando foi arrojado com o donatário Coutinho, na costa da ilha de Itaparica[43]. Diz a

---

o convento do Carmo: "*en este tiempo se recogeron los Padres para la ciudad por consejo de Thomé de Sousa por que no estaban seguros de los índios en el monte Calvario y hizieron unas casas de tapia en el lugar donde agora se edifica el Collegio*". *Anais da Bibl. Nacional*, **19**, 82, Rio, 1897. – (C.).

42 O *Caramuru perante a História*, dissertação escrita pelo autor desta *História*, premiada pelo Instituto Hist. do Rio de Janeiro, na *Revista*, **10**, 129. O mesmo autor cedeu o prêmio (uma medalha de ouro) para o mesmo Instituto o oferecer em novo concurso. – (A.) – Em 1917, o Instituto Histórico instituiu novamente prêmios a trabalhos notáveis de História, Geografia e Etnografia, e um desses (medalha de ouro) coube, com absoluta justiça, à *Língua dos Caxinauás*, do eminente mestre, primeiro anotador deste livro, Capistrano de Abreu, que, prevalecendo-se do "precedente aberto pelo benemérito Francisco Adolfo de Varnhagen, glória da Pátria e lustre desta casa", ofereceu ao Instituto o mesmo prêmio para outro concurso. – Conf. *Rev. do Inst. Histórico*, **82** (1917), págs. 790-791. – (G.).

43 É pouco provável a última suposição, porque em tão pouco tempo a alcunha se não teria divulgado tanto. – Conf. C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Histórico*, **39**, parte 2ª, págs. 17 e segs. – (C.).

tradição que, achando-se Diogo Álvares na praia, armado de uma espingarda, e vendo-se cercado de muitos gentios, julgou que os amedrontava disparando um tiro, e que tão bom efeito surtiu, que o julgaram munido de um poder sobre-humano, e estiveram logo por tudo quanto quis. O nome Caramuru é o de certa enguia elétrica[44], isto é, o de um peixe comprido e fino como uma espingarda, que por suas virtudes de fazer estremecer, e por danar e ferir, poderia ser aplicado ao tremendo instrumento (oriundo também agora do mar) e por uma fácil e insensível ampliação ao seu portador. Dele, Caramuru, se valeram muito os primeiros missionários e o mesmo Tomé de Sousa, para angariar a si os bárbaros vizinhos, com ajuda do temor que se lhes chegou a inspirar.

Os jesuítas encontraram na Bahia um dos principais da terra que se dizia cristão e outro que em dois dias aprendeu o alfabeto e que se propôs a segui-los em tudo. A ambos deram toda a proteção, o que serviu de estímulo a se converterem alguns mais. O padre Leonardo Nunes e o irmão Diogo Jácome foram mandados aos Ilhéus e a Porto Seguro, donde voltaram, depois de aí colherem alguns frutos espirituais, entre os colonos e seus escravos.

De volta, e enquanto não iam, como foram logo para São Vicente, assistiram a uma pomposa festividade que se fez para celebrar o dia de Corpus[45]. As ruas estavam enramadas; havia danças e

---

44 O nome *caramuru* designava diversas espécies de peixe de mar da família dos Muraenídeos, a que pertencem as moreias em geral; a mais comum delas, a *Gymnothorax moringa*, tem mais de uma dezena de nomes específicos, reconhecidos depois como sinônimos. – Conf. Rodolfo von Ihering, *Dicionário dos animais do Brasil*, pág. 216, São Paulo, 1940. – (G.).

45 Em 1549 a festa de *Corpus Christi* caiu a 20 de junho, e não a 13, como já se escreveu, para, com a procissão e mais solenidades que se realizaram e de

invenções; jogava a artilharia da cerca do colégio, e muitas trombetas acompanhavam o coro de vozes que regia o dito padre Leonardo. Com tudo isto se deslumbravam os índios, e a tal ponto que ao depois pediam aos jesuítas que lhes cantassem, como faziam na procissão.

Maiores embaraços encontravam, porém, estes eclesiásticos para acudir com remédio à relaxação de costumes, que começava a grassar entre os colonos, sobretudo no que respeitava ao sacramento do matrimônio, pelo exemplo dos gentios e de alguns europeus gentilizados. A falta de mulheres com quem os novamente chegados pudessem casar-se, provocados a isso pelo governador e pelos padres, promoviam neles tendências de requestarem as mulheres da terra. Viu-se um colono ir pedir ao governador por mulher uma escrava sua, propondo-se a forrá-la; outros brigavam por ver quem havia de ficar com a criada ou ama de uma família que viera na armada. À vista do que, o padre Nóbrega[46] não fazia senão instar para que da corte mandassem órfãs, ainda que fossem *erradas*, pois que todas casariam, visto ser a terra muito *grossa*[47] e *larga* (V). E outrossim instavam, tanto Nóbrega como o governador, pela vinda de um bispo, para consagrar óleos e crismar, ou pelo menos de um vigário-geral, para castigar e emendar muitos abusos dos sacerdotes, que seguiam,

---

que Nóbrega dá notícia na carta *infra* citada, inculcar-se essa última data (13 de junho) como a da fundação da cidade do Salvador... – (G.).

46 Carta de 9 de agosto de 1549. – (A.). – Págs. 54-61 da ed. de Vale Cabral. – (C.).

47 Nóbrega empregava *grossa* no sentido de pingue, como se vê dos dois seguintes trechos: na primeira carta da edição de Vale Cabral lê-se, pág. 51: "eu um bem acho nesta terra... que é ser a terra *grossa* e todos têm bem o que hão mister, e a necessidade lhes não fará prejuízo algum". E alhures, pág. 54: "É terra muito *grossa* e larga, e uma planta que se faz uma vez dura dez anos aquela novidade, porque assim como vão apanhando as raízes, plantam logo ramos e logo arrebentam". – (C.).

em todas as capitanias, vivendo escandalosamente amancebados. Os seculares, dizia Nóbrega[48] com toda a razão, tomam o exemplo dos sacerdotes, e os gentios o de todos. Da própria capitania de Pernambuco, apesar dos esforços do donatário, que ora por velho pouco mandava, diz ele que ali viviam mui seguramente nos pecados de todo gênero, e tinham o pecado por lei e costume, o que entre os eclesiásticos se fazia muito mais escandaloso. "O sertão", acrescentava, "está cheio de filhos de cristãos, grandes e pequenos, machos e fêmeas, com viverem e se criarem nos costumes do gentio. Há grandes ódios e bandos; as cousas da Igreja mui mal regidas e as da justiça pelo conseguinte."

Tudo mostrava a necessidade de acudir com pronto remédio à religião, poderosíssimo instrumento de civilização e de moral...

Entretanto, os mencionados fatos confirmam o que já em outro lugar dissemos: que a gente de origem europeia posta em contato com a da terra não a exterminou, absorveu-a: amalgamou-se com ela. Tal é a verdadeira razão por que de nossas províncias desapareceu quase absolutamente o tipo índio.

Nóbrega, apenas recebeu para o seu colégio mais padres, como tinha pedido, tratou de espalhar por todo o Brasil os seus combatentes; e com isso, favorecendo a unidade proverbial da Companhia, concorreu muito para favorecer também a do Brasil, entabulando mais frequência de notícias e relações, de umas vilas para as outras, e contribuindo, com as pacificadoras palavras do Evangelho, para estabelecer mais fraternidade entre os habitantes das diferentes capitanias

---

48 Carta de 9 de agosto de 1549. – (A.). – *Cartas*, pág. 57. – (C.).

e para destruir o feio hábito, resultante da falta de educação dos habitantes, de se estarem umas às outras injuriando com doestos, ainda quando mais polidos que os de piratas, ladrões e quejandos. O padre Navarro foi mandado para Porto Seguro, onde estavam os melhores intérpretes da língua tupi[49], talvez ainda, em avançada idade, alguns dos deixados por Cabral, e depois pela segunda armada exploradora. Logo o seguiram os irmãos Francisco Pires e Vicente Rodrigues. Este último já ali tinha construído uma ermida, pela qual começava o povo a ter devoção, fazendo romarias; especialmente desde que correu a voz de que uma fonte vizinha era milagrosa para os enfermos. Afonso Brás e Simão Gonçalves foram mandados para o Espírito Santo; o padre Manuel de Paiva tinha ido aos Ilhéus, donde foi obrigado depois a voltar, para tomar conta do colégio da cidade, enquanto Nóbrega ia visitar as capitanias do sul (VI).

Esta visita se levou a efeito por ordem de Tomé de Sousa, que, desejoso de ser informado de tudo, mandou que fossem igualmente

---

49 Entre estes devia estar Espinhosa, de quem fala o jesuíta Antônio Blasques, *Rev. do Inst. Histórico*, **49**, parte 1ª, pág. 8: "um grande língua que se chama Espinhoso, homem que entre eles tem grande autoridade"; provavelmente é Francisco Brueza de Espinhosa, companheiro de Navarro na entrada no sertão mencionada na seção seguinte: "Castelhano, grande língua, homem de bem e de verdade e de bons espíritos", segundo testemunha Mem de Sá. – *Rev. do Arq. Púb. Mineiro*, **6**, 1.163, Belo Horizonte, 1902. – (C.). – Da carta de mercê que Mem de Sá fez a Vasco Rodrigues de Caldas e a 100 homens, que iam com ele a descobrir minas, de 24 de dezembro de 1560, consta que Tomé de Sousa se concertara com Francisco Brusa de Espinhosa para ir descobrir minas, e nesse tempo sucedeu ir-se aquele governador para o reino, e veio d. Duarte da Costa, que mandara ao dito Espinhosa com doze homens pela terra adentro, o qual achara muitas informações boas de haver entre o gentio ouro e prata, e por ser a gente pouca não fora mais pela terra dentro que duzentas e tantas léguas, e a não acabaram de descobrir. – *Documentos históricos*, **XXXVI**, pág. 45. – (G.).

para essas bandas o ouvidor-geral e o provedor-mor, em uma esquadrilha de duas caravelas e um bergantim, às ordens de Pero de Góis; a qual, zarpando da Bahia, meado o ano de 1549, entrou sucessivamente nos Ilhéus, em Porto Seguro, São Vicente; e depois, à volta, no Espírito Santo e outra vez nos Ilhéus.

Na primeira dessas capitanias foram presos alguns colonos, que se haviam refugiado, por crimes de pirataria ou pelo ultraje feito ao donatário da Bahia. Infelizmente, vários deles puderam depois escapar-se para Porto Seguro, onde lhes deu homizio, como dissemos (VII), o donatário do Espírito Santo, que aí se achava surto no porto de Santa Cruz. Nas outras capitanias se ocupou mui zelosamente o ouvidor-geral de pôr em ordem as coisas da justiça, mandando que nenhum degredado servisse nos ofícios e provendo que os cargos do concelho ficassem reduzidos a um juiz ordinário e dois vereadores, servindo um de provedor e outro de tesoureiro; não só pela falta que havia de gente como porque, dizia Borges, por própria experiência sabia como as demandas eram em tanto maior número quanto mais juízes e escrivães havia. Meteu também na ordem alguns tabeliães, que nem estavam encartados, nem juramentados, nem tinham livros de querelas, e as tomavam em pedaços de papel, levando às partes o que bem queriam. Degredou de umas para as outras capitanias alguns colonos que viviam abarregados, deixando de o fazer para a costa da África, como dispunham as Ordenações, porque em sua opinião, para a colonização desta terra ir avante, era necessário em muitos casos deixar de seguir estas, que haviam sido feitas "não havendo respeito aos moradores do Brasil".

O provedor-mor também por sua parte tratou de dar ordem a todas as provedorias, nomeando para elas pessoas de confiança e entendendo-se com os donatários, ou seus locotenentes, sobre as melhoras necessitadas nas alfândegas, almoxarifados e coletorias.

Quando o ouvidor-geral e o provedor-mor haviam despachado de São Vicente, Pero de Góis voltou para o norte[50]. Entrando no Rio de Janeiro, encontrou fazendo brasil dois franceses, que logo prendeu e depois mandou à Bahia. Um era grande língua, e bem aferrolhado foi metido em um bergantim, para servir de intérprete no comércio da costa. O outro era hábil ferreiro e ficou na cidade do Salvador, fazendo bestas e espingardas. Tomé de Sousa dizia mui tranquilamente deles ao rei que os não mandara enforcar, porque tinha necessidade de gente que não cobrasse do Tesouro.

Do Rio de Janeiro passou Góis ao Cabo Frio, onde encontrou uma nau francesa. Combateu com ela[51], durante dois dias e meio, mas não conseguiu apresá-la, não só pelo mau estado em que levava a sua esquadrilha como por se haver apartado uma das caravelas, cujo capitão, Cristóvão Cabral[52], foi por isso deposto e preso no Espírito Santo, onde Góis teve de demorar-se alguns dias, socorrendo o ouvidor-geral, "por a terra estar quase perdida com discórdias e

---

50 Há duas versões diferentes dos fatos passados com Pero de Góis, uma destas em sua carta de 29 de abril de 1551, publicada na *Rev. do Inst. Histórico*, **5**, págs. 471-475, com erro de data e de lugar no título; outra na carta de Tomé de Sousa, de 18 de julho do mesmo ano. Não combinam entre si: segundo Tomé de Sousa, Góis esteve no Rio de Janeiro duas vezes; segundo o próprio Góis, apenas uma vez. Talvez as duas versões se conciliem, admitindo que em carta anterior à que se refere, escrita de São Vicente em julho de 1550, Góis houvesse contado sua primeira excursão ao Rio, que se limitou à prisão de dois franceses; por isso nela não falou novamente. O combate não se travou exatamente no Cabo Frio, porém mais a oeste. – (C.).

51 Carta de Góis de 29 de abril de 1551, *Rev. do Instituto Histórico*, **5**, 443. Leu-se e imprimiu-se por engano 1554. – (A.). – Há três edições deste tomo com paginação diferente. Na 3ª, que é a mais comum, a carta de Góis está às págs. 471-475. – Conf. nota anterior. – (C.).

52 Cristóvão Cabral fora nomeado capitão de um dos navios que deviam andar armados no Brasil, a 24 de janeiro de 1549, segundo documento de que possui cópia a Bibl. Nacional. No governo de d. Duarte da Costa foi comandando um bergantim aos Ilhéus, *Rev. do Inst. Histórico*, **49**, part. 1ª, 570, 575. – (C.).

desvarios, por nom estar Vasco Fernandes nela e ser ido[53]". Seguindo pelos Ilhéus, onde o ouvidor-geral se deixou ficar, para continuar na sua correição, veio Góis a entrar na baía em outubro. De Góis informava o governador que cumpria em tudo seus deveres de boa vontade, que da terra, em que gastara mais do que tinha, conhecia as indústrias melhor que ninguém e que só por bem do serviço público se havia dedicado na cidade do Salvador à construção de uma das suas melhores casas[54].

NOTAS DA SEÇÃO XV

I
(Pág. 426)

Pedro de Azevedo, na *Revista de História*, **3º** vol. (1911), págs. 68-81 e 137-211, e **4º** vol. (1912), págs. 64-76 e 354-361, publicou quatro importantes séries de documentos que interessam a Tomé de Sousa e sua família. Pensa o erudito investigador português que há "alguma inexatidão em afirmar Varnhagen que o primeiro governador do Brasil era filho natural de uma das primeiras casas do reino". Do *Nobiliário da Torre do Tombo* (21-e-10), atribuído a Bernardo Pimenta de Avelar

---

53 "Não sei se lá, se onde", acrescenta Góis, aludindo aos boatos de que desertara para França, como pensava Duarte de Lemos, em carta que escrevia ao rei, em 14 de julho de 1550. – (A.). – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 267. – (G.).

54 A casa de Pero de Góis foi depois comprada para moradia do bispo pelo preço de 80$000, dos quais 40$ foram mandados pagar a 9 de julho de 52 e 40$ a 6 de maio de 53. – *Livro 1º* das provisões, fls. 313 r., 351 r. Só depois desta data Pero de Góis partiu do Brasil. – (C.). – *Documentos históricos*, **XXXVIII**, págs. 41, 125. – Por mandado de 18 de maio de 1553, ordenou-se fosse descontada de seus subsídios a quantia de 4$200, do frete de 41 arrobas de algodão, que levara para o reino na nau *São João,* ibidem, pág. 144. – (G.).

Portocarrero, pág. 649, copiou Pedro de Azevedo a respeito da descendência do prior de Rates, pai de Tomé de Sousa:

"João de Sousa, filho 4 de Pedro de Sousa de Siabra, foi prior de Rates, e houve em Mécia Rodrigues de Fala, de Entre Douro e Minho

"Tomé de Sousa

"João de Sousa, que morreu na Índia

"Fr.... de Sousa, frade jerônimo

"Pedro de Sousa, clérigo de muita renda

"Elena de Sousa, mulher de ... Pereira, corregedor de São Tomé, onde morreu.

"Tomé de Sousa, filho deste João de Sousa, foi o 1º governador do Brasil por el-Rei D. João o 3º e depois seu veador e d'el-Rei D. Sebastião, comendador de Rates da Ordem de Cristo e da Arruda. Casou com D. Catarina da Costa, filha do Senhor de Pancas, teve

"D. Elena de Sousa, mulher de D. Diogo Lopes de Lima, senhor de Castro Daire.

"Bastardos."

"Tomé de Sousa – acrescenta Pedro de Azevedo – era primo, ainda que não legítimo, de d. Antônio de Ataíde, falecido em 1563, e criado conde da Castanheira por D. João III, de quem era valido, em 1523. Ao parentesco e à amizade do conde deveu certamente Tomé de Sousa a boa colocação na corte, pois o nascimento irregular, se bem que essa circunstância nunca cortasse em Portugal a obtenção dos mais altos lugares, não lhe permitiria pelas próprias forças fazer carreira."

Como atrás ficou notado, o prior de Rates, pai do governador Tomé de Sousa, era filho de Pedro de Sousa, dos Sousas do Prado, e de Maria Pinheiro. Esta Maria Pinheiro é a celebrada avó do conde da Castanheira, a quem os contemporâneos cantavam:

"Mestre João sacerdote

de Barcelos natural

houve de uma moira tal

um filho de boa sorte

... Maria Pinheiro

mãe da mãe daquele conde

e sua avó verdadeira."

"Tomé de Sousa e o primeiro conde da Castanheira eram netos da pretendida judia e primos em primeiro grau ou carnais, pois o prior de Rates e d. Violante de Távora eram irmãos."

A data da morte de Tomé de Sousa era ignorada; mas um dos documentos publicados por Pedro de Azevedo (*Rev*. cit., **3º** vol., pág. 151), dá o dia do falecimento em 28 de janeiro de 1579. – Ao conde da Castanheira deu de sesmaria Tomé de Sousa, sendo governador-geral do Estado do Brasil, a ilha de Itaparica, o que lhe depois Sua Alteza confirmou – diz Gabriel Soares, *Tratado*, 127. – (G.).

II
(Pág. 437)

A ideia de aproveitar os jesuítas na Ásia é anterior à aprovação da ordem pelo papa. Já a 17 de fevereiro de 1538, o dr. Gouveia escrevia de Paris a d. João III:

"Eu mandei a carta ao mestre Simão Rodrigues que partiu daqui com seis outros para irem a Jerusalém; ele e seus companheiros fazem grandíssimo fruto na Itália, e tal que temos cartas de Roma que o Papa mandou chamar dois deles a Roma, outros dois estão em Milão, dois em Bolonha la Grassa e um outro com certos italianos que se com eles ajuntaram estão em Ferrara. Ora por que sua tenção era, quando daqui partiram vai em dois anos, de irem a Jerusalém não só pela romaria, mas para verem se podiam converter mouros, e não puderam passar por a armada do Turco, ficaram em Itália onde lhe fazem muito gasalhado e esmola. O principal deles é um mestre Pero Fabro, homem douto e de mui grande vida, e um outro é Inigo, castelhano: se estes homens se pudessem haver per irem a Índia, será um bem inestimável. O mestre Simão foi criado do bispo Adoaiã e é irmão de outro bolseiro chamado mestre Sebastião, que é um dos que cada domingo recebe nos cartuxos. São homens próprios para esta obra e se Vossa Alteza deseja de fazer o que sempre mostrou, creia que não podia nem a pedir de boca achar homens mais autos pera converter toda a Índia. Eles são todos sacerdotes e de muito exemplo e letrados e não demandam nada por amor de Nosso Senhor. Que se spreva ao cônsul da nossa nação que está em Veneza e a quem por Vossa Alteza faz os negócios em Roma que lhe fale, por que vendo eles cartas de Vossa Alteza tanto mais se moverão, sprevendo ao mestre Simão Rodrigues e o mestre Pero Fabro e ao Inigo abastará, por que estes três moveram os outros." – Cópia no Instituto Histórico. – (C.).

III
(Pág. 441)

Nesta ponta (de Tapagipe), quando se fundou a cidade, houve pareceres que ela se edificasse, por ficar mais segura e melhor assentada e muito forte, informa Gabriel Soares, *Tratado descritivo*, 130.

Acrescenta Francisco de Andrade, *Chronica do muyto alto e muyto poderoso Rey deste reyno de Portugal D. João, o III deste nome*, **4**, 32:

"O governador despois que viu o logar em que do reyno levava por regimento que edificasse a cidade, entendeu quão differente juizo faz das cousas a vista ou a informação dellas, e que era necessario mudar-se este edificio para outro sitio, porque aquelle não era tão accommodado para seu intento como trazia do reyno por informação, mas por não tomar sobre si só o peso dessa mudança, despois de mandar dizer uma missa ao Espirito Santo, que lhe inspirasse o melhor e o mais acertado, posto o negocio em conselho, a todos pareceu que a cidade se devia edificar meia legua afastada da povoação velha, num logar que todos houveram por convenientissimo para a defensão sua e offensa dos inimigos, quer viessem por mar quer por terra, e com esta determinação se poz logo mão na obra, a que se deu tanta pressa que ao derradeiro de Abril estava já acabada a fortaleza de madeira, com bastante cantidade de artilharia e a cidade quasi toda cercada em roda, provida de todos os officiaes ordenados para o governo della e com todas as officinas para isso necessarias." – (C.).

IV
(Pág. 444)

Na sesmaria de Simão da Gama, doada a 17 de janeiro de 1552, lê-se:

"Dou a Simão da Gama o que me pede... com as seguintes declarações, a saber: da ponta do rio do Pirajá para o Norte até ir dar com a dada de sesmaria que tem Afonso Torres e para o sertão uma légua que será o que alvidrar três homens bons, ou aquela medida que melhor for para se saber a grandura da légua, e isto se entenderá tirando as terras que já tiver dado no dito limite ou meu antecessor [Francisco Pereira Coutinho], aproveitando-as as pessoas cujas forem, porque pedindo-as para as não aproveitarem por sua culpa serão do dito Simão da Gama, e havendo no dito limite que lhe assim nomeio águas para engenhos, ou para quaisquer outras moendas eu lhas dou com tal declaração que não impida a moenda de João de Velosa, nem lhe faça nojo algum, e havendo águas onde se possa fazer engenho d'açúcares, ele suplicante será obrigado de fazer moente e corrente dentro em três anos, e não o fazendo assi poderá o dito Senhor ou quem meu cargo tiver dar a dita água a quem a aproveite, e com as mais condições de meu regimento que serão todas tresladadas na mesma carta de sesmaria, e quando o dito Simão da Gama ordenar fazer o dito engenho ou engenhos lhe assinarei ou quem meu cargo tiver de que grandura será a fortaleza que fizer e que artilharia será obrigado a ter, o que tudo será segundo a disposição de terra onde fizer os ditos engenhos, e assim lhe dou o chão das casas donde ora pousa que está no cabo da rua do Sousa e parte com Diogo Muniz Barreto de uma parte e da outra com a travessa que vai para a

estrada dos soldados pela qual estrada parte o quintal das ditas casas, e assim lhe dou a ilha dos Frades que está nesta baía, com todas as águas que nela acharem, e sendo para engenho com as condições acima declaradas que o dito suplicante viva nesta cidade ou em seus termos da feitura desta a um ano e meio." Cópia na Biblioteca Nacional. – Simão da Gama ainda vivia em 1570 e tinha um engenho de açúcar, o melhor que havia naquelas partes, e muita criação de gado. Em 1587 o engenho pertencia à sua viúva d. Leonor Soares, como se lê em G. Soares. – *Tratado descritivo*, 132, Rio, 1851. – (C.). Simão da Gama, fidalgo e grande república na Bahia, morreu de herpes que lhe deram em uma perna, informa frei Vicente, *História*, 153, São Paulo-Rio, 1918. Foi sepultado na igreja da Misericórdia da cidade do Salvador, com um epitáfio que frei Vicente, ibidem, conservou:

"Pela suma caridade

De Cristo Crucificado,

Está aqui sepultado

Simão da Gama dandrade

Pera ser resuscitado."

Sua viúva d. Leonor ainda vivia na Bahia, em agosto de 1591, *Primeira visitação do Santo Ofício*, etc., 40, São Paulo, 1922. – (G.).

V
(Pág. 453)

Isto sucedia ao princípio. Pouco depois era necessário dar ofício aos que quisessem com elas casar; e Mem de Sá o propunha em 1563, o que se não executara. – Veja a carta de frei André Torneiro, de 20 de fevereiro de 1564. – Torre de Tombo, p. 1ª, m. 106, d. 122. – (A.).

A carta de frei André Torneiro à rainha d. Catarina aqui se publica pela primeira vez:

"Senhora, pelas Cartas que o governador do Brasil Mem de Sá escreveu a Vossa Alteza e pelas que a mim me mandou, que eu dei a Vossa Alteza, terá sabido o desemparo que lá tem órfãs que Vossa Alteza mandou, por não terem com quem possam casar. É necessário, nem lhe vejo outro remédio, que Vossa Alteza mande cumprir o Alvará que el-rei Nosso Senhor que seja em glória passou, em que dava todos os ofícios daquelas partes a quem casasse com as órfãs. E assim mandar revogar as provisões que depois disso se passaram em contrário, porque diz o governador que Nossa Alteza saberá dele que não há outro remédio, salvo se Vossa Alteza lhes der os casamentos em dinheiro, que eu acho por mais trabalhoso.

"O que Vossa Alteza determinar folgaria sabê-lo para responder ao governador, e lembre-se Vossa Alteza que estas órfãs não têm outro remédio, e emparo se não o seu, despois de Nosso Senhor, a Vossa Alteza serve muito nisso. Ele dê sempre a Vossa Alteza sua graça, e acenda em seu santo amor. Amém.

"Quanto às órfãs que vão à Índia, já por algumas vezes me escreveu Francisco Dias, a quem Vossa Alteza mandou que lá tivesse o cuidado delas, apontando algumas cousas que é muito necessário provê-las Vossa Alteza, e por que seria muito comprido relatá-las aqui, Antônio de Tevez as apontará a Vossa Alteza, e por amor de Nosso Senhor que Vossa Alteza mande prover em tudo, de maneira que nestas naus vá de tudo recado. Nosso Senhor a vida de Vossa Alteza conserve por muitos anos para seu serviço. Amém. – Capelão de Vossa Alteza – Frei André Torneiro."

À margem lê-se o seguinte:

"Sobre o Brasil me deu Sua Alteza esta Carta, que a desse a Vossa Mercê pera falar ao Cardeal nela, e se responder a Mem de Sá, hoje, vinte de fevereiro de mil quinhentos e sessenta e quatro – *Antônio Vitorino*." Cópia na Biblioteca Nacional, *Torre do Tombo*, fls. 452 v.- 453.

VI

(Pág. 455)

A 28 de março de 1550 escrevia da Bahia o jesuíta Navarro: "Seis meses há que o Padre Nóbrega partiu com a armada a visitar os cristãos da costa de São Vicente, e com ele o padre Leonardo Nunes e Diogo Jácome para ficar com uma terra de gentios chamados carijós." – Pelas provisões de Cardoso de Barros ainda existentes se estabelece o seguinte itinerário: Porto Seguro, 11 de janeiro a 5 de fevereiro de 50; Espírito Santo, 26 de fevereiro a 4 de março; São Vicente, 28 de abril a 1 de agosto. – Conf. A carta citada de Pero de Góis, pela que se vê que só tornaram à Bahia em outubro do mesmo ano. Assim, Nóbrega não se achava na Bahia quando chegaram os segundos jesuítas, vindos em companhia de Simão da Gama, que foram os padres Salvador Rodrigues, Manuel de Paiva, Afonso Brás e Francisco Pires. Nesta viagem de 49-50 deve ter-se dado o seguinte episódio, mencionado por Antônio Franco, na *Imagem da virtude no colégio de Coimbra:*

"Contou dele um cavaleiro chamado Pero de Góis, o qual sendo capitão ou governador em aquelas partes se confessava com o mesmo padre e era muito devoto seu. Tinha este senhor superstição de não comer cabeça de cousa viva, à honra de S. João Batista, porque neste dia lhe tinham acontecido alguns desastres. Andando ele de armada e indo o padre ao visitar ao mar, sendo horas de jantar lhe fez o Capitão força que comesse com ele como fez; e trazendo-lhe uma cabeça de um peixe estimado do capitão, a pôs ele e deu ao mesmo padre, não a querendo

comer; e fazendo o padre força que a comesse, ele lhe fez saber o voto que tinha feito; e logo porfiou que comesse e não curasse disso; o que não querendo fazer, lhe prometeu que daí por diante o faria. Chegando-se o dia de S. João Batista, que parece estava perto ou era isso em sua véspera, lança o governador um anzol ao mar, atando a linha no braço; e ferrando logo um peixe do anzol o levava com grande fúria ao mar; tanto que acudindo-lhe outra gente se embrulhou o cordel no pescoço de um marinheiro e o apertou de tal maneira que o houvera de afogar, metendo-se-lhe muito pela carne dentro. Enfim que tirando suavemente o cordel, veio no anzol a cabeça de um peixe cortada como com uma faca. E aqui entendeu ser vontade de Deus o que o padre lhe tinha mandado e ser superstição o que fazia." – Nóbrega, *Cartas*, Ed. Vale Cabral, 11. – (C.).

Com respeito à fonte milagrosa de Porto Seguro, veja-se Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Rio, 1925, págs. 297 e 388. – (G.).

VII
(Pág. 456)

Veja nota 42 da seção XI. Como se vê da carta de Duarte de Lemos, Vasco Fernandes partiu de sua capitania para, juntamente com Duarte Coelho, senhor de Pernambuco, protestar contra o desprezo de suas doações e privilégio que a criação do governo-geral importava. O mesmo motivo levá-lo-ia a dar abrigo aos criminosos fugidos dos Ilhéus e presos pelo ouvidor-geral, cuja autoridade não reconhecia: o seu ato importava simples desforço.

A correição foi causa de uma provisão real a Tomé de Sousa, em que se lê: "sou enformado que antes de vossa ida a essas partes muitos dos christãos que la andavam commetteram delictos e fizeram erros em seus carregos e officios e tinham culpas por que eram obrigados a justiça, e que indo o meu Ouvidor geral no anno passado de 550 a fazer correição pelas villas e logares dessas Capitanias muitos dos que asi eram culpados se homisiaram e alguns se lançaram com os gentios da terra, e andam entre elles dando lhes mau exempro e usando de seus costumes e outros se vieram a estes reinos e se foram para as Antilhas e outras partes com receio de serem presos e castigados como per direito mereciam." – Cópia no Instituto Histórico.

A provisão passada em Almeirim, 6 de agosto de 1551, perdoa a todos os crimes cometidos antes da chegada do governador-geral, não havendo parte que acuse e residindo o criminoso algum tempo nas povoações. A anistia não abarcava os cinco casos de heresia, sodomia, traição, moeda falsa, ou morte de homem cristão. – (C.).

Seção XVI

Criação de um bispado. Conclui o governo de Tomé de Sousa.

O padroado. Primeiro bispo. Verdadeira data da bula da criação do bispado. Partida imediata do bispo. Extensão da diocese. Índios. Iperu e Miranga. Visita Tomé de Sousa as capitanias do sul. Pintura do Rio de Janeiro. São Vicente. Naufrágio de Senabria. Comunicação de São Vicente com o Paraguai por terra. Projetos de Tomé de Sousa. Notícias de minas. Vantagem de se não ter achado minas. Primeira exploração dos sertões de Minas. Tomé de Sousa. Seu regresso e destino. Armada de Luís de Melo. Sua perda.

Enquanto toda a atividade, de que demos conta na seção precedente, se desenvolvia no Brasil, a corte não estava ociosa e continuava por sua parte a ajudar a que se levasse a cabo a obra da regeneração do novo Estado, que com a vinda de Tomé de Sousa havia cobrado os alentos de vida de que ia carecendo. Ao embaixador em Roma, Baltasar de Faria, passaram-se ordens terminantes, em 31 de julho de 1550[1], a fim de impetrar a bula para a criação de

1 Nessa data o rei escreveu ao papa, pedindo a criação de um bispado para a Bahia e propondo para o cargo de Pero Fernandes, mestre em Teologia. – Santarém, *Quadro Elementar*, **12**, 298. Tanto esta, como a carta a Baltasar de Faria, está no *Corpo diplomático português*, **6**, 376-378, Lisboa, 1884. – (C.).

um novo bispado, com a sé na própria cidade do Salvador, acrescentando-se-lhe que a impetrasse também o provimento da nova mitra em favor de Pero Fernandes Sardinha, que estudara em Paris, onde tomara o grau de bacharel, e nesse tempo era clérigo em Évora.

A bula da criação do novo bispado, que se chamou de São Salvador, continha há um tempo o provimento e a confirmação do dito bispo; e foi expedida, segundo nossas finais averiguações[2], aos 25 de fevereiro do ano de 1551; e não do de 1555, ou de 1550, como se chegou a acreditar. O bispo não se demorou muito em seguir para o seu destino, efetuando a sua partida de Lisboa em fins de setembro[3]; de modo que, antes do fim desse mesmo ano, se achava já na diocese (I).

Ficavam pertencendo à mesma diocese, declarada sufragânea do arcebispado de Lisboa, todas as terras do Brasil, desanexadas para este efeito da mitra do Funchal; bem entendido, porém, que, como terras que eram do padroado da ordem de Cristo, continuavam

---

2 A bula principia "*Super specula miliantis Eclesiæ*". O seu original se guarda na Torre do Tombo (A. 12, m. 31, nº 1). Foi pela 1ª vez impressa, em 1806, pelo dr. Miguel Leitão na sua *Refutação*, etc., e reimpressa em 1808 pelo bispo Azevedo. Reproduziu-a o sr. C. Mendes em 1866 no seu *Direito civil eclesiástico*, **1**, 521-529. Mas a apuração do verdadeiro ano da data, de ser 1551 e não 1550, só foi por nós feita, anunciando-a por 1ª vez em 1874, no posfácio da 2ª ed. da *Hist. das Lutas*, págs. XI e segs. – (A.). – Nova edição da bula no *Corpo diplomático português*, **7**, 2-7, Lisboa, 1884. Conf. Cândido Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Histórico*, **40**, parte 2ª (1877), 365-369, onde pela primeira vez foi apurada a data exata da chegada do primeiro bispo ao Brasil. – (C.).

3 No alv. de 16 e c. régia de 22 deste mês (1551) se dizia que o bispo "ora vai" para a Bahia; onde J. P. Ribeiro assegurou (*Diss. Cr.,* III, 192) que chegara em fins do seguinte outubro. – (A.). – Conf. C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Histórico,* **40**, parte 2ª, 366 e segs. – (C.).

sujeitas *in spiritualibus et in temporalibus* ao seu grão-mestre, que era agora el-rei d. João III, a quem, pela morte de el-rei d. Manuel, o papa Adriano VI conferira essa dignidade em 1522; e depois vieram a tê-la todos os reis seus sucessores. Pois que, falecendo (em 22 de junho de 1550) o mestre das ordens de Santiago e São Bento, d. Jorge, o papa Júlio III, imitando o que já a cúria concedera à Espanha para aumentar o poder real, anexou e incorporou para sempre o grão-mestrado das três ordens na Coroa; com o que, de então em diante, coube no Brasil aos reis a apresentação das igrejas e benefícios e a cobrança e administração dos dízimos[4].

O nosso primeiro prelado, sem deixar de conhecer os abusos eclesiásticos que iam pela sua diocese[5], sobretudo no que respeitava

---

4 Essa anexação e incorporação teve lugar pela bula *præclara clarissimi* do 3º das cal. de janeiro de 1551, ou de 30 de dezembro de 1550, cujo texto se encontra na Torre do Tombo, gav. IV, I, 18; V, I, 9, e V, 3, 4; havendo dela várias edições; v. gr., H. G. [*História genealógica, provas*] **2**, nº 121, 718; *Est. de cr*.; duas do bispo Azevedo Coutinho, de Londres, 1817 e 1818, na cópia da carta ao sr. dom João VI. Págs. 113 e segs., e na cópia da análise, etc., pág. 260. José de Seabra, que foi quem referendou a c. de lei de 19 de junho de 1789, enganou-se, dizendo no preâmbulo que esta bula fora" dada em Roma aos 4 de janeiro de 1551". – (A.).

5 Carta de d. João III ao conde da Castanheira, de 26 de fevereiro de 1551:
"Conde amiguo. Eu, elRey, vos envio muito saudar como aquele que amo. Mestre Pero Fernandez, que foy viguairo geral na India, que aguora tenho no bispado do Brasil, me escreveo que nam devia comsentyr tornar á India hum clериguo que o Bispo de Guoa de laa mandou, por duas vezes se lançar com os Mouros, e ser em viver muy desconcertado e de muito maao emxemplo; o qual lhe deziam que estava para se embarcar nestas naaos. Pelo que vos encomendo muito, que ordeneis como se tenha grande vegia com o dito clериguo se nam poder embarcar nelas, nem algun outro que se nam tenha infformação. E Eu mando ao dito mestre Pero Fernandez que falle comvosquo, pera vos infformar do dito clериguo, e dos mais que souber que vão nas ditas naaos. Asy mesmo me lembra que nam devia consemtyr irem algũuns clериguos ao Brasil nestes navios que aguora vãao, sem ele os ver e

ao desejo do ganho (mal de que até padecia o que fazia as vezes de vigário à sua chegada)[6], não entrou nas reformas com excessiva severidade, por lhe parecer "que nos princípios [assim o diz a carta ao rei] muitas mais cousas se hão de dissimular que castigar, maiormente em terra tão nova". Concorde com os jesuítas sobre os efeitos prodigiosos da música no coração humano, pediu que lhe mandassem órgãos para a nova sé. Ao mesmo tempo participava haverem chegado de São Vicente algumas notícias de descoberta de ouro, as quais, no seu entender, muito conviria mandar assoalhar pela Europa[7], para que a cobiça dele estimulasse a vinda de muitos

---

conhecer. E porque ysto me parece serviço de Nosso Senhor, e a ele como pastor pertençe conhecer suas ovelhas, se nestes navios ouverem d'yr algũuns clériguos, sera bem ordenardes que ele os veja, e conheça primeiro." J. D. M, Ford, *Letters of John III*, citadas, pág. 380. – (G.).

6 Carta do bispo de 12 de julho de 1552, na *Revista do Instituto Histórico,* **49**, parte 1ª, 582. Diz dissimular as vacas, bois e granjeria que o vigário (Manuel Lourenço, como vimos) tem e outros tratos. Também anuncia o projeto de nomear deão da sé Gomes Ribeiro, que fora frade de São Domingos, e lembra para arcediago Francisco de Vacas, secular chegado dois dias antes do Espírito Santo, e grande músico: depois ambos se tornaram seus inimigos e foram a verdadeira causa de todas as desordens narradas adiante.

Manuel Lourenço ausentou-se em 1554 e para sua vaga foi nomeado interinamente Luís Dias, em 30 de junho; a 29 de maio de 1556, o vigário chamava-se João Lourenço. – *Livro 1º de Prov. sec*., fls. 72 r, 111 r. – (C.). – *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 167-169, 266-267. – (G.).

7 Pelo reino, diz o bispo (loc. cit.) e é mais natural. O navio chegara de São Vicente a 11 de julho. Sobre as minas de São Vicente escrevia em 1550 Juan Sanches, piloto da malograda expedição de Diego de Senabria: "*En la capitania de San Vicente, en toda su comarca, y á la parte donde nosotros poblamos los portugueses han hallado muchas minas de plata muy ricas, y esto digo porque en mi presencia hizieron muchas fundiciones, las quales todas envian al Rey de Portogal para que luego envie á poblar toda la costa*". – Morla Vicuña, *Estudio histórico sobre el descubrimiento y conquista de la Patagonia y de la tierra del Fuego*, 296, Leipzig, 1903. – (C.).

colonos. Quanto aos índios, sabemos que entregara a sua submissão ao governador; o qual não se descuidava de seguir acerca deles o sistema de os amedrontar, com que tão bem se dera. Dois dos chefes mais poderosos dos arredores da Bahia, o *Tubarão* (*Iperu*) e *Miranga*[8], antes unidos, se desavieram e malquistaram por este tempo, com o que mais seguros ficaram os colonos.

Cumprindo as ordens do rei, empenhou-se Tomé de Sousa na construção de uns modestos *paços* para o primeiro bispo[9], perto da nova catedral; passou alguns alvarás de fiança e perdão a vários cristãos que andavam *homiziados* entre os gentios; mandou pagar a Brás Cubas duzentos mil-réis que despendera, guerreando o gentio levantado em São Vicente[10]. Coube-lhe igualmente dar cumprimento

---

8 Mirangaoba é o nome completo; foi o principal da aldeia de São João fundada em tempo de Mem de Sá; receoso de ser punido por ter morto um filho de Caramuru, fugiu com a maior parte de seus companheiros, quando aquele governador partiu na primeira expedição ao Rio de Janeiro, *Rev. do Inst. Histórico*, **57**, parte 1ª, 216. "Bem alembrará a Vossa Mercê", escreveu Nóbrega a Tomé de Sousa, "como em seu tempo se dividiram estes índios da Bahia, *scilicet* [isto é]: os do Tubarão com os do Mirangaoba, com que Vossa Mercê folgou muito e os Cristãos todos, e em tempo de D. Duarte se encarniçaram tanto em tão grande crueldade, que cada dia se matavam e comiam, por que não estavam mais de meia légua uns dos outros, e desta cidade duas ou três, e tão desassossegados andavam que não era possível poder-se-lhes ensinar doutrina a uns nem a outros". – *Cartas*, 158. – (C.).

9 Para agasalhar o bispo foram adquiridas, em 9 de julho de 1552, as casas de Pero de Góis, capitão-mor do mar, pela quantia de 80$000, paga em duas iguais prestações. – *Documentos históricos*, **XXXVIII**, pág. 41. – (G.).

10 Relativos a este assunto o Instituto Histórico possui cópias de dois alvarás dirigidos a Tomé de Sousa, em 25 de junho e 4 de dezembro de 1551. Consta do primeiro que nas guerras havidas até 1549 despenderam-se 1.800 cruzados da fazenda real. Pediram os oficiais e moradores da capitania de São Vicente que lhes fosse dada quitação dessa quantia, e el-rei concedeu, contanto que tomassem a si as despesas com a fortaleza de Bertioga, que

a uma ordem, de 20 de julho (1551), dispondo que os que, nesse caso e no imediato, passassem à Bahia, ou ao Espírito Santo, à própria custa, tivessem isenção dos dízimos por cinco anos, e concedendo aos lavradores, vindos das Ilhas, viagens grátis e a dita isenção por três anos; e quando fossem carpinteiros, calafates, tanoeiros, ferreiros, serralheiros, besteiros, pedreiros, cavouqueiros, serradores ou oleiros, gozariam da dita isenção pelos cinco anos; pagando, porém, a redízima e os demais direitos[11].

Por esse tempo já a cidade-capital se achava bastante bem fortificada, e toda muralhada de taipa, tendo dois baluartes, um deles de madeira de mangue, junto à praia, guarnecido com dois camelos, dois falcões e uma dúzia de berços. A dita muralha de taipa saiu um pouco alta e não deixou de sofrer na invernada desse ano, mas logo se reparou, fazendo-se, para mais segurança, rebocar de cal. A casa da câmara e cadeia, bem como, na ribeira, a da alfândega, armazéns e ferrarias, tudo estava já acabado e coberto de telha[12].

---

mandara construir, até de todo ser acabada; se não estivessem por isso, teriam de entrar com o dinheiro.

O segundo manda verificar se de fato Brás Cubas gastou, como alega, duzentos mil-réis de sua fazenda nas guerras com os índios, sendo capitão e ouvidor com alçada em 1546; caso isso se verificasse, Tomé de Sousa tinha ordem de fazer o pagamento. – (C.). – A provisão real de 18 de junho de 1551, para que Brás Cubas servisse de provedor (em sua vida) da capitania de São Vicente, *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 146-148. – (G.).

11 Aquela ordem, ou melhor, provisão, de 20 de julho de 1551, teve seus favores prorrogados por mais três anos pelo alvará a ela incorporado, de 22 de junho de 1554, *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 333- 336. – (G.).

12 Carta do mestre de obras Luís Dias, de 15 de agosto de 1551, em que pede licença para regressar ao reino, por ser já velho e maldisposto, e para amparo de "uma velha, que tinha". – (A.). – O documento foi publicado por Sousa Viterbo, *Dic. dos arquitetos portugueses*, **I**, 552, Lisboa, 1899. Conf. ib., 279 e

A petição de Francisco Rodrigues, procurador do conselho da cidade, veio Tomé de Sousa a resolver, em 31 de maio de 1552, que, além das seis léguas designadas para termo da mesma cidade, de cada lado, a câmara houvesse mais uma sesmaria de três léguas ao longo do mar; começando a contá-las desde duas léguas além do rio Vermelho, e indo para o sertão todo o espaço que fosse de campo bom para pastos; e excetuando as matas e as águas[13].

As informações que deram ao governador Tomé de Sousa os chefes das repartições da Justiça, da Fazenda e da Marinha puseram--no em circunstâncias de administrar desde logo com mais confiança, tendo junto de si pessoas de tanto voto com quem aconselhar-se. Entretanto, não deixavam as próprias relações desses conselheiros de lhe criar desejos de por si mesmo avaliar e conhecer tudo, até porque, havendo já associado o seu nome a este país, e desejando que a sua obra não ficasse perdida, contava segui-la com os olhos ainda depois de recolher à pátria, e estar nas circunstâncias de apreciar de lá os fatos, e de informar o governo acerca deles. Além disso, as notícias que haviam chegado à corte da costumada frequência dos navios franceses, máxime no porto do Rio de Janeiro, haviam produzido uma ordem expressa para o fortificar, e convinha-lhe indagar se nas capitanias do sul adquiriria gente e meios para fazê-lo, pois ali da Bahia nada podia então dispensar.

---

seg., Luís Dias, que só tornou em 1553 com Tomé de Sousa, trouxera um filho chamado Custódio. – (C.). – A carta do mestre de obras Luís Dias lê-se também na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 362-363. – Outra carta de Luís Dias, já referida, *Anais da Biblioteca Nacional*, **LVII**, págs. 24-28. – (G.).

13 A câmara só veio a tomar posse desta concessão, em Itapuão, aos 16 de novembro de 1557. – (A.). – Não são conhecidos no Rio os documentos a este ponto. – (C.).

Determinado assim a correr as capitanias, só o pôde verificar no fim do ano de 1552. E com uma nau e duas caravelas, sob o mando de Pero de Góis, e em companhia do padre Nóbrega[14], que pela segunda vez passava ao sul, abalou o primeiro governador do porto da povoação que deixava fundada.

Nos Ilhéus destituiu ao capitão que estava e nomeou em seu lugar a João Gonçalves Drummond[15], "fidalgo de cota d'armas", procedente da ilha da Madeira. Aqui, e nas outras terras para o sul, foi provendo à segurança das povoações e dos engenhos, mandando levantar muros ou tranqueiras e deixando alguma artilharia à responsabilidade dos almoxarifes. Fez igualmente levantar pelourinhos nas vilas e construir cadeias e casas de audiência, onde as não havia, e até nalguns pontos providenciou acerca do endireitamento das ruas, quando isso se podia conseguir sem oprimir muito os povos.

Ao entrar de passagem no porto do Rio de Janeiro, Tomé de Sousa parece não ter expressões com que encarecer a sua importância. Ouçamos o que escreve ao rei: "Mando o dibuxo delle [Rio de Janeiro] a V. A. mas tudo é graça o que delle se póde dizer, senão que

---

14 Carta deste padre a Tomé de Sousa em 1559. – (A.). – *Cartas*, págs. 146-148. – (C.).

15 Já estava provido a 21 de novembro de 1552; o locotenente do donatário, a quem substituiu, chamava-se Francisco Lopes Raposo. – *Livro 1º de provisões*, 340 r. [*Documentos históricos*, **XXXVIII**, págs. 101-102 e 104]. – A 18 fora nomeado provedor da fazenda real no impedimento de Afonso Álvares Furtado. – *Livro 1º dos provimentos seculares e eclesiásticos*, 50 v [*Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 157-158]. – (C.). – Nos documentos o nome desse provedor aparece como João Gonçalves Dormundo, e não Drummond. Ainda vivia em agosto de 1591 na vila dos Ilhéus; era casado com d. Marta de Sousa e tinha pelo menos dois filhos: Gaspar Lobo de Sousa e Belchior de Sousa, então com 37 e 33 anos de idade, respectivamente, ambos nascidos na mesma vila. – Conf. *Primeira visitação do Santo Ofício* às *partes do Brasil – Denunciações da Bahia*, págs. 273, 286 e 332. – São Paulo, 1925. – (G.).

pinte quem quiser como deseje um rio, – isso tem este de Janeiro. Parece-me que V. A. deve mandar fazer ali uma povoação honrada e boa; porque já nesta costa não ha rio em que entrem Francezes senão neste. E tiram delle muita pimenta; e fui sabedor que um anno tiraram cincoenta pipas; e tirarão quanta quizerem; porque os matos a dão da qualidade desta de cá, de que V. A deve ter informação. E escusar-se-ia, com esta povoação, armada nesta costa. E não ponha V. A. isto em traspasso... E se eu não fiz fortaleza este ano no dito rio, como V. A., me escrevia, foi porque o não pude fazer, por ter pouca gente, e não me parecer siso derramar-me por tantas partes. E acerca deste caso e de outra bahia que se chama Angra dos Reis dará a V. A. larga informação Pero de Góis"[16].

Na capitania de Martim Afonso[17] aprovou o governador a fundação da vila de Santos, onde se achava já a alfândega, defronte do melhor porto da ilha: e sem deixar de reconhecer que esta, com só três léguas de extensão, era pequena para duas vilas, não se atreveu a abolir a de São Vicente, por ser a primeira fundada no Brasil, e ter muito boas casas de pedra, e uma honrada igreja, e um colégio da Companhia de Jesus, pouco antes estabelecido.

Também preveniu as duas povoações das assaltadas que em suas canoas continuamente davam os gentios vizinhos, pela barra da Bertioga, fundando uma vila e fazendo fortaleza[18], da qual man-

---

16 Conf. nota XI da seção XI. – (G.).

17 Devia estar ali em 8 de fevereiro, em que também se achava P. de Góis, segundo fr. Gaspar, págs. 42 e 43. – (A.). – Conf. 3ª ed., Weiszflog Irmãos, São Paulo-Rio, 1920, revista pelo erudito Afonso d'E. Taunay, pág. 146. – (G.).

18 À vista disto parece inventada a provisão de 25 de junho de 1551, que cita fr. Gaspar (225 e 226), todo empenhado em fazer crer que a divisão dos dois

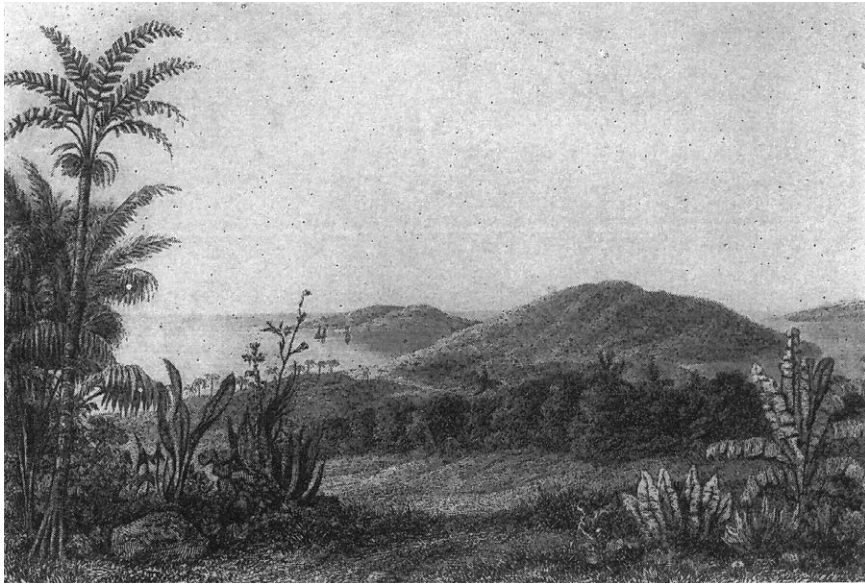
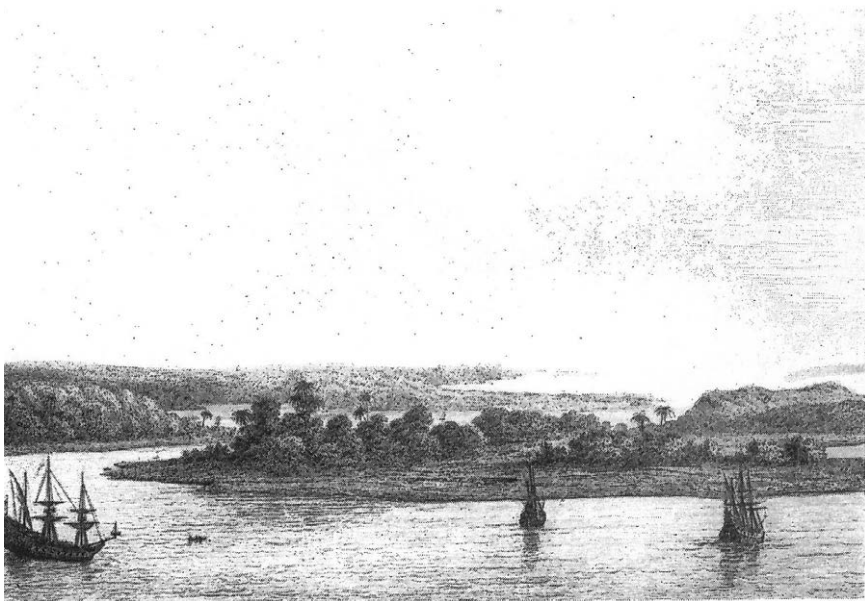
dou a planta a el-rei. Era uma torre quadrada com três andares de frestas ou seteiras, flanqueadas por duas como guaritas circulares da mesma altura.

Enquanto nesta capitania parava Tomé de Sousa, vieram informá-lo de que uma armada de d. Fernando de Senabria (II), que ia para o rio da Prata, naufragara perto da ilha de Santa Catarina, e de como para aquelas bandas estavam ao desamparo umas sessenta pessoas, das quais metade mulheres. Fez buscar a todos; e vendo que entravam no número dos que haviam salvado só as vidas a viúva e filhas de Senabria, e mais nove ou dez nobres, repartiu com eles e elas quanto à custa de seu trabalho havia junto, diz ele, durante trinta e cinco anos. Parte da gente que se salvou foi dali por terra até a cidade da Assunção no Paraguai, que, segundo afirmavam, devia estar quase naquela altura, e na distância de menos de cem léguas. Sabemos que a comunicação, desde as proximidades da ilha de Santa Catarina, já havia sido levada a efeito pela expedição de Cabeza de Vaca, que do porto do rio de São Francisco havia subido às cabeceiras do Iguaçu e chegado por este até o Piqueri (Herrera, **VII**, cap. 2, p. 8), e também temos hoje a certeza do fato da viagem que fez o alemão Ulrich Schmidel, do Paraná até as terras de João Ramalho, na capitania de São Vicente[19]. Esta comunicação para o Paraguai, por via de São Vicente, tinha-se feito tão frequente que no

---

donatários irmãos tivera lugar pela barra da Bertioga, e não pela de São Vicente, como sucedia. – (A.). – A provisão vem referida às págs. 339-340 da citada 3ª ed. – (G.).

19 Southey, **1**, 350 (2ª edição), e 1, 473, da trad. em português, onde se deve ler *Borda do Campo*, por *Força do Campo*. Schmidel designa João Ramalho por João Reivielle. – (A.). – Conf. C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst. Histórico*, **40**, parte 2ª, 181 e seg. – (C.).

Mapa do Brasil e territórios limítrofes, delineado por Varnhagen e gravado sob a direção de A. Lemaitre.

Os Ilhéus. Gravura de A. F. Lemaitre.

Península de Itapagipe em 1549. Gravura de A. F. Lemaitre.

ano de 1552 a alfândega deste porto havia rendido cem cruzados mais, de coisas que ali traziam os castelhanos a vender[20]. Tomé de Sousa tomou providências para vedar esta comunicação, e exclama, dirigindo-se ao rei: "Parece por constelação não se poderem os portugueses em nenhuma parte desapegar dos castelhanos." Acrescenta que, embora o julgassem mau *esférico* e pior cosmógrafo, ele "não sabia disso nada, senão desejar que o mundo todo fosse de seu rei". Esta informação levou a corte de Portugal a prevenir em Castela ao seu representante João Rodrigues Correia que reclamasse contra os castelhanos da Assunção, que entravam nas terras do Brasil, com morte de muita gente[21]; ao passo que, pouco depois, escrevia a corte de Castela à de Lisboa[22] representando contra "os maus tratamentos e opressões que o governador e outras justiças da costa do Brasil faziam a seus súditos, que iam e vinham do Rio da Prata".

Por esta ocasião, criou Tomé de Sousa a vila da Conceição de Itanhaém, à qual mandou reunir toda a gente derramada por aquelas praias meridionais da capitania.

---

20 As *Cartas de Índias* notam as seguintes viagens: em 51 de Cristoval Saavedra, pelo mesmo caminho de Cabeça de Vaca; em 52 de Hernando de Salasar pelo rio Itabuca e Hubai; em 54 chegam ao Paraguai cartas e avisos de São Vicente; em 55 Irala recebeu cartas de São Vicente e Francisco Gambarota foi do Paraguai a São Vicente; em 56 chegam ao Paraguai Juan de Salasar e Cipriano de Góis. – (C.).

21 Da Col. de São Vicente, **III**, fls. 49 e 313. – (A.).

22 Valladolid, 24 de novembro de 1555. – (1, 97, 21). – (A.). – Carta da princesa de Castela, dos mesmos lugar e data, para el-rei, em que lhe pedia emendasse a gente do Brasil, por lhe fazer muito dano aos seus vassalos que mandava ao rio da Prata. – Cópia na Biblioteca Nacional, *Torre do Tombo*, fls. 350 v./351. – (G.).

Subindo serra acima, fez também juntar à Borda do Campo todos os povoadores por ali dispersos, erigindo a vila de Santo André[23], no lugar em que estava uma ermida de igual invocação. Cercou-a e nomeou capitão dela a João Ramalho, de quem já nos ocupamos, e que naqueles sítios vivia desde mais de quarenta anos antes, e que tinha filhos e netos sem conta. Um dos fins desta povoação era o de impedir que por ali se fizesse frequente o comércio para o Paraguai; seguindo-se assim no Brasil, a respeito de Castela, a mesma política reservada que usava a metrópole. Dadas estas e outras providências, regressou Tomé de Sousa à cidade do Salvador que fundara e que já estava ansiosa de o ter de volta.

Apenas chegado, despachou para Portugal a Pero de Góis, encarregando-o de informar minuciosamente à corte de tudo quanto passava e de solicitar a realização das providências que ele governador, por escrito, propunha. Estas se reduziam a pedir: 1ª O reforço de dez indivíduos hábeis e honestos, em quem pudesse confiar, para os fazer capitães das terras e oficiais da Fazenda; 2º Que se resolvesse que todos os donatários viessem morar nas suas capitanias, a

---

23 Diz fr. Gaspar da Madre de Deus que Tomé de Sousa mandou criar uma vila no campo, contanto, porém, que antes disso a fortificassem com uma trincheira e quatro baluartes, onde se cavalgasse artilharia. Deu João Ramalho cumprimento a estas condições, fazendo à sua custa a trincheira, baluartes, igreja, cadeia e mais obras públicas necessárias. Depois de tudo concluído, subiu a serra Antônio de Oliveira, locotenente de Martim Afonso, acompanhado do provedor da fazenda real Brás Cubas, e levantou pelourinho na povoação de Ramalho, aos 8 de abril de 1553, em nome daquele donatário, dando-lhe o título de vila de Santo André. Dela ficou sendo alcaide-mor o referido João Ramalho, que já exercitava o cargo de guarda-mor do campo. – *Memórias da capitania de São Vicente*, **I**, 158. – (C.). – Pág. 219 da 3ª ed. Veja a carta de Tomé de Sousa, de 1 de junho de 1553, in *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 364-366. – (G.).

não terem motivo muito justo que os impedisse; 3º Que se enviasse para a cidade do Salvador um capitão especial ou alcaide-mor, que pudesse pela mesma cidade responder, durante a ausência do governador-geral em suas visitas às outras capitanias; 4º Que lhe mandassem recursos para povoar o Rio de Janeiro, onde, em seu entender, conviria ter outro ouvidor; 5º Que se ordenasse que nas vilas de Santos e São Vicente se construíssem castelos, por isso que, por muito derramadas as povoações, não era possível murá-las.

Igualmente propunha Tomé de Sousa a supressão dos cargos de provedor-mor e de capitão-mor do mar. Tudo quanto correspondia àquele podia, em sua opinião, ficar unido ao ouvidor-geral, não só por maior economia como por mais autoridade, conservando, para regularidade do serviço, às suas ordens um escrivão da Fazenda e outro da Justiça[24].

Quase todas estas propostas vieram a aceitar-se; umas logo, outras pelo tempo adiante; ou pelo influxo que ficaria tendo Tomé de Sousa nos negócios do Brasil, ainda depois de regressar à Europa, ou porque a experiência comprovara a sua necessidade.

---

24 O autor aproveitou duas cartas de Tomé de Sousa: uma, de 15 de julho de 1551, é conhecida e está publicada; a outra, de 1 de junho de 1553, só o foi recentemente, na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 364-366. Na primeira o governador refere-se à galera de Miguel Anriques, à expedição do ouvidor-geral e provedor-mor ao sul, à caravela *Galga*, aos franceses aprisionados, às notícias de minas, a Pero de Góis e a Fernand'Álvares de Andrade, "o homem de melhor edição [e edificação] que vi"; propõe também nela a supressão do provedor-mor da fazenda quando não for letrado, e a do capitão da costa. Foi publicada muito incorretamente no *Brasil histórico*, **1**, 219, 220, 223, 2ª série, 1866, e, parcialmente, na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, **7**, 588, Belo Horizonte, 1902. – (C.).

Entretanto, outro assunto chamava agora as atenções do governador-geral. Os rumores da existência de minas de ouro, cuja descoberta tanto lhe estava recomendada, cresciam todos os dias.

Às notícias vindas de São Vicente, e de que à corte dera conta o bispo, se tinham seguido outras mandadas de Pernambuco pelo provedor-mor[25]; mas eram especialmente as recém-chegadas de Porto Seguro, onde estava por capitão Duarte de Lemos, que mais visos tinham de verdadeiras. Uma partida de gentios, ali arribada do sertão, dava conta de que, para as bandas do grande rio de São Francisco, se encontravam serras com esse metal amarelo, cujos pedaços iam ter aos rios; e ao mesmo tempo apresentavam mostras de várias pedras finas, entrando neste número algumas verdes como esmeraldas.

Tomé de Sousa, apesar de prático e maduro para se deixar levar por exagerações, havia no ano anterior mandado uma galé para o norte, a ver, se entrando pelos rios dentro, "na direção donde ficava o Peru", se encontravam alguns indícios de minas. Dessa galé, cujo mando dera a Miguel Henriques, e de que fora por comitre Pedro

---

25 Cardoso de Barros foi a Pernambuco na moção do solstício de junho de 1549. Há nomeações assinadas por ele, datadas de agosto e setembro, em Olinda e Itamaracá. Em Pernambuco teve conflitos com Duarte Coelho e Jerônimo de Albuquerque, a que o primeiro se refere, sem esmiuçar as circunstâncias, em carta de 24 de novembro de 1550. Querendo evitar novos atritos, Tomé de Sousa deixou de mandá-lo outra vez à capitania de D. Coelho em 51, para prover sobre as rendas da terra e a fazenda do galeão *São João*, ali perdido. De Pernambuco, em 1549, isto é, antes de se pensar em criar bispado, mandou amostras de metal, como na citada carta informa o governador-geral, nos seguintes termos: "Antônio Cardoso escreve a Vossa Alteza, acerca das mostras do metal que mandou de Pernambuco, que se perderam no recife d'Arzilla, que eu não hei de falar mais em ouro se não se o mandar Vossa Alteza". – (C.).

Rebelo[26], piloto da costa, não tivera mais notícia. Pelo que, escrevia agora à corte que não falaria outra vez em ouro, enquanto não o mandasse deveras, e que, nas diligências por ele, andaria "com muito tento, e pouca perda de gente e fazenda", esperando antes que Deus o ordenasse, como e quando quisesse; pois que, empreguemos ainda suas expressões embora familiares, "por muito madrugar não é que havia de amanhecer mais cedo". Entretanto chegava desta vez a persuadir-se de que tais notícias, acompanhadas de tantos sinais, bem que exagerados pela imaginação do povo, deviam ter fundamento, sobretudo desde que houve a convicção de que a "terra do Brasil e do Peru eram a mesma"[27]. O tempo veio a confirmar que tinham todo o fundamento as novas acreditadas pelo acautelado capitão; mas Deus não havia querido ordenar que elas se confirmassem, antes de estar mais assegurado o Brasil. As expedições que se empreenderam não tiveram êxito. E felizmente que o não tiveram, pois a descoberta de minas no sertão, quando ainda existia tão pouca gente na costa, a teria deixado deserta, e dela se haveriam talvez apoderado os franceses.

---

26 Pedro Rebelo não apareceu mais tarde, ou faleceu logo, como Tomé de Sousa previa; por sua morte foi nomeado capitão-mor da Ribeira, a 1 de julho de 52, Estêvão Lopes, confirmado por c. r. de 13 de fevereiro de 53, com o ordenado de 24$000 anuais. – *Livro 1º dos provimentos sec. e ecl.*, fls. 61 r. [*Documentos históricos,* **XXXVIII**, págs. 82, 141, 153, 157]. A 9 de outubro de 50 mandara-se pagar a Pedro Rebelo 10$000 em mercadorias correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 49 e janeiro a maio de 50, à razão de 2$000 que tinha de ordenado. – *Livro 1º das provisões*, fls. 264 v. [*Documentos históricos*, **XXXVII**, pág. 366]. Bibl. Nacional. – (C.).

27 Estas ideias de Tomé de Sousa eram as mesmas de Duarte de Lemos, por ele nomeado capitão de Porto Seguro, donde em carta de 14 de julho de 1550 dizia: "Como está na comquysta de V. A. todo e mór parte que vay do Perú, e que está nesta altura de dezasete gráos que he aonde esta capitania está". – (A.).

A primeira pessoa indicada pelo capitão de Porto Seguro, Duarte de Lemos, e que devia ir com vinte homens, foi o piloto Jorge Dias[28], sobrinho de Pero do Campo; porém, depois Tomé de Sousa chegou a querer para chefe da expedição, por se oferecer para ela com muito entusiasmo, um espanhol chamado Filipe Guillen[29], homem de bastante capacidade e engenho, e entendido em mineralogia e em tomar as alturas. Este Guillen havia sido boticário na Andaluzia, e chegara a adquirir reputação como grande jogador de xadrez. Havendo descoberto um novo meio para observar as longitudes, passou-se, em 1525, a Portugal, esperando que aí lhe premiassem e adotasse o invento (Navarrete, *Hist. Náut.*, 178, 182 e segs.). Foi primeiro, em 1527, empregado na Casa da Índia. Em 1538 passou ao Brasil, com Vasco Fernandes. Em 1551 partiu para a Bahia, e aí perdeu a mulher e um filho que tinha, e foi, com as três filhas que lhe ficaram, exercer em Porto Seguro um emprego de Fazenda. Com as novas de ouro, que aí teve, entusiasmou-se; e escreveu a Tomé de Sousa inculcando-se para a empresa. Mas Guillen já tinha sessenta e três anos; adoeceu dos olhos, e nada realizou (III). Pelo que, mui provavelmente, foi encarregado dela o dito Jorge Dias, que partiu com doze homens, aos quais acompanhou o padre Navarro, da Companhia de Jesus, que nos deixou da viagem sucinta narração,

---

28 Carta de Duarte de Lemos, acima citada. – (A.). – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 267. – (G.).

29 Em 1551, havia sido feito Cavaleiro de Cristo, com a tença anual de 50$000 réis. Cremos que houve engano, afirmando-se nas obras de Gil Vicente que Guillen passara a Portugal em 1519. Pelo que aí se lê, fora Guillen boticário não em Sevilha, mas no porto de Santa Maria. Aí se diz também que "era grande lógico e muito eloquente, de muito boa prática, que entre muitos sabedores o folgavam de ouvir; disse a el-rei que lhe queria dar a parte de leste a oeste, que tinha achada... fez-lhe el-rei por isso mercê de cem mil-réis de tença, c'o hábito e corretagem da Casa da Índia, que valia muito". – (A.).

em uma carta impressa em espanhol em 1555[30]. Depois de andarem três meses por entre matos e terras úmidas, atravessando muitos rios, subiram a serra do Mar, da qual baixaram até o rio de São Francisco[31]. Num afluente deste chamado *Monayl*, construíram canoas, nas quais desceram algumas léguas pelo dito grande rio. Conhecendo, porém, que era imprudente seguir por ele, pelo muito gentio inimigo que encontravam, resolveram-se a retroceder a Porto Seguro, quando já Tomé de Sousa havia partido para o reino[32]. O padre Navarro faleceu pouco depois, do cansaço destes trabalhos (IV).

Tal foi a primeira excursão de maior consideração com que os nossos colonos devassaram os sertões do Brasil, pela parte em que ainda hoje a natureza está indicando a mais fácil comunicação deste lado da costa para o seu âmago; circunstância esta a que então se reunia o ser o gentio do mais pacífico do litoral[33].

---

30 Traduzida, publicada pelo autor desta *História*, na nota 70, págs. 460 a 462 da 1ª ed. desta obra. – (A.). – Reimpressa na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, **6**, 1.159, Belo Horizonte, 1902. – (C.).

31 O roteiro desta expedição, saída em março de 1554, foi estudado pelo anotador desta edição, por Orville Derby, Leite Pereira e ultimamente por Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação*, **I**, 372-377; conf. a literatura, ib., 433-434. Os resultados a que chegou Calógeras são os seguintes: acompanhando o Jequitinhonha, chegaram à serra do Espinhaço, na zona dos quartzitos brancos de Diamantina e do Serro; dos arredores de Diamantina, transpuseram a divisora do São Francisco, que atingiram, seguindo provavelmente um dos seus afluentes da margem direita, porventura o Jequitaí, até alcançar uma aldeia situada no rio Mangai; aí fizeram canoas e intentaram voltar para a Bahia, mas desistiram da ideia, atravessando por terra desde o São Francisco ao rio Verde, até passar para a bacia do rio Pardo, por onde desceram até o mar. – (C.).

32 A expedição só partiu em março de 1554, informa Anchieta, *Anais da Bibl. Nacional*, **19**, 54, já no governo de d. Duarte. – (C.).

33 ...“a terra onde está ho oro; porque por nenhuma terra d’estas partes podem mylhor yr a elle que por esta de porto seguro por ho gentio della estar mui

À expedição de Jorge Dias seguiu-se outra, à frente da qual foi Sebastião Fernandes Tourinho. Entrou pelo rio Doce e, depois de subir o Aceci quatro léguas, andou onze dias por terra no rumo de N. O., e chegou à serra que chamou das Esmeraldas, por haver nela encontrado umas pedras verdes, que sem dúvida seriam turmalinas[34].

Tomé de Sousa governou até 13 de julho de 1553, vindo nesta data a entregar o bastão a seu sucessor d. Duarte da Costa, do Conselho de d. João III, e filho de um embaixador de Portugal a Carlos V. Foi nomeado por três anos, por carta régia de março de 1553[35], análoga à da nomeação de Tomé de Sousa. Desde 1551 lembrava este ilustre governador que em janeiro do ano seguinte se acabavam

---

de pas e muito nossos amigos mormente dispoies que V. A. mandou a sua armada a esta terra". C. de Duarte de Lemos, de 14 de julho de 1550. – (A.).

34 O roteiro de Sebastião Fernandes Tourinho foi objeto dos mesmos estudos que o de Espinhosa e Navarro. Calógeras, o último a tratar do assunto, interpreta do seguinte modo: Os companheiros de Tourinho entraram pelo rio São Mateus, seguiram um afluente meridional deste, donde foram por terra ao desaguadouro oriental da lagoa Juparanã, desaguadouro que liga este vasto lençol d'água às lagoas da Testa, de São Martim e outras. Continuando, chegaram ao rio Doce junto à barra; por ele subiram, margeando-o durante quarenta dias, numa distância estimada em setenta léguas; tomaram depois o Saçuí na margem esquerda; passaram finalmente ao Itamarandiba, afluente do Araçuaí, que os levou ao Jequitinhonha, por onde desceram até o mar. – *As minas do Brasil e sua legislação*, **I**, págs. 380-388.

É certo que a entrada de Sebastião Fernandes Tourinho não foi em tempo de Tomé de Sousa, nem mesmo no de d. Duarte; é posterior à de Vasco Rodrigues de Caldas, realizada em 1560; deve ter precedido de pouco à de Antônio Dias Adorno, realizada em 1573. Onde o autor escreveu *Jorge Dias*, deve ler-se Espinhosa. – (C.).

35 O traslado da carta de 1 de março de 1553, por que Sua Alteza fez mercê a d. Duarte da Costa de capitão da cidade do Salvador e governador-geral em todas as capitanias e terras destas partes do Brasil, in *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 172-176. – (G.).

os três anos por que viera, e pedia ser rendido, para se reunir à sua velha esposa e a uma filha moça que deixara em Portugal, se ainda vivessem; no que não fiava, quando lhe havia acontecido escrever do Brasil a pessoas que já estavam no outro mundo. O rei não anuiu logo ao seu pedido e o reteve por ano e meio mais do que lhe prometera, mas depois recompensou-o amplamente, segundo mereciam os seus serviços. Além de ser feito vedor da casa real, em 12 de janeiro de 1558, deu-lhe uma comenda lucrativa na Ordem de Cristo. E pouco depois foram-lhe concedidas seis léguas de terra para as bandas da Pojuca, ao norte da Bahia (V), e esta concessão, logo dez dias depois (20 de outubro de 1563), se fez extensiva a mais de oito léguas até o rio Real. Provavelmente as passaria, depois por venda, ao seu antigo *criado* Garcia d'Ávila[36], donde procederia o ter este vindo a possuir tão grande cabedal.

Tomé de Sousa havia cumprido a sua missão. O Brasil ficava constituído: a autoridade e a lei já haviam feito sentir suas forças benéficas: a moral pública ganhara muito. Ficando assim na corte, teve pelo tempo adiante muitas ocasiões de dar conselhos em favor do Brasil, pois tanto o ficou amando que estimava dele todas as notícias, para o que conservou sempre correspondência com o padre Nóbrega. Uma das providências que logo se lhe atribuiu e que, portanto, consideramos ainda como do seu governo, e por isso aqui a contemplamos, foi a de uma nova expedição, malograda infelizmente, no Norte do Brasil.

---

36 Segundo Bluteau, *Vocabulário*, antigamente em Portugal costumavam chamar *criados* ou *criadas* a alguns parentes que criavam em suas casas. Morais, *Dicionário*: o moço que recebeu criação, e educação de alguém, se dizia seu *criado*. – (G.).

Luís de Melo, com trezentos homens de pé e cinquenta de cavalo, além de muitas mulheres, deixou Lisboa em 1554, à frente desta expedição[37], a qual, segundo o embaixador espanhol em Portugal, tivera origem das notícias de minas que dera o dito Tomé de Sousa[38] – naturalmente pelos da mencionada galé de Miguel Henriques (VI). Há probabilidades de que essa expedição se dirigiu às águas do Amazonas, não às do verdadeiro Maranhão.

Porém ainda então não tinha de começar a colonização das terras por essa banda. Da armada que (segundo o dito embaixador, não concorde com Soares) se compunha de oito ou nove caravelas e alguns bergantins, tudo à custa da real fazenda, apenas conseguiram escapar-se Luís de Melo, com alguns dos companheiros, que foram, como os seus predecessores de naufrágio, ter às Antilhas.

Voltando Melo a Portugal, passou à Índia, onde obrou feitos distintos; e regressando à Europa com grossos cabedais, projetava tornar a estabelecer-se no Brasil, quando no mar desapareceu, na nau *São Francisco*, em que navegava (Couto, *Déc*., **VII**, 5, 2; e IX, cap. 27).

---

37 Gabriel Soares diz-nos que esta constava de três naus e duas caravelas. – (A.).

38 Ofício do dito embaixador espanhol d. Luís Hurtado de Mendoza, escrito em Lisboa a 26 de fevereiro de 1554. Ainda não era partido. Do capitão Luís de Melo informa Hurtado que era irmão de d. Juana de Loronha, dama que fora da imperatriz, casada com d. Juan Manrique. – (A.).

NOTAS DA SEÇÃO XVI

I
(Pág. 466)

A respeito da partida do primeiro bispo e da sua chegada ao Brasil, dissipam quaisquer dúvidas os seguintes documentos. O primeiro é uma carta do próprio bispo, escrita de Cabo Verde a 11 de abril de 1552, que, por sua importância, aqui inserimos na íntegra:

"Senhor. Parecia-me resão loguo daquy começar de comprir o que Vosa Altesa me mandou, quando dele me despedy, que sempre lhe esprevese do que soccedese nesta viagem.

"*Item:* Partimos de Belém a vinte e quatro de Março e aos vinte e sete viemos á vista da ilha da Madeira com nortes, nordestes, e lestes tão rijos que paresiam que falavão, e com eles coremos até altura das Canarias; daqui por diante viemos com ventos gualernos e brandos ate esta ilha de São Tiaguo do Cabo Verde, onde sorgimos a oito de Abril tres dias ante monsão em conjunção que dous navios davão a vela pera o Reino, e por cuidarem que eramos franceses tornarão amaynar ate que foi de dia que nos conhecerão. Muito mais cedo cheguaramos a esta ilha se correramos com todas as velas, mas por esperar polas naos da India e em especial pela nao *Barileira*, que nunqua ade perder o nome de *Zoreira*, não corriamos senão com o papafiguo e com o traquete de proa; eu não quisera tomar esta ilha nem apartarme das naos, mas a muita enportunação dos padres que vinhão muito enjoados, e a instancia do mestre e piloto que desejavão de vender suas farinhas, mo fez fazer eles larguaram-se das naos da India na passajem das Canarias, segundo os ventos fresquos que trouxemos; as naos da India devem de ser aguora nesta parajem. Hum navio de Afonso de Torres, que chegou ontem da outra costa, deu novas que tivera vista de uma nao grande que lhe pareceo o *Zambuquo*.

"*Item:* Estivemos nesta ilha quatro dias, no qual tempo senty ser esta terra mais riqua de dinheiro que de vertudes, e não he muito de espantar, pois ha tantos annos que carese de pastor: se a absencia de Mouses (*Moysés*) em quarenta foy causa que o povo idolatrasse, que se pode cuidar de huma terra onde nunqua entrou pastor, e se entrou não durou mais de hum mez. Pelo que Vosa Altesa devia de prover esta terra antes que se acabem de estraguar as conciencias, que nela são muy larguas. Hum dos meios que me a mym parece em que esta terra se podia reformar e muito emmendar he virem a ela Sopiriores, asi no espritual como no temporall, que fosen muy isentos de cobiça, e zelosos da justiça (cuidando nisto me alembrou o que conta Plutarco de Trajano e Antonino Pio, ambos emperadores romanos, os quais quando mandavão guovernadores as provincias muito distantes capitulavão

com eles que não avião de sair de suas guovernanças com mais fazenda da que tinhão quando entrarão nelas e depois que acabavão seus carguos casavão-lhes as filhas, e honravão-lhes os filhos), e pois Vosa Altesa, é tão poderoso como Trajano e Antonino Pio, seria eu de parecer que usase de este istilo trajaniquo, pois não tem menos animo pera fazer mercês a quem o serve do que ele teve, e desta maneira servião os homens pera receberem mercê e não se entreguariam antes de servir.

"*Item:* Muito fuy enportunado que quisese dar ordêes nesta terra e dalguns fuy grosado e notado do pequo, porque não trouxe licença de Vosa Altesa e do Nuncio pera as dar, disendo que podera daqui levar huns mill crusados; mas eu muy de milhor sofro titolo de nescio que nome de cobiçoso e muito mais folguo com onesta probesa que com fazenda ganhada a custa da conciencia; a soos dous dey ordêes menores por terem breves de Roma, crismey algumas quinhentas ou seiscentas pessôas, e mais crismara se não estivera tanto de caminho.

"*Item:* O cabido e povo me pedio que lenbrase a Vosa Altesa de lhe mandar fazer huma igreja de que ja pasou provisão; eu confeso que eles tem muita necesidade desta igreja, mas muito maior tem de emmendarem suas vidas e coregerem seus costumes gentiliquos. Todos estão espantados da grande destruição e perda que qua fez hum grande deluvio de augoas ho aguosto pasado, mas pouquos entendem em reformar suas vidas; prasa a Noso Senhor que os toque da sua mão e lhes dê sua graça pera que o fação antes que venha outro castiguo mais grande. Dos padres que qua fazem o que devem, segundo meo parecer, he o padre Adaião; Vosa Altesa devia de o favorecer com suas cartas emquanto o não provê de perlado, pera que não lhe levantem a obediencia, porque esta gente insular por pouqua cousa poem a barca no monte.

"*Item:* Nosa partida daquy sera esta noite com ho terrenho; prasera Noso Senhor, per cujo serviço e fee Vosa Altesa me manda nesta empresa que ele que ate qui me deu tempo, nolo dera pera chegarmos ao Brasil a salvamento, e a Vosa Altesa, Rainha e Princepe e Princesa dara muita vida com grandissima prosperidade.

"– Desta ilha de São Tiaguo do Cabo Verde, onze de Abril de 1552. – Orador e criado de Vosa Altesa – *O bispo do Salvador*." – Cópia no Instituto Histórico. Publicada, com supressão do penúltimo *item*, na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, 363.

O outro documento é uma carta de Manuel da Nóbrega, escrita em julho ou agosto de 1552, em que se lê: "Vespora da vespora de São João chegou o bispo a esta bahia, com toda a nau e gente de saude, posto que trouxeram prolixa viagem...". – *Cartas*, 94.

Da armada, em cuja companhia partiu o bispo, dá a seguinte notícia Diogo do Couto, *Décadas*, déc., **VI**, liv. X, cap. VI, que aliás se engana, fazendo-a partir em abril:

"Andando o Viso-Rey (d. Afonso de Noronha) dando pressa á sua embarcação, sendo oito de setembro, chegaram á barra de Goa tres naus, de seis que este abril

(*sic*) passado de cincoenta e dous tinham partido do Reyno, de que era Capitão mór Fernão Soares de Albergaria, que vinha na nau *São Boaventura.* Os outros Capitães que com elle chegaram, foram Francisco da Cunha, na nau *S. Pedro*; Brás da Silva de Santarém em *S. Filipe*. As tres naus que faltavam eram a *Barrileira*, de que era Capitão D. Jorge de Meneses Barroche; e *Sant-Iago*, em que vinha Antônio Dias de Figueiredo; que ambos ficaram invernando em Moçambique. Da outra nau, que era o *Zambuco*, vinha por Capitão Antonio Moniz Barreto, despachado com a fortaleza de Baçaim; e vindo demandar a costa da Índia, foi varar no rio de Seitapór, trinta leguas de Goa, e a gente toda se salvou em terra com a mor parte da fazenda."

Juntaremos as poucas notas biográficas conhecidas sobre o primeiro bispo do Brasil e reunidas por Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca lusitana*, **III**, Lisboa, 1752:

Nasceu em Évora, provavelmente no século XV, pois Nóbrega, que não era moço, refere-se à sua idade avançada, e d. Duarte da Costa, em 1556, dava-lhe sessenta anos, *Rev. do Inst. Histórico*, **49**, parte 1ª. Foram seus pais Gil Fernandes Sardinha e Lourença Fernandes, seu irmão Álvaro Gomes, famoso teólogo, mais tarde confessor de d. João III. Estudou na universidade de Paris, ensinou na de Salamanca. Em Paris estava cerca de 1528. Foi na Índia provisor e vigário-geral, provavelmente depois de Miguel Vaz, 1546. – (C.).

Dos *Monumenta Historica Societatis Jesu*, *Monumenta Xaveriana*, tom. I, extraiu e nos forneceu o erudito padre J. M. de Madureira os seguintes dados sobre Pedro Fernandes Sardinha na Índia:

I – Pág. 465, in nota: "*Praeterea, in ep. 74 Xaverii ad P. Simonem Rodrigues, Cocini, 25 Januari 1549 data, asserit Petrum Fernandes olim Indiae Vicarium generalem, in Lusitaniam redire, et ex contextu eruitur illum Cocini navigationis tempus expectare*".

II – Pág. 467. Carta 68: "*Franciscus Xaverius – Goanus Vicarius et duo religiosi O. S. Fr. – Joanni III, Lusitaniae Regi – [Cocino] 22 Octobris 1548.* + Senhor. Estando ho Viso-rey Dom Joam de Castro para falecer nos disse a nós quatro, Mte. Pedro, Vigairo gerall... [Nota (2) do editor, págs. 467-468]: *Petrus Fernandes, qui Michaëlli Vaz sucessit, de quo haec juvat exscribere*: 'Depois de fal. pe. Miguel Vaz, veiu do reino exercitar os logares de provis. e visit. g. em Goa, dr. Pedro Fernandes Sardinha, nat. de Évora, lente na univ. de Paris, Coimbra e Salamanca, as quaes incumbencias desimpenhou com universal satisfação: assistiu a D. Jo. de Castro nos derradeiros momentos. El. em 1551 1ª Ep. do Brasil, partiu com muitos ministros, e depois de exercitar o offº pastoral com ardente zelo, voltando a Portugal no caminho fal. em 1556'" – Nazaré, *Mitras lusitanas no Oriente, 2º per*., pág. 37 (2ª ed.).

III – Pág. 508, lê-se na carta 74: "*Patri Simoni Rodrigues in Lusitaniam. Cocino, 25 Januarii 1549*": "*Después de auer escrito todas las cartas para Portugal, las quales lleva Mº Pedro Hernández, Vicario general, que fué destas partes de la India*"... Nota do editor, pág. 508: Petrus Fernandes Sardinha. *Vide ep. 68, annot. 2. Hinc corrige Tursell., quie eum vocat Emmanuelem Petrum*".

IV – Págs. 650-651. Lê-se na carta 94: "P. Antônio Gomes, Goam. – *Cangoxima 5 novembris 1549: – 12... Sed mucho grande amigo del señor Bispo y del Vicario general...*".

V – Pág. 807 – Lê-se na carta 138: "*PP. Francisco Perez, Malacam, et Gaspari Barzaeo, Goam. E Sanciano 13 Novembris 1553* (*sic*)": "Encommendo-vos muito que com muita deligencia deis ordem como o senhor Bispo veja as bullas da Companhia, e tambem o Vigario geral... [Nota do Editor: "*Petrus Fernandes Sardinha, qui Michaëlli Vas succedit*". No fim do tomo I, o mesmo editor se retrata desta nota, corrigindo-se do erro e dizendo que Sardinha foi posto aí erradamente, não sendo mais nessa época vigário-geral na Índia, e sim o seu sucessor. A retratação está nestas palavras do Índex: – "P. Fernandes Sardinha *perperam* [fora de propósito] *positus pro ejus sucessore*", págs. 807-808. Além disso, nos *Adenda et corrigenda*, postos depois do Índex, pág. 1.019, ainda mais claramente diz: "*Delenda esta annot. (ps. 807), nam Fernandes Sardinha anno 1548 in Lusitaniam reversus est, anno autem 1551 Bagiæ episcopus fuit consecratus, atque hoc tempore, de quo nunc est sermo, scil. anno 1556, e Brasilia in Lusitaniam rediens, supremum diem obiit. Anno 1552 Vicarius generalis erat Ambrósius Ribeiro. Vide, inter alia, testimonium, quod affert Lucena, opere cit. lib. X, cap. XXIV*: "Certifico eu o Doutor Ambrósio Ribeiro Provisor, e Vigário geral, e administrador deste Bispado de Goa e mais partes da Índia pelo juramento de meu cargo que é verdade que vai em *noue annos*, que vim a estas partes da Índia, e sirvo os sobredictos cargos..." *Hoc testimonium datum fuit anno* 1556: "e eu assinei de minha mão ao primeiro de Dezembro de mil, e quinhentos, e cinquenta, e seis".

Do que fica exposto, pode-se concluir que não é exato que Sardinha *reversus est in Lusitaniam* em 1548. Na carta 74, citada nos números I e III, diz são Francisco Xavier que assinou com Sardinha e dois frades de são Francisco o papel das últimas vontades escritas de d. João de Castro, que faleceu a 6 de junho daquele ano; e escrevendo cartas em janeiro de 1549, diz que Sardinha as *lleva* (III) para *Portugal*, o que era impossível se *reversus esset* em 1548. O que parece claro é que deixou o cargo ao sucessor Ambrósio Ribeiro (V) em 1548, fins do ano, partiu logo de Goa para Coxim; onde, esperando a navegação, ficou até janeiro, pelo menos, de 1549. – (G.).

II
(Pág. 474)

Chamava-se Juan de Senabria o governador nomeado para o Rio da Prata, que faleceu antes de partir. Sucedeu-lhe no mesmo cargo Diego de Senabria, seu filho. Saindo, com uma armada de três navios, de San Lucar, em abril de 1549, seu navio desgarrou e foi dar no cabo de São Roque e na costa este-oeste, onde se perdeu; com alguns companheiros, chegou num bergantim muito desbaratado à

ilha Margarida, donde escreveu à Sacra C. C. Majestade, a 26 de dezembro de 1551, uma carta contando suas misérias, publicada por Morla Vicuña, *Estudio histórico*, cit., 301-302.

Os outros dois navios, em que vieram d. Mência de Calderón, mãe de Diego, suas irmãs, Juan de Salasar, o alemão Hans Staden, naufragaram na costa brasileira. Sua ilíada, que não interessa à nossa história, pode ser estudada no livro de Morla Vicuña e nas *Cartas de Índias*, Madri, 1877. D. Mência de Calderón informa que nos quatorze meses que assistiu em São Vicente ficou devendo mais de duzentos cruzados a Pedro Rosel, feitor de Erasmo Schetz, já nosso conhecido. Por fim decidiu-se a ir ao Paraguai por terra. A 20 de março de 1556 constava em Assunção que já chegara ao Guaíra. – *Cartas de Índias*, 582.

Os náufragos espanhóis queixam-se do modo por que foram tratados em São Vicente. Dos documentos portugueses apenas consta que às náufragas fidalgas, que fizera vir, do porto dos Patos, Tomé de Sousa mandou dar cem cruzados por conta da fazenda real; posteriormente d. Duarte da Costa favoreceu-as com mais cem cruzados e algum pano e deu resgate ao capitão Salazar. Este fornecimento foi suspenso por ordem real a 10 de abril de 1556. – *Livro 1º das prov. sec.*, fls. 109 r. – Bibl. Nacional [*Documentos históricos*, **XXXV**, págs 344 e 345]. – (C.).

– A capitulação de Juan de Senabria com o rei para a conquista do rio da Prata, de 22 de julho de 1547, lê-se na *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias*, tomo **23**, págs. 118-131, Madri, 1875.

A carta de d. Juan de Salazar y Espinoza de los Monteros, supracitada, informa ainda que "*casó Dõna Mencia la hija que le quedava [D. Mência, filha] com Christobal de Saavedra*". A outra, d. Maria, havia casado com Hernando de Trejo, que recebeu de dote o cargo de aguazil-mor da província. Desse casal nasceu, no porto de São Francisco, costa do Brasil, um menino que com o tempo chegou a ser frei Hermán de Trejo y Senabria, o primeiro provincial americano da ordem franciscana e o terceiro bispo de Tucumán, fundador da Universidade de Córdoba. – Conf. Enrique de Gandia, *Historia de la conquista del Rio de la Plata y del Paraguay* (1535-1556), pág. 293, Buenos Aires, 1932. – (G.).

III
(Pág. 482)

Dos documentos publicados por Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, **1**, 138-156, apura-se o seguinte sobre Filipe de Guillen:

Nasceu na Espanha por 1487; foi boticário em Sevilha ou no porto de Santa Maria; veio a Portugal oferecer um instrumento de sua invenção para determinar longitudes.

Nomeado vedor e avaliador dos cargos das Casas de Índia e Mina em 1527, obteve no ano seguinte uma tença de quinze mil-réis com o hábito de Cristo e o ordenado anual de vinte e cinco mil-réis por certos instrumentos que inventou e cujo uso havia de ensinar gratuitamente a quem por el-rei fosse indicado. Simão Fernandes, grande astrólogo português, mostrou a falsidade do invento e Guillen pretendia fugir para a Espanha, quando foi preso. A este fato aludem os versos de Gil Vicente, que os encabeça no ano de 1519: é mais provável ocorressem em 1529.

Passou nove anos em casa de Vasco Fernandes César; depois veio para o Brasil, provavelmente em 1537. Esteve primeiramente na capitania de Francisco Pereira Coutinho; passou-se depois à de Porto Seguro, atraído pelas notícias de entradas de ouro; fixou-se finalmente na dos Ilhéus, "onde estava havia dez anos ajudando--a a sustentar e governar", quando veio à Bahia por chamado de Tomé de Sousa. Provavelmente nunca esteve no Espírito Santo, como pretende o autor.

Na cidade do Salvador até novembro de 49, quando Pero Borges saiu a visitar as capitanias do sul, esteve ocupado em fazer o caminho da Ribeira para a cidade; depois ocupou-o Tomé de Sousa para ter cargo de justiça por ser o mais velho na terra e experimentado. "Ha doze anos que nunca deixei de servir ora de juiz, ora de vereador e assim outros ofícios, pela qual razão fui mui pobre e não tive logar para fazer uma roça de mantimentos", escreve em sua carta a el-rei de 20 de julho de 50. Tomé de Sousa nomeou-o provedor da Fazenda de Porto Seguro a 14 de setembro de 1551 por tempo de três anos sem ordenado; esta mercê confirmaram d. João III em 57 e d. Sebastião em 61. Em 1563 um alvará régio mandou que seu ordenado de provedor da Fazenda de Porto Seguro fosse pago no almoxarifado desta capitania e não na tesouraria de Salvador. São as últimas notícias que temos deste antigo colono. Sousa Viterbo publica dele três cartas: na primeira, datada de 20 de julho de 1550, escreve o seguinte a el-rei:

"Succedeu agora que este Março passado (1550) vieram a Porto Seguro negros dos que vivem junto de um grande rio, além do qual dizem que está uma serra junto delle que resprandece muito e é muito amarella, da qual serra vão ter ao dito rio pedras da mesma cor, a que nós chamamos pedaços d'ouro que della caem e os negros quando vão a guerra pola banda de aquem, apanham do dito rio os ditos pedaços, de que dizem que fazem gamelas para nellas darem de comer aos porcos, que pera si não ousam fazer cousa alguma, porque dizem que aquelle metal endoença, pela qual rezão não ousam passar a ella, e dizem que muito temerosa por causa do seu resprandor, e chamam-lhe sol da terra.

"E com esta nova esteve toda a gente de Porto Seguro demovida, ou a mais della, pera o irem buscar, todavia não ousaram sem o fazer saber a Tomé de Sousa: elle me demandou meu parecer, eu lhe disse e dei por escrito os itens de que me parecia que devia mandar e fazer pera se melhor achar e com menos perigo e despesa, em tanto que o tempo de verão se chegava pera poderem ir.

"Elle esteve detreminado pera me mandar ao descobrir, porque é necessário pera isso um homem de muito siso e cuidado, e que saiba tomar a altura e fazer roteiro

de ida e vinda e olhar a disposição da terra e o que nella ha, porque sem duvida ha lá esmeraldas e outras pedras finas, e como eu não deseje mais que gastar a vida em serviço de Deus e de Vossa Alteza dixe que ia, enganando-me a vontade no que a idade me tem desenganado: adoeci muito mal dos olhos e assim ficou."

Escreve ainda: "Vossa Alteza saberá que o anno que pera estas partes me mandou (1537, como já ficou dito), morreu minha mulher e filho, ambos em uma semana: ficaram-me tres filhas já mulheres, pois, a mais moça é de desasete annos, sem amparo nem remédio algum mais que o de Deus, e serem filhas de mãe virtuosa." – (C.).

Filipe de Guilhen ainda vivia cerca de 1571, conforme testemunho do padre Antônio Dias, da Companhia de Jesus, que, denunciando perante a mesa do Santo Ofício, na Bahia, a 16 de agosto de 1591, disse que "no ditto tempo mesmo [haveria vinte anos] em Porto Seguro ouvio dizer segundo lhe pareçe a outro padre da Companhia Brás Lourenço, que Phelipe Guillen cavaleiro do ábito do Nosso Senhor Jesus Cristo, segundo deziam cristão novo provedor que foi da fazenda d'el-rei em Porto Seguro, quando se benzia se benzia com uma figa e que dava por desculpa que tinha o dedo polegar comprido e que por isso se lhe fazia não figa, e que elle mesmo Phelipe Guillen castelhano de nação tinha onde se assentava hũa taboa no chão sobre que punha os pees, na qual estava hũa cruz, asinada na parte debaixo..." – *Primeira visitação do Santo Ofício – Denunciações da Bahia*, pág. 338.

A carta de 2 de novembro de 1528 por que el-rei d. João III fez mercê a Filipe de Guillen, provedor da Fazenda de Porto Seguro, de 25$000 de ordenado anual para servir com os instrumentos que inventara para tomar a altura do sol a todas as horas, e outros, encontra-se na íntegra em *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pág. 491. A carta de Guillen, de 20 de julho de 1550, está publicada na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 359-360, onde também se lê o alvará de 25 de janeiro de 1557, que lhe faz mercê do ofício de provedor da Fazenda Real da capitania de Porto Seguro em dias de sua vida, no qual havia sido provido por Tomé de Sousa, ibidem, 382. – Desse ofício havia sido suspenso em 14 de março de 1553 pelo provedor-mor da Fazenda, que mandou que Pero de Pina, feitor e almoxarife da mesma capitania, "sendo caso que Filipe Guilherme [Guillen] se fosse livrar à Bahia dos casos por que estava preso, ou por outros, ele dito feitor, além dos ditos ofícios, que já servia, servisse também o ofício de provedor, enquanto o dito Filipe Guilherme não fosse livre, ou sua Alteza, ou o Senhor Governador não provesse outra pessoa..." – *Documentos históricos*, **XXXVIII**, págs. 240 e 241.

As trovas satíricas por Gil Vicente dirigidas a Filipe de Guillen podem ser lidas nas *Obras* do poeta, edição Barreto Feio e Monteiro, **3**, págs. 377-379, Hamburgo, 1834.

Sobre Guillen, veja: Navarrete, *Coleción de opúsculos*, **2**, págs. 67 e segs., Madri, 1849; Melo Morais, *Brasil-histórico*, 2ª série, **1**, Rio, 1866; Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, segunda série, Coimbra, 1894, págs. 19-27; Henry Harrisse, *The Discovery of North America*, Paris-London, 1892, pág. 72; o mesmo, *John Cabot and Sebastian his son*, London, 1896, págs. 295 e 296. – (G.).

IV
(Pág. 483)

Navarro faleceu a 30 de abril de 1557, *Livro 1º de provimentos sec. e ecl.*, fls. 31 r. – Bibl. Nacional [*Documentos históricos*, **XXXV**, pág. 96]. Vale Cabral já o pressentira em uma nota às *Cartas* de Nóbrega, pág. 158. Sentida descrição dos últimos dias de Navarro encontra-se na *Rev. do Inst. Histórico*, **43**, parte 1ª, 152-155.

O nome do chefe dessa expedição consta de uma provisão passada por Mem de Sá a 24 de dezembro de 1564, em que diz que governando Tomé de Sousa "Francisco Bruzo de Espinhoso, castelhano, por ser grande língua e homem de bem e de verdade e de bons espíritos falara e se concertara com ele para ir descobrir as ditas minas, e nesse tempo sucedeu ir-se pera o reino e veio D. Duarte da Costa por capitão da dita cidade e Governador-geral destas partes do Brasil, o qual outrossim por esta causa mandara ao dito Francisco Bruzo de Espinhoso com doze homens por terra dentro, o qual achara muitas informações boas de haver entre o gentio ouro e prata e por ser a gente pouca não fora mais pela terra a dentro que duzentas e tantas léguas e a não acabaram de descobrir". – *Rev. do Arq. Públ. Mineiro*, **6**, 1.163.

Sobre Espinhosa encontra-se ainda a seguinte informação: "A 8 de março de 1553 passou o Provedor-mor dois mandados para Pero de Pina, feitor da capitania de Porto Seguro, que desse ao Espinhoso emegera [?], castelhano na dita capitania morador, todo o resgate que houvesse mister para ir pelo sertão a descobrir por mandado do governador Tomé de Sousa, e bem assim para Francisco de Oliveira feitor e almoxarife do Espírito Santo que da mesma maneira desse a Manuel Ramalho... morador na dita capitania todo o resgate que hovesse mister para ir outrossim ao sertão por mandado do dito governador, e que por ele e seus conhecimentos feitos pelo escrivão de seus cargos assinados por ambos, em que declarassem a soma que os ditos feitores recebessem, lhe sejam levados em conta". – (C.).

V
(Pág. 485)

Tomé de Sousa não quis tomar terras para si enquanto foi governador, e seu gado ficou em terras alheias; por isso pediu e obteve uma sesmaria de seis léguas a 10 de dezembro de 1563, começando "de um rio pequeno que está dez léguas da cidade para o Norte, que se chama Poojuca, pera a parte do Sul ao longo do mar duas léguas, e pega a parte do Norte quatro léguas ao longo da costa do mar e pera o sertão dez léguas".

Estas terras já estavam dadas ao conde da Castanheira e a mercê não houve efeito. A 20 de outubro de 1565 foi-lhe concedida outra sesmaria, começando "donde se acaba a terra de que el-rei meu senhor e avô que santa glória haja fez mercê ao dito conde, que é de três léguas do porto... até o rio Real pera contra o Norte que podem ser oito léguas ao longo da costa pouco mais ou menos e pelo sertão dentro cinco léguas".

Por alvará de 10 de dezembro de 53 fora concedido a Tomé de Sousa poder do gado que tinha na Bahia tirar até a terça parte para qualquer outra capitania. Há cópias no Instituto Histórico de todos estes documentos. Em 11 de fevereiro de 1577 Luís de Brito e Almeida, verificando as terras de Tomé de Sousa, achou "a data do dito Tomé de Sousa não alcançar a tanto como em sua provisão se dizia", parecendo "não chegar mais que duas léguas pouco mais ou menos antes de chegarem ao rio Itapicuru": em consequência disto foram dadas doze léguas de terra a Duarte Dias, até o rio Real. – *Liv. 1º de provisões*, fl. 411 v. – Bibl. Nacional.

Nóbrega escreveu em 1552 a d. João III: "Temos por nova que manda V. A. ir para o ano a Tomé de Sousa; obriga-me Nosso Senhor a dizer o muito que temo vir outro, que destrua isso pouco que está feito, e que favoreça mais os pecados, vícios que este, e que queira ir aproveitando à custa da terra; sei que folgará muito de viver nesta terra se cá tivesse sua mulher, ainda que não fosse Governador, se uma filha que tem a tivesse casada". – *Cartas*, 99; conf. 97. A mulher de Tomé de Sousa já em 1559 era falecida, ib., 146; chamava-se Maria da Costa; a filha, d. Helena de Sousa, casou com Diogo Lopes de Lima, morto na batalha de Alcácer-quibir; não tiveram sucessão, e talvez por este motivo fossem vendidas as terras da Bahia a Garcia d'Ávila. Tomé de Sousa morreu pouco mais ou menos ao mesmo tempo que o genro: Sousa, *História genealógica*, **12**, 1.118-1.119. – (C.).

VI
(Pág. 486)

Não é conhecido aqui no Rio o ofício de Luís Hurtado de Mendoza citado pelo autor; mas, no arquivo da segunda missão Rio Branco, *Espanha*, **1**, encontramos os seguintes documentos que contêm muitas novidades:

Em carta de Luis Sarmiento, de 6 de abril de 1554, conhecida só de extrato por uma carta do príncipe de 21 do mesmo mês, se lê "*como uno que se dize luis de melo há armado ciertos navios en que lleva mas de trezientos honbres e cincoenta ou sesenta de acaballo y que van todos a su costa, a descubrir con licencia del Serenisimo Rey de Portugal*". – Carta do príncipe, de Valladolid, 21 de abril de 1554.

Em carta sem data, dada em extrato numa do príncipe, de 13 de junho de 1554, Luis Sarmiento escreve: "*cerca de la armada que el Serenisimo Rey avia enbiado al*

brasil com un capitan que se dizia antonio delorero con muchos casados para poblar en la costa della y la que postreramente estaba para partir de que es capitan luis de melo en ciertos navios que avia armado, en que llevaba mas de trezientos honbres los cincuenta o sesenta de acaballo los quales van todos a sus costas a descubrir con licencia del dicho Serenisimo Rey". – Carta do príncipe, de Ponferrada, 13 de junho de 1554.

Carta de Joan de Samano, escrita por mandado do príncipe, de Valladolid, a 9 de março de 1554, em resposta a outra de 5 de fevereiro: "*He visto lo que dezis cerca del armada que el Serenisimo Rey enbia al brasil de que va por capitan antonio loureiro, y que lleba mucha gente y casados con sus mujeres e hijos para poblar por aquelas partes y outra gente para descubrir y que se dize alla en el brasil que tiene mucha gente por aquela costa en lo que tiene poblado y que aveis procurado por aver traslado dela ynstruccion que lleban y que no abeis allado horden de poder la aver.*"

Em carta de 26 de julho de 1554, diz Sarmiento que foram com Luís de Melo alguns castelhanos amotinados no Peru, e acrescenta:

"*El capitan luis de melo ha mas ya de un mes que se fue con su armada en que yvan mas de cincuenta castellanos y un clerigo que avia de yr com ellos castellano que se quedo aqui ha estado y esta a la muerte yo he enbiado a saber del muchas veses para hablarle, y que me dixese los que conocia de aquellos castellanos que alli van y a me respondido a ya mas de quinze dias que el esta tan malo que no esta para hablar en nada que en levantandose el me dara una memoria de los que el supo como se llamavam y donde eran... Este clerigo tambien yva com el y tornose a desembarcar por la desorden que dize que llevava.*"

Carta de Luis Sarmiento, de 31 de julho de 1554:

"*Ayer vino aqui una carabela del brasil... dixome mas este hombre por que yo le hablé que luys de melo el capitan que de aqui fue con aquella armada que avia avido ya tantas diferencias entrel y los que llevava que fueron a dar en la ysla de la madera y que alli los marineros que llevava se le avian salido de los navios diziendo que no querian yr mas com el y quel andava alli con ele capitan de la ysla de la madera a que los apremyase a que fuesen con el que estaban muy rebueltos los unos y los otros que le parecia que haria mal su viaje.*"

Carta de Luis Sarmiento, de 10 de agosto de 1554:

"*Aquel clerigo que dixe que estaba malo que abia de yr com luiys de melo sanó, y no dize cosa ni sabe nada de adonde yban mas de que parece que yban tan desconcertados que no llegarian al brasil. Y ansi a parecido por que aqui se sabe que llegó el dicho luys de melo a la ysla de la madera muy desbaratado, y ansi dizen que estaba alli y que no querian pasar d'alli con el los marineros que llevaba y no puede dexar de aver entrellos mill descociertos que llevo mas de cincuenta castellanos y mas de quarenta franceses de aqui oficiales que avia y los otros portugueses y yo he dicho a Serenisimo Rey de quan mal fue consentir que fuesen franceses con el por*

que aquellos seran causa de guiar a otros muchos mas franceses andando el tiempo que vayan por aquellas partes."

Em uma carta geográfica espanhola, impressa em *Cartas de Índias*, Madri, 1877, e reimpressa no primeiro *Atlas* de Rio Branco (nº 13), encontra-se o seguinte dizer: "*Ano de 1554. dia de S. Martín, se perdio nesta costa al lest. ala boca de marañon Luis de Mello, portugues cõ 600 hõbres q'lleuaua en 6 navios sin torm.ª sino que surgierõ ala noche em 7 braças y de noche baxo el agua y q'darõ en seco*".

Completa estes apontamentos o seguinte trecho de fr. Vicente do Salvador: "No tempo que se começou a descobrir o Brasil veio Luís de Melo da Silva, filho do alcaide-mor de Elvas, como aventureiro, em uma caravela a correr esta costa, para descobrir alguma boa Capitania que pedir a el-rei, e não podendo passar de Pernambuco, desgarrou com o tempo e águas e se foi entrar no Maranhão, do qual se contentou muito, e tomou língua de gentio, e depois na Margarita de alguns soldados que haviam ficado da companhia de Francisco de Orellana, que como testemunhas de vista muito lha gabaram, e prometeram muitos haveres de ouro e prata pela terra dentro. Do que movido Luís de Melo se foi a Portugal pedir a el-rei aquela Capitania para a conquistar e povoar e, sendo-lhe concedida, se fez prestes em a cidade de Lisboa e partiu dela em três naus e duas caravelas, com que chegando ao Maranhão se perdeu nos esparcéis e baixios da barra, e morreu a maior parte da gente que levava, escapando só ele com alguns em uma caravela, que ficou fora do perigo, e dezoito homens em um batel, que foi ter à ilha de São Domingos. Dos quais foi um meu pai, que Nosso senhor tenha em sua glória, o qual sendo moço, por fugir de uma madrasta e ser alentejano, como o capitão, da geração dos Palhas e com pouco grão para sustentar a vida, se embarcou então para o Maranhão, e depois para esta Bahia, onde se casou e me houve e a outros filhos e filhas". *História*, liv. **II**, cap. XIV (págs. 132-133, da ed. de 1918.) Luís de Melo esteve outra vez no Brasil, de passagem para a Índia, em 1556, como informa fr. Vicente, *História*, liv. **III**, cap. V (pág. 162 da ed. de 1918).

É muito provável que sobre os planos de Luís de Melo influíssem as informações de Diogo Nunes, ido para o reino em companhia de Tomé de Sousa, e que recomenda a preferência do Amazonas para a exploração do interior: "Por este rio se há de prover esta terra, porque podem ir navios por ele até onde se podia povoar uma vila, que seja porto e escala de toda esta terra, por que sobe a maré duzentas léguas o rio acima, e deste porto onde se povoar a primeira vila subiram bergantins mais de trezentas léguas, porque o rio vai chão e muito bom. Haverá trezentas léguas dos desta província até o mar e sai este rio à costa do Brasil. Também podem ir por São Vicente, atravessando pelas cabeçadas do Brasil tudo por terra firme, porém há muita terra que andar e não se pode levar as cousas necessárias para conquistar, povoar como por este rio, ainda que a terra é bem povoada." – *Rev. do Inst. Histórico*, **2**, pág. 367, Rio, 1840.

A continuação dos apontamentos é digna de atenção, porque contém um plano da expedição que pode ter servido a Luís de Melo. Se Diogo Nunes descendia de pai português e mãe índia, é provável que fosse natural da capitania de São Vicente. Nesse caso um brasileiro teria tomado parte do descobrimento das cabeceiras do Amazonas, pois Diogo Nunes assegura ter estado na terra de Machifaro com o capitão Mercadillo em 1538, portanto antes de Orellana. – (C.).

Sobre Luís de Melo, suas expedições e sua capitania, veja-se ainda Gabriel Soares, *Tratado descritivo*, pág. 19, Rio, 1851; frei Vicente do Salvador, *loc. cit. supra*; Hakluyt, reimpressão de 1811, **4**, págs. 294 e 295; e entre os historiadores modernos: Rio Branco, *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française*, l er. *Mémoire*, t. **I**, págs. 63-64; e Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* à *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, pág. 79.

O pai de fr. Vicente chamava-se João Rodrigues Palha e a mãe Mécia de Lemos; viviam ainda em janeiro de 1592, *Primeira visitação do Santo Ofício – Confissões da Bahia*, pág. 158. Ele declarava ter sessenta e dois anos e ser lavrador na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, no engenho de Bernaldo ou Bernardo Pimentel. Esse, por sua vez, denunciou perante a mesa do Santo Ofício, em 27 de agosto de 1591: era cristão velho, natural de Lisboa, filho de Agostinho Caldeira, veador que fora de d. Antônio, prior do Crato; tinha de idade quarenta anos pouco mais ou menos, casado com d. Custódia de Faria e morava no seu engenho de Matuim. – *Primeira visitação* citada, *Denunciações da Bahia*, 487. Denunciado outra vez, ib., 560, deu o nome de Bernardo Pimentel de Almeida. Era sobrinho do governador Luís de Brito de Almeida, *infra*, seção XXI, e *Revista do Instituto Histórico*, **36**, 16. Seu engenho de Matuim havia de ser aquisição recente, porque ainda não o menciona Gabriel Soares. – (G.).

Seção XVII

Governo de d. Duarte da Costa. Tentativa de Villegaignon.

Concessões feitas ao novo governador. São Paulo de Piratininga. Seu belo clima. Tibiriçá e Caubi. D. Álvaro, filho do governador, origem de males. Alcaide-mor da cidade. Físico. Cirurgião. Outros novos empregados. Ordenados. Más novas. Naufrágio e assassinato do primeiro bispo e outros. Rebates dos índios contra a cidade. D. Álvaro os derrota. Fuga dos bárbaros. Humildade dos vencidos. Sua submissão. Esquadras de tropa permanente. Queixas do povo. Situação do Espírito Santo e de Pernambuco. Capitanias do sul. Morubixaba Cunhambebe. Seu retrato. O alemão Hans Staden e seu cativeiro. Peregrinações de Staden. Navios franceses. Villegaignon no Rio de Janeiro. Fortalezas francesas na Laje e no ilhéu imediato. Motim. Reforço de Bois-le-Comte. Escritor Léry. Insta o povo por outro governador. Morte do Caramuru.

A d. Duarte da Costa (I) haviam sido concedidos mais 200$000 de ordenado, além dos 400$000 que tinha Tomé de Sousa; trazia a concessão de liberdade de direitos, por três anos[1] aos novos colonos;

---

1 Alv. de 23 de julho de 1553, ampliação do de 20 de julho de 1551. – (A.). – Cópia de documento congênere, mas datado de 22 de junho de 1554, existe na Bibl. Nacional. – (C.). D. Duarte da Costa partiu de Lisboa a 8 de maio de

e vinha autorizado a aparelhar, para guarda-costa, os navios que necessitasse, dos muitos que já havia "feitos na terra".

Os dias amenos que passara o Brasil, e principalmente a cidade do Salvador, durante a administração de Tomé de Sousa, se embruscaram pouco depois da sua partida; e o governo de d. Duarte da Costa pode citar-se para exemplo do mal que pode causar a um povo inteiro a desunião entre um chefe da administração e o da diocese[2], e de quanto tal desunião é fácil de fomentar-se, quando homens tão elevados, em vez de perdoarem reciprocamente com caridade alguma leve falta ou indiscrição, se tomam de ira e se deixam levar pelas mesquinhas intrigas de aduladores ainda mais mesquinhos que elas.

Antes de continuarmos a tratar do novo governador, convém dizer que com ele viera para a Companhia de Jesus um poderoso

---

1553 e chegou à Bahia a 13 de julho desse ano, Mirales, *História militar do Brasil*, pág. 125; não podia trazer o alvará de 23 de julho, supracitado, que é desconhecido. O alvará por que Sua Alteza fez mercê ao governador-geral d. Duarte da Costa de 200$000 mais, além dos 400$000 do seu soldo, tem a data do 1º de maio daquele ano, que é a mesma da carta citada em outra nota (35 da seção XVI), de sua nomeação para governador-geral, *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 176-177. – (G.).

2 "Não deixarei de relatar o açoute de Nosso Senhor que deu a esta Bahia nas guerras que permitiu que houvesse entre o bispo e o governador D. Duarte, o qual eu não tenho por o mais somenos castigo, e que mais dano fizeram na terra que as guerras que se teve com o gentio porque... se engendrou a morte a muitos e perderam a honra e fazenda e a terra perdeu a muitos povoadores". – Nóbrega, carta a Tomé de Sousa, 1559. – (A.). – Nem Tomé de Sousa nem Nóbrega eram favoráveis ao bispo, ou pelo menos ao clero que trouxe e cujo procedimento escandaloso não soube coibir. Leia-se toda a carta deste àquele, na edição de Vale Cabral (págs. 146-168), única que merece fé: é um documento capital, em que o venerando jesuíta abre toda a alma ao seu velho companheiro e amigo. Aí se vê que, entre outros motivos, Nóbrega deixou-se ficar em São Vicente durante três anos para não assistir aos escândalos da nova diocese. – (C.).

reforço[3], não só pelo que respeitava ao pessoal (em que se compreendia o ex-reitor do colégio de Coimbra, Luís da Grã, o irmão José de Anchieta, ao depois tão célebre que passou a ser tido por taumaturgo) como pela resolução que chegara da instituição no Brasil de uma província à parte, para fundar a qual vinham poderes ao padre Nóbrega (II). Este zeloso jesuíta, que até então não se havia descuidado de cumprir seus deveres, pareceu cobrar novo ardor ao ver-se provincial. Do colégio de São Vicente, onde se achava, passou com alguns dos novos sócios a Piratininga, com projeto de fundar aí para a Companhia uma casa, ou princípio de um novo colégio, no meio desses campos tão amenos, e de um clima que, mais que o da Europa, é comparável ao da pitoresca ilha do Atlântico que alguém poeticamente chamou "Flor Oceano". Aí nunca são excessivos nem o frio nem o calor; e o ananás sazona à sombra da pereira, e os sarmentos dos vidonhos se entressacham nos caramanchéis com as hastes trepadoras dos maracujazeiros; de modo que ao lado do cacho de uvas recende muitas vezes dependurado o aromático maracujá. Efetivamente deram logo traça à edificação da nova casa (III), não na própria vila antiga de Piratininga, à margem do Tietê, mas sim no cimo de um morro sobranceiro a ela e ilhado pelos vales de dois pequenos ribeiros, que com os nomes de Taîbatâî e de

---

3 Com d. Duarte da Costa vieram os padres Luís da Grã, Brás Lourenço e Ambrósio Pires, e os irmãos João Gonçalves, Antônio Blasques, Gregório Serrão e José de Anchieta. Ambrósio Pires tornou para o reino em 1558, em companhia de d. Duarte. Na Bahia encontraram apenas o padre Salvador Pires, vindo em 1550, que logo faleceu a 15 de agosto, e o irmão Vicente Rodrigues, vindo em 1549. No mesmo ano de 53, Leonardo Nunes foi de São Vicente buscar reforço e levou Vicente Rodrigues, Gregório Serrão e José de Anchieta, que, em carta, descreveu a tempestade que acometeu o navio em que vinham, véspera da Apresentação da Virgem (20 de novembro), nas alturas dos Abrolhos. – *Anais da Biblioteca Nacional,* **1**, 279-281. – (C.).

Anhangaba-hy, isto é, de Apertado (Montoya, fls. 354) e de "Água da diabrura", vão afluir no mesmo Tietê, cuja veiga toda do mencionado morro se domina. Para orago da nova casa foi invocado o intrépido apóstolo das gentes São Paulo, dizendo-se a primeira missa no próprio dia em que a Igreja celebrava a sua conversão. Depois, os jesuítas conseguiram que os moradores da vila baixa passassem para perto de seu colégio de São Paulo; e que a antiga e primitiva vila Piratininga viesse toda a transferir-se para o alto e a chamar-se de São Paulo, nome este que, em vez de São Vicente, veio depois a estender-se a toda a capitania, desde que para essa vila foi levada a sede da mesma capitania.

Entre os morubixabas ou principais dos campos vizinhos nos conserva a história os nomes de dois a que muito deveram os nossos colonos: *Tibiriçá* e *Caubi*[4] – o primeiro dos quais tomou no batismo o nome de Martim Afonso, e o segundo o de João, naturalmente este em atenção ao nome do rei João III, ao do donatário aquele.

Deixemos, porém, já os de São Paulo e voltemos a tratar de d. Duarte e do seu governo, contra o qual tudo se conspirava.

É possível que d. Duarte chegasse ao Brasil animado de muitos bons desejos; mas do seu governo não o podemos nós deduzir. Trouxera consigo um filho, d. Álvaro da Costa, moço que havia servido

---

4 "Tibiriçá" poderia significar "Içá (formiga) dos velhacos" e "Cá-uby", "Mato verde". – (A.). – Não se deve escrever *Tebiriçá*, que tem mau sentido, diz Teodoro Sampaio, *O Tupi na geografia nacional*, 272, São Paulo, 1914. O nome é *tibiriçá*, de *t-yby-içá*, o que é principal na terra, conforme Batista Caetano, *Anais da Bibl. Nacional*, **7**, 524, Rio, 1879. – *Caubi* vem de *caá*, erva, planta, mato, folha, e *oby*, verde. – Conf. Anchieta, "Informação dos casamentos dos índios do Brasil", in *Rev. do Inst. Hist.*, **8**, 245. – (G.).

em África e que, pela idade ou pelo caráter, não reunia os dotes que devem suavizar as maneiras de todos os jovens, principalmente dos que se dedicam à vida pública, quando são mais vivos e talentosos. O bispo que, segundo já sabemos, era de parecer que se não devia ser na terra demasiado rigoroso, viu-se obrigado a admoestar ao dito moço, ou a fazer numa prática alusão a certo fato escandaloso pelo mesmo cometido. Protestou d. Álvaro tomar vingança; e valendo-se da predileção natural da paternidade, e da cega prevenção do juiz que é ao mesmo tempo pai, conseguiu alborotar a cidade, fazendo que o governador hostilizasse todos os que se mostravam partidários do bispo, que era homem já de sessenta anos e que só fizera advertências ao governador ou ao seu filho, porque assim julgava cumprir com os deveres da caridade evangélica; não só em respeito a eles como principalmente ao povo que arbitrariamente tiranizavam. A desordem foi crescendo, graças a certos sujeitos que sempre aparecem em tais ocasiões, contando tudo quanto ouvem e inventando até o que não ouvem.

As consequências das desordens eram agravos continuados de d. Álvaro, e vexações injustas do governador, que fez com que o bispo fosse chamado à corte. Dá pena ler as cartas que ainda hoje se guardam na Torre do Tombo, todas asseladas com o cunho do partido a que pertencia o que as ditava e assinava[5]. A câmara da cidade, presidida pelo sucessor de Pero de Góis na capitania-mor

---

5 Os documentos publicados na *Rev. do Inst. Histórico*, **49**, parte 1ª, não permitem formar juízo definitivo sobre as lutas que separaram os chefes do poder civil e eclesiástico. Contas e nomeações guardadas na Biblioteca Nacional deixam, porém, fora de dúvida que, antes de se voltar contra d. Duarte, já d. Pero Fernandes tinha tido questões muito graves e pouco edificantes com o deão Gomes Ribeiro, o chantre Francisco de Vacas, etc. – (C.).

da costa, Francisco de Porto Carreiro[6], o licenciado Jorge Fernandes[7], e algumas outras pessoas principais, eram contra o governador, e por conseguinte em favor do bispo[8]. Igualmente os seguia Antônio Cardoso; mas a este o daremos se quiserem por suspeito, como queixoso do governador, por lhe haver feito suspender seus ordenados de provedor-mor, apenas terminara o prazo de um ano, em que no dito cargo havia sido reconduzido; e por mais algumas acusações que nos dispensaremos de mencionar, por não termos delas provas para mancharmos a memória de um dos doze primeiros donatários,

---

6 Nomeado em 18 de abril de 1553. Dois dias depois era nomeado Cristóvão Cabral para capitão de uma caravela ou navio de remo. – (A.). – Cópias no Instituto Histórico. – (C.). – O segundo filho de Cristóvão Jaques com uma filha de Francisco de Porto Carreiro recebeu o nome do avô. – *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, 363. – Esse Francisco de Porto Carreiro veio ao Brasil com d. Duarte da Costa, como diz em sua carta de 20 de abril de 1555, infracitada, cópia na Biblioteca Nacional, *Torre do Tombo*, fls. 345. Sua nomeação de capitão-mor do mar, na vacante de Pero de Góis, in *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 179-180. – (G.).

7 *Queixa dos moradores da cidade do Salvador contra d. Duarte da Costa, seu filho e Pero Borges*. – Feita em 1556 a 18 de dezembro. Está assinada por Simão da Gama de Andrade, Vicente Dias, Francisco de Porto Carreiro, João Velho Galvão, Damião Lopes de Mesquita e Pedro Teixeira. – Cópia na Biblioteca Nacional, *Torre do Tombo*, fls. 453-457 v. – (G.).

8 Jorge Fernandes veio em companhia de d. Duarte da Costa e serviu de físico durante três anos. A 1 de julho de 1556 mandou o governador riscá-lo da folha de pagamento, mas a 22 mandou readmiti-lo. Faleceu em junho de 1567, segundo se vê do *Livro 1º dos provimentos sec. e ecl.*, 114. Teve questões com d. Duarte, como conta em carta, *Rev. do Inst. Histórico*, **49**, parte 1ª, 579; mas não era amigo do bispo: "as qualidades do Bispo bastam para despovoar um reino, quanto mais uma cidade tão pobre como esta", escreve, ib., 581. Mais tarde andou às voltas com a Inquisição, escapando sem grande dano, como se vê do processo de Bolés, *Anais da Bibl. Nacional*, **25**, 238, Rio, 1904. – (C.). – Fernão Ribeiro de Sousa, denunciado perante a mesa do Santo Ofício, em 6 de agosto de 1591, disse "que averá vinte e cinco annos que nesta cidade morreo Jorge Fernandes, físico, cristão-novo, o qual na doença dise a hũa sua ama que o curava que quando elle morresse o lavasse e o

e do primeiro provedor-mor deste Estado, que tão tristemente veio a findar seus dias. As funções de seu cargo passaram a ser exercidas pelo ouvidor Pero de Borges[9], conforme propusera Tomé de Sousa, e seguiu com ele o sucessor do dito Borges[10], até que a experiência provou alguns inconvenientes, na reunião dos dois cargos. Segundo também propusera Tomé de Sousa, havia sido aprovada a separação do cargo de capitão da cidade do de governador do Estado, e em tal conjuntura, fora nomeado alcaide-mor da mesma cidade Diogo Moniz Barreto[11]. Também não deixaremos para depois o dar conta

---

amortallase ao modo judaico e que a dita sua ama o fizera assi". – *Primeira visitação do Santo Ofício – Denunciações da Bahia*, pág. 288. O padre Luís da Grã também denunciou, em 14 do mesmo mês e ano, que "averá trinta e cinco annos pouco mais ou menos que nesta cidade foi preso Jorge Fernandes, físico, meio cristão-novo, por dizer que Cristo nosso Senhor nascera com corpo glorioso, immortal e impassível, e estando preso o pergunto a ele denunciante por dúvida se era aquilo verdade ou não; depois o viu solto, não sabe como, e é já defunto". Ib. págs. 329-330. – (G.).

9 D. Duarte nomeou o dr. Pero Borges provedor-mor da fazenda a 15 de novembro de 1554; a confirmação régia traz a data de 2 de maio de 1555. – *Livro 1º dos provin. sec. e ecl.*, fls. 75 v. e 88 v. – Bibl. Nacional. – (C.). – [*Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 237-238, 277-279]. – (G.). – Acumulou desde aquela data o ofício de provedor-mor da Fazenda, ibidem, pág. 9. – (G.).

10 O licenciado Brás Fragoso, mandando-se-lhe abonar (3 de agosto de 1557) mais 60$, por servir de provedor-mor, além dos 200$ que recebia como ouvidor-geral. – (A.). – Veio com o bispo d. Pero Leitão e tomou posse a 4 de dezembro de 59. – (C.). – *Documentos históricos*, **XXXVI**, pág. 7. – Acumulou desde aquela data o ofício de provedor-mor da fazenda, ibidem, pág. 9. – (G.).

11 Nomeado, por carta de 2 de maio de 1554, *Chanc. de d. João III*, liv. **59**, fl. 13 v. – (A.). – Esta data não deve, porém, estar certa, se, como se lê em apostila, foi Tomé de Sousa que lhe tomou a homenagem quando governador. A 22 de junho de 1556 prestou juramento e foi metido de posse do cargo. Durante o tempo de Mem de Sá serviu mais de uma vez de governador interino. Renunciou o cargo de alcaide-mor em seu sobrinho Duarte Moniz a 27 de agosto de 1573, a quem substituiu em 1627 Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. *Liv. 2º dos prov.*, fl. 70; – Bibl. Nacional. – (C.).

da instituição de um protomedicato, ou antes, da nomeação pela coroa de um físico para a nova colônia (em 20 de abril de 1553). Foi o dito licenciado Jorge Fernandes o primeiro que exerceu o cargo, cujo ordenado anual não passava de sessenta mil-réis, soma que não deixava de guardar proporção com a de duzentos mil-réis, a que montava a côngrua do bispo. Fora igualmente nomeado[12] um Mestre Pedro, cirurgião, para a capital do novo Estado, um Rodrigo de Freitas para tesoureiro de rendas, um Pero Carvalho para seu escrivão e um Diogo Gonçalves Vieira, para provedor e contador.

---

12 24 de abril dito. De mais outro *selorgião* da primitiva cidade chegou o nome até nós: o mestre Jorge de Valadares, ao qual em 10 de março de 1557 se mandaram liquidar contas. – (A.). – *O livro 1º das provisões* contém diversas ordens de pagamento a Jorge de Valadares, à razão de 2$000 o mês. [*Documentos históricos*, **XXXVII**, pág. 121, *et passim*]. Por alvará de 5 de fevereiro de 1557, o bacharel mestre Afonso, cirurgião-mor da cidade de Lisboa, filho de Álvaro Mendes, morador em Portel, foi nomeado cirurgião das partes do Brasil com o ordenado de 18$000. Veio provavelmente com Mem de Sá, que depois mandou dar-lhe mais 6$000 anuais, para tomar conta da botica. – *Livro 1º dos provim. sec. e ecl.*, fls. 131, 159. – (C.).

O alvará mandando que se fizesse passar certidão em forma de todo o dinheiro que liquidamente fosse devido ao licenciado Jorge de Valadares, do tempo em que serviu de cirurgião, assim de seu ordenado, como de seu soldo, para por ela seus herdeiros haverem pagamento, lê-se no arquivo do Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino – Registros,* **1**, fls. 221 v.

Devia ter falecido antes daquela data.

O bacharel mestre Afonso foi uma das testemunhas que depuseram no instrumento passado a Mem de Sá, na cidade do Salvador, em 1570. – *Anais da Biblioteca Nacional*, **27**, págs. 165-172.

Em 21 de agosto de 1591, Jácome de Queirós, cônego da Sé da Bahia, denunciando perante a mesa do Santo Ofício, acusou-o de ser cristão-novo e de açoitar um crucifixo que possuía, conforme havia vinte anos pouco mais ou menos era fama pública geralmente tida por verdadeira. Por ocasião da denúncia já era falecido; mas viviam ainda sua mulher Maria Lopes, seu filho Álvaro Pacheco, e uma filha casada em Pernambuco com Gaspar de Almeida, *Primeira visitação do Santo Ofício – Denunciações da Bahia*, 399. Seu nome era Afonso Mendes; outro seu filho, chamado Manuel Afonso, foi meio-cônego na sé da cidade do Salvador, ib., *Confissões da Bahia*, 40. – (G.).

Lamentando os tristes acontecimentos que tiveram lugar durante a administração de d. Duarte, apressemo-nos a dizer que alguns não se devem tanto atribuir a ela, como à sua má fortuna. Os franceses apareciam no Brasil em maior força que nunca e chegaram a estabelecer-se no Rio de Janeiro. Os gentios do Espírito Santo e de Pernambuco cobravam alento e vinham assolando e ameaçando as povoações. Os índios da costa, desde Cabo Frio até São Vicente, atreviam-se a ir em suas canoas de voga arrancada prender à vista de terra as caravelas que velejavam para São Vicente. E, por fim, para que as calamidades se fizessem também sensíveis na capital, esteve esta ameaçada pelo gentio, que lhe bateu às próprias portas; e depois chegou a enlutar-se com a notícia de que o seu primeiro prelado, acompanhado de alguns eclesiásticos e de muitos principais da terra, e famílias que iam para Portugal, na nau *Nossa Senhora d'Ajuda* (IV), haviam naufragado, não longe, sendo logo devorados pelo gentio. "Ali acabaram", diz Nóbrega, "clérigos e leigos, casados e solteiros, mulheres e meninos. Ainda escrevendo isto, se me renova a dor que tive quando vi que não havia casa em que não houvesse prantos e muitas viúvas e órfãos." Lamentemos sua tristíssima morte, e console-nos ao menos, além da ideia de que Deus os terá em sua presença no número dos mártires, a justa esperança de que dia virá em que algum digno sucessor do primeiro prelado do Brasil se ilustre, dedicando à memória deste e dos seus companheiros no martírio um monumento de piedade – uma capelinha gótica nessa paragem em que morreram tantas vítimas dos arbítrios de um governador e do canibalismo das gentes que o cristianismo veio a converter e a reduzir ao grêmio da civilização. Já é tempo de abandonarmos nossa apatia pelo passado; e o melhor modo de fazermos que o povo não seja indiferente é o de lhe despertar e avivar, por meio de

monumentos d'arte, os fatos mais notáveis. Os monumentos são as pegadas da civilização em qualquer território: são as barreiras que devem extremar os tempos históricos desses de barbaridade, de cujas rixas canibais se não levantam, e ainda bem, nem sequer provisórios troféus.

O naufrágio teve lugar nos baixos chamados de D. Rodrigo, quase à foz do rio Coruripe; e a matança dos náufragos um pouco mais ao norte, em um local na margem esquerda do rio de São Miguel, que ainda hoje é indicado pela crença popular, a qual acrescenta a observação de que o sangue do primeiro bispo do Brasil tornou estéril todo o território[13].

Durante a sede vacante, de alguns anos, ficou ao vigário-geral do bispado, o dr. Francisco Fernandes (V), o cuidado deste rebanho; e, a nos regularmos pela conta que deu o segundo bispo, importantes serviços prestou ao Brasil, cujas diferentes capitanias visitou.

Antes do fatalíssimo naufrágio, tinham tido lugar os fatos que apontamos, e de que nos iremos sucessivamente ocupando, se não pela ordem em que sucederam, ao menos pela que melhor pareça acomodar à nossa relação.

O ataque do gentio contra a cidade veio nem que de molde para que o jovem d. Álvaro tivesse ocasião de remir em parte as

---

13 *Rev. do Inst.*, **2**, pág. 112. – (A.). – Na 2ª edição desta *História*, a nota é complementada pela seguinte observação, não reproduzida nas demais edições: "O quadro que publicamos desta matança foi tomado de outro ms., cujo autor parece ter tido presentes as palavras de Brito Freire (§ 149, pág. 77): "O bispo... posto de joelhos com os olhos e as mãos levantados para o Céu, esperou os golpes da morte, sem mudança no rosto". – (N. do E.).

faltas que cometera. É por isso que nos daremos pressa a tratar dele primeiro, desejosos de aliviá-lo um tanto da tremenda reprovação moral em que o deixamos.

Deram os gentios rebate (VI), contra o seu costume, ao Meio--Dia, começando por investir o engenho de Pirajá, donde passaram a fortificar-se no Porto Grande, entre esse engenho e a cidade; porém, ao mesmo tempo que uns, com esta investida, aprisionaram muitos cristãos, iam outros assaltar em Itapuã as manadas e os vaqueiros de Garcia d'Ávila, jovem criado de Tomé de Sousa e que, chegando com este governador à Bahia sem cabedais, era agora um dos primeiros proprietários do distrito.

Fora o ataque dirigido com toda a premeditação pelos bárbaros; por isso mesmo que o executavam quando o governador, chamado a Pernambuco pelo perigo em que estava a capitania, tinha poucos dias antes deixado a Bahia, onde, em virtude do temporal, se vira obrigado a arribar e a ter alguma demora, o que lhe permitiu dar as necessárias providências.

Foi, como dissemos, seu filho d. Álvaro o encarregado de castigar o insulto que se estava fazendo à cidade. O jovem capitão, naquela mesma noite, à frente de setenta homens de pé e seis de cavalo, acometeu a tranqueira que já haviam feito os gentios, e depois de alguma resistência a entrou, apesar das cavas estrepadas com que estava defendida. O chefe dos bárbaros ficou prisioneiro, e a derrota veio a ser maior, porque, quando aqueles iam a retirar-se, se acharam sem as canoas, que haviam sido tomadas ou queimadas por Cristóvão d'Oliveira, capitão da nau *Esperança*, fundeada na Bahia; e o qual, com os batéis artilhados, fora tornear o inimigo pelo lado do esteiro que além de Itapagipe se espreguiça pela terra dentro.

Logo o governador mandou d. Álvaro a Itapuã, com cento e sessenta homens; porém, os gentios dessa banda, já inteirados do que sucedera aos outros, faziam pé atrás, cedendo humildemente e entregando o gado que haviam tomado e os prisioneiros que retinham.

Os do lado do Pirajá voltaram no dia imediato em número muito maior, de mais de mil, e circunvalaram de três cercas o dito engenho, em que estava seu dono o provedor-mor que fora[14]. De novo lá acudiu, com quanta gente pôde juntar, o mesmo d. Álvaro, e foi dar em cinco aldeias, em uma das quais se fizeram os inimigos firmes. Passou d. Álvaro a desalojá-los de uma grande cerca, a que se haviam recolhido e na qual apresentaram tal resistência que Cristóvão d'Oliveira, que comandava a dianteira, teve o braço atravessado de uma flecha, o escrivão dos contos Pero Fernandes recebeu outra na testa, sendo igualmente feridos de frechadas, dentre os principais, Manuel Jaques[15], capitão de um navio que fora socorrer Pernambuco, Fernão Vaz e Aires Quinteiro. D. Álvaro foi mais afortunado, pois todas as feridas recebeu no cavalo que montava. Os vencidos retiraram-se para

---

14 Antônio Cardoso de Barros. Seu engenho, se o mesmo possuído por seu filho Cristóvão de Barros, ficava na enseada de Jacarecanga, entre Matuim e Mataripe, como informa Gabriel Soares (*Tratado descritivo*, 135, Rio, 1851). O engenho vulgarmente chamado de Pirajá era, porém, o de el-rei, começado por d. Duarte, terminado por Mem de Sá, de que também dá notícia Gabriel Soares, ib., 131. – (C.).

15 A este Manuel Jaques, como capitão do navio *Santo Antônio*, que se fazia prestes, em 1551, para vir ao Brasil, se mandava dar regimento, em carta datada de Almeirim em 6 de março desse ano. – (A.). – Cristóvão Jaques foi casado com uma filha de Francisco de Porto Carreiro, da qual houve dois filhos e uma filha. O primogênito chamou-se Manuel Jaques Porto Carreiro, talvez o mesmo capitão referido no texto. – Conf. Livros I e II da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, pág. 56, nota de Capistrano de Abreu, Rio, 1887; e *História da colonização portuguesa do Brasil*, **II**, 363. – Veja também a nota 6 desta seção. – (G.).

a banda do rio Vermelho. Mas, constando na cidade que se começavam a reunir em quatro ou cinco tabas, guarnecendo-as de caiçaras, lá foi ainda d. Álvaro; porém, à sua aproximação, fugiram todos espavoridos, e seus trabalhos foram desfeitos e as aldeias incendiadas.

Estes acontecimentos, talvez crueldades, longe de incitarem os gentios a tomarem vingança, produziam o efeito contrário. Os mesmos que conhecidamente haviam estado nas conjurações, e às vezes já no campo, apenas elas se malogravam, prostravam-se ante o vencedor, de um modo para nós aleivoso e ignóbil, porém astucioso para eles, que desconheciam o brio e as nossas leis de honra[16].

Apenas correu a notícia do desbarato causado por d. Álvaro, vinham ou mandavam de todas as partes os principais dar preito ao governador, assegurando-lhe que sempre haviam sido seus amigos e fazendo entrega da gente que em suas aldeias detinham cativa. No número se incluiu por esta ocasião o *Tubarão* (*Iperu*), um dos mais temidos principais daqueles contornos, e que era vizinho dos levantados, e porventura com eles mancomunado.

Apesar de tanta submissão, o governador tratou logo de organizar seis companhias ou antes esquadras; e deu o mando delas a alguns dos mais notáveis da terra, que eram de sua parcialidade. Ao mesmo tempo requereu, pela armada que fazia regressar ao reino, por não ter meios para pagá-la, que se lhe mandassem com que manter de soldada uns oitenta homens d'armas, ou ao menos os

---

16 "E da guerra bem dada ou mal dada soube [Nosso Senhor] tirar esse bem que os índios ficassem sujeitos e medrosos e dispostos para agora receber o Evangelho e a doutrina de Cristo" (Nóbrega, carta a Tomé de Sousa, 1559). – (A.). – Esta nota constou apenas da 1ª e da 2ª edições desta *História*. – (N. do E.).

do pequeno número já organizado, quando saíssem a pelejar. Eis a origem de um primeiro contingente de exército no Brasil.

As mencionadas vitórias não faziam o governador nem seu filho mais populares. Queixou-se o povo de que eles decidiam a guerra, sem tomar acordo com os que em tais negócios deviam ser mais interessados, e pediam por isso ao rei que o novo governador que fosse nomeado trouxesse a mulher, mas não filho homem solteiro, se o tivesse; pois agora pai e filho abusavam de tal modo, que só cuidavam de seus lucros, assim no conceder as licenças para o resgate com o gentio, e em ocupar nisso os bergantins do Estado que deviam estar correndo a costa, como no dar ofícios de escrivão da Câmara, juiz e escrivão dos órfãos, inquiridor e escrivão d'almotaçaria, alcaide do campo e carcereiro; e em distribuir as terras a forasteiros que as tornavam a vender aos colonos, concedendo-as até do rocio da cidade, o qual chegou a reduzir-se a quarenta braças. Além disso, queixava-se de cometer o governador o arbítrio de não deixar sair para o reino os que, não sendo seus apaniguados, pudessem ir representar contra ele, chegando a prendê-los, quando julgava que às escondidas o queriam fazer.

O povo estava vexado e só tinha em seu favor o recurso da ordenação de dar por suspeito o próprio ouvidor, mui ligado ao governador. Mas este recurso custava-lhe caro, pois que, para evitá-lo, havia o mesmo ouvidor proposto e conseguido que por cada suspeição se deviam depositar dez cruzados, soma que muitos pobres não tinham[17].

---

17 Os motivos da exigência de depósitos de quem apresentasse suspeição expõe d. Duarte da Costa, em sua carta de 21 de abril de 1555, *Rev. do Inst. Histórico*, **49**, parte 1ª, 560. Tomé de Sousa procedera de modo semelhante. – (C.).

Na capitania do Espírito Santo, onde mais que nas outras se havia admitido o uso da Idade Média de se vender o gentio a si ou de se *furtar a si mesmo*, como dizia Nóbrega (VII), tanto dessa prática abusariam os colonos, que, sendo os vendidos volúveis e em grande número, se levantaram, destruíram muitas fazendas e mataram os principais, a saber: d. Jorge de Meneses, d. Simão de Castelo Branco, Bernardo Pimenta e Manuel Ramalho[18]. Depois continuou a mesma capitania apoquentada dos bárbaros vizinhos, ameaçada dos franceses e, por fim, sempre em contendas e guerras civis tais, que deixou de medrar. Se a colonização tem caminhado de outro modo, se é levada a cabo com mais gente, e empreendida pela Coroa (como maior capitalista) à maneira da Bahia e do Rio, talvez seria hoje a província do Espírito Santo uma das mais ricas do Brasil, e a cidade da Vitória, ou alguma outra construída em sítio apropriado no continente, um dos seus empórios. Nesse caso houveram – quem sabe? – os habitantes dessa província sido os descobridores das Minas, a parte de cujo território se acha geograficamente ligada.

Em Pernambuco, depois da morte do donatário Duarte Coelho (VIII), ficou sua mulher d. Brites de Albuquerque por governadora e administradora da capitania, e aí se achava em 26 de março de 1577, em que encontramos o seu nome em uma doação. O jovem segundo donatário Duarte Coelho de Albuquerque e seu irmão Jorge de Albuquerque Coelho, já nascido no Brasil (em 23 de abril de 1539), estavam então educando-se em Portugal (IX).

---

18 Manuel Ramalho houve um filho de Antônia Pais, o cônego Jácome de Queirós, sacerdote de missa, mameluco, natural da capitania do Espírito Santo, com 46 anos de idade em 1591, o qual figura tristemente na *Primeira visitação do Santo Ofício – Confissões da Bahia*, pág. 59, e *Denunciações*, pág. 399. – (G.).

O gentio que tanto havia experimentado a têmpera do velho capitão, ao saber que ele deixara de existir, juntou-se em grande número e veio assolando e incendiando quanto topava. Assaltou Igaraçu e destruiu inteiramente um engenho já ali acabado. Outro engenho (de Santiago), feito por Diogo Fernandes e seus sócios, naturais de Viana do Minho, com mui boas terras, excelentes águas, madeiras e lenhas, e em que se fabricavam por ano dez mil arrobas de açúcar[19], foi abandonado por falta de gente e armas com que se defendesse. Em vista do que, d. Brites confiou a seu irmão Jerônimo de Albuquerque o governo da capitania. Este capitão, apenas se desenganou de que era necessário conter a insolência do gentio, reuniu quantos dos seus pôde; deu nele deveras, e em 28 de agosto de 1555 já o julgava submetido, atemorizado e "calado", segundo se expressa na carta que então escrevia ao rei (*Rev. do Inst. Hist.*, **49**, parte 1ª, 584-586). Este bravo chefe teve ainda para o diante[20] ocasião de prestar muitos serviços à terra que adotara por pátria e à qual legou, com suficientes bens, vinte e quatro filhos, entre legítimos e naturais (X).

Se pela banda do norte os bárbaros não levavam a melhor, outro tanto não sucedia para o sul, a contar do Espírito Santo. Todos

---

19 Jerônimo de Albuquerque não diz que já se fabricavam, mas que se podiam fabricar dez mil arrobas de açúcar. Eis suas palavras: "nele [engenho Santiago] se podem assentar dentro da cerca dois engenhos de açúcar, e tem boas terras e muitas madeiras e lenhas e outras cousas necessárias; os quais, andando bem providos do necessário e escravaria, como cumpre, se farão neles cada ano dez mil arrobas de açúcar". – *Rev. do Inst. Histórico*, **49**, parte 1ª, 585, Rio, 1886. – (C.).

20 Segundo Jaboatão, I, *Orbe seráfico*, **1,** 146, Rio, 1856, faleceu em 1594; e seguramente depois de 13 de novembro de 1584, em que assinou o testamento, do qual se colige parte de sua vida e de sua descendência. – (A.). – O testamento publicado por Fernandes Gama, *Memórias históricas da prov. de Pernambuco*, **1**, 85-90, Pernambuco, 1844, foi reimpresso na *Rev. do Inst. Arq. e Geogr. Pernambuco*, nº **28**, 111-119, Recife, 1883. – (C.).

os morubixabas, ou chefes dos mesmos bárbaros, desde o Cabo Frio até a Bertioga, estavam unidos e prestavam obediência a outro chefe maior que chamavam Cunhambebe[21], o qual se gabava da proeza de haver trincado carnes de uns dez mil dos seus inimigos, para cuja morte concorrera[22]. Se bem que a presença dos europeus, tão superiores aos índios nos meios de ataque e defesa, lhes poderia instintivamente haver aconselhado esta harmonia ou aliança contra o inimigo comum, somos antes propensos a crer que ela não procedia tanto da abnegação dos chefes subalternos, como do ascendente que sobre eles exercia o grande Cunhambebe, que todos tinham razão para temer. Cunhambebe foi, dos chefes que dominavam, com a sua marinha de canoas, todos os recôncavos e angras desde a dos Reis até às da ilha de São Sebastião, o que mais fortuna conseguiu em suas tentativas, não só de arremetidas por mar às colônias de São Vicente e de Santos, pela barra de Bertioga, e a esta mesma barra depois que teve fortaleza; como nos ataques e abordagens que ousava dar às galés e caravelas que por ali passavam sem artilharia, e até às artilhadas e mui bem guarnecidas, que fundeavam e se descuidavam durante a noite[23]. As primeiras vitórias lhe tinham

---

21 Quoniambebe, diz Staden (aliás, Koniam-Bebe). Este nome pode traduzir-se: "O voar da mulher", Cunhã-bébé. – (A.). – Thevet escreve *Quoniambec*; Léry, *Koniam-Bebe*; Simão de Vasconcelos e outros cronistas portugueses grafaram Cunhambeba.

Das etimologias que se oferecem a esse nome parece mais aceitável a do sábio tupinólogo dr. Teodoro Sampaio, por *cû-nhã-bêba*, língua que corre rasteira, alusão ao indivíduo que arrasta no falar. – (G.).

22 Não consta o autor que isto ateste. – (C.).

23 Um exemplo de ataque de índios aos navios que passavam fornece a carta do jesuíta Leonardo Nunes, escrita em São Vicente a 24 de agosto de 1551. Pouco importa ao caso que os assaltantes fossem amigos dos portugueses e julgassem a embarcação francesa. – (C.).

aumentado à audácia, e seu nome se repetia na colônia de São Vicente e nas galés de toda a costa, com tanto terror como pouco antes, nas águas e costas do Mediterrâneo, se proferira o do célebre Hariadam Barba-Roxa. Cunhambebe já não temia a artilharia, e de tal modo com ela se familiarizou que se contava que, havendo-se apoderado de dois falcões, os levava consigo carregados, e sobre os próprios ombros lhes dava fogo em retirada, se era necessário, aguentando ele o recuo[24].

O escritor francês André Thevet quis nos deixar deste temível chefe tão exata pintura que até o retrato possuímos[25], com a perfeição proverbial de todos os dos personagens do tempo que incluiu na sua cosmografia. Era Cunhambebe bastante alto, membrudo e de horrenda catadura: levava furado e com um botoque no sentido vertical o lábio inferior: nas orelhas arrecadas não desproporcionadas, e ao pescoço um colar de búzios em volta dobre, do qual pendia, na dianteira, um grande caramujo. Era de feições grandes e grosseiras: as rugas da fronte e das faces descobriam quantas vezes em vida

---

24 Thevet dá deste fato uma gravura na sua célebre *Cosmografia*. – (A.). – Há mais de um Cunhambebe: o de que fala Anchieta, quando descreve seus trabalhos em Iperoig, nada tem com o de Thevet: este morreu de peste, logo depois da chegada de Villegaignon. Heulhard, *Villegagnon, roi de l'Amérique*, 114. Tinha em sua aldeia seis canhões tomados a duas caravelas, e a vestimenta e a cruz de um cavaleiro de Cristo, que com muito fundamento Rio Branco julga pertencentes a Rui Pinto, *Le Brésil en 1889*, 142 n., Paris, 1889. – (C.).

25 Esse retrato encontra-se em *La cosmographie universelle*, de André Thevet, tome **II**, liv. XXI, fls. 724, Paris, 1575, in-fol., reproduzido in *Les vrais poutraits des hommes*, cap. 149, fls. 661, Paris, 1584, in-fol., e in *Histoire des plus ilustres et scavans hommes de levers siècles, tant de l'Europe, que d'Asie, Afrique & Amerique*, tome **VIII**, cap. XXX, pág. 345, Paris, 1672, in-8º, do mesmo autor. Da *Cosmographie* foi reproduzido na *Revista do Instituto Histórico*, **XIII**, mas somente nos exemplares da 1ª edição, Rio, 1850. – (G.).

conhecera o perigo a que se arrojara. A expressão do rosto podemos dizer que respirava uma melancolia feroz.

Todos os chefes dos contornos prestavam, como dizíamos, cega obediência a este bárbaro temível, que era o primeiro a sacrificar-se na ocasião do perigo e que, apesar de implacável sempre para os inimigos e orgulhoso dos próprios feitos de um modo insuportável, não deixava de prestar-se a certos armistícios com os navios portugueses, que, devidamente prevenidos, vinham fazer resgates ou propor conciliações, como sucedeu com os jesuítas, cuja roupeta acataram sempre ele e os seus sucessores.

Podemos ter uma perfeita ideia do que era o governo e o ditatorado de Cunhambebe, pela peregrinação que aí fez como cativo Hans Staden, o qual, conseguindo escapar-se, voltou a Hesse, sua pátria, e em Marburg[26] publicou em alemão a narrativa de quanto sofrera e observara, e merece que lhe dediquemos algumas linhas.

---

26 Do livro de Hans Staden há duas traduções em nossa língua: uma de Alencar Araripe, feita da versão francesa de Ternaux-Compans e publicada em 1892 na *Rev. do Inst. Histórico*, **55**, parte 1ª; outra feita por Alberto Löfgren, da edição original, impressa em São Paulo para comemorar o quarto centenário do descobrimento do Brasil. Esta dá uma bibliografia da obra, reproduz as estampas que acompanham a edição de Marburg e traz notas de Teodoro Sampaio. Uma tradução inglesa, devida a Albert Tootal e anotada pelo célebre viajante R. F. Burton, editou a Hakluyt Society de Londres, em 1874. – (C.). – A raríssima obra de Hans Just Wynkelmann, *Der Amerikanischen Neuer Welt Beschreibung*, Oldenburg, 1644, além de curiosa descrição da América, inclui o texto da relação de Hans Staden, com as gravuras sobre madeira da primeira edição. Entre as reimpressões modernas, devemos mencionar: a do dr. R. Lehmann Nitsche, Buenos Aires, 1921, conforme à 3ª edição de Frankfurt sobre o Meno, 1567; e a edição fac-símile da de Marburg, impressa naquela cidade, 1925. Da série "Brasil Antigo" o primeiro volume que deu a Companhia Editora Nacional foi o livro de Hans Staden, com o texto ordenado literariamente por Monteiro Lobato, Rio-São Paulo, 1925, 2ª edição, 1926. – (G.).

Staden, que pela segunda vez viajava para estas paragens, havendo estado da primeira vez em Pernambuco (donde fora, como vimos, de socorro a Igaraçu), havia sido um dos náufragos da malograda expedição do espanhol Senabria, e em São Vicente se aposentara em casa de seu patrício Heliodoro Eoban, filho do poeta alemão deste apelido[27] e feitor do engenho do genovês José Adorno. Mandado por Tomé de Sousa para servir de bombardeiro na fortaleza da Bertioga, um dia que se descuidou pelo mato, foi assalteado pela gente de Cunhambebe. Despiram-no, levaram-no por mar a Ubatuba, então simples aldeia de índios, onde, depois de lhe raparem as sobrancelhas e cortarem-lhe as barbas, lhe fizeram a cerimônia do *poracé*. Aí ficou por escravo do chefe *Iperuaçu* ou *Tubarão grande* e passou a ser apresentado a Cunhambebe, que se desvanecia ao ouvir da própria boca do prisioneiro quanto o seu nome era conhecido e temido na terra de Morpion[28] ou de São Vicente.

Seria demasiado longo e alheio a nosso fim acompanhar o prisioneiro em todas as suas peregrinações obrigadas. Baste-nos saber que os índios não o mataram, pelos contínuos protestos que ele fazia de não ter que ver com os portugueses, aos quais foi pelos índios obrigado a fazer fogo com a sua espingarda. A obra de Staden nos informa de um incêndio lançado pelas canoas da Bertioga à aldeia índia Mambucaba[29], de uma vitória ganha pelos de Cunhambebe, em certa expedição que fez com trinta canoas, guarnecida cada uma de mais de vinte combatentes; e nos dá afinal clara ideia da

---

27 Hélio Eoban, que nasceu em 1488 e faleceu em 1540. – (A.).

28 Veja nota 14 da seção VIII. – (G.).

29 De Mbocábog, que, segundo Montoya (*Vocab*., pág. 241), significa fortaleza ou sítio fortificado. – (A.). – E segundo Teodoro Sampaio, o furo, a aberta, a passagem, o rasgão. – *O tupi na geografia nacional*, 2ª edição, pág. 243. – (C.).

frequência com que visitavam os navios franceses estas paragens, principalmente o Rio de Janeiro.

Tal frequência dos navios franceses não era desconhecida na cidade do Salvador, onde por outro lado se sabia que as naus dessa nação ousavam até chegar dali doze léguas, a Tatuapara, não falando em três junto ao Porto dos Franceses, duas das quais avistara o donatário do Espírito Santo vindo de Pernambuco. Um Gaspar Gomes, dos Ilhéus, saído de São Vicente, fora por outro lado detido dois meses e meio no Rio de Janeiro por uma nau francesa, cujo comandante o não deixou seguir, enquanto não acabou de carregar obra de sessenta moios de pimenta e algum brasil. O mesmo Gaspar Gomes dava razão de que ali tinham ficado línguas e feitores preparando mais carga e de que em Cabo Frio carregava outra nau. Estas notícias[30] confirmava o ouvidor-geral, que chegara de nova correição; e Luís Álvares, morador em São Vicente, que dizia haver encontrado uma nau de trezentos homens, da qual se escapara fugindo; e finalmente Brás Cubas, vindo de Santos, dava notícia de uma fortaleza que se construía em Cabo Frio[31]. Pouco tempo depois chegava também a notícia de que ficavam muitos da mesma nação estabelecidos em uma ilha à boca da enseada do Rio de Janeiro, com a circunstância de não serem católicos, como até então, porém sim hereges da seita de Calvino. Era já a notícia da empresa de Nicolau Durand de Villegaignon[32].

---

30 Quase todas essas notícias se encontram em carta de Francisco de Porto Carreiro, escrita da Bahia a 20 de abril de 1555, de que existe cópia na Biblioteca Nacional. – (C.).

31 Esta notícia é confirmada pelo que nos diz Thevet, fl. 909. Os franceses começaram por estabelecer-se em Cabo Frio. – (A.). – Não quando vieram com Villegaignon, que desembarcou diretamente na Guanabara. – (C.).

32 Carta de Francisco de Porto Carreiro a el-rei, em que lhe dá conta das presas que têm feito os franceses, e como eles vão ao Brasil e tomam o melhor, e

Este ousado nauta, natural de Provins, tinha-se antes feito célebre principalmente pelo modo com que, apesar dos cruzeiros ingleses, havia atrevidamente transportado para França a rainha Maria de Escócia, que estava em Dunberton[33], porto de seu reino. Espírito empreendedor e amigo da celebridade, teve ocasião de saber o que era o Brasil e como tanta riqueza e tanta terra e tantos portos estavam desatendidos. Ideou, pois, uma colonização em ponto grande nestas paragens, escolhendo desde logo para o assento dela a portentosa baía de Janeiro, chamada por alguns do país *Iterone* ou *Niterói* e por outros *Guánabará*[34]. Deve, porém, advertir-se que já, pelo menos desde 1554, haviam sido na mesma baía concedidas sesmarias por Pedro Ferraz Barreto, locotenente de M. Afonso, a Jorge Pires, seu filho Simão Machado e outros.

---

fazem o que querem, e a razão de não ir contra eles a tem o governador d. Duarte da Costa, porque lhe pedia navios para os investir, e não deferia nada, e do mais que eles andam fazendo – 20 de abril de 1555. – Cópia na Biblioteca Nacional, *Torre do Tombo*, fls. 345-349. – (G.).

33 Thuanus, citado por Southey, **1**, 280. – (A.). – O trecho da vida de Villegaignon anterior à empresa do Brasil é largamente estudado na obra de Heulhard. – (C.).

34 Se é que da parte de quem primeiro escreveu esta palavra (que assim foi impressa em 1557, em França, nas datas de umas cartas) não houve algum equívoco em vez de "Guá-na-para" ou "Para-ná-gua": nome este com que tão comumente os índios designavam os lagos ou os lagamares do Brasil e que quer como dizer "saco do mar". Quanto ao nome *Niterói* parece-nos que a verdadeira etimologia deve ser "rio da água fria": *ig*, água; *teroig*, frio. Não podemos compreender como outros desencantam nesta palavra o significado de "água escondida". – (A.). – Os franceses escreveram Genebara, Ganabara; Guanabara é adulteração posterior. Teodoro Sampaio explica *Niterói*, água em seio abrigada, baía segura (*nhê-terô-y*), *Guanabara*, barra da bahia (*guanã-pará*). Estas e outras etimologias devem ser recebidas com cautela. Partem sempre da premissa de que é tupi a palavra a explicar, esquecendo que o litoral fora antes habitado pelos chamados tapuias, como ainda agora atestam muitos nomes de lugares, lembra Anchieta, *Informações*. – (C.).

Para levar avante o seu plano, ideou Villegaignon angariar em favor dele ao almirante de França, Gaspar de Coligny, representado-lhe como se podia no Brasil criar um asilo para os emigrados protestantes, do qual, a todo tempo, haveria facilidade de hostilizar os espanhóis, a fim de fazer-lhes divergir para estas bandas os seus recursos bélicos. O projeto agradou a Coligny, e, aprovado por Henrique II, foram a Villegaignon cedidos dois navios, com os quais partiu do Havre; e ao cabo de uma péssima viagem, no princípio da qual se vira forçado a arribar a Dieppe, alcançou o desejado porto.

Reservando para quando nos ocuparmos adiante da fundação da nossa cidade capital a descrição da magnífica baía chamada Rio de Janeiro, saibamos por agora, e tanto nos basta, que perto do meio da barra desta baía existe um ilhéu quase raso com o mar, e a modo de uma grande laje, que na verdade parece que a pôs naquele sítio a mão de Deus, para servir como fortaleza à defensa de todo o porto[35]. Foi aí que primeiro desembarcou o ambicioso e hipócrita aventureiro e tentou construir uma bateria de madeira (XI). Vendo, porém, que o ilhéu ou *laje* se alagava com as marés enchentes, e que não tinha recursos bastantes para domar então a fúria das ondas e construir fortaleza com muralhas nesse lugar, passou a fortificar-se

---

35 A versão de Léry, *Histoire d'un Voyage*, cap. VII, é que o primeiro lugar de desembarque de Villegaignon foi a Laje ou *Rattier*, como os franceses chamavam. Em um manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, que Rio Branco viu, *Efemérides brasileiras*, pág. 528, ed. do Ministério das Relações Exteriores, Rio, 1946, Thevet ridiculariza essa invenção, mostrando que no pequeno alagado rochedo da barra não havia espaço para a colônia. Villegaignon desembarcou na ilha que ainda hoje conserva seu nome, chamada então *Seregipe* pelos índios e das Palmeiras pelos portugueses. Para Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, 187, Villegaignon quis fazer do *Rattier* simples posto de observação e de defesa, e não pensou jamais em fundar ali seu principal estabelecimento. – (G.).

noutro ilhéu maior um pouco mais dentro, à mão esquerda, ao qual então denominavam de *Serigipe*[36]. Daí veio o ter-se chamado, a este ilhéu maior e à fortaleza, de Villegaignon. O fundador havia-lhe dado o nome de Coligny, em honra de seu protetor, e reservara o de Vila Henrique (Henryville) para o estabelecimento sobre a praia vizinha na terra firme[37], onde principiaria a cidade, se ele persistisse. O cosmógrafo André Thevet pretendeu que o país se ficasse chamando *França Antártica*, e assim o designou já no próprio título do livro das cousas singulares do Brasil que publicou em 1558[38].

Apenas estabelecido, despachou Villegaignon para a Europa um navio, e ponderava a Coligny o êxito da expedição e as boas

---

36 Consta dos apontamentos das informações que Mem de Sá obteve dos línguas em 1558, e que remeteu à corte, os quais desgarrados do documento original, que se guarda na Torre do Tombo, vieram casualmente a nosso poder, mui sumidos de letras. "Serigipe" composta de "Seri", caranguejo deste nome, "gy-pe" (cabo de machado ou instrumento cortante), aplicado ao caranguejo, quer dizer, os seus ferrões. – (A.). – *Sergipe*, rio dos siris, segundo Teodoro Sampaio. Pertencerá a palavra à língua geral? Parece muito pouco natural dar o nome de rio a uma ilha privada de água nativa. – (C.).

37 Provavelmente no local onde hoje está assentado o edifício da Santa Casa da Misericórdia. – (A.).

38 *Les Singularités de la France Antartique*. – O original desta obra guarda-se na Biblioteca Pública de Paris, segundo fez conhecer o sr. Ferdinand Denis. – (A.). – Traduzida em italiano e parece que também em inglês. Barbosa Machado, *Biblioteca lusitana*, IV, 19, iludido pela versão italiana, conta entre os escritores portugueses "André de Teive, cuja pátria e estado de vida se ignoram". *Les Singularités* foram reimpressas em edição anotada por Paul Gaffarel, Paris, 1880. *Singularités*, na linguagem do tempo, correspondia a monografia. – (C.). – A primeira edição das *Singularités* é de 1557, como mostrou J. Carlos Rodrigues, *Biblioteca brasiliense*, pág. 601. Há outra, de 1558, que era tida geralmente como primeira, em tudo igual a ela. Da versão italiana de Veneza, 1561, possui a biblioteca do Instituto Histórico um lindo exemplar. – (G.).

disposições que encontrava na gente da terra, para a qual pedia missionários da seita de que se queria fazer patrono, antes ainda de nela se alistar de coração.

Se nessa colônia tem desde o princípio reinado a necessária harmonia, e se os colonos franceses, já seguros dos bárbaros, passam para o continente, à chegada dos reforços esperados, e fazem algumas plantações, e adquirem por meio destas o amor à terra que dá a propriedade dela, quando amanhada com o próprio suor, talvez ninguém houvesse podido mais desalojá-los; e o Rio de Janeiro e seus contornos, pelo menos, pertenceriam hoje, como Caiena, à França, ou formariam acaso uma nação independente de colonização francesa, ou – Deus sabe! – quase africana, como o Haiti, se é verdadeira a ideia que alguns têm de que os franceses, com excesso amigos da sua França, não são um povo colonizador. Mas melhor o tinha disposto a Providência, em favor da futura unidade da atual nação brasileira, que fala toda a mesma língua e professa, Deus louvado, a mesma religião.

A ilha não continha manancial algum, o que obrigava, aos moradores, ao trabalho de irem todos os dias por água. Os víveres começaram a escassear, e os colonos se viram necessitados, para não morrerem à fome, de sustentar-se da mandioca e outro mantimento do país, a que não estavam habituados. A colônia vivia descontente. Neste comenos quis Villegaignon obrigar a um normando, grande língua dos índios, a casar-se com uma gentia com quem estava em relações, segundo o uso adquirido no país, onde havia tanto tempo residira. Tanto bastou para que esse homem se declarasse cabeça de motim contra o chefe. Este, descobrindo uma conspiração de uns vinte e seis indivíduos, mandou enforcar e estrangular o cabecilha,

pôs dois em ferros, um dos quais se afogou no mar. Aos mais perdoou, naturalmente depois de lhes exigir juramento de fidelidade[39].

Entretanto, chegava à colônia um reforço de perto de trezentos homens, em três navios armados por conta da Coroa. Comandava-os Bois-le-Comte, sobrinho de Villegaignon; e vinham juntamente dois teólogos calvinistas; vinha como auxiliar Jean de Léry, borgonhês[40], a cuja pena devemos um importante livro acerca desta expedição, com muitas notícias sobre a etnografia dos índios, livro que só mais de vinte anos depois se imprimiu[41]. O reforço, longe de trazer à colônia

---

39 Os presos foram quatro, dos quais um se afogou, outro foi executado: "*aux deux autres nous avons fait grâce, en sorte néantmoins qu'estant enchaisnez ils labourent la terre*" – escreveu Villegaignon a Calvino [Gaffarel, *Brésil Français*, 395]. – (C.).

40 Os dois teólogos chamavam-se Pierre Richier e Guillaume Chartier. Léry só recebeu a consagração depois de voltar do Brasil. A expedição compunha-se de três embarcações: *la Grande Roberge*, capitão Sainte-Marie de l'Epîne, piloto Jean Humbert, equipagem cento e vinte pessoas; *la Petite Roberge*, com o pavilhão de Bois-le-Comte e oitenta pessoas de equipagem; *la Rosée,* capitão do mesmo nome e oitenta pessoas de equipagem. A bordo vinham cinco rapazes destinados a aprender a língua dos indígenas para servir de intérpretes, cinco moças que deviam casar no Brasil e João Cointa, senhor de Bolés, de que se tratará em outra nota. Partiram de Honfleur a 20 de novembro de 1556, avistaram a terra a 26 de fevereiro, chegaram ao Rio em 7 de março do ano seguinte. – (C.). – Alguns desses franceses ficaram no Brasil. Em 1592 vivia em Seregipe do Conde Pero de Vila Nova, que viera na frota de Bois-le-Comte; contava então 55 anos de idade, mais ou menos, casado com Lianor de Mendonça, cristã-velha. Era maneta. Confessou-se no tempo da graça, em 17 de janeiro de 1592, perante a mesa do Santo Ofício, na Bahia. De seus antigos companheiros sabia de dois: Marim Paris, que diziam casado no Rio de Janeiro, e André de Fontes, que vivia no mesmo estado em São Vicente. – *Primeira visitação do Santo Ofício – Confissões*, págs. 117-119. Dizia-se católico, mas o padre Luís da Grã denunciou-o como luterano, ibidem, *Denunciações*, pág. 331. – (G.).

41 La Rochelle, 1578; Rouen, idem; e depois Géneve, 1580; La Rochelle, 1585; e Paris, 1586. – (A.). – Trad. por Alencar Araripe, na *Revista do Instituto Histórico*,

francesa paz e concórdia, como julgava Villegaignon, em uma carta que escrevia a Calvino, veio aumentar o número dos queixosos contra aquele chefe, e descobriu que ele, pelo seu caráter despótico e bulhento, daria pouco que fazer aos legítimos dominadores da costa do Brasil (XII).

Porém, nem em São Vicente, nem na Bahia, se conheciam estas desordens, que lavraram na colônia, ainda apenas nascida; e naturalmente só se teria notícia do partido que entre os gentios ganhava Villegaignon, tão em extremo justo e liberal com eles (aos quais mandava ensinar "todo o gênero de ofícios e d'armas"), quão rígido com os seus, que fazia enforcar sem processos[42]. D. Duarte da Costa, conhecendo, em todo caso, que cumpria desalojá-los, pedia reforço a Portugal, onde, pela morte de d. João III, fora aclamado rei seu neto d. Sebastião e, durante a menoridade, regente do reino a rainha d. Catarina, sua avó. Ao mesmo tempo, não cessavam as representações do povo contra ele governador e seu filho, e contra o ouvidor-geral, pelos vexames que lhe faziam. Em 1556 pedia a câmara da Bahia, a altos brados, "em nome de todo o povo que, *pelas*

52, parte 2ª; reimpressa em dois pequenos volumes por Gaffarel, Paris, 1880: o importante colóquio tupi-francês, um dos mais curiosos capítulos, editado criticamente por B. C. de Almeida Nogueira, nos *Ensaios de ciência*, Rio 1876. – (C.). – A primeira edição latina, por Eustathius Vignon, s/l (Géneve), é de 1586, segundo Brunet mais rara do que a edição original francesa; há segunda, pelo mesmo editor, Géneve, 1594; tradução holandesa, Leiden, 1706; alemã, Munster, 1794. Conf. J. Carlos Rodrigues, *Biblioteca brasiliense*, nº 1.391-1.401. Com tradução ordenada literariamente por Monteiro Lobato, constitui o segundo volume da série "Brasil Antigo", Rio-São Paulo, 1926. – (G.).

42 Carta de Mem de Sá, Pizarro, **1**, pág. 14. – (A.). – Esta carta, várias vezes publicada, não se deve ler nos livros de Pizarro e Silva Lisboa, que a deturparam em ponto importante, como se verá na seção seguinte, nota V. – (C.).

chagas de Cristo", mandasse a metrópole com brevidade governador e ouvidor-geral, retirando os que estavam, pois para penitência dos pecados já bastava tanto tempo[43]. Essas repetidas representações nem por isso faziam que mais depressa se aprontasse a partir o indivíduo designado tempo antes para desempenhar o primeiro daqueles cargos. O mencionado segundo governador, antes de largar o mando, em 16 de janeiro de 1557, doou a seu filho e sucessores uma sesmaria de quatro léguas de terra, entre os rios Paraguaçu e Jaguaripe[44], que el-rei elevou, em 1565, a uma capitania, com parte das cláusulas concedidas aos primeiros donatários[45].

Nos últimos meses do governo de d. Duarte, faleceu na povoação do Pereira, junto à Bahia, o célebre Diogo Álvares, *Caramuru*[46].

---

43 Desta representação não possuem cópias nem a Biblioteca Nacional nem o Instituto Histórico. – (C.).

44 Conf. a Álvaro da Costa em 27 de novembro de 1565. – Liv. 17, *D. Seb. e d. Henr*., fl. 61. – Cópia no Instituto Histórico. – (C.).

45 A julgar pelo seguinte trecho de frei Vicente do Salvador, d. Duarte da Costa não deixou má impressão na colônia: "Teve D. Duarte da Costa, além de ser grande servidor de el-rei, uma virtude singular, que por ser muito importante aos que governam, não é bem que se cale, e é que sofria com paciência as murmurações que de si ouvia, tratando mais de emendar-se que de vingar-se dos murmuradores, como lhe aconteceu uma noite que andando rondando a cidade, ouviu que em casa de um cidadão se estava murmurando dele altissimamente, e depois que ouviu muitos lhes disse de fora: 'Senhores, falem baixo, que os ouve o governador.' Conheceram-no eles na fala, e ficaram mui medrosos que os castigaria, mas nunca mais lhes falou nisso, nem lhes mostrou ruim vontade ou semblante." – *História do Brasil,* liv. III, cap. 5º, pág. 163, da ed. de 1918. – (C.).

46 Acióli, *Memórias da Bahia*, III, 205. – (A.). – "Aos cinco dias do mês de outubro de 1557 faleceu Diogo Álvares Correia, Caramuru, da povoação de Pereira; foi enterrado no mosteiro de Jesus. Ficara por seu testamenteiro João de Figueiredo seu genro" – isto escreveu o cura João Lourenço, a folhas 70, de um caderno antigo de óbitos da sé da Bahia, como assegura Jaboatão, *Orbe seráfico*, 18, Rio, 1859. – (C.).

Quando as notícias da comunicação dos colonos da Assunção para o rio de São Francisco do Sul e da ocupação do Rio de Janeiro pelos franceses chegaram à corte de Castela, baixaram dali ordem em 1557, ao governador do Rio da Prata, no mês de fevereiro, para fazer uma povoação no dito rio de São Francisco, e em maio para desalojar os franceses, fazendo igualmente alguma povoação onde assentasse melhor, se assim o julgasse necessário[47].

NOTAS DA SEÇÃO XVII

I
(Pág. 499)

D. Duarte da Costa era filho de d. Álvaro da Costa (embaixador que tratou o casamento de d. Leonor com el-rei d. Manuel, e de d. Beatriz, filha de d. Manuel, com o duque de Saboia) e de d. Beatriz de Paiva, que depois foi ama de leite de el-rei d. João III. D. Duarte da Costa foi armeiro-mor desde 1522, presidente do Senado de Lisboa, governador do Brasil, cunhado de d. Joana de Mendonça, segunda mulher de d. Jaime de Bragança. Acompanhou a infanta d. Beatriz, filha de d. Manuel, a Saboia (1522); deixou a seus descendentes o cargo de armeiro-mor, que neles se perpetuou, chegando a denominar-se os *Costas do armeiro-mor*.

"São seus últimos descendentes os Costas, Sousas Macedo, família que em nossos dias era constituída pelos quatro irmãos: d. João, duque de Albuquerque, que faleceu sem descendência; d. Luís (de quem são filhos o atual sr. conde de Mesquitela e o sr. d. Bernardo da Costa); d. Pedro, conde de Vila Franca, nosso ministro em Espanha (com seus filhos Dario, que faleceu cônsul, e o sr. d. João, médico, engenheiro e lente da Escola Politécnica), e finalmente d. Antônio da Costa (falecido sem sucessão). Os Costas até este último fidalgo, duque de Albuquerque, conservaram na corte a dignidade de armeiros-mores, continuada nos seus dois sucessores." – Vítor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 292, Lisboa, 1902. – D. Duarte da Costa foi provedor da Misericórdia de Lisboa em 1541 e em 1559, ibidem, 332. – (C.).

---

47 Lib. *Río de la plata* (Acad. de la Hist. en Madrid) B. fol. 29 e 33. – (A.).

II
(Pág. 501)

Extraídas dos *Monumenta Historica Societatis Jesu – Mon. Ignatiana, ex autographus vel ex antiquioribus exemplis collecta – Series prima – Sancti Ignatii de Loyola, Societatis Jesu Fundatoris, Epistolae et Instructionis – Tomus quintus, Matriti, 1907* – damos, aqui, por diligência cativante do rev. padre J. M. de Madureira, S. J., as cartas do padre geral Santo Inácio ao padre Manuel da Nóbrega, criando a província do Brasil e dando por *colateral* (ou, como hoje se diz, *sócio* do provincial) ao padre Luís da Grã:

"*PATRI EMMANUELI NOBREGA – Roma, 9 Julii 1553*.

"*Emmanuel Nobrega Brasiliae provincialis praepositus constituitur*.

"JHS

"*Ignatius de Loyola, Societatis Jesu praepositus generalis.*

"*Dilecto in Christo frati P. Emmanueli de Nobrega, praesbytero eiusdem Societatis, salutem in Domino sempiternam.*

"*Cum, crescente in dies diuersis in regionibus numero eorum, qui nostrum institutum sequuntur, per D. N. Jesu Christi gratiam, crescat etiam rebus multis prouidendi, et consequenter hoc honus cum aliis partiendo necessitas, uisum est in Domino expedire ut, aliquem ex fratribus nostris nobis substituendo, et praepositum omnium illorum, qui in India Brassilia, serenissimo regi Portugalliae subdita, et allis ulterioribus regionibus, sub obedientia Societatis nostrae uiuunt, constituendo, eidem caetera omnia, quae nostri officii essent, committeremus.*

"*Nos ergo, cum de tua pietate et prudentia, quae est in Christo Jesu, plurimum in eodem confidimus, te in praepositum prouincialem omnium nostrorum, qui in predictis regionibus uersantur, cum omni ea authoritate, quam sedes apostolica nobis concessit, et constitutiones nostrae Societatis nobis tribuunt, creamus et instituimus, ac in uirtude sanctae obedientiae, uc hanc curae nostrae partem et authoritatis suscipiendo, eadem ad inquirendum, ordinandum, reformandum, inhibendum, prohibendum, admittendum in Societatem ad probationem, et ad eadem repellendum, quos uidebitur, constituendum etiam in quouis officio, et deponendum, et in summa ad disponendum de omnibus, quae nos, si praesentes essemus, circa loca, res et personas, quae ad Societatem pertinent, possemus diponere, et ad Dei gloriam facere iudicabis, plenissime utaris. Hoc enim, gratiam Dei consyderantes, ad ipsius honorem, et ad eorum spiritualem profectum, qui nostrae curae sunt commissi, et ad communem animarum salutem fore in Domino speramus.*

"*Datum Romae 7º idus Julii 1553.*

"Inscriptio. Creatio in prouincialem Brassiliae.

"PATRE EMMANUELI NOBREGAE – Roma, 9 Julii 1553.

"Brasiliae provincialis praepositus Nobrega renuntiatur, cui Lodovicus de Grana collateralis adjungitur. – Utrique potestas emittendi professionem tribuitur. – De collateralibus et consultoribus designandis. – Quae requirantur ad professionem faciendam.

"La summa gracia, etc.

"Viendo que Dios, nuestro criador y señor, en muchas partes de esa India del Brasil ua encendiendo aquel santo fuego, que uino a poner en la tierra su unigênito hijo y Señor nuestro, y que en muchas partes asimismo se sirue del flaco ministerio de nuestra mínima Compañia, en manera que, ultra del cuydado que se pone en trabajar cada de por sí en la uiña de Christo N. S., es menester que (le) aya en el gouierno general de todas las casas y collegios y personas que ay debaxo de la obedientia de la Compañia, ha parezido conueniente en el diuino acatamiento que uno tubiese cargo de prouincial en esas partes, el qual, aunque tenga comunicatión mucha y intelligentia con Portugal, esté todauía immediatamente debaxo del prepósito general, como lo está el de la India de Goa. Y por la esperientia que se tiene de uuestra persona, y la uos tenéys de esa tierra, sin otros motiuos que en el Señor nuestro parezen bastantes, me he determinado de hazeros prepósito prouincial: y así os mando en virtud de santa obedientia acetéys el cargo; y ruego a la diuina sapientia se os comunique mucho, y guíe todas uuestras cosas como sean mayor gloria y seruitio suyo.

"Y porque en las prouincias comúnmente se pone un colateral del prepósito, pareze que debía ser el P. Luyz de Grana, y así se lo diréys de mi parte; y el officio del uno para con el otro yrá aquí escrito para mayor claridad.

"Tanbién en los collegios, si ubiese multitud de personas de la Compañia, uno de los más confiados podréys poner por collateral; y aora los rectores tengan collateral, aora no, será bien que les asignéys, según la importantia y dificultad de las obras en que entiendem, alguna ó algunas ayudas para consejo.

"Y tomallas uos tanbién para uos, escogiendo (como usamos por acá) algunos de los más inteligentes y de mayor confianza por consejeros; y aunque no os acompañen siempre, alguno os acompañará. Y en las cosas más arduas será bien comuniquéys con ellos de palabra ó por escritto lo que queréys ordenar ó hazer.

"Tanbién me ha parezido será seruido Dios N. S. de que dos de los que allá estáys hagan professión. Y uos seréys el uno, y el otro será el P. Luys de Grana; y auisadme para adelante con otras cosas tanbién desta, si os pareze que por allá otro alguno debía se admittirse á professión, presupuesto que, para tener las partes enteras vn professo, después de la uirtud que á la larga se conoce, es menester tenga letras, y según las constituciones se limitan, después de las artes, 4 años de theología á lo menos; y en alguns podría la gracia de predicar suplir algo desto de las letras.

"La professión, no ubiendo allá ninguno de la Compañia que sea professo, la podreys hazer en manos de algún perlado, como otros muchos lo han hecho.

"*No diré otro por esta, sino que me encomiendo mucho en las oraciones uuestras y de todos uuestros hermanos y míos, que allá están; y ruego á Dios, nuestro criador y señor, os dé á todos su gracia muy abundante para que siempre seáys instrumentos útiles de su diuina prouidentia para ayudar á la saluatión uuestra y de vuestros prósimos. Amém.*

"*De Roma 9 di Julio 1553.*

"*Inscriptio, P. Polanci manu. Brasil. Para el P. Nobrega en el Brassil.*"

As cópias supra, afirma-nos o rev. padre J. M. de Madureira, reproduzem fielmente o texto dos *Monumenta*, até com as suas incorreções e falta de uniformidade na grafia. – (G.).

III
(Pág. 501)

Os motivos desta mudança, explica-os do seguinte modo o jovem José de Anchieta, *Anais da Bibl. Nacional*, **1**, 63:

"Todos estes [jesuítas] residiam com os portugueses em São Vicente, onde ajuntaram de diversas partes muitos filhos dos índios e os instruíram otimamente nos rudimentos da fé cristã, no estudo dos elementos e no escrever. Para a sustentação da vida destes meninos trazia-se do sertão, na distância de trinta milhas, farinha de pau, o que lhes custava grande trabalho e dificuldade, por causa da árdua aspereza do caminho; pareceu mais conveniente ao padre N. Senhor [Nóbrega] que nos passássemos para esta habitação dos índios e isto por muitas causas; primeiro, seguramente, por falta de víveres; depois porque pouco aproveitava aos portugueses, embora logo ao princípio grandes resultados trouxe aos mesmos a frequência dos padres, como do padre Leonardo, primeiro da Companhia que aqui veio, será fácil saber; máxime, finalmente, porque se patenteava por esta parte entrada a inúmeras nações sujeitas ao jugo da razão. Assim alguns dos irmãos mandados para esta aldeia (que se chama Piratininga) chegamos a 25 de janeiro do ano do Senhor 1554, e celebramos em paupérrima e estreitíssima casinha a primeira missa no dia da conversão do apóstolo São Paulo, e por isso dedicamos a ele nossa casa."

Sujeitas ao jugo da razão consideravam certas tribos que corria terem rei.

Os jesuítas que naquele tempo assistiam na capitania de São Vicente eram Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, Vicente Rodrigues, Diogo Jácome, vindos em 49; Manuel de Paiva, Francisco Pires, Afonso Brás, vindos em 50; Gregório Serrão, José de Anchieta, vindos em 53; Pero Correia, Antônio Rodrigues, Manuel de Chaves, Fabiano, Antônio, intérpretes dos índios, Mateus Nogueira, João de Sousa, Gonçalo Alves; estes oito admitidos no Brasil. – (C.). – O padre Salvador Rodrigues faleceu a 15 de agosto de 1553; o padre Navarro faleceu a 30 de abril de 1557; o

padre Leonardo Nunes faleceu indo para o reino – *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 96 e 97. – O irmão João de Sousa, parente de Tomé de Sousa, era homem d'armas antes de entrar para a Companhia e foi por esse governador enviado para a capitania de São Vicente depois de 3 de agosto de 1549. Com o irmão Pero Correia, que também entrou para a Companhia no Brasil, foi mandado por Nóbrega a missionar os carijós. Pelo Natal de 1554 foram ambos frechados pelos índios e morreram heroicamente. "O irmão João de Sousa também foi dos primeiros que aqui entraram para a Companhia, donde nos deu a todos mui bom exemplo; e assim do ofício de cozinheiro, o chamou o Senhor a tão gloriosa morte. Não podemos deixar de nos envergonhar, vendo que dois irmãos recebidos no Brasil correram mais que nós outros que viemos de Portugal." Anchieta, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, pág. 77, Rio, 1933. – (G.).

IV

(Pág. 507)

Eis a lista que mandava a câmara da Bahia na representação contra o governador, de 18 de dezembro de 1556:

O bispo, com o deão e dois cônegos, Antônio Cardoso de Barros, Lázaro Ferreira, Francisco Mendes da Costa, Sebastião Ferreira (que ia por procurador da cidade), marido de Clemência Dória, a sogra de Rodrigo de Freitas, a mulher de Brás Fernandes, seu pai Antônio Pinheiro e a "velha que veio com as órfãs". – (A.).

O documento acrescenta mais: "o capitão Lloas". O deão chamava-se Fernão Pires; um dos cônegos Luís d'Avala; o capitão Lloas deve ser João de Leais (Vale Cabral leu Boas). A morte de todos ocorreu a 16 de junho de 1556. Da queixa, ainda inédita, dos moradores possui cópia a Biblioteca Nacional, assinada por Simão da Gama d'Andrade, Vicente Dias, Francisco de Porto Carreiro, João Velho Galvão, Damião Lopes de Mesquita, Pero Teixeira. Dá o nome de alguns partidários de d. Duarte o seguinte trecho: "E pera isso damos a V. Alteza por lembrança que si lá vir carta da Câmara em que vão assinados por oficiais João d'Araújo, Gaspar Lamego, Cristóvão d'Aguiar, Antônio de Rego, Sebastião Álvares, Antônio Ribeiro, Diogo Moniz Barreto, Bernaldo d'Avelar e Lopo Machado, que a cousa destes homens não dê nem um crédito, porque estes têm o Governador da sua mão a custa da fazenda de V. Alteza, e além disso nem um só é casado nem morador na terra, e são as próprias pessoas que de sua mão tem pera ajudarem pera juramentos falsos e destes e de todos os outros pedimos a V. Alteza muito por mercê mande juntamente devassar com o Governador e Ouvidor e então saberá a quem deve mandar castigar ou fazer mercê, pois quiseram nossos pecados que o não soubesse pelas pessoas que pera isso tinham consciência e vontade para o dizer". – (C.). – *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. **III**, pág. 381. – (G.).

V
(Pág. 508)

Francisco Fernandes foi mandado para a Bahia a servir de vigário-geral por alvará de 17 de setembro de 1555, com ordenado de 60$000. Por alvará da mesma data foi-lhe mandado pagar mais 20$000 enquanto exercesse o emprego. A 17 de fevereiro de 56, o bispo nomeou-o provisor, vigário-geral e visitador da diocese – *Livro 1º dos provims*., fls. 105 e seg. A 4 de fevereiro de 57 participa-lhe el-rei que, satisfeito com as notícias dadas pelo dr. Antônio Pinheiro, escreve às dignidades e cônegos da sé que o façam provisor e vigário-geral no espiritual e temporal sede vacante, se for exata a notícia da morte de d. Pero Fernandes; a eleição, de fato, foi realizada a 26 de agosto, ib., 176-177. A 2 de setembro de 59 mandou-se-lhe pagar 100 cruzados gastos na visitação, ib., 158 v. A 13 de setembro mandou-se dar passagem a ele e a três criados seus, em um dos navios de que era capitão-mor Bartolomeu de Vasconcelos, ib., 175. A 14 el-rei lhe escreve, a pedido do bispo, que se demore depois da chegada deste, não passando de um ano, para dar-lhe informações a respeito da terra. O novo bispo nomeou-o seu vigário-geral, lugar que exerceu de 4 de dezembro de 59 a 1 de agosto de 60, quando o deixou, por andar ocupado em sua embarcação, ib., 177. Deve ter embarcado para o reino com o dr. Pero Borges. A 13 de setembro de 60, o bispo escrevia elogiando os seus serviços e pedindo à rainha que o despachasse muito bem, porque foi ele "o primeiro que a esta terra veio a servir este cargo, com tantos perigos de mar e trabalhos de terra, porque enxerguem e vejam os que lhe houverem de suceder quão bem agalardoados hão de ser, quão favorecidos de Vossa Alteza, porque não vendo isto não acharei pessoa que queira vir a terra tão pobre sem esperança de ser remunerado de seus serviços" – *Rev. do Inst. Histórico*, **49**, parte 1ª, 589. – (C.).

VI
(Pág. 509)

A guerra dos índios na Bahia é narrada na seguinte e importante carta de d. Duarte da Costa, de 10 de junho de 1555:

"Senhor – Eu embarquei pera Pernambuc dominguo de Pascoella por a necessidade, que me de lá screpverão que havia de justiça, e por estar em Guerra; como largamente tenho scrito á Vossa Alteza, e quiz Nosso Senhor, que estivesse embarcado oito dias, sem me nunca fazer tempo pera partir, e depois de partido, que tornasse a arribar com grande tormenta; e estando çurto na povoação da Villa Velha pera tornar a seguir a viagem, chegou Cristóvão d'Oliveira, Capitão da Nao *Esperança*, e foime necessario desembarcar pera o aviar, e fazer as cousas que me

Vossa Alteza em suas Cartas mandava; e estando-me fazendo prestes, e assi aa Nao pera fazermos nossas viagẽs, dominguo vinte seis dias do mes de Maio mostrarão os Gentios desta terra a vontade, que sempre tiverom pera fazer guerra a esta Cidade; nom se contentando com o bom tratamento, que sempre della receberão; e verdadeiramente me parece, que foi por missão Divina haver tantos estorvos na minha hida da qui pera Pernambuc; porque se fora ido, segundo o supito, com que começarão a Guerra podera-se acontecer alguum grande desastre, e quererá Nosso Senhor que será pera os Moradores desta Cidade ficarem mais desabafados da sogeição que tinhão de starem estes Gentios tam peguados com nosco, e lhe ficarem mais terras pera suas Roças, e Criaçoens; e foi assi que o dominguo, que acima diguo ao meo dia saltarão cinquoenta indios no Engenho de Antonio Cardoso: dizendo que a terra era sua e que lhe despejassem o engenho, e com estas palavras, e outras mais soberbas vierom as mãos, e plejaram huum pedaço, e dahi se vierom a Aldea, que se chama da Porta Grande, que está no caminho antre a Cidade, e o Engenho, e passando por ella hum Manoel Correa com tres Escrapvos, s. o que passava no Engenho, o Gentio da Aldea saltou com elle, e o frecharom muito mal polas ilhargas, e assi aos Escravos; e como isto fizerom, segundo despois soube, mandarom logo aa Tapoãa, que são da qui tres legoas, a tomar as Vacas de hum Garcia d'Avilla, Criado de Thomé de Sousa, e todo o mais Guado, que la acharão, e tomarão, e frecharom dous, ou tres Vaqueiros, que andavão por fora afastados da Cidade, e matarão hum Negro de Guiné de hum morador, e tomarom hum Moço filho d'outro Morador, que estava em huma Roça de seu Pay alem do Engenho, e algumas Escravas, que estavão nas Roças afastadas da Cidade, e tomarão tres homens brancos, que sem minha licença andavão naquelle tempo nas Aldeas afastadas da Cidade: e loguo o mesmo dominguo vendo eu tamanho desavergonhamento que craro mostrava ser cousa cuidada de dias, e ser feita tam perto desta Cidade, houve loguo Conselho com algûas pessoas, que pera isso chamei, e pareceo bem que loguo se castigasse tamanho atrevimento, e loguo o mesmo dia despois de anoitecer, mandei Dom Alvaro meu filho com setenta homens de pée, e algûs seis de Cavallo, a dar na dita Aldea, e por muito prestes que foram já acharon feito huma tranqueira muito forte, com canas, e covas grandes, cubertas de folhas por cima e debaixo com estrepes muito agudos, e Aldea despejada de mulheres, e mininos, a qual tranqueira foi hum grande pedaço muito pelejada, e defendida delles muito valentemente, e com ajuda de Nosso Senhor foi entrada, onde matarão alguns gentios, e cativarom o principal d'Aldea, e lha queimarom toda, e outras duas aldeas, que hi estavão perto. E no mesmo tempo que isto mandei fazer mandei por mar Cristóvão d'Oliveira, Capitão da Nao *Esperança*, e Manoel Jaques, e Bastião da dita Aldea, e lhe tomarom dous Rodeiros, e duas Canoas, e lhe queimarom as mais que tinham, e isto com muitas frechadas que lhe tiravam.

"E loguo aa quarta feira me determinei a lhe mandar tomar por força todo o Guado, e Vaqueiros que tinhão tomado, e mandei Dom Alvaro meu filho aa Tapoaam, com cento e sessenta homeês de pée, e porque até entam o Gentio daquella banda nom era culpado neste alevantamento, se lhe nom fez mal nenhum, e chegando

láa ajuntarom todas as Vacas, e as trouxeram a esta cidade, sem nunca nenhuns Gentios, sendo muitos, e passando por muitas Aldeas, ousarem de registir; mas antes lhe entregarom os Vaqueiros que o Gentio deste alevantamento forom láa frechar; e porque alem da Tapoaam andava outro Vaqueiro com outras muitas Vacas de Moradores, e faltarem muitos Escravos e Escravas; me trouxe meu filho o principal indio da Aldea de Tapoaam, até elle mandar buscar o que faltava daquella banda, o que elle comprio muito inteiramente, e foi solto.

"E loguo á quinta feira mandei Christovão de Oliveira, e a Manoel Jaques por mar em dois bateis artilhados a soccorrer huns tres homens, que estavão na fazenda de João d'Avelosa, e por verem que inda que lhe deixassem mais gente nom podião defender huma casa coberta de palha, em que estavão, que nom lha queimassem, nem menos a roça, mos trouxerom, e de caminho houveram por manha hum indio principal de huma Aldea, onde tinhão tomado o filho do Morador, e escravos que atras diguo; e com este indio houverom tudo, e mo trouxerom.

"E loguo aa Sexta feira seguinte derradeiro de Mayo, me screpveo Antonio Cardoso, que estava cerquado no seu Engenho de Gentio de seis Aldeas, que derrador delle estavão, e de tres cerquas de madeira peguadas com elle, em que havia muita gente, e que aquelle dia nom podera tomar e assi nada do mantimento de sua Roça, e que lhe socorresse: mandei loguo Dom Alvaro meu filho, com perto de duzentos homês de pêe com os da Cidade, e das Naos, e alguns de Cavallo, afora alguma Escravaria, e atée cheguarem a jantar ao Engenho, queimarom cinquo Aldeas, e em huma sóo houve registencia, e despois de jantar os da cerqua mayor, que estava peguada com o Engenho, onde estava recolhido todo o peso da gente, que serião mil homens mandarão recado a meu filho: dizendo que até então nom pelejara com homens, se não com gente fraca, e que queimara casas de palha, que fosse pelejar com elles, e saberia quem elles herom, e se não que elles o verião buscar; e meu filho sahio logo do Engenho com a gente em ordem, e deu a dienteira a Cristóvão d'Oliveira, e a Manoel Jaques, e a Fernão Vaz da Costa, e derom na cerqua, e pelejarom mui bem grande espaço, onde acharom grande registencia, e por força d'Armas entrarom a cerqua, e os deitarom fora, e os de Cavallo os alcançarom, e matarom muitos em que entrarom alguns principaes, e forão muito feridos, que depois achavão mortos por os Matos; no rompimento desta cerqua forom feridos Christovão de Oliveira de huma frecha, que lhe atraveçou hum braço, e Manoel Jaques em outro braço, e Fernão Vaz da Costa polos peitos, e hum Pedro Fernandes, que serve de screpvão dos Contos, pela testa, e Ayres Quinteiro, Moço da Camara de Vossa Alteza, que foi de meu filho, huma mão atravessada com huma frecha, que lhe passou a rodella, a Dom Alvaro ferirão muito o Cavallo, e assi ferirom outros tres, ou quatro homês da Companhia, e Deos seja louvado sam todos são; e neste dia á tarde até sabado pela manhaã, que tornarom á Cidade queimarom tres Aldeas; e loguo á quarta feira quatro dias de Junho por ter nova que se recolhia muita gente em cinquo Aldeas alem do Rio Vermelho pola banda do Engenho, e que estavão muito fortes com cerquas, mandei Dom Alvaro meu filho com a gente,

que me pareceo necessaria a dar nestas Aldeas, e as queimou todas, e ainda que estavão fortes e com cerquas, nom ousarom os Gentis d'esperar.

"Foi tamanho o medo deste Gentio deste supito negocio, que todos os da banda da Tapoaam me mandarom dizer, que elles nom forom os que fizerom o mal, que nom quizesse bolir com elles, que nos guardarião as nossas Roças; e por se mostrarem muito amigos, me trouxerom loguo alguns Escravos, que faltavam, e queimarom algumas Aldeas dos que começarom a guerra, que estavão despovoadas: Eu lhe tenho por agora concedido paz pera despois do Socidimento da Guerra a assentar com as condições, que bem parecerem.

"Hum indio principal de toda esta Terra, que se chama o Tubarão, que está peguado com estes do alevantamento, que eu cuido que seria no Conselho me mandou loguo, como vio do desbarato destoutros, os homens brancos, que atraz digo, que tomarom, por andarem desmandados polas Aldeas sem minha licença.

"Esta gente, Senhor, se vir que sobcede de esta guerra, como agora parece, faremos delles tudo o que quisermos, o que nom poder ser sem gente, e o necessario pera ella, e hera-me bem necessaria a destas Naos, a qual eu nom tomo, porque se perderão ellas neste porto; e inda que isto não fôra, nom ha hi com que se lhe pague os mantimentos, nem á gente da Cidade, que foi em todas estas idas, nom dei nada do de Vossa Alteza, porque do dinheiro que veo, com paguar hum quartel á cada pessoa que tem ordenados, e dous, ao Cabido, e outras dividas que se devião se foi todo, e elles são muito pobres, e o dia que vão á Guerra nom tem que comer, eu os ajudo, e os ajudarei emquanto o tever, mas he muito necessario, pois mando os Navios por não poder al ser, que Vossa Alteza proveja com alguma gente de soldo atee oitenta homens, o mais cedo que se poder, e dinheiro pera se lhe dar mantimento de farinhas, porque nesta terra agora nom ha outra cousa pera comer; e assi pera se dar tambem alguma cousa a estes da Cidade, que vão pelejar sem nenhum soldo, ao menos pera comerem, quando forem pelejar, porque me fiqua pouca gente, e muitas cousas a que acodir; porque este Gentio como vir ir daqui esta Armada, então hade mostrar sua força, e prazerá a Nosso Senhor que será necessario esta gente muito poucos dias; as cousas de que também que ha necessidade screpvo ao Conde da Castanheira, o que havia de vir com muita brevidade, porque nisso está agora o ganho desta terra. A farramenta nom val qua nada.

"O povo desta Cidade me requereo, que nom deixasse ir meu filho Dom Alvaro, porque o tem elles em outra conta do que o Bispo screpveo a Vossa Alteza; e porque eu sei como o elle hade servir nesta guerra, como teem mostrado no que tem feito o mandei ficar, tendo muita necessidade de me ir requerer minha ida, e mostrar diante de Vossa Alteza quam sem razão o culparom; elle vos tem servido ate qui, com Vossa Alteza poderá saber por toda pessoa, que de qua for, tirando familiar do Bispo, ou pessoa, que castiguei por fazer justiça; elle anda muito descontente de o Vossa Alteza poder ter em outra conta, do que lhe elle merece; peço por mercê a Vossa Alteza, que enformandose da verdade, lhe tire este disgosto com lhe mandar

agradecer o que por vosso serviço faz e fará; porque os homens honrados este he o galardão, que mais estimão do seu Rey; eu, Senhor, pera esta guerra fiz seis Capitanias da gente desta cidade, que pode sahir ao Campo, e acodir ás Roças de vinte homens cada huma, e os Capitaens são João de Araujo, que servio de Thezoureiro, Christovão Cabral, Fernam Vaz da Costa, Antonio do Rego Moço da Camara da Raynha nossa Senhora, que agora serve de Thezoureiro, e Sebastião Ferreira, que foi Moço da Camara do Infante Dom Fernando, e veo a esta terra por Scripvão d'Armada, e servio de Thezoureiro quando suspenderom Luiz Garcês, e em tudo mais, que lhe mandei; e agora estando embarcado pera o Reyno, folgou muito de ficar; por esta guerra, que sobcedeo, foi cativo em Africa em serviço de Vossa Alteza: manda pedir a Vossa Alteza por sua petição, que o haja por Cavalleiro Fidalgo de sua Caza, receberei eu nisto muito grande mercê, por quã bem elle serve; e fiz Capitão João de Loasa, mais por nom perder o nome, que por outra cousa; estes Capitaens nisto, que he subcedido, tem muito bem servido Vossa Alteza, nestas idas ajudão tambem aos pobres com o seu mantimento. Cristóvão d'Oliveira alem de ter feito neste negocio de sua pessoa quanto hum homem honrado podia fazer, e me parece homem muito sesudo, e que tem mui grande cuidado desta Nao *Esperança*, de que o Vossa Alteza encarregou, e tem outras qualidades muito boas, e sempre se me ofereceo pera todalas coisas de vosso serviço: Manoel Jaques, que mando aguora por Capitão deste Galeão, servio nestas cousas como atraz digo, e foi com o socorro a Pernambuc, e a outras cousas, em que o mandei, he pobre e tem muitos filhos, merece fazer-lhe Vossa Alteza mercê. Christovão de Aguiar se achou em todas estas cousas com meu filho, e o fez muito bem de sua pessoa, e assi se achou em todas ellas. Antonio Paes page do Conde da Castanheira estes forom a cavallo, e assi se achou Simão da Guama a cavallo o dia que soccorrerão o Engenho. Nosso Senhor a vida, e Real Estado de Vossa Alteza acrescente. Desta Cidade do Salvador a dez dias de Junho de mil quinhentos cincoenta e cinco. – Dom Duarte da Costa." – Sobrescrito: *A El Rey Nosso Senhor*. – Torre do Tombo, gaveta 18, março 5, nº 13. – Publicada na *História da colonização portuguesa do Brasil*, **III**, 377-379. – (G.).

VII
(Pág. 513)

Nóbrega, *Cartas*, 151. – "A segunda [guerra] foi no Espírito Santo com muita perda nossa e de D. Jorge de Meneses, capitão das Molucas, o que meteu os castelhanos no fogo, e el-rei sentiu muito ser este homem sentenciado à morte por se criar com ele e disse: 'Houvéreis de tentar [atentar?] que serviços me tem feito, mas não morra aqui, mandai-o ao Brasil e que lá morra.' E morreu D. João [aliás D. Simão] de Castelo Branco, muitos e o porque foi isto, foi a mulher de um principal que um português se amancebou com ela, isto publicamente, e não lhe querendo dar o português a seu marido o índio apelidou gente e os matou. Aqui se perderam muitos engenhos

e os fizeram embarcar para Porto Seguro." "De algumas cousas mais notáveis do Brasil", in *Arquivo bibliográfico*, **4**, 63-64, e *Revista do Instituto Histórico*, **94**.

O estado a que chegou a capitania do Espírito Santo é descrito do seguinte modo por Mem de Sá: "Como me deram posse do governo, logo me deram cartas de Vasco Fernandes Coutinho, capitão da capitania do Espírito Santo, em que dizia que o gentio da sua capitania se alevantara e lhe fazia crua guerra e tinha mortos muitos homens e feridos e que o tinham cercado na vila, onde dias e noites o combatiam e que não podia deixar de se entregar a que o comessem se não o soccorressem com muita brevidade..." – "Instrumento dos serviços de Mem de Sá", in *Anais da Biblioteca Nacional*, **27**, 132, Rio, 1905. O *instrumento dos serviços* é uma inquirição a que Mem de Sá mandou proceder em 1570 para justificar os serviços prestados no tempo do seu governo. As pessoas, cujos depoimentos se tiraram, foram as seguintes: João de Araújo, Heitor Antunes, Sebastião Álvares, Francisco de Morais, Diogo Moniz Barreto (alcaide-mor da cidade do Salvador), bacharel mestre Afonso (cirurgião), Luís d'Armas, Luís da Costa (almoxarife dos armazéns e mantimentos d'el-rei), Brás Alcoforado, Vicente Dias, Vicente Monteiro (tesoureiro d'el-rei), Antônio da Costa, Diogo da Costa e o bispo d. Pedro Leitão. Para diante, quando citarmos essa inquirição, o que teremos de fazer várias vezes, designá-la--emos pelo nome de *Instrumento*, seguido do número de páginas dos *Anais*. Todas as vezes que o verbo estiver na primeira pessoa, é Mem de Sá quem fala. – (C.).

VIII
(Pág. 513)

Em 1554 e, segundo Jaboatão, *Orbe seráfico*, **1**, parte 1ª, pág. 143, Rio, 1858, a 7 de agosto, em Olinda; mas parece haver sido no princípio desse ano, pois já em 10 de maio era passada a carta de confirmação em favor de seu filho (liv. 3º de *Filipe I*, fl. 282 v.). – (A.).

Morreu em Portugal, segundo frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, liv. **II**, cap. 9 (pág. 115 da ed. de 1918), desgostoso do modo por que el-rei o recebeu. Assegura Braamcamp Freire que Duarte Coelho de Albuquerque, fidalgo da casa d'el-rei e filho primogênito do primeiro capitão-donatário de Pernambuco, teve a mercê da sucessão na capitania depois do falecimento de seu pai, por carta de 8 de novembro de 1560 (*D. Sebastião e d. Henrique, Doações*, liv. **7**, fl. 205 v.); o que está na fl. 282 v. do livro **3º** da *Chancelaria de Filipe I*, e que serviu a Varnhagen, é cópia, e daí seu engano, aliás desculpável. Por cartas de 24 de novembro de 1561, 8 de junho de 1568 e 10 de fevereiro de 1570, foi-lhe concedido o poder usar a carta de doação da capitania feita a seu pai por d. João III, apesar de a mercê lhe não estar ainda confirmada, ib., liv. **30**, fl. 23 v., liv. **22**, fl. 106 v. e liv. **26**, fl. 15 v. – *Brasões da Sala da Cintra*, **1**, 467, Lisboa, 1899. – (C.).

Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, 365, Rio, 1946, assina 7 de agosto de 1553 para a morte do donatário, induzido no mesmo erro em que incorreu Varnhagen. A data deve ser a de Jaboatão, 7 de agosto de 1554, mas o lugar foi sem dúvida o que deu frei Vicente, de acordo com Duarte de Albuquerque Coelho, neto do donatário, no *Compendio de los Reys de Portugal*, inédito (cópia na Biblioteca Nacional). Esse diz que o avô não levou os filhos quando partiu para a Europa, e poucos dias sobreviveu à chegada a Lisboa, aonde o chamara el-rei; que foi enterrado na igreja de São João da Praça, no jazigo de d. Manuel de Moura, casado com uma irmã de d. Brites de Albuquerque. – Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* à *História* de frei Vicente do Salvador, pág. 76. – (G.).

IX
(Pág. 513)

Do tempo da sua volta à capitania dá notícia o seguinte trecho de uma carta do jesuíta Rui Pereira, datada de 6 de abril de 1561:

"A Senhora Governadora, que se chama D. Beatriz, de por extremo devota da Companhia, quando achegamos acertou de estar em um seu engenho fora da vila uma légua, e como o soube à tarde, com ter uma sobrinha muito doente, diz que toda aquela noite não pôde dormir com alvoroço, e como foi manhã, sem sabermos nada, já estava em nossa igreja. Era sua alegria tamanha em nos ver que não fazia senão chorar e dizer cousas de pessoa que amostrava ter quanto seu coração desejava. Esta senhora, como disse, é grande devota da Companhia, e as suas esmolas foram contínuas em casa, enquanto aqui estiveram padres da Companhia, e assi agora o são. Seus exercícios são ir à igreja e ouvir missa e encomendar-se, visitar quantos enfermos há na vila e consolá-los. Seu gosto é falar de Deus e ler por livros esprituais, e agora que vieram os filhos não cabe de alegria por ver que a descarregaram da governança e que tem tempo para se dar a Deus." – (C.).

Duarte Coelho de Albuquerque partiu para Pernambuco logo que obteve mercê da sucessão na capitania, pela carta de 8 de novembro de 1560. Veio com seu irmão Jorge de Albuquerque Coelho e exerceu o governo até o ano de 1572, em que, deixando nele sua mãe, tornou para o reino. Acompanhou d. Sebastião na jornada da África, ficou prisioneiro na batalha de 4 de agosto de 1578, foi um dos oitenta fidalgos resgatados e morreu solteiro e sem filhos antes de chegar a Portugal. Jorge de Albuquerque Coelho também esteve presente à batalha de Alcácer-quibir, deu seu cavalo a d. Sebastião para livrar-se, foi ferido e prisioneiro e, como seu irmão, figurou entre os fidalgos resgatados aos mouros. Foi o herói do naufrágio, cuja *Relação* se atribui a Bento Teixeira (Pinto), que a ele dirigiu a *Prosopopeia*. – Conf. B. Gomes de Brito, *História trágico-marítima*, **2**, 7-59; *Revista do Instituto Histórico*, **13**, 278-314; Braamcamp Freire, op. cit., 467-468.

Anchieta, em carta que relatou os sucessos do ano de 1584, noticiou deste modo o falecimento de d. Brites, que por trinta anos sobreviveu ao marido:

"*D'Beatrix Albuquerque illius populi gubernatrix et quasi mater vita defuncta est hoc anno, quam P. Visitador saepe invisit decumbentem morientem que est comitatus; de Societate fuit bene merita semper et paulo ante obitum extremam nobis 250 aureorum fecit eleemosynam, cui in templo nostro nobile pompa et apparatu justa persoluta sunt et Rmus. Episcopus, qui tunc temporis aderat, cum omnium satisfactione et incolarum gratulatione concionem habuit*." – *Anais da Biblioteca Nacional*, 19, 63.

O óbito devera dar-se de meados de julho a meados de outubro, ao tempo em que esteve em Pernambuco o visitador Cristóvão de Gouveia, de quem era companheiro Fernão Cardim. O bispo d. Antônio de Barreiros achava-se na capitania desde 20 de março daquele ano, vindo na armada de Diogo Flores de Valdez. – Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, 401, nota LVII. – (G.).

X

(Pág. 514)

Foi de uma filha sua natural, Catarina de Albuquerque, casada com o florentino Filipe Cavalcanti, que procedeu a família Cavalcanti de Albuquerque, ou antes (à maneira antiga mais usada em Espanha) Cavalcanti e Albuquerque. Segundo Vilas Boas, este Filipe Cavaltanti passara de Florença a Portugal em 1558. – (A.). – Jaboatão, *Catálogo genealógico*, in *Rev. do Inst. Histórico*, **52**, parte 1ª (1889), dá o *Traslado autêntico da atestação* que mandou passar o duque de Florença (Cosme de Médicis) a Filipe Cavalcanti sobre o solar e título de sua ilustre nobreza, em 23 de agosto de 1559.

Desse documento consta que o nobre João Cavalcanti casara em Florença com Genebra Manellli, ou Magnelle, de ilustre família, havendo a Filipe, "o qual não degenerando de seus pais, vivia com toda a pompa no nobilíssimo reino de Portugal".

Jaboatão, ib., 14, diz que por causa de uma conjuração, que fez com seus parentes Holdo Cavalcanti, Randolfo Pucci e outros, contra o duque Cosme de Médicis, fugiu para Portugal no ano de 1558 e, não se dando por seguro na Europa, passou a Pernambuco. Essa data de 1558 não deve estar certa, porque não é razoável que a um indivíduo comprometido em crime de conspiração, e que por ele se exilava da pátria, Cosme de Médicis fizesse passar, logo no ano seguinte, o atestado que Jaboatão transcreve. Assim, a sua chegada a Pernambuco tem de recuar de uma década, pelo menos, para melhor conciliar-se com o dizer de seu depoimento perante a mesa do Santo Ofício, em 16 de novembro de 1593, na vila de Olinda, no qual denunciou fatos aí ocorridos havia quarenta e quatro ou quarenta e cinco anos, de que foi testemunha de vista (*Primeira visitação do Santo Ofício – Denunciações de Olinda*, inédito).

Cerca de 1578 diz dele seu compatrício e conhecido Filipe Sassetti, que perambulava em Portugal, em carta a um amigo de Florença: "É homem de grande autoridade e que se impõe a todos, até mesmo ao governador. Dizem tem grande estado, com muitos pajens e cavalos, e gasta por ano mais de cinco mil escudos. Seu negócio é de engenhos de açúcar". – J. Lúcio de Azevedo, "Viagens de um florentino a Portugal e à Índia (século XVI)", in *Revista de História*, **13º** vol., pág. 113, Lisboa, 1924.

Teve um ou mais engenhos de açúcar; de um, situado no termo de Itamaracá, que se chamava *Araribe* ou *Araripe*, sabemos pelo depoimento de Amaro Gonçalves, a 29 de outubro de 1593 (*Primeira visitação de Olinda*, inédita).

Seu nome aparece mais de uma vez nas denunciações à mesa do Santo Ofício na Bahia e em Olinda; acusação grave lhe faz Belchior Mendes de Azevedo (*Primeira visitação – Denunciações da Bahia*, pág. 452, S. Paulo, 1925).

De seu consórcio com d. Catarina nasceram onze filhos. A data de sua morte não se apurou ainda; sabe-se que de alguns anos sobreviveu ao sogro e precedeu à esposa, que em 4 de julho de 1614 lhe foi fazer companhia na mesma sepultura, na matriz de São Salvador, em Olinda. – (G.).

XI
(Pág. 521)

Villegaignon chegou ao Rio de Janeiro a 10 de novembro de 1555, como afirma Nicolas Barré, companheiro de viagem: "*Nous arrivasmes le dixieme de novembre en la riviere de Ganabara, pour la similitude qu'elle a au lac*". – Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, 378-379.

Em carta a Calvino, datada de 31 de março de 1557 e publicada por Léry, o fundador da colônia refere os dois motivos pelos quais preferiu uma ilha ao continente: em primeiro lugar, sua gente não fugiria; em segundo lugar, como as mulheres índias só iam ali com seus maridos, os colonos não pecariam com elas. Este último motivo causou desde logo descontentamento, a ponto de os trugimãos franceses retirarem-se para a terra firme e a gente de Villegaignon conspirar contra a sua existência. As cartas de Barré e a de Villegaignon foram reimpressas por Gaffarel, *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*, Paris, 1878.

Em 1583 a primeira carta de Barré foi, com vários acréscimos ridículos, reproduzida em La Rochelle, como narrativa de uma viagem de 1581, por Jean Portan: Gaffarel não deu, entretanto, por isso; conf. *Brésil Français*, 378, 385 e 496 e seg., onde a falsificação é patente. Gaffarel não notou também a identidade entre a narrativa de Léry nos *Martyrs* de Crespin (ib., 431, 496) e a do anônimo de 1561

(*Arch. de voyages*, 40, Paris, 1854). Isso teria poupado muitas páginas a Heulhard, evitando a Zeferino Cândido repetir, *Navegação e conquistas*, 65, que Léry esperou a morte de Villegaignon e de todos os que em seu nome podiam romper-lhe a urdidura, para astuciosamente abrir o leito deste rio de injúrias e retaliações. – (C.).

XII
(Pág. 525)

Sobre algumas causas do insucesso de Villegaignon, ver o artigo de Ramiz Galvão, *Revista brasileira*, **1**, Rio, 1879.

Em um livro intitulado *Villegaignon, roi de l'Amérique*, Paris, 1897, Artur Heulhard consagrou-se a reabilitar a memória de Villegaignon. Suas ideias foram expostas e esposadas com grande calor por Zeferino Cândido, *Navegação e conquistas*, Rio, 1900. Do mesmo assunto tratou, incidentemente, mais calmo e imparcial, José Carlos Rodrigues, que a propósito da obra de Heulhard diz com toda a justiça: "a bela impressão e estampas deste livro, as muitas pesquisas que fez sobre a vida de seu herói antes e depois da sua tentativa no Brasil, não encobrem a falta de critério histórico do autor". – *Religiões acatólicas no Brasil*, 21, Rio, 1904.

No processo de Bolés, publicado pelos *Anais da Biblioteca Nacional*, os depoimentos das testemunhas portuguesas tornam bem patente que, ainda ao ser tomado, no estabelecimento dos franceses dominava o espírito protestante, manifesto na ausência de cruzes, imagens ou igreja. Nóbrega escreveu logo depois da tomada da fortaleza: "Estes franceses seguiam as heresias de Alemanha, principalmente as de Calvino que está em Genebra, e segundo soube deles mesmos e pelos livros que lhes acharam muitos, e vinham nesta terra semear estas heresias pelo gentio". – *Cartas*, 174. O mesmo escreveu Mem de Sá. Se Villegaignon já partiu protestante desde o Velho Mundo, é ponto duvidoso; em todo caso as coisas não se passaram como Léry as conta, e isso deixaram bem patente as investigações de Heulhard; no Brasil foi protestante a seu modo, antes de decidir-se pelo dogma católico, de que não mais divergiu no resto de seus dias.

Conquanto o rei de França concorresse com dez mil libras tornesas, e desse licença para serem retirados das enxovias do reino os criminosos necessários à expedição, esta não teve caráter verdadeiramente oficial, como atestam contemporâneos portugueses. A opinião contrária sustenta Zeferino Cândido, loc. cit. – (C.). – Sobre Bolés, veja-se o que adiantou o autor da nota *supra* nos *Prolegômenos* à *História* de frei Vicente do Salvador, págs. 140-141. – (G.).

Seção XVIII

Mem de Sá. Expulsão dos franceses. Capitania do Rio de Janeiro.

Socorro ao Espírito Santo. Morte de Fernão de Sá. Carta régia a Mem de Sá. Carta régia à cidade a favor dos jesuítas. Missões de índios. Os bárbaros submetidos pelo terror. Socorro aos ilhéus. Peleja-se nadando. Recolhe Mem de Sá. Chega a frota ao Rio de Janeiro. Rende Mem de Sá o forte de Villegaignon. Vai a São Vicente. Guerras e explorações no sertão. Invasões dos aimorés em Porto Seguro. Puris. Sua origem provável. Missões junto à Bahia. Aulas da língua tupi. Prosperidade da Bahia. A colonização do Rio de Janeiro. Estácio de Sá. Vai a São Vicente. Reforços das diferentes capitanias.

A situação crítica em que estava o Brasil pedia um governador ativo, entendido e sobretudo honesto. Todos estes dotes reunia o desembargador Mem de Sá, fidalgo da casa e do conselho do rei, irmão do conhecido poeta Francisco de Sá de Miranda, e que no cargo de chefe da administração-geral do Brasil sustentou os créditos de que já gozava[1], como “homem de grande coração, zelo e prudência, acompanhado de letras e experiência de paz e de guerra”.

---

1 “E pois serve V. A. tão bem”, etc., diz o bispo conde de Coimbra, em carta que escreveu a el-rei em 17 de junho de 1547, na qual pede não consentisse

Foi nomeado em 23 de julho de 1556, por três anos, com os mesmos vencimentos e poderes que o seu predecessor[2].

Sua Alteza que este desembargador fizesse obras na igreja de Nogueira, que nele renunciara seu irmão, antes dela prior. A carta de administração da capela está no liv. II da *Chanc. de d. João III*, fl. 104 v; a de desembargador da casa da Suplicação, no liv. **31**, fl. 97. – (A.). – Sobre a família de Sá de Miranda têm publicado importantes trabalhos C. Michaelis de Vasconcelos, Sousa Viterbo e Brito Rebelo. – (C.). – Conf. *Prolegômenos* à *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, págs. 139-140, onde há mais notícias sobre o terceiro governador-geral. Em 1553 estava Mem de Sá casado de pouco, conforme documento publicado por Braamcamp Freire, *Revista de História*, **6º** vol., pág. 345, Lisboa, 1917: "*It.* Fernão d'Alvarez mandovos que deis ao Licenciado Mem de Sá, do meu Desembargo, sessenta mil rs. que lhe mando dar da metade dos cento e vinte mil rs. que se montavam nas mil dobras de que fiz mercê a Brites de Morais, mulher do Licenciado Afonso Anes, que Deus perdoe, para casamento de Guiomar de Faria, sua filha, mulher do dito Mem de Sá, etc. Em Évora a 6 de maio de 1553".

Nos *Anais da Biblioteca Nacional*, **27**, págs. 129-280, Rio, 1905, estão publicados os *Documentos relativos a Mem de Sá, governador-geral do Brasil*, entre os quais figura em primeiro lugar o *Instrumento dos serviços*, que será citado diversas vezes adiante pela palavra *Instrumento*, seguido do número de páginas dos *Anais*. – (G.).

2 Mem de Sá partiu da barra de Belém a 30 de abril de 1557 e ancorou nos cachopos; ao 1º de maio saiu para o Brasil; na travessia gastaram-se oito meses menos dois dias, chegou à Bahia em 28 de dezembro: isto jurou Heitor Antunes, companheiro de viagem, *Instrumento*, 145. "Parti do reino no fim de abril de 1557 e por os tempos serem contrários andei oito meses no mar, e fui às ilhas Cabo Verde, do Príncipe e São Tomé, aonde adoeceram quase toda a gente e morreram 42 pessoas de 336 que vinham na nau, as quais continuamente provi e mandei prover de galinhas e o mais necessário em abastança, que foi causa depois de Deus de se salvarem muitas." – *Instrumento*, 131. Diz Simão de Vasconcelos, *Crônica*, **2**, 49, que ao saltar em terra Mem de Sá recolheu-se ao colégio da Companhia para tomar os exercícios espirituais de Santo Inácio, à instrução do padre Manuel da Nóbrega. Assim ficaria explicado o fato de sua carta de nomeação ter sido registrada só a 3 de janeiro de 1558, como se vê de um manuscrito da Biblioteca Nacional. Southey acompanha esta notícia de Simão de Vasconcelos com o habitual sarcasmo de sectário intolerante. – (C.). – A carta de nomeação do governador Mem de Sá lê-se in *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 406-410. – (G.).

Chegando à cidade do Salvador, logo Mem de Sá "começou a mostrar sua prudência, zelo e virtude. Cortou as longas demandas que havia[3], concertando as partes, e as que de novo nasciam atalhou da mesma maneira; ficando as audiências vazias e os procuradores e escrivães sem ganho, que era uma grande imundície que comia esta terra, e fazia gastar mal o tempo, e engendrava ódios e paixões. Tirou quanto pôde o jogo, que era outra traça, fazendo a todos entender em seus trabalhos com fruto[4]".

Seguiu Mem de Sá ocupando-se na Bahia em animar o adiantamento das obras da sé, e o acabamento de um engenho, começado antes por conta do Estado[5]. Porém, ao que mais que tudo se dedicou, como assunto que também lhe estava recomendado, foi a cuidar do gentio. Começou por fazê-lo reunir em grandes pegulhais[6], às ordens de um *meirinho* ou principal deles mesmos, agregando-lhes párocos da Companhia de Jesus; quer dizer, começou por organizar de cada quatro ou cinco tabas ou aldeias índias uma só *missão*, instituto este que depois cobrou tanto desenvolvimento em outros distritos, em

---

3 "Ao tempo que vim nesta cidade havia nela muitas demandas, jogos de cartas e alguns ódios: encurtei as demandas, concertando as partes e com outros meios tirei os ódios, fazendo amizades." – *Instrumento*, 131.
Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 3, 6 (pág. 165, ed. de 1918), conta que um dia, fazendo Pero Borges uma audiência, não houve parte alguma requerente, do que levantando as mãos aos céus deu graças a Deus. – (C.).

4 Palavras do padre Nóbrega em carta escrita a Tomé de Sousa, em 1559. – (A.). – *Cartas*, 156. Conf. a carta de Antônio Blasques, na *Rev. do Inst. Histórico*, **5**, Rio, 1843. – (C.).

5 "Fiz o engenho que Sua Alteza mandou fazer para os moradores, por que dão quinhentas arrobas. – Fiz a sé desta cidade de pedra e cal e de três naves, e de boa grandura." – *Instrumento*, 132. – Conf. Nóbrega, *Cartas*, 156. – (C.).

6 *Pegulhal* – grupo de pessoas, bando. – (N. do E.).

favor da mesma Companhia[7]. Então se fundou a missão de São Paulo junto ao rio Vermelho, próximo da cidade; a do Espírito Santo, no rio de Joane, e outras. A todos os índios vizinhos da Bahia, proibiu Mem de Sá, com graves penas, a prática da antropofagia[8]. Um principal da ilha de Cururupeba desprezou esta proibição e prosseguiu em suas bacanais[9]. Soube-o o governador, e logo o mandou prender por uma partida que confiou a Vasco Rodrigues de Caldas. Foi ao principal tão profícua esta prisão, de quase um ano, que veio a ser um dos melhores amigos dos colonos. Cada nova experiência vinha confirmar com quanta verdade escrevera ao rei a câmara da Bahia: "Se V. A. quiser tomar informações por pessoas que bem conheçam a qualidade do gentio desta terra, achará que por mal e não por

---

7 "A causa por que no tempo deste governador se faz isto, e não antes, não é por agora haver mais gente nesta Bahia; mas porque pôde vencer Mem de Sá a contradição de todos os cristãos desta terra, que era quererem que os índios se comessem, porque nisso punham a segurança da terra, e quererem que os índios se furtassem uns aos outros, para eles terem escravos, e tiranizarem-se por todas as vias, e não quererem que se ajuntem para serem doutrinados, por os terem mais a seu propósito e dos seus serviços, e outros inconvenientes desta maneira, os quais todos ele vence." – Nóbrega, *Cartas*, 169. – (C.).

8 Nóbrega, carta a Tomé de Sousa, em 1559. – (A.). – Nesta carta e em outra a d. Henrique, de 1º de junho de 1560, bebeu o autor quase todas as informações do presente capítulo. As cartas de Nóbrega devem ser lidas na edição de Vale Cabral, única fidedigna, acompanhada de notas importantes. – (C.).

9 "Achei toda a terra de guerra sem os homens ousarem fazer suas fazendas senão ao redor da cidade, pelo que viviam apertados, e necessitados por não terem peças, e descontentes da terra, e por o gentio não querer pazes mandei dar em Cururupeba num principal que estava em uma ilha que se agora chama a ilha do Cururupeba, onde estava muita gente de guerra e o trouxeram preso, o que pôs grande espanto ao gentio e temor aos brancos, e logo comecei a fazer guerra em Jaguaripe, que é da outra banda da baía, onde se destruíram muitas aldeias, cativaram e mataram muitos índios." – *Instrumento*, 131. – Conf. Nóbrega, *Cartas*, 159-160: "este principal esteve preso perto de um ano e agora (julho de 59) é o melhor e o mais sujeito que há na terra". – (C.).

bem se hão de sujeitar e trazer à fé; porque tudo o que por amor lhe fazem atribuem a medo e se danam com isso."[10]

Estavam já, pelo terror, os gentios à roda da Bahia sujeitos, exceto os do Paraguaçu, que caíam de improviso sobre as canoas dos nossos sempre que podiam. Uma ocasião apoderaram-se de alguns escravos africanos e, intimados para os restituir, o recusaram fazer. Para obrigá-los, mandou o governador contra eles, com alguma gente, o mencionado Caldas. Este ousado caudilho saiu a acometê-los e, sem perda de nenhum cristão, de tal arte deu nos bárbaros que, como diz um contemporâneo jesuíta (Nóbrega, *Cartas*, 162), "quebrou o encantamento dessa gente", que era de modo que às suas terras ninguém até ali ousava aproximar-se. O resultado imediato foi a submissão de alguns principais, e a entrega pontual de quanto haviam tomado, não só os castigados, como os vizinhos.

Duas entradas mais, com igual êxito, que por esse lado fez o mesmo Caldas, acabaram de submeter de todo o gentio desse distrito, que era o primeiro a implorar a nossa amizade, apenas se persuadia de que o não temíamos. Tais resultados acabaram de convencer a Mem de Sá, como tinham chegado também pela própria experiência a convencer a Tomé de Sousa, de que o bem àqueles miseráveis canibais devia ser feito à força, e apesar deles, que, por não conhecerem a caridade evangélica nem a piedosa filantropia, não julgavam possível que outros homens se votassem exclusivamente ao seu bem, como nos diz a história do cristianismo que, com a maior abnegação, se têm votado tantos mártires, muitos dos quais glorificamos em nosso calendário. Fácil era ver que os índios,

---

10 Não existe no Rio cópia desta carta da Câmara do Salvador. – (C.).

crianças pelo entendimento, só podiam ser conduzidos à civilização, tendo sobre eles os chefes a mesma autoridade e supremacia carinhosa que sobre os filhos e pupilos concede a nossa legislação aos pais e tutores.

Estes benefícios eram tanto mais de reconhecer-se, quanto o governador se ocupava disso, em meio de outros cuidados e da pungente mágoa que lhe devia causar a perda de um filho sacrificado aos bárbaros; pois viu-se obrigado a atender com socorros aos clamores dos habitantes da capitania do Espírito Santo, que, a braços com os seus índios levantados, teriam de todo abandonado a terra, se lhes não acode tão depressa o novo governador, com um reforço às ordens de seu filho Fernão de Sá (I).

Este jovem chefe expirou ferido de uma frechada, apenas havia cumprido a sua missão, e lhe sucedeu no mando um certo Diogo de Moura. Pela gente do Espírito Santo pôde Mem de Sá informar-se, mais por menor, de quanto se passava com os franceses do Rio de Janeiro (II) e enviar à corte uns apontamentos do que colhera, aos quais acrescentava: "Todo o seu fundamento é fazerem-se fortes: têm muita gente e bem armada; as suas roças não são senão de pimenta. Prazerá a Nosso Senhor que se lhes desfarão todos esses pensamentos."[11]

Para tal fim propôs Mem de Sá que se tomasse a Vasco Fernandes a capitania que este donatário velho, aleijado, e sem meios, nem esperanças de a poder restaurar, se prontificava a ceder à Coroa, e

---

11 Carta de Mem de Sá, de 1 de junho de 1558, publicada na 1ª edição desta *História*, **1**, 463. Os apontamentos trazidos pela gente que foi ao Espírito Santo estão-lhe anexos. – (C.). – Cópia na Biblioteca Nacional, *Torre do Tombo*, fls. 364-367. – (G.).

lembrava, para proteger as capitanias do Sul, que no Espírito Santo se fundasse outra cidade real, como aquela do Salvador, lembrança que depois modificou preferindo, como Tomé de Sousa, o Rio de Janeiro, apenas viu sua portentosa baía. Além desta lembrança, fazia à corte várias outras, algumas das quais a rainha regente veio a aprovar, como se pode coligir da seguinte carta régia que lhe dirigiu:

> "Mem de Sá, amigo: Eu a Rainha, etc. Por D. Duarte da Costa recebi vossas cartas, pelas quais me dáveis conta da maneira em que me ficáveis servindo nessas terras; e depois recebi as vossas cartas do primeiro de junho e dez de setembro; e por elas soube como a capitania de Vasco Fernandes Coutinho ficava muito pacífica, e o seu gentio tão castigado, mortos tantos, e tão principais, que parecia que não levantariam tão cedo a cabeça: e recebi muito contentamento com estas boas novas; posto que das de Fernão de Sá, vosso filho, acabar nesta guerra me desaprouve muito. Mas sendo tanto em seu lugar e em coisa de tamanho meu serviço, não há aí que fazer-se senão dar-se a Nosso Senhor por tudo muitos louvores, como vejo que fazeis, o que vos agradeço muito. E quanto à determinação em que ficáveis de irdes à capitania do Espírito Santo, eu tenho por certo que, quando vos parecesse meu serviço teríeis cuidado de o fazer, e de prover em tudo conforme a confiança que de vós tenho. Enquanto ao que toca aos franceses, e às informações que deles e do que fazem me enviais, folguei de me avisardes de tudo tão particularmente. E porque por outra carta vos escrevo o que acerca disso hei por meu serviço, não tenho nesta que vos dizer; somente que tenho por certo que assim mesmo me dais conta, procedereis conforme a importância em cada uma delas; e de maneira que me haja em tudo por muito servida de vós, e assim vos encomendo muito que o façais, e que tenhais destas coisas o cuidado que de vós espero.

Os poderes[12] que pedis vos mando, conforme aos de que usava Tomé de Sousa, por provisões de fora, para o que cumpre a bem da justiça; e assim podereis conhecer dos agravos que o ouvidor faz às partes, posto que caiba em sua alçada; e assim das mais cousas que apontais não foi possível irem-vos nestes navios; mas parece-me bem o que dizeis, e eu terei lembranças de vos enviarem nos primeiros.

Por diversas vias soube do muito favor que dáveis aos padres da Companhia de Jesus, para o que cumpre ao serviço de Nosso Senhor, e recebi disso o contentamento que é razão e requer o intento que se teve no descobrimento dessas terras; que é ser Nosso Senhor nelas tão servido e seu nome tão conhecido e louvado como por tantas razões o deve ser. E porque o meio disto se conseguir é o dos ditos padres, que são tão virtuosos como sabeis, e que com todas as suas forças tanto procuram servir a Nosso Senhor, vos encomendo muito que tenhais particular cuidado, como sei que tendes, de os favorecer e ajudar no que vos requererem e virdes ser necessário. Enquanto à carta que

---

12 Estes poderes relativos ao ser aumentada a alçada ao governador foram datados de 7 de março de 1557. Depois foram ainda mais aumentados em 8 de março de 1569. – (A.). – Tendo Mem de Sá tomado posse em janeiro de 1558, tais poderes não deviam ser de nenhuma dessas datas. A 31 de março de 1560 escrevia ele do Rio de Janeiro: "Os poderes que mandava pedir a Vossa Alteza pedi-os pela experiência que da terra tenho e não por quão necessários são aos governadores, e deve-se Vossa Alteza lembrar que povoa esta terra de degradados, malfeitores que os mais deles mereciam a morte, e que não têm outro ofício senão urdir males; se o governador não tiver poderes largos na justiça para castigar e perdoar, é cá pouco necessário, e o ouvidor fica com muito mor jurdição e fazem o que querem, e quando os mandar responder dizem que cabe na sua jurdição ou alçada."

Conquanto não tragam data as cartas régias publicadas acima, devem ser de fins de 1558, mas podem ter vindo só no ano seguinte, na armada de B. de Vasconcelos ou antes. – (C.). – Da carta de Mem de Sá existe cópia na Biblioteca Nacional, *Torre do Tombo*, fls. 431-435. – (G.).

> vi que vos parecia que devia de escrever à câmara do Salvador, para que ajudasse e favorecesse os ditos padres, na conversão dos gentios, vos envio com esta agradecer-vos e juntamente dardes-lha, e trabalhardes para que assim o façam, dizendo-lhes o grande contentamento que disso receberei, e quanto me desaprazeria do contrário. E pois que como digo, pela pressa com que estes navios partem, não houve lugar de escrever algumas coisas que quisera, por esta mesma razão não vai esta tão larga como também quisera; mas fá-lo-ei nos primeiros navios. E entretanto vos encomendo muito que, do que toca a meu serviço nessas terras, tenhais aquele cuidado que eu confio de vós, e de sempre me escreverdes como fazeis, o que vos parecer.

A carta régia para a câmara da cidade do Salvador, mencionada na antecedente, era concebida nos seguintes termos:

> Vereadores e procuradores da cidade do Salvador. Eu a Rainha, etc. Ainda que seja tanto de vossa obrigação favorecerdes e ajudardes aos padres da Companhia de Jesus, que nessas terras estão e andam na obra da conversão dos gentios delas, assim pelas obras em que se empregam, como por suas muitas virtudes, e pela consolação que essa cidade com tal Companhia deve receber, todavia sendo essas partes tão remotas, pelo que por esse respeito pode haver nos moradores delas algum descuido, pareceu-me dever-vos escrever sobre isso, e encomendar, como encomendo muito, que queirais haver por muito encomendado aos ditos padres, e os favoreçais em tudo que para a conversão dos gentios e mais obras espirituais for necessário; e que aos gentios que se fizerem cristãos trateis bem; e não os avexeis; nem lhes tomeis suas terras; porque, além disto assim ser razão e justiça, receberei muito contentamento em o assim fizerdes, pelo exemplo que os outros gentios receberão.

Agradecer-vos-ei muito terdes destas coisas muita lembrança e em efetuardes como confio; porque do contrário poderá deixar de me desaprazer muito.

Começava Mem de Sá a dedicar-se a formar um plano acerca do melhor meio de civilizar neste sentido os bárbaros, quando ali chegou notícia de como outros bárbaros tinham em grande aperto a capitania do Espírito Santo e dos Ilhéus e de que seus habitantes, até então em paz, ao ver os inimigos, possuídos de um inexplicável pânico, haviam abandonado os engenhos, ficando circunscritos à povoação, onde por único sustento estavam reduzidos às laranjas que colhiam de alguns quintais.

Partiu o governador em pessoa a socorrê-los e tanto a tempo chegou que, se tardara um pouco, se houveram rendido todos, já quase sem alento.

Mem de Sá desembarcou com a sua gente à meia-noite; e, aproveitando-se da escuridão, que parecia maior a quem não conhecia a terra, seguiu para o sul, em busca dos inimigos que lhe não fizeram frente e, deixando-o pelo contrário passar, começaram a hostilizá-lo pela retaguarda. Então o bravo Vasco Rodrigues de Caldas resolveu replicar-lhes com uma manobra igual e, emboscando-se, caiu sobre eles quando passavam. Como, porém, eram grandes nadadores, e o mar estava perto, lançaram-se todos a nado; o que vendo os nossos, seguiram-nos com os índios amigos; e sobre as águas a grande distância[13] da praia, se travou uma peleja, como não sabemos de outra

13 De uma légua, diz o padre Nóbrega, a quem devemos esta narração. – (A.). – *Cartas*, 15. – (C.).

tal; mas não nos admire: que para se hostilizarem serão os homens capazes de vir a combater nos ares. A vitória se decidiu em favor dos nossos nadadores, que já levavam em seu favor a força moral, visto que os outros não haviam buscado o mar senão como refúgio (III).

Outros feitos teve ainda o governador nesta pequena campanha que louvar e premiar ao mesmo Caldas, cujo esforço reanimava os outros, de modo que, se ele houvera antes estado nos Ilhéus, não consentira a vergonha que passaram os seus habitantes de se encurralar, em número de mais de mil, a ver o inimigo em frente, matando seus gados e destruindo todas as fazendas sem dar-lhe o merecido castigo.

O gentio atemorizado pediu pazes, e Mem de Sá, concedendo--lhas, voltou à capital, onde receberia a notícia de que, por carta régia de 29 de março desse ano (1559) dirigida ao capitão da ilha de São Tomé, em África[14], fora mandado que, em presença de certidão do governador do Brasil, cada senhor de engenho deste Estado poderia mandar vir até cento e vinte escravos do Congo, pagando só o terço de direitos em vez da metade, como era costume.

No mês de novembro do mesmo ano (1559), chegava à Bahia, comandada pelo capitão-mor Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, a armada destinada ao Rio de Janeiro contra os franceses, devendo receber de Mem de Sá as ordens convenientes sobre o modo de os agredir, atacando-os, ou obrigando-os pelo bloqueio. Tratou logo Mem de Sá, ajudado da influência do novo prelado d. Pedro Leitão, chegado a 9 de dezembro de 1559, e dos jesuítas, de reunir todos

---

14 Do alvará de 29 de março de 1559, sobre se poderem trazer escravos de São Tomé, há cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino – Registros*, **2**, fls. 114-116. – (G.).

os gentios aliados e homens de guerra, que se julgou poderem dispensar-se na cidade do Salvador; e para a capitania de São Vicente escreveu Sá que, com as forças de que pudessem dispor, pois que tanto lhes ia a seus interesses, se achassem à barra do Rio de Janeiro, no dia que aprazou, e em que ele com a força da Bahia contava ali chegar. Para solicitar este reforço de São Vicente se ofereceu o padre Nóbrega, que estava na cidade do Salvador.

Assim prevenido, partiu Mem de Sá para o sul (IV). Compunha-se a sua armada de duas naus e oito embarcações menores. Chegadas à barra do Rio de Janeiro, esperaram que se lhes reunisse um bergantim e muitas canoas de guerra, vindas da capitania de São Vicente[15], para entrarem na enseada (V). Aos da fortaleza que, como vimos, estava construída na ilha que ainda hoje se chama Villegaignon, intimou o governador por escrito que se rendessem, ao que eles "responderam soberbamente". A ilha tinha de natureza nos extremos dois pequenos morros[16], e em cada um deles haviam os

---

15 Carta da Câmara de São Paulo de Piratininga, de 20 de maio de 1561. – (A.). – Publicada na 1ª ed. desta *História*, **1**, 464, onde, porém, não se encontra esta notícia. Do processo de Bolés e da carta de Nóbrega ao cardeal d. Henrique vê-se que o venerando jesuíta estava a bordo com o governador e não fora a São Vicente: "tomou-se conselho no que se faria, e vendo todos a fortaleza do sítio em que estavam os franceses, e que tinham consigo os índios da terra, temeram de a combaterem, e mandaram pedir ajuda de gente a São Vicente; mas os de São Vicente, sabendo primeiro da vinda do governador ao Rio, já vinham por caminho, e como chegaram determinou-se o governador de os combater". – *Carta*, 172.

Isto explica a ausência de hostilidades entre 16 de janeiro e 15 de março. Não se compreende, porém, que Mem de Sá exalce tanto a tomada da fortaleza, quando, não tendo água nativa, pouco tempo seria capaz de resistir. – (C.).

16 Os morros foram arrasados em 1751, no governo de Gomes Freire de Andrada, como se verá na seção XLIII deste livro. – (C.).

defensores construído grandes rancharias; e sobre o meio, em cima do rochedo que se elevava uns cinquenta ou sessenta pés, ficava a casa abaluartada do governador. Copiaremos aqui a descrição desta fortaleza-ilha que nos deixou um contemporâneo[17]. "Tudo o que é ilha era fortaleza, e tudo o que era fortaleza ilha, e toda exceto um porto na praia era cercada de penedia brava, onde bate o mar cousa de 100 braças de comprido e 50 de largo, em cujas duas últimas pontas levantou a natureza dous cabeços talhados no mar, e no meio de ambos um singular penedo, como de quatro braças de alto e seis em contorno. Da circunferência dos recifes e penedia deles tinham feito defensável muralha, dos dous cabeços, com pouco artifício, duas juntamente naturais e artificiosas fortalezas: e do penedo, um pouco mais cavado ao picão, caixa de pólvora, segura e constante contra todo artifício."

As vivendas construídas eram de madeira e cobertas de palha, ao modo dos selvagens. Resolvido o ataque, em 15 de março de 1560[18], começaram os nossos a desembarcar na ilha e a assestar nela artilharia, com a qual e a das naus combateram a fortaleza por dois dias e duas noites, até que os franceses, sem água, nem pólvora, capitularam (VI), em número de setenta e quatro, e alguns

---

17 *Crôn. de d. Sebastião*, pág. 165. – (A.). – Reproduzido de Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia*, **2**, 77, a quem a pretensa crônica de d. Manuel de Meneses, publicada por J. P. Baião, copia servilmente neste e em outros pontos. – (C.).

18 "A qual peleja, jurou Sebastião Álvares, testemunha ocular, durou a sexta-feira depois do meio-dia em diante e toda a noite seguinte, e ao sábado todo o dia e à noite fugiram, e se foram em almadias e outras embarcações pera a terra firme", *Instrumento*, 152. Muito minucioso é o depoimento de Luís da Costa, que foi na expedição como meirinho do governador, ib., 117-185. – (C.).

escravos; aos quais depois se uniram mais de quarenta, dos de um navio apresado, e de outros que andavam em terra. Por fortuna foi proposta a capitulação justamente quando também aos nossos se acabavam as munições, e estavam já pensando no modo de recolher a artilharia que haviam desembarcado (Nóbrega, *Cartas*, 173). O número dos gentios que estavam em favor dos franceses orçava o governador em mais de mil[19], "tudo gente escolhida, e tão bons espingardeiros como os franceses". Villegaignon não se achava então na ilha, havendo partido para França oito ou nove meses antes. Nunca mais voltou ao Brasil, e anos depois o encontramos reclamando indenizações à embaixada portuguesa em Paris, as quais naturalmente foram satisfeitas[20].

Na capitania de São Vicente ordenou Mem de Sá que se efetuasse de todo a mudança da vila de Piratininga (VII) para junto da casa de São Paulo, construída pelos jesuítas no alto. Foi levado a isso pelas insinuações dos padres, que lhe fizeram ver como ficariam assim mais ao abrigo dos assaltos dos bárbaros do que à beira do rio. Além disso decidiu seguir o exemplo da Bahia e fazer aos índios contrários guerra aberta. Para esta se preparou uma expedição[21],

---

19 Oitocentos, segundo Nóbrega, em carta do 1º de junho de 1560 [*Cartas*, 173]. – (A.).

20 Da carta do embaixador João Pereira Dantas, de 10 de janeiro de 1563, consta que esta era a opinião do embaixador, e até a da sua corte, e que aquele julgava chegada a ocasião de o atender "para o calar". – (A.). – Lopo Vaz, Hakluyt, **4**, 298, ordinariamente bem informado, diz que Villegaignon efetivamente recebeu trinta mil ducados. Da carta de Pereira Dantas, publicada no livro Heulhard, Zeferino Cândido transcreveu parte, *Navegação e conquistas*, 149, Rio, 1899. – (C.).

21 A expedição partiu na quaresma de 1561 e nela serviu Anchieta como intérprete. O combate com os tupiniquins foi sexta-feira da Paixão, 4 de abril,

que, depois de embarcar-se no Tietê, seguiu até um porto, donde, levando os expedicionários as canoas por terra, chegaram ao rio dos inimigos. "Esperamos em Nosso Senhor" (ajunta o jesuíta Anchieta ao dar a notícia), "pois este é o remédio com que esta *brava* geração se quer... não tenhamos inveja aos da Bahia". Aí providenciou também o governador a ida ao sertão, em busca de ouro, do provedor Brás Cubas, com um Luís Martins, mineiro vindo do reino[22]. Os desta jornada, que, se foram gente entendida, encontrariam ouro no próprio morro onde estava a casa de São Paulo, andaram, segundo o dito Cubas[23], umas trezentas léguas sem fruto; mas, ao voltarem dessa

---

como ele conta em carta de 12 de junho. A tradição ligava o nome de Anchieta a uma das cachoeiras do Tietê: *Revista do Inst. Histórico*, **4**, 487, Rio, 1842. No ano seguinte, em julho, os índios puseram cerco a São Paulo; não conseguiram, porém, tomar a vila, graças a Martim Afonso Tibiriçá, que veio a falecer meses depois, em 25 de dezembro. Carta de Anchieta, de 16 de abril de 1563, na *Revista do Inst. Histórico*, **2**, 547, Rio, 1840. – (C.).

22 Nomeado em 7 de setembro de 1559. – (A.). – A nomeação teve *cumpra-se* de Brás Fragoso, ouvidor-geral e provedor-mor da fazenda, como Pero Borges, na Bahia, em 9 de dezembro de 59. A 25 de janeiro de 62, Luís Martins, vindo do campo, apresentou aos camaristas Brás Cubas, Cristóvão Monteiro, Jácome de Araújo e Antônio Pinto ¾ de dobra e 6 grãos de ouro, que disse ter extraído, como consta da certidão de Jácome da Mota (Bibl. Nacional). Luís Martins foi para São Vicente em 1560, com Mem de Sá; à custa e em companhia de Brás Cubas andou trezentas léguas pelo sertão, achando algumas amostras de metais. Logo depois desta primeira entrada, Brás Cubas o enviou novamente ao interior e Luís Martins encontrou ouro de boa qualidade em seis partes, a trinta léguas de Santos. Isto consta da citada carta de Brás Cubas, impressa por Francisco Lobo Leite Pereira, na *Revista do Arquivo Mineiro*. Sobre a interpretação dessas entradas, conf. Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação*, **I**, 21, Rio, 1904. – (C.). – Depois dos autores citados, tratou dessas entradas o erudito Afonso d'E. Taunay, *História geral das bandeiras paulistas*, **1**, págs. 111-112 e 169-170, São Paulo, 1924. – (G.).

23 Carta de Cubas a el-rei, de 25 de abril de 1562. – (A.). – Impressa na *Revista do Arq. Mineiro*, **7**, 593, Belo Horizonte, 1902. – (C.).

cansada digressão, o acharam "mui perto", naturalmente para as bandas de Jaraguá. Em 1562 se mandavam as amostras dele, bem como de umas pedras verdes que *pareciam esmeraldas*. Estas seriam provavelmente as conhecidas turmalinas.

Regressava Mem de Sá para a Bahia quando, estando avante com o Espírito Santo, e resolvendo entrar neste porto, encontrou aí em mãos do ouvidor a renúncia (VIII), que da capitania acabava de fazer o seu donatário Vasco Fernandes, que no ano seguinte (1561) faleceu. Os moradores da terra estavam já decididos a evacuá-la. Chegando, porém, o governador, foram-se a ele, com as mulheres e os filhinhos, pedindo-lhe encarecidamente que a tomasse para a Coroa. Fez-se disso um instrumento; e Mem de Sá limitou-se a nomear a Belchior de Azevedo (*Anais do Rio de Janeiro* **1**, 321), apontado pelo povo para aí governar.

As duas capitanias de Porto Seguro e dos Ilhéus passavam, proximamente por essa ocasião, a famílias estranhas aos primeiros donatários, por contratos de vendas, autorizadas pela Coroa. A primeira, por morte do segundo donatário, foi vendida por sua irmã d. Leonor do Campo ao seu solarengo o duque de Aveiro, autorizando-o a isso el-rei, com a cláusula de que, por sua morte, passaria a doação a seu filho segundo, para quem assim constituía um morgado. A venda se fez por um padrão de juro de doze mil e quinhentos réis, e mais dois moios de trigo por ano, em vida da cessionária, que recebeu além disso seiscentos mil-réis.

Quem poderá crê-lo, a não no-lo dizer tão seguramente a história, que por tão mesquinho preço se haviam de ter vendido mais de seis mil léguas quadradas de terra! Hoje não diremos mil léguas, nem cem, nem uma, porém certo número limitado de braças tem tal

valor, em qualquer das povoações mais importantes, que se contam nessa tão grande extensão de terras.

A capitania seguiu em decadência; e muitos povoadores dela se passaram para Pernambuco, que prosperava. Como provedor sucedeu a Filipe de Guillen o escudeiro João Gonçalves Frade.

A capitania dos Ilhéus passou a Lucas Giraldes, que a comprou (em 6 de novembro de 1560) ao terceiro donatário, Jerônimo de Alarcão[24], a quem fora cedida por seu irmão Jorge de Figueiredo, primogênito do primeiro donatário. A confirmação régia foi dada a 20 de fevereiro de 1561.

Prosseguiu Mem de Sá viagem até entrar na Bahia[25]; e desde logo, em harmonia com a sua anterior ideia de fundar outra cidade real no sul do Brasil, começou a insistir pela colonização do Rio de Janeiro, a fim de que também no melhor porto do sul houvesse outra cidade *Salvadora* destas paragens.

---

24 Por alvará de 1 e 18 de outubro de 1560, Jerônimo de Alarcão obteve suplemento de idade (era então de 24 anos) e licença para vender a capitania a Lucas Giraldes. O preço da venda foi de 4.825 cruzados. – Nota de Capistrano de Abreu, in *Livros I e II da História* de frei Vicente do Salvador, pág. 105, Rio, 1887. – (G.).

25 Segundo carta do jesuíta Rui Pereira, chegou à Bahia em 29 de agosto, levando em sua companhia o padre Luís da Grã, a este tempo nomeado provincial: Acióli, *Memórias da Bahi*a, **3**, 252. "Aos vinte e sete de agosto [aliás 17, como se vê de uma carta do mesmo jesuíta] uma manhã, havendo vinte dias que dobramos a Linha vimos a terra do Brasil e era a baía de Todos os Santos... Não achamos aqui o governador. Daí a poucos dias de nossa chegada foi a sua, em que a cidade e o povo dela fez grandes mostras de alegria, e o festejou com momos e invenções novas e touros e outras festas, até então entre eles pouco costumadas". – Henrique Dias, "Rel. da viag. e nauf. da nau *São Paulo*", na *História trágico-marítima*, **3**, 22-23, da nova e incorreta edição de 1904. – (C.).

No entanto se ocupava de enviar, para vários distritos, homens empreendedores, a fim de explorarem o país. Antônio Dias Adorno foi para as bandas do rio das Caravelas; Vasco Rodrigues de Caldas também fez uma entrada, e um Antônio Ribeiro, chefe de outra bandeira, perdeu, com muitos dos seus, a vida às mãos dos bárbaros, em uma cilada, por se haver fiado nas aparentes amizades destes (IX).

Entretanto, se ocupava a metrópole de dar um novo regimento (11 de maio de 1560) aos mamposteiros para a redenção dos cativos, aos quais haviam já sido por el-rei d. Manuel concedidos alguns privilégios[26]. Ao mesmo tempo essa instituição era introduzida no Brasil, provavelmente por influxo da *Mesa da consciência*, a fim de proteger a liberdade dos índios. Para cada capitania foi pelo menos nomeado um mamposteiro, e de alguns possuímos até os nomes: tais são Francisco Fragoso, de Pernambuco, Pedro Leitão, de Itamaracá, Onofre Pinheiro, da Bahia, e Antônio Lopes Faleiro, dos Ilhéus[27].

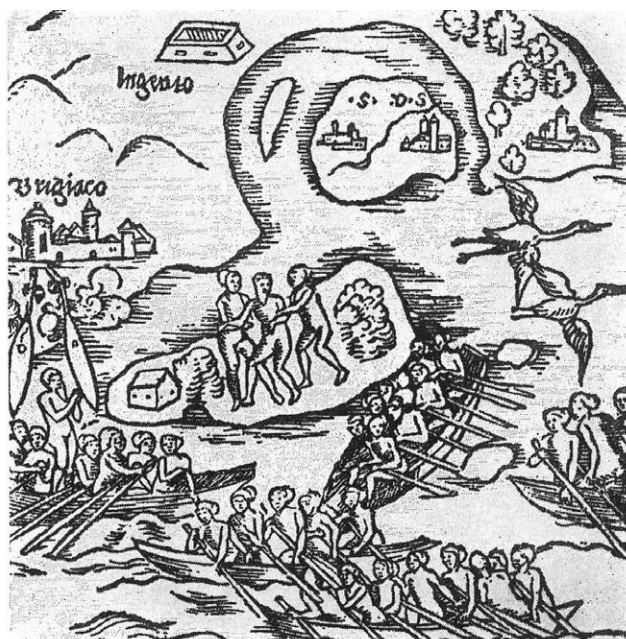
Igualmente se nomearam vários empregados especiais para tratarem de fiscalizar os bens dos órfãos e ausentes, e foi impetrada uma bula (28 de janeiro de 1561), pela qual Paulo IV concedeu

---

26 O *Regimento dos mamposteiros*, de 11 de maio de 1560, lê-se na coleção *Legislação manuscrita*, do Instituto Histórico, vol. **2º**, fls. 167-184. Consta de quarenta e quatro artigos. Foi publicado por Manuel Lopes Ferreira, *Prática criminal expendida na forma da praxe observada neste nosso reino de Portugal, e ilustrada com muitas ordenações, leis extravagantes, regimentos e doutores*, cap. 33, págs. 235-267, Lisboa, 1730.

Mamposteiro dos cativos, define Morais, *Dicionário*, é o que cobra o que pertence a seu resgate. Os mamposteiros foram extintos no reinado de d. José I. – (G.).

27 Veja "Trabalhos dos primeiros jesuítas no Brasil", in *Revista do Instituto Histórico,* **57**, parte 1ª, pág. 222. – (G.).

Pe. Manuel da Nóbrega (segundo uma escultura convencional de Francisco Franco, publicada por Serafim Leite, S. J.).

Aprisionamento de Hans Staden (do livro Viagem ao Brasil, 1557).

Staden, de pé na canoa, parlamenta com a tripulação de um navio português, chegado a Ubatuba (do livro Viagem ao Brasil, 1557).

aos bispos do Brasil maiores latitudes, a respeito das dispensas de parentesco para os casamentos dos índios e africanos[28].

No meio deste empenho da corte de atender a quanto respeitava à religião e aos estabelecimentos de caridade, foi nomeado Brás Cubas (em 8 de maio de 1563) provedor e contador dos resíduos e capelas, hospitais, confrarias, albergarias e gafarias das capitanias de São Vicente e Santo Amaro.

Ao mesmo tempo, novos perigos vinham reclamar os cuidados do governador em outra capitania: na de Porto Seguro[29]. Ameaçada estava a dita capitania de perder-se inteiramente, sucumbindo à anarquia e às assoladoras invasões de uns novos inimigos que, com o nome de aimorés[30], ali se apresentaram, vindos do sertão, havidos pelos outros bárbaros por mais que bárbaros, e com uma língua inteiramente desconhecida, e os usos estranhos a todo o mais gentio do Brasil. Não construíam tabas nem tujupares; não conheciam a rede e dormiam no chão sobre folhas; não agricultavam coisa alguma; andavam em pequenos magotes; não sabiam nadar, mas corriam muito, não havendo outro meio de se lhes escapar de que o de entrar

---

28 Essa bula é considerada apócrifa por Cândido Mendes de Almeida, *Direito eclesiástico brasileiro*, **3**, 1.011. Entretanto, o breve, não a bula, está publicado no *Corpo diplomático português*, **9**, 168 e seguintes, Lisboa, 1886. – (C.).

29 "Tornando à capitania do Espírito Santo achei o gentio outra vez alevantado e determinei fazer-lhe guerra, e atemorizados disso me vieram a pedir pazes que lhes dei e a deixei pacífica. Assim o fiz na capitania de Porto Seguro pela ordem que dei contra os gaimures". – *Instrumento*, 135. – (C.).

30 Este nome da nacionalidade foi naturalmente dado pelos índios. *Aimoré* na costa do Brasil é um peixe como o enxarroco, e de ovas muito peçonhentas. Os antigos escreviam *gaimurés* e às vezes sem acento, *gaimures*. – (A.). – *Enxarroco: xarroco*, peixe-pescador (*Lophius piscatorius*). – (N. do E.).

n’água, se a havia perto; arrancavam a fala com muita força desde a garganta; e (o que era mais para temer) eram antropófagos, não por vingança e satisfação de ódios inveterados, mas por gula. Tudo induz a crer que eram da mesma nação representada pelos chamados agora puris, que também, como este nome o diz[31], são gulosos de carne humana e preferem, como se conta dos tubarões da África, à carne dos brancos a dos negros, aos quais chamam “macaco do chão”. É horroroso escrevê-lo; e asseguramos que o ânimo quase se nos soçobra ante tais fatos.

Onde estava e como veio do sertão este gentio, que primeiro chegou à costa junto do rio das Caravelas? Eis o enigma que só por conjecturas pode explicar-se. A estranheza da língua, e sobretudo o ser muito gutural, nos deve fazer crer que eles eram garfo extraviado de algumas das raças meridionais patagônicas ou araucanas. A ignorância da natação e do fabrico e uso das canoas, e a prenda de grandes corredores[32], no-los apresentam como criados em páramos sem árvores nem rios, e por conseguinte como pampas meridionais. Estas conjecturas se verificariam, ao fazerem-se mais minuciosos estudos “linguísticos” nos sertões da Patagônia, se acaso se encontrasse algum dialeto parecido com o atual destes botocudos.

---

31 *Puris* é o mesmo que *purus*, e quer dizer antropófago. – (A.). – *Puru* pode realmente derivar-se do tupi *por-ú,* gente comer, antropófago, e é nome de uma tribo selvagem do Amazonas; mas é pouco provável que desse *puri*. Indivíduos pequenos, de baixa estatura, segundo o testemunho de Aires de Casal, *Corografia brasílica*, **2**, 25, Rio, 1817, talvez aos tupis devessem a alcunha, por *por-í* gente pequena, povo miúdo, como traduz Teodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional*, 147, São Paulo, 1901. – (G.).

32 “*Un dia están en un lugar y otro dia en otro... andan contra todas las otras generaciones como salteadores de caminos*”, etc. – Carta de Guillen. – (A.).

Contra tais bandorias de bárbaros mandou o governador socorros a Porto Seguro, com o ouvidor-geral Brás Fragoso, cuja presença[33] muito valeu a pôr também em ordem, entre os moradores, os negócios da justiça.

Entretanto, seguia, na cidade do Salvador, Mem de Sá favorecendo as missões jesuíticas. Já se tinha o seu número elevado a dez, na distância de doze e mais léguas, para os diferentes lados da Bahia até Camamu. Missão havia que contava cinco mil neófitos. Batizavam-se estes aos milhares: às vezes assistia a isso o bispo d. Pedro Leitão, que por suas próprias mãos administrava também este sacramento, e o do matrimônio em lei da graça, aos que se preparavam para recebê-lo.

Já Mem de Sá, anteriormente[34], havia feito menção de trezentos e quarenta e sete batizados na aldeia do Espírito Santo (Abrantes), em um só dia; bem como de escolas em que havia até trezentos e sessenta piazinhos, sabendo ler e escrever; o que aprendiam com facilidade, pois de inteligência natural não era falta esta gente.

Entendemos que as mencionadas missões estavam temporalmente sujeitas aos jesuítas, porém, na aparência, a uma espécie de alcaide ou meirinho dos próprios índios, que em tudo cumpriam as ordens dos padres, os quais alegavam a pouca despesa que se fazia

---

33 Em 17 de janeiro de 1561 ainda ele se não achava de volta de Porto Seguro. – Carta de Guillen, de 12 de março de 1561. – (A.). – Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos*, **1**, 150-152. Parece que só nesta data B. Fragoso chegou a Porto Seguro. – (C.).

34 Em carta escrita do Rio de Janeiro aos 31 de março de 1560. – (A.). – *Anais da Biblioteca Nacional*, **27**, 227-229. – (C.).

em vestir tais chefes. Segundo os jesuítas, até lisonjeava os índios o terem tronco e pelourinho, como as vilas dos colonos, bem que apenas aquele servia contra os pequenos que não estudavam. Aos mesmos jesuítas, em virtude das próprias ordens superiores mui terminantes, concedia o governador a maior proteção. Por ordem régia, de 12 de fevereiro de 1557, fora mandado abonar a cada um quatro panicus de farinha, um alqueire de arroz ou milho e um cruzado em dinheiro[35]. Em 1559 ordenou Mem de Sá que a cada um se desse, além disso, por ano, cinco mil-réis e doze cruzados em ferro[36]. Mas o alvará de 7 de novembro de 1566 ordenou que se desse aos mesmos padres a redízima, ou décima parte de todos os dízimos[37], com o que ainda não se mostraram satisfeitos; pelo que vieram a pedir e a alcançar (em janeiro de 1576) dois mil e

---

35 Alvará de 12 de fevereiro de 1557, mandando que se desse a cada um dos vinte e oito padres e irmãos da Companhia de Jesus que estão nas partes do Brasil, cada ano, à custa da fazenda real, nas capitanias onde estiverem, quatro panicus de mandioca e um alqueire de arroz, e quando não houver arroz se dará um alqueire de milho da terra e um cruzado em dinheiro, para suas mantenças e despesa. – Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino – Registros*, **1**, fls. 29-30 v. – (G.).

36 *Em ferro*, isto é, em ferramenta: machados, enxadas e outros utensílios de artes e ofícios. – (G.).

37 Alvará de 7 de novembro de 1566, sobre o mantimento que hão de haver os sessenta padres da Companhia de Jesus, que estão nas partes do Brasil. – Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino – Registros*, **1**, fls. 32 v.-38. – *Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 429-431. – Esse alvará ou provisão registrou-se na Bahia, em 27 de janeiro de 1558. – *O Padrão da Redízima de todos os dízimos que pertencerem a Elrey em todo o Brasil de que S. M. faz esmola pera sempre pera sostentação do colégio da Bahia* (1564), publicou Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tomo **I**, págs. 113-114, em súmula, e págs. 538-540, na íntegra, apêndice B, conforme no original do Arquivo Romano, *Bras.* **11**, 70-71 v. – (G.).

duzentos cruzados de mantimento e mais quinhentos cruzados para a fábrica dos colégios[38].

Os jesuítas tinham nestes colégios aulas da língua tupi, às quais mui graciosamente lá entre si chamavam de *grego*[39]. É para lamentar que este belo exemplo não se tenha seguido; sendo para a catequese então, como hoje para a literatura brasileira, a antiga língua da terra de muito mais importância do que o estudo do grego ou de outras línguas sábias[40].

Pacíficos[41], seguiam os índios nos contornos da cidade, e em poucos anos se via prosperando e crescendo em população a colônia de Tomé de Sousa. Sobretudo esmerava-se Mem de Sá em atrair para ela comerciantes abastados e navios mercantes; pois, em seu entender, "os armadores eram o nervo do Brasil". Os habitantes não deixavam de pugnar por suas liberdades, e a câmara requeria redução na soma sobre que o ouvidor-geral tinha alçada e propunha que esta passasse a um tribunal presidido pelo governador e de que

---

38 Alvarás de 4 e 5 de janeiro de 1576. – Cópias no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino – Registros*, **1**, fls. 23-24 e 26-27 v. – (G.).

39 Carta do padre Rui Pereira em setembro de 1560, *in fine*. – (A.). – Acióli, *Memórias*, **3**, 252. – (C.).

40 Varn., "Mem. sobre o estudo e ensino das línguas indígenas." – *Rev. do Inst.*, **3**, pág. 366. Idem, *Com.* 34 e 131 à obra de Soares, na *Rev. do Inst.*, **14**, 374 e 391. – (A.).

41 "Está a terra tão pacífica que não somente os brancos vão muitas léguas por ela dentro seguros, mas um índio daqui, indo por entre os contrários, tornou sem lhe fazerem mal. Ele diz que diziam: este é amigo dos brancos, se lhe fizermos mal, matar-nos-ão." E acrescenta as palavras transcritas no nosso texto [no pré-antepenúltimo parágrafo da seção XIII]: "Ajudou grandemente a esta conversão cair o senhor governador na conta, e assentar que sem temor não se podia fazer fruto." (Carta do jesuíta Rui Pereira, em 1560). – (A.).

fizesse parte a mesma câmara (X). O intrépido Vasco Rodrigues de Caldas foi incumbido de levar os pedidos à metrópole, os quais não foram atendidos, talvez por se achar então o governo meditando acerca do Brasil outras decisões, como vamos ver.

Cabe aqui declarar que Mem de Sá, solícito em promover o desenvolvimento da Bahia, deu muitas sesmarias, pelo Recôncavo, a indivíduos que as aproveitaram. Entre elas citaremos a de duas léguas de terra, na entrada do Paraguaçu, a Fernão Rodrigues Branco[42]; a de outras duas léguas a Francisco Toscano[43]; a de uma légua, acima da ilha dos Franceses, a Egas Moniz Barreto, natural da ilha da Madeira[44]; a de meia légua a Paulo Dias, acima do rio de Sergipe do Conde, a de uma légua, defronte da ilha da Maré, a Sebastião Álvares. O nome de Sergipe do Conde teve origem em haver herdado o 3º conde de Linhares uma sesmaria, que aí tivera o próprio Mem de Sá[45].

A instâncias de Mem de Sá e dos habitantes do Brasil[46], resolvera afinal a corte a mandar nova frota para colonizar o Rio de Janeiro,

---

42 Fernão Rodrigues de Castelo Branco fez doação a Francisco de Sá, filho do governador Mem de Sá, da sesmaria que lhe fora concedida. *Documentos relativos a Mem de Sá*, págs. 147-152. – (G.).

43 *Documentos históricos*, **XXXVI**, págs. 375-382. – (G.).

44 *Documentos históricos*, **XXXVI**, págs. 430-435. – (G.).

45 Uma filha de Mem de Sá e d. Guiomar de Faria, sua mulher, filha de Afonso Anes de Andrade, desembargador do paço, e Brites Mariz de Faria, chamada Filipa, segundo Sousa, *Hist. genealógica*, **5**, 263, casou com d. Fernando de Noronha, conde de Linhares, e faleceu a 2 de setembro de 1618. De seu marido tomou o nome de Sergipe do Conde o engenho de Mem de Sá, que depois veio a pertencer aos jesuítas. Sobre sesmarias em geral, conf. Felisbelo Freire, *História territorial do Brasil*, **1**, *passim,* Rio, 1906. – (C.).

46 Entre estes deve-se contar Nóbrega, que escrevia a d. Henrique: "Parece muito necessário povoar o Rio de Janeiro e fazer-se nele outra cidade como

sendo primeiro reforçada pelos recursos que no Brasil mesmo se pudessem juntar. E para que tudo se levasse à execução com o maior acordo possível, confiara o cargo de capitão-mor a Estácio de Sá, sobrinho do próprio governador[47]. Chegada que foi à Bahia a frota, despachou-a imediatamente Mem de Sá para o sul, com todo o auxílio que pôde dispensar-lhe, e determinou que fosse nela o ouvidor Brás Fragoso, que acabava de regressar de Porto Seguro, a fim de agenciar com os capitães do Espírito Santo e São Vicente que contribuíssem quanto lhes fosse possível para a empresa[48].

---

a da Bahia, porque com ela ficará tudo guardado, assim esta capitania de São Vicente como a do Espírito Santo, que agora estão bem fracas, e os franceses lançados de todo fora e os índios se puderam melhor sujeitar, e pera isso mandar mais moradores que soldados, porque doutra maneira pode-se temer com razão *ne redeat immundus spiritus cum aliis septem nequioribus se, et sint novissima pejora prioribus*: porque a fortaleza que se desmanchou, como era de pedras e rocha, que cavaram a picão, facilmente se pode tornar a reedificar e fortalecer muito melhor". – *Cartas*, 175. – (C.).

47 Estácio de Sá veio provavelmente em 1557, em companhia de Mem de Sá, com outros primos. A 22 de novembro de 59 foi nomeado capitão da galé *Conceição*, com o ordenado mensal de 2$ e o mantimento de 500 réis, *Livro 1º de provim. sec. e ecl.,* 142 v. [*Documentos históricos*, **XXXV**, págs. 455-457]. Tomou parte na primeira expedição ao Rio de Janeiro, talvez na galé de seu comando, e de São Vicente foi mandado ao reino no navio tomado aos franceses pela galé *Esaura*. Arribou à cidade do Salvador em 28 de dezembro de 1560, levando a bordo João Cointa, senhor de Bolés, em cujo processo depôs a 3 de janeiro seguinte: *Anais da Bibl. Nacional*, **25**, 217, 219. Obteve uma sesmaria junto à de Francisco Toscano, a 28 de abril de 1564, como se vê do *Livro 1º de provisões*, 418 v. [*Documentos históricos*, **XXXVIII**, págs. 277-278]. Se a data estiver certa, Estácio de Sá foi representado por algum procurador, caso aliás comum. Segundo Simão de Vasconcelos, chegou à barra do Rio de Janeiro em fevereiro de 1564, *Crônica*, **3**, 58; a 6 de fevereiro, acrescenta Silva Lisboa, nos seus *Anais do Rio de Janeiro*, cap. 8º, ms. da Biblioteca Nacional. Portanto, sua demora foi bem maior do que o autor supõe quase dois meses. – (C.).

48 "Por o gentio do Rio de Janeiro não ficar de todo pacífico, estando nesta capitania mandei uma armada bem pequena para tornar ao Rio de Janeiro e por esta capitania não estar de todo pacífica e não parecer às pessoas da

Estácio de Sá, em chegando à altura do Rio de Janeiro, com o reforço que conseguiu no Espírito Santo, e que foi de consideração, acompanhando-o até o próprio capitão-provedor Belchior de Azevedo e o valente temiminó Martim Afonso Arariboia, com todos os seus índios, entrou na enseada para ver se tentava fortuna, sem mais socorros. Logo se apoderou[49] de uma nau francesa, cuja tripulação se passara para terra. Porém, vendo que os gentios disparavam frechas contra os batéis, quando se aproximavam das praias, e que devia preparar-se para grandes hostilidades, resolveu ir primeiro a São Vicente, buscar o maior número de combatentes, incluindo já algumas cabildas de gentios das bandas de Ubatuba, novamente atraídos por Anchieta[50]. Foi por ocasião de ficar Anchieta só e desarmado, como refém, entre estes índios, que, segundo ele

---

terra que a devia deixar, mandei Estácio de Sá meu sobrinho que vinha por capitão-mor, com Brás Fragoso, ouvidor-geral, os quais cometeram a fazer povoação à ida e não puderam. Depois tornou Estácio de Sá e fez uma vila e sustentou perto de dois anos com muita guerra e trabalhos sem outro socorro algum mais que o de Deus e o que lhe eu mandava, sustentando-o sempre à minha custa e dando ele mesa a muitas pessoas". – *Instrumento*, 135. – (C.).

49 Anchieta, carta de 9 de julho de 1565. – (A.). – A primeira que lhe chegou foi a galé de Paulo Dias Adorno, em que também iam Duarte Martins Mourão e Belchior de Azeredo, depois chegou Brás Fragoso e outros, os quais, entrando na nau, acharam muito pão, vinho e carne e assim a levaram para baixo, onde ficava a capitânia *Santa Maria* a *Nova* e o galeão. – Frei Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil*, **III**, 10 [ed. de 1918, pág. 178]. – (C.).

50 Anchieta acompanhou Nóbrega para Iperuig, cercanias de Ubatuba, em abril de 63; a 21 de junho retirou-se este para São Vicente e Anchieta ficou só entre os índios até o dia da Exaltação da Santa Cruz, 14 de setembro. É muito digna de leitura sua longa carta de 8 de janeiro de 1565, narrando tais sucessos. Entretanto, não entraram os índios de Ubatuba na expedição contra os parentes do Rio; dos tupiniquins de Piratininga vieram poucos; vieram, porém, índios de Cananeia, onde os foram buscar Jorge Ferreira e Paulo Dias. – Frei Vicente do Salvador, ib. [pág. 179 da ed. de 1918]. – (C.).

diz, compôs um poema em latim à vida da Virgem, constante de perto de seis mil versos, onde termina com a seguinte dedicatória: "Eis, mãe santíssima, o Carme que ofereci em teu louvor, vendo-me cercado de inimigos, – quando, com a minha presença tranquilizava os tamoios irritados, e desarmado ajustava pazes com armados bárbaros. Então tua bondade teve, com amor materno, cuidado em mim, e, à sombra de teu amparo, vivi seguro em corpo e alma" (XI). Sem dúvida a semelhantes desterros e à necessidade, em que muitas vezes se viu, de entender os selvagens e ser deles entendido, deveu o conhecimento que adquiriu da língua tupi, chegando a compor sobre ela a primeira gramática, que depois, em 1595, foi dada à luz em Coimbra, e que, se bem que lacônica, modelada mais sobre o latim que sobre a índole da própria língua tupi, e até um tanto obscura, foi a base sobre que depois trabalharam outros. Ao fazer-se Estácio de Sá de vela, encontrou os ventos tão ponteiros que teve que arribar ao mesmo Rio de Janeiro, afortunadamente para um bergantim que ali ancorara na noite anterior, trazendo a seu bordo o padre Nóbrega, que julgava encontraria fundeado dentro o mesmo Estácio de Sá, e que houvera acaso sido capturado, sem essa arribada (XII). Logo seguiram todos para o porto de Santos, a buscar reforços.

Pela segunda vez a capitania de São Vicente se prestou, talvez mais do que lhe permitiam suas forças, para o bem de todos, para o Brasil não ser dilacerado. Todas as canoas em estado de se armarem em guerra, quanto mantimento se pôde juntar, para dois ou três meses de sustento aos trezentos homens da expedição (Anchieta, carta de 9 de julho de 1565), retendo só o indispensável para não morrerem de fome os que ficavam guardando a terra, quanta gente, enfim, podia combater, casados e solteiros, anciãos e adolescentes, muitos escravos de Guiné, e até os índios em quem depositavam

maior confiança, tudo esta capitania, sem exceção da nova colônia de Piratininga, tão exposta às agressões do gentio do sertão, tudo sacrificou a boa gente para o bem da nova pátria comum. Qual fênix que sucumbe por dar vida à sua prole, assim a colônia mais antiga do Brasil se exaure agora de forças e não cura mesquinhamente se isso prejudicará ao seu futuro desenvolvimento, e concorre quanto pode a dar existência a um empório mais poderoso.

E aqui nos cumpre notar que os esforços simultâneos que ora faziam, não só esta, como outras capitanias, contra o inimigo comum, eram novos elementos que iam estreitar, pelos laços do coração, a futura união brasileira, que os holandeses contribuíram depois a fazer apertar muito; e a Deus praza que para todo o sempre, a fim de que esta nação possa continuar a ser a primeira deste grande continente antártico e algum dia se chegue a contar entre as mais consideradas no universo, o que sem muita união nunca poderá suceder.

NOTAS DA SEÇÃO XVIII

I

(Pág. 548)

"Por me não deixar os moradores ir eu em pessoa, mandei a Fernão de Sá, meu filho, com seis velas e perto de duzentos homens, e em chegando à capitania do Espírito Santo entrou por conselho dos que consigo levava pelo rio Cricaré, e foi dar em três fortalezas muito fortes que se chamavam Marerique, donde o gentio fazia e tinha feito muito dano, e mortos muitos cristãos, as quais rendeu com morte de muito gentio, e ele morreu ali pelejando. Daí partiu a armada para a vila donde estava Vasco Fernandes, mas já descercado, e o gentio com a nova da estroição das fortalezas se recolheu a uma fortaleza em que tinham grande confiança, e Baltasar de Sá, meu sobrinho, com os mais da armada a combateram e mataram

os mais que nela estavam, o que foi causa de pedirem paz e se someteram a toda obediência." – *Instrumento*, 132-133.

A morte de Fernão de Sá foi antes de 30 de abril de 1558, pois a ela já se refere o jesuíta Blasques em carta desta data. Alguns pormenores interessantes dá frei Vicente do Salvador, *História,* **III**, 7 (págs. 167-168 da ed. de 1918):

A expedição constava de cinco embarcações; Fernão de Sá comandava na galé *São Simão*; os outros capitães eram Diogo Morim, o velho, e Paulo Dias Adorno. Entraram no Cricaré, além do filho do governador, Diogo Álvares e Gaspar Barbosa em seus caravelões, e depois de quatro dias de navegação desembarcaram, derrotando os índios no primeiro encontro. Repelidos, porém, os nossos voltaram desordenadamente para bordo e Fernão de Sá, que ficara na retaguarda com seu alferes João Monge, foi morto a flechadas. Os outros foram ao Espírito Santo e daí a São Vicente. Na volta o governador, sabendo como tinham deixado o filho, não os quis ver. E quando eles não tiveram esta culpa, observa frei Vicente, nem por isso a devemos dar ao pai em fazer extremos pela morte de tal filho. Diogo de Moura do texto é provavelmente o Diogo Morim de frei Vicente. – (C.).

II
(Pág. 548)

São estas as informações, ou apontamentos que trouxe a gente do Espírito Santo, referidos na nota 11 desta seção:

"O que sei pela informação que... os linguas que fallão com os negros que vem dentre os francezes é o seguinte:

"Dizem que os francezes fizerão uma fortaleza de madeira na lagea que está no meio do rio e que por lhe cair tem já muita pedra junta na lagea para fazerem uma fortaleza de pedra e cal onde está e consiste toda a fortaleza do Rio de Janeiro e da terra toda.

"Na enceada da Carioca que está da lagea para dentro hum tiro de berço onde desembarcão Junto de uma aguada está uma casa com artilharia e dizem ser fortaleza.

"Que estavão duas náos grandes no Rio e tem tres galés fora outros navios mais pequenos e que serão perto de outo centos homens de peleja.

"Que na Ilha de Seregipe que está sobre a enceada da Carioca está outra fortaleza com muitas casas outras a qual corresponde á lagea que está no meio do Rio por onde entrão as náos e navios dentro no Rio de Janeiro e bem assim corresponde esta fortaleza e povoação desta ilha á fortaleza da Carioca e ao desembarcadouro e aguada que está junto da enceada da Carioca.

“Da ilha de Seregipe por adentro onde o Gato tinha seu assento dizem que os francezes fizerão uma povoação em que tem outra fortaleza e que d’esta povoação correm ao certão e á Paraiba donde vem carregados ‘de terra’ a levão ás náos em muita quantidade dizem que os francezes folgão muito com ella .... confina otro rio donde .... pouca agoa humas conchas .... recentes e que trabalhão e folgão .... muito com ella quaes os negros posto que sejão .... nossas deixão de trazer ao pescoço pelas não poderem .... de .... e neste rio de conchas, pedras ouvi .... muitas vezes falar a João Ramalho que era verdade que he um homem dos muito antigos na terra e boa lingua.

“Dizem mais que os francezes tem muitas mulheres que lhes vem de França e que correm tanto ja por dentro da terra e pelo rio da paraiba que se mete entre elles e o Campo de São Vicente onde estão os padres de Jesus e João Ramalho por fronteiro com uma aldeia dos nossos indios que é jornada de dous dias assim por este rio... em que se achão espias e rastos dos contrários nossos e amigos dos franceses.

“Os moradores da Capitania de São Vicente estão muito espalhados: para serem mais fortes se devião de ajuntar em duas povoações, as que parecem mais necessarias, não têm armas, artilheria, bestas, espingardas, polvora, devia se de prover a isto.” – (G.).

III

(Pág. 553)

“Neste tempo veio recado ao governador como o gentio topenequim da capitania dos Ilhéus se alevantara e tinha mortos muitos christãos e destroidos e queimados todos os engenhos d’assucares e os moradores estavam cercados e não comiam senão laranjas. E logo o puz em conselho e posto que muitos eram que não fosse por não ter poder para lhe resistir nem o poder do emperador, fui com pouca gente que me seguiu, e na noite que entrei nos Ilhéus fui a pé dar em uma aldeia que estava a sete léguas da villa, em um alto pequeno, todo cercado d’água ao redor de alagoas e as passamos com muito trabalho. E ante manhã duas horas dei n’aldeia e a destroí e matei todos os que quizeram resistir, e á vinda vim queimando e destroindo todas as aldeias que ficaram atraz, e por se o gentio ajuntar e me vir seguindo ao longo da praia, lhe fiz algumas ciladas, onde os cerquei e lhes foi forçado deitarem-se a nado ao mar costa brava. Mandei outros indios traz elles e gente solta que os seguiram perto de duas leguas e la no mar pelejaram de maneira que nenhum topenequim ficou vivo, e todos os trouxeram a terra e os pozeram ao longo da praia por ordem que tomavam os corpos perto de uma legua. Fiz outras muitas sahidas em que destroí muitas aldeias fortes e pelejei com elles outras vezes, em que foram muitos mortos e feridos, e já não ousavam estar senão pelos montes e brenhas aonde matavam os cães e gallos, e constrangidos da necessidade vieram

a pedir misericordia e lhes dei pazes com condição que haviam de ser vassallos de Sua Alteza e pagar tributo e tornar a fazer os engenhos. Tudo aceitaram e fizeram e ficou a terra pacifica em espaço de trinta dias onde fui a minha custa, dando mesa a toda pessoa honrada, e tão boa como é notorio." – *Instrumento*, 133.

A guerra dos Ilhéus já estava terminada a 10 de setembro de 1559, data de uma carta de Antônio Blasques, publicada na *Revista do Instituto Histórico* (**49**, parte 1ª). – (C.).

IV
(Pág. 554)

"Determinei de ir em pessoa por mo Sua Alteza mandar e fui com mui pequena armada e pouca gente ao menos do Reino que não trazia mais que gente do mar, e no meio do dia combati contra vontade dos da armada do Reino e do seu capitão--mór e dos mais capitães a fortaleza por todas as partes que como ella estava situada em um pico alto no meio da bahia as podiam as naus e navios cercar. E posto que nos defendeu a entrada com muitos tiros d'artilharia grossa que tinha, sahi em terra e combatemos as duas fortalezas que na ilhota estavam feitas, estando com mais de 120 francezes e 1.500 indios, os quaes duas vezes sahiram a nós e pelejaram esforçadamente e por morrerem muitos francezes e lhe termos tomado uma fortaleza e não cessarmos de combater a outra, se sahiram de noite em canoas e nos deixaram uma das mais fortes fortalezas da Christandade, com muita e fermosa artilharia de metal e outra muita de ferro coado, com muita polvora e outras muitas monições, e navios de remos que faziam para correr a costa. O que sobre isso passei com o Capitão-mór e o muito que lhe soffri por não deixar de combater a fortaleza, dirão as testemunhas. Destroi algumas aldeias fortes com matar muitos indios. Dahi fui a São Vicente, onde o gentio estava alevantado e o puz em paz, e todo esse tempo que la andei que foi um anno dei mesa a todo o necessário ás pessoas que disso tinham necessidade." – *Instrumento*, 134-135. – Bartolomeu de Vasconcelos chegou à Bahia a 30 de novembro de 1559. Mem de Sá partiu de lá a 16 de janeiro de 1560 e chegou ao Rio em 21 de fevereiro. – Nóbrega, *Cartas*, 171. – (C.).

V
(Pág. 554)

A carta da Câmara de São Paulo de Piratininga, a 20 de maio de 1561, referida na nota 15 desta seção, é a seguinte:

“Senõra. – Sabendo nós os da Camara e mays moradores desta Vila de Sam paulo de pyratinynga capytanya de Sam Vicente ho zelo E desejos tam samtos de V. A. de povoar esta terra E prantar nela bôa semente da fee de noso Sr. Jesu xpº nos corações do gentio de seu criador tam alomgados E quanta vomtade tem de favorecer os sãos preposytos, tomamos ousadia ha lhe escrever esta E darlhe conta brevemente do que hagora se pasa na tera E a Rezão que temos de lhe pydir socorro E mercês. Saberá V. A. como ha muitos Annos que a gente desta capytanya está muy atrebulada por Cauza das gueras E apresoens que lhe dam os comtrayros noso Vysynhos E fromteyros, E pelo prygo de se alevantarem os nosos Indios, o que muitas vezes tentarão E tentão cada dia – matando cada dia Christãos, e fazendo cada dia muitos males o que tudo he porque desde o tempo que com eles temos guera que he pouquo menos des que se esta capytanya povoou não deyxão de vyr ha nós E tem morto muytos Christão E levados suas molheres E filhos E muytos escravos E achegou agora ha tamto que por todas as partes vinhão a nós E abryo caminhos novos por seras E matos bravyos que numqua se maginou, ha vyrem ás povoaçóys E fazendas de todos os moradores domde tomavão seus escravos E quamtos achavão; polo mar tambem vyerão a esperar os pescadores e tomavão muitos de maneyra que por mar, e por tera punhão cerquo e fazião muito male ha que os moradores do mar não fazião mayes que defenderse E suas povoaçóys e esperarlos se a elas vyecem sym nunqua ousarem os hyr acometer e castigar ás suas aldeas por lhes aver sucydydo male hua guera que ha muitos annos fizerão omde os comtraryos matarão a muytos crhystãos e os principais da tera somente usavão mandar fazer saltos não he este so ho male que padeçe esta capytania, porque alem deste o outro, não menos que he o prygo de se alevantarem estes nossos Indios ho que muitas vezes tentarão matando muytos Christãos e fazendolhe muitas vexaçóyes, e ha poucos dias que matarão muitos Christãos que vinhão do paraguay neste Campo, e depoys vierão sobre hũa povoação de christãos que se chama Itanhem e levarão alguns escravos e fazião mayor male se outros Indios nosos amyguos lho não estrovarão, tudo isto se disimula por não estar em guera com tantos.

“Este anno pasado de 1560 veo a esta capitania Mem de Sa gouvernador gerall E sabemdo o Estado da terá mamdou de conselho de todos apregoar guera ha os contraryos E mandou apelydar todos os Indios nosos hamigos para o aJudarem, fazendo comta e castigando os comtraryos avyryão os nossos Indios tam bem medo E parecendolhe fazelo de caminho quamdo se tornase, mas hos indios não vyerão atempo nem houve aparelho nem vagar para o poder fazer mas deixou mandado que vimdo os Indios fosem algums Chrystãos ajudalos á guera E asy mandou que a Vyla de Samto amdre omde amtes estavamos se pasace para junto da Casa de Sam paulo que he dos padres de Jesu por que nós todos lho pedimos por hũa pytição asy por ser lugar mays forte E mays defemsavell E mays seguro asy dos comtrarios como dos nosos Indios como por outras muytas causas que a ele he há nós moverão.

“despoyes dele partido se ajumtarão muytos Indios do Campo dos nosos amygos que vynhão para yrem á guera dos contraryos com os Christãos, os quayes estavão jã tão fóra diso, que não ouve da gemte do mar que povoa á Vila de Samtos e

de Sam Vicente e em toda mayes que pode ser, mais de trezemtos homens para poderem pelejar que quizecem Ir com eles, somente alguns mamcebos filhos da tera, do que os nosos Indios muito se escamdalizarão e começarão a fala comtra os christãos q. de tam lomge os fazião vyr e aguora fazião escarnio deles, temdo os Christãos em comta de fraquos e medrosos por não resistirem aos comtrairos de quem tamto mall recebyão, e ameaçando males que avião de fazer se com eles não fosem a guera. E vendo nós od moradores desta Vyla que todos estes males prymcipall mente toquarão a nos por que somos fromteyros destes nossos Indios e tambem dos comtrayros qua polo campo, nos detrymynamos a Ir todos a guera não chegando a imda a trymta homens bramquos. E com nosco yryão outros trymta mançebos mestiços da tera, E asy comfesados e comumgados e muy comfiados em nosso Senhor nos fomos em companhia dos Indios e Já a este tempo os comtrayros saibão da nosa Ida por escravos de Christãos que avião tomado e se avião feyto tão fortes que he couza de espanto e se avião ajumtado na fromteyra a mais escolhyda gente que avya porque tinhão muytas casas fortes com quatros cerquas muyto fortes ao redor á maneira de muros como se forão bramquos, e jumto com isto muitos arbabuzes he polvora E espadas que lhe dão os francezes. Mas nosso Senhor, por sua myzyricordia nos deu Vytoriya e as cerquas forão emtradas e lles todos mortos e presos sem escapar mayes que hum só que pôde fugir, mas custounos mataremnos dous bôos moradores, he um dos mançebos da tera, E quase todos vyemos ferydos e afrechados, E dos nosos Indyos algums mortos do quall feito asy comtrarios como os nosos Indyos fiquarão muito espamtados, esperamos em nosso Senhor que seja isto primcypio para se esta tera se segurar he ho gemtio se sogeytar, pera que salvem suas almas, he poyes esta so Vila foy cauza de a tera se ganhar e lybertar em alguma maneyra, he rezão que V. A. favoreça esta Vila, com digo e os bôos dezejos dos moradores dela e nos faça mercê, e comfiando no anymo lyberall e magnifiquo de V. A. pedimos o seguinte, prymeyramnte nos faça mercê de nos mandar prover de armas – sendo – duas duzias de espymgaras, he hũa duzia de bestas, E dous pares de berços com a polvora necessaria, E outro sy duas duzias de espadas que sejão boas. E estas armas serão emtregues a esta Camara por que ella dará comta delas ao provedor de V. A. a todo tempo.

"Pedymos mayes que faça V. A. mercê que os dizimos que aguora remde esta Vila se gastem por dez annos em fortalecer esta Vila de cerquas e baluartes he o que mayes for necessario.

"E outro sy mande que os degradados que não sejão ladrõys sejão trazidos a esta Vila para ajudarem a povoar, por que haquy muitas molheres da tera mystyças com quem cazarão e povoarão a tera. Outro sy confyrme V. A. a mudação E trespação da Vila que fez men de Saa com todos os mayes capytolos E lyberdades que lhe deu dos quays mamdamos hum trelado a V. A. E nós rogaremos sempre a deus nosso Senhor por Vida he prospero estado de V. V. em Servyço de nosso Senhor. Desta Vila de Sam paulo de pyratynyngua, oje vinte dias do mês de mayo de 1561 Annos. – Jorge moreira. – Joanes alves." – (G.).

VI
(Pág. 555)

Mem de Sá, em ofício de São Vicente, de 19 de junho, diz que "negociara" com a guarnição. Thevet, *Cosmog.*, fls. 903 v., diz que se entregara esta "par composition"; e acrescenta que só havia no forte dez franceses: mas sua autoridade é dada por suspeita pelos próprios contemporâneos. Também cai em dizer que a esquadra de Mem de Sá se compunha de "*26 navires de guerre et quelques vaisseaux à rame*", fls. 908 v. – (A.).

Não houve capitulação, como já deixou provado Vale Cabral, na edição das *Cartas* de Nóbrega, 174. A afirmação contrária, como ele demonstrou, provém do erro de um dos editores da carta de Mem de Sá, que, em vez de *ao tempo em que cheguei*, imprimiu *ao tempo em que negociei*. Mem de Sá diz que escreveu aos franceses, admoestando-os a deixarem a terra, e estes lhe responderam soberbamente. Fr. Vicente, *História*, III, 8 [pág. 170 da ed. de 1918], dá a carta de Mem de Sá ao sobrinho de Villegaignon, que comandava a praça, Bois-le-Comte, intimando-o a entregá-la. Conta o velho cronista que, "estando uns e outros metidos no furor do combate, Miguel Coutinho, homem pardo, Afonso Martins Diabo e outros valentes soldados portugueses, subindo por uma parte que parecia inacessível, entraram o castelo e ocuparam repentinamente a pólvora do inimigo. Descoroçoados os franceses com a perda da pólvora e com o inopinado atrevimento dos portugueses, desampararam o castelo à meia-noite com todas as máquinas de guerra que nele havia", etc. [ib., 171]. Estes fatos não constam das cartas de Mem de Sá, nem das de Nóbrega, nem do *Instrumento*, já tantas vezes citado; isto, porém, não é motivo de pô-los em dúvida, pois fr. Vicente parece sobre este e outros pontos ter disposto de fontes originais. – (C.).

VII
(Pág. 556)

Veja a carta transcrita na nota V desta seção. – Sobre a ida de Mem de Sá a São Vicente escreve Nóbrega: "Depois de tomada a fortaleza, deu o governador em uma aldeia de índios e matou muitos, e não pôde fazer mais porque tinha necessidade de consertar os navios, que das bombardas ficaram mal aviados, e fazê-los prestes para se tornarem, o que veio fazer nesta capitania de São Vicente, onde eu fico por assim o ordenar a obediência: o que mais houver para escrever, o Provincial, que é agora o padre Luís da Grã, o fará da Bahia." De seu mestre Nóbrega escrevia Anchieta na mesma ocasião: "Com o governador veio o padre Manuel da Nóbrega

muito doente e magro, com os pés e cara inchada, pernas cheias de apostemas e com outras muitas enfermidades". – Nóbrega, *Cartas*, 175. – (C.).

Conf. "Trabalhos dos primeiros jesuítas no Brasil", in *Revista do Instituto Histórico*, **57**, parte 1ª, págs. 216-217. – (G.).

VIII
(Pág. 558)

A renúncia de Vasco Fernandes já estava feita quando Mem de Sá passou para o sul, como se vê do seguinte trecho de sua carta escrita do Rio de Janeiro, a 31 de março de 1560, a qual dá uma ideia do estado das diversas capitanias visitadas: "...lhe lembrava o quão necessário era pôr nestas capitanias capitães honrados e de boa consciência. Agora o vi quando corria a costa: Porto Seguro está para se despovoar por causa do Capitão; os Ilhéus se lhe não acudira houvera-se de perder, houveram de matar o Capitão; no Espírito Santo estão três filhos de Vasco Fernandes Coutinho, moços sem barba e todos são capitães; os de São Vicente estão quase alevantados; se Vossa Alteza quer ter o Brasil povoado é necessário ter outra ordem nos capitães; como já escrevi. Em chegando à capitania do Espírito Santo achei uma carta de Vasco Fernandes Coutinho em que rogava ao Ouvidor da Capitania que em seu nome renunciasse a Capitania e lhe mandava para isso procuração bastante: os moradores estavam já todos para se ir, e quando isto souberam se foram os mais com as mulheres e meninos pedindo que a tomasse para Vossa Alteza; assi fiz, como Vossa Alteza pode mandar ver por um auto que disso fiz com o parecer dos capitães até o fazer saber a Vossa Alteza". – Conf. Nóbrega, *Cartas*, 171: "...onde [Espírito Santo], achou-se uma pouca de gente em grande perigo de serem comidos dos índios e tomados dos franceses, os quais todos pediram que ou tomassem a terra por el-rei ou os levasse daí por não poderem jamais sustentar, e o mesmo requeria Vasco Fernandes Coutinho por suas cartas ao governador. Depois de tomado sobre isto conselho aceitou, dando esperanças que da tomada a fortaleceria no que pudesse, por não ser tempo para mais, e por não se estorvar no negócio a que vinha do Rio de Janeiro".

Já a 1 de junho de 1558 Mem de Sá escrevia a el-rei: "Vasco Fernandes vai lá e tão cansado e enfadado que não deseja se não que lhe tomem a capitania". – *História Geral* [1º ed.], **1**, 463. – (C.). – As cartas de 1 de junho de 1558 e de 31 de março de 1560 estão insertas nos "Documentos relativos a Mem de Sá", in *Anais da Biblioteca Nacional*, **XXVII**, 225-229, Rio, 1905. – (G.).

IX
(Pág. 560)

Sobre a entrada de Antônio Ribeiro não encontra documento o primeiro anotador deste livro; a expedição conhecida de Adorno realizou-se no governo de Luís de Brito, o que aliás não é obstáculo a que outra houvesse anteriormente; sobre a de Vasco Rodrigues de Caldas exprimiu-se do seguinte modo o jesuíta Leonardo do Vale, em carta de 26 de junho de 1562: "O ano passado se fez uma entrada com atoardas ou esperanças que havia de ouro, em que ia um dos honrados da terra por capitão de certos homens, assi da mesma terra como da nau da Índia *São Paulo*, que aqui veio, e se deixaram ficar pera isso. E sendo já 60 ou 70 léguas pelo sertão a dentro por entre um gentio que chamavam Tupignaen [Tupinaen, ou Tupiniquim, nota do editor] se alevantou o gentio contra elles pelos ver estranhos e tão longe de suas terras. E como elles iam descuidados e foram commettidos de supito, entre matos e caminhos tão estreitos que se não podiam ajudar das armas, por ir um ante outro, viram-se em grandissimo aperto, de que Nosso Senhor os livrou, e foi-lhes forçado deixar toda a fazenda e munições que levavam, deixando sómente o necessario pera desandar o caminho, pera que os escravos e os indios forros que de ca levavam tomassem os feridos ás costas e os sãos pelejassem mais desembaraçadamente. E assi pelejando e capturando muitos dos contrarios, sahiram de entre elles caminhando de dia e de noite, sem da gente branca faltar mais que dois homens, que nos primeiros encontros foram mortos, e o outro fato. Ficou lá um crucifixo em uma caixa, do qual se disse dahi a pouco tempo que foram umas velhas pera o tirar da caixa pera os seus lhe quebrarem a cabeça a seu modo, e supitamente cahiram mortas, e irando-se alguns mancebos valentes disto, tomaram seus arcos e flechas pera as flechadas o matarem e querendo-o pôr por obra aconteceu lhes o mesmo que as outras... Havendo alguns dois mezes pouco mais ou menos que isto acontecera se foi o proprio capitão que fôra a Paraguassu a fazer brasil e tinha alguns escravos daquella nação presos e um mancebo mamaluco que os guardava, os quaes se soltaram das prisões e fugiram pera suas terras, e nem elles nem o mancebo pareceu mais, pelo que se creu que o mataram por fugirem. E havendo perto de um anno que aconteceu, vieram agora havera oito dias novas que o crucifixo estava são e o mancebo vivo e que vinha um certo indio com novas e amostras de ouro". A expedição de Vasco Rodrigues de Caldas realizou-se depois de 24 de dezembro de 1560, data da carta de mercês que lhe fez Mem de Sá. [*Documentos históricos*, **XXXVI**, págs. 144-147]. A ela parece referir-se a carta de Guillen de 12 de março seguinte, infelizmente muito mutilada! Neste caso teria durado cerca de dois meses apenas. – (C.). – A carta de Guillen lê-se, assim mesmo, em Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII,* vol. **I**, págs. 150-152, Lisboa, 1898. Outra carta, esta do padre Leonardo do Vale, de 26 de junho de 1562 [citada acima], insere esta notícia: "O ano passado se fez uma entrada com atoardas ou esperanças que havia de ouro, em que ia um dos honrados da

terra por capitão de certos homens, assi da mesma terra, como da nau da Índia *São Paulo*, que aqui veio, e se deixaram ficar pera isso..." – *Cartas avulsas (dos jesuítas)*, edição da Academia Brasileira, na Coleção Afrânio Peixoto, pág. 365, Rio, 1931. Dessa nau *São Paulo* era capitão Rui de Melo da Câmara, que veio de arribada à Bahia, e foi provido do necessário por Mem de Sá. – *Anais da Biblioteca Nacional*, **XXVII**, pág. 164. Vasco Rodrigues de Caldas teve as mesmas mercês concedidas a Espinhosa por Tomé de Sousa e confirmadas por d. Duarte da Costa – sua expedição rumou pelo vale do Paraguaçu acima e atingiu, em hipótese justificada, a Chapada Diamantina. Estudaram-na: Capistrano de Abreu, "Os primeiros descobridores de Minas", in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, **VI**, págs. 365-379, Belo Horizonte, 1901-1902; J. P. Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação*, **I**, págs. 23 e 24, Rio, 1904; Basílio de Magalhães, *Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII*, pág. 21, Rio, 1915; e Afonso d'E. Taunay, *História geral das bandeiras paulistas*, **I**, pág. 54, São Paulo, 1924. – (G.).

X
(Pág. 568)

Em carta da Câmara do Salvador, de 24 de julho de 1562, assinada por Gaspar de Barros de Magalhães e Sebastião Álvares, publicada nos "Documentos relativos a Mem de Sá" nos *Anais da Biblioteca Nacional*, **XXVII**, pág. 241, lê-se o seguinte:

"Item: agora pedimos a V. A. faça mercê aos moradores destas partes mandar-lhe e mandar-nos governador homem fidalgo virtuoso e que não seja cubiçoso, e será por nos fazer maior mercê que não possa na terra resgatar se não mantimentos pera sua casa, porque se não vem com esta condição somos perdidos como estamos, porque tomaram todos os resgates do âmbar e escravos, e pera aquirirem assim tudo não pode ser senão com muitas sem justiças e dissoluções sendo cubiçosos e o povo receberá moléstias e perde o proveito que ganhou à custa de seu sangue e trabalho, ganhando e sustentando a terra e que há de morrer por ela cada vez que cumprir, e pareceria justiça e razão haverem os moradores este proveito que não quem o não ganhar e merecer, e que a mãos lavadas leve o suor de quem o ganhou."

Pede mais a Câmara que sejam pagos no reino os ordenados de governador e ouvidor, a quem são sacrificados os oficiais inferiores, e termina:

"E nos mande Governador e Ouvidor mais domésticos e misericordiosos, e que seus intentos sejam servir a Deus e a Vossa Alteza, e libertar suas consciências e não cobiças e resgates."

Provavelmente, não mereceram maior confiança que estas as queixas formuladas contra d. Duarte e d. Álvaro da Costa. – (C.).

XI
(Pág. 571)

"Aqui fez promessa à Senhora de compor a sua vida em verso [escreve Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia de Jesus*, **3**, 22]. Mas como cantaria versos de Sião em terra alheia? A tudo deu traços o amor da Senhora. Saía-se à praia do mar, e ali junto ao brando murmurar das águas, passeando os olhos no céu, compunha os versos, e logo virando-os à praia, fazia dela branco papel, em que os escrevia para melhor metê-los na memória." – Pero Rodrigues, *Vida de Anchieta*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, **29**, 208, conta mais plausivelmente o modo como o padre compunha os seus versos.

O poema de Anchieta foi impresso duas vezes por Simão de Vasconcelos, na *Crônica* e na *Vida* de Anchieta, e reimpresso na edição portuguesa da *Crônica*, publicada por Inocêncio Francisco da Silva, em 1865. A dedicatória contém os seguintes versos [em parte traduzidos no texto]:

En tibi quæ vovi, Mater sanctissima, quondam
Carmina, cum sævo cingerer hoste latus,
Dum mea Tamuyas præsentia mitigat hostes,
Tractoque tranquillum, pacis inermis opus.
Hic tua materno me gratia fovit amore,
Te corpus tutum mensque regente fuit.
Sæpius optavi, Domino inspirante, dolores
Duraque com sævo funare vincla pati.
At sunt passa tamen meritam mea vota repulsam,
Scilicet Heroas gloria tanta decet.

[O poema foi ultimamente vertido para o português e publicado nas *Publicações do Arquivo Nacional*.]

A arte de Anchieta já estava composta em 1560, segundo carta do jesuíta João de Melo, de 13 de setembro do mesmo ano: "Logo que o padre [Luís da Grã] aqui chegou ordenou que em casa se lesse a arte da língua brasílica que compôs o irmão José; o mesmo padre é o mestre e está tão exercitado e instruído nela que leva vantagem nas cousas da arte as mesmas línguas. Desta lição nem reitor nem pregador nem uma outra pessoa é isenta. Vai a cousa tão deveras que há quem diga que dentro de um ano se obriga, desocupado, falar a língua; nem eu com ser dos mais inábeis perco a esperança de sabê-la." – (C.).

XII
(Pág. 571)

Estácio de Sá, apenas chegou ao Rio, mandou um navio pequeno a São Vicente chamar Nóbrega para com seu conselho se assentar o que havia de fazer. Nóbrega, trazendo Anchieta, partiu a 19 de março e chegou ao Rio a 31, sexta-feira santa, à meia-noite. A esquadra de Estácio de Sá, que saíra dois dias antes, voltou, obrigada pelo tempo, no sábado de Aleluia. No dia seguinte, domingo de Páscoa, foi celebrada missa solene na ilha de Villegaignon: carta de Anchieta de 8 de janeiro de 65, que assim descreve o estado da ilha: "mandando logo a terra, a uma ilheta que foi dos franceses, acharam todas as casas, onde os nossos pousavam, queimadas, e alguns corpos dos escravos que ali tinham morrido de sua doença desenterrados, as cabeças quebradas, o que haviam feito os inimigos, porque não se contentam de matar os vivos; mas também desenterram os mortos e lhes quebram as cabeças para maior vingança e tomar novo nome". – Estes cadáveres desenterrados e de cabeças partidas eram evidentemente de companheiros de Estácio de Sá, que resistiu quase dois meses antes de se decidir a procurar São Vicente. – *Anais da Bibl. Nacional*, **2**,119, Rio, 1877. – (C.).

Seção XIX

Nova cidade de São Sebastião.
Os índios e os jesuítas.

Descrição do porto. Prodígios: o Pão de Açúcar e o Pico. A Gávea. O Corcovado. Rio Macacu. Ilhas da enseada. O Cabo Frio. O gigante. Cidade primitiva. Como se defende. São Sebastião. Armas. Novas pelejas. Partem os navios. Governo civil da colônia. O jogo. Confraria de São Sebastião. Chega Mem de Sá com reforços. Estâncias inimigas. Ataques e vitórias. Morre Estácio de Sá. Seu elogio. Transfere-se a cidade para o morro do Castelo. Parte Mem de Sá. Salvador Correia e Cristóvão de Barros. A liberdade dos índios e os jesuítas. Elogio destes. Queixa-se o povo de serem os índios servos dos jesuítas. Nova carta régia em favor dos índios. Providências tomadas em virtude daquela liberdade.

Reforçada a expedição colonizadora do Rio de Janeiro, depois que já velejavam os barcos menores e vogavam oito canoas, levou ferro a nau capitânia, e era o vento tão galerno e de feição que no mesmo dia chegou ela à ilha de São Sebastião, onde só vinte e quatro horas depois vieram ter os barcos pequenos e as canoas (I). Daí por diante deviam prosseguir com mais cuidado, pois já se achavam em terras cujo gentio era contrário. A princípio seguiram todos unidos; porém, logo desarvorou a capitânia e, abandonando os que comboiava, foi arribar à Ilha Grande. Os barcos pequenos e

as canoas seguiram seu rumo ao longo da costa e foram esperá-la à entrada do Rio de Janeiro. Cansados de aguardar, e faltos já de mantimentos e de água, estavam a ponto de verem-se os nossos abandonados dos índios amigos, que se propunham a entrar na enseada ou a irem-se para suas terras, quando chegou a capitânia, como logo depois o reforço de mantimentos que trazia das vilas do norte um João de Andrade, a tempo mandado de São Vicente pelo capitão-mor. Assim, todos juntos, em fins de fevereiro (carta de Anchieta, de 9 de julho de 1565), entraram na mesma maré pela barra da enseada que iam avassalar.

E agora que o teatro de nossas emoções se transfere a esta paragem, convém que o leitor a tenha presente, para o que nos esforçaremos por lhe transmitir uma leve ideia das cenas em cuja descrição quase imaginamos que todas as palavras se nos desbotam.

É o porto que, por um notável engano cosmográfico, se ficou chamando Rio de Janeiro, e que melhor diríamos Baía de Janeiro, um verdadeiro seio do mar, que, sem exageração, podia conter em si todos os navios, que hoje em dia cruzam os oceanos, ou fundeiam em seus ancoradouros. É mais que uma enseada ou simples lagamar: é um grande golfo, ou antes um pequeno mar mediterrâneo, que, por um pequeno estreito, de oitocentas e cinquenta braças[1] de largura,

---

1 A sua estreita entrada tem apenas um e meio quilômetro de largura, e esta ainda se divide em duas partes desiguais, das quais a maior, de 900 metros, entre a Laje e Santa Cruz, é a única praticável por sua grande profundidade e segurança, ao passo que a outra, entre a Laje e São João, é perigosíssima à navegação, por causa dos recifes e forte arrebentação que aí há constantemente. – Fausto de Sousa, *A baía do Rio de Janeiro*, 72. – Esta monografia, primeiro publicada na *Revista do Instituto Histórico*, **44**, parte 2ª, 5-155 e 269-340, teve mais duas edições separadas. Infelizmente, está esgotada. – (C.).

se comunica com o Atlântico; é um prodígio da natureza, tal que, aos mesmos que o estão admirando, lhes está parecendo fabuloso.

Não há viajante antigo ou moderno que não se extasie ante uma tal maravilha do Criador. Os que têm corrido os empórios do Oriente, visto as cenas do Bósforo, todos são unânimes em reconhecer que esses considerados portentos da hidrografia ficam a perder de vista, quando se comparam ao que ora temos presente. Semelha-se antes em ponto maior a um dos lagos do Salzkammergut, ou ainda da Suíça ou da Lombardia, com águas salgadas em vez de doces, e com verdura variegada em vez de neve, nos mais altos serros que se descobrem ao longe. Nápoles, com a sua pinturesca baía e os visos fumegantes do seu Vesúvio e a Soma, nada têm de comparável ao nosso porto-prodígio.

As serras azuladas pela distância, em que os píncaros alcantilados e nus parecem encarapitar-se a desafiar as nuvens, abarreirando contra elas dos furacões o porto por esse lado, fazem contraste com os outeiros de terra avermelhada, em cujas cimas, coroadas de palmeiras, ondeiam estas os ramos com a viração da tarde. Os morros graníticos, a lugares descarnados, de forma mais ou menos regularmente cônica, que atalaiam toda a baía, contrastam igualmente com as várzeas e encostas vestidas de vigorosa vegetação perene, cuja bela monotonia eles estão nem que colocados ali para quebrar. Entre esses morros, dois acham-se como de sentinela, para registrar a entrada da barra. Chamam-se em virtude das suas formas o *Pão de Açúcar* e o *Pico*. Mais para o sul fica a *Gávea*, que parece ter no cimo um tabuleiro como os dos cestos da gávea dos mastros, nos antigos navios. Outro morro diríeis postado como para oferecer de seu cimo um ponto quase no firmamento, donde o homem fosse

absorto admirar o conjunto de tantos prodígios. Por estar como vergado, nem que a fim de permitir mais fácil subida, lhe chamaram o *Corcovado*, denominação esta que, além da falta de caridade da parte de quem a deu, envolve uma espécie de ingratidão dos que ora a seguem. E malgrado nosso lha aplicamos também neste momento, em que, sobre o seu próprio cume[2], concebemos estas poucas linhas, tendo a nossos pés a cidade, e em torno dela suas vistosas chácaras, e alcançando a vista ao longe o horizonte onde o farelhão do cabo Frio parece confundir-se com os plainos do Atlântico.

Do mais alto das serras, que se elevam para o interior, mana por entre morros e outeiros uma porção de riachos e ribeiros, muitos dos quais, depois de precipitar-se de cachoeira em cachoeira, vão despejar suas águas em sacos e remansos ou pequenas enseadas, que como para receber aquelas se encolhem deste grande seio, vindo a consentir que entre cada duas de tais enseadas se avance e boje caprichosamente uma esbelta península, cujos airosos coqueiros se espelham nos dois mares, que, de cada lado, mandam ondas salgadas a chapinhar-lhe as faldas. O maior de tais ribeiros, isto é, o que traz sua origem de mais longe e cai mais no fundo do golfo (ao qual roubaria o nome que tem se efetivamente ele fosse rio), chama-se de *Macacu*.

A configuração geral de um mapa deste porto do globo é, em ponto diminuto, a mesma que apresenta o Brasil todo[3]; e não faltarão

---

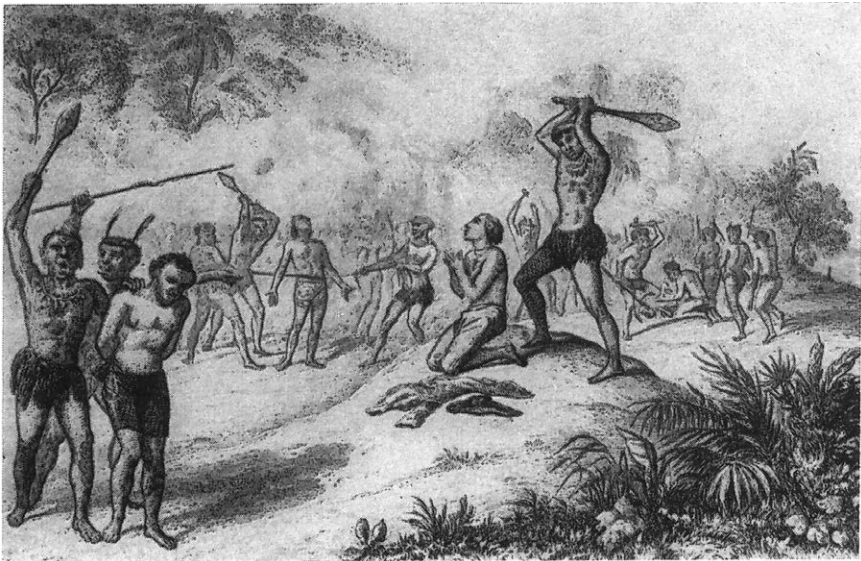
2 Efetivamente esta descrição foi primeiro traçada a lápis, no cimo do Corcovado, em outubro de 1851. – (A.).

3 "Com efeito [escreve Fausto de Sousa], quem quiser certificar-se de tão curiosa circunstância, não tem mais do que tomar uma carta da baía do Rio de Janeiro e um mapa geral do Brasil e aplicar aquela sobre este, de maneira que

fatalistas que em tal forma vejam alguma mistificação. Infinidade de ilhas e ilhotes de todos os tamanhos, desde entre estes o simples pedrouço ou escolho à flor d'água até, no número daquelas, a que se espalma chegando a contar três léguas de comprimento, e que contém engenhos e chácaras, convertem esta baía em um pequeno arquipélago, cuja ilha maior bem como a sua imediata em tamanho, chamada Paquetá, escondem-se lá no fundo do seio. A comunicação das suas águas com as do Atlântico tem lugar na altura de vinte e três graus escassos; isto é, na distância de dez graus da barra da baía, e quase debaixo do trópico de Capricórnio. A entrada se efetua em uma costa mui elevada que, desde o vizinho promontório, o cabo Frio, dali umas vinte léguas, vem correndo leste-oeste e prossegue à esquerda da barra, apresentando-se, a quem chega de fora, como um gigante colossal deitado ressupino, da forma que dormiam os índios do país. Os nautas o encaram tranquilos e o admiram à vontade; porquanto ao vê-lo, quando chegam, já consideram terminados os riscos da viagem. A barra do Rio de Janeiro é das que se conhecem com mais fácil entrada.

---

a linha da margem ocidental, isto é, a que vai do Pão de Açúcar à foz do rio Meriti, fique sobre o mapa na direção da fronteira norte do Império. A linha que naquela vai do Meriti à boca do Magé, tomará a direção, ou será paralela (conforme a proporção entre as duas cartas) à costa brasileira de leste, do cabo de São Roque ao Xuí; e o terceiro lado do triângulo, que vai de Magé à fortaleza de Santa Cruz, corresponderá às fronteiras sul e oeste do Império. Finalmente, a entrada da barra, ou a abertura entre as pontas de Santa Cruz e São João, terá por símile no mapa a linha imaginária, que marca o nosso limite entre Tabatinga e a foz do Apaporis." – *Revista do Instituto Histórico*, **44**, parte 2ª, 59, Rio, 1881. Fausto de Sousa junta dois desenhos, representando as semelhanças; dá também outro com o Gigante de Pedra, decantado em uma das mais populares poesias de Gonçalves Dias. No mesmo interessante trabalho vêm, a págs. 269-336, as homenagens por diversos escritores à baía do Rio de Janeiro. – (C.).

Mapa antigo do Brasil (século XVI).

Matança do 1º bispo da Bahia e de seus companheiros

O chefe índio Cunhambebe (desenho de André Thevet) do livro de Hans Staden: Viagem ao Brasil, 1557.

Estácio de Sá, tendo que fundar uma povoação entre esta babilônia de águas e de ilhas, e que mais babilônia ainda faziam as turbas de gentios e de franceses que de tudo estavam de posse, assentou que não devia expor a primeira colônia muito pelo seio adentro. Fundeou logo à entrada, e à sombra do cabucho do Pão de Açúcar[4], e na península que se forma ao lado dele, entre o mar largo e o primeiro saco ou concha da baía, desembarcou, com projetos de lançar os fundamentos da futura cidade, agora avassaladora da enseada, mais tarde de todo o distrito. Começou-se logo a roçar o mato, e a fazer, antes de tudo, uma tranqueira, que servisse à defensa contra qualquer surpresa; construíram-se arruados alguns ranchos ou tujupares de taipa de sebe, ao modo dos índios, e abriu-se na gândara junto à praia uma cacimba; tudo isto apesar das ciladas que, por terra e por mar, intentavam os bárbaros, cujo principal Ambiré[5] era destríssimo no armá-las aos inimigos.

---

4 "...Junto a um altíssimo penedo, que, pela forma dele, se chamou *Pão de Açúcar*, e outra *penedia* que por outro lado a cercava", diz a *Cr. de d. Sebastião*, pág. 351. [Simão de Vasconcelos, *Crônica*, **3**, 74]. – Portanto, foi esse local, como sempre julgamos, na Praia Vermelha, e não no morro de São João. – (A.).

A opinião em contrário é hoje vigorante. Tem-se por certo que o sítio em que se iniciou a fundação do Rio de Janeiro foi o istmo da península de São João, a várzea que demora entre o morro Cara de Cão e os penedos do Pão de Açúcar e Urca. Veja-se na *Revista do Instituto Histórico*, 80, 532-550, o documentado artigo do dr. José Vieira Fazenda, sob o título *Fundamentos da cidade do Rio de Janeiro*.

Em 20 de janeiro de 1916, por deliberação do Primeiro Congresso de História Nacional, reunido nesta cidade em setembro de 1914 e promovido pelo Instituto Histórico, foi inaugurado naquele local um padrão comemorativo. – (G.).

5 Não se encontra este nome a propósito da expedição de Estácio de Sá, e sim do armistício que Nóbrega e Anchieta concluíram em Iperoig. Diz Simão de Vasconcelos, *Crônica*, **3**, 10, que foi "Ambire, amigo dos franceses e sogro de um deles, inimicíssimo dos portugueses, porque fora assaltado deles, metido

Avistando Estácio de Sá uma nau francesa, légua e meia para dentro da baía, passou com quatro barcos a rendê-la. Desta ausência da tranqueira ou do arraial quiseram aproveitar-se os inimigos, e com quarenta e oito canoas caíram sobre ele: mas os defensores arremeteram fora da cerca os atacantes e os obrigaram a retirar-se. Apenas o capitão-mor enxergou este combate em terra, deixou três navios contra a nau inimiga e recolheu à povoação em uma galé de remos. Logo a nau capitulou, com a condição de poder retirar-se para França, com sua guarnição de cento e dez homens, que se diziam católicos[6].

À colônia desde logo o seu povoador deu a categoria de cidade[7], denominando-a de São Sebastião, em memória do jovem rei, por antonomásia *o Desejado*, por havê-lo sido tempos antes de nascer; porém, que melhor lhe quadra porque o foi por séculos, depois de perder-se nos páramos adustos da África. Arbitrou o capitão-mor que o termo da cidade se estenderia, como o da Bahia, até um raio, para cada lado, de seis léguas; e para patrimônio da câmara e rocio da povoação doou légua e meia de terra[8]. Por armas lhe concedeu

---

em uma barca com uma ferropeia nos pés, donde fugira a nado: lembrado sempre da injúria e de natureza tão cruel que por um erro que cometeu contra ele uma das vinte mulheres que tinha a mandou abrir viva pelo ventre até morrer". – Conf. Anchieta, *Revista do Instituto Histórico*, **8**, 256. – (C.).

6 Carta de Anchieta e *Revista do Instituto Histórico*, **6**, 410. Teve lugar o ataque em 13 de março de 1565. – (A.). – Um dos motivos de pouparem os franceses foi não aumentar o número dos que ficavam na terra, dificultando assim a empresa, como se viu sucedera com a nau tomada no ano anterior. – (C.).

7 *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 101; e Anchieta, carta de 9 de julho de 1565; e *Revista do Instituto Histórico*, **6**, 410, etc. – (A.). – Anchieta, *Informações e fragmentos históricos*, 7. – (C.).

8 Taques, *Revista do Instituto Histórico*, **9**, 322, e Pizarro, *Memórias*, **7**, 154. Estas doações eram feitas em conformidade dos recentes poderes que trazia, e

um molho de setas, alusivas às que haviam servido ao suplício do santo invocado, e quem sabe se às apreensões que teria dos que, começando por ele, viriam a cair vítimas de frechadas até o final triunfo da civilização nesta terra.

Persuadidos os índios de que seriam baldadas mais tentativas contra a cidade, haviam-se calado por algum tempo, esperando socorro que pediram de Cabo Frio. Chegado este, constante de três navios franceses e trinta canoas de guerra, empreenderam com a maior audácia novo ataque. Porém, a cidade se achava a esse tempo de tal modo cercada e guarnecida de artilharia, que houveram de desistir do intento.

Já então tinham os nossos um baluarte de taipa, e alguns ranchos e "casas cobertas, e feitas em redor da cerca muitas roças, e plantado legumes e inhames"; e o capitão-mor, para prender melhor os seus à terra e tirar-lhes do pensamento a possibilidade da retirada, despediu todos os navios. Sem os incendiar, como Agátocles em África, sem os encalhar, como praticara alguns anos antes Cortés, no México, conseguiu resultados idênticos.

Não poderíamos seguir relatando todas as escaramuças e mais incidentes que tiveram lugar no prazo de perto de um ano em que o capitão-mor Estácio de Sá dirigiu a colônia[9]; nem as arrancadas e

---

não do alvará de 30 de novembro de 1530, como pretenderam os juízes dos feitos da Coroa do Rio de Janeiro, no injusto acórdão de 20 de junho de 1812, que, por consulta do Desembargo do Paço, foi devidamente anulado em 10 de abril de 1821. – (*Cópia da sentença*, imp. em 1829, 11 pág. 4ª). – (A.).

9 Melhor diria quase um biênio – de 1 de março de 65, data do desembarque e fundação, a 18 de janeiro de 67, quando aportou Mem de Sá, com os socorros trazidos da Bahia e outras capitanias do norte. – (C.).

combates com os índios, que vinham a palpar a nossa tranqueira, com mais frequência depois que se partira a esquadrilha protetora.

Faremos, entretanto, menção de um recontro em que, só com oito canoas, o bravo Belchior de Azevedo, provedor[10] e capitão-mor do Espírito Santo, aprisionou, depois de renhido combate naval, no fim da enseada, e naturalmente para as bandas de Paquetá[11], duas canoas inimigas, de vinte que então reuniam para darem cilada à nascente colônia. Já antes, em 15 de outubro de 1564, havia tido lugar outro combate naval; e seguiu-se ainda depois um terceiro, que pudera haver dado mais que fazer, se Francisco Velho, saindo do arraial a buscar madeiras para a capela de São Sebastião, não tivesse descoberto as cento e sessenta canoas que, escondidas detrás de uma ponta de terra, se preparavam para dar a costumada assaltada de surpresa[12].

A cidade defendia-se e sustentava-se; mas os nossos sem esquadra não podiam fazer-se temer sempre das naus francesas, que por vezes entraram a comerciar. Uma destas trazia artilharia, armas e mais petrechos, e tudo deixou em terra com gente, que não só

---

10 Livro 14, de d. Sebastião e d. Henrique, fl. 131. – (A.).

11 Muito longe, em parte onde ainda não foram canoas da nossa gente, e por ser distante de seis a sete léguas. – (A.). – Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 95. O documento diz-se datado de 14 de julho de 1566, porém deve ser de 1565: os dezoito a dezenove meses que, como aí se lê, Belchior de Azevedo andara na armada de Estácio de Sá tinham começado em janeiro de 1564, quando a ela se incorporou no Espírito Santo. O próprio Silva Lisboa, em outros *Anais* manuscritos conservados na Biblioteca Nacional, traz a data de 1565. – (C.).

12 Segundo Simão de Vasconcelos, *Crônica*, **3**, 96, isto foi meado de julho de 66. Conf. frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, liv. **III**, cap. 10 (ed. de 1918, pág. 180), onde se lê que das nove (Anchieta diz oito) canoas vindas de São Vicente, já se tinham retirado quatro para sua terra. Entre os retirantes Simão de Vasconcelos menciona Domingos Luís e Domingos Braga. – (C.).

concorrera com os índios a que estes fizessem suas fortificações, com baluartes e ao modo europeu, como os industriara no manejo das armas de fogo.

Porém, Estácio de Sá, conquanto ocupado com os inimigos, nem por isso se esquecia de que a sua principal missão não era guerrear, senão fundar uma colônia. Desde que chegou, havia nomeado juiz ordinário da cidade a Pero Martins Namorado, que devia entender do cargo, quando é certo que o havia exercido como pedâneo em Santos[13].

Para estabelecer a polícia entre os habitantes, lançou o dito capitão-mor um bando, proibindo com grandes penas os jogos de cartas, dados e bola. Porém, os colonos estavam de tal modo metidos no vício do jogo, aliás (conjuntamente com o ócio e a murmuração) tão frequente nos acampamentos, como a bordo, que dentro em pouco se viu obrigado a conceder uma anistia aos processados por tais delitos, com a condição de que, daí em diante, os que incorressem em desobediência pagariam cem mil-réis de condenação para a confraria de São Sebastião, que então instituíra. Era a pena pecuniária a mais apropriada a castigar a cobiça do ganho; e a experiência provou logo em favor dela.

Com as formalidades usadas em tais ocasiões (II), dera Estácio de Sá posse da alcaidaria-mor da cidade a Francisco Dias Pinto, que fora capitão de Porto Seguro e que, para o novo cargo, tivera provisão de época anterior, isto é, de quando o governador-geral e seu sobrinho efetuavam na capital do Estado outras nomeações de

---

13 Pedro Martins Namorado empossou-se do cargo de juiz pedâneo da povoação de Santos em 1 de março de 1544, J. A. Teixeira de Melo, *Efemérides nacionais*, **I**, pág. 124, Rio, 1881. – (G.).

cargos civis (*Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 103, 106 e 107). Estácio de Sá deu algumas terras de sesmaria pelo recôncavo do Rio de Janeiro[14]: entre estas nos constam as de Guarii a Pero Martins Namorado e José Adorno, e as de São Lourenço a Antônio de Marins, as quais depois (16 de março de 1568) foram adjudicadas ao chefe índio Arariboia.

Inteirado, porém, Mem de Sá, pelas informações (III) levadas por Anchieta (que fora ordenar-se à cidade do Salvador), de que a nova colônia de São Sebastião se achava outra vez apertada por muito gentio inimigo, do qual cumpria desafogá-la, para que, dedicando--se melhor seus habitantes à cultura, não estivessem dependentes das outras capitanias e expostos à míngua, o representou à corte e obteve dali três galeões, dos quais veio por capitão-mor Cristóvão de Barros[15]. Juntando a esses galeões dois navios que andavam na costa, e mais seis caravelões, se passou em pessoa ao Rio de Janeiro,

---

14 De algumas dadas então há notícias na *Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extraída dos livros de sesmarias e registro do cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho. – De 1565 a 1796*, por monsenhor José Pizarro de Sousa e Araújo, in *Revista do Instituto Histórico*, **63**, parte 1ª, 93 e segs., Rio, 1901. – (C.).

A escritura de renúncia de terras que fizeram Antônio de Marins ou de Mariz e sua mulher d. Isabel Velha, a favor do capitão Martim Afonso de Sousa, foi publicada por Joaquim Norberto, na parte documentada de sua memória sobre as aldeias de índios da província do Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico*, **17**, 273 e segs. (2ª ed.).

O dr. Antônio de Mariz Coutinho foi provedor da fazenda real no Rio de Janeiro; dele fez José de Alencar uma das principais personagens do *Guarani*. – (G.).

15 A sua nomeação é de 10 de março de 1566, segundo documento do Instituto Histórico. Provavelmente veio com o padre Inácio de Azevedo, que chegou à Bahia em 24 de agosto. Como Inácio de Azevedo demorou na Bahia menos de três meses, e veio para o sul em companhia de Mem de Sá, este devia ter partido para sua segunda expedição ao Rio em fins de outubro. Entretanto, Simão de Vasconcelos, *Crônica*, **3**, 93, fixa a partida em novembro. – (C.).

com todos os socorros de gente e mantimentos que pôde juntar. Pernambuco, já desassombrado das guerras que o segundo donatário, ajudado por seu irmão e sucessor, tivera que dar ao gentio para o aquietar, enviou por esta ocasião, de contingente, cem homens e alguns mantimentos. Acompanhava o governador o segundo bispo d. Pedro Leitão, que aproveitava agora a ocasião de tomar conhecimento desta parte da sua vastíssima diocese (IV).

Chegados ao Rio de Janeiro, reuniram-se em conselho os que eram para isso, e foi assentado que no dia imediato, isto é, no da invocação do santo padroeiro da cidade, se buscasse o inimigo em seus próprios alojamentos. Haviam-se estes fortificado em duas grandes estâncias. Ficava a primeira, chamada de *Uruçu-mirim*[16], junto à foz do ribeiro da Carioca[17], hoje denominado do Catete[18], isto é, no fim da praia ora dita do Flamengo. Era um forte entrincheiramento que dispusera Bois-le-Comte[19]. A outra ficava na ilha maior da enseada, chamada

---

16 *Yrassumerim*, se lê no *Santuário mariano*, t. **4**, pág. 5. – (A.). – Esta nota constou apenas da 2ª edição desta História. – (N. do E.).

17 *Cari-oca*, casa do branco; o que prova ser o nome da tal casa-forte que estava aí construída quando Mem de Sá dela informava: "Na enseada da *Carioca* que está da lájea para dentro um tiro de berço, onde desembarcam junto de uma aguada, está uma casa grande com artilharia e dizem ser fortaleza". – (A.). – O trecho não tem valor para o caso, porque se refere à época de Villegaignon, e Estácio de Sá estava de posse da Carioca, como se vê em Haddock Lobo, *Tombo das terras municipais*, **1**, 76, Rio, 1863. Diz até dom Pedro Leitão, testemunha de vista, que Estácio de Sá fizera uma cidade "na ilha da Carioca". – *Instrumento*, 208. – (C.).

18 *Catete* vem naturalmente de "caeté", mato verdadeiro, isto é, mato virgem. – (A.). – Esta nota constou apenas da 1ª e da 2ª edições desta *História*. – (N. do E.).

19 É muito possível, porque durante anos outra cousa não fez Bois-le-Comte que viajar num e noutro sentido entre o Brasil e a França, como algures repara Heulhard. Dos documentos examinados pelo anotador nada consta, porém, a este respeito. Apenas Anchieta informa correr na sua partida do Rio, entre

pelos índios Paranapecu[20] e pelos nossos do Maracaiá ou do Gato; porque o chefe dos índios alcunhados maracaiás ou gatos-bravos aí residia[21]. Era esta ilha a que pouco depois se denominou, como ainda hoje, do Governador, por haver sido metade dela dada de sesmaria por Mem de Sá a Salvador Correia, ao depois governador do Rio de Janeiro; cabendo a outra metade ao almoxarife régio Rui Gonçalves. O primeiro obteve a confirmação em Lisboa aos 13 de fevereiro de 1576[22].

A primeira tranqueira, na terra firme, foi tomada logo de assalto; e de onze franceses que ajudavam a defendê-la, caíram mortos seis, e foram os outros cinco passados a espada.

De nossa parte faleceu o capitão Gaspar Barbosa, "de muito esforço e virtude", e sua perda foi de todos mui sentida.

Retiraram-se os fugitivos para a dita ilha maior, ou de Paranapecu, e então a luta se apresentou mais porfiada[23]. Ecoava pelas

---

os tamoios de Cabo Frio, que estava o sobrinho de Villegaignon, capitão que fora da antiga fortaleza, com uma grossa armada para vir ao Rio de Janeiro e São Vicente. Estava onde? Naturalmente na Europa. – (C.).

20 Sem dúvida *Paraná-apecu*, língua de mar, e não *Paraná-pucu*, mar largo, pois que esta última palavra se devia pronunciar nesse caso *Paraná-mbucu*. – (A.). – Esta nota constou apenas da 2ª edição desta *História*. – (N. do E.).

21 Não residia mais, pois os índios do gato, ou temiminós, foram antes obrigados a emigrar para o Espírito Santo e combatiam agora contra os tamoios. Diz frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 14 (ed. de 1918, pág. 195), que de Martim Arariboia fora padrinho Martim Afonso de Sousa na era de 30. A ser verdade, teríamos nisto mais uma prova de que era natural do Rio, pois Martim Afonso, que saibamos, não desembarcou no Espírito Santo. – (C.).

22 Liv. **9º** de Filipe I, fl. 274. – (A.). – Esta nota constou apenas da 2ª edição desta *História*. – (N. do E.).

23 "Daí a poucos dias mandei dar em outra fortaleza do Paranapocu, onde havia mais de mil homens de guerra e muita artilharia e três dias a combaterem

quebradas das serras o estrondo da artilharia, zuniam nos ares as frechas despedidas e os pelouros disparados; afuzilavam os mosquetes, e toda a cena se fazia mais horrível com os urros bárbaros dos índios. Por fim a vitória se decidiu pelos nossos, e a forte tranqueira foi assaltada. Infelizmente recebeu na refrega uma frechada o bravo Estácio de Sá, e da ferida veio a morrer um mês depois[24]. Assim perdeu a vida asseteado, como o padroeiro (cujo dia era o em que foi ferido) da cidade que fundara, e a que dera nome, e da qual os símbolos do martírio do mesmo padroeiro vieram a ser as insígnias ou armas.

A cidade festejou por muito tempo esse triunfo, com oito dias de luminárias, e ainda hoje conserva um oitavário religioso, dando-se durante os três dias 17, 18 e 19 de janeiro uma salva às oito da noite.

Escritores pagãos considerariam a Estácio de Sá como a vítima inocente votada em holocausto aos deuses infernais, para aplacar suas iras contra os novos colonos. A religião manda-nos curvar a cabeça

---

continuamente, té que entraram com muito trabalho e maior risco e mortes de alguns brancos, e depois de se defenderem esforçadamente se renderam e foram todos cativos. E estando prestes a ir a outra fortaleza mais forte que todas, em que estavam muitos franceses, não ousaram a esperar, e deixaram a fortaleza, a qual tinha três cercas fortíssimas, muitos baluartes e casas-fortes, e logo me vieram a pedir pazes, e lhes outorguei com ficarem vassalos de Sua Alteza." – *Instrumento*, 135-136. – (C.).

24 Como atesta Vicente Monteiro no *Instrumento*, 200, Estácio foi frechado logo no ataque de Ibiruguaçumirim e morreu vinte e cinco a trinta dias depois, isto é, entre 15 e 20 de fevereiro. – (C.). – Simão de Vasconcelos, *Vida do padre José de Anchieta*, 118, Lisboa, 1672, diz que o capitão-mor, "depois de passado um mês do primeiro conflito, passou à melhor vida", o que significa que a morte de Estácio de Sá foi a 20 de fevereiro. O jesuíta anônimo que escreveu a informação "De algumas cousas mais notáveis do Brasil", in *Arquivo Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, **4,** 3, diz que, "estando Estácio de Sá por governador, era de idade de 17 anos, mas muito esforçado..." – (G.).

ante os decretos do Altíssimo; e a justiça com que escrevemos obriga-nos a declarar que à solicitude deste primeiro capitão e ao seu esforço, prudência e ânimo piedoso[25] deve a cidade o contar a fundação do primeiro quartel de 1565, sem que nenhum revés interrompesse seu progressivo desenvolvimento nesse século e no seguinte.

A sepultura do primeiro capitão-mor do Rio é para o Brasil uma venerável relíquia, que não só a piedade mas também a gratidão nos impõe o dever de acatar, como de um herói mártir, que sacrificou sua existência pelo país, que hoje se deve gloriar em proclamá-lo seu cidadão adotivo[26]. No rancho ou tujupar que servia de ermida no primitivo povoado, se lhe fizeram as honras fúnebres; e dezesseis anos

---

25 "Se não fosse o capitão-mor tão amigo de Deus, tão manso e afável que nunca descansa de noite e de dia, acudindo a uns e a outros sendo o primeiro nos trabalhos", etc. (Anchieta, carta de 9 de julho de 1565). – (A.). – Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, **6**, 180. – (C.).

26 "Da capela do arraial na Vila Velha, onde foi sepultado, se trasladaram seus ossos para a nova igreja de São Sebastião; e na campa, que os cobriu, se lê gravado o epitáfio seguinte: – 'Aqui jaz Estacio de Saa primeiro Capitam e Conquistador desta terra e Cidade, e a campa mandou fazer Salvador Correia de Sá, seu primo, segundo Capitam, e Governador, com as suas armas: e essa Capela acabou no ano de 1583.'" – Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, **1**, 106, Rio, 1820. – (G.).

Em 1862 foi aberta a sepultura de Estácio de Sá. Numa camada superficial encontraram-se os ossos de um adulto e de um indivíduo de quinze anos. Escavando-se mais apareceu um esqueleto incompleto identificado como Estácio de Sá por uma comissão do Instituto Histórico. Segundo esta, Estácio de Sá teria a altura aproximada de 1,74 m, pois a tíbia marcava 0,36 m; o corpo era regular, pois a clavícula media 0,14 m, o que inculca que o peito na sua parte superior, de um extremo clavicular a outro, ofereceria mais ou menos 0,32 m; por outra que era um indivíduo de tipo português, de estatura regular. *Revista do Instituto Histórico*, **26**, 301 e segs. – (C.).

Em 1921, com o desmonte do morro do Castelo, foram os restos de Estácio de Sá trasladados para o novo convento dos Capuchinhos, à Rua Haddock Lobo, nº 266, Tijuca. – (G.).

depois, apenas acabada uma das capelas da igreja de São Sebastião (do morro), se lhe trasladaram para ela os ossos, e se lhe pôs uma campa, que ainda em nossos dias se conservava com a competente inscrição, que fielmente copiamos e em outra ocasião publicamos.

Desassombrada toda a enseada dos franceses aliados dos índios, e intimidado e quieto o gentio, decidiu Mem de Sá escolher outro local para fixar o núcleo da cidade que devia presidir aos destinos deste grande porto, melhor e mais apropriado do que a acanhada península do Pão de Açúcar (V). Transferiu-a, pois, um pouco mais para dentro da enseada e marcou o assento dela sobre o morro mais saliente para o mar e sobranceiro ao pouso habitual dos navios, isto é, ao ancoradouro fundo e mais abrigado, que estes encontravam passado um primeiro pontal de rocha. Esse morro, que se estende para os lados com três espigões ou contrafortes, é o último de uma orla deles que aí faz como o dorso da península que com ele ficou assenhoreada. Para o interior seguem-se outros que depois tomaram os nomes de Santo Antônio, Senado[27], Paula Matos e Santos Rodrigues. Mediando um grande vale, e lugares alagados e de mangues (onde hoje se veem as ruas centrais da cidade), levanta-se do outro lado, mais para o interior, outra orla de montes por detrás dos quais se metem ainda as águas da baía. Chamam-se hoje de São Bento, Conceição, Livramento, Madre de Deus e São Diogo e seus satélites Saúde e Gamboa. Do lado da barra levanta-se o de Santa Teresa que é como espigão do Corcovado, ramo da serra da Tijuca, separada do Pão de Açúcar e Babilônia. No alto desse morro, que hoje se diz "do Castelo", assentou pois Mem de Sá a nova povoação, que fez fortificar, acompanhando-a dos edifícios competentes para a casa da

---

27 Arrasado em benefício do desenvolvimento da cidade. – (G.).

câmara e outros. À cidade confirmou para rocio e patrimônio légua e meia de terra, e para termo a distância de seis léguas (*Rev. do Inst*., **9**, 322), segundo o que à antiga fixara Estácio de Sá. Na construção dos edifícios particulares favoreceu a muitos, que deram o exemplo, e sucessivamente foi tendo imitadores. Infelizmente aqui, como já sucedera em São Vicente, na Bahia e nas demais povoações, adotou--se demasiado o sistema de construção de Portugal; e nem da Ásia, nem dos modelos de arquitetura civil árabe na Península, isto é, do uso dos numerosos pátios com repuxos, e dos eirados ou açoteias, houve quem se lembrasse como mais a propósito para o nosso clima. Para a adoção de certos hábitos tudo depende do princípio.

À Companhia de Jesus, representada então pelo padre visitador Inácio de Azevedo, doou Mem de Sá sítio para se fundar no Brasil um terceiro colégio, o que foi confirmado pelo cardeal regente em 6 de fevereiro de 1568, devendo cada padre receber de côngrua o mesmo que os da Bahia. Sucessivamente adquiriram os padres umas seis léguas de terra em Macacu, que lhes foram cedidas por Miguel de Moura, e depois adquiriram (para os seus índios) mais duas léguas até a serra dos Órgãos[28]. Em 11 de fevereiro desse mesmo ano de 1568[29], aprovou o rei a inauguração do colégio em São Vicente para cinquenta padres, com os mesmos mantimentos que os da Bahia (VI). Em 16 do março seguinte, aceitando Martim Afonso Arariboia, que muito havia ajudado nas guerras dos nossos durante quatro anos, o estabelecer-se no Rio de Janeiro, com toda a sua família, parentela

---

28 Livro 26 de d. Sebastião e d. Henrique, fls. 312, e livro **5º** de Filipe I, fls. 66, e livro **10**, fls. 165. – (A.).

29 Do alvará de 11 de fevereiro de 1568 existe cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **1**, fls. 28 v-42 v. – (G.).

e índios, lhe fez Mem de Sá doação de uma sesmaria, de uma légua de terra sobre a baía, e duas pela terra dentro, na margem fronteira à cidade, desistindo para esse fim, nessa mesma data, dessas terras Antônio de Marins, a quem antes haviam sido doadas[30].

Todas as doações fazia o governador, em nome do rei, e sem satisfações algumas ao donatário, ou a seu lugar-tenente. E bem que esta parte da costa havia cabido na repartição primeira a Martim Afonso, a capitania do Rio de Janeiro, depois de fundada a cidade, foi em nosso entender considerada, com toda a província da Bahia, exclusivamente da Coroa. É provável que Martim Afonso, que ainda[31] então vivia, fosse o primeiro a ceder de seus direitos, pelas vantagens de segurança contra os franceses, que dessa fundação colhia a sua capitania de São Vicente, já colonizada; mas não encontramos a tal respeito aclaração alguma nos arquivos.

Tendo dado as necessárias providências, deixou Mem de Sá o Rio de Janeiro, havendo confiado a sua capitania e governo a outro

---

30 *Revista do Instituto*, **17**, pág. 301 e seguintes, devendo corrigir-se *Mem de Sá*, onde se lê *Mendonça ou Mendes de Sá*, e na linha 5, de pág. 304, "*gentio temiminó*", onde se diz "*gênero terminimos*". – (A.). – A 2ª edição, de 1894, conservou os mesmos erros. – (G.).

31 Ainda vivia (e sirva-nos de retificação) em 16 de março de 1566. – *Hist. genealógica*, **6**, 241 e 243. Mais: em 20 de abril seguinte alcançou um alvará para que no caso de não ter sucessão seu filho herdeiro Pero Lopes de Sousa passasse a casa à sua filha d. Inês Pimentel. Martim Afonso só veio a falecer em 1571. – (A.). – Vivia ainda em 20 de novembro de 1570, data em que assinou a renúncia em Sebastião de Morais de um padrão de juro, mas já era falecido em 17 de maio de 1571, quando d. Sebastião fez mercê, de uma tença a seu filho Pero Lopes de Sousa, sendo a carta passada a 29 de junho do mesmo ano. Foi sepultado na igreja do Convento de São Francisco, em Lisboa, onde tinha sua capela. – Conf. *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. **III**, pág. 112. – (G.).

sobrinho, Salvador Correia de Sá, a quem investiu de todos os poderes de que gozava, nos assuntos da justiça e da fazenda (VII). Antes de partir, passou várias provisões, nomeando os indivíduos (*Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 112-113) que deviam exercer os cargos de alcaide-mor, de ouvidor, juiz dos órfãos, feitor da fazenda e outros. Salvador Correia nomeou depois alguns cargos, como foi o de medidor das terras (ib., **1**, 294-295, 300-301), e diversos que vagavam (ib., **1**, 300).

Sucedeu a Salvador Correia o mesmo Cristóvão de Barros, que chegara comandando a armada de socorro[32] e que, havendo regressado à corte, vinha agora nomeado capitão e governador por carta de 31 de outubro de 1571 (livro 27 de d. Sebastião e d. Henrique, fls. 326). Era filho do donatário Antônio Cardoso de Barros, assassinado pelos índios.

A Cristóvão de Barros deveu a cidade a construção das muralhas e torres, todas de taipa[33], donde provém que o morro do Castelo não conserva já nenhuma dessas torres, que se houveram sido de pedra, contando já três séculos, dariam à cidade o aspecto de um passado mais venerável.

Seu antecessor, nos seis anos[34] que desta primeira vez exerceu o cargo, prestou mui assinalados serviços à nova cidade, ainda então aberta e sem muros. Entrando uma vez no porto quatro naus

---

32 Fora desta nomeado capitão-mor em 10 de março de 1566. – (A.). – Confere nota 15 desta seção. – (G.).

33 Mem de Sá, *Instrumento*, 136, afirma ter sido ele quem construiu os muros da cidade. Podiam, porém, ter caído. – (C.).

34 É ele quem nos ajusta a conta em uma representação feita em 1584. – (A.). – Essa representação é desconhecida no Rio. – (C.).

francesas, que se dirigiram da banda dalém da cidade, no recôncavo de São Lourenço, onde estava assente, com sua tribo, o principal Martim Afonso Arariboia, com intentos de se apoderarem dele, para o entregarem à vingança dos seus contrários, mandou Salvador Correia, às ordens de Duarte Martins, socorros ao chefe aliado durante a noite. Com a vazante da maré, as naus francesas apareceram de madrugada em seco e puderam ser canhoneadas à vontade por um falcão único que havia em terra, mas vindo a enchente se fizeram à vela e ao mar[35]. Depois foi Salvador Correia em pessoa, com reforços que recebeu de São Vicente, atacar os inimigos ao Cabo Frio, e aí se apoderou de uma dessas naus. "Acometeram [diz uma crônica antiga[36]] os nossos a subida três vezes: mas como ao entrar ficavam a peito descoberto, foram rebatidos com os piques e alcanzias de fogo, e nestes três acometimentos caiu sempre o governador ao mar, sem saber nadar, e sempre foi livre pelos nossos índios. Prolongava-se a briga travada de parte a parte: o capitão na nau, vestido de armas brancas, brigando com duas espadas, defendia e animava aos seus com valor, discorrendo por todo o convés: entenderam os nossos,

---

35 Na 1ª edição, **1**, 256, o autor localizara esse sucesso na bica dos Marinheiros, mas em nota final, pág. 488, transferiu-o para Niterói. Já Fausto de Sousa, *Revista do Instituto*, **44**, parte 2ª, 27, mostrou que a ideia primitiva era a verdadeira. Que o caso sucedeu no lado ocidental da baía resulta da narrativa de frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 14 (ed. de 1918, pág. 197). Que ainda em 1573 a aldeia de *São Lourenço* não estava na banda oriental da baía deduz-se dos *Anais da Biblioteca Nacional,* **19**, 136, Rio, 1897. – Conf. nota 30 desta seção. – (C.).

36 Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia*, **3**, §§ 135 e 136, servilmente reproduzido na pretensa *Crônica* de d. Sebastião, atribuída a d. Manuel de Meneses. Neste combate de 8 de junho de 1568, foi morto Heliodoro Eoban, comandante dos voluntários de São Vicente, compatriota e amigo de Hans Staden. – Conf. Rio Branco, *Le Brésil en 1889,* 115. – (C.).

que neste consistia a dilatação do sucesso; mas como andava tão bem armado, não entravam com ele as setas. Entrou em brio um frecheiro, perguntou se tinham aquelas armas algum lugar por onde entrasse uma frecha? Disseram-lhe que pela viseira: bastou o dito para o efeito, disparando uma frecha, que pelo mesmo lugar penetrou o olho, e interior da cabeça ao capitão contrário, e deu com ele no convés, à vista do que desmaiaram os soldados; fugiram para debaixo depois de mui bem feridos: entraram, os nossos: e renderam a nau à vista dos mesmos tamoios contrários, que como escaldados, não se atreveram a ajudar a seus amigos.

"Mandou o Capitão Governador dar à vela, e entrou com a nau no Rio. Deu o saco aos soldados, que em breve tempo apareceram todos vestidos dos melhores panos do mundo. A artilharia aplicou-a à defensa da cidade. A nau mandou o dito capitão-mor a Mem de Sá, seu tio, com a relação deste bom sucesso, e ficou ele somente com a glória dele, não tomando cousa alguma do despojo para si."

Tanto Cristóvão de Barros como Salvador Correia e Martim de Sá concederam muitas sesmarias, cujos registros, de 1578 em diante, ainda há poucos anos vimos no Rio de Janeiro[37].

Voltemos, porém, a Mem de Sá. Com sujeitar por terra os gentios, apenas havia ele cumprido uma parte da sua missão a respeito deles. Restava-lhe a mais importante: a de ver como se deveriam governar de modo que pudessem ser mais úteis a si e ao Estado. Por lei antiga, e pela jurisprudência ainda de nossos dias, os prisioneiros

37 No cartório do tabelião Silveira Lobo, tomos 1 a 4. Em todas se vê exarada a própria assinatura do governador. – (A.).

feitos em guerra justa podem, em certos casos, sujeitar-se à servidão. Os colonos, poucos em número, julgavam-se com direito a ressarcir-se, dos perigos passados nas guerras e do sangue derramado, com o trabalho dos prisioneiros. Este meio de recompensa, equivalente ao das *encomiendas* de guerra da América espanhola, começava tacitamente a seguir-se no Brasil; mas opuseram-se a ele os jesuítas; e o tribunal pouco antes criado na corte, com o título que explica o seu fim, de Mesa da Consciência, declarou-se em favor deles; por forma que, encontrados os pedidos dos mesmos jesuítas com os dos povos, as deliberações da corte e dos governadores eram ora em favor de uns, ora de outros. É por isso que a legislação especial acerca dos índios do Brasil, dada por sua ordem cronológica, apresenta uma série de contradições, que melhor chegaram a manifestar-se, por vias de fato, nas sublevações que teremos de historiar pelo tempo adiante. A princípio os donatários haviam admitido o sistema de distribuir os que se aprisionavam em guerras (se os não tomavam para si) pelos colonos principais, ou que mais serviços haviam prestado nas mesmas guerras. Cometeram-se, porém, com o tempo, abusos, e se intentou tratar de algum outro meio de resolver o problema, o qual se complicava com as ideias de filantropia e de liberdade deles, que os jesuítas pregavam mais com a palavra do que com o exemplo, pois que não começaram por libertar os que lhes davam obediência. Não temos nenhuma sorte de prevenções contra os ilustrados filhos de santo Inácio, que tão assinalados serviços prestaram à instrução pública e ao cristianismo; mas quando os documentos acusem deles algumas irregularidades, não trataremos de as contar com artificiosos disfarces, que antes pareceriam adulação injusta. Os povos viram, na pretendida filantropia e proteção dos índios, uma verdadeira decepção contra eles, quando os braços começavam

a escassear para as primeiras necessidades da indústria. A corte, sem conhecimento do caráter dos índios, e influída pelos mesmos jesuítas, julgou a princípio dever libertar aqueles completamente. Representou o povo em contra, provando que os que pertenciam às aldeias ou missões da Companhia eram, sim, absolutamente imunes e protegidos contra toda classe de tropel estranho, mas que, bem considerado o caso, eram verdadeiros servos; pois trabalhavam como tais, não só nos colégios como nas terras chamadas *dos índios*, que acabavam por ser fazendas e engenhos dos padres jesuítas. Se das roças se sustentavam os trabalhadores, outro tanto se passava com os dos mais habitantes; e se o trabalho era suave, é porque os operários eram em grandíssimo número. Além do que, não tinham os jesuítas meios de provar aos colonos sua abnegação, quando, a título de ordinária, cobravam soldos avultados das rendas da colônia. Eram ainda então os religiosos da Companhia os únicos que havia nas colônias brasileiras; assim com eles tinha exclusivamente de travar-se a luta mui frequente entre o povo e o clero, quando este chega a alcançar grande preponderância, ou aspira a uma espécie de supremacia nos negócios temporais.

À vista destas representações, assentou a Mesa da Consciência que unicamente se limitassem os abusos com restrições, começando ela por arrogar-se o direito de decidir se as guerras eram ou não empreendidas com justiça, e fixando os casos em que, a não ser por guerra, podiam considerar-se cativos estes ou aqueles índios. Só poderiam ser cativos legalmente, além dos aprisionados em guerra justa, os que fossem pelos pais entregues, a fim de cuidarem da sua educação, a novos padrinhos ou senhores, ou os que se vendessem tendo mais de vinte anos; cláusula esta admitida, segundo sabemos, na antiga legislação semifeudal da Europa e nas leis carlovíngias.

Os abusos, porém, que no interpretar estas cláusulas se cometeram obrigaram a corte a novas recomendações. E o próprio Mem de Sá, já antes de visitar pela segunda vez o Rio de Janeiro, havia recebido a seguinte carta régia:

> Mem de Sá. – Amigo. – Eu el-rei vos envio muito saudar. Porque o principal e primeiro intento em todas as partes da minha conquista é o aumento e conservação da nossa Santa Fé Católica e conversão dos gentios delas, vos encomendo muito que deste negócio tenhais nessas partes mui grande e especial cuidado, como de cousa a vós principalmente encomendada; porque com assim ser, e em tais obras se ter este intento, se justifica o temporal que Nosso Senhor muitas vezes nega, quando há descuido no espiritual.
>
> Eu sou informado que geralmente nessas partes se fazem cativeiros injustos, e correm os resgates com título de extrema necessidade, fazendo-se os vendedores pais dos que vendem, que são as causas com que as tais vendas podiam ser lícitas, conforme ao assento que se tomou. Não havendo as mais das vezes as ditas causas, antes pelo contrário, intercedendo força, manhas, enganos, com que os induzem facilmente a se venderem, por ser gente bárbara e ignorante, e por este negócio, dos resgates e cativeiros injustos, ser de tanta importância, e ao que convém prover com brevidade, vos encomendo muito que, com o bispo, e o padre provincial da Companhia, e com o padre Inácio de Azevedo, e Manuel da Nóbrega, e o ouvidor geral que lá está[38], e o que agora vai, consulteis e pratiqueis este

38 O ouvidor que aqui estava era ainda Brás Fragoso. Isso permite fixar a data da carta régia em 1566, pois já em 20 de novembro desse ano Fernão da Silva estava no Brasil: conf. Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 313. Entretanto,

> caso, e o modo que se pode e deve ter para se atalhar aos tais resgates e cativeiros, e me escrevais miudamente como correm, e as desordens que neles há, e o remédio que pode haver para se atalhar e os tais injustos cativeiros se evitarem; de maneira que haja gente com que se granjeiem as fazendas, e se cultive a terra, para com a dita informação se tomar determinação no dito caso, e ordenar o modo que nisto se deve ter, que será como parecer mais serviço de Nosso Senhor e meu. E enquanto não for recado meu, que será com ajuda de Nosso Senhor brevemente, se fará acerca disso o que por todos for assentado.
>
> Muito vos encomendo que aos novamente convertidos favoreçais e conserveis em seus bons propósitos, e não consintais serem-lhes feitas vexações nem desaguisados alguns, nem lançados das terras que possuírem; para que com isto se animem a receber o sacramento do batismo, e se veja que se pretende mais sua salvação que sua fazenda; antes aos que as não tiverem queirais, e ordeneis como se lhes deem de que comodamente possam viver; e sendo possível, dareis ordem como alguns portugueses de boa vida e exemplo vivam nas aldeias entre os que se convertem, ainda que seja com lhes fazerdes algumas vantagens.

Para deliberarem segundo o ordenado nesta carta, se reuniram ao governador o bispo, o ouvidor-geral Brás Fragoso e alguns padres da Companhia, e todos concordaram nos capítulos seguintes, que foram assinados pelo governador, pelo bispo, e pelo dito ouvidor[39]:

---

parece que não esperaram por ele nem por Inácio de Azevedo, se, como assegura o documento contemporâneo citado na nota seguinte, os capítulos foram acordados a 30 de julho do mesmo ano. – (C.).

39 Os capítulos, acordados a 30 de julho de 1566, leem-se na informação sobre os trabalhos dos primeiros jesuítas no Brasil, *Revista do Instituto Histórico*,

1º que se algum índio se acoutasse às missões dos jesuítas só saíria, por ordem expressa do governador, ou do ouvidor, quando o reclamante provasse a legitimidade da posse e da servidão; 2º que o ouvidor fosse, cada quatro meses, de correição pelas missões e aldeias, ouvir as partes e administrar justiça; 3º que se nomeasse aos índios um curador, "e foi escolhido Diogo Zorrilla, alcaide do mar da Bahia[40]", e se impusessem penas a quem casasse as índias com escravos; 4º que os resgates com os índios, apesar do que dispunha o foral, não fossem válidos sem consentimento das autoridades; 5º que os jesuítas entregariam, dos que tivessem em suas aldeias, os que confessassem ser cativos, ou quisessem, livres, servir este ou aquele colono; 6º que o morador que à força tomasse algum índio

---

57, parte 1ª, 225, Rio, 1894; trazem apenas as assinaturas de Mem de Sá e dos dois jesuítas Antônio Pires e Gregório Serrão. Essa importante crônica das primeiras missões da Bahia, escrita em 1583 (ib., 245), não tem nome de autor, porém deve-se, provavelmente, ao padre Luís da Fonseca, substituto de Gregório Serrão na reitoria da Bahia. – (C.).

40 Foi aprovado pela corte em 25 de fevereiro de 1576. – (A.). – Documento no Instituto Histórico. Aí se lê que durante vinte anos prestara serviços de guerra no Brasil. Teve de ordenado anual 30$000. – (C.).

Diogo Zorrilla era castelhano, natural das montanhas de Laredo, devia ter nascido cerca de 1530, porque a 21 de agosto de 1591 declarava ter de idade sessenta e um anos, pouco mais ou menos, *Primeira visitação do Santo Ofício – Denunciações da Bahia*, 389.

Era casado com Catarina Rios, de quem parece só houve filhas, uma casada com Fernão Ribeiro de Sousa, outra viúva de Antônio Dias Adorno, e ainda outra, também viúva, cujo marido não se declara, ib., 242 e 282.

Do alvará de 25 de fevereiro de 1576, acima referido (cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **1**, fls. 67 e verso), consta que andava no Brasil havia vinte anos, isto é, desde 1556. Foi alcaide do mar da cidade do Salvador, guarda-mor dos navios e procurador dos índios, como se vê do texto e *Trabalhos dos primeiros jesuítas*, na *Revista do Instituto Histórico*, **57**, parte 1ª, 226 e 228. – (G.).

próprio[41], acoutado nas missões, perdesse, por esse simples fato, todos os direitos que antes tinha a ele, passando o índio a ficar agregado à Companhia.

Estas disposições foram tomadas com tanta latitude em favor dos jesuítas, que começaram os habitantes a queixar-se de que os padres os vexavam com arbítrios e sofismas sempre que podiam: mas o clamor foi geral quando a experiência mostrou os resultados delas, que não eram outros senão privar de braços o lavrador pobre, em favor da Companhia, que desde logo começou a medrar e a ganhar consideravelmente na cultura de suas terras, constituindo-se uma verdadeira associação industrial, com a qual nenhum capitalista podia competir.

Daqui data, verdadeiramente, como em outro lugar dissemos, o maior incremento da importação dos escravos africanos. Os moradores, vexados pelas dúvidas que de contínuo nasciam sobre as

---

41 *Litigioso*, lê-se no documento citado. Conquanto o autor o tenha em geral resumido exatamente, convém recorrer à *Revista do Instituto Histórico*, **57**, parte 1ª, 225-226. Comentando esses artigos, nota o cronista que não tratam das terras que el-rei mandava dar aos índios, porque desde 1562, à vista de uma carta da rainha, Mem de Sá concedera sesmarias aos índios das igrejas. Tampouco tratam de portugueses de boa vida e exemplo, porque não dera bons efeitos esse expediente tentado anos antes, quando foram nomeados Sebastião Luís para São Paulo, Francisco de Morais e Francisco Barbudo para Espírito Santo, Gomes Martins para Santo Antônio, Brás Afonso para Bom Jesus, Pedro de Seabra para São Pedro, Antônio Ribeiro para Santa Cruz, Gaspar Folgado para Santo Iago e João de Araújo para São João, todas aldeias da Bahia.

Antônio Ribeiro aqui mencionado deve ser o mesmo referido no texto e nota da seção XVIII. Dele consta que, depois da última expedição de Mem de Sá ao Rio, foi aos índios do Campo Grande, onde morreram com dito Antônio Ribeiro muitos índios da Bahia. *Revista do Instituto Histórico*, **57**, parte 1ª, 244. – (C.).

provas que se lhes exigiam da legitimidade da posse dos índios, começavam a preferir braços cuja *legitimidade* lhes fosse mais fácil justificar. Para abonar os escravos pretos, então que não havia africanos livres, bastava a cor do rosto.

Encerraremos este capítulo dando conta de uma resolução por este tempo tomada pela corte. Consistiu em ordenar, por uma provisão[42] de 6 de março de 1565, que as naus destinadas à Índia que não pudessem lá chegar não arribassem de modo algum ao Brasil, mas regressassem antes a Portugal, pois daquelas arribadas, aliás frequentes, resultava fugir a gente, estragarem-se as naus, a enxárcia, etc.

NOTAS DA SEÇÃO XIX

I

(Pág. 585)

Os acontecimentos passados entre 22 de janeiro de 1565, data em que Estácio de Sá partiu de São Vicente, e 31 de março, quando Anchieta partiu para a Bahia, constam de uma carta deste, escrita em 9 de julho. Deu-a em extrato Simão de Vasconcelos, publicou-a na íntegra Baltasar da Silva Lisboa, com tamanha incorreção que melhor fora a deixasse inédita. Uma cópia antiga existente na Biblioteca Nacional está praticamente inutilizada; uma cópia moderna possuída pelo Instituto Histórico, outra publicada no *Diário Oficial* deixam bastante a desejar, conquanto incomparavelmente superiores à que saiu nos *Anais do Rio de Janeiro*.

---

42 *Sistema* ou *Coleção dos regimentos reais: contém os regimentos pertencentes à administração da fazenda real*. Dado à luz por José Roberto Monteiro de Campos Coelho de Sousa. Lisboa, 1783-1791, 6 vols. *in-fol*.

Em princípios do século XVIII, entre 1718 e 1724, o impressor Antônio Manescal havia publicado uma edição dos regimentos, em dois volumes, muito defeituosa, informa Cândido Mendes de Almeida, *Código filipino*, **I**, pág. XLI, Rio, 1870. – (G.).

A interpretação da importantíssima carta de Anchieta oferece dificuldades talvez insolúveis. Vai em seguida uma, que diverge muito da que o autor preferiu e não passa de ensaio imperfeito de efeméride:

22 de janeiro – Estácio de Sá parte em uma nau (*Santa Maria a Nova*?) e no mesmo dia chega à ilha de São Sebastião. Brás Fragoso fica em São Vicente consertando o galeão e a nau francesa tomada o ano anterior no Rio de Janeiro.

27 de janeiro – Partem de Bertioga cinco navios pequenos, dos quais três de remo, mais oito canoas, com mamalucos de São Vicente, índios do Espírito Santo, conversos de Piratininga. No dia seguinte reúnem-se ao capitão-mor em São Vicente. Com estes vieram Gonçalo de Oliveira e José de Anchieta.

Quanto se prolongou a demora em São Sebastião? Diz Anchieta que foram ditas missas, confessou-se e comungou alguma gente. Podemos admitir que partissem de lá a 1 de fevereiro.

1 de fevereiro – Os navios pequenos e as canoas todos reunidos continuam a viagem, forçosamente lenta, pois as embarcações de remo determinavam a marcha, havia ordem de não se separarem, e diariamente pousavam em ilhas. Chegaram assim à Ilha Grande. Quando? Pode ter sido a 4 ou 5.

Na Ilha Grande os expedicionários esperaram pelo capitão-mor, tomaram uma aldeia de tamoios, mudaram-se depois para outro ponto, onde acharam muita caça e peixe. Por fim, impacientes, os índios partiram por dentro de Marambaia para o Rio de Janeiro. Não tendo conseguido que eles se detivessem, ordenou-se aos mamalucos que os acompanhassem, com ordem expressa de esperarem nas ilhas fronteiras à barra e em caso nenhum entrarem antes de chegado o capitão-mor. Seria isso a 10 de fevereiro.

O capitão-mor, dispondo de navio veleiro, ficara em São Sebastião, mas o tempo correu-lhe desfavorável e foi obrigado a aportar numa ilha com a verga do traquete quebrada e rendido o mastro grande. Só a 15 passaria adiante da Ilha Grande, caminho do Rio de Janeiro.

15 de fevereiro – Os cinco navios pequenos partem da Ilha Grande para o Rio de madrugada, por pensar-se que o capitão-mor podia ter passado adiante. De fato, avistaram a capitânia já fronteira à barra; não entraram, porém, naquele dia.

16 de fevereiro – Forte temporal levou à Ilha Grande um dos navios pequenos e a capitânia, que no caminho esteve em perigo de se perder sobre amarra num baixo. Os outros quatro navios, ora a remos, ora a vela, conseguiram não se apartar muito do porto.

21 de fevereiro – Os navios juntam-se às canoas nas ilhas fora da baía. Grande chuva, que remediou a falta de água nas ilhas.

27 de fevereiro – Os índios teimam em entrar pela barra, ou tornar para as suas terras, pois era sensível a falta de mantimentos. A poder de rogos conseguiu-se que demorassem mais um dia, esperando o capitão-mor. Chega do norte João de Andrade, trazendo três navios com mantimentos, o que melhora a situação.

28 de fevereiro – Apareceu a capitânia e o navio desgarrado. Todos juntos na mesma maré entram no Rio de Janeiro. Chuva.

1 de março – Desembarque: começa a fundação da cidade.

De todas estas datas há apenas certas as de 22, 27 e 28 de janeiro, 21 e 28 de fevereiro. A de 1 de março é fornecida por frei Vicente do Salvador. Anchieta diz: "Logo ao seguinte dia, que foi o último de fevereiro ou o 1º de março, começaram a roçar a terra com grande força e cortar madeira para a cerca", etc. Em 1584 foi, porém, mais explícito e escreveu *princípio de março*. *Informações e fragmentos históricos*, 7.

As dificuldades de determinar as datas provêm umas do mau estado de conservação do manuscrito, outras das afirmações pouco precisas de Anchieta: em Ilha Grande estiveram "muitos dias", esperando pela capitânia; depois de partidas as canoas de Ilha Grande, os navios ficaram esperando "pela capitânia cinco ou seis dias", e assim por diante.

As datas seguintes são mais precisas:

6 de março – Primeiro ataque dos tamoios com quatro canoas.

10 de março – Avista-se uma nau francesa légua e meia da povoação dentro do rio.

11 de março – Combate com a nau francesa; assalto de quarenta e oito canoas contra a cerca.

12 de março – Negociações com a nau francesa, que se rende neste ou no seguinte dia.

Antes da saída da nau francesa, que devia seguir de perto a rendição e entrega de pólvora e artilharia, houve novo assalto de vinte e sete canoas, cuja data não é conhecida.

Brás Fragoso, que ficara em São Vicente, reuniu-se a Estácio de Sá, ignora-se quando. Sabe-se por uma carta de Quirício Caxa que a capitânia chegou à Bahia entre 13 e 15 de julho do mesmo ano de 1565.

A propósito desta expedição, narra Anchieta, *Informações e Fragmentos*, citados, 67: "Estava ele [Nóbrega] muito determinado, quando se começou a povoação do Rio de Janeiro, de mandar um padre e com ele um irmão por superior; dissimulou o irmão com isso por alguns dias e depois de encomendar a cousa a Deus, disse ao padre Nóbrega que não devia mandá-lo por superior por algumas razões que lhe deu. Ouviu-o o padre e cuidando nisso mudou logo o parecer despachando-os para aquela missão, juntos os mais de casa disse: O padre [Gonçalo de Oliveira], por ser sacerdote, será superior, mas lembrar-se-á, pois o irmão [Anchieta] foi seu mestre, do respeito e reverência que se lhe deve ter e de tomar seus conselhos". – (C.).

II
(Pág. 596)

Do auto da posse, a 13 de setembro de 1566, consta que, apresentando o alcaide-mor o seu provimento ao capitão-mor Estácio de Sá, estando presente o juiz Pedro Martins Namorado e o alcaide-pequeno Domingos Fernandes, pediu que o empossasse, segundo o que el-rei mandava em suas ordenações. Detendo-se o governador com as mais pessoas à porta principal da cidadela, lhe disse que cerrasse as portas, e isso fez o alcaide-mor com as suas próprias mãos, bem como os dois postigos sobrepostos neles com as suas aldravas de ferro. Ficando Estácio de Sá fora das portas e muros, lhe perguntou o alcaide-mor, que estava dentro, se queria entrar e quem era ele. Ao que respondeu que queria entrar e que era o capitão da cidade de São Sebastião, em nome d'el-rei nosso senhor, e imediatamente lhe foi aberta a porta, dizendo o alcaide-mor que o reconhecia por seu capitão em nome de Sua Alteza, cuja cidade e fortaleza eram. Tais foram as cerimônias da posse do alcaide-mor, lavrada pelo tabelião Pedro da Costa. – Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 105.

Dias antes, a 9 de setembro, fora dirigida a Pedro Martins Namorado uma provisão suspendendo o curso das causas que ante ele corressem por jogos de cartas, dados, bolas, etc., cominando, porém, a multa de 100$ (o algarismo está errado, porque cem mil-réis naquele tempo era quantia de que nem o capitão-mor poderia dispor: seriam $100?) para os que daí por diante reincidissem. Silva Lisboa, ib., 103. – (C.).

III
(Pág. 597)

Em sua carta de 9 de julho de 1565, Anchieta resumia nos seguintes termos a situação:

"O maior inconveniente que ali havia ultra da fome é que lá estão muitos homens de todas as capitanias, os quais passa de um ano que lá andam e desejam vir-se para suas casas, como é razão; se os não deixam vir, perdem-se-lhes suas fazendas; se os deixam vir, fica a situação desamparada e com grande perigo de serem comidos os que lá ficarem."

Sobre o estado das coisas escreve:

"Já à minha partida tinham feito muitas roças ao derredor da cerca, plantados alguns legumes e inhames, e determinavam de ir a algumas roças de tamoios a

buscar alguma mandioca para comer e a rama dela para plantar; tinham já feito um baluarte mui forte de taipa de pilão, com muita artilharia dentro, com quatro ou cinco guaritas de madeira e taipa de pilão, todas cobertas de telha que se trouxe de São Vicente, e faziam outros baluartes, e os índios e mamalucos faziam já suas casas de madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como cales e telhas, que é grande defensão contra o fogo. Os tamoios andavam se ajuntando para dar um grande combate na cerca; já havia dentro do rio oitenta canoas e parece-me que se ajuntariam perto de duzentas, porque de toda a terra havia de concorrer à ilha, e dizia-se que fariam grandes mantas de madeira para se defenderem da artilharia e abalroarem a cerca; mas o nossos tinham já grande desejo de chegar aquela hora, porque desejavam e esperavam fazer grandes cousas pela honra de Deus e do seu rei, e lançar daquela terra os calvinos, e abrir alguma porta para a palavra de Deus entre os tamoios." – Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, **6**, 178. – Corrigiu-se o que foi possível pelo códice da Biblioteca Nacional. – (C.).

IV

(Pág. 598)

"Depois do anno de sessenta e seis mandou Sua Alteza outra armada pera o Rio e me mandou que fosse em pessoa por ser informado que os franceses pelo sertão e junto ao mar fazião muitas fortalezas e se tinhão apoderado dos índios e estavão já muito fortes com muita artilharia.

"Fui o milhor que pude com muito gasto de minha fazenda, dando mesa a todos que levava, e do muito trabalho que levei adoeci no Espirito Santo e assi doente fui ao Rio e estive à morte. Mas assim dei ordem com que logo se combateu a fortaleza de Biraoaçu-mirim, grande principal e muito guerreiro, o qual estava em um passo muito alto e muito fragoso, com muitos franceses e artilharia, a qual foi combatida com tanto ânimo que, posto que foram mortos e feridos muitos dos cristãos, não se sentiu menos fervor no cabo que no começo, té que renderão e cativaram nove ou dez franceses, mataram outros, onde Estácio de Sá foi ferido de uma frechada, de que morreu." – *Instrumento*, 135. – Conf. Simão de Vasconcelos, *Crônica*, **3**, 101 e seg.

Das palavras referentes à altura e fragosidade da aldeia, pode-se concluir, sem grande risco de errar, que ficava no morro da Glória, antigamente chamado de Lery, segundo bondosa comunicação de Vieira Fazenda. – (C.).

V
(Pág. 602)

"E por o sítio onde Estácio de Sá edificou não ser pera mais que pera se defender em tempo de guerra, com parecer dos capitães e doutras pessoas que no dito Rio de Janeiro estavam, escolhi um sítio que parecia mais conveniente pera edificar nele a cidade de São Sebastião, o qual sítio era de um grande mato espesso, cheio de muitas árvores e grossas, em que se levou assaz de trabalho em as cortar e alimpar o dito sítio e edificar uma cidade grande, cercada de trasto de vinte palmos de largo e outros tantos de altura, toda cercada de muro por cima com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia. E fiz a igreja dos padres de Jesu, onde agora residem, telhada e bem concertada, e a Sé de três naves também telhada e bem concertada; fiz a casa da câmara sobradada, telhada e grande; a cadeia; as casas dos almazéns, e pera a fazenda de Sua Alteza sobradadas e telhadas e com varandas; dei ordem e favor ajuda com que fizessem outras muitas casas telhadas e sobradadas. Tendo isto feito, por se rebelarem uns principais que estavam em umas fortalezas de muitas cercas, dei sobre eles e os desbaratei e se mataram muitos, o que foi causa de tornarem novamente a pedir pazes. Mandei vir muitos moradores, muito gado para povoar a dita cidade, o qual se dá muito bem, de que há já grande criação." – *Instrumento*, 136. – (C.).

VI
(Pág. 603)

O primeiro reitor do colégio dos jesuítas do Rio foi o padre Manuel da Nóbrega, que tanto concorreu para a fundação da cidade, sem o qual Estácio de Sá não poderia ter vindo reforçado de São Vicente, de modo a arrostar franceses e tamoios durante quase dois anos. No colégio faleceu a 18 de outubro de 1570. Esse jesuíta benemérito não tem sido condignamente apreciado; com grande desprezo de perspectiva histórica, Simão de Vasconcelos esfumou-o na irradiação de Anchieta, seu discípulo querido; tácita ou explicitamente, outros o têm imitado. Modesto mas perene monumento dedicou-lhe Vale Cabral, de saudosa memória, na edição das cartas, enriquecida de notas importantes, precedida da vida do apóstolo brasileiro escrita pelo padre Antônio Franco e publicada na *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Colégio de Coimbra*. Nela há algumas páginas profundas de Anchieta sobre o fundador da Companhia no Brasil, transcritas antes nas *Informações e fragmentos históricos*, 57 e segs. Para escrever, não há hagiografia, mas a biografia de Nóbrega à altura da ciência, faltam infelizmente documentos. – (C.).

VII
(Pág. 605)

"Por me vir novas que o gentio da capitania do Espírito Santo estava alevantado e tinha mortos muitos brancos foi necessário i-lo socorrer e fui com parecer dos capitães e moradores da terra, e deixei por capitão da dita cidade do Rio de Janeiro a Salvador Correia de Sá, meu sobrinho, o qual ainda agora (1570) sustento à minha custa, e chegando à dita capitania em mui breve tempo assosseguei o gentio que quis pazes e os que a não quiseram foram castigados e mortos muitos, e os que escaparam se foram da terra, e ficou ela mais pacífica que nunca, o que tudo fiz à minha custa." – *Instrumento*, 136.

A nomeação é de 4 de março de 1568. Salvador Correia de Sá era natural da quinta de Penaboa, termo de Barcelos, filho de Gonçalo Correia e Filipa de Sá, neto de Rui Vaz Correia e de Martim de Sá, das linhagens dos Correias e dos fidalgos de cotas d'armas, diz sua carta de foro de 30 de agosto de 1574: era cavaleiro do hábito de Santiago. – Varnhagen, *Revista do Instituto*, 3, 100, Rio, 1841.

Durante a assistência de Mem de Sá na cidade, deu-se o seguinte caso, narrado por frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 12 (ed. de 1918, págs. 190 e 191): "Haviam ido na armada mercadores, que entre outras mercadorias levaram algumas pipas de vinho. Mandou-lhes o governador que o vendessem atavernado e pedindo-lhe eles que lhes pusesse a canada por um preço excessivo, tirou ele o capacete da cabeça com cólera e disse que sim, mas que aquele havia de ser o quartilho, e assim foi e é ainda hoje por onde se afilam as medidas, donde veem serem tão grandes que a maior peroleira não leva mais de cinco quartilhos." – (C.).

Seção XX

Prossegue o governo de Mem de Sá.
Sua morte.

A escravatura segundo frei Tomás de Mercado. Abusos do tráfico segundo o mesmo. Sevícias a bordo pintadas pelo mesmo. Conclui a citada obra de Mercado sobre os escravos. A filantropia dos jesuítas no Brasil não passou à África. Juízo acerca de Mem de Sá. Desejava a demissão. Captura do sucessor nomeado. Lei sobre armas. Lei acerca da liberdade dos índios. Começa a predominar a influência dos jesuítas. Tributos. Minas. O Rio de Janeiro e Pernambuco por este tempo. Recondução de Cristóvão de Barros no Rio. Ilha Grande.

As exageradas pseudofilantropias em favor dos índios serviram a fomentar o tráfico africano; assim, a pretexto de se aliviarem sevícias (que doutra forma se puderam ter combatido) contra as gentes de um país que se pretendia civilizar, começaram os particulares a enviar navios além do Atlântico a inquietar povos alheios, de igual barbaridade, e a prendê-los e a trazê-los em cadeias, e a fazer que muitos falecessem nos navios, e a que importassem com males de lepra, a lepra ainda maior da escravidão hereditária. Inaugurou-se então um sistema de colonização de escravos, cujos graves inconvenientes desde logo começaram a manifestar-se, de tal modo que já em 1569 publicava um escritor filantropo protestos contra os abusos

que se praticavam; isto apesar de admitir como princípio que o "cativar ou vender pretos ou quaisquer outros indivíduos era negócio lícito e de *jure gentium*, no dizer dos teólogos, como a divisão e partição das coisas; dando-se muitos títulos, segundo ele, em virtude dos quais podia uma pessoa ser justamente cativada e vendida".

Nesses títulos admitia o mesmo autor, entre os povos não cristãos, a guerra, o castigo por certos crimes e a extrema necessidade dos pais; mas logo acrescenta os abusos que, a pretexto desses três títulos, se originavam, nesses mesmos povos não cristãos e bárbaros, havendo quem, por meio da compra, estimulasse novos pretextos para a escravidão, como sucedia existindo o que se chamava o *tráfico de africanos*.

Isto sem falar das crueldades que se davam, ao transportá-los em grandes carregações, e que já nesse tempo descrevia com vivas cores o dito escritor, fr. Tomás de Mercado, do seguinte modo:

> Os títulos e causas injustas que referi crescem e vão em aumento ao presente, mais que nunca, pelo grande interesse que tiram dos mesmos pretos. Porém, é, e tem sido sempre, pública voz que de duas partes que sai, uma é enganada ou tiranicamente cativa ou violentada; além de que (ainda que isto é acidental) os tratam cruelissimamente no caminho, quanto ao vestuário, comida e bebida. Pensam que economizam, trazendo-os nus, matando-os de fome e sede; mas enganam-se, pois que antes perdem.
>
> Embarcam num navio, às vezes pequeno, quatrocentos ou quinhentos, e já o fedor ou catinga basta para matar os mais deles. Com efeito morrem muitos: pois maravilha é não diminuírem de vinte por cento. E para que ninguém pense que exagero, direi que não há quatro meses que dois mercadores... sacaram para a Nova Espanha, de Cabo Verde, numa nau quinhentos; e

> numa só noite amanheceram mortos cento e vinte; porque os meteram como porcos num chiqueiro, ou ainda pior, debaixo da coberta: onde seu mesmo fôlego e catinga (que bastavam para corromper cem ares e sacá-los a todos da vida) os matou. E houvera sido justo castigo de Deus morrerem juntamente aqueles homens bestiais que os levavam. E não parou nisto o negócio que, antes de chegarem ao México, morreram quase trezentos.
>
> Contar o que passa no tratamento dos que vivem seria um nunca acabar. E espantamo-nos da crueldade que usam os turcos com os cristãos cativos, pondo-os de noite em suas masmorras! Certo muito pior tratam estes mercadores cristãos aos pretos que já são também fiéis; porque na praia, ao tempo de embarcá-los, os batizam, a todos juntos, com um hissope, o que é outra grandíssima barbaridade.

Até aqui frei Tomás Mercado em 1569[1].

Pelo que nos toca mais particularmente, cumpre não deixar de ponderar que o hábito e a necessidade de andarem os escravos africanos, para poderem trabalhar, quase nus, não deviam ser favoráveis à moralidade pública, que se embotava de sensibilidade, educada ante tal falta de pudor.

Assim, em vez de servidão provisória, necessária, experimentada em muitos outros países, admitida pelos publicistas mais liberais, se perpetuou no Brasil outra servidão que nos abstemos de qualificar, e que já agora não podemos dispensar por uma geração mais, sem grandes males para o país.

---

1 O livro de fr. Tomás Mercado intitulava-se *Tratos y contratos de mercadores*, Salamanca, 1569. – (C.).

Debalde os moradores apresentavam argumentos: debalde pediam eles para o seu gentio do Brasil, no Brasil, as mesmas práticas e leis seguidas em África com "o gentio da África". Os jesuítas a tudo se opunham, pela simples razão, segundo seus inimigos, que da África não pretendiam eles o domínio: não lhes agradava o clima. Se algum dia a Companhia de Jesus recobra outra vez seu antigo desenvolvimento, tem que desafrontar-se desta acusação, passando a missionar nos sertões da terceira parte da Terra, em que na verdade a sua história apresenta feitos de escassa importância na conversão de tantos milhões de almas que a povoam.

Notou-se que, à medida que os índios se viam mais protegidos e mimados, mais insolentes se tornavam. Em 1568 se amotinaram muitos deles meio convertidos e fizeram bastantes mortes; e tais motins ainda depois se repetiram (I). Estas desordens eram seguidas de outras, provenientes das grandes oscilações que experimentava a moeda de cobre, e que muito faziam sofrer o povo[2].

Os engenhos se tinham estendido pelo interior da Bahia, e as roças dos particulares iam entrando pelas terras próximas das aldeias jesuíticas, as quais eles diziam haverem sido dadas de sesmaria aos seus índios. E representando neste sentido ao governador, este sempre em deferência com eles, mandou lançar um pregão ordenando que ninguém roçasse tais terras, sob pena de perdimento das benfeitorias, além da multa de cinquenta cruzados, metade para o denunciante e a outra metade para as obras da fortaleza da cidade[3].

---

2 Em 1551 havia sido levantado o valor às moedas de cobre. Em 1556 e 1560 havia-se reformado esta medida. Em 1568, em consequência da invasão do cobre falso, baixou-se de novo esse valor, e foram mandadas indenizar as perdas e danos, etc. – (A.).

3 Foi Diogo Zorrilla, procurador dos índios, quem representou ao governador a esse respeito, e dele obteve o seguinte despacho:

O governo de Mem de Sá é, entretanto, um dos que a História deve considerar como dos mais profícuos para o Brasil, o qual se pode dizer ter sido por ele salvo, principalmente das invasões francesas e das dos índios. Sua política para com os colonos foi em geral tolerante. À própria rainha d. Catarina escrevia ele: "Esta terra não se pode nem deve regular pelas leis e estilos do Reino. Se V. A. não for muito fácil em perdoar, não terá gente no Brasil; e porque o ganhei de novo, desejo que se ele conserve"[4].

Mem de Sá, velho e cansado de servir, e de ser mal atendido, "pelo pouco fundamento que da terra se fazia", e de estar ausente da sua família, instava por que lhe mandassem sucessor.

Já em 1560 o pedia assim: "Peço a V. A. que, em paga de meus serviços, me mande ir para o Reino, e mande vir outro governador; porque afianço a V. A. que não sou[5] para esta terra. Eu nela gasto muito mais do que tenho de ordenado: o que me pagam é em mercadorias, que me não servem. Eu fui sempre ter guerra e trabalhos onde hei de dar de comer aos homens, que vão pelejar e morrer, sem soldo, nem mantimentos; porque o não há para lho dar. Sou velho, tenho filhos que andam desagasalhados: uma filha que estava

---

"Lance-se pregão, que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja lavre nem faça benfeitorias nas terras, que foram dadas aos índios nas igrejas e povoações de Espírito Santo, São João, Santo Iago, Santo Antônio e nas mais povoações, posto que tenham delas título dado por mim, sob pena de perderem as benfeitorias, e todo direito que nelas pretenderem ter, e pagarem 50 cruzados, a metade pera quem os acusar, e metade pera as obras da fortaleza desta cidade, capitania do Salvador. Hoje 2 dias do mês de maio de 1571 anos. – Mem de Sá." – "Trabalhos dos primeiros jesuítas no Brasil", in *Revista do Instituto Histórico*, **57**, parte 1ª, 227. – (G.).

4 Carta de 30 de março de 1570. – B. N. – (C.).

5 *Sam* dizia aqui e na carta seguinte, em vez de sou. Assim se escrevia naquele tempo, e se pronunciava. – (A.). – Conforme ao latim *sum*. – (C.).

no mosteiro de Santa Catarina de Évora, mandou fr. Luís de Granada que se saísse. Não sei quanto serviço de Deus nem de V. A. foi deitar uma moça de um mosteiro na rua, sendo filha de quem o anda servindo no Brasil."[6]

Anos depois escrevia ao secretário de Estado Pero d'Alcáçova Carneiro, filho de Antônio Carneiro e conde da Idanha, a seguinte memorável carta, cujo ano se não menciona; mas que se pode coligir ser do tempo da regência do cardeal d. Henrique, e quando d. Sebastião teria já alguma parte no governo, pois se trata de "Suas Altezas". Diz assim:

> Senhor. – Todas as vezes que puder hei de alembrar a V. M. o perigo em que todas estas capitanias estão pela sua má ordem e pouca justiça, porque trabalhe, por serviço de Deus, com Suas Altezas que a provejam de algumas cousas que na sua carta aponto. Eu sou um homem só, e quanto tenho feito, em todo o tempo que há que estou no Brasil, desfaz um filho da terra em uma hora. S. A. dá as capitanias e os ofícios a quem lhos pede, sem exame se os merecem. E cá não há oficial que preste, nem capitão, que defenda uma ovelha, quanto mais capitanias, de tanto gentio e degradados. Tomo a Deus por testemunha, e a V. M. lhe lembro, que faço mais do que posso. A mercê que lhe peço é que me haja licença de Suas Altezas para me poder ir, que não parece justo que, por servir bem, a paga seja terem-me degradado em terra de que tão pouco fundamento se faz.[7]

---

6 Final da carta do derradeiro de março de 1560, datada do Rio de Janeiro, publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, **27**, págs. 227-229. – (G.).

7 Segue a conclusão: "Nosso Senhor a vida e estado de V. M. acrescente. Do Salvador a 10 de agosto. – Servidor de V. M. – Mem de Sá". – (A.).

Cremos que esta carta foi devida à nomeação, em 6 de fevereiro de 1570[8], de d. Luís Fernandes de Vasconcelos, que não chegou a lhe suceder[9], pois que a frota de seis navios e uma caravela em que vinha, com o padre Inácio de Azevedo, nomeado provincial, e um reforço à Companhia de Jesus de mais de sessenta militantes, foi desbaratada e aprisionada por navios dos huguenotes, às ordens uns de Jaques Sore, e outros de Jean Cap de Ville (Southey, **1**, 320 e segs.), corsários cujos nomes sentimos concorrer a fazer mais conhecidos (II).

Assim viu-se obrigado Mem de Sá a conservar ainda o mando; e bem que os espíritos se lhe afrouxavam, ele não se cansava de obedecer e de ser leal.

Em seus últimos dias, fez promulgar várias leis: a primeira obrigando os colonos do Brasil que tivessem quatrocentos mil-réis a apresentar um arcabuz, um pique ou uma lança, uma rodela ou adarga, e um capacete ou celada. Uma provisão (16 de março de 1570) concedia isenção de tributos aos engenhos que se fizessem dentro de dez anos, pagando apenas o açúcar dez por cento à entrada no reino; providência que depois foi mais de uma vez renovada, bem que desta primeira vez fosse resolvida como uma espécie de indenização pela perda sofrida na rebaixa que se decretou em

---

8 Livro 28 de d. Sebastião e d. Henrique, fls. 34. Vasconcelos trazia mais 200$000 de ordenado, isto é, 800$000. – (A.). – Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **2**, fls. 136 e segs. – (C.).

9 Lourenço da Veiga, mais tarde governador do Brasil, foi capitão-mor da armada, mandada em busca do corsário que matou a d. Luís Fernandes de Vasconcelos, quando vinha para o Brasil. – Dr. Gaspar Frutuoso, *As saudades da terra*, pág. 161, Funchal, 1873. – (G.).

toda a moeda de cobre, a fim de evitar o contrabando que dela se chegara a fazer.

Outra lei versava ainda sobre os índios, que agora quase todos se declaravam de uma vez forros. Consideramos de tal importância seu texto que julgamos dever aqui transcrevê-lo[10]:

> D. Sebastião, etc. Faço saber aos que esta lei virem que sendo eu informado dos modos ilícitos que se têm nas partes do Brasil em cativar os gentios das ditas partes, e dos grandes inconvenientes que disso nascem, assim para as consciências das pessoas que os cativam pelos ditos modos, como para o que toca a meu serviço e bem e conservação do estado das ditas partes, e parecendo-me que convinha muito ao serviço de Nosso Senhor prover nisso em maneira que se atalhasse aos ditos inconvenientes, mandei ver o caso na Mesa da Consciência, pelos deputados do despacho dela, e por outros letrados; e conformando-me nisso com sua determinação e parecer: Defendo e mando que daqui em diante se não use nas ditas partes do Brasil dos modos que se até ora usou em fazer cativos os ditos gentios, nem se possam cativar por modo nem maneira alguma, salvo aqueles que forem tomados em guerra justa que os portugueses fizerem aos ditos gentios, com autoridade e licença minha, ou do meu governador das ditas partes, ou aqueles que costumam saltear os portugueses, ou a outros gentios para os comerem; assim como são os que se chamam aimorés e outros semelhantes. E as pessoas que pelas ditas maneiras lícitas cativarem os ditos gentios serão obrigadas, dentro de dous meses primeiros seguintes, que se

10 Datada de 20 de março de 1570. Cópia deste documento no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **1**, fls. 3-4, de que o autor apenas deu a parte essencial. – (C.).

> começarão do tempo em que os cativarem, fazerem escrever os tais gentios cativos nos livros das provedorias das ditas partes, para se poder ver e saber quais são os que licitamente foram cativos. E não o cumprindo assim no dito tempo de dous meses, hei por bem que percam a ação dos ditos cativos e senhorio. E que por esse mesmo feito sejam forros e livres. E os gentios que por qualquer outro modo e maneira forem cativos nas ditas partes declaro por livres, e que as pessoas que os cativarem não tenham neles direito nem senhorio algum.

Esta lei de liberdade dos índios havia levantado no Brasil tão grandes alaridos, que chegavam à corte de contínuo, e foi necessário modificá-la, por uma carta régia, cuja execução não coube já a Mem de Sá, a quem em 1573 se concedia o suspirado regresso à pátria, regresso que não chegou a realizar, por haver Deus disposto de sua vida, ao cabo de dezesseis anos de governo. Não nos consta que deixasse testamento, documento este no qual (quando feito a sangue-frio e antes dos derradeiros momentos, em que o espírito se acha naturalmente acobardado e enfraquecido) nos houvera revelado porventura algumas circunstâncias importantes à História (III).

Os supramencionados favores aos jesuítas deviam concorrer a que o governador Mem de Sá, aliás íntegro e bom, mas desejoso de ceder seu posto, não fora rendido. Durante o seu governo, haviam os padres adquirido no Brasil tal ascendente que já para o fim tinham mais poder que o governador. Por uma carta régia obtiveram eles, a fim de fabricarem dois colégios, o produto das condenações e penas pecuniárias impostas pelas magistraturas judicial e administrativa, com direito de nomearem o recebedor; e por outra carta régia foi ordenado ao governador-geral que confirmasse as datas e doações das terras a eles feitas, ainda que não as houvessem benfeitorizado,

sem embargo de quaisquer ordens ou direito em contrário. Um alvará, de 5 de maio de 1570, recomendou que se pagasse pontualmente o que se lhes devesse de seus ordenados; e isso mesmo se repetiu depois em outro de 14 de fevereiro de 1575[11].

Também a este governador caberia o fazer cumprir o regimento dado aos capitães-mores, em 10 de dezembro de 1570, o qual, na corte, foi uma espécie de preparativo de tropas para a infausta expedição, que veio a ter o desfecho em Alcácer-quibir.

O ilustre Mem de Sá começava de dia para dia a esmorecer. A muitas propostas suas não se atendia, e o laconismo das respostas que se davam às suas correspondências era tal (depois da primeira carta régia que transcrevemos) que sucedeu às vezes com poucas linhas e um só aviso[12] corresponder a três correios seus; tudo se reduzia a promessas, e a assegurar-lhe a muita confiança que nele tinha o governo. Entretanto sabemos, por outro lado[13], que corria no Brasil que ele no reino "não tinha ninguém por si". Veio a falecer em

---

11 Do alvará de 5 de maio de 1570, mandando pagar aos padres da Companhia o que se lhes devesse de seus ordenados, encontra-se cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **1**, fls. 12; com a data de 14 de fevereiro de 1575 existem três alvarás relativos a pagamentos aos mesmos padres, ibidem, fls. 15-17. – (G.).

12 Os rascunhos destas respostas de que temos cópias, em nossa coleção, se encontram a fls. 227, 231, 281 v., 356, etc., do l. **X** da Col. chamada de São Vicente de Fora – conhecida dos eruditos. – (A.).

13 Carta de Nóbrega a Tomé de Sousa, de 5 de julho de 1559. – (A.). – Publicada pela primeira vez por B. da Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, **6**, 63-100; reproduzida por Acióli, *Memórias históricas da Bahia*, **3**, págs. 210-235; e por Vale Cabral, *Cartas*, págs. 146-168. O original conserva-se na Biblioteca Nacional. – (G.).

2 de março de 1572[14]. Pode-se dizer que aos seus esforços deveu o Brasil o começar a viver independente de socorro.

No Rio de Janeiro não ocorrera novidade. Cristóvão de Barros aí construíra um engenho, por sua conta[15]. Em 1569[16] assentara o bispo de revestir o pároco da cidade com as atribuições de ouvidor eclesiástico, constituindo-o, ao mesmo tempo, delegado seu nos artigos do Santo Ofício, de cujo tribunal de Lisboa era o bispo no Brasil comissário ou subinquisidor. O primeiro pároco que teve tais poderes foi Mateus Nunes[17]. O dito Cristóvão de Barros, em outubro

---

14 Miralles, pág. 321. – (A.). – *Anais da Biblioteca Nacional*, **22**, Rio, 1900. "Faleceu o governador Mem de Sá em domingo às 10 horas dos dois dias do mês de março de 1572, pelo que pus esta verba: Oliva" – lê-se no *Livro 1º de provimentos seculares e eclesiásticos*, fls. 128: Bibl. Nacional. – (C.). – Segundo documento que viu Capistrano de Abreu na Biblioteca Nacional, ficou governando interinamente, desde a morte de Mem de Sá até a posse de Luís de Brito de Almeida, o ouvidor-geral e provedor-mor da fazenda, doutor Fernão da Silva, que por provisão de 9 de março de 1572 mandou fazer inventário de toda a fazenda do governador, designando para isso o alcaide do mar Diogo Zorrilla com o tabelião Diogo Ribeiro, "porquanto eu ao presente não posso hir por muytas ocupaçõis". – (G.).

15 "Era Cristóvão de Barros homem sagaz e prudente, e bem afortunado em as guerras, e assim, depois que chegou ao Rio de Janeiro, em todas as que teve com os tamoios ficou vitorioso e pacificou de modo o recôncavo e rios daquela baía que, tornados os ferros das lanças em fouces e as espadas em machados e enxadas, tratavam os homens já somente de fazer suas lavouras e fazendas, e ele fez também um engenho de açúcar junto a um rio chamado Magé..." – Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 18 (ed. de 1918, pág. 211). – (C.).

16 Prov. de 20 de fevereiro e 15 de agosto. Veja Pizarro, *Memórias*, **2**, 38; Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 179 e 314. – (A.).

17 Foi talvez este que teve com os jesuítas conflitos a que se refere Sacchini, *Hist. Soc. Jes.*, parte 3ª, **4**, v. 297. Dada em extrato por A. Henriques Leal na *Revista do Instituto Histórico*, **34**, parte 2ª. – (C.).

(31) de 1571, foi reconduzido no governo por mais quatro anos[18]. Ao mesmo tempo recebeu ordem para que considerasse devolutas e distribuísse as terras que dentro de um ano não fossem aproveitadas[19]. Para mestre das fortificações do Rio de Janeiro foi nomeado Francisco Gonçales[20]. A respeito da Ilha Grande, que havia sido doada, em 24 de janeiro de 1559, com dez léguas de costa fronteira, na Angra dos Reis, a um dr. Manuel da Fonseca, nenhumas notícias pudemos colher. Sabemos, porém, que não beneficiou essas terras, apesar de haver delas pedido e obtido confirmação régia em 28 de julho de 1573 e 12 de outubro de 1575.

Pernambuco prosperava, graças à pacificação e sujeição dos índios, para que tanto acabava de contribuir Jorge de Albuquerque (IV), irmão do segundo donatário e seu sucessor, favorecido pelos ataques dirigidos contra os caités por outros índios do sertão[21].

---

18 Basta comparar esta data com a que ficou expressa na seção XIX (pág. 605) para ver o equívoco do autor, e que não houve recondução. Cristóvão de Barros veio nomeado por quatro anos e trouxe também o cargo de provedor da fazenda. Foi quem recebeu Antônio de Salema no Rio de Janeiro e ajudou-o nas suas guerras. – Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 23 (ed. de 1918, págs. 226-227). Dos documentos citados há cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, 2, fls. 87 e segs. – (C.).

19 Provisão de 27 de outubro de 1571. Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **2**, 90. – (G.).

20 Provisão de 17 de novembro de 1571. Francisco Gonçales ou Gonçalves vencia o ordenado de 80$. – Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **2**, 95. Provavelmente foi o mesmo que obteve em sesmaria 1.500 braças de largo e 3.000 para o sertão ao longo do rio chamado Piaçu, em 26 de janeiro de 1574. – *Revista do Instituto Histórico*, **63**, parte 1ª, pág. 103. – (G.).

21 "Confederaram-se os tupinambás seus vizinhos com os tupinaéns pelo sertão, e ajuntaram-se uns com os outros pela banda de cima, donde os tapuias também apertavam estes caités, e deram-lhes nas costas e de tal feição os apertaram que os fizeram descer todos para baixo, junto do mar, onde

Antes de passar adiante, cumpre dizer que, enquanto o Brasil chorava a morte do seu terceiro governador, sofreu a perda do segundo prelado da diocese, d. Pedro Leitão, que acabava de fazer uma visita a Pernambuco (V). Ambos haviam favorecido o ascendente nos negócios públicos dos padres da Companhia de Jesus. O último lhes legou a sua livraria. Convocou Leitão o primeiro sínodo brasiliense, ao qual só concorreram clérigos da Bahia, nenhum letrado ou canonista. Entretanto, neste sínodo, resolveram-se várias mudanças nas constituições de Lisboa, até ali em vigor, e se ordenaram alguns dias-santos, diferentes dos adotados no calendário metropolitano[22].

NOTAS DA SEÇÃO XX

I
(Pág. 624)

Sobre motins de índios meio convertidos, em 1568, lê-se na crônica jesuítica de 1583, *Revista do Instituto Histórico*, **57**, parte 1ª, 238:

"No anno de 1568, na semana santa, se levantou alguma da escravaria dos Portuguezes, a saber, de Japacé, Paranamirim e outras fazendas, fugindo para o sertão, na qual fugida mataram alguns Portuguezes, pondo fogo a algumas fazendas, roubando o que podiam. Eram estes escravos daquelle gentio, que os Portuguezes houveram no tempo da fome, e daquella doença grande que veio, assim das nossas igrejas, e da sua comarca, e do rio Real, como acima vai dito, ilicitamente resgatados,

---

acabaram de desbaratar, e os que não puderam fugir para a serra do Aquetiba não escaparam de mortos ou cativos." Gabriel Soares, *Tratado descritivo*, **1**, 19.

A serra de Aquetiba não foi ainda identificada com certeza. Na *Revista do Instituto Histórico*, **14**, 372, insinua Varnhagen que deve ser a de Tiúba, mas é pouco provável, porque devia ficar do lado de Pernambuco. – (C.).

22 Anchieta, *Informações e fragmentos históricos*, **9**, Rio, 1886. – (C.).

os quaes, depois que souberam, que cousa é ser escravo, polo terem bem experimentado em si, vendo que já não tinham nenhum remedio, imaginaram, que lhes vinha falar um santo, o qual lhes mandava, que se fossem para suas terras, e com isto se levantaram, como tenho dito. Os que de toda esta gente se poderam salvar dos Portugueses e índios das igrejas dos Padres, que foram após elles, tomaram muitos, se foram meter com o gentio do rio Real, por serem ali naturaes..." – (C.).

Para essas desordens e outras sucedidas antes e depois havia de ter influído a abusão chamada Santidade, que não era mais do que a assimilação grosseira de ritos católicos com tradições e práticas gentílicas. A tal seita não faltam referências em cartas dos primeiros jesuítas, como também, e principalmente, nos documentos sobre a visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, na última década do século XVI.

Fernão Cabral de Ataíde, rico senhor do engenho de Jaguaripe, que descreve Gabriel Soares, *Tratado*, pág. 144, Rio, 1851, é acusado naqueles documentos de ter consentido em sua fazenda a mesma abusão. Confessando-se perante a mesa do Santo Ofício, não negou o fato, explicando-o de modo razoável, *Primeira visitação – Confissões da Bahia*, pág. 36. Entretanto, esteve preso no cárcere do Santo Ofício, como se vê da confissão de sua mulher d. Margarida da Costa, ib., 101, por essa e outras culpas.

A Santidade foi extinta ao tempo do governador Manuel Teles Barreto. – (G.).

II
(Pág. 627)

O trágico sucesso passado junto à ilha da Palma em julho de 1570 foi uma das maiores desgraças para o Brasil nesse século, pois Inácio de Azevedo combinara a sua missão de modo admirável, que permitia as maiores esperanças: os nomes dos companheiros de Inácio de Azevedo, vítimas de Sore, apud Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia*, **4**, 18 e segs. D. Luís de Vasconcelos, depois de levado pelos temporais a São Domingos, caiu o ano seguinte nas mãos de outro corsário francês J. de Cap de Ville: conf. frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 16 (ed. de 1918, pág. 203). Lourenço da Veiga, mais tarde governador do Brasil, foi mandado com uma armada buscar o corsário que matou d. Luís de Vasconcelos: Gaspar Frutuoso, *Saudades da terra*, 161. D. Luís era filho do arcebispo de Lisboa, d. Fernando de Meneses; uma filha sua foi terceira mulher do segundo conde da Castanheira: Braamcamp Freire, *Brasões da sala de Cintra*, **2**, 472. Gaffarel dá para a morte de Inácio de Azevedo o ano de 1565, quando ainda não estivera no Brasil, e fixa a morte de d. Luís de Vasconcelos seis anos mais tarde! Segundo o mesmo autor, Jaques Sore, ou Sória, foi depois almirante de Navarra e resistiu em La Rochelle ao barão de la Garde: *Histoire du Brésil Français ou seizième siècle*, 355-356, Paris,

1878. Mariéjols assegura que ele agia de acordo com os Geux do mar da Holanda: em Lavisse, *Histoire de France*, 6, **I**, 112, Paris, 1904. – (C.).

A data da morte de Inácio de Azevedo e seus companheiros é fixada pelos cronistas em 15 de julho. Nesse dia, diz Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Rio, 1925, pág. 327, era costume no colégio de Pernambuco festejar-se dentro de casa o martírio daquele padre e dos que o acompanhavam. Os nomes destes vêm mencionados por Simão de Vasconcelos, loc. cit., por Brito Freire, *Nova Lusitânia*, liv. **2**, pág. 81, Lisboa, 1675, e no *Agiológio lusitano*, t. **4**, págs. 176 e 177. Foram eles: Diogo de Andrada, Bento de Castro, Diogo Pires de Niceia, João de Maiorca, Gonçalo Henriques, Manuel Rodrigues, Manuel Pacheco, Estêvão Lusaire (ou Zurara), Manuel Álvares, Simão da Costa, Manuel Fernandes, Brás Ribeiro, Antônio Soares, João Fernandes Braga, João Fernandes de Lisboa, Pedro de Fontoura, Luís Correia, Luís Rodrigues, André Gonçalves, Afonso Baiena, Francisco Pires de Godói, Antônio Correia, Gregório Escrivano, Álvaro Mendes, Nicolau Dinis, Domingos Fernandes, Antônio Fernandes, Francisco Álvares, João Safra, Marcos Caldeira, Francisco de Magalhães, Simão Lopes, Aleixo Delgado, Pedro Nunes, Fernão Sanches, João de São Martinho, Gaspar Álvares, Amaro Vaz e João Adauto. Foram ao todo trinta e nove, sem contar Inácio de Azevedo. Gaffarel, op. cit., pág. 355, reduz esse número a trinta e cinco e diz que Sore poupou apenas um noviço, que ainda trazia o hábito secular. Refere-se ao irmão João Sanches, que depois tornou a Portugal. Sobre os autores da chacina, veja Charles de la Roncière, *Histoire de la Marine Française*, t. **4**, págs. 108-119.

Inácio de Azevedo era o filho mais velho de d. Diogo de Azevedo, comendador de São Martinho, irmão de d. Francisco de Azevedo, a quem deixou o morgado, e de d. Jerônimo de Azevedo, que foi vice-rei da Índia.

A d. Luís Fernandes de Vasconcelos por certo os fados não favoreciam. Indo por capitão-mor de uma armada de cinco velas que d. João III mandou à Índia no último ano de seu reinado, aconteceu que, antes de zarpar do Tejo, a capitânia *Santa Maria da Barca*, ou *Nossa Senhora da Barca*, fez água tão grossa que quase ia ao fundo, pelo que foram as outras naus mandadas seguir viagem. Os pescadores de Alfama tiveram o caso como castigo divino, porque o arcebispo pai de d. Luís lhes proibira naquele ano as suas tão antigas cerimônias, com que veneravam e festejavam o dia do bem-aventurado são frei Pedro Gonçalves, levando-o às hortas de Enxubregas com muitas folias, cantigas, danças, etc. A nau do capitão-mor só pôde dar de vela depois de muitos dias de penoso trabalho, fora da monção, e foi encontrar na costa da Guiné tantas calmarias que a obrigaram a invernar no Brasil: Couto, *Décadas*, **7**, liv. 5, cap. 2. A 14 de agosto arribava à Bahia. O capitão-mor e os fidalgos que vinham na nau, entre eles Luís de Melo da Silva, foram recebidos por d. Duarte da Costa, que os agasalhou, banqueteou e deu pousadas à vontade, e o mesmo fez a mais gente, a que deu mantimentos todo o tempo que ali esteve: Couto, ibidem, e frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, cit., pág. 162, por idênticas palavras. Prosseguindo em sua derrota, a nau chegou a Moçambique a 2 de

maio de 1558, para, após muitos trabalhos, na altura da ilha de São Lourenço, em fins de janeiro do ano seguinte, sofrer horrível naufrágio, de que escaparam com vida o comandante e sessenta pessoas da tripulação, morrendo duzentas ou mais: Couto, *Décadas*, **7**, liv. 8, cap. 1. Os mesmos fados malfazejos deviam acompanhar d. Luís de Vasconcelos em sua viagem ao Brasil para substituir Mem de Sá. – (G.).

III
(Pág. 629)

Mem de Sá deixou o seguinte testamento:

"Em nome da Santissima Trindade padre, filho e Esprito Santo tres pesoas e hũ soo Deus estando eu Men de Saa do conselho del Rei noso Sñor, em todo meu sizo, e entendimento hoie uinte e oito dias do mes de julho de mil e quinhentos e sessenta e nove annos e de saude, conheçendo porem que sou pesoa mortal e q necessariamente ei de morer por saude e salvação da minha alma e descarguo de minha consiencia faço este meu testamento da minha letra e sinal, primeiramente encomendo a minha alma a Deus noso Senhor que a criou e a fes de nhuã cousa e peço e rogo a sacratissima Virgem Nossa Senhora auogada dos peccadores queira ser minha auogada, emterçesora ao seu bento filho me perdoe os meus peccados, e me de a sua graça para uiuer e morer na sua Sancta fee catolica fazendo obras de seu sancto seruiço, e merecedoras da uida eterna. Item mando que quando Deus for seruido de me leuar deste mundo estando no Brazil donde ora rezido o meu corpo será enterrado no mosteiro de Jesus da cidade do Salvador dentro na capella da igreja noua, onde me poram huã pedra em sima do meu corpo da milhor que se na terra achar de seis palmos de largo e oitto e meio de comprido com letras e que digam que estou ali sepultado, e acompanharam o meu corpo as dignidades conegos e mais crerezia da See. E meus testamenteiros mandaram levar a oferta que lhes parecer; e os irmãos da misericordia me leuaram na sua tumba a qual deixo tuinta cruzados por me leuarem e me mandarem dizer hũ anno inteiro huã misa quada somana e hiram com o meu corpo os irmãos e a çera do Sanctissimo Sacramento a qual deixo des cruzados, e meus testamenteiros mandaram levar a mais çera que lhes parecer, e morrendo – qualquer outra parte do Brazil me traram o meu corpo a esta cidade do Salvador, e me enterraram onde digo, e declaro que a minha uontade he fazer huã capella em Sam Francisquo de Lisboa ou em qualquer mosteiro outro de Lisboa e para me dizerem ahi as misas que ao diante declararei; Roguo a meu filho Francisco de Saa ou a quem erdar meus bens que em podendo me façam levar os meus osos a dita cidade de Lisboa e os aiuntem com os de Dona Guiomar de Faria minha molher, e na sepultura ou pedra nos poram hum letreiro que diga como estamos ali sepultados e porque Dona Breatis minha filha esta sepultada cõ Dona Guiomar sua mai quando tirarem os osos de huã e outra faram

outra pedra para Dona Breatis. Podendo-se conhecer os osos que seram mais piquenos que os de sua mai com letras que declarem que esta ali sepultada Dona Breatis de Saa a qual moreu de idade de doze anos. Item declaro que eu tomei por devação fazer a igreja do mosteiro de Jesus fica por madeirar e telhar ao tempo que faço este testamento roguo a meus testamenteiros que acabem de madeirar e telhar se o eu não fizer em uida o que se fara do que couber a minha terça o forro da capella sera de paineis para se poder pintar de figuras com oleo auendo bom pintor que o saiba bem fazer o corpo da igreja sera forrada de iugado ou como milhor pareçer; Item declaro que eu fui cazado com Dona Guiomar de Faria, a qual faleçeo em Lisboa na freigezia de Sam Nicolao no anno de corenta e dous, por sua morte fiz enuentario de toda a fazenda que me fiquou, e ficaram me por sua morte sinquo filhos dela Joam Rõiz de Saa que faleçeo em Ceita onde o mataram os mouros e morreu com Dom Pedro de Menezes seu capitam Fernão de Saa que trouçe comigo quando uim por Gouernador ao Brazil, e mandando socorrer a capitania do Espirito Sancto o mataram os tamoios despois de os terem desbaratados, e uencidos, e Dona Breatis de Saa que faleçeo em Lisboa e todos tres faleçeram despois de sua mai; ficaram uiuos ate oje que faço este meu testamento Francisco de Saa e Dona Felippa de Saa; Deus seja louvado os declaro por meus legitimos herdeiros. Item tenho no Brazil dous engenhos de fazer asuqueres com sua escrauaria da terra, e alguã de Guine, huã esta na capitania dos Ilheos a que chamão a fazenda de Sancta Anna. Item duas legoas e meia de terra como se uera pelas escrituras que diso tenho. Tenho na capitania da Bahia do Salvador tres legoas e meia de costa, e quatro para o certam como duas ilhas em Seregippe onde fiz hũ engenho dasuqueres tenho algũs escravos de Guiné e outros da terra como se pode uer pellos enuentarios e bois e outros moueis aualiaram-se ham ao de Seregippe com todas as terras, e agoas na minha terça e a deixo a Francisco Saa meu filho com tudo o mais que me couber na minha terça, a deixo ao dito meu filho e asi as ilhas que estam na boca de Seregippe e todos os escravos, e bemfeitorias e mais mouel que na dita fazenda ouer se tomara a conta da terça, e sendo cazo que me caiba mais fazenda de dinheiro aparte da terça se empregara em bens de rais porque lhe deixo a terça uinculada por uia morgado pera que a logre e peçua em sua uida e por sua morte fique a seu filho maior legitimo e de legitimo matrimonio e não tendo filho varão legitimo e de legitimo matrimonio e não tendo uirão estes bens que tome em minha terça e eu ao diante declarar a minha filha Dona Fellippa de Saa ou a seus filhos sendo ella já falecida, declaro mais que minha vontade he emquanto ouuer macho em igual gráo ho não erde femea ainda que seia mais uelha, e vindo a duuida de filho ou neto que o erde o neto e esta ordem se guardará nas femeas, não auendo machos porem sendo o neto femea do filho macho precedera a femea, e faleçendo os ditos meus filhos sem filhos nem netos de legitimo matrimonio, se Francisco de Saa tiver algũ filho de molher solteira branqua que não fosse escrava nem preta, nem da India ou do Brazil este en tal cazo erdara o morgado e não tendo filho e tendo filha femea ainda da mesma maneira ela quero que o herde este morgado, e quando Deus fose servido que todos os meus herdeiros

asima ditos faleçam sem filhos nem filhas nem netos e descendentes pela maneira asima dita, deixo de todos os meus bens que me couberem na terça por herdeira a minha alma, e mando que se vendam e se dem a terça parte á misericordia da cidade do Salvador, digo a terça parte dos bens que estiuerem no Brazil e couberem a minha terça e a outra terça parte auera o Colegio de Jesus da cidade do Salvador e peço ao provincial que naquele tempo tiuer cargo destrebua a outra terça, e parte dos bens que fica pelos mais neçessitados pobres que ouuer antão na terra e en cazarem alguãs horfans desamparadas, e os bens que em Portugal fiquarem a minha terça os deixo à misericordia de Lisboa para os distribuir com os pobres e isto no cazo asima dito, declaro, que se o filho maior que ouuer de herdar este morgado for inabel ou tiuer tal defeito de natureza que não seia para reger segundo que for abil e porem o filho segundo que pela dita maneira erdar o dito morgado sera obrigado a alementar o irmão inabil comforme a calidade de sua pesoa, e a pesoa que erdar este morgado se chamara de Saa e não se chamara doutro apelido algũ se não for por alguã semelhante obrigação a saber por herdar algũ morgado que obrigue a chamar-se de seu apelido, e porem sempre sera obrigado a chamar-se pro.ro de Saa, e declaro que sempre o macho percedera a femea, e posto que seia mais velha e asi meu filho como todos os que erdarem este morgado seram obrigados a deixarem as duas partes da sua terça anexa a este morgado os quaes bens ficaram uinculados, e em tudo segiram a sua natureza e comdiçõis para que vão em crecimento, e declaro, que a pesoa a que ouuer de uir este morgado o herdara sendo leiga, e por que sendo clerigo, ou religioso, ou de ordens sacras com que o papa não despense para casar o não herdará e pasara ao seguinte em grao em quem não aia o semelhante empedimento para não poder herdar estes ditos bens asi aos que faço em morgado, como os que adiante forem juntos a elle andaram sempre iuntos e se não diuidiram trocaram, nem escambaram, nem enlhearam em outra maneira alguã posto que seia por cazo de dotte ou por remir catiuos e a pesoa que posuir estes meus bens todos os que me couberem na terça sera obrigado a trazer o engenho de Seregippe bem consertado com duzentas e sincoenta pesoas, de seruiço, e trabalho e doze juntas de bois e sendo cazo que se ache tanto dinheiro pelo dito engenho que pareça que he euidente porueito uender se o posuidor os podera uender, e o preço que se por elle der se empregara no reino em bens de raiz livres dizimo a Deus os quaes seram de morgado e seguiram a propia natureza e ordem dos bens, que se uendem e tomesse minta terça como asima uai declarado, e o dinheiro que se pelos ditos bens der senão entregara a pesoa que os uender mas depozitar se ha em mãos de pesoas abonadas e riquas para se comprarem no reino os bens que asima dise; item declaro que acontesendo uir a soçeder a herdar femia este morgado se entendera sendo uirtuoza e cazando por uontade de seus paes ou de cada hũ sendo o outro falecido, e peço a meus testamenteiros que tanto que falecer me pagem todas as minhas diuidas e seruiços dos criados do dinheiro que se achar em meu poder a ora da minha morte, e em poder de Joam de Gois, ou de quem o tiuer e não auendo tanto dinheiro com que se posa pagar se uendera a prata e mouel, que tiuer e se achar por meu falecimento

para se acabarem de pagar as diuedas, serviços e mais obrigaçõis que tenho postas em hũ liuro meu piqueno que esta no meu escritorio escrito, e asinado da minha letra e sinal ao qual se dara credito tirando no que esta riscado, e dizem riscado por mim. Item tenho hũ cazal no termo de Torres Vedras o qual se chama o cazal do Pinheiro que esta em Runa he de capella e porque o dito cazal ha de andar em huã pesoa que eu posa nomear nomeo nele meu filho Francisco de Saa não o dando antes do meu falecimento e dote a Dona Felippa minha filha, e elle trara a colação setenta mil rs. que me custou. E todos os mais bens moveis e de raiz que se acharem meus no Brazil e em Portugal se repartiram ygualmente entre os ditos meus filhos tirada a terça que deixo a meu filho por uia de morgado como asima dise. Item a minha uontade he de cazar minha filha sendo Deus seruido, mando a meu filho, e asi o peço a meus testamenteiros que a cazem e se sua legitima não chegar a dez mil cruzados lhos perfarão da terça e sempre meu filho do rendimento da terça será obrigado a lhe dar dous mil cruzados e quanto a legitima não chegar a dezoito mil cruzados e isto não se cazando em minha uida e meu filho a não cazara sem licença e parecer do senhor Francisco de Saa de Menezes a quem peço me faça merce de a querer cazar onradamente a lembrar a sua Alteza a obrigação em que esta de me fazer huã asinalada merce, por meus seruiços e a deue fazer a meus filhos. Sua Alteza me fez merce de huã comenda de duzentos mil rs. foros para mim e dous mil rs. de moradia a qual eu não aceitei por esperar na sua grandeza que me fara a merce que lhe peço e mereço e morrendo a fara a meu filho e me ajudará a cazar minha filha e lhe dará dotte com que caze mais onrradamente e peço a Sua Alteza tome meu sobrinho Saluador Correa de Saa que esta por capitam do Rio de Janeiro por moço fidalgo cõ mil rs. de moradia pelos seruiços que lhe tem feitos, e tome meus criados em foro de caualeiros fidalgos por quam bem o tem seruido nestas partes nas gerras e na paz o qual eu não poso satisfazer, e peço o senhor Francisco de Saa de Menezes lhos dê. Eu tenho mandado muito açuquer ao reino a Fernão Pais e o mais arequadou João de Gois elle dará conta delle pelas sertidoẽins dos liuros dalfandega de S. A. que nesta cidade do Salvador que leua Gaspar da Cunha se pode saber o que lhe tenho mandado e pellos liuros dalfandega da capitania dos Ilheos que ainda não são tirados. Item João de Gois tem recebido do meu ordenado no Reino hũ conto, e tantos mil rs. e elle he tal que de tudo dara boa conta e asi do pao do Brazil que lhe mandei. It. Francisco Pirez de Caminha me levou na nao Rolete mil e tantas arrobas de suquere para Frandes que foram a saluamento Deus seja louvado e se uenderam bem dele dara conta e do que se ganhou nos empregos della para o Reino e do que empregou por minha conta de tudo tenho cartas suas arrecadar-se ha este dinheiro. It. A Lionardo de Saa morador em Viana mandei pelo nauio de que era senhoria e mestre Joam Aluares corenta e quatro caixas dasuquere em que hiam trezentas e sincoenta e noue arrobas e duas caixas e estas lhe mandei para elle que poderiam ter dezaseis ou dezasete arobas do mais ha de dar conta. It. Eu uendi hũ cazal no termo de Torres Vedras que se chama o cazal de Val de Mendares a retro para gastar em seruiço de Sua Alteza se ualer mais parecer bem tire-se. Item Joam de Gois ha muitos annos que arrecada

a renda dos outros meus cazais que tenho em Torres Vedras, e a tença que tenho com o abitto dara tambem conta dela. It. Na Bahia tenho ao prezente perto de quinhentas cabeças de gado com a nouidade deste anno deixo hũ curral junto do rio de Joane com çento e sincoenta cabeças, as mais mando leuar ao Açu que esta nas terras de Seregippe deste gado mandara ter cuidado Simão de Saa emquanto estiuer na fazenda de Seregippe, e depois o feitor que for da dita fazenda e do rio de Joane tera cuidado Vicente Monteiro o qual auera a terça parte de todo o gado que nacer despois de minha partida para o Reino, ou despois da minha morte sendo Deus seruido que morra no Brazil antes de me hir para o Reino, e pagara os custos soldo a liura. It. Eu tenho feito inuentario do mouel que tenho em caza o qual fica em poder de Vicente Monteiro falecendo no Brazil se uendera, tirando o que deixar a alguãs pesoas o mesmo se fará da prata tirando as duas taças de bastiaes que deixo a Francisquo de Saa meu filho. It. Daram a mai de Bastiam Machado uinte mil rs. pelo seruiço que me fez seu filho, e sendo falecida a quem ella deixar por herdeiro da sua fazenda. Item daram a Misericordia desta cidade uinte mil rs. não lhos dando em uida, e lhe daram mais dezasete mil rs. por obrigação de hũ defunto cujo testamenteiro fui. It. Eu pedi a hũ carpinteiro da rua dos Arcos por nome Lourenço Bras uinte mil rs. que estavão depositados na sua mão de huãs custas de hum feito que trouxe Christovão Esmeraldo contra Francisco de Brito se não são pagos paguem-se parece-me que se chama Men de Brito. Item sam obrigado em hũs sinquo mil rs. de huã condenação que se fez para as obras do mosteiro de Sam Francisco de Lisboa de que era escriuão Cosme Machado dos feitos, da ordem de Cristo, se não sam pagos pagem se a asi arecadei uinte mil rs. do emprestimo que fez Francisco de Saa meu irmão a sua Alteza se não são pagos pagar se am e o que achar por papeis que deuo a Bastiam de Morais e todas as mais diuedas que se achar por papeis que deuer declaro que tenho em meu poder hũ preto que se chama Antonio Nunes que ueio de Castella fogido e se me meteo em caza por ter hũ escrauo seu irmão depois fiz toda a deligencia que pude pelo restetuir a seu dono, ou o preço delle que foram corenta mil rs. estes lhe daram, e uinte e quatro mil pelo tempo que em meu poder esteve e querendo o escravo antes lho tornem e aia respeito ao ter por se não ir caminho da India para onde elle se queria ir. Item. Deixo a Diogo escravo forro e querendo estar em Seregippe lhe daram de comer e o necessario, e querendo fiquar em casa de Vicente Monteiro lhe rogo que o tenha e da roça de Seregippe lhe daram huã alqueire de farinha cada mes e cada hum anno, ou quando parecer necessario, hũ pelote, calçõis de pano pardo, duas camizas, hũ chapeo, sapatos, falecendo no Brazil. Item. Deixo a Domingos Gomez forro depois de seruir sinquo annos no engenho de Seregippe ou no dos Ilheos des do dia que me Deus leuar desta uida começaram os sinquo annos, no mesmo tempo dos sinquo annos depois de meu falecimento me seruira Antonio Nunes, e depois o deixo forro ficando comigo como declaro no liuro das diuedas e obrigaçõis que tenho. Item. Eu trouxe Diogo da Rocha comigo do Reino eu lhe tenho dado e satisfeito seu seruiço com o cobre que lhe dei para o seu engenho e com o gado que lhe tenho dado alem deste cobre, lhe emprestei huã caldeira a qual se arrecadará delle se a não arecadar

em uida. Item. Tenho duas escrauas de Guiné huã por nome Antonia e a outra por nome Maria que esta em poder de Diogo da Rocha estas se leuaram ao Reino e se daram a meus filhos para cada hũ sua a saber Antonia a Francisco de Saa meu filho e a Maria a Dona Felippa minha filha e mais mouel e gado se uendera tirando as duas taças douradas que se leuaram a Francisco de Saa o qual as não uendera nem por qualquer modo que seja emleará nem desfará e por suas morte as deixará a seu filho que por direito herdar o morgado no qual as anexo, e quero que em tudo sigam a natureza do morgado nem se uenderam os moueis do engenho de Seregippe nem escrauos nem bois que, nele estiuerem porquanto tomo tudo na minha terça e meu filho tomará o gado que ouer mister para proueito e meneio do ingenho o mais se uendera. Item. Eu sou obrigado a pagar aos herdeiros de Bastiam Machado uinte mil rs. como asima dise. It. Estes se pagaram tambem, comprei tres pessas que foram de Gaspar Lourenço a saber Inacio, Antonio, Francisco e o Inacio foi uendido em tres mil reis e e os dous ainda se não arremataram por fogirem ao tempo da rematação, nem o Inacio hera inda pago page-se. Item. Tenho mais em caza de Diogo da Rocha duas mamaluquas e huã de terra, as mamaluquas deixo forras, e rogo a Diogo da Rocha que trabalhe pellas cazar ao menos Guiomar a qual deixo uinte mil reis para aiuda de seu cazamento por a outra ser enferma uindo a sarar para poder cazar lhe deixo outros uinte mil rs. para aiuda de seu cazamento. A hum uaqueiro da capitania do Espirito Sancto por nome Pero Gonçalvez deuo seis uaquas que pacem de anno e meio dem lhas, e por que elle me entregou as suas em julho do anno de sesenta e oito se sabera se sam obrigado a dar lhas paridas e sendo lhas daram com as crianças. Item. Deixo a Vicente Monteiro cem mil réis pelo tempo que me seruio, e a Domingos trinta mil rs. a Luis Homem uinte e sinquo a Gaspar de Siqueira trinta mil rs. e aos mais a quatro mil rs. por anno a Gaspar da Cunha deixo cem cruzados e a Diogo Femandez sincoenta pelo tempo que seruiram. Item. Eu comprei huã escraua de Guiné a hum marinheiro por uinte tantos mil rs. de que lhe pasei letra e a hũ criado de Lucas Giraldes hũ escravo por nome Paulo por quinze mil rs. que tambem lhe pasei por letra os quais faleçeram no mar senão sam pagos saiba se delles e pagem se a quem pertencer e aos herdeiros de Gaspar Lourenço daram sincoenta mil rs. pelo seruiço que me fez. Todas as pesoas que dixerem que lhes deuo e não tiuerem conhecimento meu nem proua, e for pesoa de boa consiencia sera crido por seu juramento até contia de sinquo cruzados. Item. Deixo no Brazil por meus testamenteiros ao prouincial Luiz de Gram ou o prouincial que entam for, e a Diogo da Rocha meu sobrinho e a Vicente Monteiro aos quais pelo a honra da morte e paixão de Noso Senhor Jesus Christo ho queiram ser, e desemcarregar a minha alma, como deles confio, e em Portugal deixo aos senhores Fernão Rõiz Castello Branquo, e Antonio de Saa que uive em Santarem, e a Jeronimo Pereira de Saa meu sobrinho aos quais peço tambem e a cada hũ sejam meus testamenteiros e queiram desemcarregar a minha alma e cõ isto ei por acabado o meu testamento e reuogo qualquer outro que primeiro fizese posto que nela aja palauras de que se requeira fazer expreço menção oje seis dias de setembro de 1569 annos. Item. Declaro que a pesoa que erdar este meu morgado, tanto que o erdar sera

obrigado a fazer huã capella honesta e sem muitos gastos onde me diram cada mez duas missas huã no começo do mes outra no fim e a capella sera a Sam Francisco de Lisboa ou em outro qualquer mosteiro da dita cidade hoie aos uinte e oito do mes de julho de 1569 annos.

"It. Eu tinha na capitania dos Ilheos dez ou doze legoas de terra desde o rio das Comtas até Tinhara das quais fiz doação ao Colegio de Jesus da cidade da Bahia, e deixei por mim huã alagoa com legoa e meia de terra ou duas no Camamu, ficando se uendera e o dinheiro que se nella fizer se repartira antre meus herdeiros. It. Declaro que nas terras de Seregippe e Ilhas se despuzer alguã cousa dellas ẽ uida ou ẽ parte dellas que ualera o que em uida fizer e todauia a minha terça ficara uinculada a Francisco de Saa meu filho pela maneira que asima tenho declarado. Item. Tenho emprestado a Francisco Barreto quatro centos cruzados de que tenho seu conhecimento em poder de Vicente Monteiro se mos não pagar em uida arrecadem se delle tambem pus estas declarasois nos seis de setembro de 1569 annos. E posto que no começo diga que o fiz a uinte e oito dias do mes de julho não faça duuida por antam o comecei, e acabei aos seis dias de setembro como asima digo.

"Saibam quantos este publico estromento da prouação uirem que no anno do nascimento de Noso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e sesenta e noue annos aos sinquo dias do mes de outubro do dito anno nesta cidade do Saluador Bahia de Todos os Santos terras do Brazil nas pouzadas do senhor gouernador Men de Saa estando elle ahi em prezença de mim publico tabelliam abaixo nomeado e das testemunhas que ao todo foram prezentes logo pelo dito senhor gouemador Men de Saa da sua mão a minha me foi dado a cedola e testamento atras escrita dizendo que elle a fizera e asinara de sua mão e por que esta era a sua uontade me dise a mi publico tabelliam lho aprouase, e pedia as justiças e officiais del Rei Noso Senhor o comprisem e guardasem como se nela continha por quanto queria que se comprise, e auia por bem o qual testamento esta escrito em oito meas folhas cõtudo remeto e em testemunho e fee, de uerdade dele mandou ser feito este estromento de aprouação testemunhas que foram prezentes. Pero Teixeira caualeiro da caza del Rei Noso Senhor e Vicente Monteiro tizoureiro de S. A. e Gaspar de Siqueira Baltazar Vieira estantes nesta cidade, eu Dioguo Ribeiro tabelliam publico e judicial por el Rei Noso Senhor nesta cidade do Saluador e seus termos que este estromento fiz a que bem e fielmente sem cousa que duuida faça e com... aselei meu publico sinal que tal he foi testemunha Jeronimo Barboza que foram sinquo por todas."

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. – *Coleção jesuítica*. – Maço 19.

Esse *Testamento* foi reproduzido pelo dr. José Wanderley de Araújo Pinho, em sua memória apresentada ao Terceiro Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, inserta no volume III dos *Anais* do mesmo congresso, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941. – Ao *Testamento* juntou Wanderley Pinho o *Inventário dos bens de Mem de Sá no Brasil*, documento até então inédito, e enriqueceu um e outro com esclarecedores comentários e anotações.

Francisco de Sá faleceu no mesmo ano em que morreu seu pai, de 1572, a 19 de dezembro, em sua casa ao Rocio da Feira, com testamento, de que sua irmã d. Filipa de Sá era um dos testamenteiros, e testemunhas presentes dois cirurgiões, Manuel Pinheiro, morador na Rua Nova dos Mercadores, e Antônio Ribeiro, discípulo de Gil Lopes, cirurgião.

À Misericórdia de Lisboa deixou um legado de dez mil-réis e à irmã todos os seus bens.

D. Filipa estivera no convento das dominicanas de Santa Catarina de Sena, em Évora; em 1560 já ali estava e ficou até 1573. Contava então vinte e cinco anos de idade e passou procuração a João de Góis para receber e tomar posse das heranças do pai e do irmão, dos quais era universal herdeira.

A 22 de maio de 1573 contratou casamento no paço do duque d. Jorge, marquês de Torres Novas, com d. Fernando de Noronha, filho primogênito dos condes de Linhares, sendo o contrato dotal e de arras, e metade dos adquiridos. Constavam os bens da dotada dos engenhos do Brasil, que davam grandes rendas, casais em Torres Vedras, escravos, joias e 12.250 cruzados.

Enviuvando cedo e sem descendência, a condessa de Linhares retirou-se para sua quinta de Telheiras; muito devota da Companhia de Jesus, tomou por confessor o padre Antônio de Albuquerque, prior de Luminar, o qual lhe sugeriu a ideia de edificar a igreja para o novo colégio de Santo Antão, que a Companhia acabava de fundar em Lisboa. – Vitor Ribeiro, *A fundadora da igreja do colégio de Santo Antão (da Companhia de Jesus) e a sua sepultura*, in *História e memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, 2ª classe, tomo **XIV**, nº 1, págs. 14 e 15, Coimbra, 1911.

Enfermando no correr do ano de 1618, já septuagenária, fez dois testamentos, o primeiro a 20 de julho, em que declara que o seu dote e arras montavam a cinquenta e dois contos de réis; o segundo, a 31 de agosto, em que determina seja seu corpo enterrado "em sepultura muita fermosa na minha egreja de Santo Antão", e deixa todos os seus bens e ações, tanto em Portugal como no Brasil, à mesma igreja, ficando sua alma por herdeira, e por testamenteiros d. Fernão Martins Mascarenhas, bispo inquisidor-mor; Antônio Mascarenhas, padre provincial; Luís Lobo, reitor; Estêvão de Crasto e Simão de Sousa, esses quatro da Companhia de Jesus: ibidem, pág. 18.

A condessa faleceu dois dias depois, a 2 de setembro do referido ano.

Seu testamento, infringindo algumas das disposições testamentárias de seu pai, deu lugar a demandas, que ainda corriam em 1650, quando o padre reitor do colégio de Santo Antão, "para bem de sua justiça", requeria traslado do inventário que se fez por morte do governador Mem de Sá: Torre do Tombo, *Coleção jesuítica*, maço 19, cópia na Biblioteca Nacional.

Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* (ed. de 1918, pág. 206), informa: "... ainda que a condessa morreu sem deixar filhos herdeiros, ela legou estes bens ao

Colégio dos Padres da Companhia de Santo Antão de Lisboa, onde mandou fazer uma capela, e os padres de cá [do Brasil], não lhes parecendo bem pôr-se à demanda com os seus, deixaram o litígio à Misericórdia [da Bahia]".

O segundo testamento publicou Vitor Ribeiro, op. cit., págs. 46-47.

Veja o relatório de Norival de Freitas, em proveitosa comissão de exame nos arquivos de Portugal, *Revista do Instituto Histórico*, **70**, parte 2ª, págs. 831-835, onde vêm mencionados diversos documentos do Cartório dos jesuítas, existentes na Torre do Tombo e relativos a Mem de Sá e à sua herança. – (G.).

IV
(Pág. 632)

Jorge de Albuquerque chegou a Pernambuco em 1560, de lá partiu a 29 de junho de 1566, e não consta voltasse mais à capitania. A seu irmão, que não deixou filhos, sucedeu pela carta de 15 de maio de 1582.

Nas guerras do segundo donatário figurou um varão que se tinha por nigromântico, refere Anchieta, *Informações*, 5. Fernão Cardim, *Revista do Instituto Histórico*, **57**, parte 1ª, 206 (*Tratados da terra e gente do Brasil*, pág. 196, Rio, 1925): ajuntou a isto um clérigo português mágico, que com os seus enganos os acarretou todos a Pernambuco, e assim se acabou esta nação (a dos Viatãs, só mencionada por este autor), ficando os portugueses sem vizinhos que os defendessem dos potiguaras, os quais até agora que foram desbaratados por seguirem os portugueses, dando-lhes de súbito nas roças, fazendas e engenhos, queimando-lhes e matando muita gente portuguesa, por serem muito guerreiros, mas já pela vontade de Deus estão livres deste soçobro. E frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 15 (ed. de 1918, pág. 202): E principalmente veio um clérigo a esta capitania, a que vulgarmente chamavam o Padre do Ouro, por ele se jactar de grande mineiro e por esta arte era mui estimado de Duarte Coelho de Albuquerque e o mandou ao sertão com trinta homens brancos e duzentos índios, que não quis ele mais. Nem lhe eram necessários porque, em chegando a qualquer aldeia do gentio, por grande que fosse, forte e bem povoada, depenava um frangão, ou desfolhava um ramo, e quantas penas ou folhas lançava pera o ar tantos demônios negros vinham do Inferno lançando labaredas pela boca, com cuja vista somente ficavam os pobres gentios, machos e fêmeas, tremendo de pés e mão e se acolhiam aos brancos que o padre levava consigo, os quais não faziam mais que amarrá-los e levá-los aos barcos e aqueles idos, outros vindos, sem Duarte de Albuquerque, por mais repreendido que foi de seu tio e de seu irmão Jorge de Albuquerque, do reino, querer nunca atalhar tão grande tirania, não sei se pelo que interessava nas peças que se vendiam, se porque aquele padre mágico o tinha enfeitiçado. E foi isso causa pera que el-rei D.

Sebastião o mandasse ir pera o reino, donde passou e morreu com ele em África... E o Padre do Ouro também foi preso em um navio pera o reino, o qual arribou às ilhas, donde desapareceu uma noite sem mais se saber dele.

O Padre do Ouro chamava-se Antônio de Gouveia, hoje conhecido graças aos processos a que o sujeitou a Inquisição. Antônio de Gouveia nasceu na ilha Terceira em 1528 e depois de ordenado levou uma vida acidentada por diversos países da Europa. Em 1556 entrou para a Companhia, que logo deixou. De 57 a 64 esteve preso na Inquisição de Lisboa; em 1567, suspenso de *Sacris*, veio deportado para o Brasil. Na Bahia encontrou-se com d. Pedro Leitão, que às escondidas lhe restituiu as ordens. Passou para Pernambuco, onde fez guerras contra os índios, e deu-se por grande conhecedor de minas. As relações entre o padre suspenso e o bispo do Salvador não fazem honra ao prelado; uma carta que este lhe escreveu e a 20 de agosto de 1569, assinando-se *vosso grande amigo* e pedindo-lhe escravos, representa bem triste capitulação. Já a 1 de outubro do mesmo ano, Silvestre Lourenço, provedor e vigário-geral nas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, mandava lavrar um auto, provocado por fatos escandalosos de Antônio de Gouveia. Afinal, d. Pedro Leitão mandou prendê-lo a 19 de fevereiro de 1571. Executou a prisão Manuel Fernandes Cortiçado, ouvidor eclesiástico de Pernambuco e Itamaracá, com grande indignação do donatário Duarte de Albuquerque, que lhe deu ordem para retirar-se de sua capitania, apenas tivesse desempenhado a comissão. A ordem de prisão viera de Lisboa; talvez não fosse estranho a ela o fato de Antônio de Gouveia andar acoimando de herege ao jesuíta Amaro Gonçalves. Parece que pela atitude assumida nesta questão foi também preso o donatário e não Gaspar de Sousa, como afirma A. Henriques Leal; *Revista do Instituto Histórico*, **36**, parte 2ª, 155. Provavelmente entrou este nos casos que Antônio de Salema veio sindicar em Pernambuco.

Os processos de Antônio de Gouveia na Inquisição foram publicados por Pedro de Azevedo no *Arquivo Histórico Português*, **3**, 179-208 e 274-286, Lisboa, 1905. Sobre suas lutas com os jesuítas, conf. *Anais da Biblioteca Nacional*, **19**, 86, onde em vez de Antônio de *Gruca* se deve ler Antônio de Gouveia. – (C.).

O segundo processo do Padre do Ouro publicou Alfredo de Carvalho, *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **13**,171-211, Recife, 1908.

A prisão de Antônio de Gouveia em Pernambuco efetuou-se na Rua Nova de Olinda, nas pousadas de Anrique Afonso, juiz ordinário, a 25 de abril de 1571; a 10 de setembro era internado no cárcere de Lisboa, onde em 30 de dezembro de 1575 pedia em audiência aos membros do tribunal da Inquisição que o quisessem despachar ou lhe dar culpas que contra ele tivessem para se defender e livrar delas: Capistrano de Abreu, *Um visitador do Santo Ofício*, **4**, Rio, 1922.

A *Historia de la Fundación del Collegio de la Compañia de Pernambuco*, publicada na *Coleção de manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, vol. **VI** (Porto, 1923), págs. 9-10, refere as desordens provocadas naquela capitania por Antônio de Gouveia, sua prisão e remessa para o reino. – (G.).

V
(Pág. 633)

"*En el mes de Octubre deste año (1573) faleció el obispo Dom Pº Leiton muy devoto de la Compª. Confesavase con los nuestros y guiavase por su consejo en las cosas graves y esto tambien encomendava a sus vicarios, hiso muchas limosnas assi a este Colegio como a las demás Capitanias. Dexo a esto Colegio su libraria que era muy buena; deseó venir a murir entre nuestros hermanos y pediole com mucha instancia mas por muchos respeitos no vino a efecto*." – *Hist. de la fund. del Colegio de La baya de todolos Santos*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, **19**, 98-99, Rio, 1897. – No mesmo ano de sua morte a Inquisição, de que era comissário, queimou na Bahia um francês herege, ibidem.

De igual destino escapara João Cointa, senhor de Bolés, companheiro de viagem de Léry, que dele trata em mais de uma página do seu livro. Com seu gênio irrequieto, Cointa malquistou-se com Villegaignon, passou a São Vicente, esteve em Ilhéus e Pernambuco, auxiliou Mem de Sá na tomada do forte Coligny em 1560. Seguia da capitania de São Vicente para a Europa em companhia de Estácio de Sá, quando, arribando à Bahia, aí foi preso a 28 de dezembro. Seu processo, que durou anos, está hoje impresso nos *Anais da Biblioteca Nacional*, **25**, 218 e segs., Rio, 1904.

Indiscretamente, no desejo de glorificar Anchieta, os escritores da Companhia atribuíram-lhe um papel bem triste no suplício felizmente imaginário deste aventureiro desequilibrado. Como nasceu tal lenda tão pouco digna é ponto obscuro ainda, pois falta uma edição integral do livro de Pero Rodrigues, narrando a vida do taumaturgo, onde se poderia quiçá encontrar o ponto de partida: a da Biblioteca Nacional, *Anais*, **19**, feita por uma cópia tirada de Évora, está mutilada, e o códice de Alcobaça, que parece completo, continua inédito. Que o caso não passou como referem Beretário e Simão de Vasconcelos provaram C. Mendes de Almeida, na *Revista do Instituto Histórico*, **42**, parte 2ª, e A. de Novais, S. J., numa das conferências organizadas por Eduardo Prado em 1897, para celebrar o tricentenário da morte do ilustre jesuíta. Como se adivinhasse a glorificação prepóstera de que viria a ser vítima, teve este o cuidado de deixar escrito, *Informações*, 11, que J. de Bolés da Bahia "foi mandado pelo bispo d. Pedro Leitão a Portugal e de Portugal à Índia, e nunca mais apareceu".

No *Instrumento* de Mem de Sá, várias testemunhas se referiram a este fidalgo francês. D. Pedro Leitão deixou sem resposta os itens que tratavam dele. Talvez não gostasse de se lembrar da carta que João Cointa lhe escrevera, modelo de escárnio e insolência: *Anais da Biblioteca Nacional*, **25**, 265-266. – (C.).

A *Vida de José de Anchieta* pelo padre Pero Rodrigues foi reimpressa nos *Anais da Biblioteca Nacional*, **29**, Rio, 1907, conforme ao códice da Biblioteca de Alcobaça, mais completo do que o de Évora; aí o caso da execução do herege, que Anchieta

acompanhou à forca, vem narrado deste modo: "Conquistando o Governador Mem de Sá, a segunda vez o Rio de Janeiro, quis fazer justiça de um herege muito pertinaz, que entre os soldados franceses tomara. Encarregou-se dele o padre José, teve dificuldade em o reduzir, e pediu mais tempo, finalmente o reduziu com a divina graça, e o fez confessar e aparelhar para bem morrer; chegando ao ponto da execução, estava o padecente mui afligido, e impaciente pelo algoz se embaraçar em seu ofício; repreendeu então o padre ao algoz, e deu-lhe ordem que o fizesse bem".– Ibidem, pág. 237.

Um depoimento do padre Luís da Grã perante a mesa do Santo Ofício, na Bahia, a 14 de agosto de 1591, confirma o desterro de J. de Bolés para a Índia*: Primeira visitação – Denunciações da Bahia*, **1** pág. 331. – (G.).

Seção XXI

Redução do Rio Real, Itamaracá e Cabo Frio. Malogro na Paraíba.

Dez capítulos acerca do cativeiro dos índios. Dois governadores: Brito e Salema. Conquista do rio Real. Itamaracá. Projeto de ocupação da Paraíba malogrado. Sujeição de quilombos. Antônio Dias Adorno chega às minas de turmalinas. João Coelho de Sousa chega aos sertões de Minas. Antônio de Salema em Cabo Frio. Reunião dos dois governos. Desmembração eclesiástica. Alcácer-Quibir. O cardeal rei. O prior do Crato. Filipe II. Sua aclamação no Brasil. Vantagens e inconvenientes. Ideia de independência. Lourenço da Veiga. Projetos de Frutuoso Barbosa. Governo interino. Cosme Rangel. Abusos. Mesteres. Novo malogro na Paraíba. Galeões ingleses em Santos. Esquadra de Diogo Flores. Salvador Correia no Rio de Janeiro.

Mem de Sá não teve por sucessor um governador-geral: teve dois. Em fins de 1572 resolveu a Coroa dividir o Brasil em dois Estados, criando um novo das capitanias do sul, com a sede na cidade de São Sebastião (Rio de Janeiro), e continuando a cidade do Salvador (Bahia) como capital do Estado do norte, compreendendo os Ilhéus até o limite com Porto Seguro, ficando esta última capitania ao governo do sul.

Para o governo do norte foi escolhido o conselheiro Luís de Brito de Almeida[1]; e para o do sul o desembargador Antônio de Salema, que, como acabamos de referir, estava de correição em Pernambuco, onde recebeu a notícia. Dos precedentes do primeiro nada sabemos. Salema, depois de haver regido em Coimbra uma catedrilha de Instituta, e a cadeira do *Código*, passara, em 1570, à Casa da Suplicação e logo fora mandado com alçada em correição a Pernambuco, onde recebeu a notícia do novo despacho.

Na carta, nomeando a Luís de Brito, passada em Évora aos 10 de dezembro de 1572, dá o rei razão da novidade que introduzia, do seguinte modo: "Dom Sebastião, etc., faço saber aos que esta carta virem que consyderando eu como por as terras da costa do Brazill serem tão grandes e tão distantes humas das outras e auer ja agora nelas muitas povoações e esperança de se fazerem muytas mais pelo tempo em diante, não podiam ser tão inteiramente governadas como compria por hum so governador, como te qui nelas ouve, asentei asy para o que convem á conversão do gentio daquellas partes, e se dilatar nelas nosa santa fe, como para mais brevemente se administrar a justiça e elas se poderem melhor defender, e por outros respeitos, de mandar dous governadores ás ditas partes, hum para residir na

1 Luís de Brito de Almeida havia sido escrivão da Misericórdia em um ano de muita peste em Lisboa, e desamparando o provedor e irmãos o hospital, com temor do mal contagioso, ele assistiu sempre provendo-os de todo o necessário para a sua cura, pelo que el-rei lhe encarregou este governo. – Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 19 (ed. de 1918, pág. 213). Chegou à Bahia em maio de 1573; governou mais de cinco anos. Fora Salema nomeado para a alçada do Brasil por alvará de 7 de março de 1570 e partira a 6 de junho. Trazia de ordenado 300$ e mais 120$ em cada ano para mantimento de dez homens. – Documento no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **2**, 43. – (C.).

cidade do Salvador da capitania da Bahia de Todos os Santos, e outro na cidade de são Sebastião do Rio de Janeiro, e governar cada hum deles as terras de seus lemites, comforme a repartição que par yso mandei fazer; e vendo ora como para os cargos de *capitão da dita capitania da Bahia de Todos os Santos e do governador geral dela e das capitanias e terras que ha da banda do norte e asy da parte do sull ate a capitania dos Ilheos e lymite della, por onde parte com a de Porto Seguro*, que he huma das ditas duas governanças, he necessaria huma pessoa em que concorrão as partes que para isso se requeren, e pela muyta confiança que tenho de Luís de Brito Dallmeida do meu conselho que em tudo o de que o emcaregar me sabera bem servir, e o fará com o cuidado e vigilância que se dele espera, e como o sempre fez, nas cousas de que até qui foi encargado, e por folegar de lhe fazer mercê hei por bem, etc."

Salema se juntou primeiro na cidade do Salvador com o seu par, o governador Luís de Brito, e ouvindo ambos o novo ouvidor--geral Fernão da Silva[2] e os padres da Companhia, reconsideraram as disposições da lei última acerca da liberdade dos índios, em conformidade com as seguintes determinações, contidas numa carta régia a tal respeito: "No que toca ao resgate dos escravos, se deve ter tal moderação que não se impida de todo o dito resgate, pela necessidade que as fazendas deles têm, nem se permitam resgates manifestamente injustos, e a devassidão que até agora nisso houve."

As conferências havidas sobre este assunto produziram o acordo de 6 de janeiro de 1574 com os dez artigos que passamos a

2 Fernão da Silva já estava no Brasil em 20 de novembro de 1566. – Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 313. – (G.).

resumir. O primeiro proibia os resgates de gente entre os índios mansos ou de pazes. Pelo segundo se excetuaram da proibição os índios que depois de aldeados se fossem para o mato e andassem ausentes por mais de um ano. Limitava o terceiro a escravidão dos índios aos aprisionados em guerra manifestamente lícita e aos que, estando cativos de outro gentio, e com mais de vinte e um anos de idade, preferissem o cativeiro dos nossos. Pelo quarto se declararam defesos os resgates feitos sem licença dos governadores ou dos capitães; sendo incumbidos do exame deles os provedores e mais dois indivíduos, eleitos em câmara no princípio de cada ano. Dispôs-se pelo quinto que as pessoas vindas com os índios de resgate, quer por mar, quer por terra, se apresentassem na respectiva alfândega, antes de haver feito escala ou comunicado com alguém. Recomendou-se pelo sexto que os índios do resgate, nesta conformidade registrados, que fugissem, seriam a todo tempo entregues a seus primeiros senhores, mediante a propina de mil-réis e a indenização das despesas. Pelo sétimo os índios resgatados de que não houvesse registros declaravam-se forros. Pelo oitavo se fixou que fossem consideradas guerras justas as que os governadores fizessem conforme seus regimentos, ou as que ocasionalmente se vissem obrigados a fazer os capitães, com voto dos oficiais da Câmara e outras pessoas de experiência, dos padres da Companhia, do vigário da terra e do provedor da fazenda, de cuja resolução se devia lavrar auto. O nono declarou forros os índios que os capitães tomassem sem esta última cláusula, e as penas que sofreriam, tanto eles capitães como outros quaisquer indivíduos que fossem contra o que ora se deliberava. Mandou, finalmente, o décimo que os delinquentes, sendo peões, fossem açoutados em público, com baraço e pregão, e pagassem quarenta cruzados de multa; e sendo de maior qualidade, além da dita pena em dinheiro, fossem condenados a dois anos de degredo;

isto afora as outras penas em que pudessem incorrer, segundo as ordenações, leis e regimentos do reino[3].

Aprovadas estas disposições, seguiu Antônio de Salema a tomar conta do governo do sul, que exerceu, bem como Luís de Brito o do norte, durante quatro anos. Ambos os governadores se distinguiram pelo empenho com que procuraram promover a exploração do país e afastar para mais longe a extremadura que separava a civilização da barbárie. As disposições supramencionadas, a respeito dos índios, vinham favorecer a realização desse empenho; porquanto os colonos se prestavam agora mui voluntariamente para todas as conquistas, como o mais seguro meio de adquirir as melhores terras e os braços para as beneficiar.

---

3 Os dez artigos estão publicados nos "Trabalhos dos primeiros jesuítas no Brasil", in *Revista do Instituto Histórico* **57**, parte 1ª, 232-235.

Os efeitos imediatos do capítulo ou acordo são resumidos do seguinte modo por um contemporâneo:

"...Mas já agora nam ha esta desordem na terra, nem resgates como soía. Porque depois que os Padres viram a sem razam que com elles se usava, e o pouco serviço de Deos que daqui se seguia, proveram neste negócio e vedaram, como digo, muitos saltos que faziam os mesmos Portuguezes por esta costa, os quaes carregavam muito suas consciencias com cativarem muitos índios contra direito, e moverem-lhes guerras injustas. E pera evitarem tudo isto, ordenaram os Padres, e fizeram com os Governadores e Capitães da terra que nam houvesse mais resgates daquella maneira, nem consentissem que fosse nenhum Portuguez a suas aldeias sem licença do seu mesmo Capitam. E se algum faz o contrario, ou os agrava per qualquer via que seja ainda que vá com licença pelo mesmo caso he mui bem castigado conforme a sua culpa. Além disto pera que nesta parte haja mais desengano, quantos escravos agora vem novamente do sertão, ou de humas Capitanias pera outras, todos levam primeiro á alfandega, e ali os examinam, e lhe fazem perguntas, quem os vendeu, ou como foram resgatados, porque ninguem os pode vender senam seus pais, se for ainda com extrema necessidade, ou aquelles que em justa guerra os cativam: e os que acham mal adquiridos põem-nos em sua liberdade. E desta maneira quantos indios se compram sam bem resgatados, e os moradores da terra nam deixam por isso de ir muito avante com suas fazendas." – (C.).

De Luís de Brito várias são as empresas que nos cumpre historiar. A mais importante, e também por ordem cronológica a primeira, foi a do ataque e redução do gentio das terras do rio Real, ao norte da Bahia, e o estabelecimento nessas terras da primeira vila, com a invocação de *Santa Luzia*, com o que deixou prevenida a formação da capital, depois chamada de Sergipe. Esta conquista fora primeiro intentada pelo poderoso proprietário Garcia d'Ávila, cujos campos de criar se estendiam para essas bandas do norte. Luís de Brito, vendo por um lado a Garcia d'Ávila sem forças suficientes, e por outro muitas vantagens que o Estado poderia tirar da ocupação desse território, tão abundante de pau-brasil, decidiu-se a essa ocupação, que realizou com felicidade[4].

Outra aventura do mesmo Luís de Brito foi a de uma nova tentativa, semelhante a esta do rio Real, sobre o continente, e em terras por prescrição já também da Coroa, para o norte da ilha de Itamaracá.

---

4 Garcia d'Ávila partiu para a expedição acompanhando os jesuítas Gaspar Lourenço e João Solônio, em fevereiro de 1575. A 28 chegaram ao rio Real. Enquanto os jesuítas se internavam, Garcia d'Ávila tratava de fundar uma povoação, cujo local Luís de Brito não aprovou. Pelas cercanias se tinham refugiado os índios fugidos em 68 (veja nota I da seção XX); daí receios e intrigas que levaram Luís de Brito de Almeida àquelas paragens no ano seguinte. Na guerra que se seguiu foi morto o chefe Surubi, escravizada sua gente e levada para a Bahia. Outro chefe, Aperipé, conseguiu escapar. – Conf. "Primeiros trabalhos dos jesuítas Brasil", in *Revista do Instituto Histórico*, **57**, parte 1ª, 238-241; Gabriel Soares, ib., 14, 16; frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 19 (ed. de 1918, págs. 213-214); Sacchino, dado em extrato por A. Henriques Leal, *Revista do Instituto Histórico*, **34**, parte 2ª; Felisbelo Freire, *História de Sergipe*, 6 e segs., Rio, 1891. Nem um deles fala da vila de Santa Luzia. Diz Gabriel Soares que nestas guerras Luís de Brito perdeu apenas dois escravos. Entretanto, o resultado foi negativo, pois somente anos mais tarde pôde se estender a colonização para Sergipe. – (C.).

É de saber que o distrito fronteiro a esta ilha, que até então, em virtude da própria fertilidade das bordas do seu canal e dos rios que a ele vêm desaguar, e dos seus muitos mariscos e caranguejos, atraía continuamente bandorias de índios indômitos, começava a prosperar; havendo nas imediações vários engenhos de açúcar, cujos senhores se arriscavam aos perigos inerentes à vizinhança dos bárbaros, em troco das muitas outras vantagens que tiravam, estabelecendo-se em uma das paragens mais férteis e mais belas do litoral brasileiro; tanto mais quanto a ilha fronteira lhes servia sempre de valhacouto seguro, em caso de invasão dos mesmos bárbaros. Assim a ilha de Itamaracá podia então considerar-se a atalaia da civilização brasileira avançando para o norte, da mesma forma que mais tarde (e ainda agora), pela bondade de seu porto, e a excelência e abundância das suas águas e provisões, se considerou como posição de muita valia, para a defesa contra um inimigo superior, no mar.

Itamaracá era, porém, não só atalaia, o posto avançado da civilização, mas ao mesmo tempo o seu abrigo em caso de algum desastre; e os empreendedores, que se estabeleciam pelos rios do continente vizinho, punham antes nela as esperanças do refúgio do que em Igaraçu, vila aliás mais próxima, porém, no continente. Os mais ousados iam na dianteira, e em geral eram os ricos, por condição geral humana mais cobiçosos. Um destes, Diogo Dias, aventurou-se a ir estabelecer engenho no Tracunhaém, chamado hoje rio de Goiana. Veio o gentio da Paraíba e deu cabo de tudo, e orgulhoso de sua obra ameaçava o resto da comarca[5]. Informado Luís de Brito do sucedido, ordenou a

5 Conta frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 22 (ed. de 1918, págs. 223-225), que um mamaluco raptou na serra Copaoba uma filha de Iniguaçu (rede grande), chefe petiguar, a quem prometera ficar morando entre os

Fernão da Silva, que reunia os cargos de ouvidor e provedor-mor, que fosse a Pernambuco fazer alardo de gente, e pôr pelas armas cobro a tais ameaças, ocupando o rio da Paraíba[6]. Obedeceu Fernão da Silva: arranjou alguma força e partiu com ela. O gentio à sua chegada retirou-se; mas corrido de ceder a tão poucos, intentou um ataque e obrigou-os a todos a fugir pela marinha, até se refugiarem em Itamaracá.

índios, e levou-a para Pernambuco. Dois irmãos seus foram reclamá-la, e, já de saída para a Bahia, Antônio de Salema dela mandou fazer entrega. Na volta, passaram por casa de Diogo Dias, que se apossou da índia e não quis mais restituí-la. Daí o ataque ao engenho, dado por franceses e petiguares da praia e do sertão, "que não remeteram todos à cerca nem se descobriram, senão somente alguns, e ainda estes começando os nossos a feri-los de dentro com flechas e pelouros, se foram retirando como que fugiam; o que visto por Diogo Dias se pôs a cavalo e saindo da cerca com os seus escravos, foi em seu seguimento, mas tanto que o viram fora rebentaram os mais da cilada com um urro que atroava a terra, e o cercaram de modo que não podendo recolher-se a sua cerca foi aí morto com todos os seus, e a cerca entrada, onde não deixaram branco nem negro, macho nem fêmea que não matassem e esquartejassem". – (C.).

6 Por ocasião dessa diligência de Fernão da Silva deu-se um fato curioso, que vem assim narrado na *Historia de la fundación del Collegio de la Compañía de Pernambuco*, págs. 26-27, Porto, 1923:

"*El oydor general Hernando de Silba vino este ano por hordem del Gobernador Luis de Brito a visitar esta capitania i por aver hecho los yndios de la Parayba grandestrago en un ingenio, matando casi a toda la gente del, fueron com mucha gente dapie y dacaballo a darles guerra, mas ellos saviendo que yban los blancos en su busca desampararon las aldeas y huieron pera la sierra y por ser cosa peligrosa y ralla contentose con quemalles las aldeas y arancarles el mantenimento que tenian para que quando los francezes alli viniesen no hallasen nada. A la buelta les hizo una persona poderosa y principal una grande ynjuria assi para el como para las personas que avian ydo en su compañia, que fue poner en el camino un rueca con un huso para dar a entender que eran para poco. Huvo desto grande alboroto en el pueblo y hizieronse grandes autos de parte de la Justicia de que hubiéra de resultar mucho trabajo. Acudio a esto el padre superior y auitolos en esta casa donde los hizo amigos y el que havia hecho da injuria pidio perdon al hoidor y le puso una caña que traia en la mano diciendo que su merced le perdonase que bien merecia le diese com ella. Quedaron todos muy edificados desto.*" – (G.).

Incomodado Luís de Brito com este revés, e instado pelos moradores de Pernambuco, e principalmente pelos de Itamaracá, para que contivesse os agressores bárbaros seus vizinhos, reuniu na Bahia uma frota de doze navios, da qual deu a capitânia-mor a um sobrinho, Bernardo Pimentel de Almeida, e, com a mais luzida gente da cidade, se embarcou ele em pessoa em setembro de 1575[7]. Os ventos ponteiros e os mares de levadio conspiraram-se, porém, contra os seus desígnios. A frota dispersou-se. Uns, e entre estes o governador, voltaram à Bahia. O capitão do mar, seu sobrinho, arribou a Pernambuco, com algum navio mais; e cansado de esperar, regressou também por fim à Bahia. Seguiram-se no distrito desta cuidados sérios por alguns pretos fugidos, que insurretos em quilombos ameaçavam a tranquilidade dos lavradores. Era o primeiro ensaio dos bens com que nos mimoseara a pseudofilantropia. Conseguiu o governador sujeitá-los, mandando contra eles uma companhia de índios às ordens de Onofre Pinheiro, mamposteiro dos cativos da Bahia[8]; porém, tantos gastos havia feito

---

7 Veja "Sumário das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Paraíba", in *Revista do Instituto Histórico*, **36**, parte 1ª, 15-16. – (C.).

8 Só depois de falecido Lourenço da Veiga, sucessor de Luís de Brito de Almeida, foi que por mandado de Cosme Rangel "andou um Portuguez por nome Inofre Pinheiro com indios das igrejas buscando e espiando os negros de Guiné alevantados, que ha por esta Bahia, e deo nelles, de que tomou muitos, que se deram depois a seus senhores". – "Trabalhos dos primeiros jesuítas", in *Revista do Instituto Histórico*, **57**, parte 1ª, 244. – O fato ocorrido no tempo de Luís de Brito é narrado assim na mesma crônica, loc. cit.: "Quando os negros de Guiné alevantados deram em casa de Cristóvão de Aguiar, e lhe mataram dois homens, e lhe roubaram sua fazenda, estes índios acompanharam a Cosmo Rangel e a Diogo Dias (Vaz?) da Veiga, que foram a eles, e os destruíram, matando alguns e tomando outros, que deram a seus senhores". – (C.).

Diogo Vaz da Veiga era filho de Lourenço da Veiga e andou pelo Brasil, quando seu pai era governador, como capitão de uma armada; tinha o hábito de Aviz com 200$ de tença. – Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* a frei Vicente do Salvador, págs. 145-146. – (G.).

com a malograda expedição à Paraíba, que não ousou acometer de novo a empresa de sua conquista.

Em tempo de Luís de Brito, e ainda por ordem sua, foi Antônio Dias Adorno ao sertão em busca das minas de esmeraldas, que se diziam encontradas por Sebastião Fernandes Tourinho. Adorno subiu pelo rio das Caravelas, com cento e cinquenta de comitiva, e mais quatrocentos índios e escravos, e depois prosseguiu a pé, e chegou à tal serra chamada das Esmeraldas; encontrando turmalinas verdosas da banda do norte e outras azuladas da parte de leste, e de ambas as sortes trouxe muitas. Para o regresso, dividiram-se em duas escoltas, descendo uns pelo rio de Belmonte, até o mar, e seguindo Adorno por terra, até a Bahia, depois de passar pela fazenda de Gabriel Soares de Sousa, perto de Jequiriçá[9]. As informações que então obteria este fazendeiro do próprio Adorno induziram porventura seu irmão João Coelho de Sousa a empreender uma nova exploração, chegando a descobrir ouro e pedras nos sertões e tendo a desdita de falecer nas cabeceiras do rio Paraguaçu, quando retornava[10]. Deixou, porém, recomendado que levassem ao irmão, Gabriel Soares, o seu roteiro, com todas as indicações do que encontrara; o que induzia a este a passar à corte, a fim de aí requerer certos auxílios e privilégios, para empreender de novo tais descobrimentos, como veremos.

---

9 Gabriel Soares, **1**, caps. 37 e 40. – (A.). – Calógeras, *Minas do Brasil*, **1**, 388 e segs., Rio, 1904. A expedição começou em fevereiro de 1574 e tornou em abril do ano seguinte, como se vê de uma carta do jesuíta Inácio de Tolosa. Parece, entretanto, que Adorno fez mais de uma entrada, pelo que se lê em frei Vicente do Salvador, *História*, **3**, 20 (ed. de 1918, págs. 216-217), comparando com a carta do provincial da Companhia. – (C.).

10 Gabriel Soares, *Tratado descritivo*, **1**, 20. Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **4**, 24 (ed. de 1918, pág. 350). – (C.).

Pelas bandas do sul, Antônio de Salema imitava, nas tendências guerreiras, a Luís de Brito, seu par, do melhor modo que podia. Ameaçado de contínuo pela vizinhança incômoda dos índios de Cabo Frio, instigados por muitos franceses, que aí se haviam estabelecido em uma feitoria, onde faziam grande contrabando, principalmente de pau-brasil, resolveu-se o governador a reduzir essa paragem. Reuniu, pois, na cidade uma força de mil homens, compreendidos setecentos índios aliados. E para esta força o Espírito Santo contribuiu com seu tanto, e da capitania de São Vicente acudiu também com algum auxílio o delegado do donatário[11].

Melhor seguiríamos agora nossa narração, se não tivéssemos nesta conjuntura que lastimar o não aparecimento, ou talvez perda, de um livro escrito pelo próprio governador, acerca dos feitos desta jornada, da qual, vencedor como César, quis ser também o comentador, e nesta parte com mais autenticidade (I) do que o vencedor da então bárbara Europa central e ocidental. Somente sabemos que a vitória (II) foi completa; e que o número dos prisioneiros se avaliou em muitos mil[12].

---

11 *Revista do Instituto*, **6**, 407. – (A.). – Esta nota constou apenas da 1ª e da 2ª edições desta *História*. – (N. do E.). – Chamava-se Jerônimo Leitão. Conf. Anchieta, *Informações e fragmentos históricos*, 41, onde se lê que Salema matou muitos índios da primeira aldeia, e depois outros se entregaram sem guerra. Também do sertão do Paraíba vieram render-se muitos tamoios, e não ficou aldeia que se não sujeitasse até Macaé. – (C.).

12 Gabriel Soares, **1**, 55. Aí se lê que Cristóvão de Barros assistiu à jornada. – (A.). – Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 23 (ed. de 1918, pág. 227) o confirma. – (C.).

A carta de Inácio de Tolosa, cujo original se conservava na Biblioteca Nacional de Lisboa, ainda não foi publicada integralmente. A parte relativa às missões do padre Gaspar Lourenço publicou Felisbelo Freire, *História de Sergipe*, págs. 6-13, nota, Rio, 1891. Aí, onde se lê *Marial*, leia-se *rio Real*. Um

Apesar da glória que nessas jornadas adquiriram os colonos do sul, como na do rio Real os do norte, a experiência fizera conhecer inconvenientes na desmembração do Brasil, cujas forças com a divisão se enfraqueciam notavelmente, de modo que se tornavam menos aptas para acudir juntas a um ponto onde se apresentasse o perigo. Em vista, pois, dos próprios informes dos dois procônsules, a corte resolveu repor a governança no mesmo pé em que estava, nomeando "capitão da Bahia e governador-geral da dita capitania e de todas as mais terras e capitanias do Brasil" a Lourenço da Veiga[13], do conselho do rei. A carta de nomeação, em data de 12 de abril de 1577, do mesmo teor das dos seus predecessores, confere-lhe seiscentos mil-réis de ordenado[14]. Trazia Lourenço da Veiga um regimento, datado de 6 de maio desse mesmo ano[15], e recomendavam-se-lhe

---

trecho que se refere ao irmão Francisco Pinto deu o barão de Studart, nos *Documentos para a história do Brasil*, **1**, pág. 45, Fortaleza, 1904. – (G.).

13 Não Diogo Lourenço, como escreveu Southey [e Peter Carder], sem nenhuma correção do seu tradutor (**1**, 442) e outros compiladores. – (A. & C.).

14 Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **2**, fls. 139. – (G.).

15 O regimento de Lourenço da Veiga encontra-se na *Revista do Instituto Histórico*, **67**, parte 1ª, págs. 204-206. – (G.).

"Lourenço da Veiga, sendo mancebo, serviu algum tempo na Arzila e Tangere, onde foi ferido. Depois andou em algumas armadas por soldado; foi capitão-mor de uma que o mandaram em busca de um corsário que tomou um galeão e matou d. Luís Fernandes de Vasconcelos, quando ia para o Brasil; foi capitão-mor de outra armada para Mina, e de outra que veio a esta ilha (Madeira) dos Açores esperar as naus da Índia, onde antes tinha ido por capitão de uma nau. Ultimamente o mandou el-rei d. Sebastião por governador do Brasil, onde esteve quatro ou cinco anos, e faleceu, sendo de idade de cinquenta e um anos, já em tempo d'el-rei d. Filipe. Ficaram-lhe seis filhos e duas filhas." – Gaspar Frutuoso, *As saudades da terra*, 161, Funchal, 1873. – (C.). – Nota 9 da seção XX.

Lourenço da Veiga foi à Índia por capitão da nau *Anunciada*, na armada do capitão-mor João Gomes da Silva, que saiu de Lisboa em 18 de março

várias reuniões e supressões de empregos. Eram mandados reunir em um só cargo os de escrivães da fazenda e dos feitos; os de tesoureiro e almoxarife, com um só escrivão; reduzindo-se os vencimentos ao escrivão dos contos, provedor e seu escrivão, patrão da ribeira, meirinho da correição; e mandando-se abolir o de físico, mestre das obras, um dos dois carpinteiros da ribeira e outros.

Em câmbio, aumentavam-se, segundo vimos, os mantimentos aos jesuítas, e concediam-se ao governador para sua guarda (por carta ao provedor de 6 de setembro de 1577) doze homens, vencendo cada um quinhentos réis por mês[16]. Por uma provisão, de 12 de setembro desse mesmo ano, foi conferido a Salvador Correia de Sá o governo do Rio de Janeiro[17], devendo Lourenço da Veiga, em virtude da distância a que ficava esse governo, muni-lo de mais poderes, no ato de lhe dar posse[18].

A ideia da divisão administrativa do Brasil havia sido acompanhada de outra, posta já também em execução, desmembrando do bispado do Salvador as capitanias do sul e nomeando-se para elas um administrador eclesiástico, independente da jurisdição do bispo. A

---

de 1567. – Padre Manuel Xavier, *Compêndio universal*, pág. 28, Nova Goa, 1917. – (G.).

16 Documento no Instituto Histórico. *Conselho Ultramarino, Registros*, **1**, fls. 69-69 v. – (G.).

17 Antônio de Salema ainda estava no Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 1578, quando armou cavaleiro ao capitão de infantaria Antônio de Mariz, pelos relevantes serviços prestados na guerra contra o gentio do Cabo Frio e franceses. – Conf. Melo Morais*, Brasil histórico*, tomo I (2ª série), pág. 174, Rio de Janeiro, 1866. – (G.).

18 Com 100$ de ordenado anual e por tempo de três anos. Cópia no Instituto Histórico. – (C.) – *Conselho Ultramarino, Registros*, **2**, fls. 53-54 v. – (G.).

respeito desta desmembração nada se alterou até o século seguinte, em que se criou aqui um novo bispado. Foi primeiro administrador o bacharel padre Bartolomeu Simões Pereira (III). No intento de favorecer os clérigos do Brasil, evitando-lhes trabalhos e despesas, resolveu[19] também el-rei, cujo era o padroado, segundo vimos[20], que para os benefícios pudessem eles ser apresentados pelos governadores. Assim praticou também a Espanha, cometendo aos vice-reis dos seus Estados americanos o que ali se chamou vice-padroado.

Lourenço da Veiga recebeu o bastão de governador em princípios desse ano[21], fatal para a metrópole, pela perda, nos campos de Alcácer-Quibir em África, da flor da sua nobreza e da do rei cavalheiro d. Sebastião – perda à qual pouco sobreviveu o grande épico do Tejo, que no ano imediato se despedia do mundo, proferindo a conhecida frase de que *morria com a pátria*[22].

Se este lamentável sucesso não houvera de poucos anos sido precedido de tantas vitórias alcançadas sobre os rumes[23] no Oriente

---

19 Alvará de 7 de fevereiro de 1576. – *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 310. – (A.).

20 Bula *Prœclara charissimi*, de 30 de dezembro de 1550, referida na nota 4 da seção XVI. – (G.).

21 Pizarro, *Memórias*, **2**, 113. – (A.). – Anchieta, *Informações e fragmentos históricos*, 5. – (C.). – Em companhia de Lourenço da Veiga, além do administrador Bartolomeu Simões Pereira, veio também o ouvidor-geral Cosme Rangel de Macedo. – *Registro geral da Câmara de São Paulo*, **3**, 97, São Paulo, 1917. – (G.).

22 Garrett terminou seu poema *Camões*, com os versos que dizem, pelo poeta:

"...Pátria, ao menos
Juntos morreremos!" E expirou com a Pátria.
(Canto Décimo, XXIII, 10-11). – (G.).

23 *Rumes* – denominação dada aos turcos europeus nos sécs. XVI a XVIII. – (N. do E.).

pelos portugueses, e da derrota da armada turca em Lepanto pela sua inimiga comandada por d. Juan d'Áustria, a Europa, enquanto destroçava suas próprias entranhas, e adulterava o espírito do evangelho, a título de decidir pelas armas onde estava a maior pureza do cristianismo, a Europa, dizemos, e com ela toda a cristandade, houvera talvez sucumbido ante o arrojo e a intolerância das forças muçulmanas; e escusado é dizer qual houvera sido também naturalmente a sorte da América. Porém, na batalha de Lepanto (1571), principalmente, se resolveu em relação à Europa a questão do triunfo do cristianismo pelas armas; e o desastre de Portugal em Alcácer-Quibir foi todo em proveito da nação vencedora de Lepanto, ou antes do filho de Carlos V, do sombrio Filipe II, inteligente e astuto soberano, que de uma cela do Escorial governou grande parte da Terra, a ponto de que, como se dizia então, nunca o sol tinha para ele ocaso, isto é, nunca deixava de esclarecer algum ou alguns dos seus Estados. As vicissitudes por que passou a metrópole no reinado, fértil de intrigas políticas, do velho cardeal-rei d. Henrique, que, sucedendo na Coroa ao sobrinho extraviado em África, chegou a ter ideia de casar-se[24], a inquietação dos povos, ao verem que não havia do reino herdeiro jurado, a turbulenta aclamação, por morte do rei-cardeal, do prior do Crato d. Antônio, obrigado a ceder de suas pretensões ante as armas vitoriosas do duque d'Alba, general do exército que veio de Castela demonstrar os direitos da força de Filipe II, tudo devia concorrer a que não pudesse a mesma metrópole acudir às colônias; pois mal pode dar providências quem as

---

24 A tal respeito vimos em Espanha uma carta autógrafa do cardeal-rei, anunciando a Filipe II o seu projeto. – (A.). – Datada de 24 de setembro de 1578, e hoje impressa por Danvilla y Burguero, *Don Cristobal de Moura*, 395, Madri, 1900. Dias mais tarde d. Henrique escrevia novamente, insistindo pela resposta. Ib., 400. – (C.).

necessita para si. A metrópole vencida pela astúcia de Filipe II, e pelo apoio de uma nobreza egoísta e pouco patriótica, sujeitou-se a este rei, apresentando mui pouca resistência[25], e nas cortes de Tomar se resolveram as cláusulas da anexação. Portugal, aclamando o dito rei, seguiria como estado independente, governando-se por suas próprias leis, publicadas em português, e usando nelas o soberano simplesmente do ditado dos reis portugueses. No reino e colônias, serviriam os cargos do Estado unicamente os filhos delas e dele, e só portugueses poderiam pela mesma forma ser delegados imediatos do soberano, quando não cometesse o cargo a príncipes ou princesas de sangue. Assim o Brasil continuava, e efetivamente continuou, colônia de Portugal, que sob o domínio castelhano conservou, em geral, como até ali, o monopólio do nosso comércio em favor dos seus portos e produtos. Mostrou-se, pois, o Brasil absolutamente alheio à questão dinástica. Indiferente lhe parecia que o monarca fosse desta ou daquela rama e que morasse em Lisboa ou em Madri, em Cintra e Almeirim, ou em Aranjuez e no Escorial. Talvez antes só vantagens pensaria colher com aclamar rei o soberano mais rico e poderoso do século, o soberano que dispunha dos tesouros do México e do Potosi, e que por meio deles tinha exércitos, e em seus museus e galerias as obras-primas dos primeiros artistas do tempo. Essa união devia parecer um dom providencial, toda em seu benefício. Por meio dela desapareceriam as dúvidas e questões que, tarde ou cedo, deveriam surgir de novo acerca

25 Acerca desta expedição da "União de Portugal a Castela", escreveu em italiano uma mui curiosa história Jerônimo de Franchi Conestagio, a qual em 1610 se publicou em castelhano e merece muito conceito; pois, segundo Francisco Manuel de Melo, foi ela originalmente escrita por d. João da Silva, conde de Portalegre, cujas cartas (de 1579 a 1601), preparadas em 1619 para serem impressas por Gaspar Clemente Botelho, se conservam no British Museum, Mss. Add. Num. 20.929. – (A.).

da demarcação e traçado da sua raia, segundo a linha reta designada pelo Tratado de Tordesilhas; ao passo que, vassalos do mesmo príncipe que todos os demais Estados da América do Sul, poderiam os povos do Brasil livremente comerciar com os seus vizinhos, mandando-lhes seus produtos e gozando, contra os piratas e entrelopos, da proteção das mesmas esquadras que, indo para o Prata ou para o Pacífico, tinham forçosamente de velejar ao longo de suas costas.

Fatal engano, que dentro em pouco tinha de produzir cruéis decepções! Aquele pequeno reino, bem que um tanto desorientado com a revolução social que nele haviam ocasionado às fortunas facilmente adquiridas na Ásia, havia tido sempre o bom senso, quanto à política do continente europeu, de procurar aproveitar-se da independência que lhe dava a sua situação em um canto dele, a fim de manter a paz com todos; enquanto, pelo contrário, os herdeiros de Isabel, a Católica, não contentes com estender suas conquistas pelos domínios que lhes oferecera o gênio perseverante de Colombo, haviam sido levados, pela ambição, a sustentar guerras não só na Itália, na França, na Alemanha e nos Países Baixos, como até contra a Turquia.

E claro está que, sendo a maior parte destes inimigos nações marítimas, a própria vastidão, quase imensa, da nova monarquia, a cujos destinos se havia associado a nascente colônia brasílica, dificultava a sua defesa e a deixava vulnerável, como uma das paragens a que menos lhe interessava atender. E, com efeito, o Brasil, onde ainda não haviam sido descobertas as minas de ouro e diamantes, o Brasil com a sua escassa produção de açúcar e do pau que lhe dera o nome, não podia ser guardado pelos novos reis estrangeiros, com o mesmo empenho com que tratavam de guardar o México e o Peru, domínios que, com o enorme produto de inesgotáveis minas de ouro e prata, os ajudavam em tantas guerras.

Fez-se, entretanto, no Brasil a aclamação de Filipe II; bem que, ao menos na Bahia, se efetuou sem a formalidade do juramento, a qual só teve lugar mais tarde, aos 25 de maio de 1582, por indicação vinda da corte[26]. Segundo direito, o imediato sucessor do cardeal era a infanta d. Catarina, neta d'el-rei d. Manuel, como filha do infante d. Duarte; ao passo que Filipe II, bem que igualmente neto do mesmo rei, era, por sua mãe, irmão do mesmo d. Duarte. Deste voto foram os homens mais letrados do tempo[27].

O prior do Crato, vendo mentidas as suas esperanças de sustentar-se em Portugal, protegido pela França, tentou fortuna não só nos Açores (onde por algum tempo resistiu pela sua causa a ilha Terceira) como no Brasil, a cujas câmaras e governadores escreveu, confiando as cartas a várias naus francesas[28]. Ainda quando a tentativa não fosse tardia, por haver o Brasil aclamado já a Filipe II, era mui impoliticamente executada; pela simples circunstância de trazerem as naus emissárias a bandeira francesa, até ali tão hostil à nascente colônia brasileira. No Rio de Janeiro, Salvador Correia, bem que então a braços com os índios, intimou a três naus que entraram que não

---

26 Carta régia de 16 de novembro de 1581, apresentada em Câmara aos 19 de maio de 1582; sendo juiz ordinário Francisco Fernandes Pantoja; e vereadores Antônio da Costa, Fernão Vaz e Gabriel Soares de Sousa; procurador da cidade João Ribeiro; e escrivão da Câmara João Pereira. – G. **XIII**, 7, 18. – (A.). – Na B. N. – (C.).

27 Veja as *Alegações de direito que ofereceram ao rei-cardeal na causa de sucessão, etc.*, a 22 de outubro de 1579. – (A.). – Danvilla y Burguero, *Don Cristobal de Moura*, 868-874, dá uma lista de sessenta e cinco obras e papéis jurídicos escritos por motivo da sucessão de Portugal. Conf. *Arte de furtar*, cap. 16. – (C.).

28 O prior do Crato ofereceu à França ceder-lhe o Brasil e outras ilhas a troco de doze mil infantes. – Danvilla y Burguero, *Don Cristobal de Moura*, 458. Conf. B. d'Ars, *Jean de Vivonne*, 2ª ed., Paris, 1885. – (C.).

comunicassem com a gente da terra e, como o quisessem executar à força, disparou contra elas (IV), obrigando-as a fazerem-se ao largo.

Parece que um d. Pedro da Cunha (a darmos crédito às palavras de um seu descendente) fora de voto que, ainda antes de se fazerem em Portugal esforços para a resistência contra todo o poder de Filipe II, se empregassem os poucos recursos disponíveis, para armar uma expedição marítima, em que os fiéis penates do mitológico fundador de Ulisseia viessem preservar no aquém-mar o nome e a coroa de Portugal, estabelecendo-se com toda a gente no Brasil, onde porventura os ampparariam as nações da Europa, rivais da Espanha. Este grande pensamento realizado logo, e antes que os governadores do Brasil tivessem tempo de prestar juramento ao novo soberano estrangeiro, e que este pudesse dar providências acerca de uma surpresa que se lhe fazia tão longe, e em país a que tão pouca importância ligaria, houvera no século XVI visto proclamar-se uma monarquia independente na América. Cumpre, porém, declarar que essa monarquia (se bem que já a si o Estado se nutria de rendas próprias) não teria ainda elementos suficientes para cuidar de sua prosperidade nem gente para tratar das coisas da governação: e que posto, como naturalmente se poria logo o novo reino, à mercê e dependência de alguma das rivais da Espanha, concluiria por ser dela presa.

O governador Lourenço da Veiga, sucumbindo talvez aos embates de tão extraordinários sucessos, faleceu na Bahia, em 4 de junho de 1581[29]. Durante os três anos atribulados do seu governo,

29 Miralles, pág. 325. – (A.). – *Anais da Biblioteca Nacional*, **22**, 126, onde se lê: 1580; é mais provável, porém, que seja mesmo 1581. – Conf. frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 26 (ed. de 1918, pág. 240): Lourenço da Veiga... como se prezava de português, sentiu tanto haver seu irmão Tristão Vaz da

passaram-se no Brasil alguns acontecimentos, que nos cumpre registrar. No de 1579, foram incendiados em nossos portos onze[30] navios de Dieppe e do Havre, que naturalmente seriam surpreendidos fazendo contrabando. O certo é que o norte do Brasil, principalmente além do rio Paraíba até o Maranhão, era nesse tempo mais frequentado dos franceses que dos nossos, e um mapa que vimos em Paris, dessas paragens, começando mais ao sul desde o rio Real, feito neste mesmo ano em Dieppe por Jaques de Vaudeclay, patenteia o bem informados que de toda essa costa estavam os franceses, e os seus intentos de nos guerrear, ajudados dos índios e dos próprios recursos do país[31].

Veiga no princípio de seu governo chegara a dar ordens ao ouvidor-geral e ao provedor-mor, a fim de que ambos tratassem dos meios de efetuar uma nova expedição à Paraíba. Entretanto, apresentara-se, oferecendo-se para realizar a empresa, Frutuoso Barbosa, rico proprietário de Pernambuco, o qual, passando à corte,

---

Veiga entregue a torre de São Gião (às tropas de Filipe II), que ouvindo a nova enfermou e morreu. – (C.).

30 Ternaux-Compans, *Notice historique sur la Guyane Française*, pág. 19. – (A.). – Os nomes dos onze navios franceses incendiados dá Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, pág. 358; foram eles: *la Marie, Le Bouc, le Robuste, l'Aventureuse, le Croissant, la Licorne, le Grand-Anglais, la Marie-Marthe, le Guillaume, la Chevillete* e *le Grand-Chien*: os capitães eram: Lamotte, Adrien Gilles, Gillaume Clémence, Michel Fret, Jean Bouel, Guillaume Lefèvre, de Dieppe, Abraham Grenier, Casoier e outros, do Havre. Os navios estavam carregados de mercadorias do valor de mais de um milhão; as equipagens refugiaram-se nas florestas do interior. – (G.).

31 Do mesmo cartógrafo possuímos outro mapa do Cabo Frio e Rio de Janeiro, marcando-se junto desta cidade o lugar por onde ela deveria ser "tomada". – (A.). – O mapa da costa está reproduzido no primeiro atlas de Rio Branco; o do Rio de Janeiro, na coleção de Gabriel Marcel e no livro de Heulhard sobre Villegaignon. A reprodução de Marcel é preferível, porque os dizeres são mais legíveis. – (C.).

aí se comprometera a colonizar a nova capitania à sua custa, mediante a condição de ser por dez anos capitão-mor ou adiantado dela, cobrando ao mesmo tempo todas as rendas. Em 25 de janeiro de 1579 lhe foi feita esta concessão, sendo nomeado "capitão de mar e terra" da gente que levasse[32]. Preparados quatro navios, com muitas famílias para povoar a terra, com soldados para a defender e com clérigos e religiosos de duas ordens, uns beneditinos e outros mui provavelmente carmelitas[33], vieram fundear defronte do Recife; e demorando-se aí alguns dias, tal tormenta sobreveio que os navios se esgarraram, e Barbosa teve que regressar à Europa. O navio em que estavam os beneditinos foi a nosso ver arribar à Bahia, pois justamente nesse mesmo ano (1580) pretende um beneditino brasileiro[34] que aí chegaram os primeiros monges desta ordem[35].

---

32 O Instituto Histórico possui cópia desses documentos [*Conselho Ultramarino, Registros*, **1**, 129-129 v. e 132-133]. O nome de um Frutuoso Barbosa, que provavelmente será o mesmo, já aparece no processo do Padre do Ouro em 1570, *Arquivo Histórico Português*, **3**, 281, Lisboa, 1905.

Uma das caravelas da armada que ia povoar a Paraíba foi metida a pique por um corsário junto à ilha de Maio do Cabo Verde, em maio de 1580. – Sarmiento de Bamboa, *Viage al estrecho de Magalhanes*, 341, Madri, 1768. – (C.).

33 Franciscanos, diz o autor da *Conquista da Paraíba*; preferimos a versão que se deduz de frei Manuel de Sá. – (A.). – Maior fé merece Anchieta, contemporâneo, que escreve: "No ano de 1581 vieram em companhia de Frutuoso Barbosa, que vinha a povoar o rio da Paraíba, três frades do Carmo e dois outros de São Bento a Pernambuco. Mas como não se povoou a Paraíba não fizeram mais que pregar e confessar sem fazerem mosteiro. Veio também em sua companhia um de São Francisco, que também pregou algum tempo em Pernambuco, e tornou-se para o reino". – *Informações e fragmentos históricos*, 13. – (C.).

34 Frei Gaspar da Madre de Deus. – (A.). – "No ano de 83 vieram dois de São Bento, com ordem de seu geral. A estes se deu um bom sítio na Bahia e uma igreja de São Sebastião e fazem já mosteiro; são três por todos até agora e começam a receber alguns outros da ordem". – Anchieta, ib. – (C.).

35 Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, pág. 285, Rio, 1925: "Toda a viagem se confessou comigo [o governador Manuel Teles Barreto], e algumas

Segundo conjectura idêntica, é possível que os carmelitas desde então ficassem em Pernambuco.

Por falecimento de Lourenço da Veiga, e em falta de vias de sucessão, foi assentado pela câmara da cidade que o bispo e o ouvidor-geral se reuniriam a ela, para seguirem todos atendendo à governança do Estado. O bispo não se mostrou tão ambicioso com o ouvidor-geral Cosme Rangel[36] de ter grande influência no governo, e a câmara, reconhecendo neste mais letras e bastante atividade, se deixou por ele a princípio levar, adotando todas as disposições que propunha. Porém, tão pronto como enxergou que nem todas elas provinham de ardentes desejos de governar com acerto, e que antes pelo contrário algumas descobriam segundas intenções de cobiça e ambição dele Rangel, que já se chamava governador, começou a retrair-se e a não aprovar senão o que julgava merecer aprovação.

---

vezes na Bahia; mas como chegaram os fadres bentos, logo se confessou com eles". – (G.).

36 Cosme Rangel acabava de ser provedor na ilha da Madeira, quando foi nomeado ouvidor-geral em 1578. – (A.). – Serviu o cargo na Madeira durante dois anos, cinco meses e sete dias. O ordenado correspondente a esse tempo foi mandado pagar em 1618 a Margarida Serrão, sua viúva. Documento do Instituto Histórico.

De Cosme Rangel a Biblioteca Nacional possui em cópia uma carta [*Torre do Tombo*, fls. 352 v.-353], com a data de 4 de março de 1583. Levou-a ao reino Pascoal Mexia, eleito procurador pela câmara da cidade para tratar de certos requerimentos. Da carta aproveita-se apenas o seguinte trecho: "Nesta [capitania] se procede agora no serviço de Vossa Majestade diferentemente que até aqui se procedeu, posto que, como tenho escrito, ainda há homens pouco obedientes à justiça". – (C.).

– A 10 de junho de 1578 expediu-se alvará para se pagar no Brasil o ordenado que vencera como provedor da fazenda na Madeira. – Documento no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **1**, 227. Não teve cumprimento esse alvará, porque quarenta anos depois sua viúva ainda estava no desembolso da quantia devida. – (G.).

O bispo e outros moradores principais por sua parte retiraram-se da cidade para as roças. Enfadado Rangel com os tropeços que nos camaristas encontrava a satisfação de seus arbítrios, intrigou a obra de uma reeleição de vereadores, na qual introduziu os indivíduos que mais lhe acomodavam, e por este meio se apoderou absolutamente do governo e fez autuar alguns dos que se lhe opunham. Até então, nem na Bahia, nem, que nos conste, em outra terra do Brasil, havia (como em Portugal sucedia desde os anos de 1535)[37] mesteres nomeados para concorrerem com a câmara, no dar os regimentos aos ofícios e taxar certos preços de mão de obra. Cosme Rangel *decretou* a introdução, para talvez deste modo recompensar na Bahia alguns mecânicos, que haviam votado no sentido que ele desejava. Entre os autuados e presos por Cosme Rangel, aos quais todos depois anistiou a corte, mandando cassar e queimar os processos, encontramos o nome de Manuel de Sá, "sobrinho de Mem de Sá", provedor de alçada da cidade. O provedor-mor Cristóvão de Barros, já senhor de um novo engenho na Bahia[38] e amigo de Gabriel Soares, tampouco era afeto ao intruso chefe.

Do governo interino de Cosme Rangel nada nos consta que honra lhe possa fazer[39]. Na Bahia, os que mais se prezavam, incluindo o bispo e o alcaide-mor, viviam no campo, para fugir de sua presença.

---

37 Veja Ant. J. de Gouveia Pinto, *Res. cron*., pág. 19. – (A.).

38 O engenho de Cristóvão de Barros ficava na enseada de Jacarecanga, entre Matuim e Mataripe, como se vê de Gabriel Soares, *Tratado*, **2**, 22. Era de bois, tinha muitos edifícios e uma igreja de Santo Antônio. Devia ter sido fundado por Antônio Cardoso de Barros, a quem d. Duarte da Costa acusava de, por causa do engenho, abandonar os deveres de provedor-mor da Fazenda.

39 Há uma resposta relativa aos índios, em data, assinada pelo bispo, Cosme Rangel e Gregório Serrão, impressa na *Revista do Instituto*, **57**, parte 1ª, págs.

Nas imediações de Itamaracá, os índios andavam alevantados; e uma guerra que com poucas forças lhes deu o capitão Antônio Rodrigues Bacelar não fez senão ensoberbecê-los e exaltá-los mais. Frutuoso Barbosa, refeito de suas avarias, regressara a Pernambuco; e daí, de acordo com o capitão e ouvidor Simão Rodrigues Cardoso, partira para a Paraíba por mar, enquanto o mesmo Cardoso, com duzentos homens de pé e de cavalo e muito gentio, fora por terra. Barbosa, depois de incendiar cinco[40] naus francesas, de oito que encontrou varadas no porto, das quais três acertaram de escapar-se, votou-se a tal abandono, que em uma cilada os índios inimigos, com alguns franceses, lhe mataram uns quarenta homens, entrando neste número um filho seu. Seria por esta ocasião que também caiu morto Manuel de Azevedo, proprietário da ilha então chamada da Conceição[41], na boca do rio Paraíba, que havia ocupado com uma tranqueira, cuja artilharia fora daí retirada pelo dito Frutuoso Barbosa[42]. E já lhe preparavam um ataque em forma ao arraial em que estava, do

---

92-98. Critica as resoluções tomadas por Almeida e Salema e indica algumas medidas favoráveis aos indígenas, cujos préstimos encarece. – (C.).

40 Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, 358-359, menciona o incêndio dos cinco navios franceses por Frutuoso Barbosa, na entrada do porto da Paraíba, citando Jarric, **III**, cap. 31, e Lopo Vaz, in Hakluyt, **III**, 778. Segundo outros autores, acrescenta, foram os próprios franceses que queimaram seus navios, retirando-se para as aldeias dos petiguaras, seus aliados. – (G.).

41 Essa ilha foi depois (11 de abril de 1596) doada de novo por Feliciano Coelho a Isabel Caldeira, viúva do mesmo Azevedo; e posteriormente a herdou seu genro Manuel Homem da Silva. – (A.). – Foi mais tarde vendida aos beneditinos, em 22 de janeiro de 1610. – *Revista do Instituto*, **27**, parte 1ª, pág. 122. – (C.).

42 Segundo a crônica da Paraíba, em 1582; de Jarric, **III**, cap. 31, e Hakluyt, **III**, 778, se pode entender o (ano) de 1581. – (A.). – Hakluyt não trata disso, loc. cit., onde se refere a fatos de 1587. – (C.).

lado norte do rio, defronte do Cabedelo, quando o mesmo Barbosa resolveu retirar-se, com toda a sua gente, não sem grande pesar, nem sem que daí resultasse o crescer, e muito, a arrogância dos mesmos índios, e os perigos dos vizinhos de Itamaracá, que chegaram a reduzir-se unicamente a trinta e dois, havendo os bárbaros destruído no continente três engenhos que já moíam.

Durante o governo interino de Rangel foi agasalhada na Bahia uma nau inglesa, que desembarcou mais de trinta mil cruzados de mercadorias, bem que por vários abusos só delas cobrou a alfândega duzentos e vinte mil-réis[43] de direitos. Recebeu uma grande carga de açúcar, do qual também apenas um terço se despachou.

Outro navio com mercadorias inglesas entrou em Santos, com tolerância das autoridades; o que não nos deve admirar, sabendo que tal navio aí viera em virtude de carta de ordem dirigida a Londres, pelo inglês John Whithall, casado com uma filha do senhor

---

43 C. de Manuel Teles de 7 de agosto de 1583, e de Martim Leitão de 15 de abril de 1584. Peter Carder, in Purchas, **IV**, 1187. – (A.). – Peter Carder partiu da Inglaterra com *sir* Francis Drake em 1577 e só voltou a Chichester em novembro de 1586, nove anos e quatorze dias depois da partida. Esteve em vários pontos do Brasil, mas pouco se aprende de sua breve narrativa de viagem, talvez porque foi escrita muitos anos depois do sucesso. Refere-se a um navio inglês *Merchant Royal*, mas não dá a data nem conta outras circunstâncias. Diz que já se podia plantar gengibre para o consumo interno. – (C.). – Nos *Prolegômenos* à *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, pág. 147, Capistrano de Abreu refere, segundo a narrativa de Carder, o modo curioso por que ele e seu companheiro William Pitcher matavam a sede em uma ilha em que não havia água: "fomos obrigados a beber a nossa própria urina, que guardávamos nos cacos de certas jarras trazidas de nossa pinaça, e púnhamos nossa urina ali todas as noites para resfriá-la e bebê-la na manhã seguinte, que sendo assim bebida muitas vezes e muitas vezes expelida, breve tornou-se excessivamente vermelha". – (G.).

de engenho José Adorno (V). Pouco depois, teve lugar nesse porto a entrada de dois galeões de guerra da mesma nação, ao mando de Edward Fenton, os quais desembarcaram alguns da tripulação, a pretexto de estabelecer em terra uma forja e um forno de pão ou biscoito. Quiseram opor-se-lhes o alcaide-mor Brás Cubas e o capitão Jerônimo Leitão: mandaram a bordo José Adorno e Estêvão Raposo, que favoreceram[44] os intrusos. No entanto em uma noite de luar entravam pela barra três naus. E dentro de pouco estavam às bombardadas contra os galeões ingleses ali surtos. O fogo seguiu vivo quase toda a noite: os galeões ingleses picaram amarras e fizeram-se ao largo; mas tal avaria haviam causado a uma[45] das naus atacantes que foi logo a pique (VI). Estas naus eram espanholas; mandava-as Andrés Igino[46], e faziam parte da poderosa armada de Diogo Flores Valdez, que então seguia para o estreito de Magalhães (VII). Dessa armada de Diogo Flores haviam aportado no Rio de Janeiro o almirante Diogo de la Ribera e Pedro Sarmiento, com cinco navios, que se fizeram de vela para o seu destino em novembro de 1583[47].

---

44 Autos a tal respeito. Papéis de Simancas no Arquivo de Índias, em Sevilha (**II**, 5, 2, 21). – (A.). – *Probança echa de pedimiento del contador Andres de Eguino ante el gobernador de la cappitania de San Bicente en la costa del Brasil sobre el suceso que tubo con el yngles que allo en este puerto*. – Brasil, 1583. – Cópia do original do Arquivo de Índias, Sevilha, na Biblioteca Nacional, seção de Ms., II – 35, 21, 56. – (G.).

45 *Santa Maria de Begônia*. – (A.). – Sarmiento de Gamboa, *Sumaria relación* na *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias*, **5**, págs. 312, 316, *et passim*, escreve *Vegona* e *Begona*. – (C.).

46 C. de Manuel Teles, de 7 de agosto de 1583. – (A.). – Desconhecido no Rio. Sarmiento escreveu Aquino; frei Vicente, Equinon. – (C.).

47 Carta de Salvador Correia, de 7 de março de 1584. – (A.).

Com as duas naus que lhe ficaram, se fez Igino de vela, depois de haver aproveitado do material e gente da afundada para construir e deixar guarnecido um forte na entrada da barra de São Vicente[48].

No Rio de Janeiro, Salvador Correia estava sempre alerta e em contínuos rebates de dia e de noite, já dos índios (*tamões* lhes chama), já dos franceses, amigos destes; porém, nem ali, nem em Cabo Frio, haviam nos últimos tempos entrado corsários: pedia armas e munições, as quais lhe foram mandadas, incluindo umas colubrinas; e perguntado pela corte se devia de preferência fortificar-se o Rio de Janeiro ou povoar-se Cabo Frio, foi de parecer que se reforçasse aquela cidade, porque depois seria fácil povoar-se o Cabo, com gente dela mesma; e isto com tanto mais razão quanto no Cabo Frio não havia água senão muito pela terra dentro. Propunha a princípio o mesmo Salvador Correia que se fizesse fortaleza na *lájea* "que está na entrada da barra"; porém, depois[49], consultando melhor o caso,

---

48 "*Y para del todo descomponer las cosas del Estrecho, quiso [Valdez] aprovechar-se de la ocasion del fortezuelo que halló comenzado, y adjudicó aquello que habia hecho Andrés de Aquino para si, porque se dixiese que habia hecho algo y cubriese lo que no tenia cubierta. Y por esto dejó alli al ingenier que iba para uno de los fuertes, y por alcaide á Domingo de Garri, que Pedro Sarmiento llevaba para uno de los fuertes del Estrecho, más grande de cuerpo que de buena voluntad... y por capitan un sujeito llamado Miranda.*" – Sarmiento, *Sumaria relación*, in *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias*, **5**, pág. 338. – (C.).

49 C. de Salvador Correia, de 7 de março de 1584, respondida em 27 de março de 1585. – D. Alonso de Sotomayor, governador do Chile, e outros capitães de armadas escreviam então à corte, recomendando Salvador Correia; e o governador Manuel Teles, a quem el-rei ordenou que desse informação dele, disse, em carta de 14 de agosto de 1584, que a dava "muito boa assim por pessoas que daquelas partes vieram, como por um Baltasar Machado, por quem mandara visitar as fortalezas, e que era merecedor que S. M. lhe

com um engenheiro que no porto ficara da armada castelhana[50], conveio, em virtude da facilidade de ter os materiais, em votar por duas fortalezas nos promontórios da mesma barra, segundo as traças ou plantas que mandou ao soberano. Os jesuítas seguiam aumentando as suas rendas, obtendo *para os seus índios* grandes doações de terras. Em 24 de janeiro de 1583 foi confirmada, aos das aldeias de São Bernabé e São Sebastião, uma sesmaria de duas léguas*, junto da Fazenda dos Padres*, e aos de São Lourenço outra de quatro léguas, de Macacu à serra dos Órgãos, também *junto às terras dos padres*[51].

NOTAS DA SEÇÃO XXI

I
(Pág. 659)

Do livro de Salema dá razão não só Gabriel Soares, e com ele Mariz e Barbosa, mas também frei Vicente do Salvador, que recomendava a Salvador Correia o livro "sobre a história do Rio de Janeiro que fez o Salema". Salema regressou a Lisboa, e em 15 de janeiro de 1577 se lhe mandava pagar; foi nomeado desembargador dos Agravos em 1583 e faleceu em 13 de março de 1586. – (A.).

---

fizesse honra e mercê". – (A.). – Todos esses documentos são desconhecidos no Rio. – (C.).

50 Um dos engenheiros da armada chamava-se Antonelli: Sarmiento, loc. cit., 300. – (C.).

51 Carta de confirmação da carta de sesmaria dada aos índios da povoação de São Lourenço por Salvador Correia de Sá, governador da capitania do Rio de Janeiro, na *Revista do Instituto Histórico*, **17**, 318-323:
"...quatro léguas de terras da banda d'além do rio Macacu, que começarão aonde se achar a data de Duarte de Sá, e correrão ao longo da terra que naquella parte tem o colégio da companhia, até encher quatro léguas, e para o sertão até o pé da serra dos Órgãos", é como reza o documento. – (G.).

Não seria antes Salvador Correia que recomendava o livro a frei Vicente do Salvador, sabendo-o ocupado em escrever uma história do Brasil? Em todo caso o documento é desconhecido no Rio, e o Autor não se refere a ele na 1ª edição.

Só em 1578 voltou Salema à Europa, depois de chegar Lourenço da Veiga, Anchieta, *Informações e fragmentos históricos*, 5. Governou, portanto, muito mais tempo que o Autor supõe. Salema fez um engenho para el-rei no Rio, no qual gastou mais de três mil cruzados, e não valia nem quinhentos, afirma Cristóvão de Barros, em carta de 18 de novembro de 1578, escrita de Pernambuco, de que há cópia no Instituto Histórico (*Torre do Tombo*, **1**, fls. 143-145). Ainda em carta de 14 de agosto de 1584, Cristóvão de Barros pede a el-rei que mande cobres para o engenho do Rio, ou ordem de vendê-lo. – Cópia na Biblioteca Nacional. – (C.).

O engenho foi vendido a Domingos de Amorico Soares, passou mais tarde a João de Freitas Castro e sua mulher d. Leonor Maria de Melo Pereira Sampaio, falecida em 1779, em estado de viuvez. Transferiu-se então a propriedade ao herdeiro Rodrigo de Freitas de Melo e Castro, que deu o nome conservado até hoje à lagoa ali existente. – Conf. *Revista do Instituto Histórico*, **62**, parte 2ª, págs. 181-185.

Na provisão de 15 de janeiro de 1577, acima citada, diz el-rei ao seu governador das partes do Brasil "que havendo respeito a eu mandar ora vir pera o reyno o doutor Antônio de Salema, do meu desembargo e desembargador da Casa de Suppliccação, que me ora está servindo de governador das ditas partes da repartição do Rio de Janeiro, hey por bem e me praz que tudo o que vos constar que he devido ao dito Antônio de Salema dos ordenados que tinha com o dito carguo de governador lhe façais pagar no tesoureiro de minhas rendas e direitos da capitania da Bahia de Todolos Santos..." – Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, 2, fls. 38 e v. – (G.).

II

(Pág. 659)

Poderá julgar-se que só tivera lugar em 12 de fevereiro de 1578 – pelo que dizem os *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 300 e 329. – Com os franceses estariam talvez alguns ingleses, e isso daria provavelmente lugar às informações de D. P. de Sarmiento. – *Viaje*, pág. 349. – (A.). A nota constou apenas da 1ª e da 2ª edições desta *História*. – (N. do E.).

Documento importante sobre a expedição de Antônio de Salema a Cabo Frio, em que desbaratou os tamoios ali fortificados, é a carta do padre Luís da Fonseca, datada da Bahia a 17 de dezembro de 1577 e escrita por comissão do provincial Inácio de Tolosa ao geral Everardo Mercuriano, primeiro divulgada através da tradução francesa das *Lettres du Iappon, Perv et Brasil*, págs. 73-79, Paris, 1578, e

modernamente reproduzida em italiano pelo barão de Studart, nos *Documentos para a história do Brasil*, **2**, págs. 17-63, Fortaleza, 1909.

Da tradução francesa, bem como de outros documentos, utilizou-se Capistrano de Abreu para reconstituir magistralmente a narração daquela trágica jornada, em artigo publicado na *Gazeta de Notícias*, de 6 de novembro de 1882, sob o título *Gravetos de história pátria*, transcrito em boa hora por Macedo Soares, em nota à 2ª edição do *Regimento das câmaras municipais*, de Cortines Laxe, págs. 443-446, Rio, 1885, e por Augusto de Carvalho, *Apontamentos para a história da capitania de São Tomé*, págs. 81-85, Campos, 1888. Como sejam essas obras hoje inacessíveis à maioria dos estudiosos, julgamos bom serviço reproduzir aqui o artigo do preclaro mestre:

"...Chegando ao Rio de Janeiro, Salema encontrou os tamoios ensoberbecidos e ousados, a ponto de atacarem os portugueses na própria baía da Guanabara. Resolveu, pois, dar remédio à situação desesperada, e combatê-los em Cabo Frio, onde era maior a sua influência, e continuavam as relações com os franceses. Reuniu a gente do Rio de Janeiro e convidou alguma do Espírito Santo. De São Vicente veio o capitão Jerônimo Leitão, com muitos portugueses e índios cristãos. As forças reunidas, segundo dois contemporâneos, constavam de 400 portugueses e 700 índios. Entre os primeiros achavam-se: Cristóvão de Barros, que depois, governando interinamente o Brasil, lhe prestou tantos serviços; Antônio de Mariz, que tanto se distinguiu na campanha, e que conhecem todos os que leram o *Guarani* de José de Alencar. Com essa gente, partiu Salema, no dia 27 de agosto de 1575, para Cabo Frio. Em breve, chegaram a uma aldeia onde os tamoios se tinham fortificado, em campo cercado de triple fosso, e de trincheiras feitas com tal arte que pareciam inexpugnáveis. Estavam entre eles dois franceses e um inglês, homens engenhosos e de grande experiência na disciplina militar, os quais haviam dirigido as obras de defesa. 'De dia em dia', escreve o padre Luís da Fonseca, 'eram-lhes mandados soldados das aldeias vizinhas; de sorte que já possuíam mais de 1.000 arqueiros dos mais valentes que era possível achar, sem levar em conta os outros soldados distintos.'

"Começaram em breve ataques e surtidas, que não tiveram outro resultado além de mortes de parte a parte. Então Salema resolveu não dar mais rebates, mas apertar o cerco, impedir a entrada de víveres e rendê-los pela fome. O seu plano provou bem: não tardou que faltasse água aos sitiados, que no seu desespero começaram a falar em render-se. Demoveu-os desse passo um feiticeiro muito respeitado entre eles, que lhes prometeu água em abundância. E de fato, escreve ainda o padre Luís da Fonseca, atirando ao ar ossos de porco, e usando não sei que outras superstições diabólicas e esconjuros mágicos, sucedeu (ou porque então era lua cheia, ou porque Deus assim o permitiu) que começou a chover muito. Os tamoios apanharam a água, e dispuseram-se à resistência por muito tempo; mas a água corrompeu-se, e a sua situação ficou tão crítica como antes. Assim, tomaram uma resolução heroica: fazer uma surtida em massa, forçar os sitiantes a retirarem-se com o favor da noite. Reinou então no acampamento inimigo um silêncio que inquietou Salema. Veio-lhe logo à ideia que se tramava qualquer cilada, e, para preveni-la, tratou de aprisionar alguns

dos inimigos para informar-se. Nada conseguiu. Um jesuíta, o padre Baltasar Álvares, ofereceu-se para ir a descobrir. O padre Baltasar Álvares viera, com outro membro da Companhia, acompanhando Salema. Tinha prestado os melhores serviços, celebrando missa todos os dias, cantando ladainha, confessando, dando comunhão, levantando cruzes pelo caminho, animando de todos os modos os selvagens. O seu oferecimento foi aceito; e no dia de São Mateus, 21 de setembro, encaminhou-se para o campo inimigo, tendo antes obtido que não se faria mal a quem viesse lhe falar. Chegando à trincheira, Baltasar Álvares gritou, em língua brasílica, aos sitiados que um padre da Companhia de Jesus queria falar com o capitão. Este, que se chamava Japuguaçu, apareceu e convencionou com o padre ir ao outro dia conferenciar com Salema. De fato veio, vestido com toda a pompa, e tendo uma presença venerável, diz um contemporâneo, e teve uma entrevista com Salema.

"Este, antes de tudo, exigiu que lhe fossem entregues os dois franceses e o inglês, e sendo satisfeito, condenou-os à forca. Os três estrangeiros, segundo expressão do padre Fonseca, tiveram uma das mortes mais belas que era possível, isto é, confessaram-se, comungaram, deram as maiores provas de arrependimento, e foram direitinho para o Céu. Exigiu ainda Salema que fosse demolida parte da fortaleza tamoia. Japuguaçu fê-lo imediatamente, plantando uma cruz para que os portugueses, entrando, não fizessem mal a ninguém. Por sua vez Japuguaçu pediu ao governador que lhe fosse permitido habitar aí com todos os seus, prometendo ser sempre fiel vassalo dos portugueses. Salema não acedeu: primeiro exigiu que lhe fossem entregues todos os que tinham vindo socorrê-lo, e destes, entre os quais havia 500 bravos besteiros, uns foram mortos, outros feitos escravos dos fidalgos. Quanto aos habitantes da aldeia, foram destruídos pelos soldados. Isso sucedeu a 26 de setembro. Logo que souberam que sorte os aguardava, os habitantes de Cabo Frio abandonaram suas aldeias e fugiram para o interior; mas Salema, acossando--os, matou mais de 2.000 e fez 4.000 prisioneiros. Destes, os que se quiseram fazer cristãos foram, segundo frei Vicente do Salvador [*História do Brasil*, ed. de 1918, pág. 227] congregados nas aldeias de São Lourenço e São Bernabé.

"Tal é a história triste e até hoje pouco conhecida.

"Para mostrar os efeitos desta luta, vejamos o que diz Luís da Fonseca. 'A mãe era separada do filho, o marido da mulher. Um era levado para São Vicente e outro para o Espírito Santo. Não havia coração de bronze que se não enternecesse, ouvindo as queixas e lamentos deste pobre povo!'"– (G.).

III
(Pág. 662)

Carta régia de 11 de maio de 1577. – O desmembramento fora concedido por breve de Gregório XIII, de 19 de julho de 1575. – *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, 316. – (A.).

– No *Corpo diplomático português*, **11**, 606-608, Lisboa, 1898, lê-se a súplica do rei de Portugal ao Sumo Pontífice, impetrando a criação de um administrador para o Rio de Janeiro, a exemplo do que já havia em Moçambique, Sofala, Ormuz e Maluco. O editor atribui-lhe a data de 1563, mas é posterior a 1573, pois já se refere à morte de d. Pedro Leitão; deve ser de 1575, pouco antes de 19 de julho, quando foi satisfeito o pedido. – (C.).

– Na *Bula In supereminenti*, como se chamou, de 16 de julho de 1575, de Gregório XIII, foi expressamente declarado que a nomeação do administrador competia a el-rei e devia caber à pessoa examinada e aprovada pelo tribunal da Mesa de Consciência e Ordens. – Conf. D. Cyriaco Morelli, *Fasti Novi Orbis et Ordinationum apostolicarum ad Indias pertinentium Breviarum*, págs. 265-266, Veneza, 1776. Pela carta de 11 de maio de 1577, acima referida, d. Sebastião nomeou Bartolomeu Simões Pereira, clérigo do hábito de São Pedro, bacharel formado, distinto por virtudes e letras, com o ordenado anual de 200$000, além de 40$000 de mercê ordinária. O administrador chegou à Bahia nos últimos dias de 1577, com o governador Lourenço da Veiga. Empossado de sua prelazia, em data que não foi possível determinar, em setembro de 1583 estava de visita à capitania de Porto Seguro, informa Fernão Cardim, *Tratados*, pág. 297, Rio, 1925. Anos depois passou a viver na capitania do Espírito Santo, malquisto do povo do Rio de Janeiro, isso em data posterior a 1 de julho de 1591, porque nesse dia assinou a provisão que inibia ao vigário da matriz de São Sebastião de intrometer-se nas eleições de provedor e mesários da Misericórdia, e naquele mesmo ano aprovava, no Espírito Santo, a escritura de doação da capela de Nossa Senhora da Penha, feita pela viúva do donatário d. Luísa Grinalda, com intervenção e consentimento das câmaras de Vila Velha e Vitória. – Pizarro, *Memórias históricas*, **2**, 56, Rio, 1820. A razão da malquerença não está elucidada. Para Pizarro, op. et loc. cit., "o seu heroísmo no empenho de reformar os sentimentos viciosos dos habitantes da Província, de instruí-los nos deveres da Religião Católica, e de plantar em seus corações pouco dóceis a obediência aos preceitos do Evangelho, e da Igreja", seria mal recompensado, pelo que o administrador, "farto de procedimentos assaz ingratos, sacudiu o pó dos sapatos" e foi viver no Espírito Santo.

Baltasar da Silva Lisboa, *Apontamentos para a história eclesiástica do Rio de Janeiro* (ms. do Instituto Histórico), atribui a indisposição dos habitantes do Rio de Janeiro contra o administrador a outro motivo, como fosse ocupar-se ele demais das coisas externas da jurisdição civil, tomando conta das testamentárias, que até por direito das concordatas, em Portugal, só tomavam os prelados as dos meses de suas alternativas; procedendo por censuras eclesiásticas contra os que se negavam a receber as suas constituições, que lhe aumentavam os réditos, e a reconhecer a sua autoridade, que não era a de Jesus Cristo, mas de seu particular interesse.

Bartolomeu Simões Pereira viveu no Espírito Santo além de junho de 1597. Nesse mês esteve presente ao enterro de Anchieta, na casa de Santiago, que a Companhia tinha ali, e pregou nos funerais; foi quem primeiro o chamou "apóstolo do Brasil". – Simão de Vasconcelos, *Vida do venerável José de Anchieta*, pág. 351, Lisboa, 1672;

Pero Rodrigues, *Vida do padre José de Anchieta*, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. **29**, pág. 224 (1907).

"O Administrador do Rio de Janeiro, que faz as vezes de Bispo nesta parte do Brasil, faleceu nesta casa [a residência do Espírito Santo] e deixou-nos liberalmente, além dos livros de um e outro Direito, metade da sua biblioteca. Deixou também 250 cruzados aos pobres, encarregando de os distribuir um padre dos nossos e outro dos franciscanos. Os nossos assistiram-lhe sempre dia e noite." – Luís Figueira – Carta bienal da Província do Brasil, 1602 e 1603. – Conf. Serafim Leite, *Luís Figueira*, pág. 101, Lisboa, 1940.

Segundo Pizarro, o administrador acabou com suspeitas de envenenado. – (G.).

IV
(Pág. 667)

G. Soares, **1**, 56. – Filipe II escreveu por essa ocasião a Salvador Correia e à cidade de São Sebastião, "agradecendo-lhes o que haviam feito em seu serviço". Teve isso lugar em 1581. – Jarric, **III**, cap. 29. [Não existe completa esta obra no Rio, nem cópia da carta a Salvador Correia.] – Antes, em 18 de maio de 1580, haviam estado no Rio quatro naus de guerra francesas. Hakluyt, **III**, 705. – (A.).

Quatro navios franceses eram esperados com bastante medo em Santos no mês de fevereiro de 1580, como informa Tomás Grigs, in Hakluyt, **III**, 705. Conta ele que os navios tomaram três canoas no Rio, de que duas voltaram a Santos no dia 22, com a notícia de que os franceses tinham seguido rumo do estreito de Magalhães. Teriam outras naus vindo antes? De Hakluyt não se conclui e com certeza estes não teriam empregado mais de seis meses em ir do Rio, donde foram repelidos, para São Vicente. É, portanto, provável que aos navios de Grigs se refira o agradecimento de que trata o Autor, e que não seja exata a notícia de Jarric. Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **4**, 1 (ed. de 1918, págs. 266-267), escreve o seguinte, que evidentemente se refere a outras naus, talvez de 1583: "...chegaram três naus francesas ao Rio de Janeiro e surgiram junto ao baluarte, que está no porto da cidade, dizendo que iam com uma carta de D. Antônio para o capitão Salvador Correia de Sá, o qual nesta ocasião era ido ao sertão fazer guerra ao gentio. Mas o administrador Bartolomeu Simões Pereira, que havia ficado governando em seu lugar e estava informado da verdade pela carta do governador-geral [Manuel Teles Barreto] lhes respondeu que se fossem embora, porque já sabia quem era seu rei. E porque a cidade estava sem gente e não havia mais nela que os moços estudantes e alguns velhos que não puderam ir à guerra do sertão, destes se fez uma companhia, e D. Inês de Sousa, mulher de Salvador Correia de Sá, fez outra de mulheres com seus chapéus na cabeça, arcos e frechas nas mãos, com o que e com o mandarem

tocar muitas caixas e fazer muitos fogos de noite pela praia, fizeram imaginar aos franceses que era gente pera defender a cidade, e assim, ao cabo de dez ou doze dias, levantaram as âncoras e se foram". – (C.).

Ao tempo em que Salvador Correia de Sá era o capitão-mor governador do Rio de Janeiro, pela segunda vez (1578-1598), o único forte que havia na barra era o de Nossa Senhora da Guia, depois Santa Cruz. Dentro do porto havia, à beira-mar, o de Santa Cruz no lugar onde está hoje a igreja da Cruz dos Militares, e no morro da cidade o castelo de São Sebastião. – Conf. Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, págs. 98-99, da edição de 1946. – (G.).

V
(Pág. 674)

De Santos, a 26 de junho de 1578, John Whithall escrevera a Richard Staper, dizendo que uns três dias antes casara com a filha única do genovês Joffo Dore e que naquelas partes lhe tinham mudado o nome para João Leitão. Convidava o amigo a mandar um navio a São Vicente, que poderia carregar de açúcar e trazer mercadorias, de que dá uma lista, muito curiosa, mas difícil de traduzir para quem não é especialista. Na relação figuram várias fazendas, chapéus, camisas, fechaduras para portas e arcas, papel, copos, espelhos, pratos de estanho, especiarias, sabão, pregos, cintos de couro, machados, martelos, ferro, etc. Cinco mercadores mandaram, de fato, um navio, chamado *Minion of London*, que partiu de Harwich a 3 de novembro de 1580 e chegou a Santos em 3 de fevereiro do ano seguinte. Houve algumas dúvidas sobre a permissão de comerciar; do Rio, o administrador eclesiástico Bartolomeu Simões Pereira mandou lembrar que os ingleses eram hereges; mas as relações correram pacíficas, e o *Minion* saiu de Santos só em junho.

Tomás Grigs, narrador da viagem, impressa na coleção de Hakluyt, faz as seguintes observações a respeito de Santos:

"Aos gêneros e mercadorias que não passam pela alfândega, costuma-se pôr o preço por que hão de ser vendidos, o que fazem os magistrados da cidade, conforme às ordenações reais [estes magistrados eram os almotacés, como sabemos]. As mercadorias que passam pela alfândega, os negociantes vendem com o maior proveito e vantagem que podem. Não se consente que os portugueses usem dos tesouros das minas, sob pena de morte." – (C.).

A carta de John Whithall a Richard Staper ocorre na *Hakluyt's Collection*, **4**, 199. – (G.).

VI
(Pág. 674)

Edward Fenton partiu da Inglaterra a 1 de maio de 1582, em viagem para Cathay e Índia pelo estreito de Magalhães. Demorou bastante em terras africanas, e só a 1 de dezembro avistou a costa de Santa Catarina. No dia 2 fundearam no porto de D. Rodrigo, a 6 tomaram uma embarcação espanhola destinada ao Rio da Prata e souberam que uma forte esquadra espanhola estava no estreito de Magalhães. A 12 continuaram a viagem. Chegando ao 33° S., resolveram vir para São Vicente, para evitar o encontro com o inimigo superior em forças. A 19 de janeiro de 1583 chegaram ao porto de Santos. José Adorno, Estêvão Raposo e um flamengo chamado Paulo Bandeves, ou Bandevezes, foram a bordo; John Whithall também foi e contou-lhes o susto causado por sua presença na população. As negociações iam bem encaminhadas quando na tarde de 24 entraram as naus espanholas e travou-se o combate. As três naus espanholas, como informa frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **4**, 2 (ed. de 1918, pág. 271), partiram de Santa Catarina a 14 de janeiro.

Lucas Ward, vice-almirante da armada inglesa e narrador desses sucessos, antes de voltar para a Europa, esteve na costa do norte, talvez na Paraíba, ou Rio Grande, ou mesmo Ceará: *Sandie hilles with woods on it*, é a única e vaguíssima indicação que nos dá. – (C.).

As fontes principais para o combate do porto de Santos são, do lado dos ingleses, a narrativa de Luke Ward, *Hakluyt's Collection*, **IV**, 263-277, e os *Monson's Naval Tracts*, em Churchill, **III**, 402; da parte adversa, Sarmiento de Gamboa, *Sumaria relación*, in *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias*, **5**, pág. 330, e frei Vicente do Salvador, *ut supra*.

Azevedo Marques, *Apontamentos históricos*, **2**, 219, atribui ao combate a data de 8 de agosto de 1587; mas a data verdadeira é 24 de janeiro de 1583, acorde nos outros autores. O nome do almirante Edward Fenton, depois um dos heróis na destruição da "invencível armada", ali aparece como Edward Fucton. – Conf. Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, 45 e 384.

Andrés Igino, ou Eguino, depois do sucesso, requereu um inquérito, em que depuseram as pessoas principais do lugar: Simão Machado, Gabriel Nunes, João Batista Málio, Francisco Casado Paris, Melchior da Costa, Brás Cubas. Desse inquérito possui cópia a Biblioteca Nacional. – Conf. Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* à *História* de frei Vicente do Salvador, pág. 243. – (G.).

VII
(Pág. 674)

A armada de Diogo Flores Valdez, em que vinham Pedro Sarmiento, Diogo de la Ribera, Alonso de Sotomayor, partiu de Cádis a 9 de setembro de 1581; no ano seguinte, a 19 de janeiro, chegou a Santiago de Cabo Verde, onde demorou vinte e quatro dias, e em 24 de março ao Rio de Janeiro. Assegura Sarmiento, e os fatos parecem dar-lhe razão, que Diogo Flores não tinha talento nem coragem para enfrentar as ondas do estreito. O tempo da estada no Rio, salvo as enfermidades, passou-se em resgates de pau-brasil e outras mercadorias, e rusgas entre os chefes. Os resgates, verdadeiros peculatos, estenderam-se também a São Vicente, onde foi tomada carga de açúcar. – Conf. Azevedo Marques, *Apontamentos históricos*, **2**, 219. A armada, composta de dezesseis navios, partiu do Rio a 1 de novembro de 82 e navegou até 38°, de onde Valdez retrocedeu para o porto de D. Rodrigo. Tendo ali notícia da ida de Fenton para o estreito, dada pelos espanhóis a quem esse tomara uma barca, retrocedeu para Santa Catarina. Nesse porto separou três navios como impróprios a continuarem a viagem, *Almiranta*, *Concepción* e *Begona*, e mandou-os para o Rio de Janeiro sob o comando de Andrés de Aquino.

A 13 de janeiro de 1583, Valdez e companheiros partiram novamente para o sul. Sotomayor teve licença de afastar-se com três navios rumo do rio da Prata, por preferir o caminho terrestre para o Chile.

A 7 de fevereiro chegou-se à entrada do estreito de Magalhães, mas à primeira carranca do tempo Diogo Flores fez-se de volta para o Brasil, e os outros capitães não tiveram outro remédio senão acompanhá-lo. Nessas idas e vindas perderam-se quatro embarcações.

A divisão de Aquino (Igino ou Eguino), partindo de Santa Catarina a 14, como já vimos, chegou a Santos em 24 de janeiro e travou o combate narrado no texto. Sarmiento foi ter ao mesmo porto em abril e Diogo Flores em seguida.

Em maio aportaram os que restavam ao Rio de Janeiro e logo Diogo Flores resolveu ir às guerras da Paraíba, embora Sarmiento, grande navegador, muito prático, lhe dissesse que, estando já passada a monção, naquele ano ele não poderia ir além da Bahia, como de fato sucedeu. Sarmiento e Diogo de la Ribera partiram para o seu destino em dezembro e chegaram ao estreito de Magalhães em fevereiro de 1584. Sobre estes incidentes, conf. a relação mais de uma vez citada, de Sarmiento, in *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias*, **5**, págs. 286-420, Madri, 1866. – (C.).

Seção XXII

Manuel Teles Barreto. A Paraíba. Três ordens religiosas.

Rendas do Estado. Fortalezas. Diogo Flores Valdez. A Paraíba. Etimologia. Descrição. Arredores. Preparativos em Pernambuco. Filipe de Moura. O donatário e seu tio. Forte na Paraíba. Navios incendiados. Derrota dos auxiliares. Cerco ao forte. Socorros. Combate do Tiberi. Regresso. Abandono do forte. Desuniões entre os índios. Colonização da Paraíba. Desampara-a o chefe. Novos reforços. Elogio de Barreto. Vinda dos beneditinos, capuchos e carmelitas.

Em 9 de maio de 1583[1] aportou na Bahia o novo governador Manuel Teles Barreto, nomeado desde 20 de novembro de 1581

---

1 Manuel Teles Barreto veio na nau *Chagas de São Francisco* com os padres Cristóvão de Gouveia, visitador, Fernão Cardim, companheiro ou secretário deste, e Rodrigo de Freitas, mais os irmãos Barnabé Telo e Martim ou Martinho Vaz. A nau levou âncora a 5 de março de 1583 em Lisboa e, com dez dias de demora na ilha da Madeira, gastou na viagem sessenta e seis dias, aportando à Bahia em 9 de maio. Foi o primeiro governador-geral nomeado sob o domínio espanhol. Sua posse foi dois dias depois de sua chegada. Em sua companhia trouxe mais de um sobrinho, segundo se lê em Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, pág. 284, Rio, 1925. – (G.). – Informa frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **4**, 1 (ed. de 1918, pág. 266), que Manuel Teles Barreto, irmão de Antônio Muniz, que foi governador da Índia, "era de sessenta anos de idade, e não só era velho nela, mas também

para os cargos de "capitão da cidade do Salvador e governador da dita capitania e das outras do Brasil"[2]. Em 24 de setembro de 1582, recebeu em Portugal quinhentos cruzados para lhe serem descontados depois de chegar, com o ordenado de 800$000, e autorizado (desde o 1º de outubro do ano anterior) a trazer consigo, para sua guarda, vinte homens, com o vencimento de 15$000 cada um[3]. A cidade do Salvador estava inquieta e ansiosa pela sua vinda, a fim de livrar-se, sem recursos violentos, dos arbítrios de Rangel. Desde logo foi Barreto informado de tudo e tratou de conciliar os ânimos, começando por sustar os processos dos perseguidos, propondo à corte que mandasse queimar todos os autos a tal respeito, precedendo a concessão de uma anistia ampla. Aceitou a corte o arbítrio,

---

de Portugal o velho; a todos falava por vós, ainda que fosse ao bispo, mas caía-lhe em graça, a qual não têm outros velhos".

A Biblioteca Nacional possui cópia de uma carta régia, datada de 10 de fevereiro de 1582, dirigida ao licenciado Simão Rodrigues Cardoso, recomendando-lhe que a Manuel Teles Barreto avisasse do estado das "cousas dessa capitania [Pernambuco], e da gente, navio, artilharia e armas que nela dita capitania há pera sua defensão, e de como estais com os gentios comarcãos a ela, e das rendas que minha fazenda tem na dita capitania, calidade, e sortes delas, e por quem, e como se arrecadam, e de tudo o mais de que cumprir ser avisado". – (C.).

2 Carta que se passou a Manuel Teles Barreto do governo do Brasil. – Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **2**, 145-147. – O regimento que levou o governador que é agora do Brasil [Manuel Teles Barreto] vem citado por Serafim Leite, *Camões – Poeta da expansão da fé*, pág. 68, nota, Rio de Janeiro, 1943, como pertencente ao Arq. S. I. Rom., *Bras*., **15**, 331. – (G.).

3 Provisão que vale como carta porque S. M. manda que Manuel Teles Barreto pudesse levar e ter para seu serviço vinte homens, posto que os governadores passados levassem até ora doze homens somente, à razão de 15$000 por ano de soldo e mantimento, que são mais 3$600 a cada um por ano, os quais lhes serão pagos aos meses no tesoureiro ou almoxarife da Bahia. – Cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **1**, 186. – (G.).

e o governador, convocando à sua morada os principais da cidade, não deixou de fazer valer a clemência do novo soberano neste ato. Também a corte aprovou a supressão dos mesteres introduzidos arbitrariamente por Cosme Rangel[4].

Trazia Barreto especial recomendação de praticar com Antônio Dias Adorno, que, segundo vimos, havia antes chegado à serra das Esmeraldas (turmalinas), na atual província de Minas[5]; porém, quando chegou à Bahia, já ele era falecido, segundo o participou a el-rei em carta de 7 de agosto. Não seria impossível que esse falecimento viesse a contribuir a que se animasse Gabriel Soares a tomar a iniciativa da empresa de outra expedição, em ponto grande, contando com os auxílios e proteção do governo, e concessão de privilégios, para pedir os quais se embarcou para a Europa no ano seguinte, como diremos.

Dedicou-se Barreto a cuidar da defesa da cidade e a informar-se do estado do tesouro colonial. A receita montava a trinta mil, oitocentos e vinte e cinco cruzados, dos quais já então se remetiam para Portugal dez mil, vindo a ficar para as despesas vinte mil, oitocentos e vinte e cinco[6]. Desta soma, sete mil e quinhentos cruzados, isto é,

---

4 Não existe no Rio cópia de documentos relativos a esse assunto. – (C.).

5 Conf. nota 9 da seção XXI. – Da carta do padre Inácio de Tolosa, ali referida, se vê que a expedição de Antônio Dias Adorno começou em fevereiro de 1574 e tornou em abril do ano seguinte; entretanto, segundo se deduz de confissão de Paulo Adorno, dela participante, durou apenas nove meses: *Primeira visitação do Santo Ofício. Confissões da Bahia*, pág. 216, São Paulo, 1922. – (G.).

6 Num extrato da carta de 14 de agosto de 1584, de que a Biblioteca Nacional tem cópia, lê-se que a renda das capitanias de Tamaracá, Pernambuco e Bahia era de 30.000 cruzados, e as despesas ordinárias 22.835 cruzados. O engenho real rendia trezentos e tantos mil-réis; como Bento Dias de Santiago

mais da terça parte, eram aplicados à manutenção dos padres da Companhia[7]; e, calculadas as outras despesas, havia um déficit de perto de dois mil cruzados. Tinha arrematado esta renda um Bento Dias de Santiago (I); porém, não se incluíam nela as capitanias do sul, pelas irregularidades que até aí houvera na contabilidade e cobrança. Para pôr uma e outra em ordem, e ao mesmo tempo inspecionar as fortalezas do sul, mandou o governador por uma provisão[8] a Baltasar Machado, com poderes às ditas capitanias; do que lhe resultou conhecer que era geralmente nelas maior a despesa do que a receita[9]. Pediu o governador que ficassem no Brasil os dez mil cruzados que se enviavam para o reino; e provavelmente isso lhe foi deferido, em consequência de se dar a casualidade de haver gasto nesse ano, e no anterior, quase igual soma, com os aprestos que se fizeram nos navios de Diogo de la Ribera e de Pedro Sarmiento[10], da esquadra de Diogo Flores Valdez, que aportaram no Rio de Janeiro; e depois com oito naus que, regressando do estreito, com o próprio Diogo Flores, entraram na Bahia; sem falar nas que, mais tarde, com o mesmo Sarmiento, aportaram em Pernambuco, nem com os aprestos para a colonização da Paraíba, de que nos vamos ocupar.

---

entregava no reino 10.000 cruzados, o déficit importava em 1.998 cruzados. – (C.). – *Torre do Tombo*, fls. 446 v., na Biblioteca Nacional. À margem do tópico lê-se a alegação dos padres, que constitui a nota seguinte (7). – (G.).

7 Segundo o documento citado (nota 6), diziam os jesuítas não receber mais de 6.500 cruzados. – (C.).

8 Provisão de 4 de junho de 1583. – *Anais do Rio de Janeiro*, **1**, pág. 302. – (A.).

9 Carta de Manuel Teles, de 14 de agosto de 1584. – (A.). – Dessa carta não há cópia integral no Rio. – (C.). – Dos trechos principais existe cópia na Biblioteca Nacional, *Torre do Tombo*, fls. 445 v-446. – (G.).

10 "Sumaria relación de Pedro Sarmiento de Gamboa", in *Colección de documentos inéditos del Archivo de India*, **5**, págs. 286-420. – (G.).

Entrando Diogo Flores na Bahia, pouco depois da nova do desbarato de Frutuoso Barbosa, de que antes tratamos, e requerendo ao governador mantimentos, nada era mais natural do que o lembrar-se o mesmo governador de lhe cometer agora a empresa da ocupação dessa capitania[11]. Achando-se conformes no arbítrio Diogo Flores e os principais da terra, começou-se o apresto da armada; e, entretanto, Manuel Teles Barreto dispôs que o tesoureiro e o ouvidor-geral passassem a Pernambuco, a fim de angariarem para a empresa, nesta capitania e na de Itamaracá, quanta gente e recursos pudessem[12].

E agora seja-nos permitido por algum tempo concentrar toda a nossa atenção na paragem onde se vai decidir se a civilização tem

---

11 Cartas de Manuel Teles, de 7 de agosto de 1583 e 25 de fevereiro de 1584. – (A.). – De outra carta de Manuel Teles, de 31 de agosto de 1584, há cópia, também na Biblioteca Nacional, *Torre do Tombo*, fls. 447-447 v. – (G.).

12 Partiram da Bahia a 1 e chegaram a Pernambuco a 20 de março de 1584. – Diogo Flores Valdez chegou "a esta Bahia de Todos os Santos no princípio do mês de junho de 1583, onde se deteve a consertá-los (os sete navios que trazia) pera o que da fazenda de el-rei se lhe deu o que foi necessário e se mandou fornecimento ao Rio de Janeiro para o almirante Diogo da Ribeira seguir a sua viagem ao estreito. E o governador Manuel Teles Barreto o banqueteou e a todos os capitães e gentis-homens um dia esplendidamente e o bispo D. Antônio Barreiros outro; mas o que mais fez nesta matéria foi um cidadão senhor de engenho, chamado Sebastião de Faria, o qual lhe largou as suas casas com todo o serviço e o banqueteou e aos seus familiares e apaniguados oito meses que aqui estiveram..." – Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **4**, 2, (ed. de 1918, pág. 372). – Quando saiu do Rio já ia disposto a entrar na guerra da Paraíba, como ficou dito *supra* (nota VII, seção XXI). – (C.).

– O engenho de Sebastião de Faria era situado a meia légua da boca do rio Matuim, virando sobre a mão direita; era de duas moendas que lavravam com bois, e tinha grandes edifícios, assim do engenho, como de casas de purgar, de vivenda e de outras oficinas; tinha uma formosa igreja de Nossa Senhora da Piedade, que era freguesia desse limite; e a fazenda mostrava tanto aparato vista do mar que parecia uma vila. – Gabriel Soares, *Tratado descritivo*, **2**, 23. – (G.).

de caminhar avante para o norte, ou de retirar-se corrida, como já começava a suceder, do grande teatro fronteiro à ilha de Itamaracá, que não se assegura sem a ocupação da Paraíba. Compõe-se este nome *Paraíba* de duas palavras que significam simplesmente *Rio Mau*. Para nomear os rios, que só deles agora nos cabe falar, os índios, como os mais povos na infância da civilização, empregaram, além das designações que lhes indicavam os sentidos, outros predicados puramente subjetivos, isto é, deduzidos das relações que com eles índios tinham os objetos nomeados. Aos primeiros pertencem, segundo o aspecto mais ou menos turvo das águas, os nossos inúmeros rios *Una, Pitanga, Tinga*, etc.; isto é, Negro, Vermelho, Branco, etc. Nos segundos contamos os que eram redondamente chamados Bons ou Maus, ao que parece, segundo haviam sido, ou a gente que os habitava, favoráveis ou contrários a quem os designava. Daí os nossos *Paraíba*, *Parnaíba* ou *Paranaíba*, Rio Mau; *Paracatu*, Rio Bom; *Paranapanema* ou *Ipanema*, Rio ou Água Malfadada[13], e outros. Os primeiros europeus, antes de interrogar os índios, cujas respostas não seriam mais razoáveis que os arbítrios, aliás, louváveis e pios, de dar a tudo o nome do santo do dia na folhinha, invocaram para o rio de que tratamos a São Domingos; mas este nome ficou apenas escrito nos antigos *portulanos* de pergaminho e nos primeiros mapas que se gravaram; e o nome de Paraíba vingou. Jaz a foz deste rio em sete graus escassos; o porto se vai afeiçoando muito para o sudoeste. À entrada não tem uma légua de largura; e da banda do sul se limita esta distância pelo pontal de um extenso cabedelo,

---

13 *Pané*, desdita, desgraça (*Tesoro* de Montoya, fls. 6). À margem de um rio Ipanema teve lugar o nascimento do Autor. – (A.). – Esta nota constou apenas da 2ª edição desta *História*. – (N. do E.).

extrema de uma península que se vai alargando para o sul, até a margem esquerda do Guaramame, entre o mesmo Paraíba e a costa do mar, aí arregoada pelos Jaguaribe e Piratiba, separados um do outro pelo cabo Branco. O rio Paraíba, depois de entrado, espraia-se para a direita e esquerda, em virtude de uma ilha então chamada da Conceição[14], de meia légua de comprido, que lhe desvia as águas para os lados. Em frente do princípio e fim da ilha, desembocam da banda do norte duas ribeiras; a que está à barra, depois de fraldejar o monte em que daí a tempos se edificou a igreja da Guia. Da banda do sul, isto é, à margem direita do Paraíba, são os tributários menos consideráveis, e antes podem chamar-se ribeiros; levam pouca água e vêm de perto; pois todos nascem dentro da península triangular que descrevemos. Começando da barra, citaremos, a pouco mais de uma légua dela, o *Tambaí*; daí a duas léguas o *Inhobi*; légua e meia acima, o *das Marés*, seguindo-se o *Tibiri* um pouco mais caudal. Nas imediações do porto e nas terras elevadas, o país banhado é de águas e de terras suculentas de vegetação vigorosa. Porém, no interior há muitas catingas; o clima é geralmente seco; pelo que a cultura dos índios já por aí se limitava a algodoais, como hoje. Tal é o distrito que em 1584 esperava ainda os benefícios da civilização, que o general espanhol Diogo Flores tentou então levar-lhe.

Acerca deste acontecimento não temos que lamentar, como outras vezes, crônicas ou correspondências perdidas. Pelo contrário: temos correspondências, e temos também uma crônica especial; não desejando, porém, ser pesados ao leitor, deixamos ao tempo que se encarregue de publicar em outro lugar esses documentos, dos quais

---

14 Veja nota 41, seção XXI. – (G.).

só aproveitaremos o essencial à nossa narração, que será por certo mais desapaixonada do que a crônica[15], aliás de testemunha ocular, embora nos diga que, como religioso que era (jesuíta), a escreveu pelo preceito da obediência, o que o obrigaria a ser imparcial.

Com sete navios espanhóis e dois portugueses, de Diogo Vaz de Veiga, que tinham vindo do reino com o governador Teles Barreto, zarpou Diogo Flores da Bahia, fazendo rumo para Pernambuco, aonde com a frota passava de visitação o bispo d. Antônio Barreiros, que aí estivera quando, perto de oito anos antes, chegara da Europa[16]. Aos vinte dias de viagem, fundeava a pequena esquadra diante do Recife, e Diogo Flores ia a terra concertar-se com d. Filipe de Moura (capitão e lugar-tenente do donatário e irmão de d. Cristóvão de Moura)[17] e mais autoridades, acerca da maneira como deveria efetuar-se a

---

15 O autor deste livro, que podemos intitular *Da conquista do rio Paraíba*, foi o padre Jerônimo Machado, segundo do próprio texto se deduz. – (A.). – Publicado primeiro no *Íris*, de José Feliciano de Castilho, Rio, vol. **I**, pág. 38 e seguintes, depois na *Revista do Instituto Histórico,* **36**, parte 1ª, Rio, 1873. Da crônica, que bem pode ser de Jerônimo Machado, aproveitou-se frei Vicente do Salvador; da *História* deste o autor do *Santuário mariano*. Por isso desde o começo do século XVIII as guerras da Paraíba são conhecidas em seus traços gerais. – (C.). – Para Capistrano de Abreu, *Prolegômenos* à *História* de frei Vicente do Salvador, pág. 137, o autor da crônica pode ser também o jesuíta Simão Tavares. – Conf. Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil,* págs. 375-376, Rio. 1928. – (G.).

16 *Lettres du Iappon, Perv et Brasil*, 103, Paris, 1578. – Sobre uma questão entre o bispo e o governador Luís de Brito, conf. frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 21 (ed. de 1918, págs. 220-221). – (C.).

17 Segundo Borges da Fonseca [*Nobiliarquia pernambucana*, **I**, pág. 70, Rio de Janeiro, 1935], era filho de d. Manuel de Moura, irmão de d. Cristóvão; mas Danvilla y Burguero [d. Alfonso Danvilla y Burguero], *Don Cristobal de Moura, primer Marqués de Castel Rodrigo (1538-1613)*, Madri, 1900, não cita este entre os irmãos de seu herói. – (G.).

marcha por terra até a Paraíba dos auxiliares reunidos já ali e em Igaraçu e Itamaracá, enquanto ele Diogo Flores seguia por mar. Era d. Filipe de Moura casado no Brasil com uma filha de Filipe Cavalcanti[18], e desde pouco fora provido no lugar que ocupava, a consentimento do governo da metrópole; que, havendo-se esforçado em fazer partir o donatário, encontrando nele desculpas e resistências, acedera por fim a consentir que mandasse em seu lugar "algum homem cavaleiro de confiança". As resistências de Jorge de Albuquerque (que pouco antes sucedera na capitania a seu irmão falecido)[19] a sofrer novos trabalhos podem explicar-se pelos muitos que em vida passara, assim no mar, onde em 1565 estivera quase perdido, como nos campos infaustos de Alcácer-Quibir, onde esteve a ponto de perecer. Ele, porém, alegava primeiro os projetos de um casamento (II) e depois o não ter ainda sucessão. Seu tio Jerônimo de Albuquerque ainda então vivia; mas provavelmente decrépito; e perseguido além disso por inauditas[20] queixas, que contra ele e seus filhos naturais formulava a sogra[21].

---

18 Por segunda vez com d. Genebra Cavalcanti. Sua primeira mulher fora d. Isabel de Albuquerque. Este d. Filipe faleceu em 1611. – (A.). – Segundo Jaboatão, *Orbe seráfico*, **2**, 175, faleceu a 28 de junho de 1618. – (C.).

19 Liv. 3º, de *Filipe I*, fls. 582. – (A.). – Braacamp Freire, *Brasões da sala de Cintra*, **1**, 467, Lisboa, 1899. – (C.).

20 Inf. em 7 de julho de 1584, **III**, 20, 53. – (A.). – Provavelmente estes números referem-se à *Torre do Tombo* e significam: parte terceira, maço 20, documento 53. Nem este nem o documento citado na seguinte nota são conhecidos no Rio. – (C.).

21 Carta de Teles Barreto, de 7 de agosto de 1583, em que diz que d. Joana se queixava do dito Jerônimo, chegando a explicar o modo, mencionando atos que nos abstemos de perpetuar. Por outro lado, Jerônimo de Albuquerque, pelo testamento feito em 13 de novembro de 1584, anulou o anteriormente feito com a sua esposa, d. Filipa de Melo, filha da dita d. Joana, e prevenia que nunca pudesse vir a ser administrador ou tutor de seus herdeiros seu sogro d. Cristóvão de Melo, ou coisa sua. – (A.).

Combinado o plano, fez-se de vela Diogo Flores; e com tão felizes auspícios que, ao chegar à Paraíba, encontrou aí seis naus francesas, das quais mandou incendiar cinco, que estavam em seco, depois de haver esbulhado delas quanto foi possível (III). A outra nau conseguiu desferir o pano e abalar. Os de terra, acompanhados de d. Filipe de Moura e de Frutuoso Barbosa, em força de cem de cavalo, mais de duzentos de pé, cento e tantos africanos e quinhentos índios, chegaram depois; havendo tido apenas no caminho um pequeno encontro com alguns índios (IV).

Imaginando Diogo Flores que o sítio do Cabedelo, à foz do rio, e à sua margem direita (onde hoje está assentada a fortaleza desse nome), fixado pela Coroa no regimento de Frutuoso Barbosa, não era o mais apropriado a um núcleo de povoação, preferiu situar o forte dali a uma légua, mas do outro lado; sobre o continente, e defronte da extrema ocidental da ilha da Restinga; talvez porque desse lado o chão firme, um pouco mais elevado e próprio para a cultura, ficava mais perto da barra do que o sítio da margem direita em que veio a situar-se a povoação, sendo que a própria circunstância de ficar da banda do norte ou margem esquerda do rio oferecia maior segurança de que não fugissem alguns colonos e índios que tinham ido contrafeitos. Traçado o forte, confiou Diogo Flores a sua alcaidaria e obras ulteriores a Francisco Castejon[22], deixando às suas ordens cento e dez soldados espanhóis, uma nau portuguesa e dois patachos, e se fez de vela para a Europa no dia de São Filipe e Santiago, 1º de maio de 1584; e alegando este motivo ordenou que de São Filipe

22 Castrejon, segundo outros. Seguimos a ortografia mais autorizada. – (A.). – Sarmiento, in *Colección de documentos inéditos del Archivo de Indias*, **5**, 341, 403, chama-o Morejon; Peraza chama-o Castrejon. – (C.).

se chamasse o forte. Era como querer justificar-se da adulação que rendia ao soberano. Daqui veio talvez à ideia a Frutuoso Barbosa de chamar depois à povoação *Cidade Filipea*.

Enquanto os castelhanos seguiam acabando o forte, os auxiliares de Pernambuco, pretextando não quererem estar ociosos, saíram a bater o campo, caminho do sertão. Depois de haverem injustamente destruído uma taba de índios, foram mui maltratados em uma cilada que os mesmos ofendidos ou seus amigos lhes armaram num sítio chamado *Leritibe*[23] ou campos das ostras, e, com perda de mais de cinquenta colonos e de centenares dos índios domésticos, tiveram que refugiar-se à sombra do forte, ficando muitos atolados e mortos pelos tujucais, e recolhendo-se por fim os restantes a Olinda, tão enfadados da jornada como se pode crer.

Com esta vitória tomaram os índios vizinhos fôlego e começaram a hostilizar a colônia, a ponto de lhe porem sítio, apertando este, cada vez mais, com auxílio dos franceses, por circunvalações e ziguezagues feitos durante a noite com troncos de palmeiras. Chegando, porém, por mar com socorro o capitão de Itamaracá Pedro Lopes, o alcaide deixando-o no forte, foi com as embarcações chegadas e as que ali havia ao rio Mamanguape, onde estavam duas naus de França, sem as tripulações, que pela maior parte se achavam em terra, auxiliando os sitiadores índios[24].

Conseguindo queimá-las, e voltando logo à Paraíba, acometeu os sitiadores de modo que os obrigou a retirar. Não duraram muito,

---

23 *Leritiva* ou *reritiba*, ostras em abundância, ostreira. – (G.).

24 *Revista do Instituto Histórico*, **36**, parte 1ª, pág. 31-34. – (G.).

porém, os efeitos da vitória; os contrários, robustecidos pelo auxílio de um novo aliado, que se lhes agregou, o valente *Piragiba*[25], que pouco antes havia nas serras destroçado certa escolta de uns cem, que com um Gaspar de Ataíde e Francisco de Caldas se haviam aventurado até lá[26], ameaçaram senhorear-se da nascente colônia, e ao depois, se triunfantes, as de Itamaracá e Pernambuco. Então, estas duas capitanias vizinhas, cônscias de quanto mais lhes interessava guerrear longe o inimigo comum, prepararam um formidável socorro. Constava de perto de duzentos de cavalo, e trezentos de pé, afora os africanos e os índios em grande número. Mandava os novos auxiliares o ouvidor Martim Leitão, que para o cargo de ouvidor que ocupava fora nomeado em 9 de setembro de 1583. Por imediato, com o título de mestre de campo, ia Francisco Barreto, seu cunhado. Acompanhavam-no Micer Hipólito, "antigo e mui prático capitão da terra, Gaspar Dias de Morais, soldado de Flandres", os capitães de ordenanças de Olinda, Simão Falcão e Jorge Camelo, os do Cabo e de Igaraçu João Pais e João Velho Rego; e, além destes, mais dois capitães chamados "de mercadores", que foram Fernão Soares e Ambrósio Fernandes (V).

Deixando de contar as prevenções adotadas na marcha por terra, baste saber que os auxiliares pernambucanos não chegaram ao forte senão depois de baterem, em dois recontros, os do *Piragiba*

---

25 "Braço de peixe" traduz o A. contemporâneo. Talvez o nome significasse "Espinha", alcunha mais razoável e mais própria de guerreiro. – (A.).

26 Residia primitivamente nas margens do São Francisco e ajudara as entradas dos colonos contra os petiguaras, pois era tabajara, isto é, tupiniquim. O procedimento dos aventureiros tornou-o seu inimigo, obrigou-o a emigrar e unir-se com os petiguaras da Paraíba. – Conf. frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **3**, 20 (ed. de 1918, pág. 216). – (C.).

que lhes disputaram o passo, primeiro em um morro, junto dos tujucais do Tibiri, cobertos a seu modo por caiçaras, e senão depois de errarem pelos matos, abrindo picadas, e destruindo mondéus, e queimando tabas e mantimentos, a fim de privar deles e delas os contrários, isto por toda a margem direita do Paraíba até abaixo do Tambaí, acima da ponta do Cabedelo, onde foram passar o rio em barcos. Chegados ao forte, e vendo-o já desafogado dos sitiantes, parte dos quais eram os vencidos no Tibiri, resolveram recolher-se de novo a Olinda, depois de haverem feito, sem resultados, uma saída para o sertão até a planície das ostras. No forte apenas dos auxiliares ficou Pedro Lopes, com alguma gente sua.

Em má hora, porém, haviam os de Olinda determinado retirar-se. Os que ficaram, enfadados logo da soledade, e depois das doenças do sítio, e das perseguições do inimigo, e do desamparo e da fome, começaram a esmorecer e a buscar pretextos para queixumes; isto durante dois meses; até que no de junho, atendidos menos do que disseram queriam ser, queimaram o forte, botaram a artilharia ao mar, meteram a pique um navio que aí ficara para os proteger e se recolheram a Itamaracá[27]. Naturalmente Castejon e Pedro Lopes se dariam para isso as mãos[28]. E eis que, depois de tantos trabalhos e de tantos gastos, tudo estava como antes. No rio Paraíba não existia sequer uma casa!

---

27 Carta de Martim Leitão a el-rei, de 12 de julho de 1585; e carta régia a Frutuoso Barbosa, de 1 de outubro do mesmo ano. – (A.). – Cópias no Instituto Histórico, *Torre do Tombo*, **1**, 230 e seguintes. – (C.).

28 Sobre a atitude de Pedro Lopes, *Revista do Instituto Histórico*, **36**, parte 1ª, 45. – (C.).

O que, porém, não tinham podido conseguir os europeus e pernambucanos, apesar de tantos esforços baldados, e gastos perdidos, e vítimas sacrificadas, e trabalhos sem fruto, vai ser feito pelos próprios índios, com as suas tristes desuniões continuadas, tão proveitosas sempre aos invasores. Se da união nasce a força, da desunião somente fraqueza resulta; e o maior ascendente que em todos os países tem tido a civilização sobre a barbárie vem de que esta, composta de elementos dissolventes, não se une, ao passo que a nação civilizada, que com ela se põe em contato, tem nas suas mesmas leis os laços da união. Brigado o *Piragiba* com os índios a quem se aliara[29], porque estes o trataram de covarde, por não haver sustentado o passo do Tibiri (apesar de que a peleja esteve aí tão renhida, que a decidiu não a covardia dos contrários, senão o valor dos auxiliares), é certo que da briga houve conhecimento em Pernambuco. E não faltou quem dela tirasse partido; como entre nós mesmos, gente que nós prezamos de civilizados, não falta quem faça operar em benefício próprio, ou dos seus, as forças negativas das inimizades alheias. Trataram os de Pernambuco de angariar o Piragiba, prometendo-lhe socorros para se vingar dos que o haviam ultrajado; e como no bárbaro o instinto da vingança é superior a tudo, aceitou o homem a oferta: e logo João Tavares, escrivão da câmara e juiz dos órfãos de Olinda, partiu para a Paraíba; e no dia 5 de agosto, que era o de Nossa Senhora das Neves, subia o rio quando se avistou com o chefe índio, justamente no sítio fronteiro ao varadouro, que veio a ser escolhido para fundar-se a cidade, que foi chamada de Nossa Senhora das Neves, sobre a chapada de uma

---

29 A briga é fácil de compreender, se nos lembrarmos que Piragiba era tupiniquim e os índios da Paraíba eram petiguaras. – (C.).

montanha que se eleva sobre o mesmo varadouro, à margem direita do rio, três léguas acima da sua barra, aonde se estendem as marés[30]. É, porém, inquestionável que melhor situada houvera ficado, como cidade marítima, na península vizinha ao Cabedelo, de local mais lavado de ares, sem dependência das marés, e mais defensável, e de fácil fiscalização a alfândega.

Daí a três meses, ia Martim Leitão com muita gente a povoar a terra. Depois de estudar os arredores, com Manuel Fernandes, "mestre das obras d'el-rei", designou o local para o novo forte, no dia 4 de novembro de 1585, sobre a dita chapada, junto do afluente *Sanhoá*, de meia légua, cercada d'água, e com muita pedra[31] de construção perto. Traçou-o com quinze braças de vão em quadro, e duas guaritas ou baluartes, que com oito peças flanqueavam as faces. Sobre a porta se levantou uma torre para o capitão, com duas varandas; também se fez uma casa com armazéns para o almoxarife. O oficial alemão Cristóvão Lins[32] ficou dirigindo a obra, com a gente de tra-

---

30 Em agosto de 88, João Tavares entregou a Paraíba a Frutuoso Barbosa, segundo um documento de que o Instituto Histórico possui cópia, a carta régia de 26 de março do ano seguinte. Frutuoso Barbosa, depois de muitos atritos com Pedro de la Cueva, comandante da fortaleza, retirou-se para o reino. Substituiu-o André de Albuquerque.

– Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **4**, 22 (ed. de 1918, pág. 346). João Tavares faleceu em 1590: Jaboatão, *Orbe seráfico*, **2**, 73. Foi pai de dois franciscanos notáveis, frei Manuel da Piedade e frei Bernardino das Neves. – (C.).

31 A pedra é um grés calcário mui fácil de ser lavrado e trabalhado, como a chamada pedra *baroeira* das antigas catedrais góticas; mas às vezes tem transições a verdadeiro mármore calcário, de que se faz cal, com a qual bem se poderiam abastecer as outras províncias do Império. – (A.).

32 Cristóvão Lins, segundo Jaboatão, "Catálogo genealógico", in *Revista do Instituto*, **52**, parte 1ª, passou a Pernambuco nos princípios de sua fundação

balho, enquanto os da milícia efetuaram três correrias, na segunda das quais chegaram muito além da baía da Traição, afugentando dela uma nau de França, destruindo três ferrarias que encontraram, vencendo em dois recontros os índios e trazendo muitos mantimentos. E na terceira, em dezembro de 1586, saíram os auxiliares com os do *Piragiba* a atacar os índios da serra da Copaoba, cinco jornadas para o sertão, e atualmente denominada *Serra da Raiz*. Voltadas depois as armas para o mar, passaram a derrotar o índio chamado do *Tujucopapo*, nome que vale o mesmo que tujucais ou tremedais. Seguiu-se a obra de outro forte e de um engenho no Tibiri.

Enquanto tantos esforços se faziam do lado do norte, para ocupar a Paraíba, os aimorés repetiam do sul da Bahia seus ataques. Foram contra eles mandados, com muitos índios e africanos, Diogo Correia de Sande e Fernão Cabral de Ataíde[33].

Manuel Teles Barreto faleceu no governo, correndo o ano de 1587[34]. Do seu tempo encontramos notícia de três grandes sesmarias

---

e foi o que conquistou as terras de Porto Calvo aos índios petiguaras, e levantou até o cabo de Santo Agostinho sete engenhos de fazer açúcar e uma igreja em honra de Nossa Senhora. Foi casado com d. Adriana de Holanda, filha de Arnao de Holanda e sua mulher d. Brites Mendes de Vasconcelos. Seu filho, outro Arnao de Holanda, nascido em Olinda a 5 de abril de 1576, compareceu perante a mesa do Santo Ofício, em Olinda, a 17 de março de 1595, e declinou a nacionalidade alemã de seu pai, que morava então em seu engenho no cabo de Santo Agostinho. – *Quarto livro das denunciações da primeira visitação do Santo Ofício da Inquisição do Brasil, a qual fez o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, por especial comissão de Sua Alteza, em Pernambuco*, pág. 422, São Paulo, 1929. – (G.).

33 Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **4**, 17 (ed. de 1918, pág. 328). – (C.).

34 Informa frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **4**, 18 (ed. de 1918, pág. 329), que Manuel Teles Barreto faleceu em 1587; a 10 de agosto, precisa

conferidas pela Coroa. A primeira, de doze léguas de terras, nas margens do rio Real, em 24 de fevereiro de 1583[35] , a Brites de Carvalho, viúva de Duarte Dias de Carvalho, falecido em África; a segunda de cinco mil braças em Itamaracá, que eram de Bento Dias de Santiago[36] e que, por haverem prescrito, foram dadas a d. Jerônimo de Albuquerque, em 6 de janeiro de 1594; a terceira, de uma légua de comprido e duas de largo, concedida em 30 de agosto do mesmo ano (1584) a Vicente Rangel de Macedo, em Hurataipe, junto de Jaguaripe.

À administração do mesmo Barreto deveu sem dúvida o Brasil todos os maiores serviços. Cassou os processos iniciados contra alguns moradores pelo despótico ouvidor Rangel; fomentou as composições dos roceiros com os traficantes de escravos, a fim de serem estes pouco a pouco embolsados, sem prejuízo da agricultura[37];

Jaboatão, *Orbe seráfico*, 43. Entretanto, a indicação não pode ser exata. Frei Vicente, contemporâneo e baiano, afirma que o ataque de Withrington e Lister à Bahia se deu já no governo interino, que substituiu o governador morto. Ora, pela narrativa de John Sarracoll, impressa na coleção Hakluyt, sabemos que os corsários ingleses apareceram a 11 de abril de 1587 e se detiveram até começos de junho (estilo juliano). – (C.). – Conf. *Prolegômenos* à *História* de frei Vicente do Salvador, págs. 245-246. – (G.).

35 Essa data não deve estar certa, porque a posse do governador, como já vimos, se deu a 11 de maio de 1583. – (G.).

36 Veja nota I desta seção. – (G.).

37 "Foi este governador mui amigo e favorável aos moradores e o que mais esperas lhes concedeu pera que os mercadores os não executassem nas fábricas de suas fazendas e, quando se lhe iam queixar disso, os despedia asperamente, dizendo que eles vinham a destruir a terra, levando dela em três ou quatro anos que cá estavam quanto podiam e os moradores eram os que a conservavam e acrescentavam com seu trabalho e haviam conquistado à custa do seu sangue." – Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **4**, 18 (ed. de 1918, pág. 329). – (C.).

alcançou[38], depois de ver com horror o malogro de duas tentativas, que um Álvaro Rodrigues chegasse às minas de salitre; zelou o pagamento das dívidas à fazenda, pelas quais foi preso o almoxarife de Pernambuco, Vicente Correia, e era perseguido no reino pelo juiz de Índia e Mina, o provedor Miguel Gonçalves Vieira, que se escapara[39]; e finalmente cumpriu, até onde lhe foi dado, a sua principal missão, que era cuidar da defesa do Brasil. Solicitou e alcançou para as principais cidades artilharia e munições; e fez que em todas se construíssem alguns fortes, pedindo para isso do reino um *fortificador*; na Bahia, onde já em seu tempo estavam por terra as muralhas, levantou duas estâncias sobre a barra e mandou fazer duas galés para servirem de canhoneiras. Às informações e influência de Teles Barreto atribuímos também ainda a lei repressiva acerca do cativeiro dos índios de 22 de agosto de 1587, bem como o regimento de 25 de setembro desse mesmo ano, criando uma relação neste Estado, o que não se levou desta feita adiante, como diremos na seguinte seção[40].

---

38 Estas tentativas foram primeiro uma escolta de quarenta homens, e depois uma segunda de setenta, mandados por Brás Pires Meira, que lá ficaram todos vítimas da traição dos índios. – (A.). – Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, **4**, 21 (ed. de 1918, pág. 342). – (C.).

39 "Vindo a esta capitania e à de Tamaracá com o cargo de provedor-mor a ver e prover no que convinha à fazenda de Sua Majestade, começando a entender nos livros d'alfândega e em receitas d'almoxarife e outras cousas de fazenda, achei ter o provedor desta alfândega feito grandes roubos e furtos à fazenda de Sua Majestade, pelo que o prendi e suspendi do cargo que servia, e por pessoa poderosa e muito aparentada na terra, o prendi em sua casa para o segurar, e mandei precatórias a Martim Leitão, ouvidor-geral, que agora aqui está, em que requeria o metesse na cadeia, a que ele não deferiu a nenhuma delas, antes lhe deu o favor e ajuda com que embarcou para essa cidade." – Carta de Martim Carvalho, datada de Pernambuco a... de setembro de 1584: *Catálogo da exposição de história do Brasil*, nº 5.748 e 19.596. A Biblioteca Nacional possui cópias. – (C.).

40 Figueiredo, *Sinopse cronológica*, **2**, 38, 239, 242. – (C.).

Ao governo do mesmo Barreto, ou antes à época da colonização da Paraíba, anda também associada a do estabelecimento no Brasil de três ordens religiosas, a saber: dos beneditinos, de franciscanos capuchos de Santo Antônio, e dos carmelitas observantes. Os primeiros já em 1584[41] ficavam estabelecidos na cidade do Salvador, e pouco depois, protegidos por Salvador Correia, passaram a organizar outra abadia no Rio de Janeiro (*Anais do Rio de Janeiro*, **5**, 275 e seguintes) e, por provisão do bispo d. Antônio Barreiros, outra em Olinda em 1596. E se foram estendendo até contar no Brasil sete abadias e várias presidências. Mais se propagaram os capuchos. A primeira introdução destes foi devida a Jorge de Albuquerque, o qual, sendo geral em Portugal frei Francisco de Tolosa, os pediu para a sua capitania, e lhe foi mandado como custódio frei Melchior de Santa Catarina, acompanhado de mais cinco frades: isto em virtude das letras passadas pelo dito geral em 13 de março de 1584[42]. Chegaram ao Recife em abril de 1585 e tomaram posse da ermida de *Nossa Senhora das Neves*, em 25 de outubro. A nova custódia de Olinda,

---

41 Barreto, em carta a el-rei de 14 de agosto de 1584, respondendo a outra de recomendação em favor dos beneditinos, diz que "haviam sido mui bem recebidos, que iam em crescimento, mas que necessitavam que S. M. lhes fizesse alguma esmola por conta da fazenda". Foi só no capítulo de Pombeiro (em 1584) que a Congregação de Portugal admitiu a nova abadia e elegeu para ela o padre frei Antônio Ventura. – *Revista do Instituto*, **2**, 435, 1ª edição. – (A.). – Sobre os beneditinos do Rio, Ramiz Galvão, *Revista do Instituto*, **35**, parte 2ª, reimpresso à parte em 1879. Os de Pernambuco obtiveram várias concessões de Jorge de Albuquerque, dadas em 1584. – (C.). – Conf. frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* (ed. de 1918, pág. 330). – (G.).

42 Um alvará de 12 de outubro de 1584 concedeu-lhes, *de ordinária*, uma quarta de farinha para hóstias; uma quarta de azeite para a lâmpada; duas arrobas de cera e uma pipa de vinho. O mesmo foi concedido 36 anos depois para os novos conventos do Rio, Pojuca e Recife. – (A.). – Jaboatão, *Orbe seráfico*, **2**, 176 e seguintes. Ibidem se encontram a carta do geral e outros documentos. – (C.).

ainda sujeita a Portugal, foi confirmada por bula de Xisto X, de 3 de setembro de 1586. Organizando-se em província independente, se dividiram depois em duas; guardando uma, com a cabeça na Bahia, o mesmo nome, e tomando a outra o "da Conceição do Rio de Janeiro", cidade onde fixou a sua casa capitular (Pizarro, *Mems. hists.*, **7**, 238 e seguintes). Os carmelitas observantes vieram pelo mesmo tempo: fundaram primeiro conventos em Olinda[43] e em Santos; e chegaram também a constituir duas províncias, uma nas capitanias do sul e outra nas do norte. Os carmelitas calçados entraram mais tarde, e deles, como de outras comunidades, nos ocuparemos ao diante. Aqui baste só consignar que os conventos cresceram logo em número tal que foi necessário à corte proibir[44] a fundação de mais, sem licença régia.

Para concluir, consignemos aqui que em 1586 foi a Pernambuco (*Diálogos das grandezas do Brasil*, diálogo 1º) um peruleiro[45] que contou como um seu irmão, fugido do Peru, descera até o Amazonas, depois de atravessar duas cachoeiras, e dali passara às Índias Ocidentais.

---

43 Já vimos que os carmelitas vindos com Frutuoso Barbosa não fizeram fundação e tornaram para o reino. Quatro que mais tarde aportaram a Pernambuco, frei Domingos Freire, superior com o título de vigário, frei Bernardo Pimentel, frei Antônio Pinheiro, frei Alberto de Santa Maria, em 1589, obtiveram licença do donatário para se estabelecer e desde logo lhes foram feitas várias doações. Foi o convento de Olinda por sua antiguidade cabeça de todos os do Brasil, nele assistiram os vigários provinciais até o ano de 1630, em que os holandeses senhorearam Pernambuco. Loreto Couto, *Desagravos do Brasil*, **3**, II, 16. – (C.).

44 Carta régia de 16 de outubro de 1609. Em 23 de fevereiro de 1624 foram fixadas as condições para a edificação de mais conventos de Santo Antônio no Brasil. Pelo alvará de 22 de junho de 1723 se proibiram novos conventos. – (A.).

45 *Peruleiro* era o português que viajava pelo Peru, de onde trazia mercadorias para traficar no Brasil. – (G.).

NOTAS DA SEÇÃO XXII

I
(Pág. 688)

Bento Dias de Santiago era o contratador dos dízimos que pertenciam à fazenda real nas capitanias da Bahia de Todos os Santos, Pernambuco e Itamaracá, pelo menos desde 23 de dezembro de 1575, em que se expediu alvará, mandando fazer esmola às nove igrejas de índios cristãos que existiam no Brasil, da quantia de 200$000, e que os pagasse ele à conta do que devia do contrato dos dízimos da capitania de Pernambuco, os quais seriam entregues ao procurador da ordem da Companhia de Jesus: cópia no Instituto Histórico, *Conselho Ultramarino, Registros*, **1**, 22-22 v. Referências a seu nome e à sua qualidade aparecem ainda no alvará de 24 de fevereiro de 1576, passado ao almoxarife da capitania de Pernambuco, para que lhe tomasse em conta, no primeiro pagamento que fizesse a quantia de 17$780, despendida em padrões de medidas de pau, tendo na véspera se passado outro tal mandado para o mesmo almoxarife tomar em pagamento pela dita maneira a quantia de 27$570, que despendera em um padrão de metal: ibidem, 187; na carta a Lourenço da Veiga, de 2 de maio de 1577, sobre os direitos que pagaria o pau-brasil importado para o reino e para fora dele: *Registros*, **2**, 48 v.-50 v.; no alvará de 13 de julho do mesmo ano, para que se lhe aceitassem em pagamento letras para o reino ou para Castela: *Registros*, **1**, 83-83 v.; provisão de 22 de outubro do mesmo ano para que se lhe tomasse em pagamento 23$350, que valeram as despesas feitas no conserto das tercenas em que se recolhia o pau-brasil da capitania de Pernambuco, de que tinha feito contrato, que se distratou e não houve efeito: ibidem, 51-51 v.; provisão de 25 de maio de 1578, acerca de 5.000 cruzados, que entregara ao tesoureiro da Casa da Índia; ibidem, 147-149; provisão ou alvará, sem data, por estar incompleto, parecendo de fins de 1582, para ter escrivão seu, que assistisse à saída dos açúcares: *Registros*, **2**, 66 v.; carta de 12 de dezembro de 1582, para que se lhe cumprisse e guardasse em tudo as condições de seu contrato: ibidem, 67-67 v.; alvará de 25 de janeiro de 1583, para que no Brasil não fossem despachados açúcares sem certidão de seus feitores, e carta da mesma data a Manuel Teles Barreto, para que os escrivães das feitorias e alfândegas não passassem despachos de açúcares sem que as partes lhes apresentassem certidão dos mesmos feitores, de como tinham pago os direitos: ibidem, 77-79; alvará de 25 de novembro do mesmo ano, para que se espaçassem dez dias nos pagamentos que tinha de fazer em virtude de seu contrato: ibidem, 75-76 v.; carta de confirmação, passada em 5 de janeiro de 1584, de cinco mil braças de terra que lhe tinham sido dadas na capitania de Itamaracá: ibidem, 7-8; alvará de 6 de fevereiro de 1585 para que os padres da Companhia tivessem até 600$000 do que lhes faltasse para seu mantimento: ibidem, 56-57; carta de 8 do mesmo mês e ano, para que em cada

ano pagasse aos padres de São Vicente 1:000$000 de seu mantimento durante o tempo do contrato: ibidem, 58-59 v., etc.

A mora de dez dias, obtida por Bento Dias de Santiago, em alvará de 25 de novembro de 1583, era fundada na provisão de 20 de setembro do ano anterior, do rei Filipe II, mandando adotar em seus domínios a correção gregoriana, em virtude da qual ao dia 4 do mês de outubro de 1582 se seguia não o dia 5, mas o dia 15, sendo o imediato 16, e assim por diante até 31, tendo o referido mês apenas 21 dias no mesmo ano. Era, aliás, escusado aquele alvará, desde que a própria provisão declarava: "...e porque haverá promessas, contratos e obrigações feitas antes da publicação desta lei, mando que as justiças deem mais dez dias em lugar que foram diminuídos... e o mesmo se guardará nos casos semelhantes, como Sua Santidade (o papa Gregório XIII) o tem declarado".

A sesmaria concedida a Bento Dias de Santiago, na capitania de Itamaracá, passou, por prescrição, dez anos depois, a d. Jerônima de Albuquerque, como se viu *supra*. Um dos seus feitores, na Bahia, era Rui Teixeira, tido por cristão-novo e denunciado como blasfemo perante a mesa do Santo Ofício: *Primeira visitação do Santo Ofício – Denunciações da Bahia*, págs. 292-293. Em 1591 esse Rui Teixeira estava em Lisboa. Outro era Ambrósio Fernandes Brandão, ibidem, pág. 518. – Veja a nota V desta seção. – (G.).

II
(Pág. 693)

Conta-se que no curativo, durante sete meses, das feridas recebidas por Jorge de Albuquerque em Alcácer-Quibir, lhe tiraram vinte ossos, e que depois andara em muletas quatro meses, e que oferecera uma delas ao altar da Senhora da Luz, em 23 de abril de 1582. De sua primeira mulher d. Maria de Meneses, com quem casou em 18 de dezembro de 1583, teve uma filha, nascida em 1585. Da segunda, d. Ana de Meneses, lhe nasceram o seu sucessor Duarte de Albuquerque Coelho, e Matias de Albuquerque. – (A.).

Na doação que fez aos beneditinos, em 6 de abril de 1592, o donatário de Pernambuco diz que na batalha de Alcácer-Quibir escapou milagrosamente "com ficar tão destroncado de muitas e mortais feridas que na dita batalha me deram que foram causa de andar perto de quatorze anos (*sic*: seriam antes quatorze meses?) sobre duas muletas, ou encostado em dois criados". O Instituto Histórico (*Torre do Tombo*, **1**, 141 v.-142) possui cópia de uma carta sua de 12 de junho de 1584, pedindo munições para sua capitania, queixando-se de não receber as rendas, o que lhe não permite pagar as dívidas deixadas pelo irmão. Jaboatão compila quanto se sabe sobre ele, *Orbe seráfico*, **2**, 178 e seguintes. Pereira da Costa, *Dicionário biográfico dos pernambucanos célebres*, S. V., Recife, 1882, diz que falecera em 1596, confundindo-o talvez com o tio Jerônimo. Jorge deve ter morrido depois de 1600. – (C.).

III
(Pág. 694)

No ano de 1584 publicou-se em Sevilha uma crônica em verso da conquista da Paraíba. Teve por autor Juan Peraza, soldado de Diogo Flores Valdez. Reimprimiu-a Cesário Duro, *Arca de Noé*, 465-473, Madri, 1881. Conta Juan Peraza que Diogo Flores levou consigo oito naus, das quais apenas quatro puderam entrar à barra. Encontraram quatro navios franceses varados, e um fortim em terra, que começaram logo a atirar. Andrés de Espinosa, grande artilheiro, respondeu com eficácia, desfazendo o forte, queimando as casas em que os franceses se acolhiam. Estes puseram fogo em três de suas naus e fortificaram-se na outra, porém Rodrigo de Rada deu-lhes uma surriada de seu batel, e o capitão Juan de Valas tomou-a.

Ao anoitecer os franceses se acolheram em três lanchas e fugiram rio acima. Além de muito vinho, cerveja, toucinho, breu, enxárcias, deixaram dois mil quintais de pau-brasil, que a armada levou para a Espanha. Só no outro dia chegou a gente portuguesa. Valdez construiu um forte, onde deixou infantaria espanhola, como fizera em São Vicente.

"*Y Fructuoso Barbosa*
persona mui generosa
quedó por governador
del vecino, y poblador
que el rey mandó aquesta cosa.

Edificóse en un llano
con brevedad, la ciudad
por el pueblo lusitano,
y el fuerte por otra mano,
que les da seguridad.

Y porque el nombre se vea
llamase la Felipea
y el puerto Parayva
grande tiempo goce y viva
el rey, por que lo posea." – (C.).

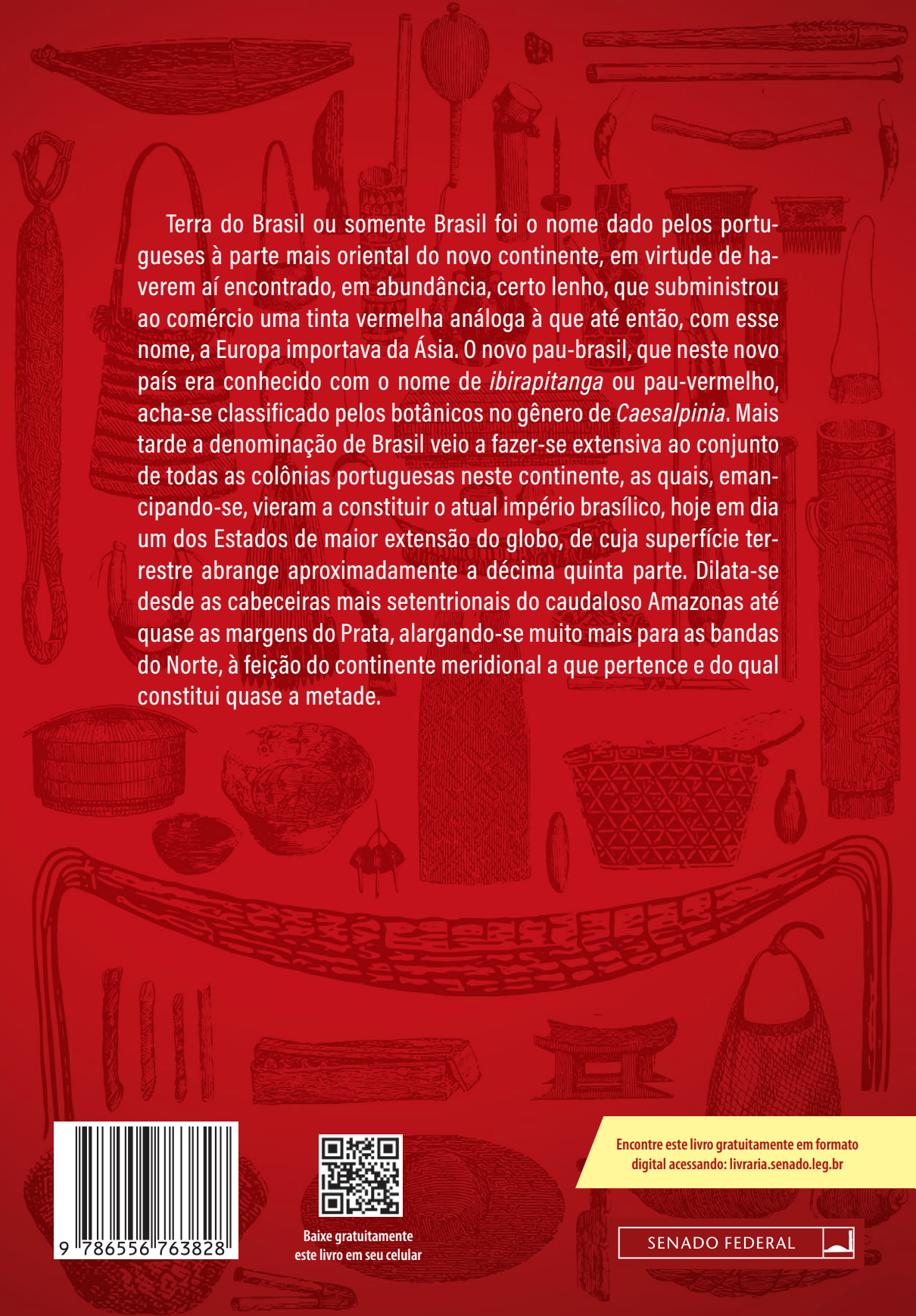
IV
(Pág. 694)

Diz Juan Peraza:

"*Que por la cuenta que hallo,*
son ciento y diez de á caballo,
y trescientos ventureros,
y tres mil indios frecheros,
y otros muchos que me callo."

E a força da consoante obrigou o poeta-soldado a mudar o ano da vitória:

"*El año de ochenta y tres*
fué quemado este frances
mil quinientos pasados." – (C.).

V
(Pág. 696)

Ambrósio Fernandes Brandão chamava-se. Foi depois senhor de engenho na Paraíba, capitão de infantaria, e pode bem ser o autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil*. – Conf. na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, **11**, 559-573, um estudo de quem escreve esta linha. – (C.).

Das notícias compendiadas por Capistrano de Abreu no lugar indicado, sabe-se que Ambrósio Fernandes Brandão morava em Pernambuco em 1583 e acompanhou Martim Leitão em uma das expedições contra os franceses e índios da Paraíba, no posto de capitão de mercadores. Antes de 1613 estabeleceu-se na Paraíba, foi muitas vezes como capitão de infantaria à guerra contra os gentios petiguaras e franceses. Nessa época possuía dois engenhos próximos à sede da capitania, chamados Inobi, por outro nome de Santos Cosme e Damião, e o do Meio, ou São Gabriel. Em 1613 pedia licença para fazer terceiro engenho na ribeira de Garjaú, uma sesmaria, que de fato lhe foi concedida a 27 de novembro de 1623.

Ignora-se quando faleceu; já não era dos vivos quando os holandeses tomaram a Paraíba. Os herdeiros dos Brandões emigraram; a Companhia das Índias Ocidentais confiscou os três engenhos, vendeu-os a um negociante de Amsterdã, chamado Isaac de Rasière, que ao Inobi crismou Amistel, ao São Gabriel ou do Meio crismou Middelburg, ao de baixo crismou La Rasière. Aqueles herdeiros chamavam-se Luís Camelo Brandão, que possuía os engenhos Santos Cosme e Damião e do Meio, e Jorge Lopes Brandão, que era senhor do engenho Garjaú. Depois da restauração caíram essas propriedades nas mãos de João Fernandes Vieira.

Ambrósio Fernandes Brandão foi feitor da fazenda de Bento Dias de Santiago, era cristão-novo e foi denunciado perante a mesa do Santo Ofício, em 8 de outubro de 1591, com João Nunes, Simão Vaz, Duarte Dias Henriques, Nuno Álvares e outros, por frequentar a sinagoga de Camaragibe: *Primeira visitação do Santo Ofício – Denunciações da Bahia*, págs. 519-520. – *Os Diálogos das grandezas do Brasil* foram editados nas Publicações da Academia Brasileira (Coleção Afrânio Peixoto), Rio de Janeiro, 1930; 2ª edição, Rio de Janeiro, 1942. – (G.).

FIM DO TOMO PRIMEIRO

Terra do Brasil ou somente Brasil foi o nome dado pelos portugueses à parte mais oriental do novo continente, em virtude de haverem aí encontrado, em abundância, certo lenho, que subministrou ao comércio uma tinta vermelha análoga à que até então, com esse nome, a Europa importava da Ásia. O novo pau-brasil, que neste novo país era conhecido com o nome de *ibirapitanga* ou pau-vermelho, acha-se classificado pelos botânicos no gênero de *Caesalpinia*. Mais tarde a denominação de Brasil veio a fazer-se extensiva ao conjunto de todas as colônias portuguesas neste continente, as quais, emancipando-se, vieram a constituir o atual império brasílico, hoje em dia um dos Estados de maior extensão do globo, de cuja superfície terrestre abrange aproximadamente a décima quinta parte. Dilata-se desde as cabeceiras mais setentrionais do caudaloso Amazonas até quase as margens do Prata, alargando-se muito mais para as bandas do Norte, à feição do continente meridional a que pertence e do qual constitui quase a metade.

Baixe gratuitamente este livro em seu celular

Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL